REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIX Nº 027 QUARTA-FEIRA 03 E QUINTA-FEIRA, 04 DE DEZEMBRO DE 2014



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente
Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente
Arlindo Chinaglia (PT/SP)

2º Vice-Presidente
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário
Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretária
Senadora Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário
Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário
Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)

Mesa do Senado Federal

Presidente
Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente
Jorge Viana (PT/AC)

2° Vice-Presidente
Romero Jucá (PMDB/RR)

1° Secretário
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

2ª Secretária
Angela Portela (PT/RR)

3° Secretário
Ciro Nogueira (PP/PI)

4º Secretário
João Vicente Claudino (PTB/PI)

Suplentes de Secretário

1º - Magno Malta (PR/ES)

2° - Jayme Campos (DEM/MT)

3º - João Durval (PDT/BA)

4º - Casildo Maldaner (PMDB/SC)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente
Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)

1º Vice-Presidente
Arlindo Chinaglia (PT/SP)

2° Vice-Presidente
Fábio Faria (PSD/RN)

1° Secretário
Marcio Bittar (PSDB/AC)

2° Secretário
Simão Sessim (PP/RJ)

3° Secretário
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4° Secretário
Biffi (PT/MS)

Suplentes de Secretário

1° - Gonzaga Patriota (PSB/PE)

2° - Wolney Queiroz (PDT/PE)

3° - Vitor Penido (DEM/MG)

4° - Takayama (PSC/PR)

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS
1.1 – EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº 84/2014, que *altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União para o Fundo de Participação dos Municípios*..... 007
1.2 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL
Nºs 44 a 46/2014..... 009
2 – ATA DA 30ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 2 DE DEZEMBRO DE 2014..... 012
2.1 – ABERTURA..... 012
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO
Destinada a promulgar a Emenda Constitucional nº 84/2014, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2013 (nº 426/2014, na Câmara dos Deputados), que *altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União para o Fundo de Participação dos Municípios*..... 012
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro
2.2.2 – Leitura dos autógrafos da Emenda Constitucional (Deputado Simão Sessim)..... 012
2.2.3 – Assinatura da Emenda Constitucional..... 012
2.2.4 – Promulgação da Emenda Constitucional..... 013
2.2.5 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados (Deputado Henrique Eduardo Alves)..... 013
2.2.6 – Pronunciamento
Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios..... 014
2.2.7 – Fala do Presidente do Congresso Nacional (Senador Renan Calheiros)..... 014
2.3 – ENCERRAMENTO..... 016
3 – ATA DA 31ª SESSÃO, CONJUNTA, EM 2 E 3 DE DEZEMBRO DE 2014..... 017
3.1 – ABERTURA..... 017
3.1.1 – Expediente encaminhado à publicação
3.1.2 – Discursos (Breves Comunicações)
DEPUTADO *PAUDERNEY AVELINO* – Indignação com decreto publicado pela Presidência da República que condiciona a liberação de verba para emendas parlamentares à aprovação de projeto de lei que altera a meta fiscal de superavit do Governo..... 048
3.1.3 – Questões de Ordem
Suscitada pelo Deputado Arnaldo Jardim..... 049
Suscitada pelo Deputado Claudio Cajado e respondida pela Presidência..... 050
Suscitada pelo Deputado Mendonça Filho e respondida pela Presidência..... 054
Suscitada pelo Deputado Nélson Marchesan e respondida pela Presidência..... 056
Suscitada pelo Deputado Antonio Imbassahy e respondida pela Presidência..... 059
Suscitada pelo Deputado Domingos Sávio e respondida pela Presidência..... 061
3.2 – ORDEM DO DIA
3.2.1 – Item 1
Veto Total nº 28/2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22/2012 (nº 6.096/2009, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho*. **Usa da palavra** a Congressita Vanessa Grazziotin..... 062
3.2.2 – Suspensão da sessão às 19 horas e 53 minutos e reabertura às 20 horas e 56 minutos..... 063
3.2.3 – Suspensão da sessão às 20 horas e 57 minutos do dia 2 do corrente e reabertura às 10 horas e 20 minutos do dia seguinte...... 063
3.2.4 – Mensagem da Presidente da República
Nº 407/2014, encaminhando as razões do Veto Parcial nº 32/2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 99/2013-Complementar. Constituição parcial da Comissão Mista destinada a emitir relatório sobre o referido Veto..... 063
3.3 – ORDEM DO DIA
3.3.1 – Item 1 (continuação)

Veto Total nº 28/2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22/2012 (nº 6.096/2009, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho*..... 069

3.3.2 – Questões de Ordem

Suscitadas pelo Deputado Alexandre Leite e respondida pela Presidência. 069

Suscitada pelo Deputado Mendonça Filho, contraditada pelo Senador José Pimentel e respondida pela Presidência..... 071

3.3.3 – Item 1 (continuação)

Veto Total nº 28/2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22/2012 (nº 6.096/2009, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificaro nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho*. **Usam da palavra** os Congressistas Marcus Pestana, José Pimentel e Pauderney Avelino. 075

3.3.4 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Mendonça Filho e respondida pela Presidência. 077

3.3.5 – Item 1 (continuação)

Veto Total nº 28/2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22/2012 (nº 6.096/2009, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho*. **Usam da palavra** os Congressistas Humberto Costa, Domingos Sávio, Walter Pinheiro, Alice Portugal, Ronaldo Caiado, Luiz Carlos Hauly, Aloysio Nunes Ferreira, Duarte Nogueira e Aécio Neves..... 077

3.3.6 – Leitura de Requerimento

Nº 45/2014-CN, de autoria do Deputado Mendonça Filho, solicitando o encerramento da discussão do Veto Total nº 28/2014. **Aprovado** (votação nominal) 085

3.3.7 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá..... 086

3.3.8 – Item 1 (continuação)

Veto Total nº 28/2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22/2012 (nº 6.096/2009, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho*. **Usam da palavra** os Congressistas Mendonça Filho, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Domingos Sávio e Henrique Fontana 087

3.3.9 – Questões de Ordem

Suscitada pelo Deputado Ronaldo Caiado e respondida pela Presidência..... 097

Suscitada pelo Deputado Arnaldo Jardim..... 097

3.3.10 – Item 1 (continuação)

Veto Total nº 28/2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22/2012 (nº 6.096/2009, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho*. **Usa da palavra** o Deputado Silvio Costa 099

3.3.11 – Questões de Ordem

Suscitada pelo Deputado Arnaldo Jardim..... 120

Suscitada pelo Senador Paulo Paim..... 120

3.3.12 – A Presidência responde às Questões de Ordem suscitadas anteriormente pelos Congressistas Analdo Jardim e Paulo Paim..... 120

3.3.13 – Item 2

Veto Total nº 29/2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2010 (nº 5.005, de 2009 na Casa de origem), que *Altera a denominação da barragem Boqueirão de Parelhas, localizada no Município de Parelhas, no Estado do Rio Grande do Norte, para 'Dr. Ulisses Bezerra Potiguar*. **Usam da palavra** os Congressistas José Agripino, Esperidião Amin, Pauderney Avelino, Marcus Pestana, Chico Alencar, Flexa Ribeiro, Felipe Maia, Marcelo Crivella *124*

3.3.14 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Ronaldo Caiado e contraditada pelo Senador José Pimentel..... 124

3.3.15 – Item 2 (continuação)

Veto Total nº 29/2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2010 (nº 5.005, de 2009 na Casa de origem), que *Altera a denominação da barragem Boqueirão de Parelhas, localizada no Município de Parelhas, no Estado do Rio Grande do Norte, para 'Dr. Ulisses Bezerra Potiguar*. **Usa da palavra** o Congressista Paulo Paim..... *124*

3.3.16 – Leitura de Requerimento

Nº 46/2014-CN, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando o encerramento da discussão do Veto Total nº 29/2014. **Aprovado** (votação nominal) 135

3.3.17 – Item 2 (continuação)

Veto Total nº 29/2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2010 (nº 5.005, de 2009 na Casa de origem), que *Altera a denominação da barragem Boqueirão de Parelhas, localizada no Município de Parelhas, no Estado do Rio Grande do Norte, para 'Dr. Ulisses Bezerra Potiguar*. **Usam da palavra** os Congressistas Vanderlei Macris, Izalci, Domingos Sávio, José Pimentel e Ana Amélia 16

3.3.18 – Questões de Ordem

Suscitada pelo Deputado Mendonça Filho e respondida pela Presidência 143

Suscitada pelo Deputado Pauderney Avelino 178

3.3.19 – Item 1 (continuação)

Veto Total nº 28/2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22/2012 (nº 6.096/2009, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho*. **Mantido** 186

3.3.20 – Item 2 (continuação)

Veto Total nº 29/2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2010 (nº 5.005, de 2009 na Casa de origem), que *Altera a denominação da barragem Boqueirão de Parelhas, localizada no Município de Parelhas, no Estado do Rio Grande do Norte, para 'Dr. Ulisses Bezerra Potiguar*. **Mantido** 186

3.3.21 – Item 3

Projeto de Lei nº 31/2014-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R$ 248.265.342,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais), para o fim que especifica*. **Usam da palavra** os Congressistas Antonio Imbassahy e Magno Malta *192*

3.3.22 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Domingos Sávio e respondida pela Presidência 194

3.3.23 – Item 3 (continuação)

Projeto de Lei nº 31/2014-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R$ 248.265.342,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais), para o fim que especifica*. **Usam da palavra** os Congressistas Marcus Pestana, Izalci, Flexa Ribeiro, Pauderney Avelino, Paulo Paim, Rodrigo Maia, Aloysio Nunes Ferreira e Vieira da Cunha *195*

3.3.24 – Leitura de requerimento

Nº 47/2014-CN, de autoria do Senador José Pimentel e do Deputado Henrique Fontana, solicitando o encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 31/2014-CN. 201

3.3.25 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Domingos Sávio 204

3.3.26 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 47/2014-CN, de autoria do Senador José Pimentel e do Deputado Henrique Fontana. **Aprovado** (votação nominal) 205

3.3.27 – Leitura de requerimento

Nº 48/2014-CN, de autoria do Deputado Domingos Sávio, solicitando a votação nominal do Projeto de Lei nº 31/2014-CN. **Rejeitado** 227

3.3.28 – Item 3 (continuação)

Projeto de Lei nº 31/2014-CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R$ 248.265.342,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais), para o fim que especifica*. **Aprovado**. À sanção 238

3.3.29 – Questões de Ordem

Suscitada pelo Deputado Silvio Costa e respondida pela Presidência 240

3.3.30 – Item 4

Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que *altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014*. Usam da palavra os Congressistas Ronaldo Caiado, Nilson Leitão, Silvio Costa, Aloysio Nunes Ferreira, Aécio Neves, Wellington Dias, Givaldo Carimbão, Izalcy, José Pimentel e Pauderney Avelino *265*

3.3.31 – Leitura de Requerimento

Nº 49/2014-CN, de autoria do Senador José Pimentel e do Deputado Herinque Fontana, solicitando o encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 36/2014-CN 265

3.3.32 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Ronaldo Caiado 265

3.3.33 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 49/2014-CN, de autoria de autoria do Senador José Pimentel e do Deputado Herinque Fontana. **Aprovado** (votação nominal) 274

3.3.34 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Antonio Imbassahy e respondida pela Presidência 278

Suscitada pelo Deputado Ronaldo Caiado, contraditada pelo Deputado Henrique Fontana e respondida pela Presidência 279

Suscitada pela Deputada Jandira Feghali e respondida pela Presidência 280

Suscitada pelo Deputado Pauderney Avelino e respondida pela Presidência 420

Suscitada pelo Deputado Antonio Imbassahy e respondida pela Presidência 421

Suscitada pelo Deputado Vanderlei Macris e respondida pela Presidência 463

3.3.35 – Item 4 (continuação)

Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que *altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014*. **Aprovado**, ressalvado destaque, após **Requerimentos nºs 50 a 77/2014-CN** (votação nominal) *469*

3.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

3.4.1 – Discursos encaminhados à publicação

DEPUTADO *ARNALDO FARIA DE SÁ* – Registro do transcurso dos 65 anos do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo (Sindasp) 483

DEPUTADO *LEONARDO MONTEIRO* – Anúncio da inauguração da fábrica de laticínios Bela Vista no município de Governador Valadares 484

DEPUTADO *EDINHO ARAÚJO* – Congratulações ao Conselho Brasileiro de Oftalmologia pela realização de seminário na CE do Senado Federal para debater temas de interesse dos profissionais da área 484

3.5 – ENCERRAMENTO 485

CONGRESSO NACIONAL

4 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 493

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) 496

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 500

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 502

CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014) 503

CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014) 504

Comissões Mistas Especiais 505

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito 510

5 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) 513

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011) 514

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 517

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999) 518

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 84

Altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União para o Fundo de Participação dos Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159. .....

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma:

.....

e) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano;

....." (NR)

Art. 2º Para os fins do disposto na alínea "e" do inciso I do **caput** do art. 159 da Constituição Federal, a União entregará ao Fundo de Participação dos Municípios o percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados no primeiro exercício em que esta Emenda Constitucional gerar efeitos financeiros, acrescentando-se 0,5% (cinco décimos por cento) a cada exercício, até que se alcance o percentual de 1% (um por cento).

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do exercício subseqüente.

Brasília, 2 de dezembro de 2014.

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado Henrique Eduardo Alves Presidente	Senador Renan Calheiros Presidente
Deputado Arlindo Chinaglia 1º Vice-Presidente	Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente
Deputado Fábio Faria 2º Vice-Presidente	Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente
Deputado Marcio Bittar 1º Secretário	Senador Flexa Ribeiro 1º Secretário
Deputado Simão Sessim 2º Secretário	Senadora Angela Portela 2ª Secretária
Deputado Maurício Quintella Lessa 3º Secretário	Senador Ciro Nogueira 3º Secretário
Deputado Biffi 4º Secretário	Senador João Vicente Claudino 4º Secretário

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 44, DE 2014

ATO DECLARATÓRIO

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional,** nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 652, de 25 de julho de 2014, que "Cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 24 de novembro do corrente ano.

Congresso Nacional, em 26 de novembro de 2014.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 45, DE 2014

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que "dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Senador WILDER MORAIS, na condição de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga destinada ao Democratas, de acordo com o Ofício nº 023/14-GLDEM, do Líder do Democratas no Senado Federal.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 2 de dezembro de 2014.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 46, DE 2014

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 656,** de 7 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 do mesmo mês e ano, que "Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores, prorroga benefícios, altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 2 de dezembro de 2014.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Ata da 30º Sessão Conjunta (Solene), em 2 de dezembro de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 18 minutos e encerra-se às 12 horas e 49 minutos, no Plenário do Senado Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Declaro aberta a sessão do Congresso Nacional, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 84, de 2014, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2013, nº 426, de 2014, na Câmara dos Deputados, que altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União para o Fundo de Participação dos Municípios.

Já estamos presentes compondo a Mesa eu, o Deputado Henrique Eduardo Alves, que é Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Simão Sessim, que é o 2º Secretário da Câmara dos Deputados, o Paulo Ziulkoski, que é Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Convido para compor a Mesa o Deputado Danilo Fortes, que foi o Relator na Câmara dos Deputados desta Proposta de Emenda à Constituição e convido também, com muita satisfação, para compor a Mesa, a Senadora Ana Amélia, que foi a primeira subscritora da proposta, que, como todos sabem, foi consequência da Marcha dos Prefeitos em Brasília.

Convido também o Senador Valdir Raupp e o Deputado Luiz Otavio para comporem a Mesa.

Convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Encontram-se sobre a mesa os autógrafos da emenda constitucional. Foram preparados cinco exemplares destinados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

O Deputado Simão Sessim, 2º Secretário, fará a leitura dos autógrafos da emenda constitucional. Em seguida, proceder-se-á a suas assinaturas.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP – RJ.) –

Emenda Constitucional nº 84. Altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União para o Fundo de Participação dos Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 159, inciso I, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49%, da seguinte forma: 1% ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decênio do mês de julho de cada ano.

Art. 2º Para os fins do disposto na alínea "e" do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal, a União entregará ao Fundo de Participação dos Municípios o percentual de 0,5% (5/10 por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados no primeiro exercício em que esta Emenda Constitucional gerar efeitos financeiros, acrescentando-se 0,5% (5/10 por cento) a cada exercício, até que se alcance o percentual de 1%.

Art. 3º – Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1 de janeiro do exercício subsequente.

Brasília, 2 de dezembro de 2014

Seguem as assinaturas do Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, do Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, e dos demais membros das duas Casas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Assino, neste momento, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, e demais membros da Mesa do Congresso Nacional, a Emenda Constitucional nº 84, de 2014.

Convido os demais membros da Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a aporem suas assinaturas à emenda.

Solicito a todos que se coloquem em posição de respeito.

Nos termos do §1º do art. 60 da Constituição Federal, declaro promulgada a Emenda Constitucional nº 84, de 2014. (*Palmas*.)

Antes de conceder a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, eu quero registrar, com muita satisfação, a honrosa presença, no plenário do Senado Federal, do Senador eleito pelo Estado do Piauí, Elmano Férrer.

É uma honra muito grande, Elmano, tê-lo aqui. Parabéns pela brilhante eleição.

Concedo a palavra ao Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, é uma honra muito grande de, a seu lado aqui, hoje, promulgar esta Emenda Constitucional tão esperada pelos Municípios brasileiros.

Senador Renan; Deputado Simão Sessim, Segundo Secretário da Câmara dos Deputados; Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, um guerreiro nesta luta, desde a Marcha dos Prefeitos, quando lá nos encontramos e assumimos este compromisso que hoje aqui honramos em nome da Câmara dos Deputados do Brasil; Senadora Ana Amélia, primeira subscritora da PEC, portanto, todas as honrarias dos Municípios deste País; Presidente do PMDB, Valdir Raupp; Deputado Luiz Otavio; e deixei por último o Deputado Danilo Fortes, Relator da PEC, que conseguiu construir na Câmara praticamente a unanimidade, apenas um voto contrário diante dos 513 Parlamentares que lá se apresentaram para votar.

Registro, com muita honra e alegria, Presidente Renan Calheiros, a presença aqui de três Prefeitos do meu Estado: Prefeito de Santana do Seridó, Adriano Gama de Oliveira; Prefeito de Cruzeta, Erivanaldo Aquino; Prefeito de Carnaúba dos Dantas, Sérgio Eduardo de Medeiros; e de diversos Vereadores de Alagoas, de Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Sul e de outros Estados.

É um ato importante desta Casa que mostra sua sensibilidade, fazendo com que esta PEC se torne uma realidade, assegurando a mais, aos Municípios brasileiros, entre R$1,5 bilhão a quase R$2 bilhões, a partir de 2015/2016. Meio por cento a mais do produto líquido da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI transferido aos Municípios brasileiros que têm hoje uma participação de 23,5%, passando a 24,5%.

Nós queríamos, Presidente Renan Calheiros – os Deputados e os Senadores aqui sabem –, que essa elevação fosse de 2%. Mas, diante das dificuldades que o País hoje vive – e nós somos testemunhas disso –, o Governo foi sensível. E aqui manifestamos o reconhecimento ao Governo Federal por ter tido a sensibilidade de, pelo menos, conceder 1% – 0,5% em 2015, e 0,5% em 2016.

Mas esta luta continuará, no próximo ano, na próxima legislatura, porque todos nós temos absoluta consciência. E eu sou de um tempo em que se dizia que o Município era o primo pobre da Nação. Era a União, toda poderosa; o Estado, numa fração importante; e o Município, o primo pobre da Nação.

De lá para cá, isso se agravou a tal ponto que, hoje, não é mais o primo pobre, é o paupérrimo primo pobre. O Município brasileiro foi, ao longo do tempo, apenas assumindo demandas, obrigações, responsabilidades, repasses do Governo Federal, sem ter as contrapartidas necessárias para honrá-las e para cumpri-las.

Os Municípios brasileiros, hoje, sobretudo aqueles do Nordeste e do Norte brasileiros, que dependem, praticamente, do Fundo de Participação dos Municípios, mal estão conseguindo honrar as suas obrigações constitucionais, pagar em dia aos seus servidores, sem qualquer autonomia financeira, para detectar e realizar demandas necessárias das cidades, dos distritos e da população.

É muito difícil, hoje, viver uma realidade municipal, sem ficar, mais do que com uma preocupação, com uma agonia com a situação dos Prefeitos, dos Governos Municipais, diante de tantas demandas que lá se realizam. E quando hoje assistimos manifestações crescentes, nos grandes centros deste País, pela insatisfação da prestação de qualidade dos serviços públicos, notadamente saúde, educação, segurança, mobilidade, ação social, isso tudo não acontece de graça, nem por acaso, nos grandes centros.

O seu começo, a sua raiz vem lá do pequeno Município, que, não conseguindo atender a primeira demanda à primeira porta que bate, isso tende a crescer para os Estados, chegar ao País e aos grandes centros. E a maneira de corrigir, ou pelo menos minimizar, é fortalecendo os Municípios, dando a eles condições de apenas não atender a repasses, a demandas e a responsabilidades que lhes foram entregues, mas lhes dando autoridade, autonomia para, identificando lá no pequeno, no pobre, no pequeno bairro, no pequeno distrito, as necessidades que chegam, ter a resposta imediata do prefeito, do vice-prefeitos, dos vereadores e dos Municípios.

Portanto, este é um ato que nos alegra, mas ainda é muito aquém daquilo de que precisavam os Municípios brasileiros. Pelo menos é um primeiro passo, é um cumprimento do nosso dever.

E quero aqui registrar que esta PEC nasceu no Senado Federal, sob o comando do Presidente Renan Calheiros; foi à Câmara dos Deputados, onde havia outra, mas, para agilizarmos o procedimento, votamos a

oriunda do Senado, sob o comando do Deputado João Maia, do meu Estado, que presidiu a comissão especial. E aqui as nossas homenagens a ele, pela agilidade, e ao Relator Danilo, que fizeram com que pudéssemos chegar ao plenário e hoje ser aprovada.

Eram apenas essas palavras, parabenizando os Municípios brasileiros por esta conquista: para 2015, 0,5%; para 2016, 0,5%, mas deixando claro que esta luta continua, ela há de continuar vigorosa, para que os Municípios venham a ter um espaço que hoje não têm, nem assim terão, mas que precisam ter, da sua valorização, da sua vitalidade e da sua força.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra, rapidamente, ao Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, para fazer um agradecimento às duas Casas do Congresso Nacional.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB – RN) – Presidente, eu me esqueci de citar uma presença muito importante, de uma mulher Prefeita, a Bernadete, Prefeita de Riacho da Cruz, que veio lá do oeste do Rio Grande do Norte testemunhar este ato.

Muito obrigado, Prefeita. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É uma honra muito grande tê-la aqui, Prefeita Bernadete.

Paulo, por favor.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Muito bom dia! Eu queria, em nome dos 5.568 Municípios brasileiros, nesta oportunidade em que é promulgada a Emenda Constitucional nº 84, agradecer ao Congresso Nacional; à Câmara Federal, através de seu Presidente, que teve uma luta bastante grande; ao Presidente da Comissão, João Maia; ao nosso Relator do Ceará, que também contribuiu bastante; ao Deputado Renato Molling, enfim, a todos os Deputados e Deputadas; ao Senado Federal também; ao Presidente Renan Calheiros; a todos os Senadores e Senadoras, especialmente à Senadora do meu Estado, Senadora Ana Amélia, que foi a primeira subscritora e que trabalhou bastante nesta questão; saudar a todos e agradecer também à Presidente Dilma, porque, embora esta seja uma Emenda Constitucional votada e promulgada pelo Congresso, teve a anuência política da Presidência da República, em um momento – a gente sabe – de difícil situação fiscal que o País atravessa, e foi liberado o Congresso para construir esse 1%. Queríamos os 2%, mas não foi possível.

Tenho certeza de que esses recursos que serão pagos sempre no mês de julho, que é o mês em que o FPM é o mais baixo do ano, vão ajudar 3,5 mil Municípios que têm mais de 50% da sua arrecadação baseada no FPM, e mais de 65% têm predominância no FPM.

Portanto, desses recursos, 21% estamos gastando com a saúde; 30% vão para a educação. Isso vai para o cidadão e, por isso, agradecemos nesta oportunidade.

Muito obrigado ao Congresso Nacional, no seu conjunto, e à Presidência da República.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB – RN) – Senador Renan Calheiros, eu cometi um erro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Presidente Henrique Eduardo Alves.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB – RN. Sem revisão do orador.) – Senador Renan, Brenno Queiroga, de Olho D'Água do Borges, um pequeno Município do oeste do Rio Grande do Norte, com a qualidade a mais, de pertencer ao nosso PMDB, aqui está presente prestigiando este ato em favor dos Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É uma honra muito grande, Brenno, tê-lo aqui no Senado Federal.

Meu caro Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, é o ator fundamental para que hoje pudéssemos promulgar esta Emenda Constitucional.

Eu me recordo, Paulo, Ana Amélia e demais membros da Mesa, permitam-me dizer, que eu mesmo fui a Natal, no Rio Grande do Norte, a convite do Presidente da Câmara dos Deputados, para mobilizarmos prefeitos e assumirmos publicamente compromisso com relação à elevação do Fundo de Participação dos Municípios.

Meu caro Deputado Simão Sessin; meu caro Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, quero, cumprimentando o Paulo, esse batalhador, esse guerreiro, cumprimentar todos os prefeitos e prefeitas do Brasil. Quero também cumprimentar todos os vereadores e todas as vereadoras do nosso País.

Cumprimento o Deputado Danilo Forte, que foi, com brilhantismo, Relator da Proposta de Emenda à Constituição na Câmara dos Deputados; a Senadora Ana Amélia, primeira subscritora desta Proposta de Emenda à Constituição, que trabalhou em todos os momentos para que ela fosse aprovada aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados; o Senador Valdir Raupp, Primeiro Vice-Presidente do PMDB, que também teve a oportunidade de percorrer o Brasil, colaborando com essa insubstituível mobilização; o Deputado Luiz Otavio, que igualmente trabalhou para que este dia acontecesse.

Quero cumprimentar o Senador Wellington Dias; já cumprimentei, mas quero cumprimentar novamente a Deputada Marinha; cumprimentei o Senador eleito Elmano Férrer; o meu Líder querido, Senador Eunício Oliveira, Líder da Bancada do PMDB no Senado Federal, também peça fundamental, importantíssima e insubstituível para que nós aprovássemos esta matéria; o meu caro Waldemir Moka, que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e também uma importante Liderança do nosso Partido aqui, no Senado Federal, que trabalhou para que esta promulgação acontecesse.

Se fôssemos, Presidente Henrique, resumir em poucas palavras o significado da Emenda Constitucional nº 84, poderíamos dizer, de logo, que ela representa uma interrupção no panorama de severas dificuldades financeiras enfrentadas atualmente pela grande maioria dos 5.570 Municípios brasileiros.

Em alguns casos mais extremos, Senadora Ana Amélia, o aumento de 1% nos repasses pela União se constitui na única chance de manutenção pelos Municípios dos essenciais serviços públicos de saúde e de educação, por exemplo.

Esse aporte de recursos – e isso já foi dito aqui pelo Presidente da Câmara dos Deputados – irá, sem dúvida alguma, atenuar a injusta distribuição do bolo tributário, que beneficia a União, em detrimento dos Estados e dos Municípios. É mais um passo que o Congresso Nacional está dando para o Pacto Federativo. Com este propósito de aumentar a capacidade de investimentos de Estados e Municípios, nós já aprovamos, como todos acompanharam, aqui no Senado Federal, a nova partilha dos impostos sobre o comércio eletrônico, e, mais recentemente, após muitas negociações e reuniões com governadores, prefeitos e a área econômica do Governo Federal, a troca do indexador das dívidas, já sancionado pela Presidente da República.

Promover uma distribuição de renda é dever de todos nós e um desafio para toda a Nação brasileira. Não se trata de um processo simples e sem polêmicas. E, por isso mesmo, gera uma série de tensões que repercutem em questões nacionais de grande relevância.

A Emenda Constitucional nº 84, a partir de julho do próximo ano, dará início ao novo repasse de 24,5% ao FPM da soma do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados, arrecadados pelo governo federal.

A modificação que acrescenta um ponto percentual à totalidade do repasse, como falei, entrará em vigor em julho próximo, com o depósito da metade do acréscimo, o que significa R$1,4 bilhão de reais. Em julho de 2016, com o repasse da outra metade, as prefeituras municipais de todo o País terão uma receita adicional de R$4 bilhões.

Esta, Presidente Henrique, Presidente Paulo Ziulkoski, Senador Eduardo Braga, Líder do PMDB nesta Casa do Congresso Nacional, é a segunda promulgação que tenho a oportunidade de fazer, elevando o Fundo de Participação dos Municípios. Em 2005, nós elevamos o Fundo de Participação em 1% com a Emenda nº 55 e, agora, com a Emenda nº 54, elevamos mais 1% do Fundo de Participação dos Municípios.

Como todos sabem, o Fundo de Participação dos Municípios é um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, promovendo o equilíbrio sócio-econômico entre os Estados e os Municípios brasileiros.

De acordo com estimativa da Confederação Nacional de Municípios, cerca de 80% das prefeituras têm o Fundo de Participação como a maior fonte de recursos. Assim, como todos sabem, o grau de dependência desse repasse é vital, a ponto de, em muitos Municípios, superar, facilmente, a receita tributária. Dessa forma, qualquer defasagem nesse aporte de recursos compromete drasticamente as administrações municipais.

O aumento proporcionado pela Emenda significa, como já disse e como já disseram, muito para as administrações que recebem constantemente inúmeras atribuições sem a devida fonte de financiamento.

Temos ciência, Presidente Paulo Ziulkoski, de que o índice de repasse de 24,5% não será suficiente para todas as demandas dos Municípios e nem se coaduna, evidentemente, com a necessidade de maior distribuição de renda de que carece o nosso País.

Entretanto, temos que comemorar o reajuste nesse repasse e felicitar o empenho de todos os Parlamentares pela conquista, especialmente da Senadora Ana Amélia que, como disse aqui, deu início a essa luta. Depois da Marcha dos Prefeitos, ela subscreveu como primeira subscritora essa emenda que hoje chega a seu fim com a sua devida promulgação.

Muito obrigado a todos. Muito obrigado.

Deputado Henrique Eduardo Alves. (*Palmas.*)

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB – RN) – Vou quebrar o protocolo aqui rapidamente para registrar que esperamos também dar hoje aos Municípios uma boa notícia. Tentaremos aprovar, Senador Renan, o que os senhores já aprovaram aqui por unanimidade: o orçamento impositivo na Câmara dos Deputados. O que torna, portanto, uma boa notícia aos Municípios, que têm sempre suas emendas... (*Palmas.*) ... sujeitas a bom humor, mau humor de todos os governos – de ontem, de anteontem. Queremos acabar com isso, tor-

nando esse orçamento de emendas apresentadas pelos Srs. Parlamentares, atendendo às reivindicações dos Municípios, impositivo.

Portanto, hoje à tarde, espero que a Câmara possa votar e aprovar; e, quem sabe, nos próximos dias, mais uma promulgação sob a sua presidência, Senador Renan Calheiros.

Era apenas isso que queria prenunciar nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos ao Presidente da Câmara dos Deputados por mais essa importantíssima informação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 49 minutos.)

Ata da 31ª Sessão Conjunta, em 2 e 3 de dezembrode 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Arlindo Chinaglia e Romero Jucá.

(*Inicia-se a sessão às 18 horas e 24 minutos do dia 2 de dezembro de 2014 e encerra-se às 4 horas e 58 minutos do dia 4 de dezembro de 2013.*)

São os seguintes os registros de comparecimento das Srªs e dos Srs. Senadores:

54ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 02/12/2014

Presidente da Casa: Renan Calheiros - PMDB/AL

Presidiram a Sessão: Arlindo Chinaglia - 10:20
Renan Calheiros - 10:47
Romero Jucá - 18:26
Renan Calheiros - 18:42

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Inicio : 02/12/2014 18:24
Fim : 03/12/2014 10:52

Total de Presentes: 59

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Angela Portela	PT	
Romero Jucá	PMDB	
Presentes de Roraima : 2		
AMAPÁ		
João Capiberibe	PSB	
José Sarney	PMDB	
Randolfe Rodrigues	PSOL	
Presentes de Amapá : 3		
PARÁ		
Flexa Ribeiro	PSDB	
Presentes de Pará : 1		
AMAZONAS		
Alfredo Nascimento	PR	
Eduardo Braga	PMDB	
Vanessa Grazziotin	PCdoB	
Presentes de Amazonas : 3		
RONDONIA		
Acir Gurgacz	PDT	
Ivo Cassol	PP	
Valdir Raupp	PMDB	
Presentes de Rondonia : 3		
ACRE		
Anibal Diniz	PT	
Jorge Viana	PT	
Sérgio Petecão	PSD	
Presentes de Acre : 3		
TOCANTINS		
Ataídes Oliveira	PROS	
Vicentinho Alves	Solidaried	
Presentes de Tocantins : 2		

	Partido	Bloco
MARANHÃO		
João Alberto Souza	PMDB	
Lobão Filho	PMDB	
Presentes de Maranhão : 2		
CEARÁ		
Eunício Oliveira	PMDB	
José Pimentel	PT	
Presentes de Ceará : 2		
PIAUÍ		
Ciro Nogueira	PP	
João Vicente Claudino	PTB	
Wellington Dias	PT	
Presentes de Piauí : 3		
RIO GRANDE DO NORTE		
Ivonete Dantas	PMDB	
Paulo Davim	PV	
Presentes de Rio Grande do Norte : 2		
PARAÍBA		
Cássio Cunha Lima	PSDB	
Vital do Rêgo	PMDB	
Presentes de Paraíba : 2		
PERNAMBUCO		
Armando Monteiro	PTB	
Humberto Costa	PT	
Jarbas Vasconcelos	PMDB	
Presentes de Pernambuco : 3		
ALAGOAS		
Benedito de Lira	PP	
Renan Calheiros	PMDB	
Presentes de Alagoas : 2		
SERGIPE		
Antonio Carlos Valadares	PSB	
Eduardo Amorim	PSC	
Presentes de Sergipe : 2		
BAHIA		
Lídice da Mata	PSB	
Walter Pinheiro	PT	
Presentes de Bahia : 2		
MINAS GERAIS		
Aécio Neves	PSDB	
Presentes de Minas Gerais : 1		
ESPÍRITO SANTO		
Ana Rita	PT	
Magno Malta	PR	
Presentes de Espírito Santo : 2		

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
Francisco Dornelles	PP	
Lindbergh Farias	PT	
Marcelo Crivella	PRB	
Presentes de Rio de Janeiro : 3		
SÃO PAULO		
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	
Eduardo Suplicy	PT	
Presentes de São Paulo : 2		
MATO GROSSO		
Blairo Maggi	PR	
Pedro Taques	PDT	
Presentes de Mato Grosso : 2		
DISTRITO FEDERAL		
Gim	PTB	
Presentes de Distrito Federal : 1		
GOIÁS		
Cyro Miranda	PSDB	
Lúcia Vânia	PSDB	
Wilder Morais	DEM	
Presentes de Goiás : 3		
MATO GROSSO DO SUL		
Delcídio do Amaral	PT	
Waldemir Moka	PMDB	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 2		
PARANÁ		
Gleisi Hoffmann	PT	
Presentes de Paraná : 1		
SANTA CATARINA		
Casildo Maldaner	PMDB	
Luiz Henrique	PMDB	
Paulo Bauer	PSDB	
Presentes de Santa Catarina : 3		
RIO GRANDE DO SUL		
Ana Amélia	PP	
Paulo Paim	PT	
Presentes de Rio Grande do Sul : 2		

54ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 03/12/2014

Presidente da Casa: Renan Calheiros - PMDB/AL

Presidiram a Sessão: Renan Calheiros - 10:53
Romero Jucá - 16:25
Renan Calheiros - 18:15

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Inicio : 03/12/2014 10:53
Fim : 04/12/2014 05:00

Total de Presentes: 67

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Angela Portela	PT	
Romero Jucá	PMDB	
Presentes de Roraima : 2		
AMAPÁ		
João Capiberibe	PSB	
José Sarney	PMDB	
Randolfe Rodrigues	PSOL	
Presentes de Amapá : 3		
PARÁ		
Flexa Ribeiro	PSDB	
Presentes de Pará : 1		
AMAZONAS		
Alfredo Nascimento	PR	
Eduardo Braga	PMDB	
Vanessa Grazziotin	PCdoB	
Presentes de Amazonas : 3		
RONDONIA		
Acir Gurgacz	PDT	
Ivo Cassol	PP	
Valdir Raupp	PMDB	
Presentes de Rondonia : 3		
ACRE		
Anibal Diniz	PT	
Jorge Viana	PT	
Sérgio Petecão	PSD	
Presentes de Acre : 3		
TOCANTINS		
Ataídes Oliveira	PROS	
Vicentinho Alves	Solidaried	
Presentes de Tocantins : 2		

	Partido	Bloco
MARANHÃO		
João Alberto Souza	PMDB	
Lobão Filho	PMDB	
Presentes de Maranhão : 2		
CEARÁ		
Eunício Oliveira	PMDB	
Inácio Arruda	PCdoB	
José Pimentel	PT	
Presentes de Ceará : 3		
PIAUÍ		
Ciro Nogueira	PP	
João Vicente Claudino	PTB	
Wellington Dias	PT	
Presentes de Piaui : 3		
RIO GRANDE DO NORTE		
Ivonete Dantas	PMDB	
José Agripino	DEM	
Presentes de Rio Grande do Norte : 2		
PARAÍBA		
Cássio Cunha Lima	PSDB	
Vital do Rêgo	PMDB	
Presentes de Paraíba : 2		
PERNAMBUCO		
Armando Monteiro	PTB	
Humberto Costa	PT	
Jarbas Vasconcelos	PMDB	
Presentes de Pernambuco : 3		
ALAGOAS		
Benedito de Lira	PP	
Renan Calheiros	PMDB	
Presentes de Alagoas : 2		
SERGIPE		
Antonio Carlos Valadares	PSB	
Eduardo Amorim	PSC	
Presentes de Sergipe : 2		
BAHIA		
João Durval	PDT	
Lídice da Mata	PSB	
Walter Pinheiro	PT	
Presentes de Bahia : 3		
MINAS GERAIS		
Aécio Neves	PSDB	
Antônio Aureliano	PSDB	
Presentes de Minas Gerais : 2		

ESPÍRITO SANTO	Partido	Bloco
Ana Rita	PT	
Magno Malta	PR	
Ricardo Ferraço	PMDB	

Presentes de Espírito Santo : 3

RIO DE JANEIRO		
Francisco Dornelles	PP	
Lindbergh Farias	PT	
Marcelo Crivella	PRB	

Presentes de Rio de Janeiro : 3

SÃO PAULO		
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	
Eduardo Suplicy	PT	
Marta Suplicy	PT	

Presentes de São Paulo : 3

MATO GROSSO		
Blairo Maggi	PR	
Pedro Taques	PDT	

Presentes de Mato Grosso : 2

DISTRITO FEDERAL		
Cristovam Buarque	PDT	
Gim	PTB	
Rodrigo Rollemberg	PSB	

Presentes de Distrito Federal : 3

GOIÁS		
Cyro Miranda	PSDB	
Wilder Morais	DEM	

Presentes de Goiás : 2

MATO GROSSO DO SUL		
Delcídio do Amaral	PT	
Waldemir Moka	PMDB	

Presentes de Mato Grosso do Sul : 2

PARANÁ		
Gleisi Hoffmann	PT	
Roberto Requião	PMDB	

Presentes de Paraná : 2

SANTA CATARINA		
Casildo Maldaner	PMDB	
Luiz Henrique	PMDB	
Paulo Bauer	PSDB	

Presentes de Santa Catarina : 3

RIO GRANDE DO SUL		
Ana Amélia	PP	
Paulo Paim	PT	
Pedro Simon	PMDB	

Presentes de Rio Grande do Sul : 3

São os seguintes os registros de comparecimento das Srªs e dos Srs. Senadores

54ª LEGISLATURA

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 02/12/2014

Inicio : 02/12/2014 18:24
Fim : 03/12/2014 10:52

Total de Presentes : 462

	Partido	Bloco
RORAIMA		
001 - Berinho Bantim	Solidaried	
003 - Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp
002 - Edio Lopes	PMDB	
005 - Jhonatan de Jesus	PRB	
004 - Luciano Castro	PR	PrPtdobPrp
616 - Urzeni Rocha	PSD	
Presentes Roraima: 6		
AMAPÁ		
009 - Dalva Figueiredo	PT	
010 - Davi Alcolumbre	DEM	
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	
012 - Fátima Pelaes	PMDB	
572 - Janete Capiberibe	PSB	
014 - Luiz Carlos	PSDB	
017 - Sebastião Bala Rocha	Solidaried	
016 - Vinicius Gurgel	PR	PrPtdobPrp
Presentes Amapá: 8		
PARÁ		
018 - Arnaldo Jordy	PPS	
019 - Beto Faro	PT	
022 - Cláudio Puty	PT	
518 - Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros
021 - Elcione Barbalho	PMDB	
027 - Giovanni Queiroz	PDT	
026 - José Priante	PMDB	
030 - Josué Bengtson	PTB	
028 - Lira Maia	DEM	
029 - Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp
526 - Luiz Otavio	PMDB	
035 - Miriquinho Batista	PT	
032 - Wandenkolk Gonçalves	PSDB	
023 - Wladimir Costa	Solidaried	
025 - Zé Geraldo	PT	

	Partido	Bloco
PARÁ		
033 - Zequinha Marinho	PSC	
Presentes Pará: 16		
AMAZONAS		
038 - Átila Lins	PSD	
605 - Dr. Luiz Fernando	PSD	
041 - Francisco Praciano	PT	
040 - Pauderney Avelino	DEM	
043 - Sabino Castelo Branco	PTB	
039 - Silas Câmara	PSD	
Presentes Amazonas: 6		
RONDONIA		
642 - Amir Lando	PMDB	
615 - Anselmo de Jesus	PT	
044 - Carlos Magno	PP	PpPros
583 - Marcos Rogério	PDT	
050 - Marinha Raupp	PMDB	
049 - Moreira Mendes	PSD	
047 - Nilton Capixaba	PTB	
048 - Padre Ton	PT	
Presentes Rondonia: 8		
ACRE		
053 - Antônia Lúcia	PSC	
054 - Flaviano Melo	PMDB	
052 - Henrique Afonso	PV	
057 - Marcio Bittar	PSDB	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	
058 - Sibá Machado	PT	
059 - Taumaturgo Lima	PT	
Presentes Acre: 7		
TOCANTINS		
064 - César Halum	PRB	
060 - Eduardo Gomes	Solidaried	
066 - Júnior Coimbra	PMDB	
063 - Lázaro Botelho	PP	PpPros
620 - Osvaldo Reis	PMDB	
067 - Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
Presentes Tocantins: 6		
MARANHÃO		
071 - Alberto Filho	PMDB	
068 - Carlos Brandão	PSDB	
070 - Cleber Verde	PRB	
528 - Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtdobPrp
072 - Domingos Dutra	Solidaried	
075 - Gastão Vieira	PMDB	

	Partido	Bloco
MARANHÃO		
076 - Hélio Santos	PSDB	
077 - Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrp
082 - Pedro Novais	PMDB	
081 - Professor Setimo	PMDB	
085 - Sarney Filho	PV	
585 - Simplício Araújo	Solidaried	
084 - Waldir Maranhão	PP	PpPros
579 - Weverton Rocha	PDT	
086 - Zé Vieira	PROS	PpPros
Presentes Maranhão: 15		
CEARÁ		
089 - André Figueiredo	PDT	
087 - Aníbal Gomes	PMDB	
093 - Antonio Balhmann	PROS	PpPros
092 - Ariosto Holanda	PROS	PpPros
090 - Arnon Bezerra	PTB	
088 - Chico Lopes	PCdoB	
095 - Danilo Forte	PMDB	
097 - Domingos Neto	PROS	PpPros
098 - Edson Silva	PROS	PpPros
091 - Eudes Xavier	PT	
099 - Genecias Noronha	Solidaried	
100 - Gorete Pereira	PR	PrPtdobPrp
106 - João Ananias	PCdoB	
101 - José Airton	PT	
103 - José Guimarães	PT	
096 - José Linhares	PP	PpPros
104 - Manoel Salviano	PSD	
590 - Mário Feitoza	PMDB	
105 - Mauro Benevides	PMDB	
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
107 - Vicente Arruda	PROS	PpPros
Presentes Ceará: 21		
PIAUÍ		
111 - Assis Carvalho	PT	
109 - Átila Lira	PSB	
112 - Hugo Napoleão	PSD	
113 - Iracema Portella	PP	PpPros
115 - Jesus Rodrigues	PT	
114 - Júlio Cesar	PSD	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
117 - Marlos Sampaio	PMDB	
116 - Osmar Júnior	PCdoB	
118 - Paes Landim	PTB	
Presentes Piauí: 10		

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO NORTE		
122 - Betinho Rosado	PP	PpPros
119 - Fábio Faria	PSD	
121 - Fátima Bezerra	PT	
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	
124 - João Maia	PR	PrPtdobPrp
126 - Paulo Wagner	PV	
125 - Sandra Rosado	PSB	
Presentes Rio Grande do Norte: 8		
PARAÍBA		
129 - Aguinaldo Ribeiro	PP	PpPros
131 - Benjamin Maranhão	Solidaried	
127 - Damião Feliciano	PDT	
128 - Efraim Filho	DEM	
132 - Hugo Motta	PMDB	
133 - Luiz Couto	PT	
599 - Major Fábio	PROS	PpPros
130 - Manoel Junior	PMDB	
134 - Nilda Gondim	PMDB	
137 - Ruy Carneiro	PSDB	
136 - Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrp
139 - Wilson Filho	PTB	
Presentes Paraíba: 12		
PERNAMBUCO		
142 - Anderson Ferreira	PR	PrPtdobPrp
647 - André de Paula	PSD	
144 - Augusto Coutinho	Solidaried	
146 - Bruno Araújo	PSDB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB	
148 - Danilo Cabral	PSB	
156 - Eduardo da Fonte	PP	PpPros
141 - Fernando Ferro	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	
149 - João Paulo Lima	PT	
150 - Jorge Côrte Real	PTB	
151 - José Augusto Maia	PROS	PpPros
147 - José Chaves	PTB	
153 - Luciana Santos	PCdoB	
154 - Mendonça Filho	DEM	
155 - Pastor Eurico	PSB	
554 - Paulo Rubem Santiago	PDT	
161 - Pedro Eugênio	PT	
163 - Raul Henry	PMDB	
160 - Silvio Costa	PSC	
555 - Vilalba	PP	PpPros

	Partido	Bloco
PERNAMBUCO		
164 - Wolney Queiroz	PDT	
Presentes Pernambuco: 22		
ALAGOAS		
596 - Alexandre Toledo	PSB	
162 - Arthur Lira	PP	PpPros
607 - Francisco Tenório	PMN	
166 - Givaldo Carimbão	PROS	PpPros
168 - Maurício Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrp
608 - Paulão	PT	
169 - Renan Filho	PMDB	
170 - Rosinha da Adefal	PTdoB	PrPtdobPrp
Presentes Alagoas: 8		
SERGIPE		
173 - Almeida Lima	PMDB	
174 - Andre Moura	PSC	
619 - Fabio Reis	PMDB	
176 - Laercio Oliveira	Solidaried	
177 - Márcio Macêdo	PT	
179 - Mendonça Prado	DEM	
178 - Rogério Carvalho	PT	
183 - Valadares Filho	PSB	
Presentes Sergipe: 8		
BAHIA		
182 - Afonso Florence	PT	
180 - Alice Portugal	PCdoB	
184 - Amauri Teixeira	PT	
189 - Antonio Brito	PTB	
191 - Antonio Imbassahy	PSDB	
192 - Arthur Oliveira Maia	Solidaried	
186 - Claudio Cajado	DEM	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
193 - Edson Pimenta	PSD	
523 - Emiliano José	PT	
194 - Erivelton Santana	PSC	
190 - Fábio Souto	DEM	
195 - Félix Mendonça Júnior	PDT	
196 - Fernando Torres	PSD	
185 - Geraldo Simões	PT	
198 - Jânio Natal	PRP	PrPtdobPrp
187 - João Carlos Bacelar	PR	PrPtdobPrp
199 - João Leão	PP	PpPros
197 - José Carlos Araújo	PSD	
201 - José Nunes	PSD	
203 - José Rocha	PR	PrPtdobPrp
202 - Josias Gomes	PT	

	Partido	Bloco
BAHIA		
206 - Jutahy Junior	PSDB	
205 - Lucio Vieira Lima	PMDB	
204 - Luiz Alberto	PT	
207 - Luiz Argôlo	Solidaried	
609 - Luiz de Deus	DEM	
212 - Márcio Marinho	PRB	
200 - Marcos Medrado	Solidaried	
208 - Maurício Trindade	PROS	PpPros
215 - Oziel Oliveira	PDT	
214 - Paulo Magalhães	PSD	
211 - Roberto Britto	PP	PpPros
216 - Rui Costa	PT	
213 - Sérgio Brito	PSD	
218 - Valmir Assunção	PT	
219 - Waldenor Pereira	PT	
Presentes Bahia: 37		
MINAS GERAIS		
220 - Ademir Camilo	PROS	PpPros
224 - Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp
225 - Alexandre Silveira	PSD	
227 - Antônio Andrade	PMDB	
221 - Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrp
232 - Bilac Pinto	PR	PrPtdobPrp
534 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
226 - Carlos Melles	DEM	
228 - Diego Andrade	PSD	
231 - Dimas Fabiano	PP	PpPros
233 - Domingos Sávio	PSDB	
235 - Dr. Grilo	Solidaried	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
242 - Eros Biondini	PTB	
238 - Fábio Ramalho	PV	
244 - Gabriel Guimarães	PT	
241 - George Hilton	PRB	
236 - Geraldo Thadeu	PSD	
240 - Jaime Martins	PSD	
533 - Jairo Ataíde	DEM	
246 - Jô Moraes	PCdoB	
239 - João Magalhães	PMDB	
249 - José Humberto	PSD	
250 - Júlio Delgado	PSB	
245 - Lael Varella	DEM	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	
243 - Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrp

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
251 - Luis Tibé	PTdoB	PrPtdobPrp
256 - Luiz Fernando Faria	PP	PpPros
257 - Marcos Montes	PSD	
254 - Marcus Pestana	PSDB	
610 - Margarida Salomão	PT	
252 - Mauro Lopes	PMDB	
261 - Miguel Corrêa	PT	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
258 - Newton Cardoso	PMDB	
611 - Nilmário Miranda	PT	
269 - Odair Cunha	PT	
259 - Padre João	PT	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
558 - Stefano Aguiar	PSB	
651 - Subtenente Gonzaga	PDT	
264 - Toninho Pinheiro	PP	PpPros
532 - Vitor Penido	DEM	
267 - Walter Tosta	PSD	
270 - Weliton Prado	PT	
271 - Zé Silva	Solidaried	
Presentes Minas Gerais: 50		
ESPÍRITO SANTO		
543 - Camilo Cola	PMDB	
275 - Carlos Manato	Solidaried	
276 - Cesar Colnago	PSDB	
278 - Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros
273 - Iriny Lopes	PT	
279 - Lauriete	PSC	
277 - Lelo Coimbra	PMDB	
280 - Paulo Foletto	PSB	
282 - Rose de Freitas	PMDB	
281 - Sueli Vidigal	PDT	
Presentes Espírito Santo: 10		
RIO DE JANEIRO		
287 - Alessandro Molon	PT	
285 - Alexandre Santos	PMDB	
283 - Andreia Zito	PSDB	
288 - Arolde de Oliveira	PSD	
290 - Aureo	Solidaried	
295 - Chico Alencar	PSOL	
293 - Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrp
529 - Dr. Carlos Alberto	PMN	
296 - Dr. Paulo César	PR	PrPtdobPrp

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
298 - Edson Ezequiel	PMDB	
299 - Edson Santos	PT	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
301 - Felipe Bornier	PSD	
303 - Filipe Pereira	PSC	
297 - Francisco Floriano	PR	PrPtdobPrp
304 - Glauber Braga	PSB	
306 - Hugo Leal	PROS	PpPros
302 - Jair Bolsonaro	PP	PpPros
305 - Jandira Feghali	PCdoB	
310 - Jorge Bittar	PT	
308 - Julio Lopes	PP	PpPros
312 - Leonardo Picciani	PMDB	
309 - Lilliam Sá	PROS	PpPros
313 - Luiz Sérgio	PT	
614 - Manuel Rosa Neca	PR	PrPtdobPrp
311 - Marcelo Matos	PDT	
317 - Miro Teixeira	PROS	PpPros
316 - Otavio Leite	PSDB	
577 - Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp
314 - Pedro Paulo	PMDB	
318 - Rodrigo Bethlem	PMDB	
322 - Rodrigo Maia	DEM	
319 - Romário	PSB	
320 - Sergio Zveiter	PSD	
327 - Simão Sessim	PP	PpPros
324 - Vitor Paulo	PRB	
325 - Walney Rocha	PTB	
326 - Washington Reis	PMDB	
328 - Zoinho	PR	PrPtdobPrp
Presentes Rio de Janeiro: 39		
SÃO PAULO		
329 - Abelardo Camarinha	PSB	
334 - Alexandre Leite	DEM	
330 - Aline Corrêa	PP	PpPros
333 - Antonio Bulhões	PRB	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
340 - Beto Mansur	PRB	
335 - Bruna Furlan	PSDB	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
342 - Devanir Ribeiro	PT	

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
541 - Dr. Ubiali	PSB	
350 - Duarte Nogueira	PSDB	
344 - Edinho Araújo	PMDB	
537 - Eleuses Paiva	PSD	
345 - Eli Correa Filho	DEM	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
626 - Francisco Chagas	PT	
347 - Gabriel Chalita	PMDB	
357 - Guilherme Campos	PSD	
348 - Guilherme Mussi	PP	PpPros
645 - Gustavo Petta	PCdoB	
644 - Helcio Silva	PT	
618 - Iara Bernardi	PT	
359 - Ivan Valente	PSOL	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
349 - Jefferson Campos	PSD	
362 - João Dado	Solidaried	
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
364 - José Aníbal	PSDB	
367 - José Mentor	PT	
355 - Junji Abe	PSD	
356 - Keiko Ota	PSB	
365 - Luiz Fernando Machado	PSDB	
366 - Mara Gabrilli	PSDB	
370 - Marcelo Aguiar	DEM	
374 - Milton Monti	PR	PrPtdobPrp
375 - Missionário José Olimpio	PP	PpPros
381 - Nelson Marquezelli	PTB	
377 - Newton Lima	PT	
378 - Otoniel Lima	PRB	
379 - Pastor Marco Feliciano	PSC	
380 - Paulo Freire	PR	PrPtdobPrp
372 - Paulo Pereira da Silva	Solidaried	
376 - Paulo Teixeira	PT	
382 - Penna	PV	
643 - Renato Simões	PT	
383 - Ricardo Izar	PSD	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
385 - Roberto de Lucena	PV	
387 - Roberto Freire	PPS	
386 - Roberto Santiago	PSD	
392 - Tiririca	PR	PrPtdobPrp
521 - Vanderlei Macris	PSDB	
581 - Vanderlei Siraque	PT	
394 - Vaz de Lima	PSDB	
395 - Vicente Candido	PT	

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
396 - Vicentinho	PT	
397 - William Dib	PSDB	
Presentes São Paulo: 61		
MATO GROSSO		
400 - Carlos Bezerra	PMDB	
401 - Eliene Lima	PSD	
399 - Júlio Campos	DEM	
573 - Nilson Leitão	PSDB	
519 - Roberto Dorner	PSD	
405 - Ságuas Moraes	PT	
404 - Valtenir Pereira	PROS	PpPros
406 - Wellington Fagundes	PR	PrPtdobPrp
Presentes Mato Grosso: 8		
DISTRITO FEDERAL		
407 - Erika Kokay	PT	
408 - Izalci	PSDB	
409 - Jaqueline Roriz	PMN	
410 - Luiz Pitiman	PSDB	
411 - Magela	PT	
539 - Policarpo	PT	
413 - Reguffe	PDT	
414 - Ronaldo Fonseca	PROS	PpPros
Presentes Distrito Federal: 8		
GOIÁS		
416 - Armando Vergílio	Solidaried	
422 - Flávia Morais	PDT	
417 - Íris de Araújo	PMDB	
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	
420 - Leandro Vilela	PMDB	
428 - Pedro Chaves	PMDB	
427 - Roberto Balestra	PP	PpPros
429 - Ronaldo Caiado	DEM	
425 - Rubens Otoni	PT	
426 - Sandes Júnior	PP	PpPros
424 - Thiago Peixoto	PSD	
430 - Vilmar Rocha	PSD	
Presentes Goiás: 13		
MATO GROSSO DO SUL		
638 - Akira Otsubo	PMDB	
432 - Biffi	PT	
433 - Fábio Trad	PMDB	
435 - Geraldo Resende	PMDB	
436 - Mandetta	DEM	

	Partido	Bloco
MATO GROSSO DO SUL		
437 - Marçal Filho	PMDB	
439 - Reinaldo Azambuja	PSDB	
438 - Vander Loubet	PT	
Presentes Mato Grosso do Sul: 8		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	DEM	
445 - Alex Canziani	PTB	
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
441 - André Zacharow	PMDB	
443 - Assis do Couto	PT	
444 - Dilceu Sperafico	PP	PpPros
449 - Dr. Rosinha	PT	
461 - Eduardo Sciarra	PSD	
450 - Fernando Francischini	Solidaried	
466 - Giacobo	PR	PrPtdobPrp
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
455 - João Arruda	PMDB	
456 - Leopoldo Meyer	PSB	
454 - Luiz Carlos Hauly	PSDB	
542 - Luiz Nishimori	PR	PrPtdobPrp
458 - Nelson Meurer	PP	PpPros
457 - Nelson Padovani	PSC	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
464 - Ratinho Junior	PSC	
467 - Reinhold Stephanes	PSD	
465 - Sandro Alex	PPS	
469 - Takayama	PSC	
468 - Zeca Dirceu	PT	
Presentes Paraná: 23		
SANTA CATARINA		
472 - Celso Maldaner	PMDB	
475 - Décio Lima	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	
471 - Esperidião Amin	PP	PpPros
652 - Francisco de Assis	PT	
574 - João Pizzolatti	PP	PpPros
473 - João Rodrigues	PSD	
474 - Jorge Boeira	PP	PpPros
476 - Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp
477 - Luci Choinacki	PT	
478 - Marco Tebaldi	PSDB	
480 - Mauro Mariani	PMDB	
479 - Onofre Santo Agostini	PSD	
482 - Paulo Bornhausen	PSB	
483 - Rogério Peninha Mendonça	PMDB	

	Partido	Bloco
SANTA CATARINA		
484 - Ronaldo Benedet	PMDB	
Presentes Santa Catarina: 16		
RIO GRANDE DO SUL		
487 - Afonso Hamm	PP	PpPros
486 - Alceu Moreira	PMDB	
489 - Alexandre Roso	PSB	
492 - Assis Melo	PCdoB	
490 - Beto Albuquerque	PSB	
499 - Bohn Gass	PT	
495 - Danrlei De Deus Hinterholz	PSD	
491 - Darcísio Perondi	PMDB	
493 - Enio Bacci	PDT	
502 - Giovani Cherini	PDT	
498 - Henrique Fontana	PT	
505 - Jerônimo Goergen	PP	PpPros
506 - Jose Stédile	PSB	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	PpPros
488 - Luiz Carlos Busato	PTB	
494 - Manuela D`Ávila	PCdoB	
507 - Marcon	PT	
508 - Maria do Rosário	PT	
509 - Nelson Marchezan Junior	PSDB	
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
497 - Osmar Terra	PMDB	
513 - Paulo Pimenta	PT	
503 - Pepe Vargas	PT	
511 - Renato Molling	PP	PpPros
515 - Ronaldo Zulke	PT	
512 - Sérgio Moraes	PTB	
514 - Vieira da Cunha	PDT	
516 - Vilson Covatti	PP	PpPros
Presentes Rio Grande do Sul: 28		

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 08/12/2014
Hora: 20:24

54ª LEGISLATURA

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 03/12/2014

Início : 03/12/2014 10:53
Fim : 04/12/2014 05:00

Total de Presentes : 462

	Partido	Bloco
RORAIMA		
001 - Berinho Bantim	Solidaried	
003 - Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp
002 - Edio Lopes	PMDB	
005 - Jhonatan de Jesus	PRB	
004 - Luciano Castro	PR	PrPtdobPrp
616 - Urzeni Rocha	PSD	
Presentes Roraima: 6		
AMAPÁ		
009 - Dalva Figueiredo	PT	
010 - Davi Alcolumbre	DEM	
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	
012 - Fátima Pelaes	PMDB	
572 - Janete Capiberibe	PSB	
014 - Luiz Carlos	PSDB	
017 - Sebastião Bala Rocha	Solidaried	
016 - Vinicius Gurgel	PR	PrPtdobPrp
Presentes Amapá: 8		
PARÁ		
018 - Arnaldo Jordy	PPS	
019 - Beto Faro	PT	
022 - Cláudio Puty	PT	
518 - Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros
021 - Elcione Barbalho	PMDB	
027 - Giovanni Queiroz	PDT	
026 - José Priante	PMDB	
030 - Josué Bengtson	PTB	
028 - Lira Maia	DEM	
029 - Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp
526 - Luiz Otavio	PMDB	
035 - Miriquinho Batista	PT	
032 - Wandenkolk Gonçalves	PSDB	
023 - Wladimir Costa	Solidaried	
025 - Zé Geraldo	PT	

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 08/12/2014
Hora: 20:24

	Partido	Bloco
PARÁ		
033 - Zequinha Marinho	PSC	
Presentes Pará: 16		
AMAZONAS		
038 - Átila Lins	PSD	
605 - Dr. Luiz Fernando	PSD	
041 - Francisco Praciano	PT	
040 - Pauderney Avelino	DEM	
043 - Sabino Castelo Branco	PTB	
039 - Silas Câmara	PSD	
Presentes Amazonas: 6		
RONDONIA		
642 - Amir Lando	PMDB	
615 - Anselmo de Jesus	PT	
044 - Carlos Magno	PP	PpPros
583 - Marcos Rogério	PDT	
050 - Marinha Raupp	PMDB	
049 - Moreira Mendes	PSD	
047 - Nilton Capixaba	PTB	
048 - Padre Ton	PT	
Presentes Rondonia: 8		
ACRE		
053 - Antônia Lúcia	PSC	
054 - Flaviano Melo	PMDB	
052 - Henrique Afonso	PV	
057 - Marcio Bittar	PSDB	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	
058 - Sibá Machado	PT	
059 - Taumaturgo Lima	PT	
Presentes Acre: 7		
TOCANTINS		
064 - César Halum	PRB	
060 - Eduardo Gomes	Solidaried	
066 - Júnior Coimbra	PMDB	
063 - Lázaro Botelho	PP	PpPros
620 - Osvaldo Reis	PMDB	
067 - Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
Presentes Tocantins: 6		
MARANHÃO		
071 - Alberto Filho	PMDB	
068 - Carlos Brandão	PSDB	
070 - Cleber Verde	PRB	
528 - Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtdobPrp
072 - Domingos Dutra	Solidaried	
075 - Gastão Vieira	PMDB	

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 08/12/2014
Hora: 20:24

	Partido	Bloco
MARANHÃO		
076 - Hélio Santos	PSDB	
077 - Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrp
082 - Pedro Novais	PMDB	
081 - Professor Setimo	PMDB	
085 - Sarney Filho	PV	
585 - Simplício Araújo	Solidaried	
084 - Waldir Maranhão	PP	PpPros
579 - Weverton Rocha	PDT	
086 - Zé Vieira	PROS	PpPros
Presentes Maranhão: 15		
CEARÁ		
089 - André Figueiredo	PDT	
087 - Aníbal Gomes	PMDB	
093 - Antonio Balhmann	PROS	PpPros
092 - Ariosto Holanda	PROS	PpPros
090 - Arnon Bezerra	PTB	
088 - Chico Lopes	PCdoB	
095 - Danilo Forte	PMDB	
097 - Domingos Neto	PROS	PpPros
098 - Edson Silva	PROS	PpPros
091 - Eudes Xavier	PT	
099 - Genecias Noronha	Solidaried	
100 - Gorete Pereira	PR	PrPtdobPrp
106 - João Ananias	PCdoB	
101 - José Airton	PT	
103 - José Guimarães	PT	
096 - José Linhares	PP	PpPros
104 - Manoel Salviano	PSD	
590 - Mário Feitoza	PMDB	
105 - Mauro Benevides	PMDB	
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
107 - Vicente Arruda	PROS	PpPros
Presentes Ceará: 21		
PIAUÍ		
111 - Assis Carvalho	PT	
109 - Átila Lira	PSB	
112 - Hugo Napoleão	PSD	
113 - Iracema Portella	PP	PpPros
115 - Jesus Rodrigues	PT	
114 - Júlio Cesar	PSD	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
117 - Marllos Sampaio	PMDB	
116 - Osmar Júnior	PCdoB	
118 - Paes Landim	PTB	
Presentes Piaui: 10		

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 08/12/2014
Hora: 20:24

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO NORTE		
122 - Betinho Rosado	PP	PpPros
119 - Fábio Faria	PSD	
121 - Fátima Bezerra	PT	
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	
124 - João Maia	PR	PrPtdobPrp
126 - Paulo Wagner	PV	
125 - Sandra Rosado	PSB	
Presentes Rio Grande do Norte: 8		
PARAÍBA		
129 - Aguinaldo Ribeiro	PP	PpPros
131 - Benjamin Maranhão	Solidaried	
127 - Damião Feliciano	PDT	
128 - Efraim Filho	DEM	
132 - Hugo Motta	PMDB	
133 - Luiz Couto	PT	
599 - Major Fábio	PROS	PpPros
130 - Manoel Junior	PMDB	
134 - Nilda Gondim	PMDB	
137 - Ruy Carneiro	PSDB	
136 - Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrp
139 - Wilson Filho	PTB	
Presentes Paraíba: 12		
PERNAMBUCO		
142 - Anderson Ferreira	PR	PrPtdobPrp
647 - André de Paula	PSD	
144 - Augusto Coutinho	Solidaried	
146 - Bruno Araújo	PSDB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB	
148 - Danilo Cabral	PSB	
156 - Eduardo da Fonte	PP	PpPros
141 - Fernando Ferro	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	
149 - João Paulo Lima	PT	
150 - Jorge Côrte Real	PTB	
151 - José Augusto Maia	PROS	PpPros
147 - José Chaves	PTB	
153 - Luciana Santos	PCdoB	
154 - Mendonça Filho	DEM	
155 - Pastor Eurico	PSB	
554 - Paulo Rubem Santiago	PDT	
161 - Pedro Eugênio	PT	
163 - Raul Henry	PMDB	
160 - Silvio Costa	PSC	
555 - Vilalba	PP	PpPros

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 08/12/2014
Hora: 20:24

	Partido	Bloco
PERNAMBUCO		
164 - Wolney Queiroz	PDT	
Presentes Pernambuco: 22		
ALAGOAS		
596 - Alexandre Toledo	PSB	
162 - Arthur Lira	PP	PpPros
607 - Francisco Tenório	PMN	
166 - Givaldo Carimbão	PROS	PpPros
168 - Maurício Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrp
608 - Paulão	PT	
169 - Renan Filho	PMDB	
170 - Rosinha da Adefal	PTdoB	PrPtdobPrp
Presentes Alagoas: 8		
SERGIPE		
173 - Almeida Lima	PMDB	
174 - Andre Moura	PSC	
619 - Fabio Reis	PMDB	
176 - Laercio Oliveira	Solidaried	
177 - Márcio Macêdo	PT	
179 - Mendonça Prado	DEM	
178 - Rogério Carvalho	PT	
183 - Valadares Filho	PSB	
Presentes Sergipe: 8		
BAHIA		
182 - Afonso Florence	PT	
180 - Alice Portugal	PCdoB	
184 - Amauri Teixeira	PT	
189 - Antonio Brito	PTB	
191 - Antonio Imbassahy	PSDB	
192 - Arthur Oliveira Maia	Solidaried	
186 - Claudio Cajado	DEM	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
193 - Edson Pimenta	PSD	
523 - Emiliano José	PT	
194 - Erivelton Santana	PSC	
190 - Fábio Souto	DEM	
195 - Félix Mendonça Júnior	PDT	
196 - Fernando Torres	PSD	
185 - Geraldo Simões	PT	
198 - Jânio Natal	PRP	PrPtdobPrp
187 - João Carlos Bacelar	PR	PrPtdobPrp
199 - João Leão	PP	PpPros
197 - José Carlos Araújo	PSD	
201 - José Nunes	PSD	
203 - José Rocha	PR	PrPtdobPrp
202 - Josias Gomes	PT	

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 08/12/2014
Hora: 20:24

	Partido	Bloco
BAHIA		
206 - Jutahy Junior	PSDB	
205 - Lucio Vieira Lima	PMDB	
204 - Luiz Alberto	PT	
207 - Luiz Argôlo	Solidaried	
609 - Luiz de Deus	DEM	
212 - Márcio Marinho	PRB	
200 - Marcos Medrado	Solidaried	
208 - Maurício Trindade	PROS	PpPros
215 - Oziel Oliveira	PDT	
214 - Paulo Magalhães	PSD	
211 - Roberto Britto	PP	PpPros
216 - Rui Costa	PT	
213 - Sérgio Brito	PSD	
218 - Valmir Assunção	PT	
219 - Waldenor Pereira	PT	
Presentes Bahia: 37		
MINAS GERAIS		
220 - Ademir Camilo	PROS	PpPros
224 - Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp
225 - Alexandre Silveira	PSD	
227 - Antônio Andrade	PMDB	
221 - Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrp
232 - Bilac Pinto	PR	PrPtdobPrp
534 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
226 - Carlos Melles	DEM	
228 - Diego Andrade	PSD	
231 - Dimas Fabiano	PP	PpPros
233 - Domingos Sávio	PSDB	
235 - Dr. Grilo	Solidaried	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
242 - Eros Biondini	PTB	
238 - Fábio Ramalho	PV	
244 - Gabriel Guimarães	PT	
241 - George Hilton	PRB	
236 - Geraldo Thadeu	PSD	
240 - Jaime Martins	PSD	
533 - Jairo Ataíde	DEM	
246 - Jô Moraes	PCdoB	
239 - João Magalhães	PMDB	
249 - José Humberto	PSD	
250 - Júlio Delgado	PSB	
245 - Lael Varella	DEM	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	
243 - Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrp

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 08/12/2014
Hora: 20:24

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
251 - Luis Tibé	PTdoB	PrPtdobPrp
256 - Luiz Fernando Faria	PP	PpPros
257 - Marcos Montes	PSD	
254 - Marcus Pestana	PSDB	
610 - Margarida Salomão	PT	
252 - Mauro Lopes	PMDB	
261 - Miguel Corrêa	PT	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
258 - Newton Cardoso	PMDB	
611 - Nilmário Miranda	PT	
269 - Odair Cunha	PT	
259 - Padre João	PT	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
558 - Stefano Aguiar	PSB	
651 - Subtenente Gonzaga	PDT	
264 - Toninho Pinheiro	PP	PpPros
532 - Vitor Penido	DEM	
267 - Walter Tosta	PSD	
270 - Weliton Prado	PT	
271 - Zé Silva	Solidaried	
Presentes Minas Gerais: 50		
ESPÍRITO SANTO		
543 - Camilo Cola	PMDB	
275 - Carlos Manato	Solidaried	
276 - Cesar Colnago	PSDB	
278 - Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros
273 - Iriny Lopes	PT	
279 - Lauriete	PSC	
277 - Leio Coimbra	PMDB	
280 - Paulo Foletto	PSB	
282 - Rose de Freitas	PMDB	
281 - Sueli Vidigal	PDT	
Presentes Espírito Santo: 10		
RIO DE JANEIRO		
287 - Alessandro Molon	PT	
285 - Alexandre Santos	PMDB	
283 - Andreia Zito	PSDB	
288 - Arolde de Oliveira	PSD	
290 - Aureo	Solidaried	
285 - Chico Alencar	PSOL	
293 - Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrp
529 - Dr. Carlos Alberto	PMN	
296 - Dr. Paulo César	PR	PrPtdobPrp

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 08/12/2014
Hora: 20:24

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
298 - Edson Ezequiel	PMDB	
299 - Edson Santos	PT	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
301 - Felipe Bornier	PSD	
303 - Filipe Pereira	PSC	
297 - Francisco Floriano	PR	PrPtdobPrp
304 - Glauber Braga	PSB	
306 - Hugo Leal	PROS	PpPros
302 - Jair Bolsonaro	PP	PpPros
305 - Jandira Feghali	PCdoB	
310 - Jorge Bittar	PT	
308 - Julio Lopes	PP	PpPros
312 - Leonardo Picciani	PMDB	
309 - Liliam Sá	PROS	PpPros
313 - Luiz Sérgio	PT	
614 - Manuel Rosa Neca	PR	PrPtdobPrp
311 - Marcelo Matos	PDT	
317 - Miro Teixeira	PROS	PpPros
316 - Otavio Leite	PSDB	
577 - Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp
314 - Pedro Paulo	PMDB	
318 - Rodrigo Bethlem	PMDB	
322 - Rodrigo Maia	DEM	
319 - Romário	PSB	
320 - Sergio Zveiter	PSD	
327 - Simão Sessim	PP	PpPros
324 - Vitor Paulo	PRB	
325 - Walney Rocha	PTB	
326 - Washington Reis	PMDB	
328 - Zoinho	PR	PrPtdobPrp
Presentes Rio de Janeiro: 39		
SÃO PAULO		
329 - Abelardo Camarinha	PSB	
334 - Alexandre Leite	DEM	
330 - Aline Corrêa	PP	PpPros
333 - Antonio Bulhões	PRB	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
340 - Beto Mansur	PRB	
335 - Bruna Furlan	PSDB	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
342 - Devanir Ribeiro	PT	

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 08/12/2014
Hora: 20:24

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
541 - Dr. Ubiali	PSB	
350 - Duarte Nogueira	PSDB	
344 - Edinho Araújo	PMDB	
537 - Eleuses Paiva	PSD	
345 - Eli Correa Filho	DEM	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
626 - Francisco Chagas	PT	
347 - Gabriel Chalita	PMDB	
357 - Guilherme Campos	PSD	
348 - Guilherme Mussi	PP	PpPros
645 - Gustavo Petta	PCdoB	
644 - Helcio Silva	PT	
618 - Iara Bernardi	PT	
359 - Ivan Valente	PSOL	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
349 - Jefferson Campos	PSD	
362 - João Dado	Solidaried	
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
364 - José Aníbal	PSDB	
367 - José Mentor	PT	
355 - Junji Abe	PSD	
356 - Keiko Ota	PSB	
365 - Luiz Fernando Machado	PSDB	
366 - Mara Gabrilli	PSDB	
370 - Marcelo Aguiar	DEM	
374 - Milton Monti	PR	PrPtdobPrp
375 - Missionário José Olimpio	PP	PpPros
381 - Nelson Marquezelli	PTB	
377 - Newton Lima	PT	
378 - Otoniel Lima	PRB	
379 - Pastor Marco Feliciano	PSC	
380 - Paulo Freire	PR	PrPtdobPrp
372 - Paulo Pereira da Silva	Solidaried	
376 - Paulo Teixeira	PT	
382 - Penna	PV	
643 - Renato Simões	PT	
383 - Ricardo Izar	PSD	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
385 - Roberto de Lucena	PV	
387 - Roberto Freire	PPS	
386 - Roberto Santiago	PSD	
392 - Tiririca	PR	PrPtdobPrp
521 - Vanderlei Macris	PSDB	
581 - Vanderlei Siraque	PT	
394 - Vaz de Lima	PSDB	
395 - Vicente Candido	PT	

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 08/12/2014
Hora: 20:24

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
396 - Vicentinho	PT	
397 - William Dib	PSDB	
Presentes São Paulo: 61		
MATO GROSSO		
400 - Carlos Bezerra	PMDB	
401 - Eliene Lima	PSD	
399 - Júlio Campos	DEM	
573 - Nilson Leitão	PSDB	
519 - Roberto Dorner	PSD	
405 - Ságuas Moraes	PT	
404 - Valtenir Pereira	PROS	PpPros
406 - Wellington Fagundes	PR	PrPtdobPrp
Presentes Mato Grosso: 8		
DISTRITO FEDERAL		
407 - Erika Kokay	PT	
408 - Izalci	PSDB	
409 - Jaqueline Roriz	PMN	
410 - Luiz Pitiman	PSDB	
411 - Magela	PT	
539 - Policarpo	PT	
413 - Reguffe	PDT	
414 - Ronaldo Fonseca	PROS	PpPros
Presentes Distrito Federal: 8		
GOIÁS		
416 - Armando Vergílio	Solidaried	
422 - Flávia Morais	PDT	
417 - Íris de Araújo	PMDB	
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	
420 - Leandro Vilela	PMDB	
428 - Pedro Chaves	PMDB	
427 - Roberto Balestra	PP	PpPros
429 - Ronaldo Caiado	DEM	
425 - Rubens Otoni	PT	
426 - Sandes Júnior	PP	PpPros
424 - Thiago Peixoto	PSD	
430 - Vilmar Rocha	PSD	
Presentes Goiás: 13		
MATO GROSSO DO SUL		
638 - Akira Otsubo	PMDB	
432 - Biffi	PT	
433 - Fábio Trad	PMDB	
435 - Geraldo Resende	PMDB	
436 - Mandetta	DEM	

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 08/12/2014
Hora: 20:24

	Partido	Bloco
MATO GROSSO DO SUL		
437 - Marçal Filho	PMDB	
439 - Reinaldo Azambuja	PSDB	
438 - Vander Loubet	PT	
Presentes Mato Grosso do Sul: 8		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	DEM	
445 - Alex Canziani	PTB	
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
441 - André Zacharow	PMDB	
443 - Assis do Couto	PT	
444 - Dilceu Sperafico	PP	PpPros
449 - Dr. Rosinha	PT	
461 - Eduardo Sciarra	PSD	
450 - Fernando Francischini	Solidaried	
466 - Giacobo	PR	PrPtdobPrp
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
455 - João Arruda	PMDB	
456 - Leopoldo Meyer	PSB	
454 - Luiz Carlos Hauly	PSDB	
542 - Luiz Nishimori	PR	PrPtdobPrp
458 - Nelson Meurer	PP	PpPros
457 - Nelson Padovani	PSC	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
464 - Ratinho Junior	PSC	
467 - Reinhold Stephanes	PSD	
465 - Sandro Alex	PPS	
469 - Takayama	PSC	
468 - Zeca Dirceu	PT	
Presentes Paraná: 23		
SANTA CATARINA		
472 - Celso Maldaner	PMDB	
475 - Décio Lima	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	
471 - Esperidião Amin	PP	PpPros
652 - Francisco de Assis	PT	
574 - João Pizzolatti	PP	PpPros
473 - João Rodrigues	PSD	
474 - Jorge Boeira	PP	PpPros
476 - Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp
477 - Luci Choinacki	PT	
478 - Marco Tebaldi	PSDB	
480 - Mauro Mariani	PMDB	
479 - Onofre Santo Agostini	PSD	
482 - Paulo Bornhausen	PSB	
483 - Rogério Peninha Mendonça	PMDB	

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 08/12/2014
Hora: 20:24

	Partido	Bloco
SANTA CATARINA		
484 - Ronaldo Benedet	PMDB	
Presentes Santa Catarina: 16		
RIO GRANDE DO SUL		
487 - Afonso Hamm	PP	PpPros
486 - Alceu Moreira	PMDB	
489 - Alexandre Roso	PSB	
492 - Assis Melo	PCdoB	
490 - Beto Albuquerque	PSB	
499 - Bohn Gass	PT	
495 - Danrlei De Deus Hinterholz	PSD	
491 - Darcísio Perondi	PMDB	
493 - Enio Bacci	PDT	
502 - Giovani Cherini	PDT	
498 - Henrique Fontana	PT	
505 - Jerônimo Goergen	PP	PpPros
506 - Jose Stédile	PSB	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	PpPros
488 - Luiz Carlos Busato	PTB	
494 - Manuela D`Ávila	PCdoB	
507 - Marcon	PT	
508 - Maria do Rosário	PT	
509 - Nelson Marchezan Junior	PSDB	
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
497 - Osmar Terra	PMDB	
513 - Paulo Pimenta	PT	
503 - Pepe Vargas	PT	
511 - Renato Molling	PP	PpPros
515 - Ronaldo Zulke	PT	
512 - Sérgio Moraes	PTB	
514 - Vieira da Cunha	PDT	
516 - Vilson Covatti	PP	PpPros
Presentes Rio Grande do Sul: 28		

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – A lista de presença acusa o comparecimento de 363 Senhoras e Senhores Deputados e 60 Senhoras e Senhores Senadores.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que proceda à abertura do painel, para que nós possamos contar a presença dos presentes efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu abri a sessão registrando a presença de 363 Parlamentares na Casa.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP) – Nós queremos verificação no painel.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Nós iremos abrir o painel, como o Regimento fala, dando os 30 minutos para que ocorra a presença dos 20%, como ocorre...

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – A qualquer momento, Presidente, por favor.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP) – Claro, mas tem que abrir, para saber se há na Casa, no plenário, número suficiente de Parlamentares para abrir a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Será providenciado.

Eu solicito à Mesa que abra o painel da Câmara e o do Senado.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Estão inscritos para o período de Breves Comunicações o Deputado Pauderney Avelino, o Deputado Marcus Pestana, o Deputado Ronaldo Caiado e o Deputado Eleuses Paiva.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)*

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de trazer uma preocupação muito grande. O Brasil hoje tomou conhecimento de um decreto da Presidente da República Dilma Rousseff que é uma afronta aos Parlamentares, ao Poder Legislativo, à democracia.

O decreto significa concretamente uma chantagem. O decreto é baseado no nada, porque não existe lei alguma que lhe dê sustentação como regulamentação. Ela o definiu claramente como uma chantagem, e, pior, exercendo quase um papel de corruptora, porque determina no decreto que a liberação de emendas para Parlamentares – e isto é muito grave – está condicionada à votação favorável a um projeto encaminhado pela Presidente ao Congresso Nacional. Isto, evidentemente, é uma afronta. Isto atenta inclusive contra a honra dos Parlamentares que porventura participarem de uma votação desse tipo.

Eu gostaria – e isto seria algo fundamental para esta Casa – que a Presidência do Congresso condicionasse qualquer votação que viesse a ser feita deste projeto de mudança da LDO, pretendida pela Presidenta Dilma à retirada de um decreto indecente e imoral como esse. É indecente e imoral em relação a esta Casa e a cada um dos Parlamentares que aqui estão! Isso é muito grave! Nunca houve na história da República, nunca houve neste País uma tentativa de dizer que esta Casa é uma casa de corruptos, que aceitam ser corrompidos pela corrupção que vem do Palácio do Planalto neste decreto imoral.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente!

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Pela ordem, tinha pedido a palavra o Deputado Givaldo Carimbão. Logo após, tinha pedido pela ordem o Deputado Henrique Fontana.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu gostaria de convidar toda a base para aqui marcar presença, porque nós temos meia hora para começar a sessão, obviamente, com número nas duas Casas. Então, a minha primeira palavra é para convidar todos os Srs. Deputados, principalmente a base do Governo, para aqui marcar presença – o PROS e o PP, enquanto Bloco, mais todo o Governo.

Segundo, Sr. Presidente, eu ouvi aqui pronunciamento, como ouvi na imprensa ontem, em que se diz que a Presidenta Dilma condicionou liberar emendas a ser aprovado ou não esse projeto. Isto é um absurdo! Quero repudiar esta posição! Eu, Líder do PP e do PROS neste Bloco, estive duas vezes com a Presidenta Dilma e, em momento algum – todos os Líderes conversamos com a Presidenta –, foi discutido ou citado este passo, até porque as emendas são "im-po-si-ti-vas", Sr. Presidente. Ora, se as emendas são impositivas, como é que a Presidente agora vai liberar ou não dependendo da votação aqui ou não? Ora, é para a Oposição e para a base do Governo! Emenda impositiva está dizendo: é para todos os Srs. Deputados.

Eu, Deputado Givaldo Carimbão, Líder do PROS, sou autor de uma emenda de 7,5 milhões para a saúde, mas não consegui empenhá-la ainda totalmente. Tenho conseguido tecnicamente, porque existem números técnicos para serem resolvidos.

Portanto, eu quero aqui deixar para a Nação brasileira claro que, em momento algum, a Presidente da República ou o Governo condicionou ou conversou com a gente sobre liberação de emendas para votar esta matéria.

Esta matéria está aqui na Casa há quanto tempo? Nós estamos discutindo, obviamente, e a Presidente tem obrigação de pagar as emendas de todos os partidos, independentemente de base ou de Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu queria pedir a atenção dos Parlamentares.

O Deputado Pauderney Avelino já está na tribuna para fazer uma breve comunicação. Como essa questão, na verdade, se refere ao que disse o Deputado Roberto Freire – portanto, o debate vai continuar nessa linha –, peço que os senhores ouçam o Deputado Pauderney Avelino, por uma questão de atenção, e logo após eu darei a palavra pela ordem ao Deputado Henrique Fontana e ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem não pelo mérito; é sobre o andamento da sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, a questão de ordem tem precedência. Permita-me, Deputado Pauderney Avelino?

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Congressistas, eu trago a esta tribuna hoje a minha indignação e a indignação de milhões e milhões de brasileiros. Não podemos continuar esta sessão, porque o Decreto nº 8.367, de 28 de novembro de 2014, traz uma chantagem explícita, coisa que – estou nesta Casa há 20 anos – nunca vi. Diz o art. 4º:

> *"Art. 4º A distribuição e a utilização do valor da ampliação a que se referem os arts. 1º e 2º deste Decreto ficam condicionadas" – condicionadas! – "à publicação da lei resultante" – repito: 'ficam condicionadas à publicação da lei resultante' – "da aprovação do PLN nº 36, de 2014-CN, em tramitação no Congresso Nacional."*

Pasmem, senhores! Isto aqui não é disse me disse! O Governo assume que está fazendo uma chantagem com o Congresso Nacional. Nós deveríamos agora, neste momento, interpelar S.Exa., a Presidenta da República, porque, em momento algum, nesses 20 anos, vi coisa igual.

Sr. Presidente, este PLN 36/14, que já vem se arrastando há mais de 1 semana sem que o Governo consiga aprová-lo, neste momento se torna uma aberração. Neste momento, não podemos votá-lo mais, porque o Executivo, através de decreto da Presidente da República, está indo além.

Nós já sabemos que este ano vamos ter déficit primário. Não haverá superávit, como o Governo está dizendo. Por decreto, a Presidente deveria assumir que há déficit, mas, ao contrário, está ampliando os recursos discricionários para 10 bilhões de reais. Esses recursos serão utilizados de qualquer forma pela Presidente da República. Vai aprofundar ainda mais o déficit.

Este Governo é perdulário. Este Governo inchou a máquina; este Governo tem um gasto de má qualidade; este Governo não investe naquilo que deveria investir: infraestrutura, saúde, educação de qualidade e segurança pública. Mais de 56 mil brasileiros morreram, vítimas da criminalidade, só no ano de 2012. E o que fazer com a segurança? No ano de 2014, menos de 1 bilhão foram destinados para a segurança pública. No entanto, para o sistema penitenciário, só 10% de 330 milhões foram empregados.

Em que país vivemos? Em que país estamos? Em quê S.Exa. está gastando tanto dinheiro? Porto em Cuba, aeroporto na África, tanto dinheiro do BNDES que está sendo despejado, dinheiro do povo brasileiro, para os países que são da mesma ideologia bolivariana da Presidente da República. Não podemos continuar com esse tipo de procedimento.

Portanto, temos que dizer "não" a este Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 36/14; "não" à exorbitante…

(Interrupção do som.)

O SR. DOMINGOS NETO (Bloco/PROS-CE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, pelo art. 151 do Regimento Comum.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Presidente, também havia pedido a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana, que estava inscrito.

Depois, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Só para dialogar, por intermédio desta questão de ordem, com os nossos colegas, especialmente os da Oposição, e trazer aqui um esclarecimento: esse decreto que a Presidenta Dilma assinou no dia 30 está absolutamente de acordo com todos os critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal e da LDO, que nós votamos aqui na Casa.

Por que, Presidente? Em primeiro lugar, sempre que fecha um bimestre – por exemplo, no dia 30 de outubro, fechou o quinto bimestre –, até 30 dias depois, a Presidenta deve fazer o descontingenciamento de recursos, se existirem recursos a descontingenciar. Por isso, a data para assinar o decreto foi o dia 30 de novembro.

Segundo, pela LDO, que nós mesmos votamos nesta Casa, no nosso Congresso, na Comissão Mista de Orçamento, ficou determinado o critério das emendas impositivas. Portanto, cada vez que houver contingenciamento, como ocorreu no início do ano, a Presidenta, o Poder Executivo, é obrigado a contingenciar um percentual de emendas e um percentual de despesas discricionárias do Governo, do Executivo, e também dos outros Poderes. Quando ocorre o descontingenciamento, é obrigatório que um percentual respeite o percentual de emendas, dentro desse descontingenciamento.

Então, não há aqui nenhuma tentativa de chantagear o Congresso, de propor vantagens para quem votar ou não votar. Ao contrário, há o descontingenciamento de recursos para pagar obras que estão em curso, investimentos do PAC e outras despesas e o percentual obrigatório de emendas, que são determinadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, votadas por este Congresso e, inclusive, votadas pela Oposição.

Mais do que isso, e para dialogar com um dos líderes do PPS, o Deputado Roberto Freire, que me antecedeu, estas emendas que estão sendo descontingenciadas junto com os recursos para obras e para outras despesas discricionárias do Executivo são emendas que entram na linha de pagamentos dentro do critério que nós votamos, Senador Eunício, o critério de emenda impositiva. Portanto, ali estão emendas de Deputados e Senadores do PSDB, de Deputados e Senadores do PPS, do Democratas e da base do Governo, todas em absoluta igualdade de condições.

Portanto, é uma ilação levantar aqui o debate de que a assinatura do decreto do dia 30... E por que o decreto está condicionado à votação do PLN? Porque é evidente que, se o PLN não for aceito pela maioria da Casa, nós não teremos recursos financeiros para fazer o descontingenciamento. Nós teríamos que, neste caso, optar por outro caminho: um corte abrupto de despesas que não cabe na política econômica que o atual Governo vem adotando. Ao contrário, nós defendemos a redução do superávit para garantir um ritmo de investimentos, seja em obras de infraestrutura, seja em desonerações, para proteger a indústria do País.

Nós entendemos que isto é positivo para a economia brasileira. É isto que tem garantido, mesmo diante de uma crise fortíssima na economia global, Presidente Renan Calheiros, ao Brasil manter-se com o melhor nível de emprego de toda a sua história. Mês passado, bateu a melhor taxa de emprego de toda a sua história.

Então, não há nenhuma chantagem; há uma escolha que tem lógica de política econômica. E, com a autorização da maioria do Congresso, vamos seguir dando ritmo a essa política econômica.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Henrique Fontana, o Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Sr. Presidente, questão de ordem...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, questão de ordem...

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, porque ele, inclusive, respondeu a minha...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Quero só comunicar aos Srs. Senadores, aos Srs. Deputados e aos Srs. Líderes que, na forma do Regimento, quem pedir a palavra para uma questão de ordem vai ter precedência, porque o Regimento manda que façamos dessa forma.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, é o que eu quero fazer, uma questão de ordem.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Estou pedindo uma questão de ordem.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Gostaria apenas de responder, rápida e sucintamente, ao Líder do Governo.

Quando eu falei que era uma chantagem, foi por conta do art. 4º do Decreto nº 8.367, da Presidente Dilma Rousseff, que condiciona a distribuição de emendas de Parlamentares à aprovação do projeto que muda a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou seja, condiciona de forma a tentar desmoralizar e atentar contra a dignidade do Parlamentar.

Esta é uma Casa para ser corrompida por uma corruptora qualquer? Esta Casa não vai reagir contra esse decreto?

Podemos votar tudo, mas não podemos votar com aquela imagem, a de estarmos votando condicionados à liberação de emendas. Isso desmoraliza o Congresso Nacional, que V.Exa. preside.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Arnaldo Jardim, V.Exa. tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Líder do PPS na Câmara, agradeço esta oportunidade.

Eu queria destacar que a nossa questão de ordem é baseada no art. 1º do Regimento Comum, que trata das prerrogativas da Direção da Mesa do Congresso Nacional, que V.Exa. desempenha neste instante, e, é claro, no inciso V do mesmo artigo, que trata da atribuição do Congresso Nacional de deliberar sobre o Orçamento.

É obvio, Sr. Presidente, que quem delibera tem a responsabilidade de zelar. Eu quero ler para V.Exa. o art. 118 da atual LDO. Vejamos o que diz o art. 118, votado por nós, sob o comando do Congresso Nacional:

> *"Art. 118. A execução da Lei Orçamentária de 2014 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública federal," – veja só, Sr. Presidente, para encerrar e pedir a sua análise e, mais do que isso, o seu zelo pela atribuição do Congresso Nacional – "não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional".*

Isto é norma da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, uma referência explícita a que a LDO, a sua execução e as emendas impositivas não poderão ser utilizadas para influenciar a tramitação de matéria legislativa aqui no Congresso.

Sr. Presidente, há uma clara tentativa, a partir do decreto da Sra. Presidente, de influenciar a proposição legislativa de que tratamos no PLN 36.

Peço, portanto, a V.Exa. que use de sua atribuição para preservar o trabalho do Congresso Nacional e possa, inclusive, desta forma, patrocinar um projeto de decreto legislativo que suste o decreto da Presidência, que, objetivamente, invade a seara e as prerrogativas do Legislativo, Sr. Presidente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – O Deputado Nelson Marquezelli está presente. Por favor, marquem minha presença. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Deputado Claudio Cajado tem a palavra.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Eu promovo a seguinte questão de ordem...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Só para o registro de uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. TONINHO PINHEIRO (Bloco/PP-MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Claudio Cajado, por favor, com a palavra V. Exa., para uma questão de ordem. Nós vamos inscrever todos.

O SR. TONINHO PINHEIRO (Bloco/PP-MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – ... com base no art. 28 e no art. 29 do Regimento Comum do Congresso Nacional. Os citados artigos afirmam:

> *"Art. 28. As sessões somente serão abertas com a presença mínima de 1/6 (um sexto) da composição de cada Casa do Congresso.*
> *Art. 29. À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos.*
> *§ 1º Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do quorum; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará."*

Pelo disposto regimental, Sr. Presidente, é condição obrigatória para a abertura da sessão o quórum de um sexto dos membros do Congresso Nacional, ou seja, 86 Deputados e 14 Senadores presentes na Casa. Pelo art. 29, caso isso não ocorra, o Presidente, na hora marcada, deverá comunicar ao Plenário que aguardará o prazo de 30 minutos, estipulado pelo § 1° do citado artigo.

O que não é aceitável, Sr. Presidente, é o que aconteceu na última vez em que o Congresso se reuniu, isto é, o início da sessão sem o quórum regimental estipulado, além do desrespeito ao prazo de 30 minutos imposto pelo Regimento Comum.

Além disso, deve-se aferir o quórum de presença nas Casas no dia da sessão, e não utilizar o de sessões já realizadas em outros dias e suspensas, sob o risco, novamente, de abrirmos a sessão sem que o número mínimo de Parlamentares esteja presente no Congresso Nacional no dia da realização da sessão, o que afronta o estabelecido pelo Regimento Comum do Congresso Nacional.

Solicito, portanto, ao Sr. Presidente rigorosa observação dos arts. 28 e 29 do Regimento Comum do Congresso no que tange ao quórum de abertura das sessões do Congresso Nacional e ao respeito ao prazo de 30 minutos, ambos estabelecidos pelo Regimento Comum do Congresso Nacional, para que não se repita a situação que vivenciamos na última quarta-feira, dia 26 de novembro, quando a sessão foi iniciada com discursos e manifestações de diversos Parlamentares, e V.Exa. aguardava o anúncio do quórum regimental para declará-la aberta.

O fato é que a sessão transcorria, não foi declarada suspensa, o que jamais poderia acontecer, já que ou se abre ou não se abre a sessão. E o que temos visto? A sessão é aberta, utiliza-se da palavra, fazem-se pronunciamentos e, completado o número do quórum regimental, declara-se aberta a sessão, já tendo esta sido iniciada.

Portanto, esta é a questão de ordem que eu entrego a V.Exa., para que posteriormente possa me dar a resposta.

O SR. VANDERLEI MACRIS – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Eu queria comunicar ao Deputado Claudio Cajado que esta questão de ordem foi respondida e deferida na sessão anterior que realizamos no Congresso Nacional.

Houve um precedente naquela sessão porque, presente na Presidência da Casa, o Senador Romero abriu uma sessão com base na lista de presença do dia anterior. Eu deferi a questão de ordem levantada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, exatamente acatando a argumentação que ele levantou, hoje reproduzida por V.Exa.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – É um pouco diferente.

O SR. VANDERLEI MACRIS – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Nós abrimos a sessão de hoje do Congresso Nacional com a lista de presença acusando o comparecimento de 363 Srs. Deputados e 60 Sras. e Srs. Senadores.

O SR. VANDERLEI MACRIS – Sr. Presidente...

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Perfeito, Sr. Presidente. Basta iniciar e declarar aberta a sessão, com base no quórum de presença...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – De cada Casa do Congresso Nacional.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – ...de cada Casa e, no transcurso da sessão, se por acaso não houver presença no plenário de Parlamentares em número suficiente, nós podemos reclamar, com base no § 2º do art. 29, e não com base no § 1º, que trata da abertura.

Portanto, a questão de ordem é neste sentido: só declarar a sessão aberta, ou com quórum nas duas Casas, submetendo-se à possibilidade de, não havendo quórum no Congresso, no transcurso da sessão declarada aberta, ela poder cair, sem a presença dos Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Faremos isso.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que V.Exa., como juiz do Regimento, deverá proceder, em todos os momentos desta sessão, desta forma.

A questão de ordem que faço vai ao encontro da do Deputado Claudio Cajado, até porque eu estava presente no momento em que chegamos aos 30 minutos autorizados pelo Regimento Interno para dar início à sessão, se houvesse quórum.

Naquele momento, em que nós tínhamos os 30 minutos previstos no Regimento, nós tínhamos apenas cinco Senadores, e houve um pedido para a constatação de quórum pelo painel. Portanto, nós iniciamos uma sessão indevidamente, uma sessão irregular, e não é possível manter isso nesta Casa.

Sr. Presidente, V.Exa. não estava presidindo – quem presidia era o Senador Romero Jucá. Portanto, é bom que isso fique claro, Sr. Presidente, e que V.Exa. mantenha o nível do preceito regimental cumprido aqui.

Há outra questão, em nome do PSDB, que eu gostaria de apresentar. Muitas pessoas, centenas de pessoas, vieram aqui para assistir a esta sessão, e está havendo dificuldade na abertura do plenário. *(Manifestações das galerias.)*

(Soa a campainha.)

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, em nome do partido, eu gostaria que V.Exa. autorizasse o acesso das pessoas às galerias, que estão vazias. Há pessoas lá fora que querem participar desta sessão.

Portanto, em nome do PSDB, apelo para que V.Exa. faça abrir as galerias a fim de que as pessoas possam participar desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria comunicar ao Plenário que a Mesa do Congresso Nacional distribuiu cotas para as Lideranças partidárias proporcionalmente ao tamanho das galerias da Casa. É o que fazemos sempre em todas as sessões do Congresso Nacional.

O SR. TONINHO PINHEIRO (Bloco/PP-MG) – O PSDB recebeu dez, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se os outros Líderes concordarem que todas as cotas de entrada sejam entregues ao PSDB, mas apenas nesta condição, apenas nesta condição... *(Manifestações das galerias.)*

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA – Sr. Presidente Renan Calheiros, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o critério de cotas é extremamente justo e equânime, quando há disputa por espaço. *(Manifestações das galerias.)*

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB-PB) – Esta é a Casa do Povo, Sr. Presidente. O critério de cotas que V.Exa. adota é extremamente justo, quando se verifica disputa por espaços. Portanto, equitativamente se dividem com os partidos os espaços.

Não é o caso desta sessão. Nós temos as galerias praticamente desocupadas. Há, sim, uma tentativa de cercear a entrada do povo na Casa do próprio povo. *(Palmas nas galerias.)*

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB-PB) – Não é possível que, diante da trajetória democrática de V.Exa., pessoas do povo estejam do lado de fora querendo entrar, enquanto aqui dentro as galerias estejam vazias porque este é um Governo que tem medo do povo. *(Manifestações das galerias.)*

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB-PB) – Então, eu apelo para que V.Exa. libere as galerias, para que estas sejam preenchidas pelos donos desta Casa, que é o povo brasileiro, que tem todo o direito de ocupar as galerias. *(Manifestações das galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria, mais uma vez, comunicar aos Senadores e aos Deputados que, na forma dos critérios de proporcionalidade das bancadas, tanto a Mesa do Senado Federal quanto a Mesa da Câmara dos Deputados distribuíram 16 vagas para o PT, na Câmara dos Deputados; 14 vagas para o PMDB; 10 vagas para o PSDB; 9 vagas para o PSD; 8 vagas para o PP; 6 vagas para o PR. E assim por diante.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero contribuir com V.Exa. E vou pedir a gentileza das galerias, para que possam ouvir de forma adequada o que nós estamos dizendo.

Existe uma regra para que as galerias sejam ocupadas, e a nossa intenção é a de que elas sejam ocupadas. *(Manifestações das galerias.)* Mas eu peço às galerias que não se manifestem neste instante, para que possamos chegar a bom termo.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma votação de grande repercussão nacional. Esta, como disse o Senador Cássio Cunha Lima, é a Casa do Povo. Não questiono a decisão da Mesa de distribuir senhas. Eu próprio, como Presidente da Câmara dos Deputados, fiz isso inúmeras vezes. Mas nós tomamos sempre este cuidado: no mo-

mento em que as senhas não eram ofertadas pelos partidos que as recebiam, a Mesa pegava novamente as senhas e as distribuía àqueles que mostravam interesse em participar das votações.

Sr. Presidente, V.Exa. mostrou o caminho para resolvermos este impasse: o da consulta aos Líderes. Solicito a V.Exa. que comece por consultar o Líder do PT, para saber se aceita aquilo que o PSDB propõe, ou seja, a abertura das galerias, para que o povo brasileiro e seus representantes aqui possam participar desta votação.

(Manifestações das galerias. Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma direção do que disse o Senador Aécio Neves, acho que não é razoável que as galerias fiquem vazias, diante de uma votação de grande interesse nacional.

Se aqueles partidos que receberam as cotas não estão ocupando as galerias porque não têm interesse em ocupá-las, isso só pode ser, como disse o Senador Aécio, uma reserva de mercado. As galerias pertencem ao povo brasileiro.

(Manifestações das galerias.)

Nós queremos que V.Exa., Sr. Presidente, que adotou a medida correta de fazer uma distribuição proporcional, consulte os Líderes para saber se os partidos desejam participar, aplaudindo ou reprovando esta medida deplorável da Presidente Dilma Rousseff, que deseja, na verdade, suprir uma deficiência dela, a de não cumprir a lei orçamentária.

Então, Sr. Presidente, nós queremos a consulta aos Líderes partidários, para que possamos ver esta Casa fervilhando, para que o povo brasileiro possa ver essas galerias cheias de entusiasmo cívico, para apreciar esta votação de grande interesse nacional.

(Manifestações das galerias.)

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Sr. Presidente, eu só quero que abra a votação.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL) – Posso oferecer, Sr. Presidente, como Líder da terceira maior...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Darei a palavra ao Deputado Toninho Pinheiro.

Eu queria comunicar aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados que o art. 184 do Regimento do Senado, que se aplica exatamente neste momento, diz o seguinte:

> *"Art. 184. É permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas, do lugar que lhe for reservado, desde que se encontre desarmada e se conserve em silêncio (...)".*

Portanto, todos estão convidados a continuar em silêncio.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Toninho Pinheiro.

Em seguida eu darei a palavra a V.Exa., Deputado Mendonça Filho.

O SR. TONINHO PINHEIRO (Bloco/PP-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e demais colegas Deputados, toda a imprensa de Minas Gerais, todos os jornais de Minas Gerais e também o jornal *Correio Braziliense* divulgaram nota na qual o Ministro da Saúde, Arthur Chioro, confirmou que deve ao Hospital Municipal de Ibirité 29 prestações de 344 mil reais, o que dá quase 10 milhões de reais.

É inadmissível que o Governo Federal, para o qual está alocada a maior parte dos recursos públicos, deva um recurso que é sagrado, que é coisa de Deus, que é coisa que não pode faltar. Quando se atrasa o pagamento por obra de asfaltamento ou de instalação de rede de esgoto, não é bom, mas atrasar o pagamento à rede de saúde não pode. E o Ministro, de maneira vergonhosa, não paga ao Hospital Municipal de Ibirité.

Eu não sei o que falo mais. Não quero maltratar, mas não tenho outra palavra. O Hospital está devendo e pode fechar. Isso é coisa grave. Eu peço a ajuda de todos os Deputados para as questões que dizem respeito à vida das pessoas. Nós temos que salvar a vida das pessoas. E a saúde é um exemplo disso.

Isso é uma sacanagem, é uma pouca vergonha, é uma irresponsabilidade! E nós não podemos aceitar isso! Eu tenho que gritar. Não podemos matar nem roubar, mas não posso ser covarde e não falar disso aqui.

Eu não sou puxa-saco. Por várias vezes, eu fui um dos Deputados que mais votaram a favor do Governo, quando ele mandou as coisas para votarmos aqui, mas não sou puxa-saco. Não. E têm que ser mostradas as

questões que afetam a vida das pessoas imediatamente. Na educação, por exemplo, para poder estudar, para poder aprender, uma criança tem que estar muito bem alimentada. E o que o Governo Federal manda para a merenda escolar? Um copo de pinga hoje vale muito mais do que a merenda de uma criança.

Nós temos que estar atentos às questões das pessoas, às questões simples, na saúde e na educação. E eu peço ajuda com humildade, com sofrimento. Gastamos 20 anos, numa Prefeitura pobre, para fazer o Hospital de Ibirité, e agora o Ministro da Saúde não quer pagar pela manutenção de 45 de seus leitos!

Eu já cobrei da Presidenta Dilma Rousseff – ela sabe disso; eu cobrei do Ministro Alexandre Padilha – ele sabe disso; eu levei Helvécio Magalhães ao Hospital de Ibirité – e eles não pagaram. É a maior sacanagem, é a maior covardia, é a maior falta de respeito com os princípios cristãos.

Registro daqui a minha revolta, com humildade, com respeito, mas com franqueza e com desespero.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho, para uma questão de ordem.

Em seguida estão inscritos o Deputado Givaldo Carimbão, o Deputado Jesus Rodrigues, o Senador Magno Malta e o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Eu peço a atenção de V.Exa., Sr. Presidente, porque considero esta questão de ordem essencial para que possamos levar adiante a sessão. Ela tem como base o art. 47 da Constituição Federal.

A sessão do Congresso Nacional do dia 25 de novembro de 2014, convocada com a finalidade de apreciação dos Vetos Presidenciais nºs 47 a 57, de 2013, e nºs 1 a 27, de 2014, e os Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 5, 2, 9 e 31, de 2014, desenrolou-se com uma série de irregularidades que frustraram os princípios fundamentais do processo legislativo. Os projetos apreciados nessa sessão incorrem, portanto, em inconstitucionalidade formal, Sr. Presidente.

O Presidente da Mesa Diretora do Congresso Nacional – V.Exa., Senador Renan Calheiros –, em resposta a questão de ordem suscitada pelo Deputado Rodrigo Maia e por outros Parlamentares, estabeleceu que o voto em branco configuraria instrumento para obstrução da votação durante aquela sessão, conforme mostram os registros taquigráficos, que eu passo a ler.

O Deputado Rodrigo Maia disse o seguinte, na ocasião, Presidente Renan Calheiros:

> *"**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM-RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – O art. 288, § 2º, do Senado, estabelece: "Serão computados, para efeitos de quórum, os votos em branco e as abstenções." Eu quero saber: se eu quiser obstruir o item 3 da pauta, como eu faço? E se o item três da pauta cair por falta de quórum? Caem todas as outras votações ou não?*
> *Esse é um direito regimental que me cabe da obstrução em qualquer item da pauta."*

E o Deputado insistiu:

> *"**O SR. RODRIGO MAIA** (DEM-RJ) – Dos três itens, eu quero votar nove. Eu não quero votar os outros. Como eu faço a obstrução em uma parte e não faço na outra? Esse é um direito meu. É óbvio, Sr. Presidente! É óbvio!"*

E o Sr. Presidente, no caso V.Exa., disse:

> *"**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A isso eu já respondi. V.Exa. pode deixar em branco o campo."*

V.Exa., Presidente Renan Calheiros, disse que qualquer Deputado ou qualquer Senador poderia deixar em branco o campo. E isso caracterizaria a opção "obstrução".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, quando da apuração do processo legislativo, tivemos a seguinte situação: dos itens apreciados, a partir do 6.5, foram contabilizadas 42 cédulas, sendo 12 "sim", 26 "não", zero abstenção e 4 votos em branco.

Sr. Presidente, V.Exa. disse, respondendo à questão de ordem do Deputado Rodrigo Maia, que voto em branco seria voto de obstrução. Se era voto de obstrução, o quórum necessário para validar o processo de deliberação da matéria era de 41 Senadores. Quarenta e dois menos 4 dá 38.

A Mesa do Congresso Nacional informou à nossa Assessoria que se levou em consideração a presença de três Senadores. Ora, todos sabem que a presença de um Senador no plenário não significa consolidar a ação de um voto no painel ou na cédula de votação. Foi registrado como presente o Senador Magno Malta, que es-

tava aqui na sessão do dia 25, mas estava em obstrução e não votou. Foi consignado o voto ou a participação do Senador Jarbas Vasconcelos, que estava em obstrução naquela sessão. Foi consignado o voto do Senador Ataídes Oliveira, que também se encontrava em obstrução.

Então, Sr. Presidente, para ser objetivo, eu quero dizer a V.Exa. que, de acordo com a norma constitucional, não dá para votar um veto se porventura não for seguida a ordem constitucional. V.Exa. sabe melhor do que eu que, a partir do item 6.5 da pauta, todos os demais vetos não podem ser considerados apreciados porque eles caíram por falta de quórum na representação do Senado Federal.

Então, Sr. Presidente, por favor, responda à questão de ordem: se caiu ou não a votação ou se V.Exa. mudou o critério daquilo a que respondeu quando da questão de ordem formulada pelo ilustre Deputado Rodrigo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria, respondendo à questão de ordem levantada pelo Deputado Mendonça Filho, mais uma vez enfatizar que nós não levamos em consideração, para efeito de quórum, os votos em branco, na última sessão do Congresso Nacional, porque o Regimento não permitia que fizéssemos isso. Levamos em consideração a presença de três Senadores, na forma do art. 48 do Regimento Comum, que diz o seguinte:

> *"Art. 48. Presente à sessão, o Congressista somente poderá deixar de votar em assunto de interesse pessoal, devendo comunicar à Mesa seu impedimento, computado seu comparecimento para efeito de quorum."*

Portanto, mais uma vez respondendo ao Deputado Mendonça Filho, o voto em branco não é levado em consideração para efeito de quórum, mas a presença, sem a comunicação, na forma do art. 48, esta é levada em consideração. E foi por isso que nós validamos a sessão do Congresso Nacional com a presença de três Senadores que, embora presentes, não votaram naquela sessão e não comunicaram à Mesa, na forma do art. 48.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – V.Exa. me permite uma contra argumentação?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com todo o prazer.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu quero dizer que V.Exa. está misturando duas situações distintas. Uma coisa é o quórum para início ou deliberação de uma matéria com quórum constitucional; outra, bem diferente, é o quórum necessário a ser atingido para que se possa deliberar, no caso acatar uma derrubada de veto.

Está claramente definido, a partir das notas taquigráficas e da resposta de V.Exa., que não houve quórum para deliberar os vetos a partir do item 6.5. E não pode ser considerado aprovado ou rejeitado o veto a partir de um quórum que não foi atingido.

Eu acho que há um erro, permita-me dizer a V.Exa., de interpretação, porque o quórum constitucional, para que no Senado possa se apreciar um veto, é de 41 Senadores. E ao Senador não se obriga que se manifeste na condição de obstrução. Isso é claro, a partir da cultura, da história do funcionamento do Poder Legislativo, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado da República, seja no Congresso Nacional.

Então, com todo o respeito, eu considero que V.Exa. está absolutamente errado na interpretação do Regimento e do texto constitucional brasileiro. Temos que iniciar o processo de deliberação dos vetos a partir do item 6.5, porque, a partir desse item, para a apreciação de nenhum veto houve o necessário quórum constitucional, no âmbito do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, já temos número suficiente para começar a Ordem do Dia. Há maioria, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

Segundo, foi solicitado pelo companheiro Aécio Neves que se enchessem as galerias do plenário por V.Exas. Nós, na Câmara, temos a tradição ilegal, tendo em vista o que dispõe o Regimento, de usar o critério da proporcionalidade das bancadas. Por exemplo, são 22 as Comissões da Casa. Como é que nós conseguimos escolher 22 Presidentes de Comissão? Pela proporcionalidade? Um partido tem quatro Comissões; outro tem três, tem duas, tem uma; outro, nenhuma. Como é analisada a proporcionalidade para os membros da Mesa Diretora? São sete os membros da Mesa, e somos 500 Deputados. São 73 Deputados para cada vaga na Mesa.

Obviamente, é importante que o plenário esteja cheio, mas que seja respeitada a proporcionalidade dos partidos aqui representados, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado que é importante que as galerias estejam cheias *(manifestações das galerias)*, porque esta é a Casa do Povo brasileiro, mas que seja respeitada a proporcionalidade dos partidos, como se deve fazer, obviamente, tanto nas Comissões quanto nas Mesas Diretoras.

Sr. Presidente, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria comunicar ao Deputado Givaldo Carimbão e à Casa que ainda estão inscritos o Deputado Jesus Rodrigues, o Senador Magno Malta e o Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, vamos começar a Ordem do Dia.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT-PA) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. NELSON MARCHEZAN JUNIOR (PSDB-RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, passo a ler o art. 184 do Regimento do Senado Federal:

> *"Art. 184. É permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas, do lugar que lhe for reservado, desde que se encontre desarmada e se conserve em silêncio, sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprovação ao que nelas se passar."*

Sr. Presidente, V.Exa. acabou de usar esse artigo, há alguns minutos, para pedir silencio às galerias, mas as galerias estavam se manifestando para pedir a V.Exa., o guardião deste Regimento, que cumpra o Regimento, que guarde o Regimento, que dê direito à população, ao público, de tornar a sessão pública realmente pública.

(Manifestações das galerias.)

Eu entendo, Sr. Presidente, a sua argumentação *(manifestações das galerias)* de que, para organizar o direito de acesso, é preciso distribuir senhas. No entanto, o seu critério não pode ser usado para negar o direito que o Regimento dá à população.

Então, repito: o seu argumento e o critério que V.Exa. usa servem para o cumprimento do Regimento. No momento, se olharmos para as galerias, de todos os lados, perceberemos que esse critério está servindo para negar o direito, para o não cumprimento do Regimento.

Vários Parlamentares, Senadores e Deputados, já se manifestaram pedindo a V.Exa. que conceda ao cidadão o direito de assistir a uma sessão pública do Congresso Nacional. Eu peço, com a questão de ordem, que V.Exa. se manifeste dizendo se nós vamos cumprir o Regimento ou se o seu critério vai servir para negar ao cidadão brasileiro que está aqui, à porta do Congresso, Sr. Presidente, o exercício do direito de assistir a esta sessão pública, conforme o nosso Regimento e a nossa Constituição lhe concedem.

(Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra ao Deputado Jesus Rodrigues.

E mais uma vez quero comunicar à Casa que esta questão de ordem já foi respondida. O artigo que V.Exa. acabou de citar, Deputado Nelson Marchezan Junior, já foi citado pela própria Presidência, respondendo a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Jesus Rodrigues.

O SR. JESUS RODRIGUES (PT-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, eu compreendo que nós estamos na instância máxima do Poder Legislativo e queria um pouco da sua atenção.

Queria chamar a sua atenção para quê? Para o seguinte: em abril de 2013, esta instância do Poder Legislativo, o Congresso Nacional, decidiu por uma forma de distribuição de *royalties* do petróleo, que foi encaminhada, que foi judicializada no Supremo Tribunal Federal. Um único membro do Supremo Tribunal Federal vetou, engavetou uma decisão do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, há outras ocorrências. Por exemplo, o Ministro Ricardo Lewandowski impõe ao Congresso a condição de que vote o FPM; o Ministro Luiz Fux diz ao Congresso que tem que apreciar os vetos na ordem em que aconteceram. E um único Ministro do Supremo Tribunal Federal veta uma decisão deste Congresso?

Acho por demais desrespeitosa esta condição: a de estarmos submetidos a uma decisão única. Eu solicito ao Pleno daquela Corte, a sua instância máxima, que decida que a Ministra Carmen Lúcia está equivocada e que, de uma vez por todas, não desrespeite o Congresso Nacional, como vem ocorrendo.

Eu me sinto desrespeitado pelo Poder Judiciário, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Eu gostaria apenas de esclarecer o seguinte, Sr. Presidente: a questão de ordem de qual Parlamentar V.Exa. respondeu?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu já darei a palavra a V.Exa., para outra questão de ordem. Antes, porém, eu vou conceder a palavra ao Senador Magno Malta. Em seguida, vou conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e ao Deputado Silvio Costa.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Eu não quero e não vou apresentar outra questão de ordem. Gostaria apenas de saber a resposta de V.Exa.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou fazer uma proposta. É uma proposta rápida, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo. A Oposição tem o direito de falar. Então, V.Exa. abra a votação. Vamos votar os vetos, e deixe a Oposição falando, não tem problema, mas abra a sessão. Vamos começar os vetos.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente, art. 66.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Felipe Maia, para uma questão de ordem. Em seguida, darei a palavra a todos os que estão inscritos, inclusive para questões de ordem. No entanto, se for para repetir questão de ordem já respondida, isso só virá em prejuízo do nosso trabalho.

Com a palavra V.Exa.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade eu vou renovar o pedido. V.Exa. acabou de dizer que é matéria vencida essa questão de ordem em relação às galerias. Eu vou aceitar essa resposta aqui e não vou ler novamente o art. 184. Agora, matéria vencida, que é a resposta de V.Exa., também é a distribuição das senhas.

Essa sessão começou 18h24min; são 19h21min. Há 1 hora nós estamos aqui na Ordem do Dia. Se os partidos tomaram como decisão não distribuir as senhas, eu não acho correto com o povo do Brasil. Faço aqui esse apelo a V.Exa., porque há muita gente do Rio Grande do Norte que, ao longo da manhã me procurou, como há gente de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Alagoas, de Minas e de todo o Brasil que vieram dos seus Estados para escutar os discursos, acompanhar as votações, poder não apenas participar do PLN 36, mas dos vetos presidenciais.

Eu acho que por dever de justiça ao povo brasileiro deve-se dar a chance de as bancadas ocuparem as tribunas. Como nós estamos vendo a tribuna toda vazia, eu peço novamente a V.Exa.. Como matéria vencida está a resposta à questão de ordem, está a distribuição das senhas. Vamos ser solidários e corretos com o povo brasileiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma questão material que pode modificar a sua resposta.

Sr. Presidente, somente agora nós tomamos conhecimento de que foram entregues senhas. Está aqui uma delas. Se o partido não distribuiu ou se a Mesa, de alguma maneira, não a disponibilizou para os partidos – V.Exa. pode esclarecer isso depois –, nós estamos na prática obstruindo o ingresso de pessoas credenciadas ou não às galerias, e essa obstrução aconteceu por 1 hora e 21 minutos.

Então, a essa altura, Sr. Presidente, eu não vou distribuir senha. Eu gostaria que essa senha representasse por parte de V.Exa. a abertura das portas, para que as pessoas que cumprem o requisito regimental tomem conta da sua casa, que é a nossa Casa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação a V.Exa.

Nós já tivemos momentos de muito mais tensão em votações e sessões desta Casa, e as galerias, mesmo com manifestações, nunca feriram a democracia. Pelo contrário, elas representam isso.

Mas eu faria uma ponderação a V.Exa. Isto aqui é presencial, mas esta sessão está sendo vista pelo Brasil todo. *(Palmas nas galerias.)*

Ao não permitir que a galeria fique cheia, V.Exa. está apenas tomando uma atitude antipática. Desculpe-me, é de uma estultícia a toda prova impedir que o povo brasileiro acompanhe esta sessão, como a está acompanhando pelos órgãos de comunicação da Casa e do País.

Portanto, é apenas uma birra da Presidência não querer entender que se trata de uma presença democrática nas galerias, importante até para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, não é o tema de que vou tratar nesta minha fala, mas quero ser solidário àqueles que vivem o momento em que o Brasil quer se depurar e que vieram ocupar as galerias desta Casa. Só que estão sendo impedidos.

É necessário abrir as galerias. Se fosse o inverso, se o Governo precisasse colocar aqui uma matéria e a sua militância, desculpem-me, certamente as galerias estariam cheias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, ninguém tem nada a esconder! É verdade que a votação dos vetos, hoje à tarde, aqui, sem dúvida alguma abriu o caminho para se votar a violação da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um dos ganhos deste País. A Lei de Responsabilidade Fiscal, entendíamos nós que fazemos vida pública, seria imexível, mas nos parece que, por autodeliberação, por vaidade e poder da Presidente da República, essa lei será violada.

Sr. Presidente, ao violar a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Presidente está querendo enfiar mão de pilão na garganta de um pinto. Não cabe! Violar a Lei de Responsabilidade é colocar São Paulo dentro de Sergipe. Não cabe! Há fronteiras! Ela está querendo colocar Minas Gerais dentro do Espírito Santo! Não cabe! Há que se respeitar as fronteiras.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, por ironia do destino, pode ser violada aqui, hoje, para a satisfação dos caprichos de quem não teve o controle sobre a vida econômica deste País, de quem não teve respeito pela vida econômica deste País, porque produziu inúmeros "pacotes de bondade", meramente eleitoreiros, sem pensar nas contas do País.

Sr. Presidente, o meu partido faz parte da base de apoio ao Governo. E não há demérito em ser da base do Governo, não há crime nem ofensa em ser da base do Governo. Demérito é subserviência.

Sr. Presidente, o ordenamento jurídico deste País, que não é uma maravilha nem é a Coca-Cola do mundo, diz: *"A lei não retroage para prejudicar, a lei retroage para beneficiar".*

A Lei de Responsabilidade Fiscal, que baniu centenas e centenas de bandidos, maus gestores da vida pública brasileira, cumprindo um papel dos mais importantes, até certo momento os jogou na vala comum e transformou em fichas-sujas homens de bem que pegaram Municípios inchados, Câmaras Municipais deturpadas, Assembleias Legislativas deturpadas. Eles viraram fichas-sujas e objeto de deboche por seus adversários. São pessoas que precisam ter a honra resgatada.

Sabem V.Exas. o que vai acontecer com a maioria absoluta dos violadores da Lei de Responsabilidade Fiscal, com os ladrões de dinheiro público, quando a violarem? "Pau que dá em Chico dá em Francisco" – a lei que vai beneficiar a Presidente… Atenção, advogados! Os advogados dessa gente que virou ficha-suja vão recorrer aos tribunais, que não poderão negar, porque a lei retroage para beneficiar. Então, os fichas-sujas do Brasil voltarão a ser fichas-limpas porque a lei foi violada para beneficiar a Presidente da República. *(Palmas nas galerias.)*

Eu não poderia deixar de fazer este registro, embora entenda que o nosso País precisa dar certo, precisa se equilibrar, precisa voltar a fazer força, porque está caminhando para um fosso desgraçado. E não há que se colocar na conta de ninguém. A conta é tão somente daqueles que, em nome de "pacotes de bondades", não calcularam e violaram a economia deste País.

Eu não poderia deixar de fazer este meu pronunciamento, repito. E o encerro da mesma forma como o comecei: violar a Lei de Responsabilidade Fiscal é enfiar mão de pilão na garganta de um pinto, Sr. Presidente. E isso não cabe. *(Palmas nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Imbassahy para uma questão de ordem.

(Manifestações das galerias. Deixa o povo entrar!)

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA. Sem revisão do orador.) – O Senador Renan Calheiros, que é Presidente do Senado Federal, é o mesmo Senador Renan Calheiros que é Presidente do Congresso Nacional. V.Exa. é um democrata.

Eu quero fazer um apelo a V.Exa. a fim de que permita que as pessoas retidas na escadaria de acesso à Câmara Federal possam vir e ocupar os lugares vazios das galerias. Os partidos que receberam as senhas não têm interesse de que, na Casa do Povo, o povo venha ver a votação.

Então, eu apelo a V.Exa. que ouça o Plenário – o Plenário é soberano –, a fim de que ele possa decidir e permitir a essas pessoas que venham às galerias.

V.Exa. pediu, com razão, regimentalmente, que as galerias não se manifestassem. Eu tenho visto no Senado Federal, e V.Exa. é testemunha disso, que as galerias se manifestam amplamente, palmeando e festejando. Então, a medida tem que ser a mesma aqui. Este é o apelo que faço a V.Exa.

Quero ainda dizer a V.Exa. que o Congresso Nacional não pode ser humilhado pelo Executivo ao votar o PL 36. *(Palmas nas galerias.)* Toda a imprensa, Senador Renan Calheiros, está dizendo que o Governo está dando dinheiro aos Parlamentares para votarem o PLN 36, que vai contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não podemos corroborar isso.

Agora, a Oposição não tem número suficiente para impedir a aprovação. Então, V.Exa., como democrata e Presidente do Congresso Nacional, pode não votar o PLN 36, que vai contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não manche a biografia de V.Exa., abrindo um precedente que pode levar o Brasil a um risco maior do que ele já tem hoje, que é reconhecido por todos.

É lamentável que a imprensa possa dizer que os Parlamentares brasileiros estão votando, porque a Presidenta Dilma resolveu liberar 700, 400, 1 milhão, o número aqui varia de valores. Só que a Oposição não está aqui para colocar o seu voto por liberação de emenda. Nós vamos obstruir, até onde pudermos, a sessão do Congresso Nacional.

(Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – A questão de ordem, Sr. Presidente, está fundamentada nos §§ 4º e 6º do art. 66 da Constituição Federal, que afasta qualquer possibilidade de superação do sobrestamento da pauta do Congresso Nacional imposto pelos vetos presidenciais com prazo de apreciação vencido.

Sr. Presidente, a Constituição é muito clara no seu art. 66, § 6º:

"Art. 66 .....
§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até a sua votação final..."

Observe bem, Sr. Presidente. A compreensão dos referidos parágrafos já foi consolidada pelo Supremo Tribunal Federal na análise do Mandado de Segurança nº 31.816, oportunidade em que tanto o voto vencedor, relatado pelo Ministro Teori Zavascki, quanto o voto vencido do Relator, Ministro Luiz Fux, ressaltaram que os vetos não apreciados no prazo constitucional sobrestam todas as proposições na pauta do Congresso Nacional.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o que colocamos com clareza meridiana é que a deliberação dos PLNs só poderá ser efetivamente realizada após a apuração dos vetos, visto que o número de obstruções poderá determinar falta de quórum na votação e, consequentemente, repercutir na continuidade do sobrestamento da pauta do Congresso.

Acho que fui bastante claro, inclusive está na compreensão da Constituição Federal e também nos votos, tanto do Teori Zavascki quanto do Luiz Fux, no mandado de segurança que estabeleceu a sequência das votações dos vetos e demais proposições.

Portanto, gostaria que V.Exa., correspondendo à Constituição, e não poderá ser de outra forma o seu proceder, e também aos pareceres dos dois Ministros do Supremo, só inicie a votação dos PLNs após a apuração da votação dos vetos que estão na pauta desta sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Líder Fontana e, em seguida, à Senadora Ana Amélia.

Antes, porém, responderei à questão de ordem levantada pelo Deputado Imbassahy, que é absolutamente procedente e constitucional. Nós só poderemos avançar na pauta de votação quando apreciarmos os vetos, porque, se os vetos não forem apreciados, eles continuarão – V.Exa. tem absoluta razão – trancando a pauta.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Muito bem, Sr. Presidente. Era essa a nossa expectativa.

Muito obrigado.

(Manifestações das galerias. Libera o povo!)

O SR. NELSON MARCHEZAN JUNIOR (PSDB-RS. Sem revisão do orador) – O Líder do PT é contra a entrada das pessoas?

Líder Henrique Fontana, V.Exa. é contra a entrada das pessoas aqui no plenário?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Líder Fontana e, em seguida, à Senadora Ana Amélia.

(Manifestações das galerias. Libera o povo!)

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero, mais uma vez, dizer a V.Exa. que nós temos uma disputa democrática a fazer neste plenário.

Existem duas opiniões sobre a política econômica que o País está implementando neste momento. É legítima a posição da Oposição, evidentemente, que quer priorizar o superávit primário. O nosso Governo quer priorizar outro tipo de gestão do Orçamento. Nós queremos garantir o conjunto de desonerações; nós quere-

mos garantir um ritmo de investimentos em obras públicas. Aliás, este ano o Brasil vai bater o recorde de investimento em obras públicas, e isso tem impacto sobre o nível de emprego do País.

E o Brasil hoje, Sr. Presidente, vive, felizmente, fruto dessa escolha de política econômica respaldada pela população brasileira, inclusive na eleição de 28 de outubro. O Brasil vive o melhor momento de geração de empregos de toda a sua história. O Brasil vive o menor nível de desemprego de toda a sua história. *(Apupos nas galerias.)*

A minha questão de ordem, Sr. Presidente, é no seguinte sentido: como há uma disputa de obstrução – ela é pública –, eu peço a V.Exa. e, evidentemente, à Oposição que não sejam reproduzidas três, quatro, cinco, seis questões de ordem com o mesmo teor das que V.Exa. respondeu, porque nós temos quórum, o que certamente é difícil de ser atingido.

Então, eu quero pedir a V.Exa. esse rigor: que não se repitam questões de ordem, a fim de que nós possamos passar à votação, para que a Maioria também possa se expressar pelo voto, porque a Minoria tem que ser respeitada no direito de questões de ordem, mas a Maioria também tem o direito de se expressar com o voto que quer dar neste plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Manifestações das galerias.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente...
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente...
O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ) – Sr. Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Bolsonaro.
O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente...
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP-RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Ouça as mulheres!

(Soa a campainha.)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Jair Bolsonaro, com a palavra V.Exa. Em seguida, a Senadora Ana Amélia.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo a V.Exa., porque está havendo uma briga aqui por nada. Não há mais que 40 pessoas, a maioria inclusive turistas de São Paulo, que querem adentrar o plenário, fazer parte dessa votação, assistindo das galerias.

Então, Sr. Presidente, peço a sua cota de 40 credenciais. É mais do que suficiente para acabar com esse imbróglio de ocupar ou não a tribuna. Afinal de contas, é uma das votações mais importantes que está sendo realizada neste ano. Tenha certeza, quem votar "sim" ou quem votar "não" vai orgulhar de seu voto.

(Palmas nas galerias.)

Então, Sr. Presidente, que faça constar esse voto com a presença das pessoas nesta Casa. Apelo a V.Exa. que libere 40 pessoas – pode confirmar junto a sua segurança –, que estão junto à escadaria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero ver se consigo ser ouvida no meio dessa balbúrdia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

(Manifestações das galerias. Libera o povo! Libera o povo! Libera o povo!)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS. Sem revisão da oradora.) – Eu também quero a liberação do povo, mas eu quero falar. Eu quero falar! A questão de ordem é um esclarecimento de procedimento, não é o que o Deputado Henrique Fontana fala. Não vou repetir para tentar obstruir. Eu quero um esclarecimento de procedimento.

Houve um entendimento das Lideranças para que, logo depois de apreciados os vetos, fosse votado como prioridade, por acordo de Liderança, o PLN 31, que trata de socorrer os aposentados do AERUS, Sr. Presidente. Eu queria saber se esse acordo, de alto alcance social – espero que a galeria apoie os aposentados do AERUS –, vai ser mantido depois da apreciação.

(Manifestações das galerias.)

A iniciativa é do Poder Executivo, para cumprir uma determinação judicial no sentido de fazer a provisão de 248 milhões de reais, para que o Fundo pague aos aposentados do AERUS.

Então, eu queria fazer essa questão de ordem de procedimento, para saber se isso vai ser observado após a votação e a apreciação dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria aproveitar a oportunidade para agradecer à Senadora Ana Amélia e dizer que esse é o terceiro item da pauta.

Há pouco, eu respondi uma questão de ordem, levantada pelo Deputado Imbassahy, no sentido de que, para apreciamos os demais itens da pauta, nós teríamos primeiro que apreciar os vetos.

Então, nós temos que apreciar os vetos e, se for necessário, fazer a inversão da pauta, na forma do que foi acertado com os Líderes partidários.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Minha questão de ordem segue na linha do encaminhamento dos trabalhos, como prevê o art. 95 do Regimento Interno da Câmara.

Antes, Sr. Presidente, eu quero contraditar a linha de raciocínio desenvolvida pelo Líder do Governo, que trouxe a este Plenário a posição de que aqui se antagonizam a Oposição, que, segundo ele, se preocupa tão somente com o superávit primário, e o Governo, que se preocupa em garantir desonerações, em garantir determinadas políticas públicas.

Poderia eu dizer, para alertar o Líder do Governo, que a Oposição se preocupa, sim, com o superávit primário, para que nós tenhamos a Lei de Responsabilidade Fiscal respeitada, e se preocupa, sim, com os gastos abusivos, que saem pelo ralo da corrupção, com o cartão corporativo, com o uso do Orçamento como instrumento eleitoral, num momento em que o País deveria se preocupar com o desequilíbrio fiscal, que leva o Brasil hoje a uma situação econômica caótica.

Mas no que quero insistir, Sr. Presidente, pelo artigo que mencionei na ordem do trabalho, é que essa questão levantada originariamente e que se materializa, de fato, pelas galerias... É inaceitável uma tática, uma estratégia, não digo usada por V.Exa., mas por Lideranças que pegaram fichas dizendo que tinham alguém para vir ao plenário, mas não usaram essas fichas, usaram, de maneira ardilosa, na intenção de manter o plenário vazio, para que o Brasil não participasse de um debate extremamente importante.

Portanto, é importantíssimo que V.Exa. permita que as pessoas que aqui estão entrem para a galeria, participem e usem o direito legítimo de acompanhar as decisões do Congresso Nacional. V.Exa. deve prezar pelo seu nome, e agora é um momento histórico. Ou se respeitam princípios elementares da democracia e se permite que o povo acompanhe a sessão, ou nós vamos escrever uma página triste.

(Manifestações das galerias.)

Nós temos que nos esconder do povo para votar? Nós não podemos deixar que o povo brasileiro, que está na porta do Congresso, seja barrado.

Eu apelo a V.Exa. que abra as portas do Congresso, que permita que as galerias sejam ocupadas.

O Senador Aécio Neves, ao defender isso, defendeu não para a Oposição, ou para esse, ou para aquele partido, foi para que a democracia se cumpra de maneira plena. A Casa do Povo não pode barrar o povo. V.Exa. bem sabe disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu quero, mais uma vez, comunicar ao Plenário que essa questão de ordem...

O SR. NELSON MARCHEZAN JUNIOR (PSDB-RS) – Sr. Presidente, questão de ordem...

(Manifestações das galerias. A Casa é do povo! A Casa é do povo!)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – ...já foi decidida. As senhas foram distribuídas, na forma da proporcionalidade, às Lideranças partidárias.

O que V.Exas. pedem é a partidarização das galerias, não é a democratização das galerias.

(Manifestações das galerias.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria propor à Senadora Vanessa Grazziotin... Nós vamos começar a Ordem do Dia e, em seguida, todos estão inscritos para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Ordem do Dia.

Item 1:

VETO TOTAL Nº 28, DE 2014

Discussão, em turno único, do Veto Total nº 28 de 2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2012 (nº 6.096/2009, na Casa de origem), que *"altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho".*

Não tendo a Comissão Mista apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum do Congresso Nacional, com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2013.

Em discussão o veto total aposto ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senadora Vanessa Grazziotin, com a palavra V.Exa. para discutir a matéria.

(Manifestações das galerias.)

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente Renan Calheiros, para uma questão de ordem sobre o processo de votação, antecedendo a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Asseguro a palavra a V.Exa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Sr. Presidente, eu me obrigo, neste início da minha fala, a cumprimentar V.Exa. pela paciência de, durante quase 2 horas, ouvir mais de 32 questões de ordem sobre o mesmo assunto. Eu tive a tranquilidade, Presidente Renan, tive a paciência de subir ao plenário da Câmara, onde está reunido o Congresso hoje, para perguntar aos assessores quantos falaram em questão de ordem ou pela ordem. Foram trinta e dois, todos com o mesmo objetivo: obstruir a sessão. *(Apupos nas galerias.)* Porque eles não querem, Sr. Presidente, ouvir o mérito da matéria. Não querem ouvir o mérito da matéria, não dos vetos, mas do que nós vamos votar em seguida. Eu digo o seguinte: gol do Brasil, que tem uma Presidenta que agiu com toda a responsabilidade.

(Apupos nas galerias.)

Irresponsabilidade, Sr. Presidente, seria se a Presidenta Dilma permitisse que neste País houvesse desemprego, que neste País acabassem ou fossem suspensos programas sociais importantes, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida.

(Apupos nas galerias.)

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que as pessoas que aqui estão democraticamente ocupando as galerias e que conhecem o Regimento, como V.Exa. falou, não vieram aqui para ouvir os Deputados, porque eu estou falando, e eles estão vaiando e cantando palavras de ordem. Vieram aqui tão somente cumprindo a orientação de um partido político, para tentar tumultuar a sessão.

Mas este Plenário é sábio – os Senadores e Deputados são responsáveis –, e nós vamos manter a sessão, a bem do Brasil e a bem do povo brasileiro.

Muito obrigada, Presidente Renan.

(Apupos nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para uma questão de ordem, concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de silêncio, porque esse é o respeito mínimo.

Sr. Presidente, não é admissível que, numa sessão em que se debate política, se admita que pessoas das galerias tratem uma Parlamentar de respeito, Líder da bancada no Senado, de vagabunda. Isso é inadmissível!

Então, a minha proposta, Sr. Presidente – sempre defendemos a ocupação das galerias –, é que sejam evacuadas as galerias, para se ter respeito aos Parlamentares desta Casa.

(Palmas no plenário.)

Não podemos aceitar que uma Parlamentar, uma Senadora, seja chamada de vagabunda por ninguém que esteja nas galerias. Exigimos respeito à Senadora Vanessa ou a qualquer mulher Parlamentar neste plenário.

Por favor, solicitamos providências, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dizer que perdoo – perdoo! –, perdoo o lapso da Deputada Jandira Feghali. Eu a perdoo, porque pedir a evacuação das galerias, que já estão reduzidas por uma artimanha – chama-se artimanha! –, é realmente uma colocação que não faz jus à história política da Deputada Jandira Feghali.

Eu a perdoo, mas não perdoarei V.Exa., Sr. Presidente, se atender ao importunado pedido dela.

O SR. NELSON MARCHEZAN JUNIOR (PTB-SP) – Sr. Presidente, questão de ordem, art. 38. Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC) – Só falta pedir *"Todo poder aos sovietes"*.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Quero comunicar aos Deputados e às Deputadas que não há a menor condição para realizarmos sessão do Congresso Nacional com as galerias partidarizadas, comportando-se dessa forma.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Portanto, eu peço à Polícia do Senado e à Polícia da Câmara que mandem evacuar as galerias. Mandem evacuar as galerias!

(Palmas no plenário. Manifestações das galerias.)

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – Muito bem, Sr. Presidente! Chegou-se ao limite do desrespeito! Chegou-se ao limite do desrespeito! Não se chamou a Senadora de vagabunda, não!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Suspendo a sessão por 5 minutos!

(A sessão é suspensa.)

(Suspende-se a sessão às 19 horas e 53 minutos e reabre-se às 20 horas e 56 minutos sob a Presidência do Sr. Renan Calheiros)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, em função de não termos conseguido evacuar as galerias, vou suspender a sessão e recomeçaremos amanhã, às 10 horas. *(Palmas.)*

Essa obstrução é única, nos 190 anos do Parlamento.

(Manifestações das galerias. O povo, unido, jamais será vencido!)

Essa obstrução é única, única. São 26 pessoas assalariadas paralisando o trabalho do Congresso Nacional.

Está suspensa a sessão.

(Suspende-se a sessão às 20 horas e 57 minutos do dia 2 de dezembro de 2014 e reabre-se às 10 horas e 20 minutos do dia 3 de dezembro de 2014 sobr a Presidência do Sr. Arlindo Chinaglia.)

EXPEDIENTE DESPACHADO À PUBLICAÇÃO
MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Recebimento, no dia 27 de novembro de 2014, da Mensagem nº 407, de 2014, da Excelentíssima Senhora Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do Veto Parcial nº 32, de 2014, posto ao Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2013-Complementar (nº 238/2013-Complementar, na Casa de origem).

São as seguintes, Mensagem e razões do veto:

VETO
Nº 32, DE 2014

aposto ao

Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2013 - Complementar (nº 238/2013 - Complementar, na Casa de origem) (Mensagem nº 407, de 2014, na origem)

Rol de documentos:
- Mensagem
- Autógrafos

Mensagem protocolizada na Secretaria Legislativa do Congresso Nacional em 27/11/2014 às 18h17min.

Mensagem nº 407

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 99, de 2013 - Complementar (nº 238/13 - Complementar na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Art. 1º

"Art. 1º O art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 14. .....
.....

II - estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação da base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, no exercício em que for instituída e no exercício seguinte, caso não seja possível a demonstração referida no inciso I do **caput**;

III - ter seu impacto orçamentário-financeiro considerado nas reavaliações bimestrais, na forma do art. 9º, de modo a não afetar o alcance das metas de resultados fiscais previstas no inciso II do § 2º do art. 4º.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou de ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** estiver condicionado ao disposto nos seus incisos II ou III, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas nos mencionados incisos.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos tributos previstos nos incisos I, II, IV e V do **caput** do art. 153, na forma de seu §_1º, e no _§ 4º do art. 177, todos da Constituição Federal;

.....

....

III - aos incentivos fiscais relacionados a bens e serviços que não sejam produzidos ou prestados no território nacional na data de sua concessão e cujo objetivo seja a internalização de tecnologia em período definido;

IV - às hipóteses em que a arrecadação não for reduzida, considerando as etapas anteriores e posteriores da cadeia produtiva; e

V - às hipóteses em que houver apenas a alteração do momento da ocorrência do fato gerador do tributo ou da sua data de recolhimento dentro do mesmo exercício.' (NR)"

Razão do veto

"As alterações da Lei de Responsabilidade Fiscal aprovadas neste artigo foram propostas em momento de expansão da arrecadação. Assim, a aposição de veto justifica-se pela alteração da conjuntura econômica."

§ 4º do art. 2º

"§ 4º Os encargos calculados na forma dos incisos I e II do caput, bem como os encargos dos contratos refinanciados com base na Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, ficarão limitados à taxa Selic para os títulos federais."

Razões doveto

"A imposição do limite trazido pelo dispositivo levaria ao tratamento não isonômico entre entes, uma vez que o refinanciamento de que trata a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, já se encontra em fase de pagamento de resíduos de limite acumulado, tendo a maioria dos devedores liquidado suas dívidas no prazo inicial, restando poucos entes com obrigações para os próximos 10 anos. Além disso, a União não é a única credora do refinanciamento objeto da referida lei."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 25 de novembro de 2014.



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO COM OS DISPOSITIVOS VETADOS SUBLINHADOS:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2013 - COMPLEMENTAR
(nº 238/2013 - Complementar, na Casa de origem)

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º O art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 14. .....

.....

II - estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação da base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, no exercício em que for instituída e no exercício seguinte, caso não seja possível a demonstração referida no inciso I do **caput**;

III - ter seu impacto orçamentário-financeiro considerado nas reavaliações bimestrais, na forma do art. 9º, de modo a não afetar o alcance das metas de resultados fiscais previstas no inciso II do § 2º do art. 4º.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou de ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** estiver condicionado ao disposto nos seus incisos II ou III, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas nos mencionados incisos.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos tributos previstos nos incisos I, II, IV e V do **caput** do art. 153, na forma de seu § 1º, e no § 4º do art. 177, todos da Constituição Federal;

.....

III - aos incentivos fiscais relacionados a bens e serviços que não sejam produzidos ou prestados no território nacional na data de sua concessão e cujo objetivo seja a internalização de tecnologia em período definido;

IV - às hipóteses em que a arrecadação não for reduzida, considerando as etapas anteriores e posteriores da cadeia produtiva; e

V - às hipóteses em que houver apenas a alteração do momento da ocorrência do fato gerador do tributo ou da sua data de recolhimento dentro do mesmo exercício." (NR)

Art. 2º É a União autorizada a adotar, nos contratos de refinanciamento de dívidas celebradas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com base, respectivamente, na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e nos contratos de empréstimos firmados com os Estados e o Distrito Federal ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, as seguintes condições, aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2013:

I - juros calculados e debitados mensalmente, à taxa nominal de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) sobre o saldo devedor previamente atualizado; e

II - atualização monetária calculada mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo.

§ 1º Os encargos de que trata o **caput** ficarão limitados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para os títulos federais.

§ 2º Para fins de aplicação da limitação referida no § 1º, será comparada mensalmente a variação acumulada do IPCA + 4% a.a. (quatro por cento ao ano) com a variação acumulada da taxa Selic.

§ 3º O IPCA e a taxa Selic estarão referenciados ao segundo mês anterior ao de sua aplicação.

§ 4º Os encargos calculados na forma dos incisos I e II do **caput**, bem como os encargos dos contratos refinanciados com base na Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, ficarão limitados à taxa Selic para os títulos federais.

Art 3º É a União autorizada a conceder descontos sobre os saldos devedores dos contratos referidos no art. 2º, em valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura dos respectivos contratos, observadas todas as ocorrências que impactaram o saldo devedor no período.

Art. 4º Os efeitos financeiros decorrentes das condições previstas nos arts. 2º e 3º serão aplicados ao saldo devedor, mediante aditamento contratual.

Art. 5º É a União autorizada a firmar Programas de Acompanhamento Fiscal, sob a gestão do Ministério da Fazenda, com os Municípios das capitais e com os Estados que não estão obrigados a manter Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal nos termos do § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

§ 1º Os Programas de Acompanhamento Fiscal conterão, obrigatoriamente, além de objetivos específicos para cada unidade da Federação, metas ou compromissos quanto:

I - à dívida financeira em relação à Receita Líquida Real (RLR);

II - ao resultado primário, entendido como a diferença entre as receitas e as despesas não financeiras;

III - às despesas com funcionalismo público;

IV - às receitas de arrecadação próprias;

V - à gestão pública; e

VI - ao investimento.

§ 2º A unidade da Federação deverá obter autorização legislativa específica para o estabelecimento do Programa de Acompanhamento Fiscal.

§ 3º O Programa de Acompanhamento Fiscal será mantido:

I - no caso dos Municípios, enquanto houver obrigação financeira decorrente de contrato de refinanciamento firmado com a União no âmbito da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, ou durante, no mínimo, 5 (cinco) exercícios financeiros a partir daquele em que houver contratação de operação de crédito ao seu amparo;

II - no caso dos Estados, durante, no mínimo, 5 (cinco) exercícios financeiros a partir daquele em que houver contratação de operação de crédito ao seu amparo.

Art. 6º O § 1º do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 8º .....

.....

§ 1º .....

.....

VI - as operações de crédito de Municípios das capitais, desde que incluídas em Programa de Acompanhamento Fiscal firmado com a União.

....." (NR)

Art. 7º É a União autorizada a formalizar aditivo aos contratos de refinanciamento de dívidas dos Municípios das capitais efetuados no âmbito da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para incluir a regra de que trata o inciso VI do § 1º do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001.

Art. 8º O § 5º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

§ 5º Enquanto for exigível o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, o contrato de refinanciamento deverá prever que a unidade da Federação:

.....

b) somente poderá contrair novas dívidas desde que incluídas no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal;

....." (NR)

Art. 9º É a União autorizada a formalizar aditivo aos contratos de refinanciamento de dívidas dos Estados e do Distrito Federal efetuados no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, para alterar a regra de que trata o § 5º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Art. 10. O Ministério da Fazenda, mediante ato normativo, estabelecerá critérios para a verificação prevista no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, diretamente pelas instituições financeiras de que trata o art. 33 da citada Lei Complementar, levando em consideração o valor da operação de crédito e a situação econômico-financeira do ente da Federação, de maneira a atender aos princípios da eficiência e da economicidade.

Parágrafo único. Na hipótese da verificação prevista no **caput**, deverá o Poder Executivo do ente da Federação formalizar o pleito à instituição financeira, acompanhado de demonstração da existência de margens da operação de crédito nos limites de endividamento e de certidão do Tribunal de Contas de sua jurisdição sobre o cumprimento das condições nos termos definidos pelo Senado Federal.

Art. 11. É vedada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a emissão de títulos da dívida pública mobiliária.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

(À Comissão Mista)

Nos termos dos arts. 10-A e 104, do Regimento Comum do Congresso Nacional, este com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2013-CN, e da Resolução nº 1, de 2012-CN, ficam designados os Senadores para compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto, cuja composição parcial será publicada na forma regimental.

É a seguinte a composição parcial da Comissão Mista:

Veto Parcial nº 32, de 2014 (PLC99/2013)

Senadores

Luiz Henrique (Bloco Maioria – PMDB/SC) – Relator do projeto no Senado
Randolfe Rodrigues (Bloco Apoio Governo – PSOL/AP)
Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Minoria – PSDB/SP)
João Vicente Claudino (Bloco União e Força – PTB/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104 do Regimento Comum do Congresso Nacional, este com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2013-CN, encerrar-se-á em 5 de fevereiro de 2015.

Será feita comunicação à Camara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Ordem do Dia:

Item 1:

VETO TOTAL Nº 28, DE 2014

Continuação da discussão, em turno único, do Veto Total nº 28, de 2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2012 (nº 6.096, de 2009, na Casa de origem), que *"Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho".*

A discussão da matéria foi iniciada ontem, tendo usado da palavra a Sra. Vanessa Grazziotin.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Convido o Deputado Marcus Pestana, como primeiro inscrito, para discutir a matéria.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP) – Sr. Presidente, questão de ordem – art. 29.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Questão de ordem...

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Novo painel, de acordo com o art. 29, § 2º. Nós queremos verificação de quórum.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, os microfones não funcionam aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Eu vou ler o art. 29, na sua inteireza.

"Art. 29. À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos."

Foi o que acabou de ser feito.

O que diz o § 1º?

"§ 1º Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do quorum; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará."

Portanto, a Mesa decide aguardar 30 minutos.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) – Não, 30 minutos foi ontem, Presidente! A sessão está suspensa.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – É reabertura, Presidente! É reabertura!

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) – É reabertura, a sessão está suspensa!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – O artigo que V.Exa. está lendo é de abertura.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) – O Presidente não encerrou a sessão. Os 30 minutos nós demos ontem.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Nós temos agora a reabertura. Reabertura! Já teriam que estar aqui em plenário os Senadores e os Deputados. O que V.Exa. está...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Deputado Caiado!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Eu só queria concluir o raciocínio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Vou explicar a V.Exa., até para V.Exa. me ajudar.

Foi mencionado o art. 29. Vou ler, então, o § 2º:

> *"§ 2º. No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos, ex officio ou por provocação de qualquer Congressista."*

Mas isso não anula o § 1º.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) – Claro que anula!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – São 14 Senadores e 84 Deputados. Não tendo esse... Está claro que não tem 14 Senadores aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – O que ocorre? Eu concordo com V.Exa. em que não se vê 14 Senadores aqui.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Ocorre que aqui fala "*no curso da sessão*". E nós estamos fazendo a reabertura da sessão. "*No curso*" não diz o prazo. O que diz o prazo é o § 1º. Portanto, está-se estritamente dentro do Regimento.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) – Sr. Presidente, se o senhor estivesse abrindo a sessão...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Não se aplica prazo para reabertura.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) **–** Esta sessão foi suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – A sessão já está reaberta.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – V.Exa. é colega médico, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Vou dar a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – V.Exa. é colega médico, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – É a radiografia do momento. É aqui. Radiografou agora: onde estão os 14 Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Então... Mas eu vou dar a V.Exa., em homenagem à sua grande capacidade como ortopedista... Aqui não existem sequer os sinais indiretos de fratura. Ou seja, a radiografia não mostra... Não tem nem dor, nem edema nem rubor. Ou seja, o Regimento está sendo cumprido.

Com a palavra o Líder Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também como médico, se me permite, neste diálogo bem-humorado de início de sessão – V.Exa. é médico, o Líder do Democratas também é médico, e eu sou médico –, nós todos conhecemos o Regimento profundamente. É natural que nesses momentos haja disputa política. A Oposição está cumprindo o seu papel, tentando obstruir a votação. Mas essa leitura de Regimento que propõe a Oposição é uma leitura que interessa a quem quer obstruir. Qual é a leitura que eu, como Líder do Governo na Câmara, tenho? E contribuo com esta contradita, com esta reflexão que estamos fazendo.

Ontem, devido a fortes tumultos – que, inclusive, ao longo desta sessão, vamos debater com mais detalhes, mas não agora na reabertura –, nós, infelizmente, assistimos a algo muito grave aqui neste plenário, o que há muitos anos não ocorria, se é que alguma vez ocorreu.

A sessão foi suspensa. O Presidente Renan agiu com equilíbrio, suspendeu a sessão e marcou a reabertura da sessão para hoje, às 10 horas da manhã. Onde se reabre a sessão? Exatamente no momento em que ela estava, ou seja, na discussão da matéria.

Nós temos dezenas de inscritos para discutir a matéria, que são os vetos que estão sendo analisados. Cada um terá os seus 5 minutos para a discussão da matéria. E, quando nós formos votar os vetos – e os votos serão através de cédulas –, vai-se verificar o quórum de votação para os vetos.

Tudo isso, Presidente, é o que está no Regimento. E aqui eu quero dizer, com muito respeito à Oposição, que, se tem uma disputa dura de obstrução – e quero pedir a V.Exa., Presidente, e, na sequência, ao Presidente Renan, que chegará a esta sessão para presidi-la junto com V.Exa. –, não é possível que a Oposição, por exemplo, faça 8 ou 10 questões de ordem iguais. Ontem, por exemplo, eu ouvi a repetição de 10 questões de ordem absolutamente iguais, que haviam sido respondidas pelo Presidente quando da primeira das questões de ordem.

Então, como há uma disputa de obstrução, vamos usar estritamente o Regimento. E eu coloco uma frase, Presidente: não vale obstrução de galerias. A obstrução tem que ser no plenário, usando-se o Regimento e no minuto exato da fala de cada um. No mais, é abrir a lista de inscritos para o debate, que é a fase da sessão em que nós estamos.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. me desse a oportunidade de poder contraditar.

Sr. Presidente, o mínimo que nós esperamos é que V.Exa. zere o painel.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Deixe-me dar a palavra ao Líder Imbassahy.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – E, se, no curso da sessão, nós temos que verificar a presença, só tem uma maneira de verificar a presença.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Eu vou dar a palavra ao Líder Antonio Imbassahy e aqui nós vamos, à luz do dia, literalmente, tomar uma decisão. Hoje não há ninguém nas galerias. Então, eu queria manter entre nós aquela cordialidade própria da disputa legítima. O meu dever aqui é simplesmente cumprir o Regimento, e quero acertar.

Então, quero ouvir o Líder Imbassahy agora.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, na sequência, eu peço a palavra a V.Exa.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. já acolheu a questão de ordem do Deputado Alexandre Leite, no sentido de que não existe quórum suficiente para a abertura dos trabalhos. Esse foi o entendimento de todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Posso esclarecer, então, a V.Exa.?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Pode, porque V.Exa. disse que aguardaria 30 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Exatamente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – ...para se completar o quórum necessário para a abertura dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Para reabertura, não.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Mas para dar continuidade aos trabalhos – foi o que a V.Exa. colocou.

Agora, essas considerações do Líder do Governo Henrique Fontana, e, consequentemente, também do PT, preliminarmente, causam uma grande surpresa – talvez não a todos – por advogar galerias vazias como boa alternativa ao regime democrático e ao funcionamento desta Casa. Sinceramente, é uma coisa que nos atinge diretamente esta Casa não ter as galerias acompanhando a votação de tão importante matéria, Sr. Presidente!

Quero também colocar duas questões adicionais. Uma já está superada, porque ontem o Presidente Renan teve que suspender a sessão em função dos lamentáveis casos que aqui foram registrados. Foi uma sessão deprimente, por tudo o que tem acontecido com relação à proposta da Presidenta Dilma, que deseja anistia ao calote que ela praticou, ao descumprimento da lei orçamentária. Isso não é aceitável, porque significa também, Sr. Presidente, rasgar a Lei de Responsabilidade Fiscal. A população brasileira está acompanhando o que acontece aqui nesta Casa a cada momento, notadamente sobre essa matéria de grande importância para todos nós.

Ontem também, Sr. Presidente, houve um fato muito grave, no momento em que a Presidente convocou Líderes da base governista para participar de uma reunião no Palácio do Planalto, com a proposta oficializada de oferecer a cada Parlamentar R$748 mil para que se pudesse votar essa medida. Isso é mais do que uma chantagem. Isso é um suborno que está sendo praticado! Daí a indignação plena da população brasileira.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente, eu quero encerrar a nossa colocação, solicitando a V.Exa. que faça a contagem do tempo rigorosamente. Se não se alcançar o quórum, que encerre a sessão.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD-MA) – Sr. Presidente, uma pergunta, uma questão de ordem. Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Vejam, eu quero comandar esta sessão para evitar que, no grito, alguém fure a fila dos inscritos. Está inscrito neste momento o Líder do Democratas, o Deputado Mendonça Filho.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Deputado José Pimentel, Sr. Presidente, quer se inscrever.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Arlindo Chinaglia, primeiro, quero fazer uma questão de ordem com relação ao art. 184.

Há várias pessoas aqui junto à porta de acesso à Câmara dos Deputados, querendo assistir a esta sessão plenária, mas que estão impedidas pela Segurança do Senado da República. O acesso às galerias do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, é algo que está consagrado no Regimento Interno da Casa. Então, não entendo, Presidente.

Eu queria que V. Exa., como está presidindo esta sessão, autorizasse o acesso, que sempre foi algo consagrado como direito básico de qualquer cidadão brasileiro bem-comportado, para quem quiser assistir a esta sessão do Parlamento brasileiro.

Segundo, Presidente, eu quero argumentar um pouco mais com V. Exa. Estou muito preocupado. Eu considero V.Exa. um dos Parlamentares mais qualificados desta Casa, um Deputado que já foi Presidente da Câmara dos Deputados e que, como tal – pelas notícias que eu tenho, porque eu não era Deputado à época em que V.Exa. presidiu a Câmara dos Deputados –, sempre agiu como magistrado, como Presidente de um poder. E eu estou preocupado, porque eu estou vendo, a partir do início desta sessão, que a gente começa a contaminar os ares da Presidência do Congresso Nacional com os desta Câmara dos Deputados.

Eu já assisti aqui, nesta Casa, Presidente, sob a Liderança e Presidência do Deputado Henrique Eduardo Alves, a uma sessão que durou mais de 24 horas. Mas então todo o rito do processo legislativo foi cumprido e respeitado, com discussão de matérias, encaminhamento, orientação de bancadas. E, lamentavelmente, eu estou vendo hoje, nesta manhã, mais uma vez, que o Governo, que tem maioria, pelo menos numérica, não quer fazer com que a sua maioria compareça; o que quer é ganhar aqui no grito, invertendo o jogo, dizendo que a Oposição está dificultando.

O Deputado Henrique Fontana reclamou das manifestações nas galerias, com pouco mais de 20 pessoas na noite de ontem aqui. Quem é que não tem memória para acompanhar as várias sessões a que este Parlamento já assistiu, com manifestantes aqui apupando, jogando moedas, notas de dinheiro lá de cima? E ninguém adotou uma posição radical como foi a adotada ontem. Havia clima para seguirmos na sessão, mas houve uma decisão no sentido contrário.

Eu quero apelar a V.Exa., como uma pessoa que é um democrata historicamente, para que cumpra o Regimento, que é claro. Eu não quero conviver numa Casa, Presidente, onde há flexibilidade do Regimento, porque o que dá para rir, dá para chorar, como se diz no popular. Se porventura hoje isso agrada a quem está na Oposição, amanhã vai desagradar. Quem está na Oposição hoje vai poder estar no Governo amanhã. Não é isso o que eu desejo. Eu quero apenas, Presidente, que V.Exa. cumpra o Regimento.

O Regimento, no art. 28, é claro. Não havendo número de Senadores e Deputados, o Presidente, *ex officio* ou por provocação de um Deputado ou Senador, encerrará a sessão.

V.Exa. tem que zerar o painel imediatamente! Se porventura ficar constatado que nós não temos número de Senadores nem de Deputados necessário para que a sessão siga adiante, encerra-se a sessão.

Se o Governo não tem capacidade de mobilizar a sua base, Presidente, é problema dele. E o Governo tem maioria. Agora, não dá para aqui assistirmos ao tratoraço, à ação deliberada, querendo-se ganhar no grito. Isso é inaceitável!

Para concluir, Presidente, apelando à sua veia democrática, à sua história de respeito ao Regimento, não se contamine com este ar autoritário que vem aqui da Presidência do Congresso Nacional, não.

Ontem eu tive negada, mais uma vez, a palavra como Líder. Depois, vão dizer que eu sou radical... Cheguei ao Secretário-Geral da Mesa, cheguei ao Presidente do Congresso, e disse que, de acordo com o Regimento Interno, (art. 6º), eu tinha direito à palavra como Líder em qualquer instante da sessão. Fizeram ouvido de mercador! E estou dizendo a V.Exa.: se querem o respeito da Oposição, respeitem a Oposição; se querem respeitar o Regimento, comecem a respeitar a Minoria. E não venham impor algo que não está escrito no Regimento Interno!

É claro, peço ao Brasil todo que entre no *site* do Senado, e acesse...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Pela Liderança do Governo, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – ...o Regimento Comum e acompanhe esta sessão do Congresso Nacional. Quem não respeita as leis, quem não respeita a Constituição não merece estar nesta Casa.

Então, a V.Exa. eu faço um apelo final: zere o painel, verifique a presença suficiente de Senadores e Deputados, e, se constatarmos que não há Senadores e Deputados no número necessário a que a sessão prossiga...

V.Exa. não é Presidente aqui do Congresso do PT, não é Presidente do Congresso da Dra. Dilma Rousseff; V.Exa. está na cadeira do Presidente do Congresso Nacional brasileiro, e, como tal, tem que agir como magistrado, não fazendo o jogo do PT, do Governo ou da Oposição. É isso que eu peço a V.Exa., para que eu continue a ter o respeito que sempre tive por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Muito bem! Agradeço. Mas deixe-me fazer uma indagação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente! Presidente!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Eu peço ao som que garanta a palavra da Mesa.

Veja, vamos recuperar as questões de ordem que foram feitas, o que já foi manifestado pela Mesa, porque eu estou absolutamente decidido a tomar a decisão.

Primeiro, uma indagação ao Líder Mendonça Filho. V.Exa. tem poder para pedir verificação, V.Exa. fez um apelo. E eu pergunto: V.Exa. quer pedir a verificação? Som, por gentileza, ao Deputado Mendonça Filho. Peça-a, então. Porque, formalmente...

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD-MA) – O Solidariedade acompanha, Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, uma providência. Primeiro, oriente a Mesa, porque o meu microfone, ontem, na sessão de ontem, ficou sem som.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Agora tem.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu quero só esclarecer a V.Exa. para que o Brasil tome conhecimento de como é que uma sessão como essa transcorre. Este microfone traz a voz de um membro da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Claro!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, não é pedir verificação. É o § 2º.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Mas, Deputado Caiado, deixe o Líder do DEM, o nosso Líder do DEM, concluir.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – V.Exa. está perguntando a mim...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Interstício, não!

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Eu indaguei a S.Exa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu quero que V.Exa. cumpra o art. 29, § 2º.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Tudo bem. V.Exa., então...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – E que encerre a sessão, porque não há quórum, Presidente. Verifique no painel.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Tudo bem.

Deixe-me dar uma explicação. Eu vou dar a palavra ao Líder Pimentel.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Tem que ser de imediato, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Líder, eu vou explicar.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Art. 29, § 2º.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Líder, eu vou explicar para V.Exa. e para todos os demais.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Eu vou dar a palavra a V.Exa.

Até porque o Líder Imbassahy... Eu, naquele momento, fiquei instado a comentar, mas, até para dar a palavra e democratizá-la, preferi ouvir um pouco mais. E o que eu disse? Que não havia nem sinais indiretos de fratura, brincando, respeitosamente, com o Deputado Caiado. Ou seja, os presentes não somavam, naquele momento, o quórum mínimo de Senadores. Entretanto, como esta é uma sessão que foi suspensa ontem, e como desde ontem o quórum está dado, tanto pelo Senado quanto pela Câmara... É por isso que nós pudemos abrir a sessão. E foi o que nós fizemos – reabrir a sessão.

Agora vou dar a palavra a...

O SR. IZALCI (PSDB-DF) – Já estamos na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Um momento!

Eu vou dar a palavra agora ao Líder Pimentel, para que a gente, no diálogo, resolva com tranquilidade, sob a lógica e a ótica do Regimento.

Líder Pimentel.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, inclua-me depois, como Líder da Minoria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio ao Governo/PT-CE. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós, como muito bem V.Exa. registra, suspendemos a sessão. Na discussão da matéria, já tinha falado a Senadora Vanessa, e temos uma lista de Parlamentares inscritos para discutir a matéria. Nós temos quórum, nos termos do art. 28, o mínimo necessário.

Portanto, peço a V.Exa. que dê continuidade à sessão no ponto em que nós a suspendemos ontem, ou seja, discutindo a matéria, para que possamos ter o número mínimo na Câmara e no Senado, no que diz respeito ao Veto nº 28. Ontem nós suspendemos os nossos trabalhos nesse ponto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Só complementando, Sr. Presidente: nós só verificaremos na primeira votação. Quando V.Exa. chamar a primeira votação, nós verificaremos inevitavelmente. Mas seguindo esse rito.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Pode ocorrer antes, Deputado Sibá.

Mas eu queria, então, tomar a decisão aqui, à luz do Regimento.

Primeiro, a sessão foi suspensa e foi por mim reaberta hoje. Segundo, em decorrência, é possível, como eu já havia convidado o primeiro orador inscrito, também retomar à discussão da matéria, no prazo máximo de 30 minutos.

Darei esse prazo de 30 minutos. A partir daí, se houver solicitação de quórum – e isso acontecerá... Porque só a partir daí é que eu estou dando prazo limite. E por que estou dando? Até porque eu tenho que procurar contemporizar as duas alas em disputa.

Então, convido o Deputado Marcus Pestana para usar da palavra...

Finalmente, Líder Mendonça Filho, desculpe-me, mas eu tinha me esquecido. Com referência às galerias, houve uma determinação, ontem, do Presidente do Congresso Nacional. E não me sinto em condições de contrariá-la. Por quê? Vou dar um depoimento pessoal.

Quando fui sair hoje da Câmara, por volta de 20h30min, e estava com outros temas na cabeça, naturalmente. Eu cheguei cedo e estava saindo cedo, para voltar. E fui abordado por algumas pessoas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC) – O senhor pode contar quais eram os temas na cabeça?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Aí me perguntaram, de forma absolutamente provocativa, e me acusando, sem saber a quem acusavam, de tudo e mais um pouco... Chegou-se a um ponto em que eu perdi a paciência e falei: *"Quanto é que você está recebendo para estar aqui, então?"* Era exatamente a resposta no nível, no baixo nível, que algumas pessoas estão colocando.

Então, eu peço que a gente dê sequência às discussões. Eu quero conversar com o Presidente do Senado – eu sou apenas o Vice-Presidente do Congresso Nacional – para que, no diálogo, se houver a segurança de que se dará tranquilidade aos trabalhos...

Da minha parte, nunca foi necessário – por quê? Eu, na Presidência, nunca permiti sequer aplausos quanto mais vaias. Agora, para isso, tem que haver um pacto aqui dentro, da maneira como V.Exa. falou. Eu vou inverter o ditado: *"O pau que bate em Chico bate no Francisco."* Ou seja, se a gente permite aplauso, a gente é obrigado a permitir vaia. O Regimento não permite. Se houver esse pacto, quem sabe, o Presidente do Congresso tenda a atender ao pleito, porque eu acho que a Casa tem que ser democrática.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, eu quero que todos sejam respeitados na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – É isso aí.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Governistas e oposicionistas.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Exatamente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Agora, eu acho que a decisão tomada pelo Presidente Renan Calheiros é absurda, porque ninguém pode tomar uma decisão de antemão, impedindo a população de se fazer presente nas galerias do Congresso Nacional, porque isso contraria a própria essência do Parlamento, Sr. Presidente. Eu acho que as pessoas podem e devem ter acesso às galerias. Se, porventura, não houver o comportamento adequado, com aquilo que está nas normas regimentais, aí, sim, adotam-se as providências.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – V.Exa. tem razão.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Agora, não o contrário. O que se está fazendo é o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Está bem, mas eu vou...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Vamos dar andamento à sessão.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Agora, eu peço a V.Exa. que encerre a sessão. Nós não temos quórum, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, eu estou inscrito como Líder.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Nós não temos quórum, Sr. Presidente. V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Líder, Líder!

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Presidente Arlindo, V.Exa. não pode se transformar num Presidente bolivariano.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – V.Exa. sabe que eu não sou...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – V.Exa. é um democrata.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Presidente Arlindo, Presidente Arlindo!

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Aqui a gente está assistindo ao arrepio da lei.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Vamos retomar a sessão, Sr. Presidente!

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Por favor, respeite a Constituição e o Regimento da Casa, encerre a sessão. Nós não temos quórum.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Temos quórum sobrando, Sr. Presidente!

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Todo o mundo sabe disso. Não temos quórum.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP) **–** Presidente Arlindo!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Temos quórum sobrando, Sr. Presidente!

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Abra o painel e verifique a presença de Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Eu vou responder a V.Exa. Eu vou pedir paciência a todos. Eu já respondi à questão de ordem. Eu quero, então, não apenas responder ao Líder Mendonça Filho, eu quero falar com a Casa e com a sociedade. *(Pausa.)*

Mas não é meu papel. Espere um pouquinho. Eu quero dizer que o Regimento Comum define o que é o quórum. O quórum foi conquistado na sessão de ontem, na Câmara e no Senado. Segundo, como a sessão foi suspensa, o quórum está mantido, e assim nós vamos conduzir.

Finalmente, eu não quero valorizar discussão de emenda de plenário.

Peço ao Deputado Marcus Pestana que assuma a tribuna, senão eu darei a palavra ao próximo orador inscrito.

S.Exa. já está na tribuna?

Com a palavra o prezado Deputado Marcus Pestana.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Eu pedi minha inscrição como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Desculpe.

Deputado Marcus Pestana, eu vou conceder a palavra...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, eu aceito. S.Exa. fala; logo em seguida, eu.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Em seguida darei a palavra a V.Exa. Agradeço a compreensão.

Deputado Marcus Pestana, evidentemente, com o nosso respeito mútuo – eu peço que depois zerem o tempo, deem os 3 minutos novamente –, eu serei obrigado a cumprir os minutos que são definidos para cada um.

Eu não tocarei aqui na prorrogação. Eu peço, então, que cada orador se organize da melhor maneira. Se quiserem, quando estiver faltando 1 minuto, eu toco a campainha, mais ou menos alta, para servir de alerta.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana. Depois, darei a palavra ao Líder Ronaldo Caiado.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, um velho companheiro meu dizia que política se faz com coração quente e com cabeça fria. Não sei se isso é possível depois da lamentável noite de ontem.

Por algum motivo, algo me diz que o velho Teotônio Vilela, onde estiver, está triste com as suas Alagoas. Nós não merecíamos aquele espetáculo lamentável ontem.

Mas, Senador Renan Calheiros, V.Exa. aqui não é Presidente de um partido, não é Presidente de um Governo. V.Exa. é Presidente da principal instituição da democracia brasileira: o Congresso Nacional.

Aqui não se trata de um embate entre Oposição e Governo. Não se trata de um embate Aécio *versus* Dilma. O que está em jogo, de forma decisiva, nesta votação, na apreciação do PLN 36, é a defesa das instituições. O fracasso ou o sucesso, a prosperidade ou a pobreza de uma Nação é determinada pela qualidade das suas instituições.

O Parlamento, Srs. Senadores e Deputados, nasceu em 1688, na Inglaterra, na Revolução Gloriosa, ancorado em duas peças fundamentais: a Constituição e o Orçamento, que limitavam o poder absoluto do rei. Esse foi o nascimento da democracia moderna. O PLN 36 consegue o desastre de desmoralizar, de uma só vez, o processo orçamentário, do qual fazem parte o Plano Plurianual de Ações Governamentais – PPAG, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e o Orçamento Anual; a Lei de Responsabilidade Fiscal; a Constituição e o próprio Congresso Nacional.

A saúde fiscal é essencial para as expectativas sobre a economia. A saúde fiscal é essencial para o crescimento e para a inflação, para o custo do carregamento da dívida. Por que o Brasil tem 60% de PIB de dívida, mas a mais alta taxa real de juros para remunerar e refinanciar a sua dívida? Os Estados Unidos têm 110% do PIB, no entanto, rolam de forma...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG) – Aqui, do que se trata? Não se cuidou da febre, e se quer quebrar o termômetro; quer-se confortar um marinheiro perdido no mar dizendo: *"Não se preocupe, vamos quebrar a bússola"*. É um absurdo, um ajuste retroativo! O Congresso, nesta votação, vai dizer se vale pouco ou quase nada, ou se é uma instituição qualificada e central na democracia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marcus Pestana, o Sr. Arlindo Chinaglia, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, para discutir a matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Veto nº 28 foi aposto...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em seguida, nós ouviremos o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Sr. Presidente, o Veto nº 28 diz respeito a vício de iniciativa, por se tratar de matéria exclusiva do Executivo. Por isso, sou favorável à manutenção do veto. Essa é a nossa posição, Sr. Presidente.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT-PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado. Em seguida, V.Exa.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT-PA) – As Comissões estão em funcionamento.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Antes de entrar no meu tempo de Líder da Minoria, eu peço a V.Exa., baseado no art. 29, § 2º, que realmente abra o painel, para nós podermos conferir o quórum, já que estamos na reabertura da sessão e cabe a nós o pedido de verificação de quórum, conforme está garantido no Regimento.

Como tal, antes de usar a palavra, eu peço a V.Exa. que abra novamente o painel e verifique o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Faremos isso.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Puty.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma rápida questão de ordem. As Comissões da Câmara dos Deputados estão em funcionamento. Como já demos início à Ordem do Dia, estamos em processo de discussão e temos evidentemente quórum presencial, gostaria de solicitar à Mesa a imediata suspensão dos trabalhos das Comissões na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu determino à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados e à do Senado Federal que, por favor, na forma do Regimento, façam suspender os trabalhos das Comissões Permanentes da Casa.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, com relação à questão de ordem que formulei a V.Exa., para pedir verificação...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Já determinei à Secretaria-Geral da Mesa que prepare o painel.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco Apoio Governo/PT-AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino, para discutir a matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas encontra-se em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu faço um apelo aos Senadores e Deputados que se encontram em outras dependências da Casa para que, por favor, venham ao plenário.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD-MA) – Sr. Presidente, o Solidariedade acompanha e também vai entrar em obstrução.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB está em obstrução.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB, no Senado, está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino para discutir a matéria.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos aqui hoje mais uma vez reunidos sob um clima que não é aquele clima que nós estamos habituados a ver. Nós estamos discutindo, há quase 2 semanas, uma matéria que é uma matéria esdrúxula. A Presidente da República não cumpriu as metas fiscais, e, portanto, sem ter cumprido as metas fiscais, comete crime de responsabilidade.

E o que faz S.Exa.? Manda um projeto de lei alterando essas metas; não alterando metas de superávit, mas resultados, resultados estes que tanto podem ser positivos quanto negativos. Os números indicam que ou não teremos superávit, ou, como diz o Relator, Senador Romero Jucá, será um superávit negativo.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, em que mundo estamos? Será que estão querendo, mais uma vez, tratorar a Constituição brasileira, já que o Regimento do Congresso vem sendo tratorado na Comissão de Orçamento, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal? Não podemos permitir que esse absurdo aconteça!

Ontem vimos aqui cenas que havia tempo eu não presenciava. O Presidente do Senado quis suspender uma sessão, e o fez, por conta de meia dúzia de pessoas que estavam aqui a protestar exatamente contra esse projeto de lei que ora querem votar.

Nós estamos em obstrução; mas não em obstrução pela obstrução. Estamos em obstrução para mostrar que o Brasil não é uma Venezuela, o Brasil não é um país onde leis não estão sendo cumpridas.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Já se confirmou o quórum, Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Somos um país que precisa que a sua Constituição seja respeitada. E o Congresso Nacional, com a sua Oposição, mesmo que seja minoria, não deixará que se cometam abusos contra o Regimento Interno, não deixará que se cometam abusos contra a Constituição. Nós estamos aqui para preservar exatamente esta Constituição.

Queremos até dizer que este Congresso Nacional altivo não poderá se dobrar à vontade da Presidente de plantão, porque ela passa – ela passa! –, mas a instituição fica – a instituição Presidência da República, a instituição Congresso Nacional e, sobretudo, a Constituição da República.

Vamos, mais uma vez, no dia de hoje, mostrar que ainda há brasileiros, fora e dentro do Congresso Nacional, que não compactuam com esses atos.

Vamos mostrar que o Congresso Nacional não é um anexo do Palácio do Planalto. Vamos, sim, dizer ao povo brasileiro que aqui há Deputados e Senadores que foram eleitos pelo povo dos seus Estados para preservar a democracia e defender os direitos fundamentais. Vamos lutar até o fim, usando o Regimento, para que a vontade da Minoria também seja respeitada.

Obrigado a todos aqueles que estão lá fora, aqueles que estão resistindo na luta brava!

Estamos em obstrução, pelo bem do Brasil!

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho. Em seguida, terá a palavra o Senador Humberto Costa, para discutir a matéria.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Comum (art. 34), apresentei, na sessão de ontem, requerimento para definição da ordem de votação das matérias nos dias de ontem e de hoje, já que a sessão foi suspensa e reaberta no dia de hoje.

Todos sabem que a regra básica da Câmara e do Senado, do Congresso Nacional, é que, antes da discussão, se apreciem matérias como requerimentos. E há um requerimento de nossa autoria que é absolutamente regimental. Portanto, peço a V.Exa. que submeta a votação o requerimento que nós apresentamos. Evidentemente, antes de o submeter a votação, faríamos o encaminhamento da matéria, e aí poderíamos verificar se há quórum ou não para prosseguir. Então não dá para continuarmos na discussão, ultrapassando o que determina o Regimento, que é votar o requerimento de forma precedente à discussão.

Então pergunto o que V.Exa. vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu gostaria de pedir desculpas ao Deputado Mendonça Filho, porque exatamente ontem, respondendo aqui a uma questão de ordem levantada pelo Deputado Imbassahy, eu disse que é impossível fazer inversão de pauta enquanto não limparmos a pauta de vetos. Temos primeiro, Deputado Mendonça Filho, que limpar os vetos, anunciar os resultados dos vetos, para depois tratarmos dos requerimentos de inversão de pauta.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Mas, Presidente, consideraríamos os vetos mantidos como trancando a pauta, porque o que trata o requerimento é a inversão das matérias pós-vetos, após a apreciação dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Asseguro a V.Exa. que nós vamos apreciar o requerimento logo após o anúncio do resultado da apreciação dos vetos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Humberto Costa, com a palavra V.Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT-PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o veto ora em discussão foi aposto pela Presidenta Dilma Rousseff por se tratar de um caso previsto na Constituição Federal de vício de iniciativa. Essa proposta teria que ser originária do Poder Executivo, para, depois de chegar a esta Casa, ser votada. Diante disso, eu quero defender a manutenção do veto ora em apreciação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, para discutir a matéria.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente, quero lamentar que uma sessão do Congresso Nacional esteja ocorrendo com as galerias completamente vazias.

Quando aqui cheguei, deparei-me não só com a Polícia Legislativa, mas com o Batalhão de Choque, literalmente, para conter cerca de 30 pessoas, pacíficas, alguns estudantes e outras lideranças de diversos setores da sociedade, que querem apenas, como cidadãos, que seja atendido o seu direito elementar de participar e assistir à sessão nas galerias da Casa. Eu lamento e entendo que, além de o Regimento estar sendo descumprido, isso não contribui para a democracia. Pelo contrário, é um péssimo sinal!

Mais do que isso, Sr. Presidente, quero insistir em que verifico nesta sessão, que já está na Ordem do Dia – e tanto é assim que estou aqui fazendo uso da palavra para me manifestar com relação a esse veto que considero inadequado –, que o painel registra um número absolutamente aquém do necessário para a continuidade da Ordem do Dia. Portanto, a sessão continua eivada de vícios de natureza regimental.

Mas veja o que nós estamos vivendo no Brasil: até mesmo a denominação do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho – algo relativamente singelo, uma mudança de denominação para atender ao anseio do povo baiano, que tem nessa data cívica algo que referencia a sua história e a história do povo brasileiro – passa a ser objeto de veto.

Ou seja, a decisão do Congresso Nacional até sobre matérias dessa natureza agora tem que ficar submetido ao crivo autocrático da Sra. Presidente, que chama para si o veto. E, depois, nós vemos um rolo compressor, como vimos há poucos dias, quando, de maneira absurda, antirregimental, equivocada, votaram-se quase 40 vetos numa cédula de papel, e com uma vergonha a mais, Sr. Presidente, para a qual eu alerto: o Brasil inteiro registrou assessores – portanto, não Parlamentares – preenchendo e votando no lugar de Parlamentares, desmoralizando este Congresso.

Lembro ainda que V.Exa. disse que o Congresso havia reconquistado o direito de apreciar vetos. Ora, é surpreendente ouvir isso de V.Exa.! Esse direito vem da Constituição brasileira, de há muito tempo. O que havia era a omissão em relação a essa verificação dos vetos.

E mais ainda: V.Exa. dizia que dez ou mais sessões foram convocadas e que o Congresso não havia comparecido. Nós aqui estávamos – eu, como Líder da Oposição, estava em todas –, mas não me lembro da presença de V.Exa. em nenhuma delas. E lembro uma ocasião em que o Senador Romero Jucá, aqui chegando para substituí-lo, disse que o seu partido estava em obstrução e que não iria votar a matéria porque temia a derrubada do veto sobre a criação de novos Municípios.

Portanto, não houve as sessões porque o Governo não permitiu. Dessa forma, acumularam-se os vetos. Depois, vem o Governo, de maneira autoritária – de maneira autoritária! –, e estabelece a manutenção de vetos, numa atitude que agora, com as sessões desta semana, começa a mostrar aonde o Governo que aí está quer chegar. Quer chegar a um processo em que a Oposição seja calada, seja suprimida, seja impedida até de, regimentalmente, se manifestar.

Vou parar por aqui, Sr. Presidente. Não vou nem me alongar porque vejo que o Regimento está sendo desrespeitado. Eu entendo que V.Exa. deveria encerrar esta sessão. Esta sessão que ora transcorre está na fase de discussão de matéria. Eu vejo, todos vêm – e a televisão desta Casa registra – que o painel neste momento registra 32 Senadores e 141 Deputados, o que é absolutamente antirregimental e não atende aos pressupostos mínimos para que ela seja validada.

Portanto, nós vivemos o prenúncio de tempos obscuros.

Termino as minhas palavras, alertando o povo brasileiro: estejam atentos, porque a Oposição aqui está cobrando apenas o cumprimento do Regimento, apenas isto. E, se não cumprem o Regimento, se passam por cima da Oposição, passam por cima da lei, é porque já estão implantando no Brasil um modelo autoritário, o que nós repudiamos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA) – Sr. Presidente, é só para um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Deputado Ronaldo Caiado é o primeiro orador inscrito após o Senador Walter.

Com a palavra V.Exa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco de Apoio ao Governo/PT-BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação aos 2 vetos apresentados, um deles diz respeito ao Instituto Federal Baiano – IFBA,

uma proposta apresentada pela nobre Deputada Alice Portugal para batizar o Instituto Federal Baiano como Instituto Federal Dois de julho, em homenagem à nossa batalha de 2 de julho.

O veto foi, portanto, dessa maneira apresentado, a pedido inclusive do próprio IFBA, em decorrência das questões que envolvem a mudança de toda a documentação num período de final de ano.

O outro veto é um veto com o qual nós também concordamos. A mudança do nome de uma barragem causaria determinado nível de transtornos porque a população local, meu caro Sibá, já havia consignado, ou seja, absorvido, ao longo de toda uma trajetória, o nome dessa barragem.

Portanto, somos pela manutenção dos vetos.

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA) – Sr. Presidente, como autora, eu gostaria de 1 minuto para um esclarecimento, se V.Exa. me concedesse.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Trata-se da mudança do nome do Instituto Federal Baiano. Na Bahia, nós temos 2 institutos federais: o Bahia e o Baiano.

A comunidade, à época de sua criação, pediu-me que encaminhasse, na Comissão de Educação, projeto para mudança do nome. Acontece que a tramitação pelo rito normal demorou muito, e eles sedimentaram o nome como Instituto Federal Baiano. Hoje, daria uma complicação burocrática gigantesca a mudança do nome.

Portanto, sou a favor do veto, a pedido também da comunidade e do Instituto Federal Baiano. Em possibilidade de algum acordo, mudemos o nome do Aeroporto de Salvador. Este, sim, precisa voltar a chamar-se 2 de Julho.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Faremos isso.

Deputado Ronaldo Caiado, com a palavra V.Exa.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, durante toda esta semana e a semana passada nós discutimos aqui a gravidade desse PLN 36. A base do Governo foi para os microfones dizer que ele não alterava em nada a Lei de Responsabilidade Fiscal. O que nós estamos implantando, o que esta Casa está abrindo é um precedente para explodir a economia deste País.

Vejam vocês que a Presidente da República, no período préeleitoral, disse que as coisas estão em ordem e que vai cumprir o Orçamento. Mas, depois, ao terminar as eleições, o povo se depara com uma fraude instalada. O PT fraudou as eleições! Isso é como um cidadão que vende um carro como carro novo, enquanto é um carro sucateado.

Hoje, não é terceiro turno, não! É a população, que foi enganada, que está hoje à porta do Congresso Nacional. É um movimento que terá uma expressão maior do que o de junho de 2013. Sabem por quê? Porque a atitude do Congresso Nacional tem sido provocativa com relação à população brasileira. É um tapa na cara da população brasileira!

Olha, o Governo faz o que quer antes, e, depois, manda aqui para a Casa, para que o Congresso Nacional avalize, um crime praticado pela Presidente da República. E isso está causando um precedente grave.

Quero chamar a atenção da Mesa. Sr. Presidente e Deputado Eduardo Cunha, do PMDB. Quero dizer a vocês que, na manhã de hoje, no meu Estado, o Governador já mandou um projeto de lei para a Assembleia. Goiás tinha que ter um superávit de 440 milhões, e ele já apresentou um projeto de lei que prevê que vai haver um déficit de 650 milhões de reais.

É isso, Deputados! Agora, Senadores, Governador nenhum tem que cumprir Lei de Responsabilidade Fiscal. É isso o que nós vamos instalar no Brasil, para apagar as digitais da Presidência da República ao não cumprir o Orçamento?!

Esta Casa desmontou o Orçamento, desmoralizou e revogou a Lei de Responsabilidade Fiscal!

É com esta gravidade que trago esta matéria para o debate e faço uma pergunta. Os Deputados do alto clero e Senadores foram contemplados com os Ministérios da Esplanada; os do baixo clero, como dizem, terão que ser alimentados com os 440 milhões que vêm no decreto da Presidente da República.

Minha gente! Nunca se viu, na história deste País e do Parlamento – e estou aqui há 20 anos –, uma Presidente que revogasse prerrogativas da Câmara dos Deputados, uma Presidente que legislasse por decreto. Vejam bem a condicionante! É chantagem! É aviltar as prerrogativas da Casa! "*Olhem, eu só vou dar as emendas a vocês, se vocês aprovarem o PLN 36*." É um escárnio! Isso é a desmoralização, é a prostituição completa do processo eleitoral!

Eu pergunto ao Parlamentar: "*como é que você vai explicar na sua base que votou favoravelmente ao PLN 36? E como vai cobrar do seu Prefeito, do seu Governador que cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que cumpra as regras estabelecidas?*"

Esta Casa não pode avalizar esse crime. Reflitam! O movimento do Brasil, com essa provocação do Congresso Nacional, vai ser maior do que o de junho de 2013. Esta Casa não pode deixar de ver as redes sociais. É o Brasil todo de pé. O Parlamentar não terá como chegar ao seu Estado. Reflitam! Nós não cometemos um crime! E nós não temos que pagar pelo crime da fraude na campanha eleitoral!

Sr. Presidente, eu já fui governo e hoje sou oposição, mas jamais vi estas galerias caladas, como estão aí. Isso é deprimente! Este Congresso aqui não é o Congresso venezuelano, não, Presidente! Nós não estamos sob a tutela da Presidente. Nós estamos aqui, sim, cobrando de V.Exa. que cumpra com o decoro parlamentar, que defenda as prerrogativas regimentais, o acesso da população brasileira às galerias.

Aqui o PT está calado hoje, e manda esvaziar as galerias. No momento da reforma da Previdência, estas galerias estavam lotadas. Quando foi para satanizar os médicos contra o Ato Médico, estas galerias estavam lotadas. Agora, quando é para apagar o crime, apagar as digitais da Presidente em um crime, cerram-se as portas. Baixou o espírito de Hugo Chávez na Presidente Dilma! Nunca se viu um destempero como este aqui no Congresso Nacional. Esta é a verdade.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que encerre esta sessão. A partir de hoje são 27 Governadores que estarão encaminhando, Deputado Givaldo Carimbão, que não vão cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal nos seus Estados. E V.Exa. vai cobrar como, se foi conivente com o crime praticado pela Presidente? Qual é a credibilidade que terá este Parlamento?

E estou citando um fato. Goiás já foi à esteira da Dilma. E os outros 26? Vão apresentar amanhã. Mas fica o silêncio. Querem lavar as mãos e dar uma de Pôncio Pilatos no momento mais crítico da economia e da política nacional!

Esta Casa não pode – e encerro, Sr. Presidente – convalidar este crime praticado pela Presidente da República!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria convidar todos os companheiros do PROS e do PP para se fazerem presentes. Estamos com 195 Deputados presentes. É importante termos número para começar a votação.

Faço esta conclamação a todos os Deputados do PP. Eu pediria à assessoria e aos gabinetes dos Deputados do PP e do PROS que os convoquem para vir ao plenário, a fim de votarmos esta matéria ainda hoje.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria, igualmente, pedir a todos os Deputados e Senadores do Partido dos Trabalhadores que venham ao plenário marcar presença, para votarmos hoje este importante diploma legal para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO. Sem revisão do orador.) – O PSD também convoca seus Deputados a vir ao plenário registrar presença.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

Com a palavra V.Exa. para discutir a matéria.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esses vetos significam o que sempre significou o Congresso e o Parlamentar para a Presidenta Dilma: nada! Propostas interessantes, importantes do ponto de vista dos Deputados, mas insignificantes para a governante de plantão.

Sr. Presidente, o momento brasileiro é o mais grave da história republicana, e podemos, de acordo com V.Exa. ontem, também incluir o Império nos 190 anos do Parlamento brasileiro.

Nunca na história deste País nos encontramos numa situação econômica tão precária, tão ruim quanto esta por que estamos passando neste momento. Vivemos uma recessão econômica, uma crise gravíssima na indústria brasileira, com o seu sucateamento, a balança comercial com déficit, e o Brasil compra mais do mundo do que vende. A balança de serviços, nem se fala, já era deficitária, e a balança de pagamentos também é deficitária. Soma-se a isso agora o déficit primário, não há mais superávit, que era um dos pilares da base da economia brasileira. Some-se a isso também o déficit das contas públicas da entidade Governo do Brasil, 4% do PIB; arrecadamos 36 e gastamos 40. E o pior: 0,3% de crescimento econômico no ano de Nosso Senhor de 2014, e a população vai crescer 1%.

O que estamos construindo neste Parlamento? E lá do outro lado da rua, o Governo da Presidente Dilma, que tem que administrar as crises do PT e da sua base, esqueceu-se da sociedade e está de costas para ela. O povo brasileiro, que está nas filas dos hospitais e dos postos de saúde, que não tem medicamentos, morrendo nas estradas, nos 50 mil assassinatos por ano, assiste a uma crise de corrupção sem precedentes na história da República e da Monarquia brasileiras.

Nos seus 190 anos, nunca este Parlamento passou, sequer de longe, por tantos casos de cassação como os que tivemos, nada tão grave como o mensalão, mas esse escândalo supera todos os outros.

A Sra. Presidente da República, pelo tamanho do Estado, pelo poder de comunicação, com os milhões que tem para pagar a imprensa, está blindada. Os Srs. Parlamentares da base vão pagar o pato, serão punidos, e ela não será punida. Os Srs. Deputados da base governista que se contentam com as emendas vão ser punidos, vão ser cassados. Se não forem cassados pela Câmara ou pelo Senado, serão cassados pela Justiça.

Esse é o drama do Parlamento, Sr. Presidente Renan. Em 190 anos, como V.Exa. disse, e tinha razão, não pelos 26 manifestantes que estavam aqui, numerados, contados por V. Exa., em 500 lugares que havia, realmente, em 190 anos de história do Parlamento, vemos a gravidade do momento: a economia não cresce, os serviços públicos são ruins, a PETROBRAS está destruída. A maior empresa do País está destruída, e todo o setor industrial também. Não há nação que sobreviva sem o seu parque industrial. Só falta agora destruir a agricultura e a pecuária.

O que mais podemos fazer? O Brasil vai virar um país periférico, importador, como é a Venezuela, que nem papel higiênico consegue produzir para abastecer o seu mercado local.

Sr. Presidente, hoje vivemos o drama de coonestar e compactuar com a Presidente num crime de responsabilidade, que é a infração mais grave passível de cassação, de *impeachment* da Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se V.Exa. puder encerrar...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) – Se um Governador e um Prefeito não cumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que acontece? Cassação de mandato. No caso da Presidente, é claro: além do *impeachment*, ela atentou e está atentando contra a estabilidade dos princípios e dos pressupostos da economia brasileira.

O momento é grave. Há um Parlamento enfraquecido, de joelhos, com os partidos ainda querendo um pedaço do butim, da carniça, que já está putrefata, que já está há meses, há anos, putrefata. Cada um pega o que quer.

Eu queria um pacto com a sociedade. Presidente Dilma, governe para o Brasil, rompa com o seu partido e com a sua base, olhe para o Brasil e faça o pacto social.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Aloysio.

Antes, porém, quero, pela ordem, ouvir o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. É só para termos um roteiro daquilo que está imaginando a direção dos trabalhos, V.Exa.

Nós estamos em discussão sobre o Veto nº 28. Depois teremos o Veto nº 29 e depois, logicamente, as orientações de bancada. Qual o número de Parlamentares que V.Exa. está pensando em chamar?

O nosso Regimento prescreve um requerimento de encerramento. Como é a condução que V.Exa. está pensando em dar, em termos de número de inscritos para o Veto nº 28 e para o Veto nº 29? Qual é a ideia da Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Arnaldo Jardim, nós vamos esgotar a lista de inscrição, a não ser que alguém requeira suspensão, tão logo nós tenhamos atingido o número de oradores na Câmara e no Senado. Aí nós teremos que apreciar o requerimento.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Indago a V.Exa. se seria um requerimento para o Veto nº 28 e outro requerimento para o Veto nº 29. Pelo que compreendo, cada discussão comporta um requerimento específico de encerramento. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Encerrada a discussão do Veto nº 28, com a votação do Veto nº 28, nós abrimos a discussão do Veto nº 29.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É que nós vamos votar em cédula, tal qual fizemos na vez anterior.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Muito bem, Sr. Presidente. Considero-me esclarecido. Apenas ressalvo, obviamente, que após o encerramento da discussão haverá a orientação às bancadas e o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Agradecido a V.Exa.

O Deputado Vicentinho tem a palavra.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de convidar os nossos Deputados a se fazerem presentes. Pedimos o apoio dos gabinetes, para que achem os nossos Deputados e peçam a todos que venham para cá.

E recomendamos aos nossos Deputados que não falem no microfone. Vamos votar! Esta é a coisa mais importante hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, meus caros colegas, a sessão de hoje transcorre sob o silêncio tumular das galerias. É uma

pena, Sr. Presidente, porque o povo está acompanhando a sessão por outros meios de comunicação, inclusive pela *TV Senado* e pela *TV Câmara*, mas nada se compara à presença física tonificante do povo nas galerias, onde exerce direito que lhe é assegurado pela Constituição e pelo Regimento Interno do Congresso Nacional. Diz o Regimento Interno que as galerias devem ser franqueadas ao público, e franqueadas quer dizer livres e abertas.

Cabe a V.Exa. velar pela ordem dos trabalhos, mas não pode V.Exa. se sobrepor ao Regimento Interno e proibir o ingresso do povo às galerias. V.Exa. pertence a um partido de larga tradição democrática. Não pode o PMDB desmenti-la nesta sessão em que o povo está aí acotovelado na Chapelaria da Câmara, querendo entrar, e querendo entrar, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não para acompanhar a discussão do veto aposto pela Presidente a um projeto de lei que confere denominação à Barragem Boqueirão, em Parelhas, e sim para saber como os Congressistas votarão esta lei, este projeto acintoso, este projeto vergonhoso, este projeto nefasto aos interesses do povo brasileiro encaminhado pela Presidente Dilma para a nossa apreciação.

Sr. Presidente, a minha fala contém uma questão de ordem, baseada no art. 146 do Regimento Interno, para que V.Exa. abra as portas das galerias. Este deve ser um Poder transparente, um Poder que funcione sob os olhos do povo, não pode ser um Poder opaco, obscuro, em que todos os gatos são pardos. É preciso que os brasileiros saibam quem votou como esta matéria.

A Presidente Dilma, ao enviar este projeto de lei, cometeu vários pecados e vários crimes. Eu li há pouco, Sr. Presidente, o exemplar da Bíblia Sagrada que está sobre a mesa da Presidência. Percorri o Segundo Livro de Samuel. Ali está relatado o episódio dos dois pecados de Davi. Davi, como sabe o meu colega pastor Deputado Paulo Freire, pecou a primeira vez ao seduzir a mulher de Urias. Deitou-se com ela – é a linguagem da Bíblia – e, para eximir-se das consequências do pecado de adultério, enviou Urias à morte, numa batalha perigosa, desprotegido. Admoestado pelo Profeta Natã, Davi arrependeu-se e foi perdoado por Deus.

Ora, Sr. Presidente, a Presidente Dilma pecou uma vez: pecou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, esse pilar da saúde financeira do Estado brasileiro, conquista de décadas do povo brasileiro para a qual o PMDB colaborou, e colaborou muito. Lembro-me do nosso Relator aqui na Câmara, Deputado Pedro Novaes, da bancada do PMDB do Maranhão. Dilma rasgou a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas a Presidente pecou uma segunda vez: enviou para esta Casa o projeto de lei que altera a LDO com o objetivo de ver perdoado o seu pecado com as bênçãos do Congresso Nacional. Ela não se arrependeu. Juntou o acinte aos dois crimes cometidos anteriormente. O acinte é o decreto em que ela chantageia o Congresso Nacional, em que ela acena com a compra dos votos do Congresso Nacional, como se cada um dos congressistas valesse apenas 748 mil reais em emendas extras liberadas para cada um! É o preço da traição aos interesses maiores do povo brasileiro!

Outros pecados se sucederão, meus caros colegas, e nós não podemos ser complacentes com eles. Nós devemos verberar, protestar, lutar até o fim. E para isso, Sr. Presidente, é indispensável que o povo esteja presente nas galerias!

Ontem ouvi corações sensíveis do PCdoB, que protestavam, até justamente, contra uma ofensa pessoal a uma Deputada. Eu me pergunto, Sr. Presidente, onde estavam essas vozes indignadas do PCdoB que reclamavam por democracia e por respeito às leis quando um bando de desordeiros foi depredar a sede da Editora Abril em protesto contra uma denúncia verdadeira veiculada pela revista *Veja*. Onde estavam essas vozes do PCdoB quando a chamada juventude do seu partido foi, na marra, impedir a palavra, impedir a palestra de uma Deputada cassada pelo regime tirânico da Venezuela, objeto do culto desse partido?

Algumas vozes do PT também se levantaram. Onde estavam as vozes do PT quando desordeiros do MST, comandados pelo maior pelego deste País, que é João Pedro Stédile, tentaram forçar a entrada no Palácio do Planalto? Onde estavam eles? Onde estavam eles para protestar contra os insultos que tantas vezes seus companheiros dirigiram contra nós, quando votávamos segundo a nossa consciência?

Por tudo isso, Sr. Presidente, eu não aceito as recriminações às bancadas, como não aceito também – perdoe-me V.Exa. – a afirmação de V.Exa. de que aqui na galeria havia meia dúzia de assalariados. Se V.Exa. faz essa afirmação, é preciso que diga: assalariados por quem? Por quem estavam os brasileiros que aqui vieram, trazidos pela sua consciência, protestar em nome do nosso povo contra esse crime que é contra os interesses do País? *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Duarte Nogueira. S.Exa. dispõe de até 5 minutos para discutir a matéria.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esta sessão do Congresso Nacional, como foi dito aqui pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que me antecedeu, acontece sem a presença do povo brasileiro nas galerias, no silêncio de uma manifestação que acontece nas ruas do nosso País, contrária à mudança da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao alargamento e à flexibilização para se gastar além do que a lei permite. O ocorrido aqui ontem fez com que as galerias hoje estejam vazias, sem a participação popular.

Nós não concordamos com isso, Sr. Presidente, e temos que nos manifestar. A Presidenta Dilma Rousseff cometeu uma ilegalidade. Ao longo desses últimos anos, foi feita uma maquiagem no Orçamento federal, através de manobras contábeis, e criou-se um monstro tão horrível, que a maquiagem não é mais suficiente para apagar sua feiura. Agora, como em todo regime autoritário, que é incapaz de cumprir as leis, faz-se a tentativa de alterar a lei, para que a Presidenta não seja criticada ou não seja levada a responder por crime de responsabilidade por descumprimento da lei.

Nós entendemos que o povo brasileiro encontra-se hoje numa situação de muita preocupação, com inflação alta, altas taxas de juros, indicadores sociais declinantes, aumento da miséria, descontrole das contas públicas. O que se tem que fazer agora, em vez de mudar a lei para permitir a gastança, é economizar, através de uma melhor gestão, cortar gastos desnecessários, enxugar os 39 Ministérios.

Ao contrário disso, o que faz o Governo? Baixa um decreto e condiciona o pagamento de emendas parlamentares, num valor total de 440 milhões de reais, à votação de uma alteração na lei fiscal que vai permitir a gastança. Ora, isso é coação, é chantagem, para que o Governo possa alterar a lei fiscal e liberar a Presidenta de responder por crime de responsabilidade, porque, se a lei não for alterada, o Tribunal de Contas da União terá que rejeitar as contas da Presidência da República.

Para que isso não ocorra, a maioria governista tenta hoje, no silêncio das galerias – na impossibilidade de a população, de maneira presencial, observar a votação do Congresso Nacional –, aprovar uma lei que faça com que à Presidenta não se impute crime fiscal.

Sr. Presidente, nós, da Oposição, como vimos dizendo ao longo desta semana e das semanas anteriores, estamos aqui para impedir que essa atrocidade seja cometida.

Sabe o que vai acontecer se nós alterarmos a lei fiscal para a União? Haverá que haver uma analogia para os Estados brasileiros e, por consequência, para os Municípios do Brasil. Ou seja, haverá um descontrole total das contas públicas, um descontrole total dos orçamentos, não só da União, mas dos Estados e dos Municípios. A conquista da economia brasileira de controle inflacionário, de controle das contas públicas, estará perdida, por um capricho, pelo autoritarismo de um Governo que foi incapaz de manter as contas estáveis.

Sr. Presidente, nós, da Oposição, estamos aqui para nos manifestar contrariamente a essa alteração que o Congresso está prestes a fazer, e em defesa não da opinião da Oposição, mas em defesa da organização das contas públicas brasileiras e, ao mesmo tempo, contra as consequências horríveis que isso trará, como aumento da miséria e aumento da inflação – porque será necessário aumentar as taxas de juros –, diminuição dos investimentos e diminuição dos postos de trabalho, ou seja, prejuízos para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como nós já ouvimos dez oradores da Câmara dos Deputados e quatro oradores do Senado da República, solicito a V.Exa. que coloque em votação o requerimento de nossa autoria que pede o encerramento da discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos apreciar o requerimento de V.Exa. tão logo haja quórum para deliberação.

Enquanto isso, nós vamos conceder a palavra ao Senador Aécio Neves e, presumivelmente, a mais uns dois ou três oradores – Senador José Agripino, Deputado Imbassahy, Deputado Izalci. Em seguida, apreciaremos o requerimento de V.Exa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Então, vou pedir à bancada do Democratas que ajude a completar o quórum de 257, e nós vamos obstruir a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB-MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há poucos dias subi a esta mesma tribuna e iniciei minhas palavras dizendo que a riqueza e o desenvolvimento de uma Nação não se medem apenas pelo acúmulo de riquezas que ao longo do tempo ela adquiriu, mas, em especial, o desenvolvimento das nações se mede pela força das suas instituições.

Nós estamos, Sr. Presidente, infelizmente, vivendo hoje no Congresso Nacional uma triste manhã. Triste, em grande parte, pelo tema que aqui nos reúne. Na verdade, busca-se dar à Presidente da República anistia pelo crime de responsabilidade por ela já cometido.

A noite de ontem e este final da manhã de hoje se fazem ainda mais tristes porque debatemos um tema de enorme importância para a sociedade brasileira vendo as galerias desta Casa fechadas à população. Isso é uma violência ao próprio Regimento desta Casa, que garante a presença de cidadãs e cidadãos brasileiros desarmados nas galerias.

Perdoe-me a franqueza, Sr. Presidente, mas equivoca-se V.Exa., porque, da mesma forma que hoje estão vazios os assentos das galerias, mais do que nunca estão os cidadãos brasileiros, de fora desta Casa, atentos àquilo que aqui ocorre hoje.

Lamentavelmente, nós tivemos ontem uma oportunidade de abrir as galerias e ver a sessão avançar de forma absolutamente adequada, sem que precisássemos, todos nós, presenciar aquelas cenas.

Sr. Presidente, Srs. Líderes, considero que a democracia tem nas eleições o seu momento mais sublime. A eleição é o momento da verdade, é o momento do debate de ideias, do debate de propostas. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, nas eleições que se findaram há muito pouco tempo não foi a verdade que prevaleceu. Se nós estamos votando hoje uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias é porque, infelizmente, não foi dado à população brasileira conhecer durante o processo eleitoral a verdade daquilo que ocorria no Brasil.

Volto aos fatos, Sr. Presidente, porque a realidade é que o Congresso Nacional – é preciso que se saiba isto –, está hoje ferindo de morte um dos principais pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E volto ainda às eleições, Sr. Presidente, para que fique consignado nesta sessão – triste na história desta Casa –, para que fique retratado aquilo que ocorreu no Brasil há poucos meses e que nos trás hoje a este momento de enorme constrangimento.

Sr. Presidente, lembro-me de que, no dia 1º de outubro – até anotei isto –, a então candidata Dilma Rousseff assim disse: *"Temos tido um desempenho, na área fiscal, inquestionável"*. Ora, o déficit público acumulado até outubro é o maior da história! Mentiu a Presidente da República, Sr. Presidente, ou desconhecia S.Exa. a realidade fiscal do País?

Disse a Presidente, no dia 25 de setembro, Deputado Izalci, numa visita à Bahia: *"O Brasil não está desequilibrado. Nós não acreditamos em choque fiscal. Essa é uma forma incorreta de tratar a questão fiscal no Brasil"*. E hoje, o Governo reeleito anuncia sua intenção de promover um choque fiscal que pode chegar a 90 bilhões de reais!

No dia 6 de agosto, disse a então candidata a Presidente da República: "*Acredito que teremos condições de cumprir o superávit primário previsto no começo do ano*". *(Manifestações do plenário.)*

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB-MG) – Repito o que disse a então candidata a Presidente da República na CNA, no dia 6 de agosto: "*Acredito que teremos condições de cumprir o superávit primário previsto no começo do ano*". E hoje a Presidente da República coloca de joelhos a sua base no Congresso Nacional. *(Manifestações do plenário.)*

Mas vamos em frente, Sr. Presidente.

No momento em que a verdade deveria estar prevalecendo, disse a Presidente da República: "*Fazer choque fiscal? Cortar o quê?"* Disse isso em 25 de setembro. Hoje, seu novo Ministro anuncia corte de despesas e ajuste fiscal.

É importante que a verdade, que a realidade seja relembrada. Disse a candidata em 19 de outubro: *"Tenho certeza de que a inflação está sob controle"*. Estava respondendo a mim no debate da *Rede Record*. Mais uma vez, a inflação está no teto da meta.

Disse a Presidente, em evento da CNI, no dia 30 de setembro: *"O que justifica esta hipótese de tarifaço? Significa determinação em criar um movimento para instaurar o pessimismo!"* Onze dias após a eleição, a PETROBRAS reajusta em 3% a gasolina e em 5% o óleo diesel. A tarifa de energia já subiu 17% este ano e subirá 25% no ano que vem! E agora o Governo cogita retomar a cobrança da CPMF.

O SR. JESUS RODRIGUES (PT-PI) – Sr. Presidente, acabou o tempo!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB-MG) – Sr. Presidente, a Presidente, no dia 17 de setembro, em Campinas, São Paulo, disse: "*Eu não mudo os direitos trabalhistas nem que a vaca tussa!"* E inicia, já no dia 7 de novembro, o anúncio de que o seguro-desemprego, o auxílio-doença e o abono salarial serão revistos. E a CUT negocia, agora, reduzir salário de trabalhadores para evitar demissões.

Em relação aos juros, Sr. Presidente, disse a Presidente, dirigindo-se a mim no debate da *Rede Record*: *"O senhor candidato vai elevar a taxa de juros, porque este é o seu receituário, é o receituário do desemprego, do arroxo salarial, das altas taxas de juros"*. Três dias após as eleições, as taxas de juros foram aumentadas. E neste instante, Sr. Presidente, o COPOM está reunido e vai anunciar, em poucas horas, provavelmente, um novo aumento da taxa de juros.

O SR. JESUS RODRIGUES (PT-PI) – O tempo, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se V.Exa. puder concluir, Senador Aécio Neves...

O SR. JESUS RODRIGUES (PT-PI) – Vamos concluir, Sr. Presidente!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB-MG) – Peço tranquilidade aos Líderes da base do Governo, que terão oportunidade para se manifestar.

Já caminho para o encerramento. Quero apenas relembrar que, infelizmente, não foi a verdade, não foi a sinceridade que venceu essas eleições. Hoje, repito, a Presidente da República coloca de cócoras o Congresso Nacional ao estabelecer que cada Parlamentar aqui tem um preço! *(Palmas.) (Apupos.)*

Os senhores que votarem a favor desta mudança valem 748 mil reais! Essa é uma violência jamais vista nesta Casa!

Estarei aqui vigilante, atento ao cumprimento da Constituição, atento ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nada, absolutamente nada...

(Tumulto no plenário.)

O SR. JESUS RODRIGUES (PT-PI) – Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Aécio Neves, se V.Exa. puder concluir a sua intervenção...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB-MG) – Para encerrar, Sr. Presidente, nada, absolutamente nada justifica esta violência que se faz hoje com o Congresso Nacional e cujos efeitos serão dramáticos para os cidadãos brasileiros: menos investimentos, menos empregos, e talvez mais cargos para os senhores da base aliada.

É triste o dia de hoje, infelicita o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira, pela ordem.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, eu quero deixar duas mensagens rápidas para V.Exa. A primeira é uma questão de ordem. Nós já temos quórum, e há requerimento do Deputado Mendonça Filho solicitando encerramento da discussão. Peço a votação.

A segunda questão, Sr. Presidente, é um pedido ao Senador Aécio: desça do palanque, volte para o Parlamento.

(Apupos e palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Há requerimento sobre a mesa:

REQUERIMENTO Nº 45, DE 2014-CN

Requeiro a V.Exa., nos termos do artigo 39, § 1º, do Regimento Comum, o encerramento da discussão do Veto 28/2014.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO
Nº 45, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do artigo 39, § 1º do Regimento Comum, o encerramento da discussão do(a) VETO 28/2014

Sala das Sessões, em 3 de dezembro 2014.

Deputado MENDONÇA FILHO
Líder do Democratas

(À publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou combinar um procedimento com os Srs. Líderes. Vou conceder a palavra, para encaminhar o requerimento, em primeiro lugar ao autor do requerimento, Deputado Mendonça Filho.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Sr. Presidente, para encaminhar contra o requerimento. Desculpe-me, a favor. Nós estamos a favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Até agora, todos os pedidos de inscrição são de Deputados favoráveis ao requerimento.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – São dois oradores favoráveis e dois contrários, de acordo com o Regimento. Portanto, eu falarei primeiro da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. é o primeiro. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Eu vou me inscrever para falar contra, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Caiado para um esclarecimento.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós só teremos a continuidade da votação depois da apuração da votação dos vetos, certo?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Exatamente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Para que todos os Senadores que estiverem presentes aqui possam declarar obstrução no microfone e aí não acontecer o que ocorreu da vez passada, quando os votos em branco foram computados para aprovar a matéria dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não, não, não. Os votos em branco, só repetindo – e vou responder o pedido de esclarecimento do Deputado Caiado –, não podem ser computados para efeito de quórum. O que pode ser computado para efeito de quórum são as presenças no plenário dos Parlamentares que deixaram de apresentar os votos. Foi exatamente isso o que aconteceu na sessão.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Exatamente, Sr. Presidente. A questão de ordem colocada pelo Deputado Mendonça Filho foi exatamente isso. A partir do item 6, os votos em branco foram computados. Então, V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não, não. Eu tive a oportunidade, Deputado Caiado, de responder, ontem, pacientemente, ao Deputado Mendonça Filho.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nunca o Congresso Nacional computou voto em branco para efeito de quórum; jamais. O que nós computamos foram 3 votos de Senadores que estavam presentes e não apresentaram voto.

O art. 48 do Regimento é absolutamente claro quando diz que, nesses casos, presente à sessão, o Congressista somente poderá deixar de votar em assunto de interesse pessoal, devendo comunicar à Mesa seu impedimento, computado o seu comparecimento para efeito de quórum.

Foi essa decisão que nós adotamos.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Mas se ele tem interesse, não está presente, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Mas hoje, para aperfeiçoar... É importante também que se diga que nós não aprovamos o projeto de resolução para aclarar alguns aspectos dessa apreciação de veto com voto aberto. Nós precisamos fazer isso urgentemente.

Resta para a Mesa interpretar os Regimentos de que dispomos. E nós temos feito isso rigorosamente e vamos continuar fazendo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – A continuidade da sessão só se dará depois da apuração dos votos. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Foi essa a questão de ordem que nós respondemos, ontem, ao Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Então, suspende até a apuração dos votos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, para uma questão de ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando V.Exa. diz que aquele que estiver presente, mas não registrar a presença, será computado para efeito de quórum, eu concordo. Agora, V.Exa. não pode computar o voto do Parlamentar presente que não quer votar.

Esta é a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É o Regimento! Nós estamos interpretando...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Para presença; não para voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O art. 51...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Pode ler.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O art. 51 do Regimento diz o seguinte:

> *"Art. 51. O Presidente terá apenas voto de desempate nas votações ostensivas, contando-se, porém, a sua presença para efeito de quorum..."*

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – O Presidente, o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Mas os outros, não. Quem está presente, não quer votar, V.Exa. não pode computar o voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O caso dos outros está previsto no art. 48.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Então, vá ao art. 48 e veja.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O art. 48 do Regimento Comum diz o seguinte:

> *"Art. 48. Presente à sessão"* – e essa regra se estende aos demais – *"o Congressista somente poderá deixar de votar em assunto de interesse pessoal, devendo comunicar à Mesa seu impedimento, computado seu comparecimento para efeito de quorum."*

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Para efeito de quórum, não para efeito de contagem de votação. A votação é nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Mas o que estava reivindicado era o quórum.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – A votação é nominal.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – V.Exa. não pode computar o voto de quem não quis votar.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, não pode computar isso como voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra ao Deputado Mendonça Filho.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu, poucas vezes...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente, eu quero recorrer. V.Exa. não pode cortar o som, me dá o som. Eu quero, respeitosamente, recorrer da decisão de V.Exa., que considera no quórum para votação aquele que não quis votar nominalmente.

Esse é o meu recurso, Sr. Presidente. Aceite o meu recurso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu espero que V.Exa. materialize o recurso. Nós aguardaremos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Não, não é preciso materializar, não. Eu posso recorrer daqui.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, V.Exa. contou como voto Senador ausente. É incrível isso!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O art. 132 diz que é irrecorrível a decisão do Presidente em questão de ordem. Mas eu aceito a materialização do recurso.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, V.Exa. está contando um voto... Não pode isso. O Senador estava ausente, Sr. Presidente, V.Exa. não pode contar o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – V.Exa. está "tratorando" a decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu poucas vezes vi, na minha vida pública, um momento tão delicado da vida democrática brasileira.

A Presidente Dilma venceu a eleição com uma margem extremamente apertada, e, para tanto, utilizou-se de métodos deploráveis como o uso da máquina para fazer uma alusão ao ex-Presidente Lula, como nunca antes se usou na história deste País.

Mais do que isso, ela patrocinou um verdadeiro terrorismo eleitoral contra os seus adversários. Eduardo Campos, ainda vivo, experimentou do veneno do PT e da Presidente Dilma, que o classificou como menino mimado. A então candidata Marina Silva amargou um momento também dificílimo, tamanhos os ataques que sofreu. Dizia-se que, em um eventual governo de Marina, a dominação seria dos banqueiros, por conta da sua relação com a herdeira do Banco Itaú. Depois, o candidato Aécio, Senador da República, que disputou o segundo turno, enfrentou a junção de todas as maldades aplicadas contra Eduardo e Marina no processo eleitoral, principalmente no segundo turno.

Entretanto, tudo que a Presidente Dilma disse que Aécio faria em um governo eventual, se eleito – e ela não teve pudor –, ela começou a praticar 3 dias depois da eleição.

Dizia que Aécio "*plantaria inflação para colher juros*". Era a sua fala mais famosa. Três dias depois, os juros sobem por ordem da Presidente Dilma. E hoje a expectativa é que subam mais uma vez.

Dizia que o candidato Aécio elevaria o preço da gasolina, da energia. E a Presidente Dilma, passada a eleição, elevou o preço da gasolina e da energia.

Dizia que o método de governo e a política econômica do candidato Aécio seriam os do superávit, do arrocho, do equilíbrio fiscal. E ela, tão logo passou a eleição, adotou um discurso completamente diferente. É o discurso do equilíbrio fiscal e do arrocho.

Dizia que o candidato Aécio convidaria para Ministro da Fazenda um grande nome ligado ao mercado financeiro, o economista Armínio Fraga. E o que ela fez? Convidou para assumir o Ministério da Fazenda o Dr. Trabuco, Presidente do Bradesco. Tenho todo o respeito pelo Dr. Trabuco, mas sua escolha mostra que a candidata e a Presidente têm duas caras: uma na eleição e outra depois da eleição.

Hoje, quer o aval do Parlamento para passar por cima da Lei de Responsabilidade Fiscal, para isentar-se em relação à Lei nº 1.079/50, que caracteriza os crimes de responsabilidade.

Além disso, adota um método que eu nunca vi na minha vida: a chantagem por decreto! Refiro-me ao art. 4º do Decreto nº 8.367: ou se aprova a alteração na LDO, ou Deputado não vai ter direito a emenda parlamentar. Nunca vi isso na minha vida! Chantagem por decreto? É isto que nos proporciona a Presidente Dilma.

Temos então que lhe oferecer uma lição, cada Parlamentar nesta Casa, rejeitando a matéria, retardando a apreciação dos vetos, dentro do jogo democrático, respeitando o Regimento e mostrando que a Presidente da República pode muito, pode muito mesmo, mas não pode passar por cima do Parlamento. Ela não pode passar por cima da Lei de Responsabilidade Fiscal, ela não pode passar por cima da Constituição.

Eu peço, Presidente, que aprovemos o encerramento da discussão da matéria, para que, no jogo do Regimento, possamos dar a resposta correta à Presidente Dilma, dizendo "não" à alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

Com a palavra V.Exa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sou pelo encerramento da discussão, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

Em seguida, nós vamos submeter o requerimento à votação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Eu me inscrevi para falar contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Já vou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em seguida, nós vamos submeter o requerimento à votação. Só podem falar dois Deputados, e nós já fizemos uma...

Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado, e, em seguida, nós vamos submeter o requerimento à apreciação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, o Regimento prevê que falem a favor e contra. Falaram a favor, e eu fui o único que me inscrevi para falar contra. Eu entendo que nós devemos continuar a discussão, e o Regimento me garante essa alternativa. Eu solicito a V.Exa. que garanta a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria que V.Exa. respondesse depois à questão de ordem.

É um atentado ao decoro parlamentar o não cumprimento do Regimento da Casa. Dessa maneira, Sr. Presidente, eu gostaria de saber... Vários Parlamentares, Senadores e Deputados, baseados no Regimento da Casa, solicitaram a V.Exa. que abrisse as galerias para que todas as pessoas pudessem ter acesso a elas e ter conhecimento dos encaminhamentos das votações e das votações dos Deputados e Senadores, e V.Exa. não respondeu à questão de ordem.

Ora, ao não responder à questão de ordem, ao não abrir as galerias, ao não autorizar a presença das pessoas naquele espaço, V.Exa. está praticando uma afronta ao decoro parlamentar.

V.Exa. não pode trazer para si a prerrogativa de interpretar a regra de acordo com o momento. A posição da Presidência é a posição de imparcialidade. Neste momento, o Presidente aqui não é o Presidente da Presidente Dilma Rousseff; é o Presidente do Congresso Nacional, e, como tal, exige-se de V.Exa. decoro parlamentar, que é exatamente o cumprimento das regras regimentais.

Como é que nós vamos, neste momento, explicar para toda a população brasileira que a Oposição solicita do Presidente Renan Calheiros que dê oportunidade para que as pessoas possam chegar às galerias, pois elas estão sendo interditadas e impedidas, por ordem de V.Exa. e por toda a segurança do Senado e da Câmara dos Deputados, de ter acesso ao local?

Eu gostaria que a *TV Câmara* filmasse bem as galerias da Câmara dos Deputados. Nós jamais assistimos a isso. Eu não era Deputado Federal à época da Constituinte, mas sei que Ulysses Guimarães presidiu a Constituinte o tempo todo com as galerias lotadas. Sempre teve a habilidade de dizer claramente: "*Não estou aqui cumprindo ordem do Presidente da República. Eu estou aqui como representante do povo brasileiro, para elaborar a Constituição deste País*".

No momento em que nós estamos votando uma afronta à Constituição brasileira; a base do Governo está sancionando um crime praticado pela Presidente da República; nós estamos vendo este Congresso rasgar a Lei de Responsabilidade Fiscal; o meu Estado já mandou para Assembleia Legislativa um projeto lei: *"Não vou cumprir superávit, não; vou apresentar um déficit de 650 milhões de reais"*. E aí, qual é o controle das contas públicas? A que ponto chegou esta Casa!

Não é possível que um Parlamentar vá chegar como Judas ao seu Estado. Judas valeu 30 moedas de ouro. O Parlamentar que votar favorável à matéria em apreciação vai valer 747 mil reais. É este o preço para trair a Nação brasileira? É este o preço para acobertar um crime? É este o preço para rasgar a Constituição, a Lei de Responsabilidade Fiscal?

Sr. Presidente, eu peço a todos os Parlamentares que, dentro da orientação de V.Exa., votemos "obstrução" na cédula. Eu peço a todos os Parlamentares, Senadores e Deputados: na apreciação dos vetos, pela cédula, vamos votar pela obstrução, e não vamos convalidar essa afronta ao Congresso Nacional e dar continuidade à votação do PLN 36/14.

E o nosso...

(Interrupção do som.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) – Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, enquanto o Líder Ivan Valente se dirige à tribuna, quero colocar duas questões sobre o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós tínhamos combinado que dois oradores – apenas dois oradores – encaminhariam a votação do requerimento. Nós estamos apreciando um requerimento, e o mais prudente é que possamos votá-lo. Em seguida nós asseguraremos, nas outras discussões, nos outros encaminhamentos, a palavra a V.Exas.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem sobre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa., para uma questão de ordem sobre a votação.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

São duas questões singelas. Primeiro quero perguntar formalmente à Mesa se o requerimento se restringe ao Veto Total nº 28/14, por conta de termos um precedente na Comissão Mista de Orçamento que já causou muita confusão, inclusive levando à anulação de reunião. Então é estritamente o Veto Total nº 28/14?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sim. Estritamente.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Segundo: V.Exa. bem disse que aqui as votações ainda não têm o regramento aprovado, mas que está se guiando por uma diretriz que essa Presidência fixou.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Do Congresso Nacional e dos....

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – E eu estou aqui, Presidente, com aquilo que essa Presidência distribuiu numa reunião do Colégio de Líderes que buscou disciplinar as votações dos vetos. Não vou ler cada um dos itens, para não ser extensivo. Vou me restringir ao item 6 do documento distribuído por V.Exa., que diz o seguinte:

"As cédulas serão apuradas em plenário, e o resultado, divulgado em sessão, com a relação nominal de como votou cada Deputado, e publicado no Diário Oficial do dia seguinte."

Então V.Exa. vai cumprir aquilo que sugeriu, que é a diretriz, e nós faremos a apuração após a votação dos vetos, aqui em plenário?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Aqui em plenário.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – É exatamente isso, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Foi isso que já decidi quando respondi à questão de ordem do Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos votar o requerimento. E eu vou, em primeiro lugar...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem, baseada no art. 41, que é muito claro ao dizer que dois oradores de cada Casa, preferencialmente a favor e contra, usarão da palavra.

Eu me inscrevi para encaminhar contrariamente e estou aguardando V.Exa. conceder-me o uso da palavra nos temos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa., para encaminhar contrariamente. V.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu sou contra encerrarmos a discussão neste momento, por uma razão absolutamente óbvia: estamos diante de uma verdadeira afronta aos interesses do País.

Entendo que o aprofundamento desta discussão pode permitir que nós tenhamos a felicidade e, quem sabe, a luz do Divino Espírito Santo para clarear aqueles que querem levar o País ao absoluto caos destruindo não só a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, a partir dela, as bases do Plano Real, maior conquista do povo brasileiro nos últimos anos, a base dos avanços sociais que tivemos, com a perspectiva de uma melhor condição de vida para a classe trabalhadora, haja vista que a partir do Plano Real é que efetivamente domou-se a inflação no Brasil.

Acabando com a Lei de Responsabilidade Fiscal, estaremos inevitavelmente abrindo caminho para a volta da inflação, e quem vai pagar essa conta é o trabalhador brasileiro. Não adianta a Presidente querer liberar mais setecentos e poucos mil reais de emenda para este ou aquele Parlamentar, porque essa é uma conta que não tem fim. Quem vai pagar a conta é o cidadão brasileiro.

Eu vim a esta tribuna, Sr. Presidente, para alertar sobre os absurdos que estão acontecendo. É preciso debater mais a matéria. Não vou nem voltar à questão das afrontas regimentais, vou apenas citar o que tenho testemunhado na Comissão Mista de Orçamento, por onde a matéria tramitou.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, ainda do período do saudoso Presidente Fernando Henrique, comprometido com os fundamentos de uma economia estável para o nosso País, no seu art. 9º estabelece que o Poder Executivo, a cada 2 meses, terá que enviar relatório à Comissão Mista de Orçamento e ao Congresso para dar conta do equilíbrio fiscal. Esse é um dos fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pois bem. O relatório que o Governo enviou a esta Casa no mês de outubro, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, vejam bem, no mês de outubro!, levou em conta, textualmente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que o PLN 36 seria aprovado pelo Congresso. Ou seja, o Executivo, lá em outubro, sabendo que não havia cumprido as metas de responsabilidade fiscal e tendo que mandar um relatório ao Congresso, tendo que admitir que já se encontrava com déficit e que não alcançaria o superávit previsto na LDO, manda um relatório, assinado pelo Secretário do Tesouro, em que diz: considerando que será aprovado o PLN 36, nós não teremos que alcançar aquela meta, e sim apenas 10 bilhões de reais. Ele disse isso porque já admitia que iria haver esta famigerada dedução que quer se fazer agora através do PL 36.

Isso demonstra, Sr. Presidente, desrespeito com o Congresso. Isso demonstra a instalação no Brasil de tempos obscuros. Isso demonstra a instalação, na prática, de um regime de exceção. Quando o Executivo de um país se dá o direito de não respeitar a LDO e de não respeitar sua lei orçamentária, ele volta aos tempos coloniais, ele volta aos tempos imperiais. A imperadora de plantão vai achar daqui a pouco que o dinheiro do povo brasileiro é dela, é do Partido dos Trabalhadores, e que eles podem usar esse dinheiro como quiserem, sem respeitar a Lei Orçamentária e sem respeitar a LDO.

Isso é o maior atraso! E o pior é que ele vem se consolidar com uma aprovação que passa por cima do Regimento, que atropela a Oposição, que esvazia as galerias, que cala o povo brasileiro. Mas o Governo não vai nos calar. Não venham dizer que é para descermos do palanque, não. Nós vamos continuar defendendo

nossas ideias, sob a Liderança do Senador Aécio Neves e de todos aqueles que acreditam num País mais livre e mais próspero. É por isso que nós lutamos. É por isso que nós estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos colocar em votação o requerimento. Em seguida, eu garantirei a palavra ao Senador José Agripino, ao Deputado Silvio Costa, ao Deputado Esperidião Amin, ao Senador José Pimentel, ao Deputado Antonio Imbassahy e a V.Exa., Deputado Henrique Fontana, Líder de bancada, para encaminhamento da votação. Também concederei a palavra a V.Exa., Deputado Vanderlei Macris.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) – Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Na forma do Regimento, nós vamos fazer a verificação na Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Sr. Presidente, quem vota "sim" não pode pedir verificação. O nobre Deputado votou "sim".

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) – Pode sim, Sr. Presidente, só tem que haver o contraponto. Pode-se votar "sim" ou "não", porque é preciso que haja uma divergência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pergunto a V.Exa. se é tempo de eu já declarar obstrução no Senado, ou se agora é apenas a manifestação da Câmara. De qualquer maneira, *ad cautelam,* eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós realizamos a votação na Câmara, e a obstrução é apenas na Câmara.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em seguida, nós passaremos à votação no Senado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero solicitar a V.Exa. que, se for deferida a verificação, ela seja em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu já a deferi, na forma do Regimento.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Sr. Presidente, solicito que ela seja em conjunto, para que não haja depois a retirada do pedido de verificação quando estivermos chegando ao quórum. Peço verificação em conjunto, para não haver o problema de se retirar o pedido quando estivermos atingindo o quórum.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas entra em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Aloysio, uma proposta acaba de ser feita pelo Líder do PT, no sentido de que nós façamos a votação no Senado e façamos a verificação conjunta. Isso simplificaria o procedimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP) – Vamos seguir o procedimento natural: na Câmara e depois no...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB não concorda. Então, vamos fazer...

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – O PPS está em obstrução.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a pergunta do PT é se o pedido de verificação foi deferido. Se foi, então a bancada do PT pede verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É que não houve a votação no Senado. Nós só poderíamos fazer a verificação conjunta se houvesse um procedimento para, de maneira acordada, nós fazermos a votação no Senado. Como isso não aconteceu, nós temos que fazer a verificação apenas na Câmara dos Deputados.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência solicita a todas as Sras. e Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Sem revisão do orador.) – Democratas em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Sem revisão do orador.) – PSB em obstrução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu faço um apelo aos Deputados e Deputadas que estão em outras dependências da Casa. Por favor, venham ao plenário.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, PPS em obstrução.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – O PT orienta o voto "sim", Presidente.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – PCdoB, "sim".

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – PMDB, "sim".

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Sr. Presidente, favor registrar no painel o voto "sim" do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está iniciada a votação.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – O Bloco PP/PROS vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, há possibilidade de orientação?

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Sr. Presidente, V.Exa. me concede a palavra pela ordem?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL) – Seria importante orientar no painel.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, há possibilidade de orientação?

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Cláudio Cajado. *(Pausa.)*

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, PPS em obstrução. Por favor, alterar no painel.

A SRª SUELI VIDIGAL (PDT-ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PDT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria comunicar à Casa que, a pedido, nós deferimos a colocação de "obstrução" na cédula. Nós incorporamos na cédula um quadrinho para a obstrução.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Nesse caso, o voto não será computado.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL) – Sr. Presidente, o painel não está com a indicação. Seria importante...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Nesse caso, o voto não será computado.

O SR. MILTON MONTI (Bloco/PR-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR vota "sim".

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – O PSOL vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. MILTON MONTI (Bloco/PR-SP. Sem revisão do orador.) – O PR vota "sim".

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – PCdoB, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A obstrução não será computada.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – PCdoB, "sim".

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Quero saber se há um minuto para a orientação da bancada do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vale a mesma interpretação da sessão passada, de que o voto em branco, para efeito de quórum, não seria computado. A obstrução, igualmente, não será computada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Então o voto do Deputado não será computado?

A SRª SUELI VIDIGAL (PDT-ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PDT vota "sim".

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – O PTB encaminha o voto "sim". PTB, "sim".

O SR. MILTON MONTI (Bloco/PR-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR encaminha o voto "sim".

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB tem uma posição muito clara em relação a isso. Nós queremos aproveitar este tempo para denunciar e, mais do que isso, para lamentar a ausência da população no debate, na discussão deste tema, Sr. Presidente. A população não teve a oportunidade, por uma decisão monocrática de V.Exa., de estar presente para participar desta votação. Toda a Nação brasileira gostaria, neste momento, de opinar.

A posição da bancada do PSDB é pela obstrução, Sr. Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Sr. Presidente...

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC encaminha o voto "sim".

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) – O PSD vota "sim".

A SRª SUELI VIDIGAL (PDT-ES) – O PDT, Sr. Presidente...

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas, no momento em que anuncia que está em obstrução, gostaria também, se V.Exa. permite, de expor o absurdo que foi cometido pelo Governo Federal no dia de ontem com a edição da Medida Provisória nº 661.

Para V.Exa. ter ideia, Sr. Presidente, foi feita uma abertura de crédito ao BNDES e, no bojo da medida provisória... Primeiro equívoco: não se pode abrir crédito através de MP, isso tem que ser feito através de um PL direcionado ao Congresso Nacional. Pois bem.

Além disso, está no art. 2º da medida provisória, Sr. Presidente: *"O superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional poderá ser destinado à cobertura de despesas primárias obrigatórias".*

Ora, o Governo Federal acaba de rasgar a Constituição, ao abrir crédito através do superávit primário, para estabelecer despesas primárias, sem especificar quais são as utilizações a serem feitas por...

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria convidar todos os companheiros do PP e do PROS a se fazerem presentes nesta votação, que é nominal.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Por isto eu chamo a atenção, para que fique nos Anais esse absurdo cometido pelo Governo Federal. Eu quero que conste na ata e nos Anais que o Governo Federal editou medida provisória para abrir superávit primário para despesas primárias, inclusive sem especificação de quais despesas são essas. Isso é um absurdo que eu espero que seja revisto.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA) – Para orientação, Sr. Presidente!

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – O Democratas estudará uma medida judicial para conter esse absurdo.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA) – Para orientação, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Sibá Machado.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA) – Orientação, Sr. Presidente!

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi os debates de ontem e de hoje. Ouvi hoje do Senador Aloysio Nunes a preocupação de que os episódios de ontem chamem a atenção para o cerceamento do direito de as pessoas comparecerem às sessões do Congresso Nacional e aqui manifestarem a posição que defendem numa votação que está em curso.

Nós já vimos, Sr. Presidente – eu não estava presente, mas sei pela história –, esta Casa ser fechada, brilhantes Parlamentares perderem os seus mandatos, serem cassados, vimos, no momento em que se votava aqui a Emenda Dante de Oliveira, esta Casa ser cercada por tanques e canhões. A intimidação chegava aqui, e esta Casa precisava ter bravas pessoas, porque seguia em curso o debate pela busca do equilíbrio democrático em nosso País.

Ouvindo aqui o nosso Líder Henrique Fontana... *(interrupção do som)* ... o direito à manifestação será sempre preservado.

Nós vimos, mais recentemente, o momento em que o MST veio a esta Casa. Os indígenas também ocuparam por um instante este plenário. Cabe à Presidência do Congresso Nacional, das duas Casas, como se entende no Regimento, repor a ordem e a paz no ambiente do nosso trabalho.

Nós temos em pauta uma matéria altamente polêmica. Entendemos que é direito da Oposição trabalhar, obedecido o Regimento, com o maior rigor, o seu direito de obstrução. Enquanto isso, o debate político dever ser garantido, para as opiniões poderem ser externadas. Mas, esgotada essa fase, nós temos, sim, que pôr a matéria em votação, e que vença quem tem a maioria. Quanto a isso, eu quero prestar a minha solidariedade... *(interrupção do som)* ... trabalho e a condução que V.Exa. teve.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Somente para orientar a bancada, Deputado Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Para orientar, Sr. Presidente.

Nós estamos orientando o voto "sim" a este requerimento, e solicitamos que se encerre o debate. Estamos com muitas sessões sobre isso. Vamos partir para a votação. Pedimos ao PT que compareça imediatamente, para alcançarmos o quórum bem rápido e podermos partir para a votação da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Weverton Rocha.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT gostaria de mobilizar toda a sua bancada, convidando os Deputados a vir votar "sim".

O SR. PENNA (PV-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Verde está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Deputado Márcio Marinho. Em seguida falará o Deputado Fernando Francischini.

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto "sim", e convoca toda a bancada do PRB a estar aqui no plenário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Fernando Francischini, para orientar a bancada.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do Solidariedade, nós orientamos a obstrução. Não concordamos com o encerramento da discussão. O PLN 36 rasga a Constituição brasileira, joga no lixo a Lei de Responsabilidade Fiscal, diz que o administrador público brasileiro, a partir de agora, não precisa mais economizar, não precisa fazer superávit primário. É como dar a todos que estão inelegíveis e que tiveram mandatos cassados por usar dinheiro público de forma errada, por roubar dinheiro público, é como dar a todos um *habeas corpus* do Congresso Nacional, via Presidente Dilma Rousseff.

Nós estamos em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Sr. Presidente, pode mudar. Como não pode?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós pedimos aos Srs. Deputados que venham ao plenário. Estamos fazendo a verificação da votação do requerimento. Em seguida, nós vamos proceder à votação do requerimento no Senado...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Para orientar pela Minoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – ... e certamente faremos novamente uma verificação.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, estou aguardando aqui na frente para orientar a bancada da Minoria na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Minoria verifica que os partidos da Oposição estão em obstrução por uma razão muito clara: nós estamos discordando da maneira como se está conduzindo todo este processo.

Mas eu não posso, ao orientar, deixar de fazer um breve comentário sobre o que eu acabo de ouvir do Deputado que fez a orientação pelo PT. S.Exa. lembrou, num propósito, pelo que entendi, de comparar, a situação de polícia, em que se impede o povo de entrar na Câmara Federal, e das galerias vazias que vivemos hoje com o momento da votação da Proposta de Emenda à Constituição Dante de Oliveira, lembrando que na Emenda Dante de Oliveira havia tanques, e o Congresso estava impedido de ter a participação do povo.

Ora, Srs. Deputados, é assustador! Eu alertava para o fato de estarmos enveredando pelo caminho do obscurantismo. Quando eu vejo o Líder do PT justificar o que foi feito aqui ontem; afirmar que o povo não pode entrar aqui para que a ordem seja garantida, comparando a atual situação com aquela em que os tanques do regime militar impediram que as pessoas viessem aqui apoiar a emenda que garantia as eleições diretas no Brasil, digo que é vergonhoso! É humilhante para o Congresso comparar o Congresso e comparar as atitudes.

Eu acho que V.Exa. devia alertar, porque não me parece que V.Exa. esteja concordando com isso. Eu alertei ontem V.Exa. de que isso era comportamento do tempo da ditadura. Agora, o Líder do PT disse que a atitude de V.Exa. se justifica porque foi a mesma usada contra Dante de Oliveira, que lutou pelas eleições diretas. Isso é uma vergonha para o Parlamento.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão orador.) – Sr. Presidente, para encaminhar a posição do Governo nesta votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Primeiro, Presidente, o Governo pede o voto "sim". Mas eu vou aproveitar este minuto para ler uma matéria, Presidente, que seguramente será uma espécie de desagravo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não é necessário.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – É uma matéria de 29 de novembro de 2001, intitulada *Aécio limita entrada no plenário da Câmara*:

> *"O esquema de segurança montado ontem na Câmara dificultou ainda mais o aceso de manifestantes às galerias do plenário. O presidente da casa," – à época – "Aécio Neves (PSDB-MG), limitou a apenas 60 pessoas o acesso ao local onde é possível acompanhar as votações.*
> *A CUT obteve liminar (habeas corpus) no Supremo Tribunal Federal para garantir a entrada de 120 pessoas. (...) Aécio Neves considerou a liminar como interferência do Judiciário no Executivo. Até o final da tarde, poucos tinham conseguido ocupar as galerias, que estavam quase vazias. O número de pessoas só chegou próximo ao total estipulado pela presidência da Câmara" – pelo Presidente Aécio Neves – "perto do final da votação do projeto".*

Aécio informou que definiu a entrada distribuindo senhas, exatamente da forma, Presidente Renan Calheiros, que V.Exa. distribuiu ontem.

Eu quero rechaçar esse discurso falso de que o Presidente está cerceando o acompanhamento de sessão do Congresso Nacional. O que ocorreu ontem foi que Parlamentares subiram para as galerias para contribuir com o processo de obstrução.

Vamos seguir votando com serenidade. O Brasil inteiro está acompanhando esta votação por todos os veículos de comunicação e também pela *TV Câmara* e pela *TV Senado*.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB-MG) – Sr. Presidente! Sr. Presidente! Art. 14, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Aécio Neves, na forma do art. 14, mas eu queria só lembrar à Casa que eu cumpri o Regimento; em momento nenhum eu busquei a precedência, não.

Com a palavra V.Exa.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB-MG. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Líder Fontana, na busca de justificar o injustificável, na busca de justificar essa posição incompreensível do seu partido – eu registro, em razão, inclusive, das suas origens –, de cercear a presença, de limitar, de impedir a presença do povo brasileiro nas galerias, fala daquilo que não conhece. O Deputado Fontana não tem ideia daquilo a que aqui se refere.

Naquela sessão, Deputado Fontana, nós negociamos todo o dia para permitir que as galerias fossem ocupadas. Ao contrário de hoje, as senhas foram distribuídas. Hoje não houve senha.

Caro Líder Deputado, o que nós estamos discutindo aqui hoje – e agradeço esta oportunidade belíssima que V.Exa. me dá de voltar à tribuna – é que a base do Governo, sob o seu comando, está hoje protagonizando um dos mais vergonhosos momentos deste Parlamento.

A Presidente da República publicou, no Diário Oficial, aquele que ela considera o preço de cada Parlamentar nesta Casa. Isso jamais foi feito no nosso tempo, Sr. Deputado. Vamos estar aqui atentos todo o tempo para garantir o cumprimento do Regimento, o respeito a esta Casa e o acesso da população brasileira às galerias.

Triste, Líder Fontana, o papel que o PT faz hoje; mais um triste papel. O partido da mentira durante a campanha eleitoral hoje se ancora, hoje se inspira nos exemplos do regime autoritário para justificar o injustificável.

(Palmas e apupos no plenário.)

(Manifestações do plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está assegurada a palavra ao Senador Aécio Neves.

Com a palavra o Deputado Francisco Tenório.

O SR. FRANCISCO TENÓRIO (PMN-AL) – Sr. Presidente, apenas para informar que o PMN libera a sua bancada nesta votação...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Sr. Presidente, eu não vou pedir a palavra pelo art. 14 para não obstruir a sessão. Solicito a palavra no momento em que nós estivermos na votação nominal para responder ao Senador Aécio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Francisco Tenório.

O SR. FRANCISCO TENÓRIO (PMN-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para informar que o PMN libera a bancada nesta votação e aproveitar esta oportunidade para parabenizar V.Exa. por esta forma republicana, democrática com que vem conduzindo esta sessão e também conduziu a de ontem. Parabéns e sucesso a V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu quero usar o art. 95 do Regimento Interno da Câmara.

Eu tenho o maior carinho, mas um imenso carinho pelo Senador Aécio Neves. Agora, quando o competente Senador Aécio Neves, que teve 50 milhões de votos no Brasil, generaliza, diz que a Presidente está comprando voto aqui, eu, com todo o carinho do mundo, sinto-me um pouco ofendido. E vou dizer por quê.

Nós estamos votando, meu querido Senador Aécio, o ajuste dessa meta, inclusive com a competente colaboração da Oposição. Por exemplo, com a ajuda da Oposição, Presidente, nós desoneramos 54 setores da indústria, 142 setores das pequenas e microempresas. Com isso, o Governo, a União, deixou de ter uma receita de 76 bilhões, com a ajuda a Oposição. A Oposição foi competente em nos ajudar a desonerar esses setores. O PAC teve um incremento de 47%.

Então, na verdade, a Oposição quer brigar de todo jeito. Por exemplo, o meu amigo Mendonça Filho, que é um Deputado calmo, deve ter feito um curso com o Anderson Silva. Eu vou chamá-lo agora de Deputado Mendonça Silva. Ele agora está lutando MMA.

Eu queria fazer um apelo à Oposição: vamos ficar no Regimento; não vamos para a agressão, porque a agressão vai ser ruim para todo mundo. É um apelo que eu faço à Oposição.

E V.Exa., Sr. Presidente, por favor, quando der quórum, encerre, porque nós vamos ganhar. Encerre, para agilizarmos. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não dá para não responder à acusação de que nós estamos tendo hoje aqui uma ditadura pelo fato de o Presidente ter sido prudente em proporcionar um clima para que nós pudéssemos trabalhar neste plenário.

O que aconteceu antes, na minha avaliação, foi uma vergonha: Parlamentares saíram daqui para irem às galerias, inclusive derrubar seguranças desta Casa. E falo de Parlamentar veterano, Parlamentar que se elegeu Senador nesta eleição, que vai para o Senado.

Ditadura ocorre quando quem perdeu a eleição quer continuar a campanha dentro do Congresso, em momentos de votações importantes para a economia deste País. Portanto, não venha com esse papo furado de que isto aqui é ditadura.

Está V.Exa. de parabéns por estar conduzindo as sessões com autoridade, e autoridade regimental. Agora volto a dizer ao povo brasileiro que nunca vi, na minha vida, Deputado sair daqui debaixo para ir lá para cima da tribuna proteger baderneiro que estava a fim de fazer com que nós não tivéssemos clima para trabalhar neste plenário.

Parabéns, Presidente! A Oposição que faça oposição com qualidade e, em 2018, dispute para ganhar, porque V.Exas. perderam.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, como Líder do PSOL, não usando o tempo de Liderança ainda, posicionar-me, em nome da nossa bancada, sobre o que ocorreu ontem e hoje, do nosso ponto de vista.

Nós vamos defender sempre a presença de qualquer cidadão que queira adentrar o plenário da Câmara dos Deputados e a Câmara dos Deputados. Nós votamos sempre contra qualquer restrição de acesso ao Congresso Nacional.

Quero dizer, Sr. Presidente, que nunca vi, em meus 20 anos de mandato, alguém se mobilizar por ajuste fiscal, por mais arrocho. Eu vejo as pessoas se mobilizarem por saúde, por educação, pela defesa do meio ambiente, pela defesa dos indígenas e dos direitos humanos, mas se movimentarem para alcançar mais superávit primário para pagar juros da dívida eu nunca vi. Mas é um direito. Então, V.Exa. deveria ter chamado a atenção do público e, aí sim, numa negociação, se perdurasse a incompatibilidade com o andamento da sessão, deveria ter usado sua autoridade como Presidente.

Em segundo lugar, Presidente, eu gostaria de colocar outra questão. Nós vamos usar a tribuna daqui a pouco, como Líder, para dizer por que vamos votar a favor dessa questão. O debate aqui tomou um rumo que me parece errado. Assim como houve, talvez, pagamento para a plateia, o Senador Aécio Neves acusou quem vai votar "sim" de estar sendo comprado pelo Governo. Nós somos um partido de oposição, e o PSOL é um partido ético, programático e, mais do que isso, é o único partido que não recebeu das empreiteiras dinheiro nenhum – 360 Deputados receberam de empreiteiras, da bancada do cimento. O PSOL nunca frequentou Ministério para ir atrás de emenda parlamentar.

Então, peço ao Senador Aécio Neves que não faça generalizações e nos peça desculpas, porque nós não vamos aceitar esse tipo de coisa. Aqui existem qualidade de intervenção e ética na política. Quem quiser continuar com financiamento privado, quem quiser pagar que o faça! Mas não acuse o Partido Socialismo e Liberdade.

Era isso que tinha a esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje pela manhã, quando cheguei a esta Casa, fui surpreendido com essa determinação, que não consegui identificar de onde partiu. Sinceramente, por mais esforço que eu faça, não posso imaginar que V.Exa. tenha determinado que as pessoas não pudessem sequer adentrar as dependências do Congresso Nacional – não estou me referindo às galerias, e sim ao Congresso Nacional.

Havia muito gente aqui na porta dizendo que estava proibida de entrar, de circular no Congresso Nacional. Se essa decisão partiu de V.Exa., certamente foi inspirada e pressionada pelo Governo da Presidenta Dilma e pelo Partido dos Trabalhadores, que hoje se volta contra a população brasileira.

O que a gente assiste hoje, Sr. Presidente, para estarrecer a todos nós, é aos Deputados do PT não quererem ver o povo nas galerias e a um Deputado Líder do PSOL fazer esse tipo de acusação. O Deputado Ivan Valente deveria cuidar de esclarecer denúncias segundo as quais o seu partido, o PSOL, é financiado com dinheiro público surrupiado de funcionários do próprio partido, do gabinete de Liderança. Isso é uma coisa muito grave! Isso é grave!

E eu encerro, Sr. Presidente, dizendo que quando o Senador Aécio Neves aqui afirmou que a Presidenta Dilma colocou o preço de cada Parlamentar no valor de 748 mil reais, de maneira nenhuma generalizou, porque existe muita gente aqui que tem consciência crítica e é decente. Mas este Congresso não pode se submeter não a uma chantagem, mas a um suborno oficializado por uma Presidenta que não tem liderança, que não tem legitimidade, por tudo o que fez durante a campanha eleitoral: mentiu, e ficou provado que fez uma fraude, um estelionato eleitoral, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma reclamação só.

Primeiro, eu queria dizer ao Deputado Antonio Imbassahy, com todo o respeito, que S.Exa. não tem onde buscar coisas do PSOL; S.Exa. tem que responder pelo seu partido, porque ele recebe de bancos, de empreiteiras, e também tem muita gente envolvida em corrupção.

Em segundo lugar, eu quero saber se S.Exa. vai ter o mesmo empenho quando entrarem nesta Casa os índios, os camponeses, os operários, para abrir a Casa para a participação popular efetiva. É isso que nos interessa.

(Manifestações do Plenário.)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Passo a palavra a V.Exa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria fazer mais um apelo a V.Exa. Encontra-se aqui no Congresso Nacional o cantor Lobão. Ele entrou no recinto do Congresso Nacional...

(Manifestações do Plenário.)

Por que essas vaias? Só porque o Lobão não é do PT? Respeitem alguém que pensa diferente.

(Manifestações do Plenário.)

Se fosse Chico Buarque, estariam todos aqui cantando, mas, porque é Lobão, fica todo mundo aperreado, como diz na minha terra.

Lobão entrou no Congresso Nacional com duas pessoas e disse que não se sentiria à vontade para acompanhar a votação do PLN 36/14 das galerias sozinho; ele iria se sentir privilegiado. E ele considera um direito, e eu digo que o que ele considera um direito é um direito que ele tem, como qualquer cidadão brasileiro, de acompanhar qualquer sessão desta Casa.

V.Exa. é guardião da ordem, mas eu nunca vi, na minha vida, você ter uma bagunça prévia, ou uma prevenção à presença de alguém que você não sabe de que forma vai se comportar nas galerias.

Então, eu apelo a V.Exa., Presidente, porque ele está querendo protocolar no Supremo Tribunal Federal um mandado de segurança coletivo para assegurar àqueles que estão na Chapelaria o acesso às galerias do Parlamento brasileiro. Que a gente não tenha que judicializar o acesso à Casa do povo, à nossa Casa. Que se faculte o acesso a Lobão e a tantos quantos possam estar aqui pacificamente e democraticamente. O que Lobão está reivindicando é o seguinte: o direito dele tem que ser o direito do povo brasileiro.

Eu peço a V.Exa. que reavalie a sua decisão. Eles entram e, se não se comportarem, o primeiro que virá aqui à tribuna pedir para eles se retirarem serei eu. Pode ter certeza.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Sr. Presidente, eu só quero pedir para continuarmos a votação. Já temos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

Em seguida, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Dois pontos, Sr. Presidente.

Primeiro: obstrução do Democratas significa, então, que nenhum Parlamentar, seja Deputado ou Senador, será contabilizado. Certo, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, é a pergunta que faço a V.Exa., para que fique também gravado aqui nas notas taquigráficas da Casa. O Democratas – Deputados e Senadores – está em obstrução, e, como tal, nenhum Parlamentar será contado no momento da apuração dos vetos que foram aqui votados. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Certo.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Muito bem, Sr. Presidente, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto: eu sei que V.Exa. está um pouco constrangido em não querer deliberar sobre essa questão de ordem, mas a dificuldade do Presidente também tem que se impor nessas horas delicadas. Por isso, eu peço a V.Exa. que, continuando o trabalho de Ulysses Guimarães nesta Casa, que sempre soube ter habilidade

e, com muita paciência, ouviu a população brasileira e construiu a Constituição, com o mesmo espírito de um Presidente da Casa, autorize a entrada dos populares.

Não sei se sua assessoria levou para V.Exa. aquela imagem de uma senhora de 79 anos de idade sendo engravatada por um segurança do Congresso Nacional. Ela está correndo o mundo todo! Um jovem professor de História tomou um tiro de choque e ficou lá por vários minutos, inconsciente! Quer dizer, Sr. Presidente, aqui não tem espaço para esse grau de violência. As pessoas não se manifestaram da maneira como as Deputadas disseram. Os seguranças foram unânimes em dizer que não houve nenhum palavrão.

Quer dizer, se V.Exa. tivesse solicitado que eles se mantivessem em silêncio até que terminasse a sessão, V.Exa. presidiria com toda a tranquilidade. Com o Regimento, V.Exa. terá total apoio nosso. Nós somos cumpridores do Regimento.

Eu peço a V.Exa. que, por favor, reflita, autorize, conforme aquilo que o Corpo de Bombeiros já autorizou, o número que garanta a segurança de todos. Garanto a V.Exa. que eles cumprirão as regras. Apenas eles terão o direito de se pronunciar no momento de encerradas as votações. Essa é a rotina da Casa, Sr. Presidente. A Câmara dos Deputados sempre agiu assim. Peço a V.Exa. que reafirme essa posição.

Muito obrigado.

O SR. TONINHO PINHEIRO (Bloco/PP-MG) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Toninho.

O SR. TONINHO PINHEIRO (Bloco/PP-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

No momento em que o Governo nos pede uma votação como essa, com humildade eu gostaria de pedir a todos os Parlamentares que pudéssemos cobrar do Governo questões pontuais do sofrimento das pessoas, quer seja na saúde, na educação, nas estradas – uma pouca vergonha – e na falta de emprego.

Nós vimos uma propaganda nas eleições que falava que o Brasil tinha 5 milhões de desempregados. Na verdade, o Bolsa Família tem 25 milhões. Qual é o critério para entrar no Bolsa Família? É o desemprego. Portanto, nós temos hoje mais de 30 milhões de desempregados, que não têm serviço para tratar de suas famílias.

E outra coisa: eu quero fazer uma reparação. A saúde no Brasil é maravilhosa. A saúde no Brasil... Ninguém pode reclamar de nada no que diz respeito a atender à Presidente Dilma e ao Presidente Lula. Quando eles adoeceram, graças a Deus eles tiveram o melhor tratamento. Estão sãos e curados. A gente, como ser humano, torce por eles.

Agora eu quero falar do lado dos pobres. Os pobres só estão levando ferro na saúde com a falta de médicos, de consultas, de cirurgias, de internações.

Na minha cidade, com 180 mil habitantes, uma das mais pobres de Minas Gerais, o Governo não paga a manutenção de 45 leitos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se V.Exa. puder concluir, nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. TONINHO PINHEIRO (Bloco/PP-MG) – Eu quero reforçar isto: o Governo não paga para fazer a manutenção dos 45 leitos, e eu tenho reclamado disso. Eu não vou maltratar ninguém, mas sou um Deputado e recebo para isto.

Eu quero agradecer esta oportunidade e dizer que vamos, sim, todos os Deputados e Senadores, mostrar para o Governo Federal a situação de sofrimento do dia a dia das pessoas pobres na saúde, na educação, nas estradas, que são uma pouca vergonha, e no desemprego.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. *(Pausa.)*

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:54
Número: 15

54 ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Sessão:
SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 03/12/2014
Abertura Painel: 03/12/2014 10:53

Proposição:
VETOS - REQUERIMENTO DE ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO

Início Votação: 03/12/2014 12:21
Fim Votação: 03/12/2014 12:54

Presidente da Casa:
Renan Calheiros - PMDB/AL

Presidiram a Sessão:
Renan Calheiros - 10:53
Romero Jucá - 16:25
Renan Calheiros - 18:15

Presidiram a Votação:
Renan Calheiros

Resultado da Votação

Sim	282
Não	9
Abstenção	6
Total da Votação	297
Total Quorum	297
Obstrução	52

Orientação
PT - Sim
PMDB - Sim
PpPros - Sim
PSD - Sim
PSDB - Obstrução
PrPtdobPrp - Sim
DEM - Obstrução
PSB - Obstrução
Solidaried - Obstrução
PDT - Sim
PTB - Sim
PCdoB - Sim
PSC - Sim
PRB - Sim
PV - Obstrução
PPS - Obstrução
PSOL - Sim
PMN - Liberado
Minoria - Obstrução
GOV. - Sim

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Berinho Bantim	Solidaried		Sim
Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp	Sim
Edio Lopes	PMDB		Sim
Jhonatan de Jesus	PRB		Sim
Urzeni Rocha	PSD		Sim
Total Roraima : 5			
AMAPÁ			
Dalva Figueiredo	PT		Sim
Evandro Milhomen	PCdoB		Sim

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:54
Número: 15

	Partido	Bloco	Voto
AMAPÁ			
Sebastião Bala Rocha	Solidaried		Sim
Vinicius Gurgel	PR	PrPtdobPrp	Sim
Total Amapá : 4			
PARÁ			
Beto Faro	PT		Sim
Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros	Sim
Giovanni Queiroz	PDT		Sim
José Priante	PMDB		Sim
Josué Bengtson	PTB		Sim
Lira Maia	DEM		Obstrução
Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp	Sim
Luiz Otavio	PMDB		Sim
Miriquinho Batista	PT		Sim
Zé Geraldo	PT		Sim
Total Pará : 10			
AMAZONAS			
Átila Lins	PSD		Sim
Dr. Luiz Fernando	PSD		Sim
Francisco Praciano	PT		Sim
Silas Câmara	PSD		Sim
Total Amazonas : 4			
RONDONIA			
Amir Lando	PMDB		Sim
Anselmo de Jesus	PT		Sim
Carlos Magno	PP	PpPros	Sim
Marcos Rogério	PDT		Sim
Marinha Raupp	PMDB		Sim
Moreira Mendes	PSD		Sim
Nilton Capixaba	PTB		Sim
Padre Ton	PT		Sim
Total Rondonia : 8			
ACRE			
Antônia Lúcia	PSC		Sim
Flaviano Melo	PMDB		Sim
Perpétua Almeida	PCdoB		Sim
Sibá Machado	PT		Sim
Taumaturgo Lima	PT		Sim
Total Acre : 5			
TOCANTINS			
Júnior Coimbra	PMDB		Sim
Lázaro Botelho	PP	PpPros	Sim

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Camara dos Deputados Data : 03/12/2014
Secretaria Geral da Mesa Hora : 22:54
Lista de Votantes por UF Número: 15

	Partido	Bloco	Voto
TOCANTINS			
Osvaldo Reis	PMDB		Sim
Total Tocantins : 3			
MARANHÃO			
Alberto Filho	PMDB		Sim
Cleber Verde	PRB		Sim
Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtdobPrp	Sim
Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrp	Sim
Professor Setimo	PMDB		Sim
Waldir Maranhão	PP	PpPros	Sim
Weverton Rocha	PDT		Sim
Zé Vieira	PROS	PpPros	Sim
Total Maranhão : 8			
CEARÁ			
André Figueiredo	PDT		Sim
Antonio Balhmann	PROS	PpPros	Sim
Ariosto Holanda	PROS	PpPros	Sim
Arnon Bezerra	PTB		Sim
Chico Lopes	PCdoB		Sim
Danilo Forte	PMDB		Sim
Domingos Neto	PROS	PpPros	Sim
Edson Silva	PROS	PpPros	Sim
Eudes Xavier	PT		Sim
João Ananias	PCdoB		Sim
José Airton	PT		Sim
José Guimarães	PT		Sim
Manoel Salviano	PSD		Sim
Mário Feitoza	PMDB		Sim
Mauro Benevides	PMDB		Sim
Vicente Arruda	PROS	PpPros	Sim
Total Ceará : 16			
PIAUÍ			
Assis Carvalho	PT		Sim
Átila Lira	PSB		Abstenção
Hugo Napoleão	PSD		Sim
Jesus Rodrigues	PT		Sim
Júlio Cesar	PSD		Sim
Marcelo Castro	PMDB		Sim
Paes Landim	PTB		Sim
Total Piauí : 7			
RIO GRANDE DO NORTE			
Betinho Rosado	PP	PpPros	Sim
Fábio Faria	PSD		Sim

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:54
Número: 15

	Partido	Bloco	Voto
RIO GRANDE DO NORTE			
Fátima Bezerra	PT		Sim
Henrique Eduardo Alves	PMDB		Sim
João Maia	PR	PrPtdobPrp	Sim
Paulo Wagner	PV		Sim
Sandra Rosado	PSB		Obstrução
Total Rio Grande do Norte : 7			
PARAÍBA			
Aguinaldo Ribeiro	PP	PpPros	Sim
Benjamin Maranhão	Solidaried		Sim
Hugo Motta	PMDB		Sim
Luiz Couto	PT		Sim
Major Fábio	PROS	PpPros	Sim
Manoel Junior	PMDB		Sim
Nilda Gondim	PMDB		Sim
Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrp	Sim
Total Paraíba : 8			
PERNAMBUCO			
Anderson Ferreira	PR	PrPtdobPrp	Sim
Bruno Araújo	PSDB		Obstrução
Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB		Sim
Danilo Cabral	PSB		Obstrução
Fernando Ferro	PT		Sim
João Paulo Lima	PT		Sim
Jorge Côrte Real	PTB		Sim
José Augusto Maia	PROS	PpPros	Sim
José Chaves	PTB		Sim
Luciana Santos	PCdoB		Sim
Pastor Eurico	PSB		Obstrução
Paulo Rubem Santiago	PDT		Sim
Pedro Eugênio	PT		Sim
Raul Henry	PMDB		Abstenção
Silvio Costa	PSC		Sim
Vilalba	PP	PpPros	Sim
Wolney Queiroz	PDT		Sim
Total Pernambuco : 17			
ALAGOAS			
Arthur Lira	PP	PpPros	Sim
Francisco Tenório	PMN		Sim
Givaldo Carimbão	PROS	PpPros	Sim
Paulão	PT		Sim
Total Alagoas : 4			
SERGIPE			

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:54
Número: 15

	Partido	Bloco	Voto
SERGIPE			
Almeida Lima	PMDB		Sim
Andre Moura	PSC		Sim
Fabio Reis	PMDB		Sim
Laercio Oliveira	Solidaried		Obstrução
Márcio Macêdo	PT		Sim
Rogério Carvalho	PT		Sim
Valadares Filho	PSB		Obstrução
Total Sergipe : 7			
BAHIA			
Afonso Florence	PT		Sim
Alice Portugal	PCdoB		Sim
Amauri Teixeira	PT		Sim
Antonio Brito	PTB		Sim
Claudio Cajado	DEM		Obstrução
Daniel Almeida	PCdoB		Sim
Edson Pimenta	PSD		Sim
Emiliano José	PT		Sim
Erivelton Santana	PSC		Sim
Félix Mendonça Júnior	PDT		Sim
Fernando Torres	PSD		Sim
Geraldo Simões	PT		Sim
João Leão	PP	PpPros	Sim
José Carlos Araújo	PSD		Sim
José Nunes	PSD		Sim
José Rocha	PR	PrPtdobPrp	Sim
Jutahy Junior	PSDB		Obstrução
Lucio Vieira Lima	PMDB		Sim
Luiz Alberto	PT		Sim
Luiz Argôlo	Solidaried		Sim
Márcio Marinho	PRB		Sim
Maurício Trindade	PROS	PpPros	Sim
Oziel Oliveira	PDT		Sim
Paulo Magalhães	PSD		Sim
Roberto Britto	PP	PpPros	Sim
Rui Costa	PT		Sim
Sérgio Brito	PSD		Sim
Valmir Assunção	PT		Sim
Waldenor Pereira	PT		Sim
Total Bahia : 29			
MINAS GERAIS			
Ademir Camilo	PROS	PpPros	Não
Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp	Sim

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:54
Número: 15

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
Antônio Andrade	PMDB		Sim
Bilac Pinto	PR	PrPtdobPrp	Sim
Dimas Fabiano	PP	PpPros	Sim
Eduardo Barbosa	PSDB		Obstrução
Eros Biondini	PTB		Não
Fábio Ramalho	PV		Sim
Gabriel Guimarães	PT		Sim
George Hilton	PRB		Sim
Geraldo Thadeu	PSD		Sim
Jaime Martins	PSD		Sim
Jairo Ataíde	DEM		Obstrução
Jô Moraes	PCdoB		Sim
João Magalhães	PMDB		Sim
José Humberto	PSD		Sim
Júlio Delgado	PSB		Obstrução
Leonardo Monteiro	PT		Sim
Leonardo Quintão	PMDB		Sim
Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrp	Sim
Luis Tibé	PTdoB	PrPtdobPrp	Sim
Luiz Fernando Faria	PP	PpPros	Sim
Marcos Montes	PSD		Sim
Marcus Pestana	PSDB		Obstrução
Margarida Salomão	PT		Sim
Mauro Lopes	PMDB		Sim
Miguel Corrêa	PT		Sim
Newton Cardoso	PMDB		Sim
Nilmário Miranda	PT		Sim
Odair Cunha	PT		Sim
Padre João	PT		Sim
Reginaldo Lopes	PT		Sim
Saraiva Felipe	PMDB		Sim
Stefano Aguiar	PSB		Obstrução
Subtenente Gonzaga	PDT		Sim
Toninho Pinheiro	PP	PpPros	Obstrução
Walter Tosta	PSD		Não
Weliton Prado	PT		Sim
Total Minas Gerais : 38			
ESPÍRITO SANTO			
Camilo Cola	PMDB		Sim
Carlos Manato	Solidaried		Obstrução
Cesar Colnago	PSDB		Obstrução
Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros	Sim
Iriny Lopes	PT		Sim

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:54
Número: 15

	Partido	Bloco	Voto
ESPÍRITO SANTO			
Lauriete	PSC		Sim
Paulo Foletto	PSB		Obstrução
Rose de Freitas	PMDB		Sim
Sueli Vidigal	PDT		Sim
Total Espírito Santo : 9			
RIO DE JANEIRO			
Alessandro Molon	PT		Sim
Alexandre Santos	PMDB		Sim
Arolde de Oliveira	PSD		Obstrução
Chico Alencar	PSOL		Sim
Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrp	Sim
Dr. Carlos Alberto	PMN		Obstrução
Dr. Paulo César	PR	PrPtdobPrp	Sim
Edson Ezequiel	PMDB		Sim
Edson Santos	PT		Sim
Eduardo Cunha	PMDB		Sim
Felipe Bornier	PSD		Sim
Filipe Pereira	PSC		Sim
Glauber Braga	PSB		Sim
Hugo Leal	PROS	PpPros	Sim
Jair Bolsonaro	PP	PpPros	Não
Jandira Feghali	PCdoB		Sim
Jorge Bittar	PT		Sim
Julio Lopes	PP	PpPros	Sim
Leonardo Picciani	PMDB		Sim
Liliam Sá	PROS	PpPros	Sim
Luiz Sérgio	PT		Sim
Manuel Rosa Neca	PR	PrPtdobPrp	Sim
Marcelo Matos	PDT		Sim
Miro Teixeira	PROS	PpPros	Sim
Otavio Leite	PSDB		Obstrução
Pedro Paulo	PMDB		Sim
Rodrigo Bethlem	PMDB		Sim
Rodrigo Maia	DEM		Obstrução
Romário	PSB		Obstrução
Vitor Paulo	PRB		Sim
Walney Rocha	PTB		Sim
Zoinho	PR	PrPtdobPrp	Sim
Total Rio de Janeiro : 32			
SÃO PAULO			
Abelardo Camarinha	PSB		Abstenção
Alexandre Leite	DEM		Obstrução

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:54
Número: 15

	Partido	Bloco	Voto
SÃO PAULO			
Aline Corrêa	PP	PpPros	Sim
Antonio Bulhões	PRB		Sim
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB		Obstrução
Arlindo Chinaglia	PT		Sim
Arnaldo Faria de Sá	PTB		Não
Bruna Furlan	PSDB		Obstrução
Devanir Ribeiro	PT		Sim
Dr. Ubiali	PSB		Obstrução
Edinho Araújo	PMDB		Sim
Eleuses Paiva	PSD		Obstrução
Emanuel Fernandes	PSDB		Obstrução
Francisco Chagas	PT		Sim
Guilherme Campos	PSD		Sim
Guilherme Mussi	PP	PpPros	Obstrução
Gustavo Petta	PCdoB		Sim
Helcio Silva	PT		Sim
Iara Bernardi	PT		Sim
Ivan Valente	PSOL		Sim
Janete Rocha Pietá	PT		Sim
Jefferson Campos	PSD		Sim
João Dado	Solidaried		Obstrução
José Mentor	PT		Sim
Keiko Ota	PSB		Obstrução
Mara Gabrilli	PSDB		Obstrução
Marcelo Aguiar	DEM		Obstrução
Milton Monti	PR	PrPtdobPrp	Sim
Missionário José Olimpio	PP	PpPros	Sim
Nelson Marquezelli	PTB		Sim
Newton Lima	PT		Sim
Otoniel Lima	PRB		Sim
Pastor Marco Feliciano	PSC		Abstenção
Paulo Freire	PR	PrPtdobPrp	Sim
Paulo Teixeira	PT		Sim
Renato Simões	PT		Sim
Ricardo Tripoli	PSDB		Obstrução
Roberto de Lucena	PV		Obstrução
Roberto Santiago	PSD		Sim
Tiririca	PR	PrPtdobPrp	Sim
Vanderlei Macris	PSDB		Obstrução
Vanderlei Siraque	PT		Sim
Vaz de Lima	PSDB		Obstrução
Vicente Candido	PT		Sim
Vicentinho	PT		Sim

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:54
Número: 15

	Partido	Bloco	Voto
SÃO PAULO			
William Dib	PSDB		Obstrução
Total São Paulo : 46			
MATO GROSSO			
Carlos Bezerra	PMDB		Sim
Eliene Lima	PSD		Sim
Júlio Campos	DEM		Obstrução
Roberto Dorner	PSD		Sim
Ságuas Moraes	PT		Sim
Valtenir Pereira	PROS	PpPros	Sim
Total Mato Grosso : 6			
DISTRITO FEDERAL			
Erika Kokay	PT		Sim
Izalci	PSDB		Obstrução
Jaqueline Roriz	PMN		Abstenção
Luiz Pitiman	PSDB		Obstrução
Magela	PT		Sim
Policarpo	PT		Sim
Reguffe	PDT		Não
Ronaldo Fonseca	PROS	PpPros	Sim
Total Distrito Federal : 8			
GOIÁS			
Flávia Morais	PDT		Sim
Íris de Araújo	PMDB		Sim
Jovair Arantes	PTB		Sim
Leandro Vilela	PMDB		Sim
Pedro Chaves	PMDB		Sim
Roberto Balestra	PP	PpPros	Obstrução
Rubens Otoni	PT		Sim
Sandes Júnior	PP	PpPros	Sim
Thiago Peixoto	PSD		Sim
Total Goiás : 9			
MATO GROSSO DO SUL			
Akira Otsubo	PMDB		Sim
Biffi	PT		Sim
Fábio Trad	PMDB		Sim
Geraldo Resende	PMDB		Sim
Mandetta	DEM		Obstrução
Marçal Filho	PMDB		Não
Vander Loubet	PT		Sim
Total Mato Grosso do Sul : 7			
PARANÁ			

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:54
Número: 15

	Partido	Bloco	Voto
PARANÁ			
Assis do Couto	PT		Sim
Dilceu Sperafico	PP	PpPros	Sim
Eduardo Sciarra	PSD		Sim
Giacobo	PR	PrPtdobPrp	Sim
Hermes Parcianello	PMDB		Sim
João Arruda	PMDB		Sim
Leopoldo Meyer	PSB		Obstrução
Luiz Carlos Hauly	PSDB		Obstrução
Luiz Nishimori	PR	PrPtdobPrp	Sim
Nelson Meurer	PP	PpPros	Sim
Nelson Padovani	PSC		Sim
Osmar Serraglio	PMDB		Sim
Ratinho Junior	PSC		Sim
Reinhold Stephanes	PSD		Sim
Takayama	PSC		Sim
Zeca Dirceu	PT		Sim
Total Paraná : 16			
SANTA CATARINA			
Celso Maldaner	PMDB		Sim
Décio Lima	PT		Sim
Edinho Bez	PMDB		Sim
Esperidião Amin	PP	PpPros	Obstrução
Francisco de Assis	PT		Sim
João Rodrigues	PSD		Sim
Jorge Boeira	PP	PpPros	Sim
Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp	Sim
Luci Choinacki	PT		Sim
Onofre Santo Agostini	PSD		Sim
Paulo Bornhausen	PSB		Obstrução
Ronaldo Benedet	PMDB		Sim
Total Santa Catarina : 12			
RIO GRANDE DO SUL			
Afonso Hamm	PP	PpPros	Sim
Alceu Moreira	PMDB		Sim
Alexandre Roso	PSB		Obstrução
Assis Melo	PCdoB		Sim
Beto Albuquerque	PSB		Obstrução
Bohn Gass	PT		Sim
Danrlei De Deus Hinterholz	PSD		Sim
Enio Bacci	PDT		Sim
Giovani Cherini	PDT		Sim
Henrique Fontana	PT		Sim
Jerônimo Goergen	PP	PpPros	Não
Jose Stédile	PSB		Obstrução
Luis Carlos Heinze	PP	PpPros	Não
Luiz Carlos Busato	PTB		Sim
Manuela D`Ávila	PCdoB		Sim
Marcon	PT		Sim
Maria do Rosário	PT		Sim
Nelson Marchezan Junior	PSDB		Obstrução
Osmar Terra	PMDB		Abstenção
Paulo Pimenta	PT		Sim
Pepe Vargas	PT		Sim
Renato Molling	PP	PpPros	Sim
Ronaldo Zulke	PT		Sim
Vieira da Cunha	PDT		Sim
Total Rio Grande do Sul : 24			

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Resultado: "sim", 282 votos; "não", 9; abstenções, 6.

Está aprovado o Requerimento nº 45/14-CN, na Câmara dos Deputados.

Passamos à sua apreciação no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação, no Senado, o Requerimento nº 45/14-CN.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Não tem encaminhamento no Senado, não, Presidente?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM-RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas manifesta-se pela obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Democratas manifesta-se pela obstrução.

Com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – O PSDB do Senado está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PSDB do Senado está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação, no Senado, o Requerimento nº 45/14-CN.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP) – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Pimentel...

Eu prorrogo, de ofício, a sessão, para que possamos concluir a nossa Ordem do Dia.

Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quem está em obstrução não pode pedir verificação. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Pode, sim.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – O Líder pode, sim, pedir.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Já há questão de ordem decidindo que mesmo quem está em obstrução tem direito a verificação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Sem revisão do orador.) – O Partido dos Trabalhadores e o Governo votam "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – O Partido dos Trabalhadores e o Bloco de Apoio ao Governo votam "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Partido dos Trabalhadores vota "sim".

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – E o Governo recomenda o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu faço um apelo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL-AM. Sem revisão do orador.) – O PSOL vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu faço um apelo aos Senadores que estão em outras dependências da Casa. Por favor, nós estamos realizando uma verificação de votação no Senado Federal. Portanto, é muito importante a presença de todos.

Senadores que estão em outras dependências do Congresso Nacional venham ao plenário! Nós acabamos de fazer uma verificação de votação na Câmara com relação à votação de um requerimento e vamos repeti-la agora no Senado Federal.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE.) – Sr. Presidente, libere o painel para nós votarmos, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência solicita a todas as Sras. e Srs. Senadores que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL-AM. Sem revisão do orador.) – O PSOL vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está iniciada a votação.

Eu peço à Secretaria-Geral da Mesa do Congresso para liberar o painel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Ataídes. *(Pausa.)*

O PROS encaminha pela obstrução.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL-AM. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSOL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PSOL vota "sim".

Mais uma vez, eu peço aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário. Nós estamos realizando a verificação da votação do requerimento no Senado Federal.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB-RJ. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PRB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PRB vota "sim".

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar este momento para esclarecer algumas coisas que ocorreram ontem.

O Senador Eunício e V.Exa., antes de encerrar a sessão, disseram que havia nas galerias 26 pessoas remuneradas – assalariadas. O Senador Eunício, inclusive, disse que foram pessoas pagas por mim.

Eu quero lembrar aos Senadores e aos Deputados que hoje existem as redes sociais, e nós precisamos entender e saber conviver com isso. Eu fiz um convite à população brasileira na sexta-feira, quando V.Exa. mudou o horário da sessão de 12 horas para 18 horas. Foram mais de 700 mil acessos.

Se V.Exa. mandar apurar, verá que aquela pessoa que levou o choque é um professor de História de Goiânia. Os outros dois que estavam do lado dele eram de São Paulo. A senhora que foi enforcada, com quase 80 anos, é de Brasília. Mas eu não a conheço.

Então, quero registrar aqui que eu não remunerei e não convoquei ninguém. Foi feito um convite.

A partir de agora, a base do Governo precisa entender que esta votação é nominal. A população brasileira saberá, sim, quem foi subornado através do decreto.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para orientar o PDT.

O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria, respondendo à intervenção do Deputado Izalci, só lembrar o seguinte: durante todo o dia de ontem, o Presidente do Congresso Nacional foi insistentemente procurado pelo Deputado Izalci para elevar a quota do seu partido destinada à entrada de pessoas nas galerias; durante todo o dia de ontem. E aqui no plenário do Congresso Nacional, o que se verificou, a partir da palavra de vários Líderes da Oposição – não estou particularizando; estou falando da Oposição respeitosamente –, foi o pedido para que nós transferíssemos a quota dos outros partidos para as galerias. Essa posição foi, repito, durante todo o dia, defendida junto a mim pelo Deputado Izalci.

Eu disse, com humildade, na oportunidade, que se fizéssemos isso, nós iríamos partidarizar ainda mais as galerias, que já estavam com a presença de 26 senhoras e senhores convidados que estavam tumultuando e desrespeitando o Congresso Nacional.

Só para lembrar – eu não queria me referir a esse fato – que nós, três vezes, lemos o Regimento Comum e dissemos que a presença deles nos eram caras, mas seria permitida desde que eles se comportassem e ficassem em silêncio.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. IZALCI (PSDB-DF) – Então, todos, a partir...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Foi exatamente isso que aconteceu.

Mas me permita, Deputado Izalci, eu não poderia ocultar o fato de, durante o dia inteiro, V.Exa. ter me pedido para elevar a participação da quota do seu partido para entrada de pessoas nas galerias do Congresso Nacional.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Presidente Renan...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – com a palavra o Deputado Vicentinho. Depois, o Senador Eunício Oliveira.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – E quanto ao meu pedido de questão de ordem, Presidente?

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Primeiro, Presidente, eu quero manifestar a minha solidariedade a V.Exa., que ontem apelou por várias vezes, pediu silêncio por várias vezes, e a resposta foi xingamento, inclusive à Senadora Vanessa Grazziotin, que foi desrespeitada enquanto estava no plenário.

Eu lembro que, quando eu presidia a CUT, nós vínhamos fazer manifestações aqui, mas os Deputados do meu partido iam lá em cima para pedir que nós ficássemos em silêncio. Esse é o papel da liderança. Ontem, eu vi os Deputados subirem lá não para pedir para o pessoal ficar em silêncio, mas para brigar com a Segurança

e impedir a saída do pessoal. Feio, porque o que o Deputado deveria fazer é cumprir a determinação do Presidente do Congresso Nacional, que reiteradamente chamou a atenção das pessoas.

Então, fica a nossa profunda solidariedade a V.Exa. Lamentamos esses acontecimentos, porque o ideal seria todos ficarem lá em cima, com respeito.

Eu me lembro de que aqui havia, inclusive, vidro. A gente não podia sequer falar. Então, é importante que quem esteja nos vendo pela televisão saiba o que aconteceu: uma situação incontrolável, e Deputados que eu imaginava que iriam atuar como líderes... Líder não é aquele que vai na maré, não é aquele que vai na onda; líder é aquele que muitas vezes se contradiz com os seus liderados para dizer: *"Pessoal, não faça isso. Vamos ouvir, vamos acompanhar as votações"*.

Isso não aconteceu. E, por isso, deixo-lhe a minha solidariedade.

Presto também solidariedade ao Deputado Ivan Valente e ao PSOL, partido sério. Podemos ter divergências – e temos –, mas, em hipótese alguma, levantem-se dúvidas sobre a história desses que agiram com tanta dignidade e seriedade durante a sua vida.

Queria fazer um pedido aos nossos Deputados. Muita gente vai falar, sobretudo a Oposição, o que é um direito. Falarão o Deputado Aécio Neves, candidato derrotado, e também os partidários do Deputado Aécio. Nós vamos ouvir com respeito. Qual é a nossa recomendação? Que nós, do nosso partido, não fiquemos rebatendo, nem usando o tempo, na hora dos procedimentos, para não atrasar mais ainda a votação. Assim, vamos garantir a aprovação deste importante PLN, projeto fundamental para o Brasil.

Lembro ao nosso povo, Sr. Presidente, que, dos 20 maiores países do mundo, 16 ou 17 vão adotar déficit orçamentário. O que nós estamos propondo ainda é um superávit, mesmo que diminuto – ele é menor, mas ainda um superávit –, assegurando a ascensão dos trabalhadores, que são aqueles que eu reverencio muito neste Brasil. Eles sempre vieram aqui fazer manifestação e respeitaram. Nenhum direito será retirado dos trabalhadores; nenhum projeto social será atingido. Apenas será assegurada a responsabilidade, para que o Brasil continue agindo com seriedade.

Eu tenho certeza de que nenhum Governador, mesmo do PSDB, está concordando com esta discórdia aqui dentro, porque os Governos dos Estados também precisarão da aprovação da matéria, como os Municípios.

Por esta razão, a garantia da presença é fundamental. Vamos nos preparar para ficar até a madrugada, até amanhã, até votarmos este projeto de extrema importância para o Brasil e para o mundo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (Bloco/PR-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o Partido da República.

"Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB no Senado Federal. Em seguida darei a palavra a V.Exas.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de encaminhar a votação do requerimento. O PMDB vota "sim" no Senado, e o Bloco da Maioria também encaminha o voto "sim".

Sr. Presidente, após encaminhar e pedir a presença dos Senadores aqui no plenário da Câmara dos Deputados, onde se realiza a sessão do Congresso Nacional, eu não quero entrar nesse debate triste a que, depois de 16 anos nesta Casa, lamentavelmente eu assisti ontem à noite, mas não posso, depois de ter sido citado pelo Deputado Izalci, deixar de restabelecer a verdade.

A verdade, Sr. Presidente, é que o Deputado Izalci, como disse V.Exa., passou o dia todo ontem tentando colocar mais gente nas galerias. E essas pessoas vieram não para assistir ao debate – e é legítimo as galerias serem preenchidas com pessoas que não têm regimentalmente direito à manifestação.

Mas o Deputado Izalci veio aqui negar que as pessoas que estavam na Comissão de Orçamento eram pessoas trazidas por ele e que as pessoas que aqui estavam ontem não vieram para assistir à sessão do Congresso Nacional; estavam aqui para fazer militância política. As galerias não são local para se fazer militância política. Portanto, o que eu disse eu repito; não retiro nenhuma palavra do que foi dito ontem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Imbassahy e, depois, o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente! Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – E Deputado Arnaldo Faria de Sá...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente! Arnaldo Jardim, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – E Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, o art. 23, que estabelece a prorrogação...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Eu ouvi com muita atenção as ponderações do Líder do PT, Deputado Vicentinho, mas quero repor a verdade.

V.Exa., inclusive, acompanhou com toda a atenção, no momento em que foi determinado que as galerias fossem evacuadas, que vários Deputados se dirigiram às galerias, inclusive eu. Eu fui acompanhando e acompanhado de colegas Deputados preocupados com o que poderia acontecer naquele momento. Uma determinação do Presidente do Congresso Nacional é uma determinação que tem que ser respeitada. A nossa preocupação, Sr. Presidente, era com eventuais exageros que pudessem ali ocorrer.

Ali chegando, todos os Deputados tiveram o comportamento de acalmar os ânimos, de fazer com que se restabelecesse a ordem – naquele momento, realmente a sessão estava muito tumultuada.

Eu não posso acreditar – e me dirijo agora ao Deputado Vicentinho, por sua história de vida – que o Deputado Vicentinho possa concordar com aquela cena em que um segurança desta Casa deu uma gravata numa senhora de 78 anos. Foi verdadeiramente um exagero cometido por um segurança desta Casa.

A nossa proposta ali não era tumultuar, de maneira nenhuma; a nossa proposta era buscar o restabelecimento da ordem para que aqui se prosseguisse, com civilidade, a sessão. Ademais, fazer militância política nas galerias não é nenhum crime; ademais, partidarizar posições nas galerias não é nenhum crime. As galerias, Sr. Presidente, pertencem ao povo brasileiro. V.Exa. sabe disso melhor do que todos nós.

O que nós queremos reiterar mais uma vez é o pedido para que V.Exa. refaça a sua posição e permita que as pessoas que estão querendo adentrar as dependências do Congresso adentrem – não tem nenhum sentido, Sr. Presidente, a proibição –, para que possamos prosseguir a sessão com civilidade.

Encerro, mais uma vez dizendo que ninguém veio aqui para fazer balbúrdia. Se tudo isso aconteceu, se houve agravamento desse clima, deve-se exclusivamente à Presidente Dilma, que não cumpriu a Lei Orçamentária, que fez um decreto anunciando que iria colocar à disposição de cada Deputado 748 mil reais, uma coisa que ultrapassa as barreiras da chantagem e se aproxima do suborno. Isso, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, causa indignação ao povo brasileiro, povo que, nós, da Oposição, respeitamos e sabemos representar.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Sr. Presidente,...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Já deu quórum.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Sr. Presidente, já temos quórum. Vou pedir a V.Exa. que encerre a votação.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE.) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Eunício, eu vou conceder a palavra a todos.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Sr. Presidente, é só para que V.Exa. estabeleça o tempo da prorrogação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE.) – Cadê o quórum, Sr. Presidente?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Caiado para uma questão de ordem. Questão de ordem tem precedência na forma do Regimento.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Sr. Presidente, é só para que V.Exa. estabeleça o tempo da prorrogação.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Garanta-me a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, art. 270 do Regimento Interno da Câmara:

> *"Art. 270. O policiamento dos edifícios da Câmara e de suas dependências externas, inclusive de blocos residenciais funcionais para Deputados, compete, privativamente, à Mesa, sob a suprema direção do Presidente, sem intervenção de qualquer outro Poder.*
> *Parágrafo único. Esse serviço será feito, ordinariamente, com a segurança própria da Câmara ou por esta contratada e, se necessário, ou na sua falta, por efetivos da polícia civil e militar do Distrito Federal, requisitados ao Governo local, postos à inteira e exclusiva disposição da Mesa e dirigidos por pessoas que ela designar."*

Então, Sr. Presidente, a entrada da Segurança do Senado... Não lhe compete vir aqui para tirar as pessoas ou definir quem deve entrar ou sair. Isso cabe à Segurança da Câmara dos Deputados. Eu peço a V.Exa. que mande retirar todos os seguranças do Senado do recinto da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria só comunicar à Casa que nós estamos cumprindo rigorosamente o Regimento Comum, o Regimento do Senado e o Regimento da Câmara dos Deputados.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Isto é sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Esta é uma sessão do Congresso Nacional.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Mas não existe isso no Regimento Comum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O que V.Exa. acaba de ler é exatamente o que respalda a decisão das Mesas das duas Casas do Congresso Nacional.

O SR. IZALCI (PSDB-DF) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Sr. Presidente, vamos encerrar a votação.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Mas a Casa não pode ser invadida pela Polícia do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está aí, esta é uma sessão do Congresso Nacional. Não há invasão.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Mas não existe. É o Regimento. Prevalece o Regimento da Câmara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Caiado, infelizmente nós estamos cumprindo o Regimento.

O SR. IZALCI (PSDB-DF) – Senador Renan, art. 14.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Para uma questão de ordem, com base no art. 23.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Sr. Presidente, eu estou inscrito. Gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Já foram usadas duas vezes o art. 14. Não vamos permitir mais que seja usado.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Art. 23, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para pedir que no placar também registre, na orientação, o PSC, nas próximas votações.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Chegaremos lá. Deputado Paulo Teixeira, por favor.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, art. 23.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, dizer sobre o conteúdo desse debate, que está muito acirrado e não poderia estar.

A Oposição tem trazido aqui argumentos de que essa mudança no superávit primário é uma violência nas contas públicas.

Em segundo lugar, nós queremos – já temos quórum, Sr. Presidente – pedir a V.Exa. que possamos já declarar a votação, para que possamos votar.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, pelo art. 23, uma questão de ordem.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP) – Era isso o que eu queria pedir a V.Exa.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, questão de ordem tem precedência, V.Exa. está dando espaço a outros que estão intervindo, Sr. Presidente. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra a V.Exa. para uma questão de ordem.

Essa é, se não me engano, a terceira ou quarta questão de ordem para a qual nós garantimos a palavra a V.Exa.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – V.Exa. é testemunha de que foram sensatas, singelas e até contribuíram para o encaminhamento, Sr. Presidente, e para o respeito ao Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sem dúvida.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Não há redundância...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Estou agradecido.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Nem insistência, nem um tom que destoe daquele tom construtivo,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sem dúvida, sem dúvida.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – que acreditamos ser de preservação do Congresso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sem dúvida, Deputado Arnaldo.

Com a palavra V.Exa.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Mas o art. 23, que exatamente estabelece sobre a prorrogação, Sr. Presidente, diz que *"ouvido o Plenário..."*

Mas nós queremos nos ater ao fato de que o § 2º diz que a prorrogação é por tempo determinado. V.Exa. prorrogou a sessão, e eu indago singelamente: por quanto tempo, Sr. Presidente? Há um prazo determinado, solicitado e fixado no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Na prorrogação de ofício, nós dissemos, claramente, que seria pelo tempo necessário para esgotarmos a nossa Ordem do Dia. Foi essa a decisão da Mesa.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, eu recorro, porque...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a atenção de V.Exa. para um detalhe importante. Sem entrar no mérito do que houve ou deixou de haver, se esse ou aquele é o responsável – Pedro ou Paulo – pela tribuna.

Agora, não pode, Sr. Presidente, um segurança do Senado Federal dar uma gravata numa senhora de 79 anos. Todo mundo percebeu a gravidade do que aconteceu. Aquela senhora foi à delegacia fazer uma queixa.

Em respeito ao Estatuto do Idoso. V.Exa. tem que tomar providências em relação ao segurança que deu uma gravata numa senhora de 79 anos. Isso é falta de respeito, falta de dignidade e falta de respeito ao Estatuto do Idoso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu quero dizer que não me compete, como Presidente do Congresso Nacional, tratar aqui nem de excesso das polícias de uma das duas Casas nem tampouco do excesso de alguns Deputados que foram para as galerias bater nos policiais, invocando a condição de mandatário popular. Não me compete, como Presidente, tratar dessa questão.

Com a palavra V.Exa. e vou encerrar a votação.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, só para insistir em que a prorrogação da sessão tem que ser, sim, por prazo fixo. É o que diz o art. 23, no § 2º. Tem que ser por prazo fixo. V.Exa. tem que estipular o tempo da prorrogação. Está aqui no Regimento!

E quero deixar muito claro a V.Exa. que nenhum Deputado foi lá agredir policial. Nenhum Deputado. Fomos defender os populares.

V.Exa. tem que colocar o prazo pelo qual a sessão foi prorrogada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Veja o preciosismo: a prática do Congresso Nacional é nós prorrogarmos a sessão até esgotarmos a Ordem do Dia.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Quando há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O que me cobra insistentemente o Deputado? Que nós especifiquemos um prazo. Eu vou especificar um prazo e, ao final desse prazo, eu vou prorrogar novamente.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD-PR) – Sr. Presidente, o art. 23 diz que V.Exa. tem que ouvir o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O País está acompanhando essas interrupções. Para discutir questões dessa ordem, as pessoas não entendem...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD-PR) – Sr. Presidente, o art. 23 diz que V.Exa. tem que ouvir o Plenário.

(Procede-se à apuração)

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 03/12/2014
Hora : 22:55
Número: 16

54ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
Renan Calheiros - PMDB/AL

Sessão:
SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 03/12/2014
Abertura Painel: 03/12/2014 10:53

Presidiram a Sessão:
Renan Calheiros - 10:53
Romero Jucá - 16:25
Renan Calheiros - 18:15

Proposição:
VETOS - REQUERIMENTO DE ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO

Início Votação: 03/12/2014 12:56
Fim Votação: 03/12/2014 13:17

Presidiram a Votação:
Renan Calheiros

Resultado da Votação

Sim	41
Não	1
Total da Votação	42
Art. 51	1
Total Quorum	43
Obstrução	1

Orientação
PMDB - Sim
PT - Sim
PSDB - Obstrução
PDT - Sim
DEM - Obstrução
PROS - Obstrução
PSOL - Sim

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Angela Portela	PT		Sim
Romero Jucá	PMDB		Sim
Total Roraima : 2			
AMAPÁ			
José Sarney	PMDB		Sim
Randolfe Rodrigues	PSOL		Sim
Total Amapá : 2			
AMAZONAS			

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 03/12/2014
Hora : 22:55
Número: 16

	Partido	Bloco	Voto
AMAZONAS			
Alfredo Nascimento	PR		Sim
Eduardo Braga	PMDB		Sim
Vanessa Grazziotin	PCdoB		Sim
Total Amazonas : 3			
RONDONIA			
Acir Gurgacz	PDT		Sim
Valdir Raupp	PMDB		Sim
Total Rondonia : 2			
ACRE			
Anibal Diniz	PT		Sim
Jorge Viana	PT		Sim
Sérgio Petecão	PSD		Sim
Total Acre : 3			
TOCANTINS			
Vicentinho Alves	Solidaried		Sim
Total Tocantins : 1			
MARANHÃO			
Lobão Filho	PMDB		Sim
Total Maranhão : 1			
CEARÁ			
Eunício Oliveira	PMDB		Sim
Inácio Arruda	PCdoB		Sim
José Pimentel	PT		Sim
Total Ceará : 3			
PIAUÍ			
Ciro Nogueira	PP		Sim
João Vicente Claudino	PTB		Sim
Wellington Dias	PT		Sim
Total Piauí : 3			
RIO GRANDE DO NORTE			
Ivonete Dantas	PMDB		Sim
José Agripino	DEM		Não
Total Rio Grande do Norte : 2			
PARAÍBA			
Vital do Rêgo	PMDB		Sim
Total Paraíba : 1			
PERNAMBUCO			
Armando Monteiro	PTB		Sim
Humberto Costa	PT		Sim

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 03/12/2014
Hora : 22:55
Número: 16

	Partido	Bloco	Voto
Total Pernambuco : 2			
ALAGOAS			
Benedito de Lira	PP		Sim
Renan Calheiros	PMDB		Art.51
Total Alagoas : 2			
SERGIPE			
Antonio Carlos Valadares	PSB		Sim
Eduardo Amorim	PSC		Obstrução
Total Sergipe : 2			
BAHIA			
Lídice da Mata	PSB		Sim
Walter Pinheiro	PT		Sim
Total Bahia : 2			
ESPÍRITO SANTO			
Ana Rita	PT		Sim
Ricardo Ferraço	PMDB		Sim
Total Espírito Santo : 2			
RIO DE JANEIRO			
Lindbergh Farias	PT		Sim
Marcelo Crivella	PRB		Sim
Total Rio de Janeiro : 2			
SÃO PAULO			
Eduardo Suplicy	PT		Sim
Marta Suplicy	PT		Sim
Total São Paulo : 2			
DISTRITO FEDERAL			
Rodrigo Rollemberg	PSB		Sim
Total Distrito Federal : 1			
MATO GROSSO DO SUL			
Delcídio do Amaral	PT		Sim
Waldemir Moka	PMDB		Sim
Total Mato Grosso do Sul : 2			
PARANÁ			
Gleisi Hoffmann	PT		Sim
Roberto Requião	PMDB		Sim
Total Paraná : 2			
SANTA CATARINA			
Casildo Maldaner	PMDB		Sim
Total Santa Catarina : 1			
RIO GRANDE DO SUL			
Paulo Paim	PT		Sim
Total Rio Grande do Sul : 1			

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado: "sim", 41; "não", 1 voto.

Está encerrada a discussão.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Não, Sr. Presidente. Sr. Presidente, que discussão?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Vamos entrar na votação dos vetos, Sr. Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Não, nós temos que encaminhar.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – O resultado, Sr. Presidente. Promulgue o resultado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está encerrada a discussão.

Vamos iniciar o processo de votação.

Eu vou inscrever Deputados e Senadores para encaminhar a votação, na forma do Regimento.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Dois de cada lado.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para encaminhar a votação, por até 5 minutos. Nós já temos inscritos aqui: Deputado Silvio Costa, Senador José Agripino, Deputado Esperidião Amin, Senador Pimentel, Deputado Antonio Imbassahy, Deputado Henrique Fontana, Deputado Vanderlei Macris.

Todos podem se inscrever.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – E já está autorizada a votação dos vetos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, uso muito uma frase da Bíblia. Parece-me, eu não sou pastor, que está escrito o seguinte: *"Perdoai aqueles que não sabem o que dizem".*

Veja bem, parte da Oposição, lamentavelmente, Deputado Esperidião Amin, não estudou. A Oposição, Deputado José Aníbal, fica dizendo que a Presidente Dilma está atropelando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso não é verdade. Não existe nenhum artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal que proíba alterar a LDO. Este é o primeiro equívoco da Oposição: dizer que a Presidente Dilma está atropelando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é verdade. Não é verdade! Isso não está escrito na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O segundo ponto que é importante ficar claro para a Oposição é que, na verdade, desde Fernando Henrique Cardoso se altera a LDO. Nós já fizemos aqui sete alterações na LDO.

Outra questão: como eu disse há pouco tempo, a Oposição contribuiu com o Brasil na medida em que ajudou no processo de desoneração de alguns setores. Isto a Oposição fez bem feito: ajudou o Brasil a manter o emprego. A Oposição precisa dizer ao Brasil, sobretudo ao senhor, à senhora que está agora assistindo à *TV Câmara,* que nós temos, sim, a menor taxa de desemprego da história, mesmo com a economia mundial tendo problemas. A China já chegou a crescer 15%. A China hoje cresce 7,5%. Existe, sim, um problema de crescimento no mundo, que não é peculiar ao Brasil.

O grande problema é que parte da Oposição não tem responsabilidade pública. Por exemplo, no caso do Governador Alckmin, Senador Aloysio Nunes, por quem tenho o maior respeito, V.Exa. sabe que São Paulo está precisando de dinheiro para resolver o problema da seca. Os Deputados e Senadores de São Paulo que votarem contra esse ajuste da meta estarão alimentando a seca em São Paulo. Se até quinta-feira esse recurso não chegar a São Paulo, evidentemente vai ser agravado o problema da seca. Então, V.Exas. estão misturando palanque com responsabilidade pública.

Eu queria fazer um apelo à parte responsável da Oposição – à parte responsável! Eu acho que é importante votar hoje a LDO. Não adianta tentar esticar até às 5 horas da manhã, porque a gente vai votar.

Para encerrar, eu ontem, sinceramente, fiquei indignado com o comportamento de parte da Oposição. Eu vi o ex-Governador de Pernambuco – ex-Governador –, Deputado Mendonça Filho, e eu disse há pouco tempo que ele fez um curso com o Anderson Silva, lutando e trocando tapa. Eu vi o Senador da República eleito Ronaldo Caiado também trocando tapa lá em cima. Essa moda não pode pegar nesta Casa.

Não é correto para com o Parlamento que V.Exas. subam às galerias e peguem a militância convocada pelo Deputado Izalci – só Deus sabe como foi essa convocação – para atropelarem a caixa de ressonância do País.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS) – Sr. Presidente, Deputado Marçal Filho votou "não" ao requerimento de votação no último sufrágio.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem sobre o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra para uma questão de ordem. Estão inscritos alguns Senadores e alguns Deputados.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, pela ordem, sobre o processo de votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou constatando aqui que V.Exa. já abriu a votação para os dois vetos ao mesmo tempo.

Ora, nós sequer iniciamos a discussão do primeiro veto. Está em encaminhamento a votação do primeiro veto. E o segundo depende ainda da conclusão da votação do primeiro. Como é possível fazer as duas coisas ao mesmo tempo? Isso gera uma perplexidade no Plenário, e eu creio que o processo está irregular.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/ PMDB-AL) – Deputado Arnaldo Jardim com a palavra.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou aduzir a essa questão levantada pelo Senador Aloysio e tomei a iniciativa de fazê-lo pessoalmente a V.Exa., subindo à Mesa.

Durante o processo de discussão, inquiri inclusive V.Exa., que explicitamente disse que o requerimento do Deputado Mendonça Filho se restringia ao encerramento da discussão do Veto nº 28. Depois, teríamos um processo de discussão e um eventual encerramento da discussão do Veto nº 29.

V.Exa., porém, já abriu processo de votação para os dois itens, sem que o Veto nº 29 tivesse sequer sido discutido e menos ainda encaminhado, Sr. Presidente.

Requeiro a V.Exa., Sr. Presidente, que suspenda a votação e abra a discussão do Veto nº 29. Encerrada a discussão, aí, sim, faremos a votação dos dois itens.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE) – Sr. Presidente, Deputado José Augusto votou...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Imbassahy, eu vou responder porque...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para reiterar essas duas questões de ordem feitas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira e pelo Deputado Arnaldo Jardim, ambas na mesma direção.

Nós estamos verificando que foi dado início à votação sem que sequer o encaminhamento do primeiro veto tivesse sido realizado. No nosso entendimento, na nossa compreensão, configura-se uma irregularidade de procedimento da votação nesta sessão do Congresso, Sr. Presidente.

Aguardamos a manifestação de V.Exa. sobre essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Farei isso.

Com a palavra o Deputado Felipe Maia.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uma consulta à Mesa. Existe uma dúvida em relação à Câmara dos Deputados: se um Deputado individualmente quiser votar obstrução, mesmo que o seu partido não a tenha orientado, como isso será interpretado pela Mesa? Como obstrução? Como abstenção? Como falta? Existe uma dúvida entre os meus pares que gostariam de, individualmente, entrar em obstrução, embora o partido deles não esteja posicionado. Eu queria apenas que a Mesa pudesse posicionar os meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Respondo ao Deputado Felipe Maia: podem marcar obstrução, o voto não será contado para efeito de quórum.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN) – A presença será computada, individualmente, para aquele Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não, não será computada para efeito de quórum. Foram as decisões adotadas, historicamente, no Senado Federal, e o que presidiu exatamente a última sessão do Congresso Nacional.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu garantirei a palavra a V.Exas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é também uma questão de ordem sobre o processo de votação.

Na semana passada, Sr. Presidente, eu fiz um encaminhamento a V.Exa. e, pelo que percebi, tive o apoio no plenário da Oposição e da base do Governo, para que, logo após a votação dos vetos, votássemos a questão do Aerus. Então, eu queria fazer um apelo a V.Exa.

O pessoal do Aerus fez uma vigília aqui durante 40 dias. Agora, estão aproximadamente há 20 dias esperando o direito de ver votado o PL 31 e de garantir, com isso, o aporte de recursos de 248 milhões de reais, o que vai lhes permitir voltar a receber, pelo menos por um período, o salário a que teriam direito.

Como entendo que isso é consenso e a votação é simbólica, esse é o apelo, é claro, que fazemos, em nome daqueles que estão acampados do lado de fora, para que, terminada a votação, conforme acordado, e, eu tenho certeza, com o apoio de toda a Oposição e da base do Governo, possamos aprovar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Paulo Paim, faremos exatamente o que V.Exa. pede e recomenda.

Eu até me penitencio, porque, ontem, em função da medida regimental que fomos obrigados a encaminhar, nós tivemos que liberar as galerias e pedir que se retirassem, também, os servidores da Aerus.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Deputado Mendonça Filho e, em seguida, a Senadora Ana Amélia e o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os Deputados e Senadores de Santa Catarina querem lamentar a morte do Prefeito de Romelândia, no nosso Estado, Elísio Rodrigues da Fonseca. Santa Catarina perde mais um Prefeito com 50 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz um requerimento a V.Exa., com base no art. 34, pedindo o encerramento da discussão com relação ao Veto nº 28. Nós temos informações de que Senadores e Deputados estão votando, e votando não só o Veto 28, mas também o Veto 29.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se V.Exa. permitir, eu vou responder essa questão.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Só para concluir a minha argumentação, porque acho que aí V.Exa. vai poder concluir com mais clareza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Pois não.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – O Deputado Antonio Imbassahy e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, ambos fizeram uma questão de ordem, e também o Deputado Arnaldo Jardim. Não dá para se iniciar o processo de votação quando ainda se dá o processo de encaminhamento. Isso é um atropelo regimental tremendo, absurdo.

Infelizmente, a gente assiste à bancada do Governo, muitas vezes a gente se revolta aqui no plenário e as pessoas que estão em casa não compreendem, porque a regra do jogo é rasgada reiteradamente. A regra do jogo diz o seguinte: encaminha-se a votação, e só aí se inicia o processo de votação.

E mais do que isso, mais grave, Sr. Presidente, estamos votando aqui – pelo menos é disto que tenho notícia – dois vetos ao mesmo tempo. Quanto ao segundo veto, sequer se iniciou o processo de discussão, que dirá de encaminhamento. Sinceramente, quer ganhar? Ganha-se respeitando a regra do jogo, não é passando por cima da Oposição, não!

Então, peço a V.Exa. que mande interromper o processo de votação, porque não dá para a gente votar algo que está em encaminhamento. E só dá para se votar o Veto nº 29 depois de se apurar o Veto nº 28, senão estaremos desrespeitando o Regimento, Sr. Presidente. Peço a V.Exa. que use o bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria respeitosamente responder às questões de ordem que foram colocadas pelo Deputado Antonio Imbassahy, pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelo Deputado Mendonça Filho e pelo Deputado Arnaldo Jardim. As questões de ordem questionam o procedimento comumente utilizado na apreciação de vetos.

Nós estamos fazendo exatamente o que fizemos nas sessões anteriores. Essa questão de ordem teve a sua resposta dada pela Mesa do Congresso Nacional em várias oportunidades da última sessão. A apreciação de vetos proceder-se-á durante a votação e discussão. A Presidência esclarece que o procedimento de iniciar a votação e em seguida dar continuidade à discussão é costumeiramente aplicado na deliberação de vetos, utilizando-se cédulas únicas de votação.

Eu cito, por exemplo, se me permitirem, pois eu considero oportuno, as últimas sessões conjuntas do Congresso Nacional em que tal modelo foi aplicado: a sessão do dia 25/11/2014, a sessão de 10/12/2013, a sessão de 19/11/2013 e a sessão do Congresso Nacional de 15/10/2013.

Portanto, nós estamos fazendo exatamente o que fizemos na sessão anterior.

Eu respondi a V.Exa., Deputado Mendonça Filho, em várias oportunidades, que, se o Parlamentar desejar discutir e só votar quando concluir a votação daquele determinado item, ele deixa para votar exatamente quando, no seu entendimento, estiver concluída a discussão.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, permita-me. Mas veja o seguinte: um hábito, um costume que muitas vezes se deu tendo em vista um acordo entre os Líderes, que têm a capacidade de suplantar regras regimentais, não pode prevalecer, Sr. Presidente. O que prevalece é o Regimento Interno. O Regimento está sendo desrespeitado. O encaminhamento antecede ao processo de votação. V.Exa. pode argumentar que várias vezes se deu, ao longo da história, em situações de consenso, de acordo. Mas não é tolerável que a gen-

te, numa disputa entre Governo e Oposição, assista ao referendo da Presidência do Congresso Nacional sobre uma matéria que é claríssima no Regimento Interno.

Então, eu peço a V.Exa. que reavalie e mande interromper o processo de votação. Está-se votando dois vetos ao mesmo tempo. E eu lamento muito que infelizmente, em nome do objetivo central do Governo, de fazer votar esse PLN 36, esteja se passando por cima do Regimento Comum do Congresso Nacional.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, eu quero solicitar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Mendonça Filho, V.Exa. há de convir que nada veda a utilização da votação da cédula para apreciação de veto no Congresso Nacional.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por favor, oriente-me, então. Se bem entendi a posição de V.Exa., V.Exa. diz o seguinte: nós abrimos o processo de votação; é facultado ao Deputado que deseje ver a discussão e o encaminhamento do item votar após isso. Eu, por exemplo, gostaria de ver a discussão do Item 29, o encaminhamento. Só pretendo votar a partir disso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – É direito regimental de V.Exa., que está assegurado pela questão de ordem decidida pela Mesa.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Então, eu requeiro a V.Exa., primeiro, que abra o debate sobre o Item 29; segundo, que assegure os encaminhamentos e que só encerre a votação após todo o procedimento com relação ao Item 29 ser concluído, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Esta é a orientação da Presidência. V.Exa. sabe, no entanto, que a qualquer momento o requerimento pode encerrar a discussão.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria apenas, Sr. Presidente, agradecer o reconhecimento de V.Exa. com o equívoco cometido com os representantes do Aerus. A Líder do movimento, Graziella Baggio, cadeirante, porque sofreu um acidente que a deixou imobilizada numa cadeira de rodas, foi retirada pela segurança da Casa, por conta da sua dificuldade de mobilidade. Eu estava observando e vendo. Durante toda a sessão, acompanharam com muito cuidado, com muita civilidade, todo o processo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sem dúvida, sem dúvida!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS) – Então, eu acho que cabe aí à própria Liderança esse manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Já fizemos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS) – V.Exa. também, quando eu argui a questão regimental de procedimentos de votação do PLN 31, disse que seria o terceiro. E houve então uma perturbação, porque, na verdade, é o primeiro após a apreciação dos vetos.

Então, isso não ficou claro. Agora, está terminada a apreciação dos vetos, teremos o 31.

E o 36, que é o mais polêmico, acabou provocando na sociedade brasileira uma mobilização exatamente sobre todos os argumentos usados aqui pelas Lideranças, especialmente as independentes – como é o meu caso, o da Oposição –, todos em relação à sociedade: mostrar que se está aceitando aqui uma situação de barganha oficializada, para trocar apoio em troca da liberação das emendas. Isso está abrindo a porteira para que Estados e Municípios também tenham o direito de acabar, reduzir, mitigar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que colocou ordem nas contas públicas dos Estados e Municípios. Os Municípios andam por aí, os Prefeitos, desesperados, por conta de uma situação financeira absolutamente caótica na má repartição dos recursos federais no processo federativo.

Então, eu agradeço a V.Exa. ter admitido o equívoco em relação aos representantes do Aerus; e que, em seguida à apreciação dos vetos, essa matéria será vencida, que é o PLN 31.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu só queria lembrar às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores e às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que as cédulas de votação dos vetos foram distribuídas às Lideranças partidárias desde sexta-feira passada, dia 28 de novembro.

É a seguinte a Cédula de votação:

CÉDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO

1- Esta cédula única de votação contém matérias vetadas pela Senhora Presidente da República;

2- Antes de entregar sua cédula, o Parlamentar deverá assiná-la;

3- O que está em votação é o veto. O voto **SIM** mantém o veto; o voto **NÃO** o rejeita;

4- Ao lado de cada veto total constam quatro quadrados em branco, com a indicação das opções de voto (sim, não, abstenção e obstrução);

5- O Congressista, para votar, deverá preencher cuidadosamente o quadrado que represente a sua vontade;

6- A apuração obedecerá ao disposto no art. 43 do Regimento Comum e poderá ser acompanhada por Congressistas indicados pelos respectivos partidos;

7- Os avulsos referentes às matérias constantes desta Cédula encontram-se à disposição dos Senhores Parlamentares em meio eletrônico no portal do Congresso Nacional e no sítio do Senado Federal, nos termos no art. 106, do Regimento Interno do Congresso Nacional, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2013-CN.

MATÉRIA	VOTO
Item 1	
Veto Total nº 28, de 2014 Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2012 (nº 6.096, de 2009, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho".	S ☐ N ☐ A ☐ O ☐ [001]
Item 2	
Veto Total nº 29, de 2014 Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2010 (nº 5.005, de 2009, na Casa de origem), que "Altera a denominação da barragem Boqueirão de Parelhas, localizada no Município de Parelhas, no Estado do Rio Grande do Norte, para 'Dr. Ulisses Bezerra Potiguar'".	S ☐ N ☐ A ☐ O ☐ [002]

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Os postos de votação encontram-se distribuídos no plenário, identificados por placas com as letras iniciais dos nomes das Sras. e Srs. Parlamentares. Para votar, mais uma vez quero repetir, o Parlamentar deve assinar a lista de assinaturas no respectivo posto de votação e entregar sua cédula – também assinada –, que será identificada por meio de etiqueta.

E as cédulas desta sessão, bem como as utilizadas na sessão do dia 25 de novembro, serão destruídas no quinto dia útil, contado a partir da divulgação do resultado final da votação de vetos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um projeto de lei é algo criado por um Parlamentar, como, certamente, de toda a sua função, a mais nobre.

De minha autoria, apreciados nos vetos anteriores, tinha o projeto que dava fim à obrigação de emplacamento das máquinas agrícolas. Nós trabalhamos o ano inteiro nesse projeto: passou na Câmara, passou no Senado, não recebeu nenhuma emenda.

Naqueles 38 vetos apreciados, estava como nº 16 o veto à isenção do emplacamento das máquinas agrícolas. Este Parlamentar, que é autor da lei que passou na Câmara e no Senado sem emendas e que teve o veto integral oferecido pela Presidente da República, teve todo o seu trabalho prejudicado porque não pôde fazer a defesa do veto antes da votação.

A produção brasileira está no castigo. Por que vai ter que botar placa em trator e pagar IPVA? Por que vai ter que botar placa em colheitadeira e pagar IPVA? E eu não consegui, como autor da lei, fazer a defesa antes da votação, porque o meu veto veio em um pacote de 38, como se fosse lista de rancho!

Esse prejuízo é insuportável porque aniquila o trabalho do Parlamentar. Não se permitiu que eu argumentasse que o veto deveria cair! Estava no pacote! Isso não é correto! Absolutamente, não é correto!

Não se pode apreciar vetos – agora não mais por voto secreto, mas por voto aberto – antes que os Parlamentares tenham condição de fazer a defesa dos seus projetos de lei vetados. Isso é um equívoco porque aniquila o mister principal desta Casa, a função mais nobre, que é fazer leis! O projeto legislativo se conclui na apreciação do veto, e a apreciação do veto não acontece porque vem um pacote das Lideranças, não raro já comprado para ser votado da forma como a Presidência decide.

Eu me senti prejudicado, ultrajado no meu trabalho, e os agricultores vão pagar esta conta de o projeto ter sido aniquilado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria só lembrar a V.Exa. que, na sessão em que nós apreciamos os vetos, nós lhe garantimos a palavra para discutir o que V.Exa. quisesse.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS) – O meu veto era o de nº 16. Quando eu tive a palavra, todos os Senadores já tinham votado. Se não se permite fazer antes do voto, o ato do voto já aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O orador, ao defender o seu veto, tem que advertir o Parlamentar de que ele só deve votar a partir de esgotada a discussão do veto.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS) – Meu amigo Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sem um projeto de resolução não há como apreciar 38 vetos em cédula, sem garantir que a sessão caminhe. Senão, a sessão vai ser obstruída.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS) – Sr. Presidente, não é preciso. Se se tiver zelo com o trabalho parlamentar, não é preciso deixar-se completar um pacote de 38 vetos, para enrolar todos. É possível apreciar com 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. sabe do respeito que tenho por V.Exa.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS) – Eu também, da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Uma sessão depois, nós ainda estamos garantindo a V.Exa. a palavra para discutir um veto que já foi derrubado.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS) – É generoso da sua parte, mas é obrigação minha mostrar à população brasileira que os produtores, a partir de 1º de janeiro, vão ter que emplacar e pagar IPVA de uma máquina porque eu não consegui subir naquela tribuna antes de os Parlamentares votarem, para fazer a argumentação devida. Só pude fazer quando o ato já estava decidido. E não adianta elogiar a pessoa depois de ela ter morrido, meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Agradecemos a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) -

Item 2:

VETO TOTAL Nº 29, DE 2014

Discussão, em turno único, do Veto Total nº 29, de 2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2010 (nº 5.005, de 2009, na Casa de origem), que *"Altera a denominação da barragem Boqueirão de Parelhas, localizada no Município de Parelhas, no Estado do Rio Grande do Norte, para 'Dr. Ulisses Bezerra Potiguar".*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) -

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, para discutir a matéria.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ) – V.Exa. me permite 1 minuto, Sr. Presidente, só para uma ponderação que me parece ...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) Seria deselegante com o Senador José Agripino.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) – O Senador me cede 1 minuto, enquanto se dirige à tribuna? Eu quero apenas fazer uma ponderação. *(Pausa.)*

Talvez estejamos, Sr. Presidente, perdendo uma oportunidade histórica e única, por assim dizer, de colocar os trens nos verdadeiros trilhos. Refiro-me ao preceito do art. 62, da Constituição. Veto, em qualquer parlamento, é apreciado matéria por matéria, até para permitir, como bem salientou o Deputado do Rio Grande do Sul que me antecedeu, que os Deputados possam ser convencidos e tentem convencer os outros.

O debate é o pressuposto da existência deste Parlamento; a palavra, o argumento é o que importa. Se estão todos os vetos, de uma vez só, em uma cédula, é evidente que não se travará a prévia discussão, indispensável para a formação do entendimento, do discernimento sobre se aquela matéria deve ser incluída no ordenamento jurídico ou não. Então, nós estamos zerando os vetos, por assim dizer.

Nós não podemos incorrer na falha de prosseguir num vício, no vício da práxis de um Parlamento. V.Exa. tem a oportunidade de fixar uma resolução, em definitivo, para que cada veto seja votado de *per si*, para que seja debatido como foi no instante em que foi votado pelas duas Casas.

Que haja sessão no sábado, na sexta-feira, na hora que for. Mas, como está, é uma subversão ao mínimo de debate, que é a essência do Parlamento, de convencer e ser convencido.

Queria que V.Exa. ponderasse minhas opiniões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós agradecemos ao Deputado Otavio. Realmente, concordo que possamos avançar no sentido de aprovarmos uma resolução que aclare situações como essas, com as quais, toda vez que houver acúmulo de vetos, nós vamos nos debater. Nós apreciamos numa sessão 38 vetos que se acumularam ao longo dos anos. E olha, Deputado Otavio, que nós temos que comemorar esse avanço institucional, porque quando impomos essa regra deixamos para trás, sem apreciar, quase 3 mil vetos.

Então, o que nós estamos verificando aqui é um avanço, do ponto de vista do Congresso Nacional e do ponto de vista do coroamento do processo legislativo.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM-RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, são quinze para as duas da tarde. Este plenário já esteve muito mais cheio. Talvez a palavra que aqui seja pronunciada não tenha nem tanta repercussão, mas eu estou inteiramente convencido de uma coisa, Sr. Presidente: nós estamos fazendo a história do Parlamento.

O que aconteceu ontem, quando algumas centenas de brasileiros, com coragem cívica e com convicções, vieram para as galerias e tiveram o seu legítimo e democrático direito de se manifestar coibido, o Brasil inteiro passou a observar o que estava ocorrendo no Congresso Nacional.

Pode até haver pouco Parlamentar neste plenário nesta hora, mas gostaria de dizer que as redes sociais, as televisões, os jornais e as rádios divulgaram um fato que está posto, Senador Flexa Ribeiro, no Brasil inteiro.

O que nós estamos apreciando e discutindo neste momento são dois vetos que antecedem a votação de um PLN, de um projeto de lei que mereceu, da parte do meu partido, uma arguição de descumprimento de preceito fundamental, porque é um decreto editado antes da lei sobre a qual teria efeitos – uma coisa absolutamente esdrúxula. Esse PLN vem macular os procedimentos aceitos pela sociedade.

Deputado Esperidião Amin, deixa-me ser claro com V.Exa. Eu ontem me reuni com mais ou menos 10 Prefeitos no meu gabinete. Um deles é do meu Estado. Há uma frase que você, quando quer ser por inteiro verdadeiro, diz: *"Vou matar a cobra e mostrar o pau"*. Havia lá mais ou menos 10 Prefeitos e Prefeitas. Um deles era o Prefeito de Olho D'água do Borges, Brenno Queiroga, que, no meio da conversa, que durou 1 hora, disse-

-me que havia 150 cargos comissionados na Prefeitura e que ele já tinha sido obrigado a demitir 100 pessoas. Tinham restado 50. E mesmo tendo demitido 100 e restado 50, ainda faltavam 30 mil reais por mês para pagar a folha de pessoal. Disse que era obrigado a fazer das tripas coração para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque, se não a cumprisse, ficaria inadimplente com relação a emendas Parlamentares, a convênios com a União e seria penalizado com tudo. Iriam salgar a terra do quintal da casa dele!

Muito bem, essa é a penalidade para um Prefeito Municipal.

O que nós estamos votando aqui é um PLN que, na verdade, estabelece um privilégio para a Presidente da República, um privilégio absolutamente inaceitável, inconcebível, que significa um escárnio a centenas de Prefeitos que, como Brenno Queiroga, fizeram das tripas coração para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é um instrumento de boa gestão, instalada quando Fernando Henrique Cardoso era Presidente da República, e que tem produzido bons resultados ao longo do tempo.

O que é que S.Exa., a Presidente da República, está propondo com esse PLN? Ela se livrar do crime de responsabilidade fiscal. A LDO estabelece – e por proposta dela – que o superávit primário, de 2014, tem que ser 1,9% do PIB. Se cumprir o superávit fiscal, ela fica autorizada automaticamente a remanejar até 20% das verbas dentro do Orçamento.

Ocorre que ela, ao longo do tempo, já remanejou mais do que esses 20% e esperava que a economia funcionasse, como não funcionou por culpa dela. As receitas não foram as que ela esperava e as despesas foram, por responsabilidade exclusiva dela, maiores do que a receita. E agora o que ela está querendo é o que os Prefeitos não podem fazer. Não há hipótese de o Prefeito Brenno, Deputado Ronaldo Caiado, se ver livre da Lei de Responsabilidade Fiscal, não tem apelação. Se não cumprir, ele não tem convênio, não tem emenda parlamentar, vai ser crucificado, pode ser preso e vão salgar o terreno da casa dele.

Agora, a Presidente da República tem o direito de propor, e nós temos a obrigação de votar? Não, nós não temos obrigação de votar. E, pelo nosso voto, esse escárnio não vai acontecer, por uma razão muito simples: o que ela está querendo, na verdade, é ser dado a ela o direito de anular aquilo que preceitua a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. O que ela está querendo é que, àquilo a que ela se obrigou, ao final do ano, por um passe de mágica, por uma votação do Congresso Nacional, esqueçam que ela não cumpriu o superávit primário ou que se considerem outras despesas que ela fez sem a cobertura parlamentar, para que ela não seja enquadrada no crime de responsabilidade fiscal.

O que o Governo está querendo é que o Congresso assuma a responsabilidade do crime de responsabilidade fiscal já praticado pela Presidente da República. O crime já está praticado. O que ela está querendo, na verdade, é passar uma esponja na cena do crime.

E, por essa razão, é que nós votamos contra; por essa razão é que as galerias se manifestaram...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM-RN) – Já encerro, Sr. Presidente. Por essa razão é que os Deputados e Senadores independentes deste País estão se manifestando, para mostrar que o Congresso existe para cumprir as suas responsabilidades. E, por essa razão, é que nós vamos, no nosso limite, demonstrar que o Congresso existe e o voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Maioria/PP-SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu pedi este espaço para falar menos sobre os vetos, que já estão votados, e mais sobre o grande assunto que nós vamos tratar, que é o PLN 36.

Eu me dirigi fraternalmente ao meu Líder, Eduardo da Fonte, para dizer a ele que eu não posso votar a favor. E quero aqui, singelamente, dizer que não vou ficar nem em cima nem atrás do muro, e vou dizer o porquê.

Não tenho nenhum ímpeto de que possa ser denominado ou apelidado de golpe ou inconformismo o resultado da eleição, muito embora todos saibam que eu não votei na Presidente Dilma. Mas vou votar contra esse projeto, porque ele deseduca.

Esse projeto deseduca de duas formas. Primeiro, como disse o Senador José Agripino, cujo pronunciamento eu acompanhei, esse projeto deseduca a Casa, deseduca o povo e todos os administradores públicos do Brasil. É só imaginar o que um Prefeito municipal, apertado pelo contingenciamento e pelas obrigações de aplicação de recursos, desde a educação até a saúde, vai pensar depois de aprovado esse projeto.

Segundo, o projeto deseduca a Casa, e nós temos que falar sobre isso, Deputado Domingos Sávio, porque os mecanismos de controle, fiscalização e acompanhamento, quer do Senado, quer da Câmara, a Comissão Mista de Orçamento e a Comissão de Fiscalização erraram ao não acompanhar bimestralmente a evolução dos demonstrativos que hoje são aqui sobejamente conhecidos.

A União não cumpria e não cumpriu, o Governo Federal não cumpriu aquilo que ele próprio escreveu na lei. E o primeiro fiscal desse cumprimento não é o Tribunal de Contas da União, mas o Congresso, as duas Casas. Portanto, nós estaremos convalidando um grave pecado do Executivo e não podemos esconder a nossa falha também.

Finalmente, ao aprovarmos essa lei, associando-a a essa mesada de 748 mil reais *per capita,* nós estamos confessando o nosso fracasso republicano em termos de orçamento impositivo. Quando se apresentou a proposta do orçamento impositivo, nós fizemos isso para reduzir e não acabar com o troca-troca; troca-troca que a própria Presidente Dilma disse que não gosta. E, para reduzir o troca-troca, esse escambo politiqueiro, foi que nós aprovamos, em primeiro turno, a PEC 358.

Sr. Presidente, ao associarmos a aprovação desse projeto de lei a essa edição de recursos contingenciados, nós estamos reconhecendo o fracasso desta Legislatura.

Eu quero que o meu amigo, Henrique Eduardo Alves, que lutou pelo orçamento impositivo, reflita sobre isso. É na sua gestão que o seu maior compromisso, o compromisso das emendas individuais impositivas, está sendo tripudiado. Ao oferecer explicitamente 748 mil reais para que os Deputados deem o seu voto a favor dessa remissão – e com dois "s", que significa perdão, perdão oportuno ou oportunista –, nós estamos reconhecendo que o esforço para ter o orçamento impositivo foi um fracasso, porque estamos, neste final de ano, tornando mais explícito possível o escambo, o troca-troca e o "toma lá, dá cá" que a República vivenciou nos últimos anos.

Por essa razão, eu pedi desculpas ao meu Líder, meu querido amigo, Eduardo da Fonte, porque não vou esconder o meu voto. Eu não posso votar a favor do PLN 36.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino. V.Exa. dispõe de até 5 minutos para discutir a matéria.

Nós daremos a palavra depois a V.Exa., Deputado Marcus Pestana.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, volto a esta tribuna para dizer que hoje esta sessão está amorfa, está triste, porque nós não temos aqui o povo nas galerias.

Antes de entrar no tema, quero pedir a V.Exa. que, após a apuração dos votos dos vetos, coloque em votação o projeto de lei do Aerus. Fazendo coro ao Senador Paim e a outros Líderes aqui presentes, o Congresso Nacional votará tal projeto para fazer justiça, depois de mais de 40 anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é surpreendente o poder que a Presidente Dilma tem de criar dificuldades para a sua base de apoio, como se não bastasse o PL 36, em que ela está expondo muitas vezes pessoas que não compactuam com aquilo que ela quer fazer ou que faz – pessoas como o Senador Esperidião Amin, que veio agora à tribuna, mesmo sendo de um partido da base do Governo, para dizer "não" a este projeto de lei, que não é meritório.

Esse é um projeto de lei que não atende ao País; atende, sim, ao desgoverno deste ano de 2014, que foi feito por S. Exa., a Presidente da República.

Além disso, vem o decreto que condiciona – que condiciona! Vejam bem – a liberação de recursos do Orçamento para emendas parlamentares à aprovação de um PL que ainda está tramitando. Nunca vi isso antes – nunca vi isso antes!

Mas a capacidade de surpreender não termina aí. Ontem foi editada mais uma medida provisória, a 661. Essa medida provisória, de pronto, é inconstitucional, porque, no seu art. 2º, já trata de superávit financeiro das fontes dos recursos existentes no Tesouro Nacional sendo destinado à cobertura de despesas primárias obrigatórias.

Ora, Sr. Presidente, esse assunto tem que ser tratado por crédito orçamentário, através de projeto de lei. O efeito orçamentário não pode ser alcançado sem ser por crédito extraordinário. Essa medida provisória, além de afrontar a Constituição, afronta também a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela é formal e materialmente inconstitucional. Se não bastasse isso, está destinando mais 30 bilhões de reais para financiar o BNDES. Trinta bilhões de reais a mais, que serão somados aos mais de 400 bilhões, e já se está chegando a 500 bilhões de reais, com esse mecanismo que recebe letras do Tesouro Nacional, que paga SELIC e que é emprestado para grandes empresas com juros subsidiados.

Essa é a política de desenvolvimento empregada pelo Governo do PT e da Sra. Dilma Rousseff.

Concluo dizendo que nós não podemos permitir que isso aconteça. O novo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tratou, na sua primeira entrevista, de dizer que isso não iria mais acontecer. Começa mal a gestão do Ministro Joaquim Levy, porque S.Exa., a Presidente da República, já o desmente na sua primeira fala pública, numa entrevista de televisão. Ele está sendo desmentido porque disse que o Tesouro Nacional não financiaria mais bancos públicos.

Está aqui a prova de que S.Exa. não vai respeitá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana. Em seguida, darei a palavra ao Deputado Chico Alencar.

Deputado Marcus Pestana, tem a palavra V.Exa. para discutir a matéria por até 5 minutos.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, as instituições republicanas e democráticas estão sob risco. O Projeto de Lei nº 36, de 2014 desafia a credibilidade das instituições. A democracia vive disso, e há uma série de mistificações na discussão sobre a situação fiscal do País.

Primeiro, vários oradores da bancada do PT e da base aliada vêm com esse keynesianismo bastardo, achando que o Estado pode tudo, que o gasto é ilimitado, que isso não traz nenhuma consequência para a sociedade e para os cidadãos, e não é verdade. A saúde fiscal de um país é essencial, assim como o equilíbrio, a estabilidade fiscal, por diversos motivos: em primeiro lugar, porque é um indicador essencial para a credibilidade da política econômica e da própria economia. Os agentes que investem, que tomam decisões sobre investimento, ficam de olho nesse termômetro. A credibilidade de um país decorre em grande parte da sua consistência na política fiscal.

O Tratado de Maastricht sobre a União Europeia – lá não há essa inovação de superávit primário – fixa 3% de déficit nominal para todos os países da Comunidade Europeia, porque isso é um termômetro essencial na economia; isso tem peso no custo do carregamento da dívida.

Todo mundo fala sobre a dívida: dinheiro que podia ir para a saúde, segurança e educação, que vai para a remuneração da dívida. Os países europeus e os Estados Unidos têm um estoque de dívida muito maior percentualmente sobre seu PIB do que o Brasil. No entanto, a taxa de juros real do Brasil é a maior do mundo. Nós temos sessenta e poucos por cento do PIB de estoque de dívida, mas isso onera o País. O gasto excessivo traz inflação, que pune os mais pobres. Uma má política fiscal comprime o investimento e mais uma vez realimenta a roda da recessão.

O Governo alega que é a crise internacional. Não há nada que aponte e evidencie qualquer correlação com a crise internacional, que já vai passando. Cria esse impasse com o Congresso, expondo-o à desmoralização, ao alegar que supostamente há um aperto fiscal conjuntural.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, a receita, em termos reais, caiu ou cresceu? O relatório da Receita Federal mostra que, de janeiro a setembro, o crescimento da receita foi 6,9%, acima da inflação – não houve frustração.

Por outro lado, medidas contraditórias são tomadas. Vamos aprovar um PLN de crédito complementar no Ministério da Previdência, e foi editada essa medida provisória, que já é um absurdo: crédito suplementar para injeção de mais 30 bilhões no BNDES, desvinculação de receita de fundos vinculados.

Vou ser mais específico, para quem está nos ouvindo: o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, que está na conta de cada cliente da telefonia, é vinculado a gastos para universalização da telecomunicação. O Tesouro vai garfar mais 30 bilhões para uma política, como disseram o Deputado Pauderney e o novo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que vai se findar, que não haverá mais transferência para o BNDES, para subsidiar aventuras empresariais, como as do Sr. Eike Batista. É como se um grupo tomasse a decisão de superar o alcoolismo e, para comemorar o alcoolismo, tomasse um porre. É isso que essa medida provisória faz.

Para agravar ainda mais, o decreto de 28 de novembro faz a chantagem institucionalizada: *"Me deem o PLN 36 que eu libero as emendas."*. É um escárnio, uma desmoralização para a principal Instituição da democracia brasileira.

Nessa votação, vai estar presente aquela frase do estadista alemão: *"Se as pessoas soubessem como as leis e as salsichas são feitas, não dormiriam tão tranquilas."*

Vamos aprofundar a discussão e honrar a confiança da população, que renovou nossos mandatos. Nós vamos demonstrar hoje se o Congresso é uma instituição soberana e independente ou se é um simples anexo do Palácio do Planalto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

S.Exa. dispõe de até 5 minutos para discutir a matéria.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Renan Calheiros.

Sras. e Srs. Congressistas, servidores, aqueles que acompanham pela tela da televisão ou pelas ondas do rádio esta sessão, eu quero começar por aí. Uma sessão do Congresso Nacional, da Câmara ou de qualquer

Parlamento, onde o espaço das galerias, em geral, é maior que o espaço do plenário – e isso faz sentido –, e essa sua parte nobilíssima está vedada ao público, é uma sessão menor, é uma sessão apequenada.

É evidente que houve problemas concretos, ontem, de agitação de pequena parte da galeria – eu imaginava que eram até 50 pessoas e hoje fui informado de que eram apenas 26 –, mas isso teria que ter sido administrado, na nossa maneira de ver, de melhor forma, para não ficarmos nesta espécie de solidão aqui e na cobrança justa de que as galerias sejam abertas à população.

Vi inclusive o Senador Aécio Neves e outros se comprometerem a apelar à galeria ali mantida para que não impedisse o bom debate. Aqui é o espaço do conflito civilizado, da divergência radical de ideias, projetos e propostas, e é evidente que é preciso ter um ambiente de disputa, de diálogo, de conversa, de audiência para que isso aconteça. A galeria dá ânimo, seiva e vida. Nós entendemos que elas, repletas, como as audiências públicas, valorizam a nossa atividade.

Então, esta é uma sessão triste, penosa, ruim, fraca, fria, descaracterizada. Insistimos em que essa postura, de fechamento de galeria, seja revista. Queríamos, por exemplo, que os índios pudessem participar da Comissão Especial que tentaria aprovar, hoje – absurdamente, a nosso ver – a Proposta de Emenda à Constituição nº 215, eles que serão atingidos diretamente por essa emenda constitucional, caso ela de fato altere a Constituição brasileira e ofenda os direitos deles à vida, à terra, à própria cultura.

De toda forma, a posição que já foi abordada aqui pelo nosso Líder, Deputado Ivan Valente eu quero reiterar: as galerias abertas, democráticas, independentemente do que pensa cada um lá, permitindo, é claro, que as sessões aconteçam, é parte indispensável da própria sessão do Parlamento.

Não estou entrando ainda no mérito da votação principal desta sessão do Congresso Nacional, que não são os vetos. É claro que queremos aprovar também o alívio mínimo ao povo de aposentados do Instituto Aerus, que sofre, morre, está numa situação limite e que vê uma pequena luz num projeto que também está na pauta da Ordem do Dia desta sessão, mas o projeto central, evidentemente, trata daquela alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para zerar ou reduzir o chamado "superávit primário".

É um sem-número de questões – e eu já estou inscrito para discutir o mérito desta matéria – que precisamos colocar aqui. E a questão central é algo sempre ocultado pelas partes que estão aqui supostamente no embate: a dívida pública.

Criou-se um senso comum em torno destas palavras aparentemente bonitas: superávit primário. Como lembrou o Deputado Marcus Pestana, ele não existe na União Europeia, onde se assimila inclusive um déficit primário de até 3%. E ficamos aqui nessa briga pelo superávit, sem discutir a essência da questão, porque o tempo agora não me permitirá abordá-la.

De toda forma, outro elemento sem dúvida constrangedor desta sessão é a "jabuticaba legislativa", produto, parece-me, exclusivamente nacional. Sem querer ofender a maravilhosa jabuticaba que, além de ser uma frutinha muito gostosa, aparece emoldurando os troncos das árvores, uma beleza rara, esta jabuticaba é exatamente o que o Governo – o Poder Executivo – colocou no art. 4º do decreto que amplia o desembolso e o empenho em mais de 10 bilhões de reais, no âmbito dos Ministérios, das Secretarias do Executivo Nacional, o que incide sobre as emendas parlamentares.

Mas, quando o Governo coloca no art. 4º que a distribuição e a utilização desse valor ficam condicionadas – este é o texto – *"à publicação da lei resultante da aprovação do PLN nº 36, de 2014 – CN"*, que altera a LDO, nesse sentido mal debatido até agora, ocultado até agora na questão do superávit da dívida pública, do gasto social, isso é uma aberração! É claro que isso pode ser lido – e é lido – como chantagem.

Evidentemente, podemos assegurar que nem todo mundo tem que concordar com o ajuste que o Governo faz. Aliás, já se alongou o perfil da dívida dos Estados na semana retrasada, o que foi unânime, e ninguém reclamou do ajuste fiscal rigoroso. Ainda assim, esse artigo a que me referi é completamente inadequado e inoportuno. É um artigo de expectativa que eu nunca vi no nosso ordenamento jurídico. E, é claro, exerce uma pressão sobre Parlamentares que vivem esse padrão dominante da política brasileira, com currais eleitorais, que, aliás, manifestaram-se nas eleições de outubro, cevados, alimentados, hidratados com emendas parlamentares. Esta não é a grande política, esta não é a boa política.

Vamos discutir mais esta matéria e chegar às nossas conclusões.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que dispõe de até 5 minutos para discutir a matéria. Em seguida, falará o Deputado Felipe Maia; na sequência, os Deputados Vanderlei Macris e Domingos Sávio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, venho aqui pedir desculpas aos brasileiros que vieram ontem ao Congresso Nacional para assistir das galerias à votação dos

vetos do projeto do Aerus e do PLN 36. Peço desculpas, porque, pela primeira vez, Senador Renan Calheiros, a Casa do Povo impede que o povo seja aqui recebido.

Conversava há pouco, no plenário do Congresso, e me foi relembrado que, à época em que o Senador Aécio Neves era Presidente da Câmara, o PT foi ao Supremo conseguir uma liminar para que as pessoas pudessem adentrar às galerias do plenário. Não era necessário que fosse feito isso, porque o Senador Aécio Neves jamais deixaria de aceitar a presença dos brasileiros que quisessem assistir uma sessão da Câmara Federal ou, como foi no dia de ontem, do Congresso Nacional.

Lamentavelmente, é a imagem do Parlamento brasileiro que é levada à população da forma como foi divulgada hoje na mídia impressa e televisiva. Toda a mídia lamentou como as polícias do Senado e da Câmara Federal se portaram no dia de ontem. Inclusive, a *Folha de S. Paulo*, Senador Ronaldo Caiado, apresenta, na primeira página, a notícia de um segurança – não sei se do Senado ou da Câmara – dando uma gravata numa senhora de 79 anos.

Mesmo com essa idade, ela ainda tentou dar um chute em quem estava a sua frente, mas não conseguiu.

Hoje, V.Exa., Senador Renan Calheiros, traz para o Congresso Nacional a mesma pauta de ontem. O Brasil inteiro é contra a aprovação do PLN 36, que modifica a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada em 2013 para valer em 2014. Estaremos abrindo um precedente se aprovarmos o PLN 36. Espero que isso não venha a acontecer no dia de hoje, porque, como foi dito aqui por Parlamentares que me antecederam, os Governadores e os Prefeitos que também não cumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal irão judicializar os seus casos, para que tenham o mesmo tratamento que a base do Governo – porque a Oposição está em obstrução – está dando à Presidente Dilma. Pela irresponsabilidade deste Governo que está aí...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Concluo Presidente, já concluo. Não foi por falta de aviso...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Prorrogação para V.Exa. concluir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Agradeço a V.Exa., Senador Renan. Esse é o Senador Renan que eu conheço, por quem eu tenho estima e amizade e permite que a Oposição tenha voz no Congresso Nacional, mesmo sendo tratorada pela base da Presidente Dilma.

Agora, nós não aceitamos, em hipótese nenhuma, que a Presidente Dilma, por decreto – por decreto! –, venha fazer chantagem com o Congresso Nacional dizendo que só haverá liberação das emendas se houver a votação do PLN 36.

Então, aqueles...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Já concluo. Aqueles Deputados e Senadores que votarem pela aprovação do PLN 36 estão aceitando a moeda de troca que é oferecida pelo Executivo e estão desrespeitando todos os eleitores que, através dos seus votos, os trouxeram para o Congresso Nacional.

Espero, e tenho absoluta certeza, que haverá um meio regimental para não votar o PLN 36 na tarde de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Agradecemos ao Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao Deputado Felipe Maia.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, pedi a palavra para defender a derrubada do Veto nº 29, até porque sou autor do Projeto de Lei nº 111, de 2010, a respeito do qual vou falar. O veto da Presidente da República pode ser facilmente derrubado, em conformidade com art. 20, inciso VIII, da Constituição Federal.

Mas eu não poderia, nas minhas palavras inaugurais, não dizer da minha tristeza por ver o encerramento de uma legislatura, os últimos dias de trabalho na Casa do Povo, sem nenhum eleitor, sem o povo, sem os brasileiros, sem aqueles que vieram ontem a este plenário para manifestar, democraticamente e de forma voluntária, a sua opinião em relação a um projeto que está na pauta.

Não quero defender aqueles que agrediram Deputadas e Deputados, até porque não é do meu perfil defender agressores. O meu perfil, Sr. Presidente, é o de defender que esta é a Casa do Povo. Foi por isso que fiz uma questão de ordem pedindo a V.Exa. que liberasse as galerias. Acho até que V.Exa. deveria ter conversado com os Líderes e pedido a eles que assumissem a responsabilidade pelo comportamento daqueles que gostariam de subir à galeria, que escutassem as discussões, que ouvissem os que defendiam e os que criticavam os projetos que estão na pauta, mas que pudessem participar.

Mais triste, Sr. Presidente, do que estar neste plenário vazio é saber da barganha, da chantagem, da falta de respeito do Palácio do Planalto com o poder supremo do Congresso Nacional, é saber que a Presidente da

República emitiu um decreto sobre o empenho de 10 bilhões de reais, dos quais 444 milhões são destinados a emendas individuais de Parlamentares.

Aqui já foi dito que 770 mil reais terá cada Deputado que votar com o Governo. Para quê? Para anunciar a falência da política fiscal do Governo Federal!

Eu fico pensando naqueles que, de casa ou de outros locais, escutam-nos pelos veículos de comunicação da Câmara e do Senado, do Congresso Nacional. O que ficam pensando os pais e mães de família, os Prefeitos, os Presidentes de Câmara Municipal, que têm que equilibrar as finanças, que têm que permanecer dentro do seu orçamento para terminar o ano?

O Governo da Presidente da República, sabendo que tinha a obrigação de aprovar uma lei que fixou o superávit primário em 116 bilhões de reais, chega ao mês de setembro com um déficit de 15 bilhões. Consumiu os 116 bilhões do compromisso de superávit primário e já está com 15 bilhões de déficit. Este ano, não conseguindo maquiar as suas finanças, não conseguindo maquiar as suas contas, o que o Governo Federal quer fazer? Mudar a regra do jogo: *"Vamos reunir os nossos aliados e vamos mudar a regra do jogo"*. É o que o Governo Federal quer fazer através do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 36! Quer mudar a regra do jogo. Gasta mais do que arrecada e, no final do ano, diz: *"Base aliada, livre-me do crime de responsabilidade constante, presente no art. 85 da Constituição Federal"*. Isso é crime! O Senador José Agripino já disse: *"O crime foi cometido. A Presidente quer limpar a cena do crime"*.

Pois aqui estão os Deputados de boa-fé, os Deputados que respeitam o pagamento dos impostos, para dizer que se gastou mais do que se arrecadou. Se o Governo Federal sabia que a regra eram os 116 bilhões de reais, que mantivesse os seus gastos equilibrados.

A arrecadação tributária do Governo, Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores, cresceu 7% este ano, nominalmente. O ganho real foi de 1% do PIB. Quem diz isso não é o Deputado Felipe Maia, são os técnicos da Receita Federal. O Governo arrecadou mais do que no ano passado e, infelizmente, gastou. Gastou no ano eleitoral, no ano errado, no ano em que não deveria ter gasto. Deveria, sim, ter elevado as suas propostas e os seus feitos em 4 anos. Mas, não. Rendeu-se ao populismo, rendeu-se aos gastos excessivos.

Pois eu aqui estou, Sr. Presidente, para deixar registrado o meu protesto em relação ao Decreto nº 8.367, de 2014, que nada mais é do que uma barganha, do que uma tentativa de apequenar este Congresso. E estou aqui, exercendo o mandato que o povo do Rio Grande do Norte me deu, para dizer que não concordo, no que se refere ao decreto...

(Interrupção do som.)

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Eu vim aqui para defender a derrubada do veto aposto ao meu projeto. O art. 20 da Constituição Federal, em seus incisos VI, VII e VIII, respectivamente, diz que são bens da União: o mar territorial, os terrenos de marinha e os potenciais de energia hidráulica.

O projeto de lei que pede que a Barragem Boqueirão de Parelhas chame-se Barragem Dr. Ulisses Bezerra é uma homenagem a esse homem que foi tantas vezes Vereador da sua cidade, que foi Deputado Estadual, Deputado Federal e suplente de Senador. Portanto, nós gostaríamos de derrubar o veto a esse projeto. O que a Presidente da República diz é que, por lei federal, não se poderia mudar o nome de um bem estadual, mas existe o potencial hidrelétrico da Barragem do Boqueirão. E, pelo art. 20, inciso VIII, da Constituição, torna-se, sim, competência do Congresso Nacional mudar a nomenclatura.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) **–** Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB-RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, está hoje na pauta a Mensagem nº 318, de 2014, que se transformou no Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 31, de 2014, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de 248 milhões, 265 mil, 342 reais, para cumprimento de decisão judicial favorável aos aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social.

Para aqueles que nos ouvem entenderem o caso, esclareço que, em 19 de setembro, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região proferiu decisão favorável ao Sindicato Nacional dos Aeronautas e à Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil, determinando que a União e o Aerus ficariam obrigados a manter os pagamentos de complementação de aposentadorias, pensões e auxílios-doença para todos os seus participantes, na exata forma como ocorriam às vésperas da liquidação dos Planos VARIG e Transbrasil.

Mesmo tendo recorrido da decisão, a União terá de pagar, sob pena de recolher multa no valor de 100 mil reais por dia. Na decisão, o Desembargador Relator ressaltou que mais de mil participantes haviam falecido desde a liquidação do Plano Aerus, em 2006.

Merece registro o fato de a liquidação dos Planos VARIG e Transbrasil, nos idos de 1980, impuseram uma defasagem tarifária, ou seja, um congelamento de preços de passagens aéreas.

Em 2006, a União já tinha sido obrigada, em decisão liminar, a honrar os pagamentos do fundo de pensão, mas recorreu, e a decisão foi suspensa no Supremo Tribunal Federal. Quatro anos depois, o próprio Supremo determinou que o pagamento deveria ser iniciado imediatamente, caso houvesse uma decisão de mérito condenando o Governo Federal. Essa decisão de mérito ocorreu em 2012, mas a União novamente recorreu e conseguiu suspender a decisão.

O Aerus reúne cerca de 10 mil aposentados e, devido a um rombo financeiro, está sob intervenção desde 2006. O valor dos benefícios pagos mensalmente aos ex-funcionários é, em média, de apenas 8% do valor devido, conforme as contribuições feitas ao longo dos anos.

Finalmente, a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, proferida em 19 de setembro, veio a transformar em realidade o que, para muitos desses aposentados e pensionistas, já se tornara um pesadelo interminável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, eu sou um entusiasta defensor da aprovação do PLN 31, de 2014, que figura como terceiro item da pauta de deliberações da sessão do Congresso Nacional de hoje, logo após a votação dos vetos presidenciais e da LDO – haverá inversão de pauta. Os valores pretendidos por esses aposentados e pensionistas são de natureza eminentemente alimentar. Portanto, são essenciais à sobrevivência dessas famílias.

Por outro lado, a responsabilidade da União na liquidação do Aerus já restou reconhecida algumas vezes pelo Poder Judiciário, inclusive pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, pedimos a V.Exa. que dê prioridade e importância à votação desse PLN. Para isso conclamamos todos os companheiros. Há vários dias, pensionistas e aposentados do Aerus, da Transbrasil, estão acantonados no Congresso Nacional, esperando que tomemos essa decisão.

Hoje, com certeza, será feita justiça a esses brasileiros que foram vítimas de decisões do Executivo e do Congresso. Na época, foi com as melhores intenções, mas essas decisões vitimaram esses brasileiros, que, hoje, esperam que lhes façamos justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Antes de o Senador Paulo Paim falar, concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado, para uma questão de ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. tem recorrido sucessivas vezes ao art. 48 do Regimento Comum, explicando o seguinte: *"Presente à sessão, o Congressista somente poderá deixar de votar em assunto de interesse pessoal (...)".*

Sendo assim, Sr. Presidente, eu solicito a V.Exa. que devolva o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 36, de 2014, à Presidente da República. De acordo com o decreto presidencial, cada Parlamentar terá interesse e vai receber em contrapartida 748 mil reais. Como é que um Parlamentar vai votar um PLN que já está alicerçado por um decreto pelo qual ele vai ser beneficiado com 748 mil reais?

Sr. Presidente, o citado art. 48 consolida a minha questão de ordem porque diz claramente: *"O Congressista somente poderá deixar de votar em assunto de interesse pessoal."* Como está caracterizado o interesse pessoal, eu solicito a V.Exa. que devolva à Presidente da República o PLN 36.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, para contraditar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Srs. Congressistas, esse decreto é obrigatório porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 determina que o Governo Federal publique o valor que está liberando para custeio de 10 bilhões e 41 milhões de reais.

A LDO de 2014 também determina, Sr. Presidente, que um percentual seja destinado aos 594 Congressistas, independentemente de serem da base aliada ou não, por conta das emendas impositivas. Portanto, quando votamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, nós engessamos o Governo, exigindo que publicasse antes, via decreto, os empenhos para o custeio da estrutura do Estado Nacional, dos Governos Estaduais, nas contrapartidas do Governo Federal e dos Governos Municipais. E o Congresso Nacional, por unanimidade, também determinou que, havendo liberação do custeio do Governo Federal, obrigatoriamente, teria que haver a vinculação com as emendas impositivas.

Por que é condicionada essa votação? Porque, se nós não alterarmos a Lei de Diretrizes Orçamentárias no que diz respeito aos resultados primários, teremos que cumprir. Isso implicará a retenção de todos os convênios que estão sendo feitos, de todos os empenhos, para que tenhamos o montante ali previsto.

Essa alteração que estamos fazendo na Lei de Diretrizes Orçamentárias trata de dois itens, um deles é a retirada de todo o investimento que é feito pelo PAC. É bom lembrar que, na última reunião dos 20 maiores países do mundo em termos de economia, ficou acertado que em 2015 todos deverão despender um grande esforço para investir em suas infraestruturas. No nosso caso, com o nosso PAC.

O outro item é a desoneração da carga tributária. Aqui, Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção para o fato de que, quando nós aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, a realidade do Brasil era extremamente difícil, com endividamento público interno e externo muito alto. E a LRF exige que, para cada 1 real que se reduza na carga tributária, é obrigatório provisionar mais 1 real. Como reduzimos a dívida pública interna e externa, após um grande esforço de todo o Estado Nacional, pudemos fazer agora a desoneração, a redução da carga tributária, iniciando pela folha de custeio da Previdência Social.

Por isso, Sr. Presidente, sou contrário à questão de ordem formulada anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diante deste quadro, acho que fica evidente, porque o decreto... Senador José Pimentel, eu gostaria de contar com a atenção de V.Exa., para que não tergiversássemos sobre a questão de ordem que apresentei. O art. 48 do Regimento Comum diz que o Parlamentar está impedido de votar matéria de seu interesse pessoal.

Ora, Senador, o que o decreto da Presidente da República diz, no seu art. 4º: *"O PLN precisa ser aprovado para que eu possa repassar 444 milhões aos Parlamentares, Deputados e Senadores"*. Ora, se Deputados e Senadores vão votar favoravelmente ao PLN, vão votar em benefício próprio, por 748 mil reais em emendas. É lógico que o Parlamentar tem que se declarar impedido, se não estaremos vendo um processo de chantagem e de descumprimento do Regimento, do art. 48.

Cabe a mim, sem dúvida alguma, solicitar a V.Exa., Sr. Presidente, que decida sobre a questão de ordem que fiz, baseada no art. 48, que V.Exa. citou durante todo o tempo da discussão.

É fundamental que V.Exa. atente para um ponto, Sr. Presidente. O decreto da Presidente da República diz o seguinte: *"Se o PLN 36 for aprovado, eu vou dar aos Deputados e aos Senadores 748 mil reais"*. Então, fica caracterizado o interesse pessoal para a aprovação do PLN. Essa moeda de troca tem recibo. A Presidente a encaminhou com recibo, que é o decreto. É inédito isso!

O Senador Romero Jucá está até triste. Assistindo a esse quadro dantesco, que é exatamente o da assinatura pela Presidente de um decreto em que diz *"se vocês aprovarem a minha lei, eu repasso 748 mil reais a vocês"*, está difícil defender essa tese defendida aqui no plenário, hoje.

Eu acredito que vai prevalecer o bom senso e que o Presidente do Congresso Nacional vai devolver à Presidente Dilma Rousseff o PLN 36.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há individualização de Parlamentar. É uma decisão do Congresso Nacional sobre a LDO. A Presidente da República cometeria crime de responsabilidade se não cumprisse a LDO. E não há individualização. São os 594 Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Oportunamente, nós vamos responder à questão de ordem levantada pelo Deputado Ronaldo Caiado.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Eu gostaria de me inscrever para falar como Líder, Sr. Presidente, assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, que já está na tribuna.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se V.Exa. puder permitir a intervenção do Senador Paulo Paim, em seguida nós ouviremos a questão de ordem de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Há precedência, é claro.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Há precedência, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa., para uma questão de ordem.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é mais uma questão para ajudar.

Eu sempre imaginei que há coisas que parecem óbvias, mas, de repente, não são mais. Nós vamos fazer a discussão, encerrar a discussão, depois concluir a votação. Está certo, Sr. Presidente? E depois a apuração. É exatamente isso o que vai acontecer no plenário?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Exatamente.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Não, porque eu estou vendo a movimentação de alguns funcionários. Eles estão verificando votos e fazendo anotação sobre eles. Quero crer que é uma iniciativa individual, e não uma diretriz da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não, nós vamos designar – e é evidente que o processo é aberto, totalmente aberto – representantes dos partidos de sustentação do Governo nesta Casa e da Oposição para procederem à apuração dos votos.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – A apuração, no momento oportuno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

V.Exa. está inscrito para falar logo após o Senador Paulo Paim.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Eu me inscrevo como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. também está inscrita.

Eu quero comunicar à Casa que há um requerimento de encerramento da discussão. Nós poderemos combinar o seguinte procedimento: durante o encaminhamento do requerimento, falariam dois Deputados e dois Senadores.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Mas é fala de Líder, Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer que fiz questão de ler o requerimento que foi aprovado. Ele pedia o encerramento da discussão do item 1, do primeiro veto presidencial. O requerimento foi muito claro sobre isso. Portanto, Sr. Presidente, não há que se dizer que o requerimento aprovado encerrou a discussão do segundo veto. O requerimento é muito claro em relação a isso.

O segundo veto está em discussão. Entendo eu que nem deveria estar em votação porque, regimentalmente, primeiro se encerra a discussão e, imediatamente após, ocorre a votação.

O requerimento, portanto, referia-se ao primeiro veto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – E não se encerrou, lembro a todos. Tanto não se encerrou que nós estamos discutindo os vetos.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, logo após serem concluídas a discussão e a votação dos dois vetos presidenciais, por decisão – e eu já agradeço tanto a V.Exa. quanto a todos os Líderes, independentemente de serem da Situação ou da base do Governo –, nós vamos tratar do item 3 da pauta.

O item 3, Sr. Presidente, é uma luta que faz com que viajemos no tempo, que faz com que nos lembremos da VARIG, que faz com que nos lembremos da Transbrasil, que faz com que nos lembremos da VASP. Mais de mil trabalhadores aposentados e pensionistas já faleceram, em mais de 1 década. Ali, no Salão Verde, estão acampados aproximadamente 30 companheiros do Aerus, que travam esse bom combate no Supremo Tribunal Federal, aqui no Congresso Nacional e também, é claro, estão dialogando, discutindo, debatendo com o Poder Executivo. Para eles, Sr. Presidente, hoje é um dia que entra para a história. Os familiares daqueles mil trabalhadores que já faleceram poderão, é claro, receber o benefício a que eles teriam direito. Fica para a família.

Sr. Presidente, eu faço esta homenagem aos aposentados e pensionistas do Aerus lembrando que esses 248 milhões referem-se a apenas uma parcela. São três ações, e, com certeza, haverá essa construção coletiva no sentido de que eles recebam tudo a que têm direito.

Companheira Graziella Baggio, fizemos uma vigília aqui, há questão de 2 meses, por mais de 40 dias. Tive a alegria – eu digo "alegria" –, tive a felicidade de pousar aqui com eles noites e noites. Agora estão aqui há quase 20 dias. E tive alegria porque eu sabia que o Congresso Nacional não ia faltar a esses homens e a essas mulheres que levaram o Brasil pelos ares, por todo o mundo, via companhias aéreas.

Enfim, hoje faremos justiça. E uma justiça, como eu dizia aqui a alguns Senadores e Deputados, que não carrega o nome de ninguém, mas de todos os partidos do Congresso, de todos os Senadores, de todos os Deputados. Todas as vezes que nós os procuramos, na Câmara ou no Senado, eles não negaram a voz de apoio a essa causa, que também consideram justa. Em nenhum momento negaram isso.

Que bom, Sr. Presidente, vermos, neste dia, que esse pleito – que, eu diria, ao longo da estrada, com lágrimas e sangue foi construído – agora é realidade. Vota-se hoje. Há um entendimento. A Presidenta da República mandou o projeto, a Casa acata o projeto, e, assim, a justiça será feita.

Sr. Presidente, eu só espero que, depois da votação dos vetos, mediante o que foi acordado, essa matéria seja votada. A matéria não é polêmica. Essa matéria terá votação simbólica.

Que o debate maior que faremos depois, durante a apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 36, ocorra com a observância do direito das partes: o da Oposição, de marcar o seu ponto de vista, e o da base do Governo, de defender o projeto encaminhado pela Presidenta da República.

Esse bom debate faremos após essa votação. Sr. Presidente, faria um apelo, mas nem se trata de apelo. Sobre essa forma de colocar eu já conversei com a maioria dos Líderes, e nenhum criou obstáculo. Há um grande entendimento em torno de uma grande causa.

Sr. Presidente, peço mais 1 minuto para terminar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para concluir a sua intervenção, concedo-lhe 1 minuto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT-RS) – Sr. Presidente, quero aproveitar este momento em que volto à Câmara dos Deputados. Aqui eu estive durante quatro mandatos. Foram 16 anos de uma parceria com os Deputados em torno das grandes causas. Aqui na Câmara está a proposta do fim do fator previdenciário, com o substitutivo pronto do Deputado Pepe Vargas. Vamos construir um grande acordo e votar esse substitutivo.

Vamos votar também o projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência, cuja Relatora é a Deputada Mara Gabrilli, de São Paulo, que já fez o parecer final, com muita competência. O parecer está pronto para ser apreciado.

Meus parabéns, Srs. Deputados e Senadores. Que se faça um bom debate.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSD tem a mesma opinião do Senador Paulo Paim, está de acordo com que se reverta a pauta, para votarmos o PLN 31.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do Democratas, eu gostaria de retirar o requerimento do Deputado Mendonça Filho, de encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu defiro a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Comunico à Casa que outro requerimento foi apresentado à Mesa, do Senador José Pimentel:

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2014-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Requeremos, nos termos do § 1º do art. 39 do Regimento Comum, o encerramento da discussão do Veto nº 29, de 2014.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO
Nº 46, DE 2014-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeremos, nos termos do § 1º, do artigo 39, do Regimento Comum, o **encerramento da discussão do Veto nº 29, de 2014.**

Sala das Sessões, em de de 2014.

Senador **José Pimentel PT/CE**
Líder do Governo no Congresso Nacional

(À publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria propor, como encaminhamento, a concessão da palavra ao Deputado Vanderlei Macris e, em seguida, ao Deputado Izalci e ao Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra V.Exa., Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é triste, muito triste ver o que vimos há pouco. Eu pessoalmente pude presenciar as pessoas, lá fora, tentando entrar no Congresso Nacional para participar – como de resto, em todas as democracias do mundo, estão presentes para compreender a mecânica do Poder Legislativo – dos debates, para ouvir a Oposição, para ouvir o Governo, enfim, as teses apresentadas, para se convencerem de que foi ou não acertada a decisão do Congresso Nacional.

É muito triste, Sr. Presidente. Eu tenho 40 anos de vida pública. Já fui Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo e tive lá a oportunidade de enfrentar problemas sérios nas galerias, que muitas vezes tinham uma posição contrária àquela conduzida pelo Presidente. V.Exa. fez isso, aqui, em vários momentos da história deste Parlamento, do Congresso Nacional. Hoje marcamos um momento dramático na história deste Parlamento, quando simplesmente proibimos que as pessoas assistam às sessões do Congresso Nacional.

É lamentável, Sr. Presidente, que vivamos numa democracia pela metade, numa democracia em que prevalece o império de uma Presidente eleita, que simplesmente debocha do Congresso Nacional e desvirtua totalmente aquele preceito constitucional que garante a independência dos Poderes. Este Poder está de cócoras diante da Presidente Dilma Rousseff. Este Poder, neste momento, está se subjugando. E é por isso que nós estamos aqui protestando, em nome da bancada do PSDB.

E mais, Sr. Presidente: a falta de cumprimento do superávit primário é a grande questão que se coloca nesta votação do PLN 36. O crime de responsabilidade pelo descumprimento do superávit primário, que seria a poupança que o Brasil teria para cumprir suas obrigações, fica inserido na Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso mostra claramente, Sr. Presidente – e está cada vez mais evidente –, que se está tentando fazer o Congresso Nacional ser participante, ser cúmplice dessa irresponsabilidade praticada pela Presidente da República, que não levou a sério o Orçamento Federal, que não levou a sério lei aprovada por este Parlamento que garante o superávit fiscal e, portanto, o equilíbrio das contas públicas.

Nós tivemos um engodo na campanha eleitoral: as promessas que foram feitas – e, aqui, elas foram traduzidas pelo nosso Presidente Aécio Neves – já estão sendo totalmente descumpridas pela Presidente da República. Agora, temos a votação do PLN 36.

É mais ou menos a mesma coisa de eu ter sido condenado a 1 ano de prisão e, depois, descobrir que posso mudar a lei. E aí digo assim: *"Olha, Congresso, mude a lei aí, para que eu não pegue 1 ano de prisão. Eu quero transformar isso em serviços à comunidade"*.

É lamentável, Sr. Presidente, que se subjugue o Congresso Nacional, o Poder Legislativo brasileiro, e se diga: *"Seja cúmplice dessa minha irresponsabilidade"*. É isso o que está dizendo a Presidente Dilma ao Parlamentar brasileiro.

Nós acreditamos, Sr. Presidente, que a votação do PLN 36 haverá de ser uma solução, dada por este Parlamento, que mostrará o caminho legal, o caminho sério, o caminho decente para alguém que quer construir o mandato presidencial com dignidade.

O pior de tudo é que se diz para 200 Deputados que não foram reeleitos, através de um decreto estapafúrdio, o Decreto nº 8.367, o seguinte: *"Se vocês não votarem o PLN 36, que garante o equacionamento das finanças de minha parte, eu não vou pagar as emendas parlamentares. Só as pagarei depois que ele for aprovado"*. São setecentos mil reais para cada Deputado.

Ora, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, que situação estamos vivendo aqui no Parlamento? Estamos subjugados por uma Presidente da República autoritária, que diz ao Congresso Nacional: *"Eu quero aprovar essa lei porque quero me eximir do crime de responsabilidade"*. É isso o que está acontecendo.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu quero dizer que este é o momento...

(Interrupção do som.)

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo prorrogação de tempo ao Deputado Vanderlei Macris, para que possa concluir a sua intervenção.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Quero dizer a todos os brasileiros que acompanham esta sessão do Congresso, a votação de hoje, que nós saberemos quem são aqueles que estão cumpliciados com a postura autoritária de uma Presidente que quer se eximir da responsabilidade de gerenciamento do Orçamento Federal. O voto de cada um estará aberto, estará

ali no painel. E é bom que as pessoas acompanhem a votação e que vejam quem está pronto para atender à demanda da sociedade. Se, lá embaixo, a população, o cidadão paga pelo que faz, a Presidente da República também deve pagar por sua irresponsabilidade, por não conduzir de maneira adequada o Orçamento Federal.

Esta é a posição do PSDB.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Izalci para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para encaminhar contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós tínhamos combinado o procedimento de encaminharem dois Líderes a favor, que é a praxe do Congresso Nacional. Nós vamos incluir mais o Deputado Domingos Sávio, além dos dois. E aí alguém encaminhará em nome do grupo de sustentação do Governo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Eu o farei, Sr. Presidente. Pode inscrever o Deputado Sibá Machado.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP) – Eu não entendi a proposta, Presidente. Serão quatro?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em seguida, só para que nós tenhamos um encaminhamento claro, votaremos o requerimento de encerramento de discussão; encerramos a votação e apuramos os votos dos vetos.

Em seguida, passaremos, se for o caso, se a pauta não continuar trancada, à apreciação do primeiro item pós-veto, que é o Projeto da Aerus, para o qual há um acordo. Seria importante que esse acordo novamente se expressasse, e nós avançássemos nessa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Izalci, para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero dizer da importância de votarmos hoje os vetos presidenciais e da forma como estamos votando.

Na sessão anterior, quando votamos 38 itens de uma vez só, em bloco – em alguns deles, votaram assessores desta Casa –, cometeram-se muitas irregularidades. E há prova disso.

Quando não se debate os vetos, o que ocorre? Um dos vetos da Presidente Dilma Rousseff se refere a um projeto que trata da tributação sobre o vinho produzido pela agricultura familiar, porque queria cobrar IPI. Foi vetado. Esta Casa sequer discutiu o assunto, para derrubar esse veto. Foi uma coisa absurda!

Quero lembrar também que esta Casa retirou da LDO de 2010, que foi aprovada em 2009, a previsão para as obras das Refinarias Repar e Abreu e Lima, e o Presidente Lula vetou.

Ontem, na CPMI da PETROBRAS, o Sr. Paulo Roberto Costa disse que a Casa Civil, que tinha como Ministra à época a Presidente Dilma, solicitou a ele que encaminhasse um *e-mail* alertando sobre a questão dos vetos. E o que aconteceu? O Presidente Lula vetou, e esta Casa não teve coragem ou independência para derrubar o referido veto. E o que ocorreu? Bilhões e bilhões foram desviados da PETROBRAS. Por quê? Porque esta Casa não avaliou, não analisou, não votou aquele veto aposto à LDO de 2010.

O que nós estamos fazendo aqui é a mesma coisa: votamos 38 itens. Particularmente, votei os itens, mas assessores de alguns Parlamentares votaram em seu lugar. Os itens foram votados em bloco. Nesses 38 itens há mais de 200 vetos, e sequer tivemos aqui a oportunidade de tentar convencer os Parlamentares a corrigir algumas distorções. E não conseguimos derrubar nenhum veto, nem aqueles que foram votados de forma irregular.

Portanto, essa questão dos vetos é de fundamental importância. Que se cumpra o Regimento! O que diz o Regimento? Que, antes de votar cada veto, é preciso haver discussão e encaminhamento. Depois que se discute e se encaminha, vota-se o veto. Aqui, não: antes de discutir, antes de encaminhar, os assessores já votaram, o que é uma coisa absurda.

Qual é o objetivo desse atropelamento? Por que nós estamos votando esses vetos em bloco? Simplesmente para atender à vontade do Palácio do Planalto. Sei que nem todos aqui vão optar por receber as emendas, mas já foi dado a cada um dos Parlamentares um preço, o custo para a sociedade desta votação. E o preço de cada voto é 748 mil reais.

Quero advertir os Parlamentares de que esta votação será nominal. A sociedade saberá quem votou favorável e quem votou contra. E que não pensem que, pelo fato de não haver ninguém nas galerias, as pessoas não estão acompanhando. Estão, sim: pela *TV Câmara*, pela *TV Senado*.

Eu espero que cada um dos Parlamentares faça um exame de consciência. Nós temos que transformar, definitivamente, o Congresso Nacional em Poder independente. Ele não pode ser um anexo do Palácio do Planalto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, para encaminhar a votação do requerimento, por até 5 minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ao encaminhar a votação deste requerimento de encerramento da discussão, eu trago novamente, com todo o respeito a V.Exa., a minha preocupação, a minha insatisfação, a minha absoluta discordância com a forma com que se vem conduzindo a apreciação de uma matéria tão relevante, ou seja, a apreciação de vetos presidenciais.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, se não atentarmos para o que estamos fazendo, estaremos criando precedentes que de certa forma subvertem a ordem natural do processo legislativo, a ponto de destruir algo fundamental no processo legislativo. O Parlamento, como o próprio nome já diz, é o lugar de se falar, de se falar em nome do povo, de se defender as ideias em nome do povo. Tirar essa prerrogativa do Parlamentar é desrespeitar o Regimento, principalmente quando se estabelece uma votação em bloco, que se inicia antes do encerramento da discussão.

Sr. Presidente, naquela fatídica sessão destinada à apreciação de vetos, em que foram apreciados mais de 38 vetos, parece-me, ao iniciar a discussão, V.Exa. autorizou o início da votação. O primeiro orador mal havia acabado de falar, e V.Exa. usou o argumento de que já se havia encerrado a discussão do primeiro item da pauta. E é verdade. O primeiro item da pauta, que era um veto, teve a sua discussão encerrada em sessão anterior. Foi perfeitamente correto o que V.Exa. fez: colocou em votação aquele primeiro item, cuja discussão já se havia encerrado. Mas V.Exa. colocou em votação os 38 itens, autorizou o início da votação.

Quando o orador veio fazer uso da prerrogativa essencial do Parlamento que é argumentar, para tentar levar aos seus pares o sentimento de que se devia aprovar ou rejeitar o veto, os seus pares já haviam votado.

Um colega de partido de V.Exa., Sr. Presidente, hoje trouxe um depoimento, dado de maneira angustiada, revoltada mesmo. O Deputado Alceu Moreira, grande batalhador pelo Rio Grande do Sul e pelas cláusulas dos produtores e trabalhadores rurais, disse que um projeto de sua autoria que os tornava isentos do pagamento de impostos relativos a registro e emplacamento de máquinas agrícolas – é um custo a mais para o produtor rural – havia sido vetado e que ele já havia construído entendimento para derrotar o veto, mas que teria que usar a palavra para alertar os colegas, para dizer pelo menos o número do item – décimo oitavo, parece-me. Mas, não. Quando ele foi tentar usar a palavra, já havia sido encerrada a votação, porque tudo foi atropelado.

Hoje, eu volto aqui, seguindo essa mesma linha, para dizer que se está cometendo o mesmo erro mais uma vez. Ainda não votei, Sr. Presidente. Ainda não votei, e é um direito meu não votar.

Eu vejo que a Senadora Ana Amélia quer discutir o veto; eu vejo que o Deputado Duarte Nogueira quer discutir o veto; eu vejo que outros colegas estão inscritos – o Deputado Izalci encaminhou; eu estou inscrito para discutir o segundo veto, mas nós já estamos votando um requerimento de encerramento da discussão.

Ora, Sr. Presidente, V.Exa. disse que, ao encerrar a discussão, vai encerrar a votação. Todo mundo já votou? Nós estamos encerrando a discussão porque V.Exa., a exemplo do que fez naquele dia, está chegando à conclusão de que todo mundo já votou ou de que quem queria votar já votou.

Naquele dia, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros – e V.Exa. pode ver e ouvir os registros taquigráficos e o áudio da sessão –, V.Exa. disse o seguinte, exatamente o que eu vou lembrar agora: *"Neste momento, encerra-se a votação"*. Primeiro, V.Exa. encerrou a votação e, em seguida, falou: *"Encerra-se a discussão e encerra-se a sessão"*. Foi isso o que V.Exa. pronunciou, e está registrado. V.Exa. encerrou, primeiro, a votação – *"encerra-se a votação"* –, depois encerrou a discussão. Ora, isso é um absurdo, isso é um desrespeito ao Regimento da Casa, que garante o início da votação após encerrada a discussão. Só então a votação se inicia. V.Exa. encerrou a votação para depois encerrar a discussão. Isso foi o que V.Exa. disse naquele dia, e está nos Anais da Casa.

E hoje nós estamos correndo o risco de seguir o mesmo caminho. Eu vejo que V.Exa. já quer encerrar a votação e, por isso, faz um requerimento de encerramento da discussão.

Portanto, manifesto o nosso protesto, porque isso é antirregimental!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, para encaminhar. Em seguida, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, logo em seguida ao encerramento desta discussão e desta votação, teremos a votação do benefício para os trabalhadores do Fundo Aerus. É um público que vem, desde o final dos anos 1990, em um processo de sofrimento e de desgaste.

Aqui, toda a Casa, os Senadores do Rio Grande do Sul em particular, tem apresentado regularmente esta matéria. Eles têm estado presentes aqui no Congresso Nacional, acampados. E nós queremos encerrar esta discussão, encerrar a votação dos vetos e imediatamente entrar na votação do benefício do Aerus.

Por isso, o nosso voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria apenas lembrar às Sras. e aos Srs. Deputados e às Sras. e aos Srs. Senadores que não é a Mesa que vai encerrar a discussão. A discussão só será encerrada como produto da aprovação do requerimento. É uma decisão da Casa, na forma do Regimento, e não uma decisão do Presidente.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia. S.Exa. dispõe de 5 minutos para encaminhar a votação do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente Renan Calheiros. O Brasil inteiro está acompanhando esta sessão do Congresso Nacional, por sua relevância institucional.

Eu quero dizer que V.Exa., hoje, na apreciação e na crítica feita pelo Deputado Alceu Moreira a respeito da votação em bloco de vetos, que incluiu aí a continuidade da multa ou do emplacamento dos tratores e máquinas agrícolas, com muita propriedade e autoridade, lembrou que isso pode ser resolvido, alterado via projeto de resolução, conforme prevê o Regimento Interno do Congresso Nacional. E é o que estou aqui apresentando na apreciação deste requerimento do Senador Pimentel, para encerrar a discussão.

Por coerência, o meu projeto de resolução – em síntese, até porque tenho apenas 5 minutos –, num dos seus parágrafos, diz o seguinte:

> *"É vedada a deliberação de vetos em bloco, exceto quando aprovado requerimento nesse sentido pela unanimidade dos presentes à sessão, em voto nominal, estando presentes pelo menos a maioria absoluta da composição de cada uma das Casas do Congresso Nacional. Na hipótese de deliberação em bloco, será admitido destaque para votação em separado, apresentado por qualquer membro do Congresso Nacional e aprovado pela maioria simples de cada uma das Casas."*

Eu penso que essa é uma forma viável, é uma forma democrática de se evitar que a votação em bloco de vetos acabe comprometendo matérias relevantes, como foram os casos do emplacamento de tratores e da questão da criação de novos Municípios, matéria amplamente negociada. Esta, Presidente Renan Calheiros, é uma contribuição modesta que posso dar.

Quanto à votação do PLN 31, tive a alegria de ter sido a Relatora da proposta na Comissão Mista de Orçamento, por delegação do Presidente Devanir Ribeiro. Quero agradecer a contribuição do Deputado Izalci, do Distrito Federal, pelas Oposições, para a aprovação do PLN 31 por acordo de Liderança, porque se trata de uma questão social.

E quero reafirmar minha inteira oposição ao PLN 36, que é uma agressão ao Poder Legislativo, é uma agressão à individualidade, à independência dos Poderes e à independência parlamentar.

Eu queria fazer este registro e dizer que meu voto é contrário ao PLN 36, em homenagem aos eleitores e a todos os que me mandaram mensagens dizendo que eu não honraria o meu mandato se votasse a favor do PLN 36.

Quero pedir desculpas aos Prefeitos e às comunidades que seriam beneficiadas com emendas de minha autoria e serão prejudicadas por esse voto. Eles entenderão as razões institucionais e políticas do ponto de vista da democracia, porque esta Casa não pode se curvar a isso. Peço desculpas se as emendas não forem liberadas.

Meu voto será contrário porque o decreto condiciona a liberação das emendas ao apoio que eu der ao PLN.

Era dessa forma que eu queria dar satisfação aos meus eleitores, homenageando aqui uma eleitora, uma cidadã do Rio Grande do Sul, Giovana Sartori, que escreveu para mim, como tantos outros, cobrando que eu não votasse a favor disso, porque é uma violência. É uma satisfação que dou à sociedade gaúcha que me colocou no Senado Federal.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero um esclarecimento sobre o processo deste momento. V.Exa. coloca em votação o encerramento da discussão e, em seguida, começa o encaminhamento. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não. Em seguida, se for o caso da aprovação do requerimento – e o encerramento da discussão se dará não por decisão do Presidente, mas como consequência da aprovação do requerimento –, nós faremos imediatamente a apuração dos votos. Encerramos a votação...

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Sr. Presidente, o segundo veto deverá ter o mesmo processo, para que nós possamos fazer o encaminhamento antes do encerramento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós estamos discutindo.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Não é discutir, é encaminhar. Discutir é um momento, encaminhar é outro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós estamos realizando a apreciação dos vetos, estamos discutindo. Eu estou garantindo a discussão até o último momento, salvo se o Congresso aprovar o requerimento. Aí não há mais o que fazer.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Esse é o problema de se fazer a apreciação desses vetos em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG) – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Verificação.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Verificação na Câmara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Aprovado, na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós deferimos o pedido de verificação antes mesmo de realizarmos a votação do requerimento no Senado Federal, a exemplo do que fizemos na sessão da manhã.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A verificação é conjunta. O PT está pedindo.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – A orientação da bancada do Democratas é pela obstrução. A bancada do Democratas está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está iniciada a votação.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Está em obstrução o PSDB.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – O Democratas do Brasil está em obstrução.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito à bancada do Partido dos Trabalhadores que compareça e vote "sim".

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL) – Pelo PP e pelo PROS.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Givaldo Carimbão, Líder do PROS.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de convidar todos os companheiros do PP e do PROS para virem votar. A votação é nominal. O PP tem uma orientação muito clara: "sim" nesta votação.

Nós temos consciência da importância dos votos dos vetos para que nós possamos apreciar, aí sim, o PLN 36, Sr. Presidente.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Sem revisão do orador.) – O PSB está em obstrução, Sr. Presidente. O PSB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputada Jandira Feghali.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – O PCdoB...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputada Jandira.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Está em obstrução o PSDB.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – PPS em obstrução, Sr. Presidente.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – O PCdoB está com a sua bancada completa no Congresso e pede que todos estejam no Plenário imediatamente e votem "sim", porque nós queremos garantir a votação dos vetos e do PLN 36. "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Além de parabenizar a sua bela e responsável condução dos trabalhos aqui, porque nós temos o interesse de votar para o País esse projeto, que traz a responsabilidade fiscal – esse País está dando certo, gera emprego, desenvolve a sua economia, e é necessário que a gente possa votar esse projeto muito em breve aqui, ainda nessa sessão do Congresso –, eu queria, Sr. Presidente e Colegas Deputados e Senadores, nesta sessão do Congresso, dizer do esforço que estamos fazendo para que neste ano nós apreciemos aqui ainda, através de uma medida provisória, a inclusão de uma emenda. E a Senadora Gleisi Hoffmann já se comprometeu a incluir o tema dos tratores, dos emplacamentos dos tratores e equipamentos agrícolas.

O que acontece? É que uma emenda que foi apresentada de forma muito generalista não pôde ser apreciada favoravelmente, com a sanção presidencial. Houve o veto, e nós mantivemos o veto pela responsabilidade com o País.

Nesse sentido, a Presidenta Dilma encaminhou uma medida provisória para que nenhum trator, nenhum equipamento agrícola existente neste momento fizesse o seu emplacamento. E só os novos, adquiridos para o futuro, tivessem o seu emplacamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se V.Exa. me permite só uma rapidíssima interrupção, eu queria fazer um apelo aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que estão em outras dependências da Casa para que por favor venham ao Plenário.

O SR. BOHN GASS (PT-RS) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós estamos realizando uma verificação de votação na Câmara dos Deputados. Em seguida, nós vamos fazer a verificação no Senado Federal. Portanto, é importante a presença de todos.

Eu disse na sessão anterior e queria repetir aqui que, quando a maioria está presente, ela se expressa. O Regimento é um conjunto de normas feitas para que o Legislativo funcione, e ele sempre funciona com consequência da maioria, garantindo o direito da minoria, mas apenas funciona com a presença. Não há como o Congresso deliberar sem a presença da maioria.

Eu quero, portanto, advertir a todos que venham ao Plenário. Nós estamos fazendo uma verificação na Câmara dos Deputados. Em seguida, nós vamos fazer uma verificação no Senado Federal. Portanto, é importante a presença de todos.

O SR. ANTONIO BRITO (PTB-BA. Sem revisão do orador.) – O PTB encaminha "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder só para o Deputado Bohn Gass concluir.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) – A Presidenta Dilma encaminhou a Medida Provisória nº 646, garantindo exatamente isso: nenhum equipamento existente hoje precisa ser emplacado, somente os novos, vale a carteria B e, também, não haveria pagamento para renovação anual do emplacamento. Esta medida provisória caducou. A Oposição aqui não permitiu que nós a aprovássemos. Por isso, neste momento, estamos sem essa possibilidade concreta da defesa do produtor, dos agricultores.

É por isso que estou solicitando, e a Senadora Gleisi Hoffmann vai incluir isso na medida provisória. A partir daí, havendo essa inclusão, a matéria poderá tramitar com facilidade nas duas Casas, Sr. Presidente, para que aqui, na Câmara, na Comissão Mista, e no Senado a gente aprove e resolva essa questão ainda este ano. É possível! Basta nós votarmos aqui.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB-PB) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze. Em seguida, os Deputados Pauderney Avelino e Antonio Brito.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PMDB encaminha "sim".

Aproveito a oportunidade para fazer um apelo aos Deputados para que venham ao Plenário. Nós estamos fazendo uma verificação de aprovação do requerimento que encerra a discussão. Em seguida, aprovado o requerimento na Câmara, nós vamos apreciá-lo no Senado Federal. Aprovado no Senado Federal, se for o caso, nós vamos encerrar a votação, apurar a apreciação dos vetos e, em seguida, passar ao próximo item da pauta, que é o projeto da Aerus.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Luis Carlos Heinze, o Deputado Pauderney Avelino está pedindo a palavra para uma questão de ordem. Como sabe V.Exa., questão de ordem tem precedência.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

Segundo o art. 49, encerrada a discussão, como é o caso do requerimento que estamos votando agora, passar-se-á imediatamente à votação da matéria, podendo encaminhá-la quatro Senadores e quatro Deputados, de preferência de partidos diferentes, pelo prazo de 5 minutos cada um.

Portanto, Sr. Presidente, V.Exa. não pode encerrar a votação antes de haver o encaminhamento.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Deputado Bohn Gass, nós já estamos trabalhando em relação a essa emenda, e o Senador Eunício Oliveira concorda em colocá-la na MP 656, que seria votada hoje à tarde em reunião da Comissão Especial, que, em função desta sessão do Congresso, não está sendo realizada. Então, vamos ajustar a emenda.

Ontem conversamos com representantes do DENATRAN e do Ministério da Agricultura – só faltou falar com a Polícia Rodoviária Federal – sobre o ajuste dessa emenda. Aqui existe um ponto mais fácil de colocarmos, que seria votado hoje ou, o mais tardar, na próxima terça-feira. Assim, nós já podemos encaminhar a questão do emplacamento de tratores, resolvendo-a definitivamente. A questão é somente de acerto na redação.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, da mesma forma que a Senadora Ana Amélia, meu voto é frontalmente contrário ao PLN 36. Não podemos aceitar isso.

Eu tenho recebido muitas reclamações do meu Estado, Deputado Bolsonaro, assim como, seguramente, Parlamentares do Brasil inteiro, e pedidos para que votemos contrariamente ao PLN 36. Não podemos admitir isso, porque qualquer prefeito no Brasil tem que cumprir a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Câmara dos Deputados e qualquer Assembleia Legislativa têm que cumprir a lei.

A Presidente da República gastou demais. E gastou com o que, Deputado Bolsonaro? Gastou com a campanha política – gastou o que não podia gastar. Está dizendo o futuro Ministro da Fazenda que vai haver austeridade, mas não há austeridade neste momento. Austeridade haverá de 1º de janeiro para frente, para trás, não.

Por isso, o meu voto é contrário.

Deputado Domingos Sávio, ontem vimos um embate em relação às pessoas que estavam nas galerias. Vi também muitos colegas Parlamentares criticarem V.Exa., o Deputado Ronaldo Caiado e tantos outros. Essas mesmas pessoas promoveram o maior ato de vandalismo já visto na Câmara dos Deputados no dia em que Deputados Federais empurraram os seguranças que estavam na porta de entrada do plenário e colocaram índios aqui dentro.

Nunca antes na história deste País índios, ou quem quer que seja, haviam invadido o plenário da Câmara dos Deputados. Naquele dia, Deputados Federais, Deputado Jair Bolsonaro, assim agiram. Os seguranças da Casa nada puderam fazer, porque os Deputados ficaram na frente dos índios. Esse é um ponto importante.

Quero chamar a atenção para outro fato. Estamos envergonhados com o que está acontecendo no País e com as denúncias que envolvem a PETROBRAS. Vou citar alguns exemplos. O Deputado *Shokei* Arai, de Tóquio, enforcou-se. O que houve com ele? Roubou 250 mil dólares. A Ministra de *Economia* do Japão, Yuko Obuchi, por 16 milhões de *ienes, cerca de 600 mil reais, pediu demissão da Pasta. Um parlamentar chinês, por poucos hectares de terra, pediu demissão, Deputado Moreira Mendes.*

No Brasil, um gerente da PETROBRAS, em delação premiada, diz que vai devolver 98 milhões de dólares e parece que está tudo bem.

Chamo a atenção dos colegas Deputados e Senadores que aqui estão. É hora de colocarmos a mão na consciência e fazermos alguma coisa. Em qualquer país, gente séria faz o que se faz na China e no Japão. No Brasil parece que é normal.

O próprio diretor da PETROBRAS está dizendo que este assunto não diz respeito apenas à empresa: vão pegar as hidroelétricas, as rodovias, as ferrovias, os portos e os aeroportos. Pelo amor de Deus! Nós estamos aqui calados, aceitando pacificamente todo este estado de coisas!

É importante que a sociedade brasileira atente para essas questões, para que os envolvidos sejam punidos, quem quer que sejam: Deputados, Senadores, Ministros, empresários. Todos devem pagar pelos crimes que cometeram.

Estranho: muitas pessoas que no passado só falavam em moralidade hoje são as que mais acobertam as safadezas que acontecem no País.

E eu ouvi, Deputado Esperidião Amin, muitos dizerem que Paulo Maluf era o maior ladrão da paróquia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Laercio Oliveira.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao tempo em que cumprimento V.Exa., informo que o Solidariedade continua em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a bancada do PSD registra o voto "sim", ao tempo em que conclama todos os Deputados do PSDB a comparecerem ao plenário e votarem "sim" ao encerramento da discussão, para que possamos passar à apreciação da matéria mais importante de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós agradecemos a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu quero lembrar à Casa e ao Líder do Governo no Congresso Nacional que a Oposição está no seu legítimo e regimental direito ao discutir e levantar questões de ordem, e nós somos obrigados, é claro, a seguir o Regimento. Mas as Lideranças dos partidos de sustentação do Governo, ao fazerem a mesma coisa, estão apenas colaborando com a estratégia da Oposição.

Nós vamos ficar numa delonga, numa discussão interminável aqui. É importante que alguém da base de sustentação do Governo – como da Oposição, que está encaminhando muito bem, na forma do Regimento – defina também uma estratégia, senão a bancada do Governo vai ajudar a bancada da Oposição na obstrução, se é isso que estão querendo.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Sr. Presidente...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR orienta o voto "sim".

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Sem revisão do orador.) – A Minoria orienta obstrução, Sr. Presidente.

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB-BA) – Para encaminhar, pelo PRB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Mesa já tinha colocado "sim" no painel para o PP, mas nós ainda não orientamos. Agora, sim, oficialmente, pedimos aos colegas do PP que venham ao plenário votar, para que possamos encerrar esta discussão e votar. Esta Casa precisa votar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apelo aos Deputados do meu partido para que venham ao plenário. Solicito aos Deputados que se encontram nos gabinetes que venham ao plenário. Esta matéria é importante e precisa ser resolvida logo. Precisamos iniciar logo a votação.

Por isso, eu faço esse apelo a todos os Deputados. Se nós permanecermos no plenário o tempo todo, as votações serão bem mais rápidas. Seguindo aquela orientação, na hora de usar da palavra, devemos falar o mínimo possível ou, se for o caso, nem falar, para procedermos à votação.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu e a minha bancada temos nos mantido absolutamente quietas para dar celeridade aos trabalhos. No entanto, enquanto se processa a votação, eu gostaria que fosse garantida a palavra pelo menos aos Líderes porque, se falarmos agora, não dificultaremos o processo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não há como não garantir.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Eu já me inscrevi, há algum tempo, para falar durante os processos de votação, quando o tempo está correndo normalmente, e nós temos que aguardar não nos momentos de intermediação, o que dificultaria a celeridade dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra V.Exa. *(Pausa.)*

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Manoel Junior. Em seguida, terá a palavra a Deputada Jandira Feghali.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, neste momento, pedir aos companheiros e aos colegas Deputados do PMDB que se encontram nos gabinetes que venham ao plenário para votarmos "sim" e agilizarmos o processo de votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está claro o alerta que V.Exa. fez à bancada do Governo, que tem a responsabilidade de colocar o quórum. A bancada de oposição cumpre o seu papel e, desde o primeiro momento, tem exercido o democrático direito de obstruir o processo de votação.

Se porventura nós não alcançarmos o quórum para deliberarmos sobre o requerimento que está pedindo o encerramento da discussão, naturalmente, a sessão cairá. Eu quero que fique muito claro: a sessão cairá, e os dois vetos também cairão.

Assim, nós vamos ter que marcar uma nova sessão para apreciar os vetos. Essa responsabilidade é da bancada do Governo. V.Exa. preside a Casa.

Os Líderes do Governo aqui no plenário do Congresso é que têm a responsabilidade de colocar Deputados e Senadores para votar. Se os Deputados e Senadores não vierem votar e se a sessão cair; cai o requerimento, cai a sessão e os dois vetos vão remanescer como pendentes para a próxima sessão. Que fique clara essa posição.

Está claro, atropelou-se todo o processo, Senador Romero Jucá. Preste atenção, Senador Romero Jucá! V.Exa. é muito entendido e gosta de atropelar aqui o Regimento. É verdade! Não bote o dedo para cima de mim, não, porque eu também boto para cima do senhor.

Eu quero dizer o seguinte: o processo foi atropelado. A gente começou o processo de votação antes mesmo de encerrar as discussões e sem encaminhamento. Então, se a sessão cair, os dois vetos ficarão pendentes. Não mudem a regra do jogo! Essa é a responsabilidade do Governo. Se o Governo está sofrendo um boicote, porque os setecentos e poucos mil são insuficientes, não é problema da Oposição.

Vamos adiante. Vamos ver o que vai dar. Mas, pelo que está cheirando aqui no final do plenário, o sentimento é de mais uma vitória da Oposição hoje também.

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto "sim".

Chamamos todos os Deputados da nossa bancada ao plenário para votarmos.

O SR. PAULO WAGNER (PV-RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Paulo Wagner orienta pelo PV. O Partido Verde orienta obstrução em relação ao mérito.

O Líder Sarney Filho, o Presidente Penna e os demais integrantes do partido estão, neste momento, em uma reunião, fazendo uma análise do mérito, Sr. Presidente.

A nossa orientação é pela obstrução.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu Líder está encaminhando "sim", então, é sinal de que eu devo votar "não", caso contrário, eu estaria no petrolão.

O meu partido, o PP, está em todas as páginas policiais e políticas, Senador Eduardo Braga. Está em todas. É impressionante! E não há uma reunião do partido em que o Presidente diga que não é verdade. Nós sabemos, e eu sei também, que é verdade. Eu estou tranquilo quanto ao meu nome, porque se alguém pagou alguma coisa a mim não levou o produto, ou seja, o meu voto. Inclusive, a minha orientação, ao longo de anos que estou no PP é a seguinte: quando o PP encaminha "sim", eu voto "não"; quando encaminha "não", eu voto "sim".

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Obstrução, Sr. Presidente.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ) – Por que, Sr. Presidente? Porque é uma vergonha o que acontece, é o preço de apoiar sabujamente um Governo corrupto e imoral.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Eu fiz uma questão de ordem, então, peço a V.Exa. que me responda se estou correto ou não no meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou responder.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Se cair a sessão, caem os dois vetos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em primeiro lugar, mais uma vez, eu quero enfatizar minha posição como Presidente do Congresso Nacional. Nós não faremos aqui na Presidência do Congresso Nacional absolutamente nada que não seja no limite do Regimento. Eu disse na sessão anterior, e quero repetir: quando a Maioria está presente na Casa, ela se expressa. Pelo Regimento, a delonga é direito da Minoria. Mas a Maioria se expressa sempre, mas apenas se expressa quando está presente. Sem estar presente não tem como se expressar.

Em resposta à questão de ordem formulada pelo Deputado Mendonça Filho, o art. 35 do Regimento Comum diz exatamente o seguinte:

> *"Na Ordem do Dia, estando o projeto em fase de votação, e não havendo número para as deliberações, passar-se-á à matéria seguinte em discussão.*
> *§ 1º Esgotada a matéria em discussão, e persistindo a falta de quorum para as deliberações, a Presidência poderá suspender a sessão, por prazo não superior a 30 (trinta) minutos, ou conceder a palavra a Congressista que dela queira fazer uso, salvo o disposto no § 2º do art. 29."*

Ou seja, a sessão só cairá se houver menos de um sexto, o que permite, na forma do Regimento, a continuidade da discussão.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – Sr. Presidente...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a pauta está sobrestada com os vetos. O quórum para deliberação de vetos é de 257...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não conta...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – ..., maioria absoluta na Casa. Se não atingir o quórum, V.Exa. vai ter que encerrar a sessão. Está claro, Presidente.

O SR. IZALCI (PSDB-DF) – Tem que encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós voltamos à discussão na Câmara, como manda o Regimento.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sinceramente, eu fico indignado, porque não tem jeito de ganhar do Governo. Ele não coloca os Senadores e os Deputados aqui para ganhar no voto e quer ganhar de qualquer jeito, passando por cima do Regimento.

Não existe isso, Presidente. Temos que cumprir o Regimento. O Governo tem maioria, mas essa maioria não quer se expressar, não quer votar. E V.Exa. não pode fazer o papel da maioria. A maioria tem que votar. Se a maioria não votar, a sessão cai – sempre caiu, ao longo da história. Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Mendonça Filho, eu quero, mais uma vez, humildemente, demonstrar a minha isenção na condução das sessões do Congresso Nacional. Eu não vou – quem me conhece sabe – atropelar absolutamente nada. Quem tem que se expressar nesta Casa é a maioria. Só a maioria se expressa. Se não houver maioria, nós não vamos ter deliberação do Congresso Nacional.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, eu estou invocando não um dispositivo do Regimento Interno, mas da Constituição Federal. É o art. 47 da Constituição da República.

Não é possível que a base do Governo barganhe para um lado e para o outro. O Governo não tem a capacidade de se entender com a própria base, nem mesmo quando a Presidenta Dilma edita um decreto absurdo condicionando a liberação de recurso para a sua própria base à aprovação do PLN 36. Se a base não quer se vincular a essa chantagem da Presidenta da República, paciência, Sr. Presidente. Vamos ter que encerrar a sessão. Nós não podemos, na tarde de hoje, nem em dia nenhum, passar por cima da Constituição da República.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE) – Sr. Presidente, pela Liderança do PSC.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – A Constituição é clara.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Amauri Teixeira.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu peço a V.Exa. que leia o art. 47 da Constituição Federal, que é claro: o quórum para deliberação na Câmara e no Senado, para a derrubada de vetos, é maioria absoluta.

O Governo tem que colocar no plenário a maioria absoluta para deliberar. Se a Oposição está aqui dentro, exercendo o direito líquido e certo de obstruir e o Governo não quer colocar a sua base para votar, paciência.

(Interrupção do som.)

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO WAGNER (PV-RN) – Presidente Renan, só a título...

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE) – Sr. Presidente, a Liderança do PSC...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Queria enfatizar que já respondemos à questão de ordem que foi colocada pelo Deputado Mendonça Filho.

Com a palavra V.Exa., Deputado Amauri Teixeira.

O SR. PAULO WAGNER (PV-RN) – Sr. Presidente...

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, nós não podemos ter somente a voz de um Deputado neste plenário monopolizando a sessão. Então, as questões de ordem não são questões de ordem. A Líder Jandira Feghali está ali na tribuna esperando a sua vez para se pronunciar, mas me concedeu esta oportunidade. Quero fazer um apelo. V.Exa. tem toda a razão. A disposição da Oposição é interditar a sessão de todas as formas, como fez vergonhosamente ontem. E a nossa obrigação, a da base do Governo, que quer votar, é permanecer aqui. É uma vergonha a lentidão da votação.

Faço um apelo a todos os Parlamentares que querem votar no sentido de que venham ao plenário e se mantenham aqui.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE) – Sr. Presidente, pela Liderança do PSC.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Uma questão de ordem, art. 95.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Ah, não dá!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Silvio Costa, eu já darei a palavra a V.Exa. para uma questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Na verdade, é o seguinte: tudo tem um limite. O Deputado Mendonça Silva...

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Tudo tem limite, inclusive a minha presença aqui.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – ...está se especializando em arengar, em brigar. Ele sabe que o Regimento não estabelece o tempo de uma votação. Se V.Exa. quiser, pode levar esta votação até meia-noite. A Oposição não tem mais instrumentos para obstruí-la.

E V.Exa. realmente – a gente o tem que elogiar – é um monge, tem muita paciência. Na verdade, Sr. Presidente, não dá.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Mas eu estou perdendo a minha.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – V.Exa. deve inviabilizar, por antecipação, todas as questões de ordem da Oposição, por favor.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE) – Sr. Presidente, pela Liderança do PSC.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Outra coisa: em auxílio ao argumento do Deputado, nós estamos fazendo a verificação. Se a maioria estiver presente, ela vai se expressar. Nós estamos fazendo exatamente a verificação da votação.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE) – Sr. Presidente, pela Liderança do PSC.

O SR. PAULO WAGNER (PV-RN) – Presidente Renan...

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Sr. Presidente, por favor, eu estou na tribuna há horas. Não é possível! V.Exa. tem paciência, mas eu não tenho não.

O SR. PAULO WAGNER (PV-RN. Sem revisão do orador.) – Apesar de o Partido Verde orientar pela obstrução, a pedido do meu Líder, o Presidente da Câmara dos Deputados, o meu voto é "sim".

Apesar de o PV orientar pela obstrução, a pedido do Presidente Henrique, eu voto "sim".

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Sr. Presidente, orientação do PSOL.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Eu estou na tribuna, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – A pedido do Presidente Henrique, o PV vota "sim".

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – A orientação do PSOL, Sr. Presidente.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE) – A orientação do PSC, Sr. Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Vamos concluir as orientações, Sr. Presidente, do PSC e do PSOL.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE) – A orientação do PSC, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa., Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – O PSOL não quer obstruir, sobretudo o PLN 31, que anda meio esquecido aqui nesse embate onde o essencial, que é dívida pública e orçamento social do Brasil, não aparece.

O PLN 31 é uma conquista da luta sofrida, que já gerou até morte, dos funcionários aposentados e pensionistas do Aerus. E ele garante abertura no orçamento da Seguridade Social desses aportes urgentes, necessários, prementes.

Nós esperamos que não haja inversão da pauta. Ela prevê o PLN 31 para já! Daí o encerramento dessa discussão .Vamos avançar, portanto.

O nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE) – A orientação do PSC, Sr. Presidente. A orientação do PSC.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Asseguro a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, depois de uma longa espera, agradeço a volta do microfone para a Liderança do PCdoB. E é em nome dessa bancada que abro este pronunciamento sobre o mérito da matéria.

Reafirmando, antes disso, o nosso profundo respeito ao Parlamento brasileiro, a nossa não concordância com o desrespeito de qualquer forma ao direito inviolável do uso da tribuna e, particularmente, a nossa solidariedade às mulheres, em particular às detentoras de mandato popular, que têm voto e estão aqui para representar o povo brasileiro.

Com muita altivez e com muita dignidade foi que nós reagimos ontem, e continuaremos reagindo a qualquer tipo de desqualificação, desrespeito ou agressão a qualquer mulher Parlamentar de qualquer partido.

Nós, por termos na bancada mulheres que protagonizam o trabalho da bancada durante todo este mandato e em outros momentos, temos sido alvo de agressões permanentes. Reagimos e reagiremos sempre a essas ações, venham elas do Plenário, venham elas das galerias.

Acho terrível que, ontem, Parlamentares da Câmara e do Senado tenham trabalhado em defesa dos agressores que desrespeitaram este Parlamento. Descumpriram a ordem do Presidente do Congresso, que mandou evacuar, corretamente, as galerias pelo tumulto desrespeitoso a este Congresso.

Aliás, a bancada do PCdoB nunca legitimou ou sustentou posições de desrespeito a este Plenário ou a qualquer Deputado. O Deputado Aldo Rebelo, quando era Presidente da Câmara, mandou evacuar o plenário, em nome da legitimidade e da preservação do espaço inviolável da opinião e dos mandatos populares.

Portanto, não vamos individualizar, mas reafirmamos nossa posição diante das versões manipuladas que foram passadas. Reafirmamos o que escutamos aqui de agressão a Senadora, e esses "cidadãos" – entre aspas – serão identificados, como deve ser identificada também a atitude de Parlamentares que agirem como ontem agiram aqui.

Trarei agora, Sr. Presidente, uma opinião muito clara sobre a matéria em pauta. Não é verdade o que está dizendo a Oposição à sociedade brasileira, principalmente quando o candidato derrotado incita as pessoas e vem ao plenário passar desinformações. Aliás, para quem teve a votação que teve, o Senador se apequena com esse tipo de conduta no Congresso brasileiro. O Senador Aécio Neves deveria manter-se mais preservado, porque se apequena muito quando incita o preconceito e o ódio e entra em coisinhas pequenas no debate do Plenário.

Mas quero dizer que a redução do superávit é um debate há anos defendido pela Esquerda, inclusive a sua inexistência, há muito tempo.

É bom que se diga que o Brasil é um dos poucos países no mundo que faz superávit primário. As maiores economias mundiais não fazem superávit —China, Estados Unidos, países da Europa.

Nós precisamos ter clareza de que hoje a redução do superávit deve ser feita em nome da manutenção de programas sociais, da manutenção do PAC, da manutenção do Minha Casa, Minha Vida, da manutenção de empregos. E foi, inclusive, alterado porque foram desoneradas em 75 bilhões a folha de salários e a indústria brasileira. Se isso deu resultado ou não deu resultado ou se só aumentou a margem de lucro das empresas é outro debate. Mas o objetivo do Governo brasileiro foi o de estimular a indústria, impedir a redução do nível de emprego e da massa salarial e garantir o desenvolvimento da estrutura brasileira.

A redução, hoje, do superávit garantirá a manutenção dos investimentos, garantirá os programas sociais, garantirá a manutenção do PAC, garantirá ao Governo não paralisar suas atividades.

Então, não é verdade ou, melhor dizendo, é mentira que essa alteração que o Congresso irá votar agride a Lei de Responsabilidade Fiscal ou que, na linha do terrorismo que tem feito o candidato Aécio Neves, que ainda não saiu do palanque, levará ao desemprego.

Quero reafirmar aqui, pela bancada do PCdoB, que essa é a atitude correta de quem defende o Brasil, de quem tem compromisso com os trabalhadores brasileiros e com a sociedade brasileira. E alerto, ainda mais, particularmente os partidos de oposição, os Governadores de V.Exas. e os Prefeitos de V.Exas.: se essa alteração não for feita, também paralisarão seus trabalhos, folhas de salário, obras e repasses de recursos dos convênios.

Portanto, esta votação, acima de governo e oposição, é em defesa do Brasil, da continuidade e da viabilidade dos investimentos, do emprego e do salário para a União, para os Estados e para os Municípios.

Por isso, o PCdoB defende com convicção a aprovação do PLN 36.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra, pela ordem, ao Deputado Dr. Rosinha, ao Deputado Edinho Bez, ao Deputado Esperidião Amin, ao Deputado Ronaldo Caiado e ao Deputado André Moura.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE) – Um momento. Pela Liderança, Sr. Presidente, para encaminhar a votação pelo PSC.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado André Moura.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Sem revisão do orador.) – Pela Liderança do PSC, só para encaminhar o voto "sim", orientar toda a nossa bancada e solicitar à nossa bancada que compareça ao plenário para votar e registrar presença.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Agradecemos a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Edinho Bez. *(Pausa.)*

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC) – Sr. Presidente,...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA) – Sr. Presidente, para reclamar apenas.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC) – Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, falo nesta...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA) – Sr. Presidente,... Sr. Presidente,...

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC) – Estou com a palavra ou não, Sr. Presidente?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente,...

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falo, nesta oportunidade – estou no quinto mandato consecutivo nesta Casa e também sou membro da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios no Congresso Nacional –, porque pelo menos temos que divulgar, sobre a promulgação ontem, dia 2 de dezembro, da Emenda Constitucional nº 84, que garante o aumento de 1 ponto percentual dos repasses de impostos federais ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Aprovada por nós, Deputados Federais e Senadores, a PEC – Proposta de Emenda à Constituição elevou em 1 ponto percentual, até 2016, o repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

O Fundo é formado por recursos arrecadados com o Imposto de Renda e o IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados. Desse montante, atualmente, 23,5% são distribuídos entre as Prefeituras. Com a mudança, com a promulgação de ontem, a parcela subirá para 24%, em 2015, e para 24,5%, em 2016. Segundo cálculos, a expectativa é de que o realinhamento garanta um reforço de R$ 3,8 bilhões nos cofres das cidades nos próximos 2 anos.

A distribuição dos recursos aos Municípios é feita de acordo com o número de habitantes. Os dados são estimados pelo IBGE. Aliás, estamos trazendo o IBGE à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para que esclareça inúmeras dúvidas que temos neste Brasil afora, principalmente nos Municípios – nada melhor que o IBGE para tirar essas dúvidas.

Ontem mesmo, com o lançamento da cartilha na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e com o seminário sobre gastos públicos, foi lembrado que, por exemplo, a Prefeitura de Goiás, através da sua Prefeita, estava questionando os cálculos e dizendo que o IBGE deveria dar melhores informações e esclarecimentos nesse sentido.

Na última previsão, a Secretaria do Tesouro Nacional informou que serão distribuídos neste ano R$ 65,9 bilhões ao FPM. Até outubro, o Tesouro repassou 49,7 bilhões.

Durante a discussão da matéria – e foram inúmeras discussões –, o Planalto cedeu para evitar a aprovação do aumento de 2 pontos percentuais, como reivindicavam os Municípios, mas houve, acima de tudo, certa concordância.

A medida representa um alívio aos Municípios, que têm enfrentado situação cada vez mais difícil para honrar compromissos e responsabilidades.

O Município foi assumindo demandas e responsabilidades nos últimos anos, sem ter contrapartidas necessárias para honrá-las e cumpri-las. Sobretudo Municípios do Norte e Nordeste, que dependem exclusivamente do FPM, pelo menos a maioria, mal estão conseguindo honrar compromissos e pagar servidores, sem autonomia para atender a necessidades das cidades. Os Municípios têm dificuldades, e esta homologação, realmente, vai aliviá-los.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Nilson Leitão.

Deputado Ronaldo Caiado, estão inscritos o Deputado Esperidião Amin e V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu agradeço a V.Exa. por ter atendido ao nosso pedido.

Acredito que nesta tarde eu vejo o Governo ainda mais ansioso em aprovar o PLN 36, e é claro que os partidos de base aliada têm colaborado para isso e têm culpado a Oposição de estar tentando obstruir a sessão.

Eu quero aqui alertar algumas coisas: primeiro, de forma inusitada, a Deputada Jandira Feghali demitiu o novo Ministro da Fazenda, o Joaquim Levy, ao dizer que é contra o superávit. Quer dizer, ela acabou de demitir o novo Ministro. Se ela é contra, imaginem o que está pregando aí a nova equipe econômica do Governo Federal: está falando em arrocho, em alcançar o superávit, em acabar com o déficit, em diminuir o tamanho da máquina, fazendo tudo aquilo que o PSDB já ensinou várias vezes. Mas o PT insiste em fazer o contrário.

Gestão não é para qualquer um, não é apenas para propaganda.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Já deu o quórum, Presidente!

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – A gerentona Dilma vai mal em tudo. Vai mal quando diz que entende de ELETROBRAS. As contas de energia subiram. Fala que entende de PETROBRAS. Olhem aí a bagunça que está na PETROBRAS, corrupção, desvio de dinheiro, uma bagunça generalizada. Fala que entende de gestão. Quebrou o País.

Em junho deste ano de 2014, eu denunciei nesta tribuna e chamei a Presidente Dilma de caloteira, ao não repassar dinheiro para o Minha Casa, Minha Vida. Essas empresas cadastradas na Caixa Econômica estão há 7 meses ou 8 meses sem receber o repasse do Minha Casa, Minha Vida. É o que está ocorrendo. Isso é calote! E não é calote só aí. É em todos os setores.

Agora, o que a Presidente Dilma quer fazer? Usar o Congresso Nacional, fazendo troca de favor, chantageando esta Casa, querendo fazer com que os Parlamentares, para receber suas emendas, votem no PLN 36. Eu quero aqui dizer, Presidente Dilma, que a senhora está liberada para negociar com os Deputados da sua base. Quanto às emendas que cabem a mim, como Parlamentar, a senhora tem a obrigação de pagá-las. E pagá-las não para mim, mas para os Municípios que estão direcionados. Eu quero que as Prefeituras recebam o dinheiro da saúde, da educação, da segurança, do social, da infraestrutura.

Aliás, é bem cabível uma ação contra V.Exa. por mais um calote. Só na saúde, ano passado, V.Exa. deu um calote de 17 bilhões de reais. E vai continuar dando esse calote. O Governo não vai conseguir pagar nada. Agora, o que me impressiona é virem os Deputados aqui, do PT, ou da sua base aliada dizer que, se isso não for aprovado, os prefeitos não vão terminar as suas obras.

Ora, estão dando calote nos prefeitos durante todo esse tempo! Dão calote nas Prefeituras e nos Governos Estaduais. Não é isso que vai resolver o problema. Esse problema é outro. Se essa mania pega e transforma isso numa pessoa física, é a mesma coisa de alguém ter pisado na bola com o Imposto de Renda e, agora, pedir anistia porque confessou que errou.

A Presidente Dilma confessou que errou, e agora vamos acobertar o crime dela? Nós vamos simplesmente anistiá-la do crime de ter gastado mais do que recebeu, de ter feito uma gastança exacerbada devido à campanha eleitoral?

A Presidente Dilma não tem noção do mal que está fazendo ao País – aliás, eu até acho que ela tem essa noção –, mas tem a intenção de continuar fazendo o mal.

Agora, o que nos impressiona mais ainda é ver a base aliada do Governo, é ver tanta gente que nos seus Estados fazem discursos grandiosos, maravilhosos, para o seu povo, chegar aqui ao Congresso e querer acobertar um crime de lesa-pátria para a Presidente Dilma.

A Presidente Dilma vai pagar esse preço. Se perdermos aqui na votação, ela perderá na moral, na ética, com a sociedade brasileira. A sociedade já se levantou contra a Presidente Dilma e vai se levantar também contra aqueles que acobertam o crime feito por ela.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Presidente, queria consultar V.Exa. se podemos encerrar a votação, porque nós já temos o quórum.

Eu queria também agradecer muito a presença da nossa base, que está firme aqui trabalhando para aprovar esse projeto importantíssimo para o País.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC) – Sr. Presidente,...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Só uma questão de ordem antes...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC) – Sr. Presidente,...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Conforme foi pedido pelo Líder, uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra S.Exa. para uma questão de ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu darei a palavra em seguida ao Deputado Amin, porque a questão de ordem do Deputado Caiado evidentemente tem preferência regimental.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero saber, baseado no Regimento, onde nós podemos, sobre o mesmo tema, votar os vetos e o requerimento de encerramento da decisão.

Olhem: a mesma votação, o mesmo tema, a mesma matéria, Deputado Fontana. V.Exa. já tem alguns anos de Parlamento. Existe algum momento na vida em que nós votamos encerrar a discussão, e os Parlamentares estarem votando?

Sr. Presidente, isso não existe. Ou se sistematiza a maneira de se votar ou é impossível nós estarmos votando requerimento para encerrar a discussão, e a matéria já estar sendo votada. Presidente, desculpe-me a palavra: isso é uma esculhambação completa da Casa. Acabou-se totalmente com o Regimento. Eu estou discutindo uma matéria que está sendo votada. Que dia que V.Exa. já viu isso, Deputado Lincoln? Em qual sessão já existiu um fato como este?

Então, esta é a questão de ordem que eu faço, Sr. Presidente. Isso configura total desrespeito ao Regimento da Casa. Não tem como V.Exa., com a maior boa vontade, com a maior capacidade de interpretar o Regimento, achar uma solução para uma situação ambígua como esta: como conciliar derrubar a discussão com votação?

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – O que está acabando é o decoro. Viu, Presidente!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Eu fiz uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria responder precisamente a questão de ordem levantada, mais uma vez, se V.Exa. me permitir. Na sessão anterior, nós respondemos esta questão de ordem exatamente umas 15 vezes – 15 vezes. E na sessão de hoje, eu já estou respondendo esta questão de ordem talvez pela nona ou décima vez.

Nós recorremos à cédula para votação. Não há vedação para utilização da cédula. Nós seguimos exatamente o Regimento, citei os artigos. Queria repetir, Deputado Caiado, com todo o respeito a V.Exa., que eu não estaria aqui – acabei de dizer – para atropelar o Regimento. Quando a maioria está presente, ela se expressa; quando não está, faço como eu disse há pouco: *"Vou acabar a sessão. Se a maioria não estiver presente, vou acabar a sessão. Vou esperar meia hora, seja o que for".*

Fique V.Exa. absolutamente tranquilo que eu vou me guiar sempre literalmente pelos limites do Regimento do Congresso Nacional.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – O que V.Exa. está me dizendo, Sr. Presidente, é que a cédula, então, criou outra sistemática e outro Regimento. V.Exa. está interpretando algo que não existe, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não. Mais do que isso: lamentei que nós não tivéssemos votado a resolução para aclarar exatamente essas questões. O que aconteceu? Nós abrimos o voto da apreciação de vetos, foi um avanço institucional muito grande – abrimos o voto! Nós temos que adequar esse avanço a um Regimento já existente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Mas, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Uma apreciação de...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Se V.Exa. fizesse a discussão do veto no painel, conteria dois vetos, e essa matéria já estava encerrada. Agora, a situação da cédula não pode ser aceita por nós da Oposição, nós não podemos aceitar isso, Sr. Presidente, porque V.Exa. está fazendo aqui um Regimento próprio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Caiado, eu concordo com V.Exa. e acho que nós devemos fundamentalmente, Senador Aloysio, fazer um acordo para que tenhamos, para as próximas sessões do Congresso Nacional, um projeto de resolução, para que não tenhamos que interpretar os avanços à luz de um Regimento que não é contemporâneo com esses avanços. O que cabe ao Presidente do Congresso Nacional é encaminhar.

Nós fizemos exatamente o mesmo na sessão anterior: a Mesa não encerrou a discussão, quem causou o encerramento da discussão foi o requerimento. Nós esperamos até o último momento e garantimos a cada Deputado e a cada Senador que discutisse primeiro se ele quisesse votar. Se ele quisesse advertir, poderia pedir aos Senadores e aos Deputados que aguardassem a conclusão da votação. Nós estamos nos guiando estritamente pelo Regimento da Casa.

Com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT-PE) – Sr. Presidente, eu estou há alguns minutos pedindo a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC) – Eu estava na tribuna, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Esperidião Amin. Em seguida, passo para V.Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC) – Eu já estava com a palavra quando V.Exa. deu a palavra ao Líder Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – S.Exa. havia invocado a precedência da questão de ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC) – Eu quero fazer dois comentários.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) – Sobre a questão de ordem, quando o Deputado e agora Senador eleito Ronaldo Caiado, que foi um brilhante estudante de Medicina, transformou-se num médico de renome, não sabia o que já está acontecendo aqui, nós estamos sendo convidados para a missa de corpo presente e o falecido não morreu ainda. É uma evolução! É uma contemporização da missa. Nós estamos votando.

Agora o que eu quero comentar é outro assunto. Escutar aqui, como escutei da minha querida amiga Jandira Feghali, que o superávit é um mal para o trabalhador e para a economia, é o primeiro voto de descon-

fiança ao novo Governo da Presidente Dilma, porque ela nos deu a conhecer na semana passada, na sexta-feira, Deputado Sibá Machado, o seu futuro Ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Olhem que os levitas são de uma tribo muito especial de Israel, são os guardiães do templo. O futuro Ministro disse que no ano que vem é 1,2% do PIB de superávit, em 2016, 2%, e, em 2017, 2%, e agora eu ouço o povo do Governo dizer que superávit faz mal ao trabalhador?! Espera aí! Isso é um desrespeito primeiro à Presidente.

Eu quero aqui até aplaudir a escolha que ela fez. Ao escolher o Joaquim Levy, ela deu um sinal para a economia, ou, como diz o Ministro Gilberto Carvalho, o Joaquim Levy aderiu às teses novas do Governo. Nós vamos ver. Mas ele prometeu, Deputado Silvio Costa, 1,2% do PIB de superávit, em 2015; 2%, Deputado Sibá Machado, em 2016; 2%, em 2017. Se isso é fazer mal ao País, espera aí. Nem o Silvio Costa, que é o advogado das causas impossíveis, consegue explicar essa. Sim, quando se tem razão, qualquer advogado resolve; quando não se tem razão, só o Silvio Costa é a solução. Essa nem o Silvio Costa entende.

Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT-PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB-SP) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Sr. Presidente, só para dar a sugestão de talvez encerrarmos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Já darei a palavra a V.Exa. e ao Senador Humberto também.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já foi aqui levantado por vários Congressistas o fato inusitado, a quadratura do círculo que nós estamos vivendo: discutindo a matéria, ao mesmo tempo em que se processa a votação.

Só que é pior, Sr. Presidente. Está-se discutindo um requerimento de encerramento da discussão, enquanto a votação não foi concluída e, no entanto, a apuração já começou. Ali, Sr. Presidente, a apuração dos votos já começou.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB-SP) – Então, eu queria saber em que mundo nós estamos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A votação é aberta. Este é o avanço que nós temos que nos preparar com o projeto de resolução. Ela é aberta. Nós vamos apurar os votos aqui tão logo o requerimento seja aprovado também no Senado Federal, à vista de todos. Todos vão acompanhar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB-SP) – Está sendo apurado, Sr. Presidente. A apuração começou! Esse é o problema. A minha questão de ordem é que nem bem concluímos a votação...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não começou. Eles estão apenas controlando o número de votos, porque a votação é aberta. A votação é aberta, totalmente aberta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT-PE) – Sr. Presidente,...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Presidente, só quero pedir a V.Exa. para encerrar a votação na Câmara e passar para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu peço ao Líder Henrique Fontana que, por favor, peça a palavra à Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu pedido a V.Exa., na medida em que foi atingido o quórum, é que cesse a votação na Câmara e inicie a votação no Senado. Vários Senadores estão aqui à espera do início da votação para esta verificação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos fazer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB-SP) – É essencial que V.Exa. esclareça isso. V.Exa. disse que estão sendo contados apenas o número de votantes, mas eu tenho informação de que estão sendo apurados votos "sim", "não" e "abstenção". V.Exa. me assegura que não?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não. Sem nenhuma chance. Nós vamos apurar os votos aqui, e eu vou designar um representante de cada Liderança para fazê-lo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB-SP) – Eu agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós agradecemos também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está encerrada a votação do requerimento na Câmara dos Deputados. Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. *(Pausa.)*

54ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
Renan Calheiros - PMDB/AL

Sessão:
SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 03/12/2014
Abertura Painel: 03/12/2014 10:53

Presidiram a Sessão:
Renan Calheiros - 10:53
Romero Jucá - 16:25
Renan Calheiros - 18:15

Proposição:
VETO TOTAL - Nº 29/2014 - REQ. ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO

Inicio Votação: 03/12/2014 15:23
Fim Votação: 03/12/2014 16:19

Presidiram a Votação:
Renan Calheiros

Resultado da Votação

Sim	271
Não	5
Abstenção	5
Total da Votação	281
Total Quorum	281
Obstrução	47

Orientação
PT - Sim
PMDB - Sim
PpPros - Sim
PSD - Sim
PSDB - Obstrução
PrPtdobPrp - Sim
DEM - Obstrução
PSB - Obstrução
Solidaried - Obstrução
PDT - Sim
PTB - Sim
PCdoB - Sim
PSC - Sim
PRB - Sim
PV - Obstrução
PPS - Obstrução
PSOL - Sim
Minoria - Obstrução

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Berinho Bantim	Solidaried		Sim
Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp	Sim
Edio Lopes	PMDB		Sim
Jhonatan de Jesus	PRB		Sim
Luciano Castro	PR	PrPtdobPrp	Sim
Urzeni Rocha	PSD		Sim
Total Roraima : 6			
AMAPÁ			
Dalva Figueiredo	PT		Sim

	Partido	Bloco	Voto
AMAPÁ			
Evandro Milhomen	PCdoB		Sim
Vinicius Gurgel	PR	PrPtdobPrp	Sim
Total Amapá : 3			
PARÁ			
Beto Faro	PT		Sim
Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros	Sim
Giovanni Queiroz	PDT		Sim
José Priante	PMDB		Sim
Josué Bengtson	PTB		Sim
Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp	Sim
Luiz Otavio	PMDB		Sim
Miriquinho Batista	PT		Sim
Wandenkolk Gonçalves	PSDB		Obstrução
Zé Geraldo	PT		Sim
Total Pará : 10			
AMAZONAS			
Átila Lins	PSD		Sim
Francisco Praciano	PT		Sim
Sabino Castelo Branco	PTB		Sim
Silas Câmara	PSD		Sim
Total Amazonas : 4			
RONDONIA			
Amir Lando	PMDB		Sim
Carlos Magno	PP	PpPros	Sim
Marcos Rogério	PDT		Sim
Marinha Raupp	PMDB		Sim
Moreira Mendes	PSD		Sim
Nilton Capixaba	PTB		Sim
Padre Ton	PT		Sim
Total Rondonia : 7			
ACRE			
Antônia Lúcia	PSC		Abstenção
Flaviano Melo	PMDB		Sim
Perpétua Almeida	PCdoB		Sim
Sibá Machado	PT		Sim
Taumaturgo Lima	PT		Sim
Total Acre : 5			
TOCANTINS			
Eduardo Gomes	Solidaried		Obstrução
Júnior Coimbra	PMDB		Sim
Lázaro Botelho	PP	PpPros	Sim

	Partido	Bloco	Voto
TOCANTINS			
Osvaldo Reis	PMDB		Sim
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM		Obstrução
Total Tocantins : 5			
MARANHÃO			
Alberto Filho	PMDB		Sim
Cleber Verde	PRB		Sim
Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrp	Sim
Pedro Novais	PMDB		Sim
Professor Setimo	PMDB		Sim
Weverton Rocha	PDT		Sim
Total Maranhão : 6			
CEARÁ			
André Figueiredo	PDT		Sim
Antonio Balhmann	PROS	PpPros	Sim
Ariosto Holanda	PROS	PpPros	Sim
Arnon Bezerra	PTB		Sim
Chico Lopes	PCdoB		Sim
Danilo Forte	PMDB		Abstenção
Domingos Neto	PROS	PpPros	Sim
Edson Silva	PROS	PpPros	Sim
Eudes Xavier	PT		Sim
João Ananias	PCdoB		Sim
José Airton	PT		Sim
José Guimarães	PT		Sim
Manoel Salviano	PSD		Sim
Mário Feitoza	PMDB		Sim
Mauro Benevides	PMDB		Sim
Vicente Arruda	PROS	PpPros	Sim
Total Ceará : 16			
PIAUÍ			
Assis Carvalho	PT		Sim
Átila Lira	PSB		Obstrução
Hugo Napoleão	PSD		Sim
Iracema Portella	PP	PpPros	Sim
Jesus Rodrigues	PT		Sim
Júlio Cesar	PSD		Sim
Marcelo Castro	PMDB		Sim
Osmar Júnior	PCdoB		Sim
Total Piauí : 8			
RIO GRANDE DO NORTE			
Fábio Faria	PSD		Sim
Fátima Bezerra	PT		Sim

	Partido	Bloco	Voto
RIO GRANDE DO NORTE			
Henrique Eduardo Alves	PMDB		Sim
João Maia	PR	PrPtdobPrp	Sim
Paulo Wagner	PV		Sim
Sandra Rosado	PSB		Obstrução
Total Rio Grande do Norte : 6			
PARAÍBA			
Aguinaldo Ribeiro	PP	PpPros	Sim
Benjamin Maranhão	Solidaried		Sim
Hugo Motta	PMDB		Sim
Luiz Couto	PT		Sim
Manoel Junior	PMDB		Sim
Nilda Gondim	PMDB		Sim
Total Paraíba : 6			
PERNAMBUCO			
Anderson Ferreira	PR	PrPtdobPrp	Sim
André de Paula	PSD		Sim
Augusto Coutinho	Solidaried		Obstrução
Bruno Araújo	PSDB		Obstrução
Danilo Cabral	PSB		Obstrução
Fernando Ferro	PT		Sim
João Paulo Lima	PT		Sim
Jorge Côrte Real	PTB		Sim
José Augusto Maia	PROS	PpPros	Sim
José Chaves	PTB		Sim
Luciana Santos	PCdoB		Sim
Mendonça Filho	DEM		Obstrução
Pastor Eurico	PSB		Obstrução
Paulo Rubem Santiago	PDT		Sim
Pedro Eugênio	PT		Sim
Raul Henry	PMDB		Abstenção
Silvio Costa	PSC		Sim
Vilalba	PP	PpPros	Sim
Wolney Queiroz	PDT		Sim
Total Pernambuco : 19			
ALAGOAS			
Alexandre Toledo	PSB		Obstrução
Arthur Lira	PP	PpPros	Sim
Francisco Tenório	PMN		Sim
Givaldo Carimbão	PROS	PpPros	Sim
Maurício Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrp	Sim
Paulão	PT		Sim
Renan Filho	PMDB		Sim

	Partido	Bloco	Voto
Total Alagoas : 7			
SERGIPE			
Almeida Lima	PMDB		Sim
Andre Moura	PSC		Sim
Fabio Reis	PMDB		Sim
Laercio Oliveira	Solidaried		Obstrução
Márcio Macêdo	PT		Sim
Rogério Carvalho	PT		Sim
Total Sergipe : 6			
BAHIA			
Afonso Florence	PT		Sim
Alice Portugal	PCdoB		Sim
Amauri Teixeira	PT		Sim
Antonio Brito	PTB		Sim
Daniel Almeida	PCdoB		Sim
Emiliano José	PT		Sim
Erivelton Santana	PSC		Sim
Félix Mendonça Júnior	PDT		Sim
Geraldo Simões	PT		Sim
Jânio Natal	PRP	PrPtdobPrp	Sim
João Leão	PP	PpPros	Sim
José Carlos Araújo	PSD		Sim
José Nunes	PSD		Sim
José Rocha	PR	PrPtdobPrp	Sim
Lucio Vieira Lima	PMDB		Sim
Luiz Alberto	PT		Sim
Márcio Marinho	PRB		Sim
Marcos Medrado	Solidaried		Sim
Maurício Trindade	PROS	PpPros	Sim
Oziel Oliveira	PDT		Sim
Paulo Magalhães	PSD		Sim
Roberto Britto	PP	PpPros	Sim
Rui Costa	PT		Sim
Sérgio Brito	PSD		Sim
Valmir Assunção	PT		Sim
Waldenor Pereira	PT		Sim
Total Bahia : 26			
MINAS GERAIS			
Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp	Sim
Alexandre Silveira	PSD		Sim
Antônio Andrade	PMDB		Sim
Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrp	Sim
Dimas Fabiano	PP	PpPros	Sim

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
Eros Biondini	PTB		Não
Fábio Ramalho	PV		Sim
Gabriel Guimarães	PT		Sim
Jaime Martins	PSD		Sim
Jô Moraes	PCdoB		Sim
João Magalhães	PMDB		Sim
José Humberto	PSD		Sim
Júlio Delgado	PSB		Obstrução
Lael Varella	DEM		Obstrução
Leonardo Monteiro	PT		Sim
Leonardo Quintão	PMDB		Sim
Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrp	Sim
Luiz Fernando Faria	PP	PpPros	Sim
Marcos Montes	PSD		Sim
Marcus Pestana	PSDB		Obstrução
Margarida Salomão	PT		Sim
Miguel Corrêa	PT		Sim
Narcio Rodrigues	PSDB		Obstrução
Nilmário Miranda	PT		Sim
Odair Cunha	PT		Sim
Padre João	PT		Sim
Reginaldo Lopes	PT		Sim
Saraiva Felipe	PMDB		Sim
Subtenente Gonzaga	PDT		Sim
Toninho Pinheiro	PP	PpPros	Obstrução
Weliton Prado	PT		Sim
Total Minas Gerais : 31			
ESPÍRITO SANTO			
Camilo Cola	PMDB		Sim
Carlos Manato	Solidaried		Obstrução
Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros	Sim
Iriny Lopes	PT		Sim
Lauriete	PSC		Sim
Paulo Foletto	PSB		Obstrução
Rose de Freitas	PMDB		Sim
Total Espírito Santo : 7			
RIO DE JANEIRO			
Alessandro Molon	PT		Sim
Arolde de Oliveira	PSD		Obstrução
Chico Alencar	PSOL		Sim
Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrp	Sim
Dr. Carlos Alberto	PMN		Obstrução

	Partido	Bloco	Voto
RIO DE JANEIRO			
Dr. Paulo César	PR	PrPtdobPrp	Sim
Edson Ezequiel	PMDB		Sim
Edson Santos	PT		Sim
Eduardo Cunha	PMDB		Sim
Felipe Bornier	PSD		Sim
Filipe Pereira	PSC		Sim
Glauber Braga	PSB		Sim
Hugo Leal	PROS	PpPros	Sim
Jair Bolsonaro	PP	PpPros	Obstrução
Jandira Feghali	PCdoB		Sim
Jorge Bittar	PT		Sim
Julio Lopes	PP	PpPros	Obstrução
Leonardo Picciani	PMDB		Sim
Liliam Sá	PROS	PpPros	Sim
Luiz Sérgio	PT		Sim
Manuel Rosa Neca	PR	PrPtdobPrp	Sim
Marcelo Matos	PDT		Sim
Miro Teixeira	PROS	PpPros	Sim
Otavio Leite	PSDB		Obstrução
Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp	Sim
Pedro Paulo	PMDB		Sim
Romário	PSB		Obstrução
Sergio Zveiter	PSD		Sim
Simão Sessim	PP	PpPros	Sim
Walney Rocha	PTB		Sim
Washington Reis	PMDB		Sim
Zoinho	PR	PrPtdobPrp	Sim
Total Rio de Janeiro : 32			
SÃO PAULO			
Alexandre Leite	DEM		Obstrução
Aline Corrêa	PP	PpPros	Sim
Antonio Bulhões	PRB		Sim
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB		Obstrução
Arnaldo Faria de Sá	PTB		Não
Carlos Sampaio	PSDB		Obstrução
Devanir Ribeiro	PT		Sim
Edinho Araújo	PMDB		Sim
Emanuel Fernandes	PSDB		Obstrução
Francisco Chagas	PT		Sim
Guilherme Campos	PSD		Sim
Gustavo Petta	PCdoB		Sim
Helcio Silva	PT		Sim
Iara Bernardi	PT		Sim

	Partido	Bloco	Voto
SÃO PAULO			
Ivan Valente	PSOL		Sim
Janete Rocha Pietá	PT		Sim
José Mentor	PT		Sim
Keiko Ota	PSB		Obstrução
Luiz Fernando Machado	PSDB		Obstrução
Marcelo Aguiar	DEM		Obstrução
Missionário José Olimpio	PP	PpPros	Sim
Nelson Marquezelli	PTB		Abstenção
Newton Lima	PT		Sim
Otoniel Lima	PRB		Sim
Pastor Marco Feliciano	PSC		Obstrução
Paulo Freire	PR	PrPtdobPrp	Sim
Paulo Teixeira	PT		Sim
Renato Simões	PT		Sim
Ricardo Izar	PSD		Não
Roberto de Lucena	PV		Obstrução
Roberto Santiago	PSD		Sim
Tiririca	PR	PrPtdobPrp	Sim
Vanderlei Macris	PSDB		Obstrução
Vanderlei Siraque	PT		Sim
Vaz de Lima	PSDB		Obstrução
Vicente Candido	PT		Sim
Vicentinho	PT		Sim
William Dib	PSDB		Obstrução
Total São Paulo : 38			
MATO GROSSO			
Carlos Bezerra	PMDB		Sim
Eliene Lima	PSD		Sim
Júlio Campos	DEM		Obstrução
Roberto Dorner	PSD		Sim
Ságuas Moraes	PT		Sim
Valtenir Pereira	PROS	PpPros	Sim
Total Mato Grosso : 6			
DISTRITO FEDERAL			
Erika Kokay	PT		Sim
Izalci	PSDB		Obstrução
Jaqueline Roriz	PMN		Sim
Luiz Pitiman	PSDB		Obstrução
Policarpo	PT		Sim
Reguffe	PDT		Não
Ronaldo Fonseca	PROS	PpPros	Sim
Total Distrito Federal : 7			

	Partido	Bloco	Voto
GOIÁS			
Flávia Morais	PDT		Sim
Íris de Araújo	PMDB		Sim
João Campos	PSDB		Obstrução
Jovair Arantes	PTB		Sim
Leandro Vilela	PMDB		Sim
Pedro Chaves	PMDB		Sim
Roberto Balestra	PP	PpPros	Obstrução
Rubens Otoni	PT		Sim
Sandes Júnior	PP	PpPros	Sim
Thiago Peixoto	PSD		Sim
Total Goiás : 10			
MATO GROSSO DO SUL			
Akira Otsubo	PMDB		Sim
Biffi	PT		Sim
Fábio Trad	PMDB		Sim
Geraldo Resende	PMDB		Sim
Marçal Filho	PMDB		Não
Vander Loubet	PT		Sim
Total Mato Grosso do Sul : 6			
PARANÁ			
André Zacharow	PMDB		Sim
Assis do Couto	PT		Sim
Dilceu Sperafico	PP	PpPros	Sim
Dr. Rosinha	PT		Sim
Eduardo Sciarra	PSD		Sim
Giacobo	PR	PrPtdobPrp	Sim
Hermes Parcianello	PMDB		Sim
João Arruda	PMDB		Sim
Leopoldo Meyer	PSB		Obstrução
Luiz Nishimori	PR	PrPtdobPrp	Sim
Nelson Meurer	PP	PpPros	Sim
Nelson Padovani	PSC		Sim
Osmar Serraglio	PMDB		Sim
Ratinho Junior	PSC		Sim
Reinhold Stephanes	PSD		Sim
Takayama	PSC		Sim
Zeca Dirceu	PT		Sim
Total Paraná : 17			
SANTA CATARINA			
Celso Maldaner	PMDB		Sim
Décio Lima	PT		Sim
Edinho Bez	PMDB		Sim

	Partido	Bloco	Voto
SANTA CATARINA			
Esperidião Amin	PP	PpPros	Abstenção
Francisco de Assis	PT		Sim
João Rodrigues	PSD		Sim
Jorge Boeira	PP	PpPros	Sim
Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp	Sim
Luci Choinacki	PT		Sim
Mauro Mariani	PMDB		Sim
Onofre Santo Agostini	PSD		Sim
Paulo Bornhausen	PSB		Obstrução
Rogério Peninha Mendonça	PMDB		Sim
Ronaldo Benedet	PMDB		Sim
Total Santa Catarina : 14			
RIO GRANDE DO SUL			
Assis Melo	PCdoB		Sim
Beto Albuquerque	PSB		Obstrução
Bohn Gass	PT		Sim
Danrlei De Deus Hinterholz	PSD		Sim
Enio Bacci	PDT		Sim
Giovani Cherini	PDT		Sim
Henrique Fontana	PT		Sim
Jose Stédile	PSB		Obstrução
Luis Carlos Heinze	PP	PpPros	Obstrução
Luiz Carlos Busato	PTB		Sim
Manuela D`Ávila	PCdoB		Sim
Marcon	PT		Sim
Maria do Rosário	PT		Sim
Paulo Pimenta	PT		Sim
Pepe Vargas	PT		Sim
Renato Molling	PP	PpPros	Sim
Ronaldo Zulke	PT		Sim
Sérgio Moraes	PTB		Sim
Vieira da Cunha	PDT		Sim
Vilson Covatti	PP	PpPros	Sim
Total Rio Grande do Sul : 20			

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Resultado da votação: "sim", 271; "não", 5; abstenções, 5; total: 281.

Aprovado o requerimento na Câmara dos Deputados.

Passamos à votação no Senado Federal. Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB-SP) – Verificação, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Defiro a verificação na forma do Regimento.

A Presidência solicita a todas as Sras. e a todos os Srs. Senadores que tomem seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB-SP) – Sr. Presidente, o PSDB do Senado está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PSDB do Senado está em obstrução.

Eu aproveito para chamar os Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário. Nós estamos fazendo uma verificação no Senado Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL-AM) – Sr. Presidente,...

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues**.**

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL-AM. Sem revisão do orador.) – O PSOL vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu quero, mais uma vez, agradecer pelo enorme esforço da nossa base, que está presente neste plenário todo o dia de hoje e, de fato, está nos levando a uma votação importantíssima para preservar os empregos do nosso País.

A questão de alterar superávit não é uma novidade deste momento. Quando a situação econômica mundial exige que os Estados invistam mais, exige, Presidente, que a gente faça desonerações para proteger a indústria nacional, os governos alteram a LDO, alteram o superávit. O Governo de outrora, o Governo da Oposição de hoje, que parece transformar num crime de lesa-pátria uma correção da LDO para proteger a economia brasileira, Presidente, este Governo havia, então, lá em 2001, previsto um superávit de "x". O Governo percebia que a situação econômica exigia a redução desse superávit, mas o Governo, à época, do PSDB, do Democratas, alterou, numa votação idêntica a esta, no Congresso Nacional, a LDO da época e reduziu o superávit.

Sr. Presidente, farei meu segundo esclarecimento. Quero fazer uma crítica construtiva ao candidato que perdeu a eleição em 28 de outubro, Senador Aécio Neves. É uma crítica construtiva. Ele não pode subir na tribuna e dizer que todas as centenas de Deputados e as dezenas de Senadores, honrados, que têm opinião e que querem votar sim à alteração da LDO, estão aqui por conta de um descontingenciamento orçamentário, que, aliás, é obrigatório, Senador Eunício Oliveira, e previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Todo descontingenciamento, depois de votada a LDO, que transformou as emendas parlamentares em impositivas, exige um percentual para o pagamento de emendas, que inclusive são apresentadas e também pagas por Deputados e Senadores do PSDB, do Democratas, do PPS e de outros partidos.

Então, cria-se o factoide do suposto uso de um descontingenciamento para emendas e outras verbas e gastos do Governo Federal que são fruto do orçamento impositivo votado por este mesmo Plenário, quando votamos a LDO, no ano passado, e tenta-se dar a isso uma conotação absolutamente inaceitável.

Eu compreendo que aqui estão em disputa, Deputados da Oposição e Senadores, modelos diferentes de política econômica. Eu vou ler aqui cinco ou seis resultados da economia real do Brasil de hoje. Primeiro, menor nível de desemprego da história do Brasil: 4,7; segundo, redução da dívida brasileira de 60% do PIB para 36% do PIB, mostrando a responsabilidade fiscal do atual Governo; terceiro, elevação das reservas internacionais de 37 bilhões de dólares, que era o que tinha o Brasil quando encerrou o Governo de V.Exas., para 377 bilhões de dólares; e inflação dentro da meta nos 12 anos consecutivos do atual Governo.

Este é o modelo de política econômica que a nossa base está sustentando nesta tarde e a quem, mais uma vez, eu agradeço, porque nós temos, sim, metas fiscais, meta de emprego, meta de distribuição de renda, meta de controle da inflação. É esta política econômica que venceu as eleições, no último dia 28 de outubro, pela escolha de 54 milhões e 500 mil brasileiros, com toda legitimidade, de forma absolutamente democrática, e não como disse o candidato derrotado, numa fala infeliz, num programa de televisão, que teria perdido para uma quadrilha.

É isso, Sr. Presidente. Vamos votar...

(Interrupção do som.)

Durante o discurso do Sr. Henrique Fontana, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente.

O SR. NELSON PADOVANI (PSC-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Nelson Padovani votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Sem revisão do orador.) – O PT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim" e convida os Senadores para virem ao plenário.

(Não identificado) – O PT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, eu ouvi agora, com a atenção de sempre, o discurso do Líder Fontana.

Confesso a minha perplexidade, porque S.Exa. traça um quadro de tal forma idílico da situação atual do País, que eu não compreendo por que cargas d'água o Ministro da Fazenda Guido Mantega foi demitido preventivamente. Se a política econômica da Presidente Dilma é este sucesso apregoado pelo Líder Fontana, por que demitir de uma forma, digamos assim, constrangedora, o Ministro da Fazenda?

Na verdade, nós estamos numa situação muito difícil no nosso País. Apenas os discursos políticos do Líder não vão fazer com que um país estagnado passe a crescer; não vão fazer com que uma inflação alta, descontrolada, volte a se acomodar em níveis aceitáveis; não vão fazer com que um gesto como esse, da Presidente Dilma, que abole qualquer entrave, qualquer limite aos gastos, leve o Brasil, ao dar sinal de que é mau pagador, a conseguir atrair novos investimentos. Não vejo como, numa situação externa muito difícil, índices da balança comercial crescentes façam com que as nossas reservas voltem a crescer.

Na verdade, vivemos numa situação extremamente grave no nosso País. Esse projeto de lei altera de maneira dramática a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que abole por completo qualquer ideia de superávit – até uma terminologia foi mudada pelo Relator Jucá, pois não é mais superávit, mas resultado. Não vejo como essa situação possa ser justificável aos olhos dos interesses que o Partido dos Trabalhadores julga defender.

Na verdade, a política de gastos imoderados não é de esquerda nem de direita, é apenas uma política insensata, e os seus resultados são festejados, sim, pelo capital financeiro, que vai cobrar juros cada vez mais altos para continuar emprestando ao Governo. Vai ser lamentada, deplorada pelos investimentos produtivos, pelo capital produtivo, que vai ter mais dificuldades ainda para levantar financiamentos para poder expandir ou, pelo menos, manter a sua produção.

Para as multinacionais, talvez não haja tanto problema, mas para as empresas brasileiras de capital nacional, que já estão hoje vivendo numa situação de grande dificuldade, há, sim, com os juros mais altos, que serão inevitáveis, como efetivamente constituir um obstáculo intransponível e levar a desindustrialização brasileira a níveis ainda mais profundos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, a política de gasto ilimitado é destrutiva das forças produtivas do País, é uma política que castiga, sobretudo, os trabalhadores, é uma política que vulnera o nível de emprego, que já começa a ser ameaçado. S.Exa. o Líder Fontana não se refere ao fato noticiado amplamente pela imprensa de que os empregos de melhor qualidade, os empregos com carteira assinada, já começam a escassear, em proveito do chamado trabalho precário, do trabalho por conta própria.

Por isso, Sr. Presidente, a tentativa de cobrir essa política improvisada, essa tentativa de salvar a cara da Presidente da República na undécima hora, no final do ano, é uma política que somente trará prejuízos para o futuro, é uma política que em nada garante os novos investimentos, porque os novos investimentos, Líder Fontana, serão definidos no Orçamento de 2015. As diretrizes serão fixadas na LDO de 2015.

O que V.Exas. estão pedindo é uma medida que diz respeito apenas ao passado e tem como único resultado prático livrar a Presidente Dilma das consequências jurídicas das infrações que ela já cometeu à Lei Orçamentária.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR. Sem revisão do orador.) – O PRB encaminha o voto "sim".

Pela Liderança, concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM-RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho à tribuna declarar que o Democratas está em obstrução. Quero reiterar a posição do Democratas: em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra a Deputada Mara Gabrilli.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB-SP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma colocação. Eu queria dizer a V.Exa. que estou muito triste. Eu estou ofendida!

Hoje é 3 de dezembro, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Todos os Deputados fizemos um esforço para tornar este plenário acessível, o que no Senado ainda não foi feito, e a promessa do Presidente Renan é para daqui a 10 anos.

Temos aqui na porta do plenário da Câmara mais de mil pessoas com deficiência que vieram visitar a Casa. Elas querem vir aqui, querem ver o plenário, querem andar pela Casa, pelas galerias e pela tribuna, mas não podem entrar na Casa!

O que é isso? Como assim, as pessoas com deficiência não podem entrar nesta Casa? Não podem ocupar as galerias? Não podem assistir à sessão? Não podemos chegar à porta e selecionar: quem tem deficiência entra, quem não tem deficiência não entra.

É inadmissível que isso esteja acontecendo no dia 3 de dezembro, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Essas pessoas já são excluídas, já são esquecidas. Este Brasil tem uma dívida gigantesca com essas pessoas.

Eu gostaria que esta Casa tomasse a atitude de abrir as suas portas, que não continuássemos nenhum tipo de votação sem que as pessoas pudessem aqui entrar. Esta é a Casa do Povo. Isso não se faz! Eu quero essas pessoas aqui dentro, algumas com deficiências múltiplas, autistas, cegas.

Se elas não entrarem aqui, pergunto: que democracia é esta, Sr. Presidente? O que estamos fazendo aqui? Isso é uma vergonha! Ou se abrem as portas desta Casa para a população entrar, ou deveríamos interromper agora qualquer tipo de sessão que aqui aconteça. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR.) – Com a palavra o Líder Ivan Valente. A S.Exa. já tinha sido concedida a palavra.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava fazendo uma microcirurgia e não votei na votação anterior. Acompanho o partido.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Deputada Mara Gabrilli está esperando uma resposta.

Sr. Presidente, 4 mil deficientes estão do lado de fora querendo visitar o plenário da Casa. Não é possível continuarmos com essa insensibilidade. Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que responda à questão de ordem da Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR.) – A questão de ordem sobre o acesso ao plenário da Câmara já foi respondida pelo Presidente Renan Calheiros e será mantida a posição. Se houver necessidade de visita ao plenário do Senado, ele está acessível. Aqui na Câmara, será mantida a posição tomada pela Mesa.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Não há clima para continuar com esta sessão, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR.) – Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Isso aqui não é Congresso boliviariano!

O SR. ANSELMO DE JESUS (PT-RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o meu partido na votação anterior.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA.) – Sr. Presidente, após o tempo do Líder, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP.) – Sr. Presidente, eu estou inscrito na lista de oradores e peço a palavra a V.Exa.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Vamos respeitar o orador que está na tribuna, por favor.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou inscrito na lista de oradores. Peço que associe ao meu tempo de Líder esse outro tempo – os minutos da lista de oradores mais os 5 minutos de Líder –, porque tenho que falar sobre o PLN.

Certamente, sou favorável, Deputada Mara Gabrilli – e já declarei isso como Líder do PSOL hoje –, à total acessibilidade ao plenário não só dos deficientes, mas de todos os cidadãos brasileiros. É uma questão que será resolvida pela Presidência da Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, nós queremos neste momento deixar bem claro que temos de fazer nesta Casa uma discussão de verdade, séria, sobre a política econômica.

Nós estamos aqui, na verdade, discutindo se flexibilizamos a meta do superávit primário ou mantemos o arrocho e o pagamento da dívida pública brasileira.

Na verdade, os Líderes do PSDB e do DEM têm perfeita consciência de que já fizeram essa flexibilização da LDO lá atrás, em 2001. Isso está em todos os jornais de hoje, inclusive. Então, não há incoerência nisso. Esse não é o nosso problema. O nosso problema aqui é outro. O nosso problema, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, é saber para onde caminha o Governo da Presidente Dilma.

Eu quero deixar bem claro aqui que o Governo da Presidente Dilma caminha para o lado que o mercado quer determinar, e caminha para o lado que a Oposição quer determinar, que é o mesmo do mercado: da submissão ao capital financeiro nacional e internacional.

A nomeação do Sr. Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda é uma sinalização para o mercado financeiro de que nós vamos continuar tendo aqui, sem dúvida, um ajuste fiscal rigoroso. Ou seja, nós vamos ter um rígido controle fiscal, a chamada responsabilidade fiscal, o que significa reter mais recursos da União para pagar juros e amortizações da dívida.

Nós vamos falar que vamos combater a inflação – e todo mundo é a favor de combater a inflação –, mas como? Pela única via que eles acham possível, que é elevar a taxa de juros, com consequente restrição do investimento produtivo, do emprego e da maior competitividade da nossa economia. Como se faz isso? Não desenvolvendo mecanismos de competitividade, mas, na prática, com a redução do chamado Custo Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, nós do PSOL, obviamente, não somos favoráveis à linha da Presidente Dilma ou do PT. Nós somos contrários à linha de ajuste fiscal, que continua. E quero dizer que continua porque essa é uma flexibilização feita agora, mas Joaquim Levy já prometeu que vamos ter 1,2% do PIB de superávit primário no ano que vem, 2% em 2016 e 2% em 2017. Ou seja, a Presidente Dilma e o partido do candidato Aécio defendem o superávit primário, defendem juntar dinheiro para pagar juros da dívida pública. É isso. É economia não para a saúde, para a educação, para a segurança pública, para o transporte, para moradia, mas para pagar juros da dívida pública.

Esta é a diferença: nós queremos superávit zero. Nós não queremos superávit. Superávit primário é uma categoria econômica inventada pelo Fundo Monetário Internacional para os países dependentes. Lá na Europa é déficit primário, não é superávit primário. Superávit primário é para os países dependentes, pobres ou em desenvolvimento. E nós acatamos isso muitos anos atrás, há 20 anos, com Malan, com Palocci. É isso que nós temos que discutir aqui, Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

É óbvio, nós queremos discutir onde vai parar o dinheiro público; onde vai parar, rigorosamente, o dinheiro que se arrecada com os impostos.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Brasil já reservou nesse Orçamento 910 bilhões de reais para pagar juros e amortizações da dívida pública com a rolagem da dívida. Aí se mistura tudo, e vai mais para os juros, vai mais para a amortização.

O jornal *O Globo,* nesta semana, colocou que nós vamos pagar 23% só de juros e amortizações, o que, na minha opinião, não é correto, mas vejam a cifra que está colocada.

A segunda cifra, a sonegação de impostos, foi publicada pelo SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, que prevê 500 bilhões de sonegação fiscal. A dívida pública da União e dos setores empresariais é de 1,2 trilhão de reais. E sabem quanto nós estamos discutindo aqui? Nós estamos discutindo algo em torno de 6 bilhões, que era o decreto original. Agora, com o ajuste, que, depois, se transformou numa emenda, passou de 6 bilhões para 6,4 bilhões e, em seguida, para 6,9 bilhões; é isso que nós estamos discutindo aqui. Na verdade, nós estamos discutindo se tem superávit, se vamos agradar mais ou menos o mercado financeiro no nosso País; é isso o que está sendo discutido aqui, Sr. Presidente.

Em vez de dedicarmos grande parte do Orçamento – 10% do PIB – para a educação pública, para fortalecer o Sistema Único de Saúde, o transporte coletivo de massa, uma política massiva de habitação e infraestrutura para o País, estamos ganhando a confiança do mercado. É isso que se acabou de falar aqui na tribuna, agora há pouco, pelo lado da Oposição.

Sr. Presidente, para mim, quando se fala em ganhar credibilidade e confiança, eu quero saber – cara pálida! –, se é o povo que vai ter o salário arrochado, as aposentadorias arrochadas, com a linha do Sr. Joaquim Levy, ou é se é o mercado financeiro, que gosta de desestabilizar e especular com a Bolsa de Valores.

Então, Sr. Presidente, é claro que, se fôssemos discutir seriamente aqui o superávit, perguntaríamos assim: o que é exatamente o superávit primário? O que forma as receitas primárias? Tributos e receitas de privatizações. E as despesas primárias? Os gastos sociais. E é disso que se está falando. Nós vamos acabar cortando os gastos sociais.

Mas ninguém toca no outro lado, no dinheiro que vai pagar os juros da dívida pública. E sabem como ele é formado rigorosamente? Por receitas não primárias, pela emissão de novos títulos da dívida, pelo recebimento de juros e amortizações das dívidas dos Estados, dos Municípios e da União, pelos eventuais lucros do Banco Central e até pelos rendimentos da Conta Única do Tesouro, entre outras questões. Essa é a verdade.

Então, eu quero dizer aos partidos chamados da Oposição conservadora o seguinte: o PSOL votou contra, o tempo todo, as desonerações para todos os setores aqui na Casa, por coerência.

Por isso, agora, tem rombo de contas públicas, e não rendeu porque não houve reinvestimento para geração de emprego e distribuição de renda.

O PSOL votou contra os empréstimos do BNDES feitos para a Friboi e para tantos monopólios e grupos econômicos da seguinte forma: empréstimos pela TJLP e captação pela taxa SELIC. Essa é a questão! Ou seja, engorda a dívida pública brasileira!

Então, Sr. Presidente, quero finalizar fazendo uma proposta aqui para a Oposição...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Sr. Presidente, vamos encerrar a votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Vamos encerrar a votação, Sr. Presidente.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP Sem revisão do orador.) – Uma questão de ordem. Antes de encerrar a votação, quero fazer uma questão de ordem. Tem uma coisa grave acontecendo aqui. Eu quero fazer uma questão de ordem.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) – Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Há um orador na tribuna. Por favor!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) – Eu quero só fazer a seguinte proposta: o PSOL vai apresentar um projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado pedindo a supressão do art. 4º do Decreto nº 8.367, de 2014, que está sendo discutido, que é o que trata das emendas – ou seja, nós vamos abrir mão das emendas. Nós vamos abrir mão das emendas! Então, peço a todos os Líderes de oposição que estão aqui reclamando que assinem a urgência do projeto de decreto legislativo. Nós abrimos mão de 700 mil reais.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) – Que cada um assine agora, inclusive os partidos de situação que se sintam constrangidos a receber emendas. Vamos suprimir isso, porque nós também não concordamos e temos que falar de emenda para aprovar aqui na Casa...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente,...

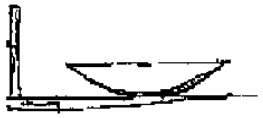
O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB-RR.) – Atingido o quórum, determino a abertura do painel.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

(Procede-se à apuração)



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 03/12/2014
Hora : 22:56
Número: 18

54 ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Sessão:
SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 03/12/2014
Abertura Painel: 03/12/2014 10:53

Proposição:
VETO TOTAL - Nº 29/2014 - REQ. ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO

Inicio Votação: 03/12/2014 16:19
Fim Votação: 03/12/2014 16:46

Resultado da Votação

Sim	40
Abstenção	1
Total da Votação	41
Art. 51	1
Total Quorum	42
Obstrução	0

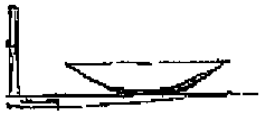
Presidente da Casa:
Renan Calheiros - PMDB/AL

Presidiram a Sessão:
Renan Calheiros - 10:53
Romero Jucá - 16:25
Renan Calheiros - 18:15

Presidiram a Votação:
Renan Calheiros
Romero Jucá

Orientação
PMDB - Sim
PT - Sim
PSDB - Obstrução
PDT - Sim
DEM - Obstrução
PRB - Sim
PSOL - Sim

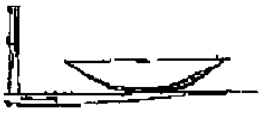
	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Angela Portela	PT		Sim
Romero Jucá	PMDB		Sim
Total Roraima : 2			
AMAPÁ			
Randolfe Rodrigues	PSOL		Sim
Total Amapá : 1			
AMAZONAS			
Alfredo Nascimento	PR		Sim



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 03/12/2014
Hora : 22:56
Número: 18

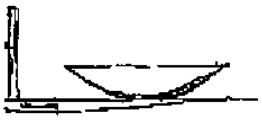
	Partido	Bloco	Voto
AMAZONAS			
Eduardo Braga	PMDB		Sim
Vanessa Grazziotin	PCdoB		Sim
Total Amazonas : 3			
RONDONIA			
Acir Gurgacz	PDT		Sim
Ivo Cassol	PP		Sim
Valdir Raupp	PMDB		Sim
Total Rondonia : 3			
ACRE			
Anibal Diniz	PT		Sim
Jorge Viana	PT		Sim
Total Acre : 2			
TOCANTINS			
Vicentinho Alves	Solidaried		Sim
Total Tocantins : 1			
MARANHÃO			
João Alberto Souza	PMDB		Sim
Lobão Filho	PMDB		Sim
Total Maranhão : 2			
CEARÁ			
Eunício Oliveira	PMDB		Sim
Inácio Arruda	PCdoB		Sim
José Pimentel	PT		Sim
Total Ceará : 3			
PIAUÍ			
Ciro Nogueira	PP		Sim
João Vicente Claudino	PTB		Sim
Wellington Dias	PT		Sim
Total Piauí : 3			
RIO GRANDE DO NORTE			
Ivonete Dantas	PMDB		Abstenção
Total Rio Grande do Norte : 1			
PARAÍBA			
Vital do Rêgo	PMDB		Sim
Total Paraíba : 1			
PERNAMBUCO			
Armando Monteiro	PTB		Sim
Humberto Costa	PT		Sim
Total Pernambuco : 2			



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 03/12/2014
Hora : 22:56
Número: 18

	Partido	Bloco	Voto
ALAGOAS			
Benedito de Lira	PP		Sim
Renan Calheiros	PMDB		Art.51
Total Alagoas : 2			
SERGIPE			
Antonio Carlos Valadares	PSB		Sim
Total Sergipe : 1			
BAHIA			
Lídice da Mata	PSB		Sim
Walter Pinheiro	PT		Sim
Total Bahia : 2			
ESPÍRITO SANTO			
Ana Rita	PT		Sim
Ricardo Ferraço	PMDB		Sim
Total Espírito Santo : 2			
RIO DE JANEIRO			
Lindbergh Farias	PT		Sim
Marcelo Crivella	PRB		Sim
Total Rio de Janeiro : 2			
SÃO PAULO			
Eduardo Suplicy	PT		Sim
Marta Suplicy	PT		Sim
Total São Paulo : 2			
MATO GROSSO			
Blairo Maggi	PR		Sim
Total Mato Grosso : 1			
MATO GROSSO DO SUL			
Delcídio do Amaral	PT		Sim
Waldemir Moka	PMDB		Sim
Total Mato Grosso do Sul : 2			
PARANÁ			
Gleisi Hoffmann	PT		Sim
Roberto Requião	PMDB		Sim
Total Paraná : 2			
SANTA CATARINA			
Casildo Maldaner	PMDB		Sim
Total Santa Catarina : 1			
RIO GRANDE DO SUL			
Paulo Paim	PT		Sim



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 03/12/2014
Hora : 22:56
Número: 18

Partido	Bloco	Voto

Total Rio Grande do Sul : 1

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB-RR) – Resultado: "sim", 40; abstenção, 1.

Encerradas a discussão e a votação.

Designo o Senador José Pimentel e o Deputado Felipe Maia para procederem à apuração dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB-RR) – Enquanto se procede a apuração dos votos, seguiremos a ordem de oradores.

Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, inscreva-me!

O SR. MAJOR FÁBIO (Bloco/PROS-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Major Fábio acompanhou o partido na votação anterior.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB-RR.) – Com a palavra o Sr. Deputado Afonso Florence para uma questão de ordem.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esperei pacientemente, até porque a questão de ordem, apesar de ter preferência, acertadamente V.Exa.... Todos que presidiram esta sessão – Presidente Renan Calheiros e, inicialmente, Deputado Arlindo Chinaglia – deram oportunidade a todos de falarem. Eu esperei para dizer, Sr. Presidente, que a minha questão de ordem engloba dois artigos: do Regimento da Câmara, o art. 160, § 1º, e do Regimento Comum, o art. 133, que diz respeito aos procedimentos posteriores à apuração.

Temos vários PLNs, com vários requerimentos de inversão de pauta. Estou solicitando que consideremos, para ser rápido, o art. 160, § 1º...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB-RR.) – Isso será considerado no devido momento, Deputado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) – Mas antes disso...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB-RR.) – Vamos proceder à apuração aqui, na vista de todos, em cima da bancada; logo após, trataremos das questões em seguida à apuração.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Portanto, eu convido, novamente, o Senador José Pimentel e o Deputado Felipe Maia para fazer a apuração.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – A apuração se dará, inicialmente, na Câmara dos Deputados. Eu gostaria de registrar que nós convidamos o Deputado Felipe Maia e o Senador José Pimentel para virem à Mesa Diretora para fazer a devida apuração.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP) – Sr. Presidente, o Deputado Emanuel...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Tem a palavra o Deputado Emanuel Fernandes.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP) – Sr. Presidente, eu e o Deputado Eleuses Paiva vimos, durante o processo de votação, em duas sessões, uma lista, uma planilha em que estava escrito com um X o que era "sim", o que era "não" e o que era obstrução. Em dois lugares. Apuração...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – A apuração e o anúncio se darão aqui na bancada. As cédulas já estão na Mesa.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Nós vamos proceder à apuração.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Vamos ter calma e apurar os votos democraticamente. Será concedida a palavra a todos, logo após a apuração. Vamos aguardar o resultado, como deve ser feito na democracia. Calma! Se alguém quiser usar a palavra enquanto se faz a apuração, a palavra será concedida pela...

Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP) – Eu gostaria de me inscrever, Sr. Presidente: Deputado Eleuses Paiva.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP.) – Sr. Presidente, V.Exa. não me deu a palavra. V.Exa. me cortou!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado, para uma questão de ordem. Logo após, Deputado Júlio Cesar, pela Liderança.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. me inscrevesse também.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP) – Eu tive 282 mil votos e espero que V.Exa. me respeite! Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – V.Exa. já foi respondido.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Não! Não! Eu disse a V.Exa. que eu e o Deputado Eleuses Paiva vimos, em pelo menos duas mesas, sete processos de apuração...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Relação de votação.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP) – Vimos que havia coluna "sim", coluna "não" e "obstrução", com um X.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP) – Nós temos o filme. Nós filmamos, Sr. Presidente.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP) – Pois bem, espere aí. Nós filmamos! Primeiro, ou o Senador, o Presidente...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Apure aí, Deputado Pimentel.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP) – ...mentiu ou ele está sendo enganado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Apure aí, Deputado Pimentel.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP) – Em todos os casos, essa votação tem que ser anulada porque ela foi violada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria /PMDB-RR) – Não houve apuração anterior.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP) – Como não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Houve o recolhimento dos votos. Os votos serão apurados aqui...

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP) – Não é verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – ...por uma comissão que foi constituída e serão anunciados. Não há nenhuma mácula sobre a votação. *(Pausa.)*

O voto será aqui apurado...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – ...pela comissão que foi designada.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Sr. Presidente...

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP) – Sr. Presidente...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, sobre o processo de votação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Sr. Presidente, Senador Romero Jucá...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, eu fiz...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Apure, Deputado Pimentel!

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, durante a votação eu fiz um requerimento e uma questão de ordem ao Presidente Renan Calheiros alertando que estava havendo um processo de pré-apuração e verificação. Para poder ajudar, Sr. Presidente...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Não é verdade, Sr. Presidente!

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Nós filmamos!

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Não é verdade!

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Nós filmamos!

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP) – Vamos anular, Sr. Presidente! Isso é fraude!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Tem um campo de futebol aí no...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Nós filmamos!

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP) – Está filmado, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Sr. Presidente...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Nós filmamos o funcionário recebendo o voto de um Senador, abrindo o voto, anotando numa lista...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – A votação é aberta. A votação não é secreta, não!

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – A votação é aberta depois do resultado. Não é uma pré-votação.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-CE) – Os votos estão sendo apurados normalmente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – A votação é aberta!

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP) – Isso é fraude, Sr. Presidente!

(Tumulto no plenário.)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Esse grito não vai levar a nada, Ronaldo! Comece a aprender educação!

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Essa pré-apuração, a forma como foi feita, distorce o resultado, Sr. Presidente. É uma evidente fraude!

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP) – Isso é fraude, Sr. Presidente!

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – A votação é aberta!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, o voto é cantado. O voto é um a um, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-CE) – O voto está sendo apurado, levantado pela comissão designada.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP) – Já foi apurado e nós temos prova, Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio ao Governo/PCdoB-AM) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO.) – O voto é um a um!

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Foi aberta, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-CE) – O voto é aberto, nominal, assinado e está sendo conferido aqui. Não há nenhuma irregularidade, está tudo transcorrendo normalmente. E eu peço calma para que a gente possa atingir o resultado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Presidente Jucá, V.Exa. pode me conceder a palavra?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-CE) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar um esclarecimento a V.Exa., que acaba de designar o Senador José Pimentel e o Deputado Felipe Maia para fiscalizar e proceder à apuração. Nós temos várias urnas com letras diferentes. Eu pergunto a V.Exa. se não seria possível, para agilizar o processo, formar mais de uma dupla para que cada urna fosse apurada...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Não, não, não!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-CE) – Senadora Vanessa Grazziotin, todos nós queremos conduzir com tranquilidade essa matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Sr. Presidente, deixe-me concluir. Eu gostaria de concluir, se V.Exa. me permitir e se os Deputados que estão me interrompendo também permitirem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP.) – Não, não!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Se for possível. Se não for possível, V.Exa. aponte no Regimento onde está o impeditivo, porque nós só poderemos continuar a sessão após a apuração e a divulgação do resultado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-CE) – E o anúncio do resultado. Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Então, o que eu solicito à Mesa? Que crie...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Minoria/DEM-GO) – Presidente, eu estava com a palavra. V.Exa. me cortou a palavra e a repassou para a Senadora.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Para contraditar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB-RR) – Cortou o microfone da Senadora Vanessa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Para contraditar.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – O voto é aberto e assinado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Para contraditar, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Minoria/DEM-GO) – Presidente, eu estava fazendo a colocação da questão de ordem a V.Exa.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Não é secreto o voto.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. me garantisse a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Presidente, eu gostaria de respeito dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB-RR) – Peço 1 minto só. Deixem a Senadora Vanessa concluir.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – O voto é aberto e assinado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Obrigada, Presidente. Obrigada, porque respeito é muito bom, e esta Casa sempre foi... A tradição da Casa é de que uns são muito respeitosos com o outro. Então, seria bom que nós procedêssemos e continuássemos assim.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Mas eu é que estava com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Sr. Presidente, estou falando com V.Exa. É a V.Exa. que estou me dirigindo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Está com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Muito obrigada.

Então, o que eu estou solicitando é que V.Exa. veja a possibilidade, dentro do Regimento, de abrirmos mais de uma turma, para que possamos agilizar o processo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco União e Força/PTB-SP) – Não pode, não! Não pode, não!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – É para que a gente possa agilizar o processo de apuração. E, obviamente, cada turma seria formada por um Parlamentar da Situação e por um Parlamentar da Oposição, não comprometendo...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco União e Força/PTB-SP) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Minoria/DEM-GO) – Sr. Presidente, eu estava com a palavra. Sr. Presidente, garanta-me a palavra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB-RR) – Eu vou garantir.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) **–** ...não comprometendo, assim, a apuração.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco União e Força/PTB-SP) – Sr. Presidente, para contraditar! Eu quero contraditar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Minoria/DEM-GO) – Sr. Presidente, garanta-me a palavra aqui!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – E faço isso, Sr. Presidente, porque, infelizmente, esta sessão já era para ter sido concluída ontem. E não foi concluída ontem pela impossibilidade...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – O voto é aberto e assinado!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – ...do cumprimento da determinação do Presidente. Parlamentares subiram às galerias e impediram que a ordem dada pelo Presidente do Congresso Nacional fosse cumprida.

Então, a minha preocupação é esta: ganharmos tempo, sem comprometer o processo democrático, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Para contraditar, Presidente, para contraditar!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Não é necessário contraditar...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – É direito meu.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Porque o Regimento define que é uma Comissão só.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Mas é um direito. É um direito meu.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Nós não vamos acatar a questão de ordem da Senadora Vanessa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – É direito meu contraditar. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Pela ordem, estava com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Depois, eu.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Logo após, V.Exa.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mande baixar o volume, pois minha voz já acabou hoje aqui, Presidente!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a questão de ordem precisa ficar bem clara. Eu tenho certeza de que V.Exa. não tem conhecimento do fato que vou narrar.

Quando escolhemos o voto aberto, nós votamos; mas lá não aparece como eu votei na hora em que estava votando. No final da votação, o Presidente abre, e aí nós temos os votos dos Deputados e dos Senadores. Chama-se a isso de voto aberto.

O que ocorreu aqui, Sr. Presidente, foi o seguinte: o Parlamentar votou, o assessor de V.Exa. foi lá e disse...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O meu, não!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Digo assessor do Congresso Nacional. Ele foi lá e colocou: *"o Senador 'José da Silva' votou 'sim'".* Ele colocou numa planilha. E, com essa planilha feita, o Presidente a recebe, e já sabe quantos votos já teve, se já se derrubou o veto ou não. Ora, isso não é voto aberto; isso é fraude! É fraude clara, Presidente! Como é que eu vou votar ali, eu, Ronaldo Caiado... Se eu votei "sim", "não" ou pela obstrução, isto só eu sei. V.Exa. só sabe como eu votei na hora que abrir todos os votos.

Presidente, previamente, a assessoria do Senado estava já nominando o Parlamentar com o seu voto. Previamente! Isso não existe, Sr. Presidente! Como é que esse resultado é confiável? Essa cédula, Presidente... Sinceramente, Presidente, isso aí é inexplicável!

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Eu pergunto a V.Exa: qual é a decisão de V.Exa. em relação ao relatório prévio feito pela assessoria do Senado?

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS) – Para contraditar, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Segundo, Sr. Presidente, para ser voto aberto, o voto é cantado, Deputado por Deputado e Senador por Senador. Do contrário, o resultado é voto secreto.

Deputado Pauderney, eu solicito a V.Exa., que está aí como delegado do partido, que não aceite que o voto não seja cantado. É voto aberto. O Deputado votou? É um a um. Como votou? Abstenção?! Votou a favor, ou não? Isso é que é voto aberto! Resultado de planilha é voto fechado!

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP) – Nós votamos em aberto. É público.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Ela é fechada para o povo e é aberta para o Presidente da Casa. Isso é inadmissível, Sr. Presidente!

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS) – Para contraditar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Deputado Ronaldo Caiado, quero registrar, primeiro, que qualquer partido pode fazer qualquer acompanhamento de voto. O voto que vale é o voto apurado aqui na Mesa, o voto que está sendo apurado por esta comissão. Se algum partido, se algum segmento acompanha o voto para fazer conta, é problema de cada partido. Isso não anula a votação, não dá transparência e não tem validade. Portanto, nós estamos aqui abrindo a votação aberta para cada partido, e a comissão está apurando – apenas uma comissão.

Portanto, a questão de ordem de V.Exa. está explicada e prejudicada.

Então, nós vamos continuar a apuração dos votos.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, V.Exa. entendeu que não tem correspondência...

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pepe Vargas.

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro, permita-me parabenizá-lo pela forma ponderada, cordata, como é da sua índole e da sua prática, de conduzir esta sessão.

Ao que nós estamos assistindo aqui é uma denúncia vazia: é como o jogador de futebol que chega dentro da grande área e se joga, para tentar induzir o juiz a marcar o pênalti. Se nós tivéssemos ainda, aqui, voto secreto...

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco Minoria/PSDB-SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente,...

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS) – ...seria uma grave denúncia, porque teriam...

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco Minoria/ PSDB-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS) – ...devassado o voto de um Parlamentar, mas o voto é aberto.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco Minoria/ PSDB-SP) – Pela ordem.

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS) – Então, o que foi denunciado aqui é que um servidor da Casa pegou o voto de um Deputado ou Senador e espiou como ele votou. Se fosse no painel, todo mundo iria ver; depois vai para o painel.

(Manifestações do plenário.)

Então, não há nenhuma fraude, não há nenhuma irregularidade. O Deputado Emanuel e o Deputado Caiado estão exaltados para denunciar algo que não é uma fraude.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Esta questão já está vencida, a Mesa já decidiu.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Pela ordem, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco Minoria/PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Fraude!

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco Minoria/PSDB-SP) – ...é óbvio, a votação do veto,...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, V.Exa. recebeu a planilha antes...

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco Minoria/PSDB-SP) – ...com a mudança constitucional, é aberta.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – V.Exa. vai receber.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco Minoria/PSDB-SP) – A votação...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Como é que eles estavam fazendo a planilha?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco Minoria/PSDB-SP) – Sr. Presidente, a votação do veto é uma votação aberta, óbvio, depois da mudança constitucional.

Agora, veja V.Exa. o que acontece quando se vota pelo painel eletrônico: os votos são proferidos pelos Senadores e Deputados, acionando o painel e, somente ao final, quando se encerra a votação, é que se abre o painel e se verifica.

Então, essa mesma sistemática deveria ser adotada na apuração dos votos em votação aberta que se faz sobre a cédula. No entanto, não foi o que ocorreu. O que ocorreu foi o seguinte: o Presidente da Casa teve acesso ao resultado da apuração à medida que ela se processava, enquanto os demais Parlamentares não tiveram. É preciso que seja obedecido o mesmo parâmetro que é seguido quando se dá a votação pelo painel, ou seja, a revelação do resultado apenas no final.

Portanto, eu divirjo de V.Exa., por considerar que essa apuração é absolutamente irregular, antirregimental e diria até inconstitucional.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Senador Aloysio Nunes, quero registrar que esta Presidência não recebeu qualquer resultado antecipado. Não recebi qualquer resultado antecipado. O resultado será dado agora, com a apuração. Essa questão é transparente, é tranquila, dentro do Regimento, e nós vamos proceder aqui à apuração.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI) – Sr. Presidente,...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, então não pode...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Pela Liderança do PSD, com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra antes do Deputado Júlio Cesar. Eu queria que V.Exa. me assegurasse...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Não. O Deputado Júlio Cesar tinha pedido a palavra muito antes de V.Exa. Logo após, eu darei a palavra, pela ordem, ao Deputado Arnaldo Faria de Sá e, depois, a V.Exa., pela Liderança.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – O.k.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente, Senador Romero Jucá!

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, estou nesta Casa há muito tempo...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente,...

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. me garantisse a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente,...

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI) – Sr. Presidente, eu estou na tribuna!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Vamos garantir a palavra ao Líder. S.Exa. está na tribuna...

A SRª MARA GABRILLI (PSDB-SP) – Sr. Presidente,...

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI) – Eu estou na tribuna, Sr. Presidente!

A SRª MARA GABRILLI (PSDB-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem a V.Exa. A votação de veto, de acordo com a Constituição, é aberta.

A partir do momento em que está sendo feita a apuração, mesmo com o voto identificado, deve ser dado conhecimento público. Ou seja, o Senador Romero Jucá votou "sim", "não", ou se houve "abstenção" ou "obstrução". Cada voto tem que ser anunciado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Isso é quando o voto é secreto, ele é apurado depois,...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Não é secreto não.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – ...é cantado o voto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – O voto não é secreto. O voto é aberto.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB-SP) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – O voto é aberto e está sendo checado pela comissão e identificado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Vai ter que ser anunciado o voto.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Essa questão de ordem já foi respondida.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB-SP) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Com a palavra...

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação. Por favor, Sr. Presidente.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI) – Sr. Presidente, Sr. Presidente,...

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP) – Sr. Presidente,...

A SRª MARA GABRILLI (PSDB-SP) – Sr. Presidente,...

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores,...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Presidente,...

A SRª MARA GABRILLI (PSDB-SP) – Sr. Presidente,...

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI) – ...há mais de 10 anos, eu acompanho, todo mês, a arrecadação do Governo, a classificação dos tributos e o compartilhamento, com os entes federados, dos tributos que são compartilhados, principalmente o IPI e o Imposto de Renda. E, por inúmeras vezes, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu tenho encontrado retenções indevidas por parte do Tesouro, que culpa a Receita por não classificar esses tributos.

Eu nunca usei a tribuna para fazer projeção do nosso trabalho, principalmente na Comissão de Finanças e Tributação, mas hoje eu cheguei ao limite, Srs. Deputados.

Fui à Receita e fui informado de que há entre 11 bilhões e 12 bilhões do REFIS da crise, que arrecadaram e depositaram em uma conta provisória. Ou seja, desse valor não retiraram o IPI nem o Imposto de Renda, assim como nada dividiram com os Estados e Municípios. E eu, insistentemente, venho pedindo à Receita que classifique e que pague os prefeitos e os governadores neste final de ano.

Na semana atrasada estive lá. Prometeram fazer o trabalho até o fim deste mês. Agora fui novamente à Receita com o Secretário de Fazenda do Estado do Pará, que é o coordenador do CONFAZ, e nos foi informado que dificilmente pagarão neste ano.

Ora, o que nós temos dá 1,7 bilhão, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, para os governadores, para os Estados e para os Municípios. Eles precisam desses recursos. O Dr. Okaso falou que tem dificuldade.

Uma vez eu pedi auxílio do Tribunal de Contas da União. O Tribunal determinou, e eles fizeram a classificação de vários anos numa semana só. E o que está sendo arrecadado é de agosto até 30 de novembro. Fiz as contas. Vai dar, mais ou menos, 900 milhões para os Municípios e oitocentos e poucos milhões para os Estados brasileiros. E eles estão numa dificuldade muito grande para fecharem suas contas, principalmente os Municípios, porque a União vive transferindo, sistematicamente, obrigações que são suas para os Municípios e não transfere o recurso necessário para cumprirem aquela obrigação transferida para os prefeitos e para os governadores.

Então, eu quero levar ao conhecimento do povo brasileiro, através desta Casa, desta tribuna, e fazer um apelo ao Ministro da Fazenda, um apelo ao Secretário da Receita, um apelo ao Secretário do Tesouro: classifiquem, porque as desculpas que apresentaram hoje são protelatórias! Eu não aceitei nenhuma delas, porque conheço o sistema. Se eles quiserem pagar até amanhã, eles pagarão. Não existe dificuldade. Se houver dificuldade, é de caixa.

Hoje ouvi o futuro Ministro da Fazenda dizer que vai cortar esse problema de superávit primário inclusive com subsídio do BNDES. E chega a esta Casa – é outra coisa que me estranha e que foge da normalidade, do que está acontecendo no Brasil – uma medida provisória em que o Governo vai aportar 30 bilhões de reais ao BNDES.

E onde ele vai pegar esse dinheiro? Vai usar dinheiro dos fundos, principalmente aqueles 10% que pertencem à União e que estão no Fundo de Garantia. Ele vai conseguir esse dinheiro onde? Vai conseguir captando à taxa SELIC e emprestando pela TJLP. Esses 30 bilhões vão gerar um rombo, só desse empréstimo, no Tesouro de aproximadamente 2 bilhões por ano, por ano! Então, são duas coisas graves.

Eu quero dizer ao futuro Ministro que tudo o que ele disse na imprensa vai por água abaixo e começa a ser desacreditado pelo povo brasileiro. Se o Governo não começar a conter essas contas hoje, perderá o controle. E está quase descontrolado o nosso País. O que eu vejo aqui, essas confusões todo dia nesta Casa, eu

nunca vi antes. E o que está acontecendo é por causa da instabilidade, da falta de credibilidade, de confiança, de dinheiro, do dinheiro gasto e mal gasto pelo Tesouro, pelo Governo, que está criando essa instabilidade ao povo brasileiro, e principalmente ao empresário, que precisa investir para gerar tributo e gerar emprego.

Então, eu faço um apelo. Secretário da Receita, Ministro da Fazenda, determinem a classificação imediata desses recursos e compartilhem com todos os Municípios e com os Estados brasileiros!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR.) – Quero registrar à Casa que, por solicitação da equipe de Parlamentares que está levantando a contagem dos votos, apesar de não ser obrigatório, nós vamos fazer o chamamento dos votos por intermédio do Senador José Pimentel e do Deputado Pauderney Avelino.

Mas, antes disso, pela ordem, concedo a palavra à Deputada Mara Gabrilli. Logo após, nós vamos fazer a chamada dos votos e a apuração.

Concedo a palavra à Deputada Mara Gabrilli.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB-SP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria trazer uma informação que eu tenho certeza de que V.Exa. desconhece, principalmente por conta da falta de acessibilidade no Senado.

Eu sou a única Deputada no mundo que vota com um sistema, desenvolvido nesta Casa, para eu poder votar. Como eu não mexo os braços, eu faço isso com o movimento do meu rosto. E V.Exa. sabe qual foi a maior dificuldade da equipe desta Casa em desenvolver o meu equipamento? A maior dificuldade foi que o voto não pode ser conhecido antes da publicação dele no painel.

Portanto, como é uma tela de *notebook* que fica exposta, todos os outros Deputados poderiam ter contato com meu voto antes da publicação. Eu faço praticamente uma gincana para que nenhum Deputado possa saber qual foi meu voto antes que ele seja publicado no painel.

Então, eu queria que V.Exa. desse atenção, porque o Deputado Emanuel e o Deputado Eleuses viram que os votos foram abertos e elencados antes que fossem apurados.

Portanto, eu espero que V.Exa. dê alguma atenção a isso, inclusive no que eu pedi anteriormente. Há mais de mil pessoas com deficiência lá fora que não conseguem entrar na Casa. Por um acaso, é este o presente que V.Exa. está dando no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência: esta Casa faz acessibilidade e as pessoas não têm acesso à Casa?

Então, eu gostaria que V.Exa. não me frustrasse pela forma como preside esta sessão e que desse atenção tanto à minha demanda quanto a essa outra demanda, porque é inconstitucional olhar o voto antes da apuração e da publicação. É antirregimental! A forma como foi construído o meu sistema prova a V.Exa. que o que os Deputados estão falando procede. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-RR) – Primeiro, quero registrar, Deputada Mara Gabrilli, que o sistema que foi implantado aqui na Câmara está sendo implantado hoje no Senado, exatamente para a questão da acessibilidade e todas as condições.

O plenário do Senado está aberto a visitantes que detenham ou não deficiências, sejam ou não portadores de deficiências. No caso do plenário aqui, a decisão quanto às galerias já foi tomada, não serão abertas, e essa questão de ordem já foi respondida.

No que diz respeito à transparência do voto, o voto é aberto, qualquer Parlamentar pode demonstrar seu voto, essa questão de ordem também já foi respondida, e não há nenhuma irregularidade sobre qualquer Parlamentar mostrar o seu voto aberto.

Portanto, eu passo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino e ao Senador José Pimentel para cantarem a apuração. Logo após a apuração, está inscrito, como Líder, o Deputado Mendonça Filho.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Vamos dar início, portanto, à apuração.

Deputado Ariosto Holanda: votou em branco, tanto no Veto nº 28 quanto no Veto nº 29.

Deputado Afonso Hamm: votou "não" no Veto nº 28; votou "sim" no Veto nº 29.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Pode incluir o partido?

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Deputado André de Paula: votou "sim" no Veto nº 28; votou "não" no Veto nº 29.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Qual o partido?

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Não tem o partido dele aqui.

Deputado Átila Lins: votou "não" no Veto nº 28; votou "não" no Veto nº 29.

Deputado Arthur Oliveira Maia: votou "não" no Veto nº 28; votou "não" no Veto nº 29.

Deputado André Zacharow: votou "não" no Veto nº 28; votou "não" no Veto nº 29.

Deputado Amir Lando: votou "não" no Veto nº 28; votou "não" no Veto nº 29.

Deputado Alceu Moreira: votou "não" no Veto nº 28; votou "não" no Veto nº 29.

Deputado Ademir Camilo: votou "não" no Veto nº 28; votou "não" no Veto nº 29.
Deputado Afonso Florence: votou "sim" no Veto nº 28; votou "sim" no Veto nº 29.
Deputado Aguinaldo Ribeiro: votou "sim" no Veto nº 28; votou "sim" no Veto nº 29.
Deputado Akira Otsubo: votou "sim" no Veto nº 28; votou "sim" no Veto nº 29.
Deputado Alberto Filho: votou "sim" no Veto nº 28; votou "sim" no Veto nº 29.
Deputado Alessandro Molon: votou "sim" no Veto nº 28; votou "sim" no Veto nº 29.
Deputado Alexandre Santos: votou "sim" no 28; votou "sim" no 29.
Deputada Alice Portugal: votou "sim" no 28; votou "sim" no 29.
Deputada Aline Corrêa: votou "sim" no 28; votou "sim" no 29.
Deputado Almeida Lima: votou "sim" no 28; votou "sim" no 29.
Deputado Amauri Teixeira: votou "sim" no 28; votou "sim" no 29.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Dê-me licença, Deputado Pauderney!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quanto às votações dos vetos, apesar de serem na mesma cédula, têm que se fazer a apuração separadamente. Primeiro, tem que apurar o Veto nº 28, depois...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não, não. A apuração está sendo feita separadamente, porque os resultados serão dados separadamente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Não, não, não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Indeferida a questão de ordem de V.Exa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Eles são separados.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Continuem a apuração!

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Deputado Anderson Ferreira: votou "sim" no 28; "sim" no 29.
Deputado André Figueiredo: "sim" no 28; "sim" no 29.
Deputado André Moura: "sim" no 28; e "sim" no 29.
Deputado Anselmo de Jesus: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputada Antônia Lúcia: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Antônio Andrade: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Antonio Balhmann: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Antonio Brito: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Antonio Bulhões: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Arlindo Chinaglia: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Arnon Bezerra: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Arthur Lira: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Assis Carvalho: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Assis do Couto: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Assis Melo: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Abelardo Camarinha: "obstrução" ao Veto nº 28; "obstrução" ao Veto nº 29.
Deputado Abelardo Lupion: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Alexandre Leite: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Alexandre Roso: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Alexandre Toledo: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Antonio Carlos Mendes Thame: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Antonio Imbassahy: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Armando Vergílio: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Arnaldo Faria de Sá: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Arnaldo Jardim: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Arnaldo Jordy: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Arolde de Oliveira: "obstrução" ao 38; "obstrução" ao 29.
Deputado Átila Lira: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Augusto Coutinho: "obstrução" ao Veto nº 28; "obstrução" ao Veto nº 29.
O processo de apuração será um a um, veto a veto, com toda transparência.
Vamos dar sequência.
Depósito 2.
Deputado Benjamin Maranhão: 28, "sim"; 29, "não".

Deputado Berinho Bantim: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Betinho Rosado: "não" ao 28; "não" ao 29.
Deputado Beto Albuquerque: "obstrução" ao 28 e "obstrução" ao 29.
Deputado Beto Faro: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Biffi: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Bilac Pinto: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Bohn Gass: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputada Bruna Furlan: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Bruno Araújo: "obstrução" ao 28 e "obstrução" ao 29.
Deputado Camilo Cola: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Cândido Vaccarezza: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Carlos Bezerra: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Carlos Eduardo Cadoca: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Carlos Magno: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Carlos Manato: "não" ao 28; "não" ao 29.
Deputado Carlos Melles: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Carlos Sampaio: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Celso Maldaner: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Cesar Colnago: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Chico Alencar: "não" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Chico das Verduras: "não" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Chico Lopes: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Claudio Cajado: "não" ao 28; "não" ao 29.
Deputado Cleber Verde: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputada Dalva Figueiredo: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Daniel Almeida: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Danilo Cabral: "obstrução" ao 28; "obstrução" ao 29.
Deputado Danilo Forte: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Danrlei de Deus Hinterholz: "sim" ao 28; "sim" ao 29.
Deputado Darcísio Perondi: "não" ao Veto nº 28 e "não" ao Veto nº 29.
Deputado Davi Alcolumbre: "obstrução", no Veto nº 28, e "obstrução", no Veto nº 29.
Deputado Davi Alves Silva Júnior: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Décio Lima: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Devanir Ribeiro: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Diego Andrade: "não" ao Veto nº 28 e "não" ao Veto nº 29.
Deputado Dilceu Sperafico: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Dimas Fabiano: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Domingos Neto: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Domingos Sávio: "obstrução", no Veto nº 28, e "obstrução", no Veto nº 29.
Deputado Dr. Adilson Soares: voto "em branco", no Veto nº 28, e voto "em branco", no Veto nº 29.
Deputado Dr. Carlos Alberto: "abstenção", no Veto nº 28, e "abstenção", no Veto nº 29.
Deputado Dr. Jorge Silva: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Dr. Paulo César: voto "em branco", no Veto nº 28, e voto "em branco", no Veto nº 29.
Deputado Dr. Rosinha: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Dr. Ubiali: "obstrução", no Veto nº 28, e "obstrução", no Veto nº 29.
Deputado Duarte Nogueira: "obstrução", no Veto nº 28, e "obstrução", no Veto nº 29.
Deputado Dudimar Paxiuba: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Urna nº 3:
Deputado Edinho Araújo: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Edinho Bez: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Edio Lopes: Veto nº 28, "não"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Edson Ezequiel: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Edson Pimenta: Veto nº 28, "não"; Veto nº 29, "não".
Deputado Edson Santos: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Edson Silva: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Eduardo Barbosa: Veto nº 28, "branco"; Veto nº 29, "branco".

Deputado Eduardo Cunha: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Eduardo da Fonte: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Eduardo Gomes: Veto nº 28, "obstrução"; Veto nº 29, "obstrução".
Deputado Eduardo Sciarra: Veto nº 28, "não"; Veto nº 29, "não".
Deputado Efraim Filho: Veto nº 28, "obstrução"; Veto nº 29, "obstrução".
Deputado Eleuses Paiva: Veto nº 28, "obstrução"; Veto nº 29, "obstrução".
Deputado Eliene Lima: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Emanuel Fernandes: Veto nº 28, "obstrução"; Veto nº 29, "obstrução".
Deputado Emiliano José: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Enio Bacci: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputada Erika Kokay: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Erivelton Santana: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Eros Biondini: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Esperidião Amin: Veto nº 28, "obstrução"; Veto nº 29, "obstrução".
Deputado Eudes Xavier: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Evandro Milhomen: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Fábio Ramalho: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Fabio Reis: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Fábio Trad: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputada Fátima Bezerra: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Felipe Bornier: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Felipe Maia: Veto nº 28, "obstrução"; Veto nº 29, "não".
Deputado Félix Mendonça Júnior: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Fernando Ferro: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Fernando Francischini: Veto nº 28, "obstrução"; Veto nº 29, "obstrução".
Deputado Fernando Torres: Veto nº 28, "não"; Veto nº 29, "não".
Deputado Filipe Pereira: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputada Flávia Morais: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Flaviano Melo: Veto nº 28, "não"; Veto nº 29, "não".
Deputado Francisco Chagas: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Francisco de Assis: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Francisco Praciano: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Francisco Tenório: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Urna nº 4:
Deputado Giacobo: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Geraldo Simões: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Henrique Eduardo Alves: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Givaldo Carimbão: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Ivan Valente: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Henrique Fontana: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Helcio Silva: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Hugo Motta: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Hermes Parcianello: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Geraldo Resende: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Giovani Cherini: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Hélio Santos: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Gabriel Guimarães: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Hugo Napoleão: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Gonzaga Patriota: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Henrique Afonso: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputada Iriny Lopes: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Hugo Leal: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputada Iracema Portella: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Guilherme Mussi: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Giovanni Queiroz: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputada Íris de Araújo: 28, "sim"; 29, "sim".

Deputado Geraldo Thadeu: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Glauber Braga: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Gustavo Petta: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Izalci: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputada Iara Bernardi: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Guilherme Campos: 28, "não"; 29, "não".

Estamos contando os votos na velocidade possível a que os nossos escrutinadores possam anotar no mapa de votação.

Urna nº 5:
Deputado João Campos: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Josué Bengtson: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Jaime Martins: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Jair Bolsonaro: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputada Jandira Feghali: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputada Janete Rocha Pietá: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Jânio Natal: 28, "não"; 29, "não".
Deputada Jaqueline Roriz: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Jefferson Campos: 28, "em branco"; 29, "em branco".
Deputado Jerônimo Goergen: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Jesus Rodrigues: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Jhonatan de Jesus: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputada Jô Moraes: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado João Ananias: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado João Arruda: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado João Carlos Bacelar: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado João Dado: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado João Leão: 28, "sim"; 29 "sim".
Deputado João Maia: 28, "sim"; 29 "sim".
Deputado João Magalhães: 28, "não"; 29, "não".
Deputado João Paulo Lima: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado João Rodrigues: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Jorge Bittar: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Jorge Boeira: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Jorge Côrte Real: 28, "em branco"; 29, "em branco".
Deputado Jorginho Mello: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado José Airton: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado José Aníbal: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado José Augusto Maia: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado José Carlos Araújo: 28, "não"; 29, "não".
Deputado José Chaves: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado José Guimarães: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado José Humberto: 28, "não"; 29, "não".
Deputado José Linhares: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado José Mentor: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado José Nunes: 28, "não"; 29, "não".
Deputado José Priante: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado José Rocha: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado José Stédile: 28, "nulo"; 29, "nulo".
Deputado Jovair Arantes: 28, "em branco"; 29, "em branco".
Deputado Júlio Campos: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Júlio Cesar: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Júlio Delgado: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Julio Lopes: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Júnior Coimbra: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Jutahy Junior: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputada Keiko Ota: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".

Passamos à urna de nº 6:
Deputado Luiz Argôlo: "sim" ao Veto nº 28 e "não" ao Veto nº 29.
Deputado Lael Varella: "obstrução", no Veto nº 28, e "obstrução", no Veto nº 29.
Deputado Laercio Oliveira: "não" ao Veto nº 28 e "não" ao Veto nº 29.
Deputada Lauriete: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Lázaro Botelho: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Leandro Vilela: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Leonardo Monteiro: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Leonardo Picciani: "não" ao Veto nº 28 e "não" ao Veto nº 29.
Deputado Leonardo Quintão: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Leopoldo Meyer: "obstrução", no Veto nº 28, e "obstrução", no Veto nº 29.
Deputada Liliam Sá: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Lincoln Portela: voto "em branco", no Veto nº 28, e voto "em branco", no Veto nº 29.
Deputado Lira Maia: "obstrução", no Veto nº 28, e "obstrução", no Veto nº 29.
Deputado Lourival Mendes: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputada Luci Choinacki: "não" ao Veto nº 28 e "não" ao Veto nº 29.
Deputada Luciana Santos: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Luciano Castro: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Lúcio Vale: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Luis Carlos Heinze: "obstrução", no Veto nº 28, e "obstrução", no Veto nº 29.
Deputado Luis Tibé: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Luiz Alberto: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Luiz Carlos Busato: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Luiz Carlos Hauly: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Luiz Couto: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Luiz Fernando Faria: voto "em branco", no Veto nº 28, e voto "em branco", no Veto nº 29.
Deputado Luiz Fernando Machado: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Luiz Nishimori: "não" ao Veto nº 28 e "não" ao Veto nº 29.
Deputado Luiz Otavio: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Luiz Sérgio: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Luiz Pitiman: "obstrução", no Veto nº 28, e "obstrução", no Veto nº 29.
Urna nº 7:
Deputado Magela: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Major Fábio: "não" ao Veto nº 28 e "não" ao Veto nº 29.
Deputado Mandetta: "obstrução", no Veto nº 28, e "obstrução", no Veto nº 29.
Deputado Manoel Junior: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Manoel Salviano: "não" ao Veto nº 28 e "não" ao Veto nº 29.
Deputada Manuela d'Ávila: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Manuel Rosa Neca: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputada Mara Gabrilli: "obstrução", no Veto nº 28, e "obstrução", no Veto nº 29.
Deputado Marçal Filho: "não" ao Veto nº 28 e "não" ao Veto nº 29.
Deputado Marcelo Aguiar: "obstrução", no Veto nº 28, e "obstrução", no Veto nº 29.
Deputado Marcelo Castro: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Marcelo Matos: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Márcio Macêdo: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Marcon: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Marcos Medrado: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Marcos Montes: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Marcos Rogério: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Marcus Pestana: "obstrução", no Veto nº 28, e "obstrução", no Veto nº 29.
Deputada Margarida Salomão: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputada Maria do Rosário: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputada Marinha Raupp: "não" ao Veto nº 28 e "não" ao Veto nº 29.
Deputado Mário Feitoza: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Maurício Quintella Lessa: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Maurício Trindade: "não" ao Veto nº 28 e "não" ao Veto nº 29.

Deputado Mauro Benevides: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Mauro Lopes: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Mendonça Prado: "obstrução", no Veto nº 28, e "obstrução", no Veto nº 29.
Deputado Miguel Corrêa: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Milton Monti: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Miriquinho Batista: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Miro Teixeira: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Missionário José Olimpio: "sim" ao Veto nº 28 e "sim" ao Veto nº 29.
Deputado Moreira Mendes: "não" ao Veto nº 28 e "não" ao Veto nº 29.
Urna de número 8:
Deputado Paulo Bornhausen: Veto 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Pedro Novais: 28, "não"; 29 "não".
Deputado Narcio Rodrigues: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Paulo Freire: 28, "em branco"; 29, "em branco".
Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Penna: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Nilton Capixaba: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Nilmário Miranda: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Newton Lima: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Osvaldo Reis: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Pedro Eugênio: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Osmar Terra: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Pauderney Avelino: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Nelson Marquezelli: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Professor Setimo: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Onofre Santo Agostini: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Pepe Vargas: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Otoniel Lima: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Paulo Magalhães: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Pastor Marco Feliciano: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Nelson Padovani: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Osmar Serraglio: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputada Perpétua Almeida: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Pastor Eurico: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Osmar Júnior: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Paulo Abi-Ackel: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Nelson Meurer: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Paulo Wagner: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputada Nilda Gondim: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Nelson Marchezan Junior: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Nilson Leitão: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Odair Cunha: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Otavio Leite: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Oziel Oliveira: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Padre João: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Padre Ton: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Paulo Feijó: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Paulo Foletto: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Paulo Pimenta: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Paulo Rubem Santiago: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Paulo Teixeira: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Paulão: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Policarpo: 28, "sim"; 29, "não".
Deputado Pedro Chaves: 28, "sim"; 29, "sim".
Vamos passar para a urna nº 9, de um total de dez urnas da Câmara dos Deputados.
Urna nº 9:

Deputado Raimundo Gomes de Matos: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Ratinho Junior: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Raul Henry: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Reginaldo Lopes: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Reguffe: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Reinhold Stephanes: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Renan Filho: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Renato Molling: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Renato Simões: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Ricardo Izar: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Ricardo Tripoli: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Roberto Balestra: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Roberto Britto: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Roberto de Lucena: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Roberto Dorner: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Roberto Santiago: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Rodrigo Bethlem: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Rogério Carvalho: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Rogério Peninha Mendonça: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Romário: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Ronaldo Benedet: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Ronaldo Fonseca: 28, "branco"; 29, "branco".
Deputado Ronaldo Zulke: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputada Rose de Freitas: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputada Rosinha da Adefal: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Rubens Otoni: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Rui Costa: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Ruy Carneiro: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Sabino Castelo Branco: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Ságuas Moraes: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Sandes Júnior: 28, "não"; 29, "não".
Deputada Sandra Rosado: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Sandro Alex: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Saraiva Felipe: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Sarney Filho: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Sebastião Bala Rocha: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Sérgio Brito: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Sérgio Moraes: 28, "branco"; 29, "branco".
Deputado Sergio Zveiter: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Sibá Machado: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Silas Câmara: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Silvio Costa: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Simão Sessim: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Subtenente Gonzaga: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputada Sueli Vidigal: 28, "sim"; 29, "sim".
Urna de nº 10, última urna da Câmara dos Deputados.
Deputado Takayama: Veto nº 28, "sim"; Veto nº 29, "sim".
Deputado Taumaturgo Lima: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Thiago Peixoto: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Tiririca: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Toninho Pinheiro: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Urzeni Rocha: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Valadares Filho: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Valmir Assunção: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Valtenir Pereira: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Vander Loubet: 28, "sim"; 29, "sim".

Deputado Vanderlei Macris: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Vanderlei Siraque: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Vaz de Lima: 28, "obstrução"; 29, "branco".
Deputado Vicente Arruda: 28, "branco"; 29, "branco".
Deputado Vicente Candido: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Vicentinho: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Vieira da Cunha: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Vilalba: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Vilmar Rocha: 28, "não"; 29, "não".
Deputado Vilson Covatti: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Vinicius Gurgel: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Vitor Paulo: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Waldenor Pereira: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Waldir Maranhão: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Walney Rocha: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Wandenkolk Gonçalves: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Washington Reis: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Weliton Prado: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Wellington Roberto: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Weverton Rocha: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado William Dib: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Wilson Filho: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Wladimir Costa: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Wolney Queiroz: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Zé Geraldo: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Zé Silva: 28, "obstrução"; 29, "obstrução".
Deputado Zé Vieira: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Zeca Dirceu: 28, "sim"; 29, "sim".
Deputado Zoinho: 28, "não"; 29, "não".
Concluída a votação na Câmara dos Deputados.
Vamos à totalização, não é, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O Sr. Romero Juca, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Logo após a apuração... Nós estamos totalizando para anunciar o resultado. *(Pausa.)*

Faremos isso. Eu queria pedir aos Deputados e Senadores... Certamente vamos ter outras votações nominais. Nós estamos totalizando para proclamar o resultado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos proclamar o resultado.

Resultado da votação ao Veto nº 28: "sim", 257; "não", 54; "abstenção", 1; "obstrução", 77; votos em branco, 13; voto nulo, 1.

Resultado da votação ao Veto nº 29: "sim", 257; "não", 56; "abstenção", 1; "obstrução", 77; votos em branco, 13; voto nulo, 1.

O Veto nº 28 e o Veto nº 29, de 2014, foram mantidos na Câmara dos Deputados, deixando, nos termos do § 1º do art. 43 do Regimento Comum, de serem apurados no Senado Federal.

Será feita a devida comunicação à Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta. Em seguida, falarão os Deputados Emanuel Fernandes, Mendonça Filho e Afonso Florence.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V.Exa.

Eu me sinto na obrigação de fazer uma comunicação a esta Casa. V.Exa. sabe que sou Deputado de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Há cerca de 2 anos, aconteceu um trágico incêndio na nossa cidade, na Boate Kiss, na qual morreram mais de 240 pessoas. Para minha surpresa, Sr. Presidente, um dia depois daquela tragédia, um *site* de São Paulo, chamado Revoltados On Line, acusou-me de ser o dono daquela boate, numa matéria pavorosa, numa mentira escabrosa.

Naquela época, eu denunciei à Polícia Federal. Abrimos uma investigação e identificamos a existência de um grupo de extrema direita, de inspiração fascista, chamado Revoltados On Line, que, assim como fez comigo, já tinham feito com várias pessoas. Eles respondem a processos por homofobia, por racismo. Esse movimento é uma organização que atua nas redes sociais e na sociedade brasileira.

Para minha surpresa, Sr. Presidente, o líder desse movimento, que é o cidadão chamado Marcelo Reis, era exatamente aquela figura que estava lá ontem com aquela camiseta, em que estava escrito "*Impeachment* já". Esse Marcelo Reis é a pessoa que, hoje à tarde, ingressou com um *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal, dizendo que fala em nome da comunidade e, em nome da comunidade, pede a oportunidade para entrar nesta Casa.

Eu quero dizer a V.Exa. que essa organização criminosa, chefiada por esse cidadão, está, durante todo o dia de hoje, em frente ao Parlamento, ofendendo Parlamentares, agredindo Parlamentares, e divulga duas contas bancárias e o número de um cartão de crédito. Durante todo o dia, faz uma campanha de arrecadação no Brasil, pedindo que as pessoas depositem dinheiro nas suas contas, para a luta do bem contra o mal, para a luta que pretende extinguir o PT, o PMDB e outros partidos políticos.

Postam coisas deste tipo quando se referem ao 45. É evidente que eu não penso que os colegas do PSDB pensem algo semelhante a isso, mas este é o 45 que eles oferecem à sociedade brasileira para acabar com o nosso partido.

(Mostra fotografia.)

Publicaram há pouco uma foto do Presidente Renan Calheiros. Colocaram no Presidente o bigode do Hitler e disseram: *"Alguém tem que ter coragem de dar um tiro no Renan*". Há centenas de pessoas que curtiram essa postagem feita hoje, Sr. Presidente.

Nós estamos diante de uma organização criminosa – essa, sim, uma organização criminosa – de extrema-direita, de inspiração fascista, que responde a vários processos. Vários deles estão lá, junto com pessoas de bem; todos eles estão uniformizados, usam a insígnia da sua organização.

Eu quero pedir à Casa, aos partidos políticos que não se abracem com essa organização, porque se trata de uma organização fascista, de direita, de extrema-direita, violenta, que realiza atos de rua, de agressão a homossexuais, a negros e a outras pessoas.

Esta madrugada, várias colegas Parlamentares tiveram os *sites* invadidos. Todas as Parlamentares que aqui se manifestaram tiveram os *sites* invadidos e foram acusadas de "vagabundas" e outros adjetivos dessa natureza.

Isso é inadmissível, Sr. Presidente, e quero aqui deixar público o meu protesto. Eu denunciei essas pessoas na Polícia Federal, e hoje elas respondem a inquéritos por terem mentido e difamado. Certamente, a partir desse alerta, inclusive segmentos da imprensa que estão usando essas pessoas como fonte pensarão duas vezes, para não multiplicar e reproduzir a presença dessa organização nesta Casa, no Parlamento e na sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu serei muito breve, mas vou falar de um assunto semelhante, apenas complementando o que acaba de falar o Deputado Paulo Pimenta.

Ontem, todos nós fomos testemunhas do que aconteceu neste plenário. Eu não consegui falar; era a primeira oradora inscrita e, praticamente, não consegui falar. A Deputada Jandira Feghali, após a minha fala, veio aqui e fez uma denúncia, e a maioria tentou dizer à imprensa que a Deputada havia entendido mal, que na realidade eles estavam me mandando ir para Cuba – *"Vá para Cuba"* –, e não me chamando daquele palavrão.

Essas mesmas pessoas a que o Deputado Paulo Pimenta acaba de se referir e que são os proprietários desse *site* Revoltados On Line, ou seja, o Sr. Marcelo Cristiano Reis e o Sr. Ricardo Gama, têm em seus currículos vários processos, vários julgamentos e várias condenações. Uma condenação, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, refere-se a uma ofensa feita a uma Deputada Estadual – uma mulher – do Rio de Janeiro. E sabem por quê? Está dito aqui: *"Ricardo Gama também foi processado pela deputada estadual do PDT/RJ Cidinha Campos por tê-la chamado de 'vagabunda' (...)"*.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer que a denúncia feita pelo Deputado Pimenta será reforçada por nós e que vamos solicitar que seja capturado o som de lá de cima, que devemos ter em algum lugar e encontrar, porque, assim como a Deputada Jandira, outros ouviram perfeitamente que a palavra usada não era de ordem: "*Vá para Cuba*".

Então, eu apenas lamento e quero dizer que as providências serão tomadas nas instâncias corretas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Emanuel Fernandes. Em seguida, falarão os Deputados Mendonça Filho, Afonso Florence, Arnaldo Faria de Sá e Miro Teixeira.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) – Retiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Emanuel Fernandes.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Aloysio, durante o transcurso da sessão, fez uma indagação a V.Exa. sobre se estava ou não havendo apuração.

V.Exa. respondeu, de uma maneira que a gente não entendeu, que era só um acompanhamento do número de votantes, e não uma apuração em paralelo. Eu conversei com o Senador. Ele, de novo, perguntou a V.Exa. e se contentou com a resposta. A resposta de V.Exa. foi: *"Não está havendo apuração paralela"*.

Eu e o Deputado Eleuses Paiva fomos até o fundo e, em dois lugares, vimos listas de apuração. E como eram essas listas? Eram listas do tipo mimeografado, com o nome dos Deputados e com quadrinhos em branco para serem preenchidos. Obviamente, muita gente já tinha votado. Eu não posso ter me enganado. Por quê? Era em preto e estava preenchido com um "x", como no vestibular, em azul.

O Deputado Caiado foi ver – a lista já tinha sumido, porque isso virou um zum-zum aqui no plenário; V.Exa. não estava –, e o funcionário disse: *"Olha, eu não estou com a lista aqui, mas era desse jeito mesmo"*.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá gravou – obviamente, não dá para ver de longe a lista – o funcionário passando para outro a cédula que um Deputado havia entregue, para esse outro funcionário fazer a pré-apuração.

Aqui, depois que eu levantei essa questão, várias pessoas falaram: *"Não, mas o voto é aberto"*. O voto é aberto só depois que se abre o painel e, por analogia, só depois que todos votaram. Senão, seria a mesma coisa de a gente votar aqui no painel, e o Presidente ou alguém ter um acompanhamento, enquanto está havendo a votação, de quem está votando em quem.

Feito esse relato, deixe-me perguntar novamente a V.Exa.: a Mesa da Câmara não pediu que se fizesse apuração em paralelo, mesmo que secretamente, com a Mesa? Desculpe-me. Eu me refiro à Mesa do Congresso. Eu gostaria de saber de V.Exa. se isso realmente aconteceu ou não, porque, se não foi a Mesa, a Presidência do Congresso, está havendo aqui uma coisa muito grave. Embora os votos dos Deputados e Senadores sejam conhecidos depois, eu, particularmente, Sr. Presidente, vim aqui e denunciei porque eu me senti traído.

Isso é uma fraude, é a mesma coisa de alguém, mesmo sabendo qual vai ser o meu voto, antes da apuração, saber em quem eu votei. Com isso os meus eleitores não concordam, o Regimento não concorda, e a Constituição da República não concorda. Se a Mesa do Congresso não tinha consciência disso, é preciso que se abra um inquérito e que a gente o acompanhe, para saber quem, afinal de contas, fica sabendo, antes dos Deputados, quais foram os votos dos Deputados.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, como se trata do mesmo tema, eu gostaria de me pronunciar antes da palavra de V.Exa.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) – Sr. Presidente,...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu estou com a palavra, Deputado, por favor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) – Estou pedindo a palavra. Não o interrompi, Deputado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu tinha pedido a palavra.

Eu peço a palavra ao Presidente Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que relatou há pouco o Deputado Emanuel Fernandes é algo gravíssimo! Nenhum Presidente, nenhuma Mesa da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional pode encabrestar o veto de Senador e de Deputado. Imagino que estamos voltando à década de 30, do chamado voto bico de pena, em que os coronéis da época controlavam o eleitor entregando a ele o voto previamente.

Ora, o Governo, com sua máquina aqui, está comandando uma operação que toma conhecimento do voto antes que ele se torne público. O que disse o Deputado Emanuel Fernandes é realmente de uma gravidade extrema. O Governo não pode calcular o quórum necessário para atingir o quórum constitucional a partir do seu controle, montado em cada local de votação no plenário. Isso é algo inaceitável!

Em nome do meu partido, quero pedir a V.Exa. que apure quem participou do processo e sob que ordens; sob que comando os funcionários agiram para controlar os votos dos Senadores e Deputados. Porque não há outra palavra, Presidente: isso aqui é fraude. O voto será aberto, mas só se pode ter conhecimento dele ao final do processo de votação. Ter conhecimento prévio para controlar a votação e, muitas vezes, modificar o voto do Parlamentar é algo que a gente não pode admitir jamais.

Aqui fica o meu registro e o pedido de apuração a V.Exa., para que a gente possa afirmar de quem é a responsabilidade pelos atos praticados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros.) – Concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero invocar o art. 133 do Regimento Comum. Eu tinha retirado a minha inscrição para questão de ordem, não me pronunciei, porque tinha a expectativa de que houvesse condições para a continuidade da sessão de forma regular.

No exercício da Presidência, o Senador Romero Jucá, encaminhando, já respondeu similar questão de ordem apresentada, se não me engano, oito vezes, dizendo que o voto seria aberto, que o voto depositado na urna seria apurado e que não poderia cercear qualquer pessoa de estar ali ao lado.

Essas questões de ordem sucessivas com o mesmo conteúdo estão sendo apresentadas com o objetivo de impedir a continuidade da sessão. Então, eu estou invocando o art. 133 do Regimento Comum.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria lamentar que mais uma semana se passa em razão das prioridades dadas às sessões do Congresso. A Câmara não seu reuniu e, não se tendo reunido, não pôde apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 170, de 2012, relativa aos servidores públicos *aposentados por invalidez*.

Havia um compromisso de que essa matéria seria votada nesta semana e logicamente não foi. Nós temos apenas mais 2 semanas para a conclusão dos trabalhos. Eu tenho esta preocupação: que a PEC 170 vire um engodo, como das outras vezes em que se prometeu votá-la, e acabou não sendo votada; assim como acontece com a PEC 555, que trata da questão da contribuição dos inativos, e com os projetos que dizem respeito aos interesses dos aposentados, como o Projeto de Lei nº 4.434, de 2008, do Senador Paulo Paim, já aprovado no Senado, e o Projeto de Lei nº 3.299, de 2008, do fator previdenciário, também do Senador Paulo Paim, e que não foi votado.

Lamentavelmente, está-se priorizando a alteração da LDO, esquecendo-se de coisas muito mais importantes para a sociedade brasileira, que não são votadas.

Também quero pedir para dar como lido, Sr. Presidente, uma manifestação que faço a respeito do aniversário do SINDASP, o Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo, que completa 65 anos.

Obrigado, Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, percebe-se que houve muitas tensões aqui, desde ontem. Para tentar reduzir as tensões, eu penso que poderíamos votar, desde logo, o projeto que está sobre a mesa, relacionado aos trabalhadores aposentados, que estão com as suas esperanças aqui colocadas. Se eu não me engano, trata-se do terceiro item da pauta. Sobre a mesa também há um requerimento, ou de preferência, ou de inversão de pauta. Eu pergunto a V.Exa., como há o consenso, se nós poderíamos começar a distender até essas relações do plenário e votar logo esse item.

As pessoas estão no Salão Verde, muitas em cadeira de rodas. São pessoas idosas, são pessoas que chegaram aqui com sacrifício, para acompanhar esta votação. Deixo, portanto, este apelo. Ontem, V.Exa. já havia, inclusive, manifestado essa preocupação. Eu tomo para mim a sua preocupação, pedindo a V.Exa. que agora a efetive.

A outra coisa diz respeito às manifestações nas galerias. Nós já enfrentamos aqui galerias muito hostis, galerias de direita mesmo, em outras épocas, na época da ditadura. Houve época em que tivemos, nas galerias, todo o mundo com o cabelo cortado por igual. Não há dificuldade quanto a isso. O que eu acho realmente necessário é que se abram as galerias. E, se houver excessos, quem estiver se excedendo seja colocado para fora, porque ninguém pode se exceder lá, como ninguém pode se exceder neste plenário.

Ontem, eu ouvi um Parlamentar dizer que quem vota a favor do projeto da meta fiscal está sendo comprado por 700 mil reais. Se não há respeito entre os Parlamentares, como o Parlamentar quer começar a pedir respeito de terceiros que estão nas galerias?

Então, há coisas que precisam ser repostas. Ninguém aqui tem mandato melhor do que o do outro. Todos aqui representam o povo, representam os Estados. E todos aqui têm consciência da higidez da sua representação. Não façam isso, Srs. Parlamentares! Não usem dessa linguagem demagógica, ofendendo o Parlamento e ofendendo os outros Parlamentares, porque a consequência acaba sendo aquela que se viu na galeria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS) – Pela ordem, Excelência.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ) – Então, eu peço a V.Exa. que imponha essa ordem ao Plenário e permita que as pessoas venham à galeria também com a imposição da ordem. E que votemos, primeiro, o Projeto do Aerus.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa., Deputado Miro Teixeira, tem absoluta razão. Eu queria aproveitar a intervenção de V.Exa. para fazer um apelo aos Senadores e aos Deputados, para que nós possamos simplificar esta votação, esta discussão, melhor dizendo, para começarmos imediatamente a apreciação do item 3 da pauta. *(Palmas.)*

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, questão de ordem...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, estou aguardando sobre o processo de votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sobre o processo de votação, eu queria...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sobre o processo de apuração, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sobre o processo de apuração, eu queria, de uma vez por todas, responder, a exemplo do que já fiz durante a sessão e do que o Senador Romero Jucá fez, que, tão logo foi levantada a necessidade de nós apurarmos aqui na Mesa, eu deferi esse pedido. E disse: *"Nós vamos apurar na Mesa, contar voto a voto, ler voto a voto, proclamar o resultado".* E foi o que nós fizemos. Em outras palavras, em português claro, é o que o Regimento manda que nós façamos.

Eu decidi isso em uma questão que foi levantada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Senador Romero Jucá, na sequência, designou os escrutinadores. Então, o processo de votação foi feito absolutamente dentro do que manda o Regimento.

Nós precisamos mudar isso, aprovando um projeto de resolução para alterar a regra, para que nós façamos tudo isso pelo painel eletrônico. Eu mesmo, hoje, assumi o compromisso para que fosse utilizada cédula eletrônica. Eu mesmo hoje assumi um compromisso de que esta, se depender de mim, será a última sessão do Congresso Nacional em que nós não teremos essas regras para garantir a absoluta transparência.

O processo é aberto, absolutamente aberto; não há nada a esconder. Na verdade, há a necessidade de se adaptar um avanço institucional a um Regimento que está vencido, como todos sabem, pelo tempo.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente,...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz a questão de ordem sobre outro assunto. Sr. Presidente, as falhas e as fraudes são tantas que estou fazendo questão de ordem a V.Exa. a respeito de outro erro de apuração.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, eu também gostaria de falar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, votos "sim": 257, no Veto nº 28; no Veto nº 29: 257. Votos "não": no Veto nº 28, 54; no Veto nº 29, 56. "Abstenção": 1 e 1. Obstrução: 77 e 77. Votos em branco": 13 e 13. Nulos: 1 e 1.

Sr. Presidente, é uma cédula só. Se é uma cédula só, como pode ter 403 em uma e 405 na outra?

Sr. Presidente, isso é erro. Isso é erro na apuração.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim. Isso é matemática.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Isso é fraude, Presidente. A votação aqui em uma é 405, na outra é 403. Como é que, numa cédula só...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Todas as informações estão sendo escaneadas e serão publicadas, como manda o Regimento, no *Diário do Congresso Nacional*.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, durante o processo de encaminhamento e discussão, fiz uma pergunta a V.Exa. – chamei a questão de singela, questão óbvia. Eu perguntei: *"A apuração se processará depois ou anteriormente?"* Porque havia os indícios todos. E, na esteira daquilo que foi levantado, eu quero oferecer à Mesa que V.Exa. preside e que certamente tomará providências para averiguar, um filme que nós fizemos. Filmamos o procedimento do funcionário, exatamente verificando aquilo: quando havia a entrega do voto, o funcionário recebia, abria, listava ali numa apuração paralela, para depois remeter à urna. Nós temos isso filmado e queríamos oferecer à Mesa, para auxiliar nas providências que V.Exa. certamente tomará.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Arnaldo Jardim, a grande diferença é que nós não podemos raciocinar com o voto fechado, secreto. O processo agora é totalmente aberto, totalmente aberto. Fez-se aqui a apuração à luz dos olhos de todos os Deputados e Senadores. V.Exa. está raciocinando com base num sistema de votação fechada, que era levado a cabo pelo Congresso Nacional. O processo agora é aberto, é transparente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – É aberto, mas não pode ser patrulhado, Presidente.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Não, Sr. Presidente, eu estou preservando o pleno acesso de todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS. Sem revisão da oradora.) – Presidente, sem prejuízo algum das questões de ordem que estão sendo levantadas, todas elas legítimas, porque todo Parlamentar aqui tem legitimidade para apresentar questão de ordem, sem prejuízo disso, houve um acordo – e acordo político precisa ser respeitado –, na semana passada, para se votar o PLN 31. Esse é o item agora a ser votado. Então, independente do que se está discutindo nas questões de ordem e também no PLN 36, ao qual eu sou contra, Presidente Renan Calheiros, acho que temos que cumprir o acordo que foi feito. E queria dizer que isso é fundamental, como disse o Deputado Miro Teixeira. Pessoas de 70, 75, 80, 85 anos estão ali. A Presidente Graziella Baggio está em cadeira de rodas. Teve rompimento dos ligamentos, prejuízo que V.Exa. reconheceu. As pessoas foram ontem retiradas das galerias. Então, votar, cumprir...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Permita-me a interrupção, mas tem alguém querendo descumprir o acordo? Se tiver...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS) – Exatamente o que eu estou ouvindo é que querem juntar: só se vota o PLN 31 se se votar o 36.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não, nós vamos votar. É o próximo item da pauta. É importante evoluir para isso. Eu queria agradecer a intervenção da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS) – Isso por acordo de Liderança, Presidente. É muito mais drástico.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos conceder a palavra, rapidamente, ao Deputado José Aníbal por até 5 minutos.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Tem que fazer a...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB-SP) – Sr. Deputado Caiado...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB-SP) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em seguida, como pede a Senadora Ana Amélia, nós vamos votar o projeto do Aerus, para o qual há acordo.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB-SP) – Sr. Presidente, V.Exa. certamente vai me bonificar por esses 20 segundos.

Enfim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, há 2 anos e poucos meses, o Governo da Presidente Dilma resolveu mudar as regras do setor elétrico no Brasil, e o fez através de uma medida provisória. O Senador Renan Calheiros foi o Presidente da Comissão Mista que analisou aquela medida provisória.

Eu queria muita atenção do Parlamento para o resultado do que foi a lei em que se transformou essa medida provisória: a total desorganização do setor elétrico no Brasil. O setor elétrico no Brasil hoje vive uma crise cotidiana nas suas mais diferentes frentes: de investimento, de manutenção, de busca de alternativas, de valorização desse formidável corpo técnico que o Brasil tem, do Acre ao Rio Grande do Sul.

Isso tem uma razão, Presidente Renan: a Presidente Dilma determinou que àquela medida provisória não fosse aceita uma emenda sequer. Foram apresentadas 400 emendas. Não existe setor que tenha mais massa crítica no Brasil do que o setor elétrico – Itaipu, uma rede nacional interligada, um País inovador. Mas a Presidente foi autocrática: *"Não quero nenhuma emenda!"*.

E fomos para o matadouro, sem regras de transição, tudo sob um bom propósito da modicidade tarifária. E essa modicidade tarifária nos faz ter hoje, Presidente, uma tarifa muito maior do que a que tínhamos há 2 anos. E, para o setor industrial, cujo objetivo alegado era a competitividade, nós temos a quarta tarifa mais cara do mundo.

Coincidentemente, Presidente, V.Exa. está aí presidindo a sessão do Congresso em que se quer rever a LDO, em que se quer deixar de considerar despesas o PAC e as desonerações. Presidente, as consequências nefastas da aprovação eventual desse PLN me levam a pensar que este Governo vive um momento de esquizofrenia, porque, de um lado, chama um cidadão para ser Ministro da Fazenda e diz a ele o seguinte: *"Quero que você recupere as contas públicas no ano que vem, quero recuperar fundamentos que foram relativamente abandonados até aqui, quero que o País volte a ter superávit, que o câmbio flutuante seja uma realidade, que o Brasil tenha metas de inflação e que não namore a inflação"*. Ao mesmo tempo, manda para o Congresso Nacional um projeto de lei que explode a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pede à nova autoridade econômica austeridade e lhe dá um presente de grego, o fim da Lei de Responsabilidade Fiscal. É gravíssimo isso, Presidente Renan!

Nós precisamos de mais tempo para não só conversar, como também para confiar no debate. E confiar no debate vale para um lado como vale para o outro. Aqui, eu vejo que se reclama da escassez do debate. Pois vamos continuar esse debate! Vamos tentar analisar sem esse populismo barato de dizer que não votar o PLN

vai prejudicar os programas sociais, vai infernizar a vida de Estados e Municípios. Tudo isso é conversa! Chega disso no Congresso Nacional! Aqui tem que ter debate com inteligência, com competência! Sem Lei de Responsabilidade Fiscal, é uma fraude essa determinação da Presidente de recuperar contas públicas ano que vem. E nós estamos aqui na iminência de acabar com essa Lei.

Portanto, Sr. Presidente, quero lembrar o desastre que foi aquela medida.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (PSDB-SP) – Um minuto, Presidente. Vamos votar, mas vamos debater! Quando não se debateu a MP 579, vocês aumentaram a conta de luz da população, aumentaram a conta de luz da indústria e reduziram a competitividade! O que vocês têm na cabeça? Agora, é a mesma coisa. É preciso fazer o debate, Sr. Presidente, o bom debate.

A MP 579 já custou, segundo o TCU, 61 bilhões de reais! Com esse valor estaríamos gerando 15 mil megawatts com a energia eólica.

Vamos conversar sobre esse projeto. Vamos continuar esse debate. Tratar o projeto desse modo pode nos levar a errar grosseiramente naquilo que parece ser o único propósito positivo do novo Governo: contas públicas recuperadas no ano que vem. Isso não ocorrerá sem a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB) – Antes de passarmos ao próximo item da pauta – e muitos estão cobrando que isso aconteça –, eu queria só lembrar à Casa que, em 2001, quando nós alteramos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nós não a alteramos por decisão pessoal do Chefe do Executivo. Nós não podemos alterá-la por decisão pessoal do Chefe do Executivo. Em 2001, não foi assim. Quando nós alteramos a LDO, em 2001, nós o fizemos com a aprovação do Congresso Nacional, porque, na democracia, o Congresso Nacional é insubstituível. O Congresso pode até errar – e, muitas vezes, errou –, mas na democracia ele é insubstituível. Ninguém substitui o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Há ainda matéria sobre a mesa.

Item 3:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 31, de 2014, que *"Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R$ 248.265.342,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais), para o fim que especifica".*

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 40, que teve como Relatora a Senadora Ana Amélia, concluiu pela aprovação do projeto na forma apresentada pelo Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) -

Em discussão o projeto.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente, quero falar como Líder.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Presidente, as inversões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vou conceder a palavra a todos. Em primeiríssimo lugar, tem a palavra o Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Depois eu quero formular uma questão de ordem sobre as inversões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa. para discutir a matéria.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Por que eu não tenho direito à inversão? Por que não? Mas tem que explicar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy, para discutir a matéria.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (Bloco/PSDB-BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, na verdade, o meu pronunciamento é mais um comunicado à Nação, em função dos fatos revelados hoje pela imprensa brasileira.

Os principais veículos de comunicação, Sr. Presidente, trouxeram há pouco a confirmação de que o dinheiro do petrolão foi colocado na conta da campanha da Presidente Dilma Rousseff. Dois empresários da empresa Toyo Setal revelaram, no regime da delação premiada, que pagaram pelo menos 20 milhões de reais em propina ao caixa do PT por contratos na PETROBRAS.

Segundo esses empresários, o *modus operandi* da quadrilha era o seguinte: para conseguir contratos na Diretoria de Serviços da PETROBRAS, as empresas tinham de pagar comissões de 2%.

Essa Diretoria, Sr. Presidente, foi comandada de 2003 a 2012 por Renato Duque, apadrinhado pelo PT e indicado pelo então Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu. A negociata também era feita com um ex-subordinado de Duque, Pedro Barusco, o mesmo que se dispôs a devolver 97 milhões de dólares, que teria recebido como propina – 97 milhões de dólares.

O pagamento da propina era feito de três formas: parcelas em dinheiro; remessas a contas indicadas por Duque no exterior, chamadas de Marinello; e doações oficiais ao PT – repito: doações oficiais ao PT.

Segundo o Sr. Augusto Mendonça, Duque solicitou que ele fizesse doações ao PT. Ele, então, "conversou pessoalmente" com João Vaccari no escritório do Diretório do PT em São Paulo, em 2008. Foram, então, doados ao PT 4 milhões de reais da propina do petrolão. Outros 20 milhões de reais em propina foram enviadas à conta indicada por Duque no exterior. Esses 20 milhões de reais enviados para a conta Marinello trazem à memória, pela coincidência da cifra, um fato registrado há poucos meses pela imprensa: em março deste ano, poucos dias antes de ser preso, o doleiro Alberto Youssef disse que um integrante da coordenação da campanha presidencial do PT, que ele conhecia pelo nome de Felipe, telefonou-lhe para marcar um encontro pessoal e adiantou o assunto: repatriar 20 milhões de reais para serem usados na campanha presidencial de Dilma Rousseff. O encontro foi marcado, mas não ocorreu em virtude da prisão do doleiro.

Todo esse desenho do esquema de pagamento de propina que foi revelado pelos dois empresários na delação premiada e que beneficiou o PT atinge frontalmente a legitimidade da ocupante do Palácio do Planalto. A Presidente Dilma, segundo a investigação da Lava-Jato, utilizou dinheiro do petrolão para se eleger em 2010. Esse fato, Sr. Presidente, senhoras e senhores brasileiros que me ouvem neste momento, é gravíssimo.

Vejamos: quando houve a descoberta do mensalão, a fonte secou. Rapidamente, o *modus operandi* do PT se instalou na pujante PETROBRAS, uma fonte inesgotável de dinheiro e, presumiam os criminosos, inexpugnável a qualquer investigação. O esquema é o mesmo, apenas mudou a fonte de financiamento.

A Presidente Dilma faz parte do Governo desde 2003. Ela foi Ministra de Minas e Energia; em 2005, foi para a Casa Civil, onde permaneceu até 2010, quando saiu para ser candidata a Presidente da República. Durante longo tempo, de 2005 a 2010, foi Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS. Ou seja, esse esquema criminoso se instalou no Governo Lula – no Governo Lula! – e foi ampliado na gestão Dilma.

A própria Polícia Federal definiu o grupo nomeado para dirigir a PETROBRAS como uma verdadeira "organização criminosa".

O Ministro do Superior Tribunal de Justiça Félix Fischer afirmou...

(Manifestações do plenário. Vamos votar!)

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – ...que o Brasil nunca viveu "tamanha roubalheira".

Pela primeira vez aparecem nas investigações fatos que comprovam o uso do dinheiro de origem criminosa nas campanhas do PT. Se houve uso dos recursos do petrolão na campanha de 2010, e essa organização criminosa continuou operando durante todo o Governo Dilma, é necessário se apurar se o petrolão também irrigou a campanha de 2014.

Para o bem do Brasil e da nossa democracia, é necessário que tudo fique devidamente esclarecido. Não dá para acreditar que a Presidente Dilma, que tem afirmado que não sabia de nada, não se tenha utilizado dessa estrutura criminosa para se manter no poder.

Aliás, Sr. Presidente, o Senador Aécio Neves muito bem colocou que perdeu a eleição para uma organização criminosa; enfrentou uma estrutura política financiada por dinheiro sujo. E o Brasil, que vive hoje uma crise de natureza econômica, que passa por uma crise moral e ética, tem uma Presidente sob suspeita e que poderá enfrentar graves consequências. Relato um fato de enorme gravidade, que compromete a legitimidade da Presidente Dilma Rousseff!

Era isso, Sr. Presidente. Era isso, senhores brasileiros e senhoras brasileiras. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu concedo a palavra ao Senador Magno Malta; em seguida, ao Deputado Domingos Sávio. Com a palavra S.Exa.

Eu queria só lembrar aos Deputados e Senadores que, se houver um acordo para nós apreciarmos de maneira simplificada esse item da pauta, nós vamos ter o tempo que o Regimento dedica à discussão para discutirmos o quarto item da pauta. Mas, talvez, fosse o caso de nós simplificarmos essa discussão agora, para alongarmos o debate exatamente no item principal. É um apelo que eu, interpretando o que aqui foi defendido pelo Deputado Miro Teixeira, gostaria de fazer.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para mim, essa matéria é mais importante do que a seguinte. Acho que nós devemos discuti-la, até para mostrar ao Brasil o que está acon-

tecendo com milhares e milhares de ex-funcionários da VARIG. Muitos já morreram e muitos estão passando fome. Não acho que o tema seguinte seja mais relevante do que esse.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR-ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer coro ao que foi dito. Eu acho que o PLN 31 é importante. É o último canto do cisne para alguns deles, a rapaziada, porque velhice é juventude acumulada. Essa rapaziada com juventude acumulada do Aerus realmente está aí de plantão esperando. Sei também que V.Exa. entende a importância disso. É importante para todos nós. É importante para o Brasil.

Mas meu registro, Sr. Presidente, é referente ao que eu tenho recebido de algumas pessoas sobre esse decreto do Palácio do Planalto, emitido pela Casa Civil. O Ministro Berzoini disse que foi só uma coincidência a liberação das emendas. Foi uma infeliz coincidência, se foi coincidência. Mas eu gostaria de dizer que eu não tenho emendas. Eu estou a cavaleiro. Não tenho emendas e posso falar da forma que vou falar.

A lei dá a mim a possibilidade de fazer indicação. As emendas pertencem aos Municípios do meu Estado. Aliás, está voltando aquilo que lhes é devido, porque a lei diz que é 25% que deveria voltar. Essas emendas são suor desse povo. O Governo não está fazendo nenhum benefício, nem dando presente de Natal para ninguém – muito menos para mim.

Quanto ao decreto, deixo o Governo à vontade com relação à minha pessoa. Não libere nada! Eu sou um homem de dura cerviz! Não dobro minha coluna, não serei pressionado, nem votarei na base da chantagem! A Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser violada por eles, mas não com a minha conivência.

Guardem as emendas de vocês! Se tiverem que punir, punam os Municípios do meu Estado, punam o suor de quem trabalha e manda para cá. Mas, com relação a mim, esqueçam! Essas chantagens nada dizem a mim, este Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Magno Malta, esse decreto é inócuo. Ele não precisaria ser publicado. Ele não ajuda em absolutamente nada. Ele só prejudica!

Se nós não alterarmos a LDO, não vamos ter dinheiro. E não é apenas para liberação de emendas, nem execução de emendas parlamentares. Não vamos ter dinheiro para muita coisa mais, porque teremos que nos submeter a um ajuste brutal! O País vai ter que fazer uma economia em 2 meses que não fez em 10!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR-ES) – Mas é preciso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Isso já aconteceu em outros momentos da história do País.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR-ES) – É preciso, porque quem pariu Mateus que o embale.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, para discutir a matéria.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou pedindo a palavra, primeiro, regimentalmente, para uma questão de ordem, porque o art. 34 me faculta a possibilidade de apresentar requerimentos à Mesa. E eu o fiz regimentalmente.

O meu requerimento está sobre a mesa, devidamente protocolado, e o meu requerimento precede a discussão dessa matéria que V.Exa. está iniciando, porque o meu requerimento, embora mantenha o 31 como prioridade, propõe uma alteração de pauta, que é absolutamente regimental; ele mantém o 31, mas propõe uma alteração de pauta.

Entendo, Sr. Presidente, que o Regimento é muito claro: ele tem de ser votado primeiro, está sobre a mesa. Eu peço a V.Exa. que coloque o requerimento de minha autoria em apreciação e em votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria dizer ao Deputado Domingos Sávio que compreendo perfeitamente o seu papel e o papel de todos da Oposição. É que todos os requerimentos partem do Item 31. Portanto, ao se apreciar o Item 31, nós não precisamos inverter a ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, não há nada que me impeça de propor, porque, quando se apresenta um requerimento de alteração de pauta, ele se apresenta em função da pauta como um todo que foi apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB-AL) – O que V.Exa. está propondo, ao final e ao cabo, é que façamos a inversão de uma pauta que está prevista para apreciar o Item 31, cuja prioridade é posta em todos os outros requerimentos apresentados; uma redundância inconcebível do ponto de vista do processo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, mas é extremamente importante, porque os PLs seguintes, que eu defendo que sejam apreciados, estão aptos para a apreciação do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB-AL) – Nós trataremos dos seguintes na hora certa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Ora, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. está querendo que nós façamos a inversão para apreciar o item...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Mas, veja bem, Sr. Presidente, então, eu verifico, na minha questão de ordem, se V.Exa. pode se comprometer regimentalmente no sentido de que, uma vez apreciado o 31 – porque o meu requerimento não fica prejudicado –, que ele seja imediatamente colocado sob apreciação.

É o mínimo que eu posso pedir a V.Exa., sob pena de dizer que o Regimento não existe mais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu não preciso me comprometer com isso. Sou obrigado a fazê-lo, a cumprir o Regimento.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Então, eu me dou por satisfeito com a resposta de V.Exa. à minha questão de ordem. Desejo que o 31 seja votado, mas que, na sequência, o meu requerimento seja deliberado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Marcus Pestana, tem V.Exa. a palavra.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC) – Sr. Presidente, vamos votar o 31!

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Vamos votar discutindo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, quanto à questão do PL 31, não há dúvida, é uma causa justa e uma decisão judicial. Nós em Minas somos educados na cultura de que, em sentença judicial, cumpra-se, não se discute. Estamos fazendo um crédito suplementar para fazer face a esse direito trabalhista.

E eu observo que, mesmo sendo uma decisão judicial, foi submetida ao Congresso através de um projeto de lei, ao contrário da Medida Provisória nº 661, de 2014, que transfere 30 bilhões para o BNDES, que foi publicada ontem, "crédito suplementar por medida provisória". Isso demonstra a qualidade que o Palácio do Planalto empresta ao Congresso!

Somos a favor do PLN 31.

Como modificar, em novembro de 2014, uma diretriz que não saiu por geração espontânea? Uma meta de superávit primário tem uma lógica macroeconômica por trás. E aí vamos quebrar o termômetro porque não conseguimos resolver a febre?

O Orçamento é a peça original no nascimento do Parlamento, foi a transição do Tesouro Real – os gastos discricionários do Rei no poder absoluto –, para o Tesouro Nacional, o Tesouro da Nação. O Parlamento nasceu em nome disso.

Ao votarmos e aprovarmos o PLN 36 será como uma operação camicase, um suicídio institucional. É uma autodepreciação do nosso papel na democracia e na sociedade.

Muito foi dito pelo Líder do Governo e por tantos outros, com uma visão ingênua voluntarista de política fiscal. O País precisa de uma política fiscal em nome do desenvolvimento sustentado. Qualquer dona de casa, qualquer trabalhador pode entender isso. A linguagem do economês é árida, mas o trabalhador e a dona de casa sabem que não podem gastar mais do que ganham, porque é o caminho do endividamento ou da perda de patrimônio.

O Brasil tem um endividamento em termos de PIB que até não é dos mais graves do mundo. Mas eu pergunto a alguns que têm essa visão voluntarista: vocês já imaginaram por que os Estados Unidos, com 110% do PIB de dívida bruta, rola sua dívida com uma taxa muito mais barata, e o Brasil, com 66%, rola com a maior taxa real de juros do planeta? O custo de carregamento é fruto do nosso desequilíbrio potencial e estrutural. Isso é muito importante. Qualquer trabalhador, qualquer dona de casa sabe que é preciso gastar com responsabilidade!

O Estado não pode tudo. Fala-se aqui que, se não aprovarmos esse PLN, não se vai pagar muita coisa. Olhem, dinheiro não é ficção! Há um Orçamento, uma projeção de receita, que não caiu. É mentira! Houve 7% de crescimento de janeiro a setembro. Há alguns aqui que eu chamei de **keynesianos** bastardos. Keynes nunca disse que, sempre e em qualquer circunstância, o gasto deve ser ampliado. Ele falou disso em uma profunda depressão, a de 29. O equilíbrio tem a ver com expectativas, investimento, crescimento; tem a ver com inflação. Gasto excessivo gera inflação e pune os mais pobres. Equilíbrio tem a ver com o custo da dívida; tem a ver com o investimento público, que está cadente, em um nível medíocre, porque os gastos correntes crescem; tem a ver, principalmente, com credibilidade. O Brasil saiu do radar dos investidores internacionais.

A Comunidade Europeia tem uma meta para todos os seus membros: 3% de déficit nominal. Vários países a descumprem. Mas, aí, não se quebra a regra; faz-se um documento circunstanciado e detalhado, pede-se um *waiver*, e uma comissão de ministros de finanças julga. Alguns países, como a Grécia, estão sob intervenção, outros têm um programa de ajuste, mas não se quebra o termômetro, não se muda a regra do Tratado de Maastricht, que é essencial para o equilíbrio do euro.

É o mesmo caso. Que a Presidente Dilma explique por quê, com o aumento de arrecadação, não foi possível cumprir a meta. Não será pela gastança dos inacreditáveis 39 Ministérios? Não será pelo superfaturamento que deriva da corrupção?

Portanto, não é uma questão de Oposição *versus* Governo, é uma questão de defesa da instituição mais importante da democracia brasileira. Se o Congresso, nesta noite, ou em qualquer dia futuro, votar o PLN 36, estará cometendo um haraquiri institucional.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC) – Vamos votar o PLN 31, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Izalci, para discutir a matéria.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho acompanhado os nossos amigos do Aerus que estão aqui acampados já há algum tempo. Desde o ano passado, havia a promessa de pagamento, e não houve o pagamento. Algumas pessoas que são participantes desse Fundo e que esperavam esse pagamento há muitos anos, até já morreram.

Por que aconteceu isso? Pela má gestão. E está sendo encaminhado também, e nós vamos ver agora na CPMI da PETROBRAS, questão referente a PETROS, POSTALIS e PREVI. O nosso Líder, Deputado Antonio Imbassahy, falou há pouco sobre uma nova delação premiada, mas é generalizada, já está na INFRAERO, já está em todas as partes. A corrupção está instalada no País. E temos que alertar quanto a isso os funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, dos Correios, da PETROBRAS, que durante toda a vida de trabalho profissional contribuíram com os fundos de previdência dessas instituições, para que, na aposentadoria, pudessem ter pelo menos o mesmo nível salarial ou poder aquisitivo da época em que trabalhavam e hoje não têm.

No caso do Aerus, aconteceu de haver pessoas que ganhavam muito bem na época e estão passando dificuldade. Este Governo não teve a sensibilidade de olhar pelos trabalhadores da VARIG. Houve má gestão. O Governo inclusive injetou recurso e não foi capaz de ajustar e pagar.

Só agora, depois de uma decisão judicial, bem depois, é que esta Casa, então... Espero que aprove hoje, para que a gente possa, de fato, resolver definitivamente essa questão dos nossos amigos, que já são quase moradores de Brasília, que já estão aqui há anos.

Eu quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, para pedir a esta Casa que tenha responsabilidade. Pode-se criar uma CPI ou uma Comissão para evitar que aconteça com os demais fundos o que aconteceu com o Aerus. Daqui a pouco, nós estaremos discutindo aqui os casos da PETROS, do POSTALIS, que está quebrado também. Por quê? Porque o Governo é que indica os seus diretores, o Governo é que indica onde é que se aplicam os recursos. É por isso que praticamente todos estão quebrados. Por quê? Porque o Governo administra mal.

E não é só falta de gestão, é exatamente o que está acontecendo na PETROBRAS: utilização de recursos públicos. Está aí, hoje, a prova. Já há a denúncia, já há a delação premiada aceita. Ontem mesmo, Paulo Roberto Costa foi muito claro: está enojado, há muitos anos, com a prática deste Governo. Quando mandou o *e-mail* para a Casa Civil, ele já estava enojado com a forma de o PT governar. E vejam aí o que está acontecendo.

Eu quero sugerir ao Presidente do Congresso e ao Presidente da Câmara que façamos imediatamente uma Comissão, preferencialmente uma CPMI, para apurar o que está acontecendo nos fundos de pensão.

Eu vi recentemente no Tribunal de Contas, em mais de 300 volumes, uma ação do fundo de pensão dos professores do Canadá, que investiu nas ações da ELETROBRAS. Como não houve pagamento de dividendos, não houve pagamento nenhum, entraram na justiça. Anos e anos depois, o Tribunal de Contas se declarou impedido porque não poderia analisar a questão dos fundos de pensão.

Esta Casa tem a obrigação, portanto, de prevenir para que não aconteça na PREVI, na FUNCEF, na PETROS e no POSTALIS o que aconteceu com o Aerus.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, disporá da palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, nós estamos discutindo um projeto da maior importância, para que o aprovemos. É o resgate de uma dívida que o Brasil tem com milhares de funcionários da VARIG, da Cruzeiro do Sul, da Transbrasil.

Eu posso falar das dificuldades por que passam esses funcionários, que têm direito adquirido por terem feito os aportes ao fundo de aposentadoria deles, quando tinham força de trabalho, para terem uma velhice tranquila.

Tenho amigos meus ex-comandantes da VARIG, um cunhado ex-comandante da Cruzeiro do Sul. Eu sei das dificuldades por que eles passam exatamente porque o Governo, àquela altura, não fiscalizou o Aerus como devia. Eles não têm culpa disso, porque são a parte que está sofrendo com os erros cometidos pelos Governos.

Isso chama a nossa atenção, Senador Paulo Paim, para os fundos de pensão de hoje, que, como já foi dito, estão sendo administrados para colocar os seus recursos em empreendimentos e empresas que não dão retorno a esses fundos. O que aconteceu com o Aerus pode vir a acontecer com o fundo de pensão da PETROBRAS ou com o fundo de pensão do Banco do Brasil.

Hoje os fundos de pensão de funcionários das estatais e de servidores públicos administram juntos um patrimônio de 450 bilhões de reais – 450 bilhões de reais! Esses fundos de pensão são descritos como integrantes do chamado "clube do amém", apelido dado por participantes e funcionários dessas entidades que encaminharam denúncias de má gestão à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão regulador do setor.

É importante que o Brasil tome conhecimento dessa situação e que o Congresso Nacional não se omita diante do que está acontecendo com esses fundos de pensão. As denúncias apontam o direcionamento de investimento dessas entidades fechadas de previdência complementar para negócios suspeitos, por meio dos quais geralmente dividem com outras fundações do setor público prejuízos milionários.

Investigadores da Lava-Jato já encontraram indícios de ramificações do esquema do doleiro Alberto Youssef em fundos de pensão. São muitos os indícios de pagamentos de propina a dirigentes da PETROS, o fundo de pensão dos funcionários da PETROBRAS.

A Polícia Federal encontrou em computadores *e-mails* de pessoas ligadas a Youssef, mostrando a aplicação, em 2012, de 73 milhões de reais das Fundações PETROS e POSTALIS, dos funcionários dos Correios. São muitos os exemplos de intervenção e má gestão nos fundos de pensão das estatais.

O aparelhamento continua. Se o fundo perde...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Peço a V.Exa. que conclua, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB) – Eu concluo em 15 minutos, Sr. Presidente.

Se o fundo perde, é porque alguém ganha na outra ponta. Voltemos ao Aerus. Eu quero parabenizar a Senadora Ana Amélia, o Senador Paulo Paim e todos os Senadores que apoiam o Aerus. Há anos, a gente vem lutando no Congresso Nacional para que seja reconhecida a dívida que a União tem com o Aerus, de modo que eles possam voltar a receber a sua aposentadoria com dignidade.

O Instituto Aerus foi criado em 20 de outubro de 1982, como eu já disse, pela VARIG.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Flexa, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria /PSDB-PA) – Eu estou concluindo, Sr. Presidente Renan. Mais 12 minutos, eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa., para concluir a intervenção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria /PSDB-PA) – Em 2002, as diretorias do Sindicato Nacional dos Aeronautas e da Associação dos Funcionários e Aposentados e Pensionistas da Transbrasil identificaram diversas irregularidades que comprometiam as finanças do Aerus. Isso em 2002. Nós estamos em 2014.

O caso Aerus é o exemplo mais emblemático dos problemas que os fundos de pensão podem acarretar aos participantes se não forem respeitados os contratos. O Aerus reúne milhares de aposentados e pensionistas que trabalharam em empresas aéreas. Devido a um roubo financeiro, a entidade viveu por longo tempo sob intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Flexa Ribeiro, se V.Exa. puder concluir, eu acho que será melhor para os seus companheiros, mesmo para os da Oposição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Já concluo, Sr. Presidente. V.Exa., democrata que é, não vai cortar o som de um companheiro seu do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – De V.Exa., jamais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Já caminho para o encerramento. Mas, se V.Exa. quiser ficar dialogando comigo, depois eu faço o encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Quem sou eu, Senador Flexa Ribeiro! Peço a V.Exa. que conclua.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – V.Exa. é o Presidente do Congresso e do Senado Federal. Todos nós Senadores votamos em V.Exa. porque acreditamos no trabalho de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Conclua.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – A bancada da base do Governo não me deixa terminar, da mesma forma que os brasileiros que estavam assistindo foram expulsos das galerias, que hoje estão vazias. Isso é uma vergonha para o Congresso Nacional. As galerias deviam estar cheias de brasileiros. Eles não estão aqui, mas estão nos assistindo pela *TV Senado* e nos ouvindo pela *Rádio Senado* e vão tomar conhecimento do voto de cada um dos Parlamentares aqui no Congresso Nacional. E quando nós voltarmos as nossas bases, eles vão nos cobrar sobre a posição que tivemos na noite de hoje. E eu espero que seja uma posição que dê respaldo e honre o Congresso Nacional.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Para concluir, Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Peço-lhe que conclua, porque V.Exa. não vai poder ficar indefinidamente fazendo discurso. Eu vou chamar o orador seguinte. Eu não quero ser indelicado com V.Exa., por quem tenho muito respeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Eu vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa., para concluir a intervenção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Então, eu quero me solidarizar com essas pessoas de idade que estão lá fora, que estão aqui há dias – hoje estão sentadas lá fora porque não puderam entrar –, esperando que nós façamos justiça na noite de hoje. E eles podem ter certeza de que vamos aprovar o Projeto nº 31, que vai dar o crédito necessário para que se retorne o pagamento das suas pensões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria saudar, rapidamente, uma comitiva de vereadores do Paraná, liderada pelo Presidente da Câmara de Prudentópolis. Lamentavelmente, eles estão fora do recinto. Gostariam de participar deste evento, mas não estão podendo adentrar as galerias. Lamentavelmente, com a decisão do Presidente Renan Calheiros, eles ficaram impedidos de participar desta importante sessão. Sinto muito.

Eu os saúdo. Foi muito bom eles terem vindo a Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho à tribuna para dizer que este projeto de lei do Congresso Nacional é meritório.

O Projeto de Lei nº 31 trata de um crédito extraordinário no valor de 248 milhões 265 mil reais. Para quem? Para mais de 10 mil ex-funcionários da Transbrasil e da VARIG, que foram comandantes, pilotos, aeromoças, comissários, pessoas que passaram a vida toda transportando o povo brasileiro, nós, que tantas vezes usamos, que semanalmente usamos os serviços aéreos dessas duas empresas.

A luta desses trabalhadores vem desde 2003. Ganharam três vezes ação na Justiça. Duas vezes, a União derrubou. Agora, nesta ação que é uma antecipação de tutela, esse crédito irá convalidar a vitória desses 10 mil trabalhadores.

E vejam que não se trata de trabalhadores quaisquer, mas de pessoas que já estão na faixa dos 75 anos de idade, em média. Meu Deus do céu, essas pessoas contribuíram por mais de 25 anos para esse fundo! Por que a União foi condenada agora? Porque não fiscalizou. Era dever do Executivo Federal fiscalizar os fundos de pensão. Como disse aqui o Senador Flexa Ribeiro, o Executivo não fiscalizou o Aerus, e o Aerus quebrou. E com certeza não fiscaliza a Previ, o maior fundo de pensão que existe hoje no Brasil, um dos maiores do mundo. E também não fiscaliza o Portus – está havendo mais uma demanda jurídica com o Portus –, nem outros tantos fundos de pensão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos que dizer "sim", para que possamos, com o Projeto de Lei nº 31, fazer justiça, aliás, uma justiça que chega atrasada, e justiça que chega atrasada é justiça que falha. A nossa Justiça falhou. O Executivo falhou. Nós estamos agora repondo a justiça.

Espero que Deus dê muita saúde a todos esses trabalhadores, para que eles possam usufruir dos recursos que ora estamos aprovando. Eles dizem, num panfleto que distribuíram, que a cada 48 horas morre uma vítima desse genocídio sem sequer receber seus benefícios.

Srs. Congressistas, eu peço a atenção de cada um dos Srs. Deputados e Senadores. Peço a sua atenção porque essas pessoas estão há mais de 3 mil noites tendo, em vez de sonhos, pesadelos.

Eu entendo que é chegada...

(Interrupção do som.)

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se V.Exa. puder concluir.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Eu já concluo.

O pesadelo vai virar sonho, e esse sonho, se Deus quiser, neste mês de dezembro, será como um presente do Congresso a esses 10 mil participantes do Fundo Aerus. Que Deus os ajude e dê vida longa a todos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) **–** Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sinto que o Plenário quer votar, então, quanto menos eu falar... Já falei três, quatro vezes nesta tribuna sobre o Projeto de Lei nº 31.

Veja bem, está aqui no plenário o Comandante Zoroastro, de 84 anos. Ele me disse que ganhava, como comandante, 11 mil reais, e que hoje ganha um salário mínimo. Eles estão ali na porta. O coração deles está batendo forte, forte, forte. Eu tenho até receio de que alguém tenha algum tipo de ataque.

Sr. Presidente, por isso eu faço um apelo a todos que estão aqui, no sentido de que falemos menos e votemos logo este projeto de lei.

E, quanto ao Projeto de Lei nº 36, se tivermos que falar a noite toda, falaremos.

Fica então um apelo, não em meu nome. Se eu fosse fazer uma homenagem, eu homenagearia a todos os partidos da Casa, todos. Todas as vezes que fomos ao Supremo Tribunal Federal, todos os que nós convidamos enviaram representante. Todas as vezes que fomos discutir com o Executivo havia um representante de cada. Eu falei com todos, e até aquele que jogou mais duro contra o Projeto de Lei nº 36 disse: "*Paim, quanto ao 31, não te preocupes*".

Eu não quero homenagens para mim, e sim para o Congresso, para o Parlamento, para V.Exa., que preside a sessão, e também para o Comandante Zoroastro, de 84 aninhos, louco para pegar um avião e voltar para casa! Ele só pode ir depois da votação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou tentar ser breve, apesar de achar que o Senador Paulo Paim, como Senador da base, deveria ter pedido ao Governo não encaminhar o projeto de lei, mas a medida provisória, até porque era uma decisão judicial para ser cumprida em 30 dias. Ontem completou 2 meses. Isso cabe 100 mil reais de multa ao Governo por dia pelo não cumprimento.

E, por incrível que pareça, ontem o Governo editou uma medida provisória de 30 bilhões para o BNDES. Dois pesos e duas medidas: para os empresários, 30 bilhões por medida provisória; para os milhares de ex-funcionários do Instituto *Aerus, 2* meses de espera para um projeto de lei. Como é que uma medida decidida pela Justiça não é urgente e não caberia medida provisória? A maldade é da Presidente Dilma Rousseff, que não tem coração. Agora, para mudar a LDO, para descumprir a legislação, cabe tudo.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar. Moro no Rio de Janeiro, que tem milhares de vítimas deste Governo e de uma gestão temerária, tanto desse Fundo e de tantos outros, que, infeliz ou felizmente em outros casos, são de estatais e podem ter o Governo cobrindo déficits permanentes de dívidas e de corrupção que existiram e continuam existindo nesses fundos de pensão.

Por isso eu fiz questão de transformar esta votação na mais importante da noite. V.Exa. queria que a gente votasse rapidamente. Não dá para votar rapidamente uma matéria em que parte vai ser atendida, até porque o Governo, na justificativa, diz que recorrerá dessa decisão.

Então, nós devemos ficar atentos aqui no Parlamento para que não apenas esses recursos, mas tantos outros sejam pagos àqueles que serviram, contribuíram e estão hoje passando miséria por todo o Brasil.

Por isso eu quero encaminhar a votação favorável ao PLN 31.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tem razão o Deputado Rodrigo Maia, tem razão o Deputado Marcus Pestana, quando apontam para a incongruência entre os instrumentos legislativos utilizados pela Presidente da República para providenciar recursos subsidiados para empresas via BNDES, o que suscitou a edição de uma medida provisória, e para o atendimento de uma decisão judicial urgente, inadiável, para atender a uma reivindicação de justiça daqueles que há tanto tempo lutam para ver reparada a situação em que se encontram, devido à gestão temerária do Instituto Aerus.

Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, homenagear os meus colegas, especialmente os do Rio Grande do Sul, Paulo Paim, Ana Amélia e Pedro Simon, que têm sido absolutamente incansáveis na defesa desta causa. Eles deram a ela uma repercussão nacional, deram a ela uma repercussão emblemática, que não apenas chama a atenção para os problemas vividos por aqueles que trabalharam durante anos e anos nas empresas aéreas instituidoras do Aerus, mas também para todos aqueles empregados de empresas públicas federais que contribuem para fundos de pensão, ameaçados hoje pela gestão temerária, ameaçados hoje pela voracidade de uma quadrilha que opera, sem escrúpulos, em empresas públicas e também em fundos de pensão.

O Aerus é realmente um exemplo emblemático. Ele reúne milhares de aposentados e pensionistas que trabalharam durante anos nas empresas aéreas. Foi constatado em 2002 um rombo nas finanças desse Instituto, graças à ação do Sindicato Nacional dos Aeronautas e da Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil, que identificaram, de forma absolutamente irrefutável, as irregularidades que comprometiam as finanças do Aerus.

Depois de uma longa luta, depois de uma torturante luta em que as esperanças eram sempre adiadas ao longo de uma cadeia que parecia infinita de recursos contra decisões judiciais robustas, alicerçadas em provas, depois de tanto tempo o Desembargador Federal Dr. Daniel Paes Ribeiro, do Tribunal Regional da 1ª Região, concedeu sentença favorável ao Sindicato Nacional e à Associação dos Aposentados e Pensionistas da Transbrasil.

Este projeto de lei sobre o qual vamos deliberar logo mais abre um crédito adicional de 248 milhões, aproximadamente, para o Ministério da Previdência, para que possa o Governo finalmente cumprir essa sentença judicial. É a justiça que se aproxima e que será efetivada hoje na votação do Congresso Nacional.

Volto, Sr. Presidente, na esteira do que disseram os meus colegas que me antecederam, a repisar o fato de que fundos de pensão de funcionários estatais e de servidores públicos, que administram juntos um patrimônio de cerca de 400 bilhões de reais, são vítimas de algo que foi chamado pela imprensa de "clube do amém".

São espertalhões, nomeados por influência política dos partidos da base do Governo para roubar, através de iniciativas temerárias e de negócios fraudulentos, os recursos que não pertencem a eles – gestores incompetentes dos fundos –, mas àqueles que contribuem para a sua manutenção.

Bem disse aqui o Senador Flexa Ribeiro: *"Já a Operação Lava-Jato constatou o dedo sujo da corrupção, a digital suja da corrupção do doleiro Youssef, a mando de partidos políticos e operações temerárias, operações fraudulentas que comprometem a saúde desses fundos"*.

É urgente, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional se debruce sobre esses fatos para evitar prejuízos maiores, para evitar que novas vítimas, como essa, como o senhor comandante que nos dá a honra de sua presença aqui em plenário, voltem a padecer dos mesmos males que padecem até hoje os segurados do Aerus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Vieira da Cunha, V.Exa. tem a palavra.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (Bloco/PDT-RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan, colegas Deputados, colegas Senadores, eu não poderia deixar de me pronunciar sobre este tema, porque ele me faz lembrar um dia do início dos anos 2000.

Eu era Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, e me telefonou o então Presidente Nacional do PDT, meu líder Leonel de Moura Brizola, que me disse o seguinte: *"Vieira, pede uma Comissão Parlamentar aí na Assembleia, porque estão querendo liquidar com a nossa VARIG"*. Dito e feito! A partir dali, nós nos mobilizamos, criamos uma Subcomissão, fizemos de tudo para que aquele verdadeiro crime de lesa-pátria que foi deixar a nossa VARIG ir à bancarrota não se consumasse. Mas, lastimavelmente, ele se consumou. O Governo, que era devedor de mais de 4 bilhões de reais à empresa, deixou a VARIG ir à falência.

Milhares de trabalhadores, como o Comandante que aqui está... Quantos comandantes o nosso País não perdeu para empresas aéreas de outros continentes, principalmente asiáticas? Mão de obra qualificada, disputada no mundo inteiro, que aqui estava servindo ao nosso País, foi servir a outros interesses, de outras empresas. O parque de manutenção da VARIG hoje é português, está em Porto Alegre com a TAP. Milhares de trabalhadores, Senador Paim, Senadora Ana Amélia, Senador Pedro Simon – nossos representantes –, perderam seus empregos.

Este projeto é, portanto, a consequência de uma irresponsabilidade inominável do Governo Federal, do Governo Lula, que não fez a sua parte e deixou que a VARIG desaparecesse.

Os escritórios da VARIG pelo mundo eram embaixadas do nosso País em cujas portas os brasileiros batiam em busca de assistência. Suas aeromoças, tripulantes, comandantes, profissionais do mais alto gabarito. A VARIG era uma empresa séria, competitiva, padrão de segurança de voo no mundo todo. Perdemos um verdadeiro símbolo do nosso País, e isso é lamentável!

Quero aqui erguer a minha voz com a daqueles que, como eu, até hoje protestam, porque o Governo poderia, sim, ter evitado que a VARIG desparecesse.

Lembro-me da luta da Associação dos Pilotos da VARIG, que apresentou um plano consistente de reestruturação da empresa e só precisava do apoio, da vontade política, da decisão política do Governo da época, mas não teve.

Então, estamos votando aqui hoje a inclusão no Orçamento de 250 milhões de reais, Senadora Ana Amélia, Relatora, para que a agonia, para que o sofrimento desses trabalhadores altamente qualificados não perdure.

Mas é bom registrar que estamos fazendo isso porque houve uma decisão judicial. Isso deveria ter sido feito, Senador Paim, por decisão governamental, porque o Governo tem, sim, responsabilidade com as consequências daquele ato, repito, de lesa-pátria do início dos anos 2000, que permitiu que o nosso País perdesse essa empresa que tantos inestimáveis serviços prestava ao desenvolvimento do Brasil.

Quero, ao final, encaminhar o voto favorável da nossa bancada, da bancada do PDT, e render as minhas homenagens ao Sindicato dos Aeronautas e à Associação dos Funcionários da Transbrasil, que moveram a ação e estão agora tendo obter o respaldo do Congresso Nacional.

Sr. Presidente Renan, concluo cumprimentando a todos os funcionários da VARIG, da Transbrasil e de outras empresas aéreas e dizendo que não estamos fazendo nada mais, nada menos do que cumprir com nosso dever de amparar esses milhares de famílias de trabalhadores que contribuíram durante toda a sua vida profissional para um fundo de pensão e que agora não podem ficar desamparados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Há sobre a mesa requerimento de encerramento da discussão, nos termos do §1º do artigo 39 do Regimento Comum.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO
Nº 47, DE 2014-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeremos, nos termos do § 1º, do artigo 39, do Regimento Comum, **encerramento da discussão do PLN nº 31, de 2014**.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Senador José Pimentel PT/CE
Líder do Governo no Congresso Nacional

(À publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) -Para encaminhar, eu concedo a palavra, em primeiríssimo lugar, ao Senador José Agripino.

Com a palavra V.Exa. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM-RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, eu consultei agora há pouco a lista de oradores e percebi que ainda estão por falar mais de 20 inscritos.

Senadora Ana Amélia, eu quero, até em homenagem à sua luta, principalmente à sua luta – também à luta do Senador Paulo Paim e à luta do Senador Pedro Simon, mas principalmente à sua luta –, manifestar-me contra o encerramento da discussão, porque eu acho que as pessoas, ainda que brevemente, têm o direito de falar sobre essa luta.

Senadora Ana Amélia, nós viajamos de avião toda semana. Nos aviões da TAM, ou da Azul, ou da Gol, ou da Avianca, toda hora a gente encontra comissário de bordo ou piloto que vem dos tempos da Cruzeiro do Sul, da VARIG e da Transbrasil.

Quantas vezes eu não fui abordado por comissários de bordo, chefes de cabine, pilotos ou primeiros oficiais – comandante e copiloto –, sempre muito cerimoniosos, que perguntavam como andava a questão do Aerus? Eram sempre cerimoniosos, mas perguntavam e colocavam o drama pessoal que viviam. Alguns estavam empregados; outros, não; outros já estavam recolhidos em casa. Tinham contribuído com a previdência durante muito tempo, mas recebiam uma miséria e pleiteavam aquilo que era a luta que eu encontrava, como V.Exa. encontrava, nos corredores do Congresso: as Ordens de advogados batalhando aqui pelo Aerus, pelo complemento da previdência, para fazer justiça à gente que enobreceu o nome do Brasil quando foi funcionário da Cruzeiro do Sul, da Transbrasil ou da nossa VARIG.

O que nós estamos agora apreciando não é um benefício, não é um favor, é uma decisão da Justiça, uma coisa pela qual se lutou por anos e anos e que, ao final, a Justiça concedeu.

Senadora Ana Amélia, foram 8 anos – 8 anos! – de muita luta. E eu me lembro das idas dos grupos à Casa Civil e da enrolação nesta, em relação ao pleito do Aerus.

Então, hoje se está completando um processo. Por decisão da Justiça, 248 milhões e alguns quebrados estão sendo aportados para se fazer justiça à gente que deve estar nos ouvindo agora com o coração apertado, aguardando a aprovação, que vai acontecer, desta matéria, para que o sonho se torne uma realidade.

Agora, o que eu acho? O que eu acho é que aqueles que estão inscritos, que acompanharam a luta dos aeronautas, daqueles que pleiteiam esse benefício complementar, precisam ter a oportunidade de aqui vir e daqui falar.

Eu me comprometo a estar aqui para votar e vou batalhar para que essa matéria seja votada e seja aprovada de verdade, numa homenagem a eles e numa homenagem à Senadora Ana Amélia, a quem quero dar, por preito de justiça, um depoimento. S.Exa. foi, na verdade, a maior de todas, a vanguardista de todas as defensoras desta causa, até porque esta diz muito a respeito do Rio Grande do Sul de S.Exa., como diz respeito ao Senador Paulo Paim, a quem também homenageio pela vitória que vamos conquistar nesta noite, estendendo as homenagens ao Senador Pedro Simon.

Vou votar favoravelmente a esta matéria. Agora, espero ouvir as manifestações de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que esta noite acontecesse e para que esta matéria pudesse ser, como vai ser, aprovada por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, nós queremos votar este projeto de lei que concede crédito aos trabalhadores da VARIG, que, nos anos 90, foram burlados porque não houve fiscalização no Instituto Aerus. Estamos, agora, reparando um erro dos anos 90.

Fui Ministro da Previdência Social, ajudei na construção desse entendimento e quero encerrar a votação, para que os velhinhos tenham o seu direito reconhecido e para que possamos dizer: *"Até que enfim, aos trabalhadores do Aerus está sendo feita justiça"*.

Sr. Presidente, voto pelo encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que, ao votarmos esse PLN, nós estamos reconhecendo e resolvendo uma injustiça muito grande. Já existe uma decisão judicial que determina o pagamento a que se refere o projeto.

Na verdade, o fato de ter sido emitido um projeto de lei atrasou a votação até agora, razão pela qual deve estar aqui no Salão Verde um número representativo de ex-funcionários da VARIG e da Transbrasil aguardan-

do a votação. Já se poderia ter decido esta matéria se, em vez de um projeto de lei, fosse enviada uma medida provisória. Aliás, era o que cabia no caso.

Sem dúvida nenhuma, chegamos ao momento mais esperado para aqueles que tinham a certeza de que poderia ser resolvida esta questão. Não é a solução definitiva, é uma decisão paliativa, momentânea. Todos aqueles que voaram na VARIG, na Cruzeiro do Sul, na Transbrasil aguardam esta decisão. É a tentativa de encontrar uma solução para esse caso extremamente complicado.

Queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia, Relatora na Comissão Mista de Orçamento, que acelerou a tramitação desse projeto de lei.

Não preciso completar o tempo de que disponho. Vamos rapidamente votar, porque todos aqueles que estão subordinados ao Aerus – sejam tripulantes, sejam comandantes das companhias aéreas – esperam uma decisão.

Sr. Presidente, também queremos que venha à votação o mais rapidamente possível o PLN do Portus, uma vez que os portuários estão na mesma situação que os aeronautas e os aeroviários. Isso é triste. A falta de fiscalização e outros interesses têm prejudicado todos eles. Vamos votar e decidir esta matéria rapidamente!

Sr. Presidente, nós votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu faço um apelo aos Srs. Deputados, aos Srs. Senadores, às Sras. Deputadas e às Sras. Senadoras: por favor, venham ao plenário.

Nós vamos dar a palavra ao Deputado Nilson Leitão, o último orador inscrito para encaminhar a votação do requerimento. Em seguida, a exemplo do que foi feito outras vezes, certamente deve ser feito pedido de verificação. É importante a presença de todas e de todos.

Com a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta matéria é de enorme importância. Nós estamos vivendo, esta semana, um momento em que o Brasil inteiro se coloca contrário ao que vem logo ali à frente: o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 36.

Entendemos – e entendemos bem – a necessidade de aprovar uma matéria que vai atender a alguém ou a um setor que já fez muito pelo País e que passou uma vida esperando por seu novo momento.

O Governo do Partido dos Trabalhadores está aí há 12 anos e foi reeleito. Então, não é algo que foi visto agora. Aliás, houve uma decisão da Justiça: a de que se aprovasse o PLN 31.

Mas eu quero me ater a outro debate, novamente ao PLN 36. Acredito que o Brasil inteiro está concentrado neste debate e entendo que a Presidente Dilma usa uma manobra nunca vista para tentar encobrir um calote, um erro, um equívoco, uma falha, uma falta de gestão do seu Governo.

O que acontece? Ela comete um absurdo de um abuso na sua gestão: gasta mais do que recebe. A partir daí, ela convoca o Congresso Nacional para dizer:

> *"Olha, quando eu gastei, não convidei vocês para dizer onde deveria gastar, a forma como deveria gastar. Se gastei certo ou errado, gastei pensando apenas no poder. Mas cometi um crime e agora eu preciso resolver esse crime, eu preciso fugir dele, eu preciso que o Congresso Nacional reinvente a Lei de Responsabilidade Fiscal. Me deem uma chance, porque eu cometi um crime que não deveria ser perdoado pelo Congresso."*

Um Prefeito não tem direito de pedir perdão; um Governador não tem direito de pedir perdão. Qualquer ordenador de despesa não teria direito ao perdão, mas a Presidente Dilma quer o perdão, quer que o Congresso Nacional suje suas mãos naquela lama que ela levou para o Planalto. Nós não podemos participar disso.

E ela não parou por aí. Ela decidiu que precisava pressionar o Congresso através de outro decreto. Através de outro instrumento, ela veio com uma chantagem, dizendo assim *"Olha, se vocês não votarem, eu não vou pagar as emendas parlamentares."*, como se fosse um talão de cheques do bolso dela, da pessoa física Dilma Rousseff. Ela já fez o Planalto de comitê da campanha eleitoral, agora quer fazer do Orçamento sua conta corrente para comprar quem ela quiser. Nós não podemos dar esse cheque em branco para a Presidente Dilma Rousseff. Ela deu um calote no País.

O Programa Minha Casa, Minha Vida está comprometido não porque temos que aprovar o PLN, está comprometido porque há 8 meses ela não passa os recursos para a Caixa Econômica pagar os empreiteiros adjudicados do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A Presidente Dilma está brincando com o Orçamento. Ela está achando que está administrando a casa dela, mas não está. Ela está administrando um país e ela precisa ter um choque de gestão, ela precisa ter a coragem de chamar o Congresso brasileiro para discutir a sua inabilidade, a sua incompetência. Mas ela não pode ser desonesta com o Brasil, dizendo para o Brasil que precisa aprovar esta lei, senão as Prefeituras estarão com dificuldades, elas já estão com dificuldades. Ela não pode dizer que, se não aprovar esta lei, os governos estarão com dificuldades. Os governos já estão com dificuldades.

O Governo brasileiro virou as costas para os outros entes da Federação há muito tempo, e querem colocar esses dois de joelhos novamente como reféns. Mas não venha querer colocar como refém o Congresso Nacional! O Congresso Nacional não pode colocar as suas digitais num projeto como este, não pode atestar isto, não pode encobrir um crime como este, não pode fazer da Presidente Dilma a vítima de um processo que ela causou. Quem está dirigindo esse carro embriagado e sem carteira de motorista é a Presidente Dilma. Quem ela atropelou e matou, ela tem que assumir. Ela é a motorista assassina do Orçamento brasileiro, e nós não vamos assumir essa culpa.

Eu convoco este Congresso a entender que não é mais uma briga de lado, é uma briga pela responsabilidade fiscal, tão duramente conquistada pelos senhores, num passado de tantos que aqui estavam. Rasgar a Lei de Responsabilidade Fiscal é rasgar o futuro de uma gestão ou o futuro de gestores! Isso vai ser um precedente que não vai mais ter como parar.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso posicionamento é contrário.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Quero apenas pedir a V.Exa. que considere a orientação de bancada antes de iniciar o processo de votação, de acordo com o art. 129.

Portanto, como eu gostaria de orientar a bancada, peço a V.Exa. que abra o espaço para orientação.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de indagar V.Exa. sobre o procedimento de votações, porque V.Exa. sabe que estamos em obstrução desde o início da sessão de hoje. Não temos nenhuma intenção de dificultar a derrubada do veto relativo à questão do Aerus, uma matéria que entendemos justa.

Ao mesmo tempo, nós gostaríamos de saber de V.Exa. quais serão as matérias apreciadas depois da matéria do Aerus. Nós temos vários requerimentos sobre a mesa. Seria importante V.Exa. antecipar quais serão os procedimentos que vai adotar sobre os requerimentos de inversão de pauta.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar, Sr. Presidente! Vamos votar.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – E que a gente possa dirimir todas as dúvidas para saber como nós vamos nos comportar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Exatamente como pede V.Exa., nós vamos proceder à votação na Câmara dos Deputados, e nós vamos proceder à votação no Senado Federal do requerimento de encerramento da discussão.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Isso, por acordo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Depois nós entraremos na votação do projeto. Depois disso, nós temos sobre a mesa 16 ou 17 requerimentos de inversão de pauta.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos retirar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos apreciar os requerimentos. Votação na Câmara dos Deputados.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos lá, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós daremos a palavra a todos para orientar, Deputado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Logo em seguida, V.Exa. dá a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* **(Requerimento nº 47/2014-CN)**

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Aprovado, aprovado.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, eu fiz uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Aprovação do requerimento já encaminhado na forma do Regimento.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Votação na Câmara dos Deputados.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento... *(Pausa.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Não pode haver votação sem orientação.

(Tumulto no Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar! Vamos votar! Vamos votar! Vamos votar, Sr. Presidente! Não dá bola, vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Votação na Câmara dos Deputados.

É votação simbólica, inicialmente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Isto! Foi o acordo. Vamos votar.

(Tumulto no Plenário.)

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – As Sras. e Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

(Tumulto no Plenário.)

Aprovado.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (SD-BA) – Aprovado! Parabéns! *(Palmas.)* Muito bom! Aprovado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Aprovado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Votação no Senado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Está errado. V.Exa. usou de violência. Sem o Líder, é violência, Sr. Presidente. É uma violência não haver uma orientação de voto antes.

Peço uma verificação de votos.

V.Exa. tem obrigação regimental.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Votação no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Na forma do seu Regimento, eu defiro a verificação pedida pelo Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos proceder à verificação inicialmente na Câmara dos Deputados.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência solicita a todas as Sras. e Srs. Senadores que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Sr. Presidente, eu peço a palavra enquanto a votação ocorre.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar, Sr. Presidente! Abra o painel! Vamos votar!

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Peço a palavra enquanto a votação ocorre.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Abra o painel, Sr. Presidente! Vamos votar! Para ter encaminhamento... Para ter encaminhamento, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Estava indo muito bem. Atropelou! Tratorou! Não vamos aceitar isso! Não vamos aceitar isso, Sr. Presidente. V.Exa. recebeu minha questão de ordem.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar! Vamos votar! Abra o painel, Sr. Presidente! Quem não quiser votar não vota. Abra o painel!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos conceder a palavra aos Líderes, para que eles posicionem suas bancadas.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Mas abra o painel para votação!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está iniciada a votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT vota "sim". Peço orientação da bancada para o voto "sim" do PT.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – O PMDB vota "sim", Sr. Presidente!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Por favor, questão de ordem, pelo art. 192, § 2º.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. tem a palavra para posicionar a bancada.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Sr. Presidente, só para posicionar o Governo.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Está em votação e não pode ter questionamento. Está em votação!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Os Líderes podem posicionar suas bancadas.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Líder Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Primeiro, eu quero, Presidente, destacar a importância desta votação.

Eu participei de dezenas de reuniões e negociações. Quero destacar aqui, além do papel dos nossos Senadores, desta grande liderança dos aeroviários, Graziella Baggio, que aqui está e tanto lutou ao lado de todos os trabalhadores cobertos pelo Aerus. Foi uma negociação extremamente complexa.

Quero cumprimentar todo o Congresso Nacional e a sensibilidade também do Governo da Presidenta Dilma, que soube conduzir essa negociação em diálogo com todos esses trabalhadores e resgata o direito dessas aposentadorias de um fundo que enfrentou os problemas que enfrentou em gestões passadas.

Quero dizer, Presidente, que a Oposição precisa respeitar o andamento da sessão. Nós estamos numa sessão absolutamente democrática, regimental, vencendo a obstrução. A Maioria tem sim o direito de se expressar, como está se expressando aqui.

O Governo vota "sim", Presidente.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP) – Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente. Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL) – Presidente, o respeito pela...

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP) – Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, no art. 102...

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL) – Com relação ao partido, Sr. Presidente...

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP) – Sr. Presidente, para orientar pelo PSB.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, eu estou citando o artigo e tenho precedente.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para orientar pelo PSB.

O PSB entende que esta matéria é de extrema importância e justiça. Realmente, nós entendemos que a urgência é tal, que justificaria a medida provisória.

Neste momento, não havendo outra alternativa para resolver o problema, nós vamos orientar o voto "sim", porque é justo e deve ser observado que essas pessoas prejudicadas hoje por todos esses desmandos do passado não podem ser penalizadas por isso. Foi uma decisão judicial e tem que ser cumprida. Em nossa opinião, o Governo não deve e não pode recorrer. Nós queremos sim que seja cumprido. Vamos votar "sim", para que haja justiça. Ainda que tardiamente, essa justiça é necessária.

Por isso, o PSB orienta todos os seus Deputados a votarem "sim" nesta matéria.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS) – Vamos votar, Sr. Presidente! Há acordo. Vamos votar!

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL) – Para orientar, Sr. Presidente, em nome do PP/PROS. Eu quero dizer que isto é fruto de um acordo entre todos os partidos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, eu insisto no pedido de uma questão de ordem! Por gentileza, atenda a minha solicitação, porque há precedência para questão de ordem. Eu estou citando o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra a V.Exa. para a questão de ordem.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PP/PROS vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Na última questão de ordem que eu o ouvi, V.Exa. estava pedindo para votarmos um requerimento de inversão de pauta de um item que já estava na pauta!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, eu estou me referindo a uma questão de ordem sobre esta votação!

O SR. NELSON MARCHEZAN JUNIOR (PSDB-RS) – Não dá mais! Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se V.Exa. não colaborar...

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (Bloco/PR-MG) – Para questão de ordem, tem que citar o artigo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. deve me ouvir. Eu serei breve. Eu prometo que serei sucinto. Eu estou falando como Líder.

O art. 192, no seu § 2º, é claro, Sr. Presidente.

Eu vou ler, e é um português claro, Sr. Presidente. O Brasil inteiro está acompanhando, e o seu assessor está confirmando que eu tenho razão.

> *"Art. 192. .....*
> *§ 2º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, cada Líder (...) poderá manifestar-se para orientar sua bancada, ou indicar Deputado para fazê-lo em nome da Liderança, pelo tempo não excedente a um minuto (...)".*

Eu tenho o direito de orientar a bancada...

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (Bloco/PR-MG) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Espere! Deixe-me concluir a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu lhe dei a palavra exatamente para V.Exa. orientar a sua bancada. Nós estamos em processo de votação. Por favor!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – V.Exa. não me deixou concluir a questão de ordem.

(Não identificado) – O PT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Eu estou fazendo a questão de ordem para mostrar para V.Exa. e provar para o Brasil o que acabou de acontecer. Eu pedi para orientar antes de V.Exa. colocar em votação, mas o V.Exa. insistiu em fazer a votação simbólica, que é votação! Ou votação simbólica não é votação? De maneira premeditada, V.Exa. queria fazer a votação simbólica, V.Exa. já sabia que nós íamos pedir verificação, e dá para orientar enquanto vota. Ou seja, 160 Deputados já votaram, e agora V.Exa. vai me permitir orientar, depois que já votaram, na mesma prática que V.Exa. usou nos vetos. V.Exa. cassa a palavra dos Parlamentares de maneira autoritária, desrespeitando o Regimento.

(Manifestações do Plenário.)

Portanto, eu peço a V.Exa. que, respeitando o Regimento, volte à votação, permitindo a orientação. Em seguida, V.Exa. coloca como simbólica. A orientação já estará feita. Aí nós poderemos partir para a verificação.

Isso é o que a Câmara sempre fez. O Presidente Henrique Eduardo está aqui no plenário. Ele faz isso cotidianamente na Câmara. V.Exa. está desrespeitando a Câmara. Porque é Senador, V.Exa. não passa por cima da Câmara!

(Apupos.)

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Chega!

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (Bloco/PR-MG) – Sr. Presidente, quero orientar pelo PR.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Chega! Há tempo para questão de ordem!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Eu concluo. Eu sou Líder da Minoria, tenho o direito regimental de orientar a bancada. V.Exa. colocou a matéria em votação antes que eu pudesse orientar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Oriente, então!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Eu peço a V.Exa. que, num gesto de humildade e de grandeza, a coloque novamente para a orientação e em seguida em votação, sob pena de esta votação ser nula – nula! – e prejudicar inclusive a sequência desta sessão.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Todo mundo está votando consciente. Todos estão conscientes do seu voto.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (Bloco/PR-MG) – Sr. Presidente, quero orientar pelo PR.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, quero orientar pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Os Líderes podem continuar orientando suas bancadas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente, quero orientar pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Líder Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nossa orientação é o voto "sim", inclusive lembrando um detalhe: por força de uma decisão judicial é que este PLN está sendo votado. Não é por favor nenhum de Governo, não, é por força de uma decisão judicial. Lembro também que o Projeto de Lei nº 6, que é o item 9 da pauta, trata da mesma situação, relativo aos portos.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, quero orientar.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – Pelo PSD, Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sem dúvida nenhuma, esperamos que possamos votar esta matéria o mais rapidamente possível, porque os funcionários dos portos estão na mesma situação do Aerus.

Quero cumprimentar a Graziella e todos aqueles que estiveram aqui pressionando por este momento de votação. Temos certeza, Sr. Presidente, de que o voto "sim" é voto de justiça, reconhecimento à situação dos comandantes e dos tripulantes das aeronaves da VARIG, da Cruzeiro, da Transbrasil, que estão no Aerus.

E quero dizer inclusive em alto e bom som: esta não é a solução definitiva, é apenas a solução de momento, e o Governo não deve recorrer para não atrapalhar a solução final.

O PTB vota "sim", pelo Aerus.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Líder Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO. Sem revisão do orador.) – O PSD vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PSD recomenda o voto "sim".

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PR-BA) – Pelo PR, Sr. Presidente.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT vota "sim".

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, PSDB, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o PSDB.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. age de maneira fria, V.Exa. age de maneira calculada, V.Exa. age de maneira pensada. Quando eu pedi para orientar antes da votação V.Exa. autorizou – disse que se iria orientar e não se orientou –, e não garantiu essa possibilidade. A orientação é importante, Sr. Presidente. Por quê? Nós já estamos com 201 votos; os Deputados da minha bancada entraram em plenário e não sabem ainda a orientação que têm que seguir.

(Apupos.)

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Grande Presidente!

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Portanto, Sr. Presidente, essa não foi uma decisão acertada de V.Exa., foi equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. está com a palavra para orientar a sua bancada.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Eu já a orientei. A orientação vai ser obstrução, mas isso deveria ter sido feito antes do início do processo de votação. V.Exa. se equivocou nessa decisão – não é uma decisão regimental –, e eu queria apresentar aqui o meu protesto, da mesma forma como fez o Deputado Domingos Sávio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu recebo e registro o protesto de V.Exa. Eu queria só lembrar a V.Exa. que não é fácil se desincumbir do papel de ser oposição – não é fácil –, é preciso ler o Regimento, é preciso apresentar questões de ordem consentâneas com o Regimento. A sociedade brasileira está acompanhando tudo o que se passa aqui nesta sessão.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Siga em frente, Sr. Presidente!

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS) – Para orientar, pelo PDT, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PR-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PR encaminha o voto "sim".

Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos que esclarecer à população que está nos vendo a colocação do Líder do Governo, Deputado Henrique Fontana, querendo aqui declarar isso como sendo algo que o Governo estivesse fazendo em favor do Instituto Aerus. Isso precisa ser corrigido! Líder Fontana, não tente usurpar aquilo que não é prerrogativa sua nem do seu Governo!

A Presidente Dilma a vida toda voltou as costas para o Aerus. Basta V.Exa. ir ali fora para ver o que está escrito nas faixas em relação à Presidente da República. Ela é que obstruiu o pagamento do Aerus durante todo esse tempo! Não houve acordo algum! O que nós estamos votando aqui hoje é uma decisão judicial...

(Interrupção do som.)

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS) – Peço a palavra para orientar, pelo PDT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PDT, Deputado Vieira da Cunha?

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Deputados, pelas razões que já apresentei da tribuna, o Partido Democrático Trabalhista vota "sim", lembrando que se trata, sim, de execução provisória de uma decisão judicial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, execução essa requerida pelas seguintes entidades, às quais rendo minhas homenagens: Sindicato Nacional dos Aeronautas e Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil. Graças à luta dessas entidades e dos trabalhadores que elas representam é que nós estamos tendo hoje a oportunidade de votar e aprovar esta matéria.

O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PCdoB, Deputada Jandira Feghali?

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim", em respeito a todos esses trabalhadores aposentados que foram lesados durante anos. É bom que a gente lembre que quem desestruturou a VARIG foi o Governo Fernando Henrique Cardoso e que nós, agora, recuperamos justamente, não no ideal, mas no possível, o benefício a esses trabalhadores.

O PCdoB vota "sim", em respeito a todos os que estão aí fora e que ontem, respeitosamente, ficaram nas galerias em silêncio, aguardando o momento da sua votação, diferentemente da organização criminosa que ficou do outro lado.

Então, o PCdoB vota "sim", para o encerramento da discussão e a celeridade da votação do projeto principal.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – E já deu quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Arthur Maia.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (SD-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade, em primeiro lugar, lamenta que essa atitude tomada hoje aqui no Congresso Nacional tenha demorado tanto e tenha custado tanto tempo ao Aerus. Em segundo lugar, ressalta que se trata, de fato, de homologação pelo Parlamento brasileiro de uma decisão judicial, e não de um fato, de uma atitude, de um benefício trazido pelo Governo.

O Solidariedade vota "sim", em apoio ao Aerus.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar, pelo PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Chico Alencar, como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos o vício natural, digamos, da disputa política de querer ter a primazia de bons projetos.

A rigor, os grandes vitoriosos desta noite, os que mais lutaram por essa causa absolutamente justa – e causas justas sempre triunfam –, são os trabalhadores da Transbrasil, da VARIG, os segurados tão inseguros do Aerus.

Esses têm uma luta tenaz e admirável e moveram a rigidez do Judiciário.

Eu me lembro de nós numa audiência com o então Presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa, que se mostrou insensível na ocasião. Eles nos cobraram, permanentemente, com duas ocupações aqui: uma, de 30 dias, e a atual, de mais de 18 dias. Isso não é fácil para quem já trabalhou a vida inteira.

Então, os grandes vitoriosos estão aqui representados pela Graziella, na sua luta sindical de vida inteira – ela vai para a cadeira de rodas, mas não para de andar –, e pelo comandante Zoroastro, que continua mostrando que céu de brigadeiro e sem turbulência é para quem tem convicção e solidariedade com a sua própria categoria.

Essa vitória, que será unânime aqui na Casa, é derivada de uma luta justa desses trabalhadores.

O voto do PSOL, obviamente, é "sim". Acompanhamos essa luta e nos dedicamos modestamente a ela.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria dizer que apresentamos o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.616, de 2014, que revoga o art. 4º do Decreto nº 8.367, de 2014, que é uma homenagem ao fisiologismo e ao clientelismo e que deslustra o Parlamento, quando a Presidente Dilma condiciona – o termo está no decreto – a agregação de verbas a Ministérios, incluindo emendas parlamentares, à aprovação de um PL do Congresso Nacional futuro.

Isso não existe. É uma jabuticaba estragada – política, jurídica e legislativa –, que a gente quer revogar aqui. Pedimos a todos os Líderes que assinem o requerimento de urgência para a apreciação deste PDC.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR) – Orientação, pelo PPS, Sr. Presidente.

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA) – Orientação, pelo PRB, Sr. Presidente.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS vai encaminhar o voto "sim". Participamos desta luta junto com a Aerus, lembrando que estamos aqui nesta noite por decisão judicial. Destacamos o trabalho do Presidente Henrique Eduardo Alves, que permitiu que essas vítimas aqui pudessem se pronunciar nesta Casa; destacamos o trabalho do nosso Líder Rubens Bueno, que durante todo esse tempo levantou essa bandeira junto com a Aerus; e destacamos a presença do comandante Zoroastro, de 84 anos, da VARIG/Cruzeiro, que tem quase 40 anos de voo, e daqui a alguns minutos vai comemorar esta grande vitória nesta noite.

O PPS orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

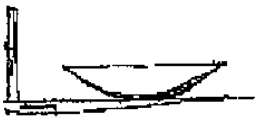
O SR. NELSON PADOVANI (PSC-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC orienta a sua bancada a votar "sim".

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB entende que essa é uma vitória dos aposentados e pensionistas da Transbrasil. Portanto, registra que essa vitória é fruto de uma decisão judicial.

Quero aqui aproveitar e citar o que disse Rui Barbosa: *"Não há nada mais relevante para a vida social do que a formação do sentimento de justiça".* Neste momento, esta Casa vai fazer justiça aos aposentados e pensionistas da Transbrasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. *(Pausa.)*

(Procede-se à apuração)



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:57
Número: 19

54 ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
Renan Calheiros - PMDB/AL

Sessão:
SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 03/12/2014
Abertura Painel: 03/12/2014 10:53

Presidiram a Sessão:
Renan Calheiros - 10:53
Romero Jucá - 16:25
Renan Calheiros - 18:15

Proposição:
PLN Nº 31/2014 - REQUERIMENTO DE ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO

Início Votação: 03/12/2014 20:22
Fim Votação: 03/12/2014 20:42

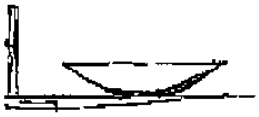
Presidiram a Votação:
Renan Calheiros

Resultado da Votação

Sim	309
Não	2
Total da Votação	311
Total Quorum	311
ıstrução	13

Orientação
PT - Sim
PMDB - Sim
PpPros - Sim
PSD - Sim
PSDB - Obstrução
PrPtdobPrp - Sim
PSB - Sim
Solidaried - Sim
PDT - Sim
PTB - Sim
PCdoB - Sim
PSC - Sim
PRB - Sim
PPS - Sim
PSOL - Sim

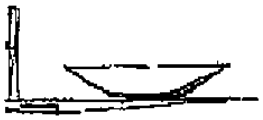
	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Berinho Bantim	Solidaried		Sim
Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp	Sim
Jhonatan de Jesus	PRB		Sim
Total Roraima : 3			
AMAPÁ			
Dalva Figueiredo	PT		Sim
Evandro Milhomen	PCdoB		Não
Vinicius Gurgel	PR	PrPtdobPrp	Sim



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:57
Número: 19

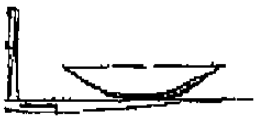
	Partido	Bloco	Voto
Total Amapá : 3			
PARÁ			
Beto Faro	PT		Sim
Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros	Sim
Giovanni Queiroz	PDT		Sim
José Priante	PMDB		Sim
Josué Bengtson	PTB		Sim
Lira Maia	DEM		Sim
Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp	Sim
Miriquinho Batista	PT		Sim
Zé Geraldo	PT		Sim
Zequinha Marinho	PSC		Sim
Total Pará : 10			
AMAZONAS			
Átila Lins	PSD		Sim
Dr. Luiz Fernando	PSD		Sim
Francisco Praciano	PT		Sim
Pauderney Avelino	DEM		Sim
Sabino Castelo Branco	PTB		Sim
Silas Câmara	PSD		Sim
Total Amazonas : 6			
RONDONIA			
Anselmo de Jesus	PT		Sim
Marcos Rogério	PDT		Sim
Marinha Raupp	PMDB		Sim
Moreira Mendes	PSD		Sim
Padre Ton	PT		Sim
Total Rondonia : 5			
ACRE			
Antônia Lúcia	PSC		Sim
Flaviano Melo	PMDB		Sim
Henrique Afonso	PV		Sim
Perpétua Almeida	PCdoB		Sim
Sibá Machado	PT		Sim
Taumaturgo Lima	PT		Sim
Total Acre : 6			
TOCANTINS			
César Halum	PRB		Sim
Júnior Coimbra	PMDB		Sim
Lázaro Botelho	PP	PpPros	Sim
Osvaldo Reis	PMDB		Sim
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM		Sim



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:57
Número: 19

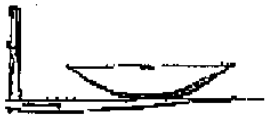
	Partido	Bloco	Voto
Total Tocantins : 5			
MARANHÃO			
Alberto Filho	PMDB		Sim
Cleber Verde	PRB		Sim
Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtdobPrp	Sim
Hélio Santos	PSDB		Obstrução
Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrp	Sim
Waldir Maranhão	PP	PpPros	Sim
Weverton Rocha	PDT		Sim
Total Maranhão : 7			
CEARÁ			
André Figueiredo	PDT		Sim
Ariosto Holanda	PROS	PpPros	Sim
Arnon Bezerra	PTB		Sim
Chico Lopes	PCdoB		Sim
Danilo Forte	PMDB		Sim
Eudes Xavier	PT		Sim
João Ananias	PCdoB		Sim
José Airton	PT		Sim
José Guimarães	PT		Sim
Manoel Salviano	PSD		Sim
Mário Feitoza	PMDB		Sim
Mauro Benevides	PMDB		Sim
Vicente Arruda	PROS	PpPros	Sim
Total Ceará : 13			
PIAUÍ			
Assis Carvalho	PT		Sim
Hugo Napoleão	PSD		Sim
Jesus Rodrigues	PT		Sim
Júlio Cesar	PSD		Sim
Marcelo Castro	PMDB		Sim
Osmar Júnior	PCdoB		Sim
Paes Landim	PTB		Sim
Total Piauí : 7			
RIO GRANDE DO NORTE			
Betinho Rosado	PP	PpPros	Sim
Fábio Faria	PSD		Sim
Fátima Bezerra	PT		Sim
Felipe Maia	DEM		Sim
Henrique Eduardo Alves	PMDB		Sim
João Maia	PR	PrPtdobPrp	Sim
Paulo Wagner	PV		Sim



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:57
Número: 19

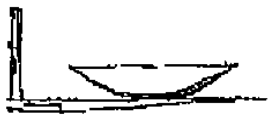
	Partido	Bloco	Voto
RIO GRANDE DO NORTE			
Sandra Rosado	PSB		Sim
Total Rio Grande do Norte : 8			
PARAÍBA			
Aguinaldo Ribeiro	PP	PpPros	Sim
Hugo Motta	PMDB		Sim
Luiz Couto	PT		Sim
Major Fábio	PROS	PpPros	Sim
Nilda Gondim	PMDB		Sim
Ruy Carneiro	PSDB		Obstrução
Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrp	Sim
Wilson Filho	PTB		Sim
Total Paraíba : 8			
PERNAMBUCO			
Anderson Ferreira	PR	PrPtdobPrp	Sim
André de Paula	PSD		Sim
Bruno Araújo	PSDB		Sim
Danilo Cabral	PSB		Sim
Fernando Ferro	PT		Sim
João Paulo Lima	PT		Sim
Jorge Côrte Real	PTB		Sim
Luciana Santos	PCdoB		Sim
Mendonça Filho	DEM		Obstrução
Pastor Eurico	PSB		Sim
Paulo Rubem Santiago	PDT		Sim
Pedro Eugênio	PT		Sim
Raul Henry	PMDB		Sim
Silvio Costa	PSC		Sim
Vilalba	PP	PpPros	Sim
Wolney Queiroz	PDT		Sim
Total Pernambuco : 16			
ALAGOAS			
Alexandre Toledo	PSB		Sim
Arthur Lira	PP	PpPros	Sim
Givaldo Carimbão	PROS	PpPros	Sim
Maurício Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrp	Sim
Paulão	PT		Sim
Renan Filho	PMDB		Sim
Rosinha da Adefal	PTdoB	PrPtdobPrp	Sim
Total Alagoas : 7			
SERGIPE			
Almeida Lima	PMDB		Sim
Andre Moura	PSC		Sim



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:57
Número: 19

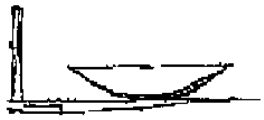
	Partido	Bloco	Voto
SERGIPE			
Laercio Oliveira	Solidaried		Sim
Mendonça Prado	DEM		Sim
Rogério Carvalho	PT		Sim
Valadares Filho	PSB		Sim
Total Sergipe : 6			
BAHIA			
Afonso Florence	PT		Sim
Alice Portugal	PCdoB		Sim
Amauri Teixeira	PT		Sim
Antonio Brito	PTB		Sim
Arthur Oliveira Maia	Solidaried		Sim
[illegible]niel Almeida	PCdoB		Sim
Edson Pimenta	PSD		Sim
Félix Mendonça Júnior	PDT		Sim
Jânio Natal	PRP	PrPtdobPrp	Sim
João Leão	PP	PpPros	Sim
José Nunes	PSD		Sim
José Rocha	PR	PrPtdobPrp	Sim
Jutahy Junior	PSDB		Obstrução
Lucio Vieira Lima	PMDB		Sim
Luiz Alberto	PT		Sim
Luiz Argôlo	Solidaried		Sim
Márcio Marinho	PRB		Sim
Oziel Oliveira	PDT		Sim
Paulo Magalhães	PSD		Sim
Roberto Britto	PP	PpPros	Sim
Sérgio Brito	PSD		Sim
[illegible]lmir Assunção	PT		Sim
Waldenor Pereira	PT		Sim
Total Bahia : 23			
MINAS GERAIS			
Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp	Sim
Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrp	Sim
Diego Andrade	PSD		Sim
Dimas Fabiano	PP	PpPros	Sim
Dr. Grilo	Solidaried		Sim
Eros Biondini	PTB		Sim
Fábio Ramalho	PV		Sim
Gabriel Guimarães	PT		Sim
George Hilton	PRB		Sim
Jô Moraes	PCdoB		Sim
João Magalhães	PMDB		Sim



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:57
Número: 19

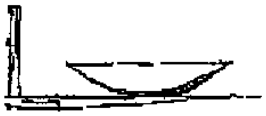
	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
José Humberto	PSD		Sim
Júlio Delgado	PSB		Sim
Leonardo Monteiro	PT		Sim
Leonardo Quintão	PMDB		Sim
Luiz Fernando Faria	PP	PpPros	Sim
Marcus Pestana	PSDB		Sim
Margarida Salomão	PT		Sim
Narcio Rodrigues	PSDB		Obstrução
Nilmário Miranda	PT		Sim
Odair Cunha	PT		Sim
Padre João	PT		Sim
raiva Felipe	PMDB		Sim
Stefano Aguiar	PSB		Sim
Subtenente Gonzaga	PDT		Sim
Vitor Penido	DEM		Sim
Weliton Prado	PT		Sim
Zé Silva	Solidaried		Sim
Total Minas Gerais : 28			
ESPÍRITO SANTO			
Camilo Cola	PMDB		Sim
Carlos Manato	Solidaried		Sim
Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros	Sim
Iriny Lopes	PT		Sim
Lauriete	PSC		Sim
Paulo Foletto	PSB		Sim
Rose de Freitas	PMDB		Sim
Sueli Vidigal	PDT		Sim
Total Espírito Santo : 8			
RIO DE JANEIRO			
Alessandro Molon	PT		Sim
Alexandre Santos	PMDB		Sim
Aureo	Solidaried		Não
Chico Alencar	PSOL		Sim
Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrp	Sim
Dr. Carlos Alberto	PMN		Obstrução
Dr. Paulo César	PR	PrPtdobPrp	Sim
Edson Ezequiel	PMDB		Sim
Edson Santos	PT		Sim
Eduardo Cunha	PMDB		Sim
Felipe Bornier	PSD		Sim
Francisco Floriano	PR	PrPtdobPrp	Sim
Glauber Braga	PSB		Sim



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:57
Número: 19

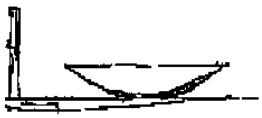
	Partido	Bloco	Voto
RIO DE JANEIRO			
Hugo Leal	PROS	PpPros	Sim
Jair Bolsonaro	PP	PpPros	Sim
Jandira Feghali	PCdoB		Sim
Jorge Bittar	PT		Sim
Luiz Sérgio	PT		Sim
Marcelo Matos	PDT		Sim
Miro Teixeira	PROS	PpPros	Sim
Otavio Leite	PSDB		Sim
Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp	Sim
Pedro Paulo	PMDB		Sim
Rodrigo Maia	DEM		Sim
[illegible]mário	PSB		Sim
Simão Sessim	PP	PpPros	Sim
Vitor Paulo	PRB		Sim
Walney Rocha	PTB		Sim
Washington Reis	PMDB		Sim
Zoinho	PR	PrPtdobPrp	Sim
Total Rio de Janeiro : 30			
SÃO PAULO			
Abelardo Camarinha	PSB		Sim
Alexandre Leite	DEM		Sim
Aline Corrêa	PP	PpPros	Sim
Antonio Bulhões	PRB		Sim
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB		Obstrução
Arlindo Chinaglia	PT		Sim
Arnaldo Faria de Sá	PTB		Sim
Arnaldo Jardim	PPS		Sim
[illegible]to Mansur	PRB		Sim
Devanir Ribeiro	PT		Sim
Dr. Ubiali	PSB		Sim
Duarte Nogueira	PSDB		Obstrução
Edinho Araújo	PMDB		Sim
Eleuses Paiva	PSD		Sim
Emanuel Fernandes	PSDB		Obstrução
Francisco Chagas	PT		Sim
Guilherme Campos	PSD		Sim
Guilherme Mussi	PP	PpPros	Sim
Gustavo Petta	PCdoB		Sim
Helcio Silva	PT		Sim
Iara Bernardi	PT		Sim
Ivan Valente	PSOL		Sim
Janete Rocha Pietá	PT		Sim
Jefferson Campos	PSD		Sim



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:57
Número: 19

	Partido	Bloco	Voto
GOIÁS			
Leandro Vilela	PMDB		Sim
Pedro Chaves	PMDB		Sim
Roberto Balestra	PP	PpPros	Sim
Rubens Otoni	PT		Sim
Sandes Júnior	PP	PpPros	Sim
Thiago Peixoto	PSD		Sim
Vilmar Rocha	PSD		Sim
Total Goiás : 11			
MATO GROSSO DO SUL			
Akira Otsubo	PMDB		Sim
Biffi	PT		Sim
.bio Trad	PMDB		Sim
Geraldo Resende	PMDB		Sim
Mandetta	DEM		Sim
Vander Loubet	PT		Sim
Total Mato Grosso do Sul : 6			
PARANÁ			
Abelardo Lupion	DEM		Sim
Alex Canziani	PTB		Sim
Alfredo Kaefer	PSDB		Sim
André Zacharow	PMDB		Sim
Assis do Couto	PT		Sim
Dilceu Sperafico	PP	PpPros	Sim
Dr. Rosinha	PT		Sim
Eduardo Sciarra	PSD		Sim
Giacobo	PR	PrPtdobPrp	Sim
Hermes Parcianello	PMDB		Sim
João Arruda	PMDB		Sim
Leopoldo Meyer	PSB		Sim
Luiz Nishimori	PR	PrPtdobPrp	Sim
Nelson Meurer	PP	PpPros	Sim
Osmar Serraglio	PMDB		Sim
Ratinho Junior	PSC		Sim
Reinhold Stephanes	PSD		Sim
Sandro Alex	PPS		Sim
Zeca Dirceu	PT		Sim
Total Paraná : 19			
SANTA CATARINA			
Celso Maldaner	PMDB		Sim
Décio Lima	PT		Sim
Francisco de Assis	PT		Sim
João Rodrigues	PSD		Sim



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 22:57
Número: 19

	Partido	Bloco	Voto
SANTA CATARINA			
Jorge Boeira	PP	PpPros	Sim
Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp	Sim
Luci Choinacki	PT		Sim
Mauro Mariani	PMDB		Sim
Onofre Santo Agostini	PSD		Sim
Rogério Peninha Mendonça	PMDB		Sim
Ronaldo Benedet	PMDB		Sim
Total Santa Catarina : 11			
RIO GRANDE DO SUL			
Afonso Hamm	PP	PpPros	Sim
Alceu Moreira	PMDB		Sim
. .exandre Roso	PSB		Sim
Assis Melo	PCdoB		Sim
Bohn Gass	PT		Sim
Danrlei De Deus Hinterholz	PSD		Sim
Giovani Cherini	PDT		Sim
Henrique Fontana	PT		Sim
Jerônimo Goergen	PP	PpPros	Sim
Jose Stédile	PSB		Sim
Luis Carlos Heinze	PP	PpPros	Sim
Luiz Carlos Busato	PTB		Sim
Manuela D'Ávila	PCdoB		Sim
Maria do Rosário	PT		Sim
Nelson Marchezan Junior	PSDB		Sim
Osmar Terra	PMDB		Sim
Paulo Pimenta	PT		Sim
Pepe Vargas	PT		Sim
. .enato Molling	PP	PpPros	Sim
Ronaldo Zulke	PT		Sim
Vieira da Cunha	PDT		Sim
Vilson Covatti	PP	PpPros	Sim
Total Rio Grande do Sul : 22			

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Resultado da votação: "sim", 309; "não", 2; total, 311.

Aprovado o requerimento de encerramento de discussão na Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

Passamos à votação no Senado Federal.

Em votação no Senado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado no Senado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP) – Peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Na forma do Regimento, defiro o pedido de verificação feito pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência solicita a todas as Sras. e os Srs. Senadores que tomem seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Peço aos Líderes partidários do Senado Federal que, por favor, na forma do Regimento, orientem suas bancadas.

Cada Líder dispõe de até 1 minuto para orientar sua bancada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT-PE. Sem revisão do orador.) – O PT vota "sim".

Queria registrar aqui, Sr. Presidente, que está circulando pelo plenário uma informação falsa de que há um acordo sendo gestado para votarmos este tema e suspendermos a sessão. Não existe nenhum acordo nesse sentido. Nós só vamos sair daqui hoje quando votarmos o PLN 36.

Portanto, o PT vota "sim". *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, como vota o PSDB?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB votará favoravelmente à matéria principal, ou seja, à reivindicação do Aerus.

Neste momento, nós estamos votando o requerimento de encerramento da discussão desta matéria. Na opinião do PSDB, esta matéria ainda merece alguns pronunciamentos de Senadores, que querem falar a favor.

Por isso, nós nos colocamos em obstrução, para manifestar a nossa contrariedade à aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senadora Ana Amélia, como vota o PP?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS. Sem revisão da oradora.) – O PP encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PP encaminha o voto "sim".

Senadora Vanessa, como vota o PCdoB?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, com muita alegria, porque estamos fazendo justiça, o PCdoB encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PCdoB encaminha o voto "sim".

Senador José Agripino, como vota o DEM?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM-RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o DEM, no mérito, vota entusiasticamente a favor. Mas, com relação ao encerramento da discussão, como eu me manifestei na tribuna, coerentemente com o que falei na tribuna, tendo em vista que muitos Srs. Congressistas ainda estão inscritos, nós votamos pelo prosseguimento da discussão, com o compromisso de votar, no mérito, favoravelmente à matéria.

Neste momento, nós nos posicionamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Randolfe Rodrigues, como vota o PSOL?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL-AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSOL do Senado encaminha o voto "sim", pelo encerramento da discussão, e "sim", posteriormente, no mérito. Votamos "sim", pelo encerramento da discussão, porque esses trabalhadores do Aerus já esperaram muito. Já esperaram desde os anos áureos do neoliberalismo, porque foram os anos áureos do neoliberalismo que privatizaram a VASP, que levaram à quebradeira da VARIG e que levaram também à quebradeira do Aerus e a todo esse sofrimento dos trabalhadores do Aerus. Levaram, lamentavelmente a esse sofrimento hoje desses trabalhadores. E hoje esses trabalhadores não podem mais esperar por esta postergação de sofrimento. Por isso, esta discussão tem que se encerrar, para pôr fim ao sofrimento desses trabalhadores.

Pelo fim desta discussão e pelo voto rapidamente do mérito da matéria, encaminhamos o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Petecão, como vota o PSD? *(Pausa.)*

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB-RJ) – Presidente, para encaminhar, pelo PRB.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSD encaminha o voto "sim". Apoiamos este projeto, até para que esses trabalhadores acabem com esse sofrimento em que estão há vários anos.

O PSD vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Senador Ataídes Oliveira?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PROS, no mérito, vota "sim"...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PRB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS-TO) – ... e lamenta, Sr. Presidente, que uma matéria tão importante como esta venha a ser colocada em votação num dia como este.

Eu me lembro de que, há meses, esses senhores e senhoras têm estado no plenário do Senado Federal, aguardando a apreciação deste projeto. Mas não, logo num dia como este, foi colocada esta matéria.

O voto "sim" do PROS é pela discussão da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Marcelo Crivella, como vota o PRB? *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá, como vota o PMDB?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim" ao requerimento e ao conteúdo da matéria que faz justiça aos aeronautas brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu peço aos Srs. Senadores que venham ao plenário, pois estamos em processo de votação. É importante, portanto, a presença de todos os Senadores.

O SR. FABIO REIS (PMDB-SE. Sem revisão do orador.) – O Deputado Fabio Reis votou com o partido na votação anterior.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Edinho Bez votou "sim" na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência registra com satisfação a manifestação do Deputado Edinho Bez.

O SR. NEWTON LIMA (PT-SP. Sem revisão do orador.) – O Deputado Newton Lima também, Sr. Presidente, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Newton Lima, a Presidência registra a manifestação de V.Exa.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – O Deputado Leonardo Picciani, Sr. Presidente, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Leonardo Picciani, a Presidência registra a manifestação de V.Exa.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) – O Deputado Julio Lopes votou com o partido na votação anterior.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SD-PB. Sem revisão do orador.) – O Deputado Benjamin Maranhão votou com o Solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Julio Lopes, Deputado Benjamin Maranhão, registramos com satisfação as manifestações de V.Exas.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Eu peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que venham ao plenário. Nós, na sequência, vamos ter outras votações nominais.

Eu quero comunicar à Casa que não há como fazermos acordo para votarmos outro dia. A única maneira de não deliberamos hoje, na sequência, é pela retirada de quórum. Nós não vamos, portanto, concordar com acordo nenhum.

Nós estamos submetidos a um processo absurdo de apreciação de vetos. Para que os senhores tenham uma ideia, nós hoje, durante o dia inteiro, 10 horas de sessão, apreciamos dois vetos: um ao projeto que muda o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho e outro a um projeto que muda o nome de uma barragem. A sociedade está acompanhando isso. Ou nós nos atualizamos, nos modernizamos, nos reinventamos, ou vamos levar, todos nós, o Congresso Nacional para o absenteísmo.

Nós agora, em 30 dias, temos que analisar vetos que trancam a pauta. E temos que analisar esses vetos sem um projeto de resolução que nos permita fazer isso por cédula eletrônica. Nós concretizamos avanços institucionais e é preciso que nos atualizemos, senão a sociedade não vai tolerar o que estamos fazendo aqui o dia

inteiro: respondendo a questões de ordem que se repetem, seguindo o Regimento rigorosamente, e ouvindo, democraticamente, que nós estamos atropelando os trabalhos da nossa Casa. A democracia exige de todos...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, só para eu entender uma coisa.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação, o Deputado Marçal Filho votou "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) **–** Eu quero apenas fazer uma correção, dirigida ao Líder do Governo no Senado, Senador Humberto Costa, e a V.Exa. Nós não pedimos acordo em hora alguma. Não queremos acordo e não propusemos acordo. Nós estamos preparados aqui para defender a população brasileira. Vamos enfrentá-los e, se perdermos, será de cabeça erguida, porque o sentimento da população é contra o PLN 36, que é um estupro a este Congresso Nacional e um desrespeito da Presidente da República para com todos os Deputados.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE. Sem revisão do orador) – O Deputado José Augusto votou com o partido.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, registro o voto do Deputado Marçal Filho: "sim".

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (Bloco/PR-BA. Sem revisão do orador) – Na votação anterior, o Deputado João Carlos Bacelar votou com o Partido da República.

O SR. VANDERLEI SIRAQUE (PT-SP. Sem revisão do orador) – Presidente, o Deputado Vanderlei Siraque votou junto com o PT na votação anterior.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero apenas fazer uma ponderação. Eu ouvi do Líder Humberto Costa – e achei muito adequado ele dizer – que não haveria acordo. Agora, ouvi de V.Exa. que não aceitaria acordo! Até agora, eu entendi que V.Exa. era Presidente do Congresso, não era Líder do Governo.

Quando ocorre um acordo, não cabe... E aqui não ocorreu nem nós propusemos. Mas me surpreendeu V.Exa. ter dito – e acabou de dizer – que não há acordo, que V.Exa. não aceita acordo. Parece que V.Exa. está esquecendo – perdoe-me ter que lembrá-lo – que V.Exa. não é Líder do Governo. Com esse comportamento para interpretar o Regimento, parece que é Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só registrar o meu voto "sim" na última votação.

Muito obrigado.

O SR. TAKAYAMA (PSC-PR. Sem revisão do orador.) – O Deputado Takayama votou "sim" na última votação.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) – O Deputado Gonzaga Patriota votou "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria só lembrar ao Deputado Domingos Sávio que eu o respeito...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu também o respeito, mas não poderia deixar de dizer que isso me surpreendeu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu o respeito bastante, mas V.Exa. está cobrando de mim que eu faça acordo. Eu não vou fazer acordo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Eu não cobrei acordo. Eu disse que me surpreendi, porque V.Exa. usou a palavra dizendo que não aceitava acordo. Ora, não cabe a V.Exa. fazer ou não acordo. V.Exa. preside a Casa. Deveria fazê-lo com isenção.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Vamos lá, Presidente!

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD-PE. Sem revisão do orador.) – O Deputado Augusto Coutinho votou com o seu partido.

O SR. JOSÉ CHAVES (PTB-PE. Sem revisão do orador.) – Presidente, o Deputado José Chaves votou com o seu partido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

(Procede-se à apuração)

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 03/12/2014
Hora : 22:58
Número: 20

54 ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
Renan Calheiros - PMDB/AL

Sessão:
SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 03/12/2014
Abertura Painel: 03/12/2014 10:53

Presidiram a Sessão:
Renan Calheiros - 10:53
Romero Jucá - 16:25
Renan Calheiros - 18:15

Proposição:
PLN Nº 31/2014 - REQUERIMENTO DE ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO

Inicio Votação: 03/12/2014 20:43
Fim Votação: 03/12/2014 20:53

Presidiram a Votação:
Renan Calheiros

Resultado da Votação

Sim	45
Total da Votação	45
Art. 51	1
Total Quorum	46
Obstrução	1

Orientação
PMDB - Sim
PT - Sim
PSDB - Obstrução
PP - Sim
DEM - Obstrução
PCdoB - Sim
PROS - Sim
PRB - Sim
PSD - Sim
PSOL - Sim

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Angela Portela	PT		Sim
Romero Jucá	PMDB		Sim
Total Roraima : 2			
AMAPÁ			
Randolfe Rodrigues	PSOL		Sim
Total Amapá : 1			
AMAZONAS			
Alfredo Nascimento	PR		Sim

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 03/12/2014
Hora : 22:58
Número: 20

	Partido	Bloco	Voto
AMAZONAS			
Eduardo Braga	PMDB		Sim
Vanessa Grazziotin	PCdoB		Sim
Total Amazonas : 3			
RONDONIA			
Acir Gurgacz	PDT		Sim
Ivo Cassol	PP		Sim
Valdir Raupp	PMDB		Sim
Total Rondonia : 3			
ACRE			
Anibal Diniz	PT		Sim
rge Viana	PT		Sim
Sérgio Petecão	PSD		Sim
Total Acre : 3			
TOCANTINS			
Vicentinho Alves	Solidaried		Sim
Total Tocantins : 1			
MARANHÃO			
João Alberto Souza	PMDB		Sim
Lobão Filho	PMDB		Sim
Total Maranhão : 2			
CEARÁ			
Inácio Arruda	PCdoB		Sim
José Pimentel	PT		Sim
Total Ceará : 2			
PIAUÍ			
Ciro Nogueira	PP		Sim
João Vicente Claudino	PTB		Sim
Wellington Dias	PT		Sim
Total Piauí : 3			
RIO GRANDE DO NORTE			
Ivonete Dantas	PMDB		Sim
Total Rio Grande do Norte : 1			
PERNAMBUCO			
Humberto Costa	PT		Sim
Total Pernambuco : 1			
ALAGOAS			
Benedito de Lira	PP		Sim
Renan Calheiros	PMDB		Art.51
Total Alagoas : 2			

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 03/12/2014
Hora : 22:58
Número: 20

	Partido	Bloco	Voto
SERGIPE			
Eduardo Amorim	PSC		Sim
Total Sergipe : 1			
BAHIA			
Lídice da Mata	PSB		Sim
Walter Pinheiro	PT		Sim
Total Bahia : 2			
MINAS GERAIS			
Antônio Aureliano	PSDB		Obstrução
Total Minas Gerais : 1			
ESPÍRITO SANTO			
.a Rita	PT		Sim
Magno Malta	PR		Sim
Ricardo Ferraço	PMDB		Sim
Total Espirito Santo : 3			
RIO DE JANEIRO			
Francisco Dornelles	PP		Sim
Lindbergh Farias	PT		Sim
Marcelo Crivella	PRB		Sim
Total Rio de Janeiro : 3			
SÃO PAULO			
Eduardo Suplicy	PT		Sim
Marta Suplicy	PT		Sim
Total São Paulo : 2			
MATO GROSSO			
Blairo Maggi	PR		Sim
Total Mato Grosso : 1			
DISTRITO FEDERAL			
Cristovam Buarque	PDT		Sim
Rodrigo Rollemberg	PSB		Sim
Total Distrito Federal : 2			
MATO GROSSO DO SUL			
Delcídio do Amaral	PT		Sim
Waldemir Moka	PMDB		Sim
Total Mato Grosso do Sul : 2			
PARANÁ			
Gleisi Hoffmann	PT		Sim
Roberto Requião	PMDB		Sim
Total Paraná : 2			
SANTA CATARINA			

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 03/12/2014
Hora : 22:58
Número: 20

	Partido	Bloco	Voto
SANTA CATARINA			
Casildo Maldaner	PMDB		Sim
Total Santa Catarina : 1			
RIO GRANDE DO SUL			
Ana Amélia	PP		Sim
Paulo Paim	PT		Sim
Pedro Simon	PMDB		Sim
Total Rio Grande do Sul : 3			

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Resultado da votação: "sim", 45; "não", nenhum. *(Palmas.)*

Está aprovado o requerimento no Senado Federal. E está, como consequência, encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação o projeto...

(Manifestações do plenário.)

Eu vou conceder a palavra a todos os Deputados e Senadores.

Nós temos uma lista extensa de inscrições para encaminhar a votação.

Em votação o projeto...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – ...no Senado. Vamos lá! Vamos votar! Só falta votar!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Discussão!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Excelência...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um requerimento que precede a votação. O assessor de V.Exa. está confirmando. Está sobre a mesa um requerimento que é regimental. Eu peço a V.Exa. – respeitando o Regimento, como V.Exa. vem, inclusive, propalando que está fazendo – que leia o meu requerimento, por gentileza, e o coloque sob apreciação e encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria que todos acompanhassem o raciocínio do Deputado Domingos Sávio. Ele está pedindo a verificação antes de nós anunciarmos a votação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Não é isso! Não é isso! Não é isso!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos fazer a votação nominal.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Não é isso! Art. 44, parágrafo único. Eu tenho o direito de apresentar o requerimento pedindo a votação nominal. Eu tenho o direito! Olhe, o instrumento de obstrução, e V.Exa. sabe muito bem disso – o PT é formado e pós-graduado nisso –, garante-nos o direito de usar os recursos regimentais.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar!

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, art. 95 do Regimento da Câmara.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE) – Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Sem revisão do orador.) – Eu queria só uma explicação de V.Exa. É só uma curiosidade. Por favor, são quantos os requerimentos sobre a mesa?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós temos 1 requerimento de votação nominal, do Deputado Domingos Sávio, e 16 requerimentos de inversão de pauta. Nós estamos seguindo a ordem natural.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Dos 16 requerimentos de inversão de pauta, só vale um, porque o mérito é o mesmo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão do orador.) – É tanta gente para falar que é melhor decidir logo pela votação nominal, e V.Exa. vai dando a palavra a todo mundo durante a votação. Nós vamos poupar tempo.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, art. 49.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ) – O plenário está cheio. Nós vamos poupar tempo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Sem revisão do orador.) – Para encaminhar contrariamente. Pela rejeição do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – O PTB apoia a proposta colocada pelo Deputado Miro Teixeira. Essa é a melhor proposta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço que V.Exa. leve o requerimento a voto, e eu encaminho contrariamente ao requerimento, em nome da base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Nós queremos encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, o requerimento exige encaminhamento. Quem está presidindo: V.Exa. ou o Senador Romero Jucá?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Ele fica fazendo sinal o tempo todo.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, art. 49, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – O que V.Exa. está submetendo à votação? O requerimento do Deputado Domingos Sávio?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Deputado Domingos Sávio está pedindo – deixe só eu repetir – que nós apreciemos um requerimento de votação nominal. Na sequência...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Aprove esse e abra a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos fazer isso.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Vamos encaminhar! Eu estou com a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela Liderança do PMDB, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Aprove esse e abra a votação.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Darei já a palavra a V.Exa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – V.Exa. me deu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Requerimento de votação pelo processo nominal.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO
Nº 48, DE 2014-CN

Requer votação pelo processo nominal.

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 44, parágrafo único do Regimento Comum do Congresso Nacional, que O PLN 31/2014 seja votado pelo processo nominal.

Sala das Sessões, em 3/12/2014.

Dep. Domingos Sávio
Líder da Minoria na CD

(À publicação)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu quero encaminhar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR. Sem revisão do orador.) – A base do Governo orienta contra o requerimento, Sr. Presidente. A votação é simbólica; já houve verificação há 10 minutos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu quero encaminhar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Mendonça Filho, eu vou conceder a palavra a V.Exa., para encaminhar o requerimento.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – E eu queria combinar com os Líderes partidários para nós concedermos a palavra a mais três Parlamentares.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) – Eu quero encaminhar.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Aprovado, concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se V.Exas. entrarem em acordo para nós sabermos, desde logo, quem vai encaminhar a votação do requerimento, melhor.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Três Líderes! Está bom demais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Deputado Mendonça Filho e o Deputado Rodrigo Maia...

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Está escrito aí; eu me inscrevi.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Eu também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Já encaminharam o Senador Romero Jucá e o Senador Pimentel.

Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Eu acho muito importante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, que nós possamos debater a matéria, que é relevante. Trata-se de um tema, como já foi dito aqui, que levou um tempo muito significativo, um tempo muito grande por parte do Governo para que pudesse ceder. Motivou inclusive ação judicial por parte dos beneficiários do fundo de pensão Aerus.

Lamentavelmente, o Governo Federal sempre colocou essa matéria de uma forma pouco expressiva; sempre deu pouca importância à matéria. Evidentemente, a Oposição, nesta Casa do Poder Legislativo, sempre foi um espaço de discussão em defesa dos aposentados, das pensionistas e dos pensionistas do Aerus. Eu quero, neste instante, defender a necessidade de nós aprovarmos, na noite de hoje, esta matéria.

Mas eu tenho também o dever, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, de comentar algo que foi dito há pouco pelo Senador Humberto Costa e outros Parlamentares da base governista, indicando que havia por parte de membros da Oposição qualquer disposição para o acordo, tendo em vista o processo de apreciação da matéria principal, que é o PLN 36/14. E quem nos procurou para tratar do assunto foi nada mais, nada menos que S.Exa. o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Henrique Eduardo Alves, por quem eu tenho um profundo respeito, dizendo aos Líderes da Oposição que estava tentando mediar um entendimento para que a matéria relativa ao PLN 36/14 fosse deliberada na terça-feira da próxima semana, com ampla discussão e acompanhamento por parte da sociedade brasileira.

Nós estamos exercendo o livre direito de obstruir o processo de votação, tendo como motivação principal a discordância total em relação a essa matéria, que representa, Presidente, uma violência à Lei de Responsabilidade Fiscal, mostra a falta de compromisso da Presidente Dilma com o equilíbrio das contas públicas e encerra uma grande contradição, porque a Presidente Dilma recorreu a alguém do mercado financeiro – diga-se de passagem, que tem credibilidade –, o economista Joaquim Levy, cujo perfil, diga-se de passagem também, é bastante ortodoxo. Isso deixou a "petezada", os petistas, bastante arrepiados, porque contraria toda a lógica econômica que fracassou e que garantiu ao Brasil este ano, realmente, um trágico ano – nós vamos ter um ano que vai findar com crescimento zero, com a inflação acima do teto da meta e com os juros subindo.

Tomei conhecimento há pouco de que o Banco Central, veja V.Exa., Senador Renan Calheiros, hoje aumentou os juros de novo! Senador Aécio Neves, comprovam-se as mentiras da Presidente Dilma durante a campanha política, pois dizia ela que V.Exa. iria plantar inflação para colher juros. Quem é que está plantando inflação para colher juros?! É a Presidente Dilma Rousseff! O Brasil todo está acompanhando isso! Três dias depois da eleição ela mandou o Banco Central elevar em 0,25 pontos percentuais a taxa de juros.

E hoje, mais uma vez, com a faca nas costas do povo brasileiro, traiu o povo que acreditou no seu discurso. Isso é que precisa ser denunciado. Por conta dessa irresponsabilidade fiscal é que o povo está pagando a conta, através de juros cada vez mais elevados da casa própria, daquilo que financia no crediário e de uma inflação sem controle. Fica aqui o registro.

E, como disse o Líder Caiado, vamos resistir até o fim. Se a bancada do Governo quer debate, vai ter debate! E vamos atravessar a madrugada aqui para derrotar o Governo – se Deus quiser!

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia. Em seguida, nós ouviremos, pela ordem, o Deputado Vicentinho.

Com a palavra V. Exa., Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) – Bem, Sr. Presidente, nós estamos encerrando a votação do PLN 31/14, que trata de uma decisão da Justiça brasileira no sentido de que o Governo, enfim, cumpra alguma parte de um acordo que, infelizmente, não aconteceu entre a Presidente Dilma Rousseff e o sindicato dos aeronautas.

Nós, infelizmente, não vimos, por parte da Presidente Dilma Rousseff, em relação a esse tema – cujo prazo era determinado, 30 dias para ser executado, e no dia 2 de novembro vencia –, a mesma preocupação que tem com outros temas, como a mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal, as mudanças na LDO e tantas outras questões que vêm – a exemplo de crédito para os empresários através do BNDES –, muitas delas por medida provisória.

Mas, no caso dos ex-funcionários das companhias aéreas, que estão há anos sofrendo e têm uma decisão judicial, o Governo, de forma absurda e irresponsável, encaminha um projeto de lei.

Então, Sr. Presidente, são 60 dias, desde a decisão judicial, para que o Governo a cumpra. Não há aqui, por parte do Governo, nenhuma bondade nesta matéria. Esta matéria, inclusive, Sr. Presidente, precisa ser aprofundada. Acho que o Parlamento terá e pode ter um papel muito importante neste tema, como em tantos outros temas de fundos de pensão que estão aí dando prejuízo – o Fundo PETROS deu 500 milhões reais de prejuízo.

E quero alertá-lo, Presidente: a criação do FI-FGTS será, nos próximos anos, um grande problema para o nosso País. Estão usando dinheiro do trabalhador – não é do Governo – para financiar, de forma absurda, negócios em que não há nenhum interesse por parte dos donos desses recursos.

É por isso, Sr. Presidente, que nós esperamos que na noite de hoje nós possamos – e vamos – terminar esta votação e, com a nossa obstrução legítima, empurrar a votação do PLN 36/14 para a próxima semana, até para que o futuro Ministro Joaquim Levy tenha condições – mesmo porque só assume depois que essa barbaridade for aprovada – de apresentar à sociedade brasileira um pacote de decisões que certamente serão duras. Espero que não me venham com aumento de impostos, mas que essas decisões caminhem para cortes de gastos.

E eu espero, Sr. Presidente, que esta Casa não se curve a questões secundárias. Aprovar uma matéria dessas esperando a nomeação de Ministros ou em troca de emenda parlamentar é transformar este Parlamento não no representante dos interesses da população, mas no representante dos interesses daqueles que serão beneficiados com estruturas do Governo que já estão aí dando escândalo atrás de escândalo e através de 600 mil ou 700 mil reais em emendas parlamentares. Como V.Exa. mesmo disse, esse é um decreto desnecessário, absurdo, que coloca este Parlamento numa situação muito vexatória.

Eu espero, Sr. Presidente, que nós possamos, acabando esta votação, entrar nesse debate, para que discutamos de forma efetiva por que a Presidente Dilma tem a coragem de mandar um projeto de lei fazendo as mudanças que faz na LDO. Isso ocorre por uma questão simples: o PT nunca acreditou da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é contra a natureza deles fazer essas mudanças porque eles votaram contra a LRF, trabalharam contra ela. Pegando as notas taquigráficas que veremos isso.

Infelizmente, o Governo mostra a sua verdade, o que tem dentro de si, depois da eleição, não antes da eleição: é um Governo que não respeitas as contas públicas.

Infelizmente, também, na noite de hoje ou na próxima semana, o Parlamento dará um instrumento para que ele pague a conta da eleição. Houve gastos maiores do que as receitas que tem o Governo, num País que cresce muito pouco. Aliás, Sr. Presidente, este ano, ele vai crescer muito pouco e, com a situação que nós estamos projetando para o próximo ano, a probabilidade de que este País não cresça ou de que tenha um crescimento negativo da sua economia é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Feitos os encaminhamentos, nós passaremos à votação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo art. 192, eu gostaria de orientar.

O SR. PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) – O Deputado Professor Setimo votou, na votação anterior, com o partido.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de orientar.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, para orientar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – A menos que V.Exa. queira fazer uma votação nominal e me deixe orientar durante a nominal. Eu imagino que não vai haver.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Sem orientação, Sr. Presidente. A votação de requerimento não tem orientação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Agora, vai ficar evidente a minha razão. Insisto: art. 192, § 1º...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Esta matéria já foi democrática e exaustivamente encaminhada. Nós ouvimos quatros oradores apenas no encaminhamento. Encerramos a...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – O Regimento me permite orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Permite, e nós garantiremos a V.Exa. a orientação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Na votação passada, V.Exa. não a garantiu no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Garanti a todos os Líderes.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG.) – No momento adequado, não.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Em votação, Sr. Presidente!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, para orientar.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Tem que ter orientação, Presidente. Tem que ter orientação das bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Esta é uma votação simbólica; uma votação simbólica!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – E se não houver a votação nominal, porque não há prazo para pedi-la?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Presidente, para orientação de bancada!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR.) – Pode rejeitar. Não tem votação nominal, não. É simbólica!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Não há prazo para requerer a votação nominal.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO.) – Presidente, para orientação de bancada!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Em votação, simbolicamente, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação na Câmara dos Deputados. As Sras. e Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Rejeitado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Rejeitado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Não vai ao Senado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, agora eu pergunto...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Rejeitado na Câmara dos Deputados. Não vai ao Senado Federal.

E, na forma do art. 45, § 3º:

> *"Art. 45 .....*
>
> *.....*
>
> *§ 3º Procedida a verificação de votação, e havendo número legal, não será permitida nova verificação antes do decurso de 1 (uma) hora".*

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Passamos agora ao encaminhamento da votação do PLN 31/14.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – O PT quer falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu garantirei a palavra a todos. Concedo a palavra ao Senador...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE) – É para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, veja a incoerência. O seu assessor está a seu lado. O art. 192, § 1º, é claro: cabe ao Líder fazer a orientação antes da votação. V.Exa. disse: *"Aguarde que eu vou lhe permitir"*. E eu ainda alertei V.Exa. de que o Regimento não me garantiria o pedido de verificação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE) – Está superado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Porque não tem 1 hora. Portanto, eu tenho que orientar antes, porque isso pode me garantir êxito na votação. V.Exa. me cassou um direito regimental, o que não é correto, porque V.Exa. cassa o direito constitucional de um Parlamentar, que é o de se expressar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE) – Vamos votar!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – V.Exa. fere a Constituição brasileira e pode tornar nula esta sessão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE) – Vamos votar!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Eu citei o artigo, citei o parágrafo, que diz que eu tenho direito, como Líder, de orientar antes da votação. E V.Exa. acaba de fazer uma votação sem respeitar um pedido regimental. O assessor está a seu lado; portanto, que ele diga que estou errado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE) – Vamos votar!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Que V.Exa. me diga que o art. 192 não me faculta. Leia-o, por favor! *(Tumulto em plenário.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Portanto, Presidente, eu solicito que faça novamente a votação, respeitando o Regimento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE) – Vamos votar, Sr. Presidente! Os aposentados já esperaram demais!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu quero expressar o nosso desconforto quando V.Exa. diz que está cumprindo à risca o Regimento. Eu não orientei a bancada. V.Exa. cassou de todos os Líderes a prerrogativa de orientar a bancada. Esse é o primeiro ponto.

Em segundo lugar, o art. 49 do Regimento Comum diz:

> *"Encerrada a discussão, passar-se-á imediatamente à votação da matéria, podendo encaminhá-la quatro Senadores e quatro Deputados, de preferência de partidos diferentes, por 5 minutos."*

E V.Exa. está dando a palavra apenas a 2 Deputados. Está certo, Sr. Presidente?!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Caiado, eu acabei de anunciar o Senador Pimentel como o primeiro orador inscrito, na forma do que estabelece o artigo que V.Exa. levanta exatamente agora. Nós estamos dando a palavra ao Senador Pimentel como primeiro inscrito.

Eu darei a palavra a todos, na forma do Regimento.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, eu aguardo e me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. já está devidamente inscrito.

Senador Pimentel, com a palavra V.Exa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando pela aprovação do projeto de lei dos aeronáuticos, particularmente pelo que representa isso para os nobres Senadores. Quanto ao conjunto de requerimentos aqui apresentados, iniciado o PLN 36, eu me reservo o direito de me posicionar, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para uma sugestão bem rápida. Coloque uma cadeira para o Secretário-Geral da Mesa. Esse coitado está aí há mais de 8 horas em pé! Daqui a pouco, ele vai ter que ser carregado para o hospital. Aqui na Câmara, o Secretário fica sentado. No Senado, ele fica em pé o tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É que ele, nesses últimos meses, trabalhou muito pouco. Precisa trabalhar mais! *(Risos.)*

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Para encaminhar, Presidente. Esta matéria, o PLN 31, tem um mérito inquestionável, destacado ao longo do dia de hoje, de atender a uma demanda de muitos anos. Mais do que isso, foi uma decisão da Justiça, que sentenciou e determinou ao Governo que pagasse 248 milhões de reais e uns quebrados por uma decisão e uma demanda do Fundo Aerus.

Aqui está no plenário a líder do movimento, Graziella Baggio, que tem, ao longo desse tempo, tido paciência e tolerância com as demandas todas referidas ao longo do dia aqui.

Então, nós estamos neste momento apenas e tão somente cumprindo uma decisão determinada pela Justiça ao Poder Executivo, para o pagamento devido a essa categoria tão sofrida. Muitos morreram sem ver esse direito resgatado.

O Partido Progressista e eu, como Relatora na CMO deste PLN 31, com muita honra, agradecemos ao Presidente Devanir Ribeiro, da CMO, e a todos os Parlamentares de todos os partidos que colaboraram intensamente para ver um entendimento na CMO dessa matéria.

A homenagem que podemos fazer é rapidamente deliberar sobre o mérito deste assunto. E é o que faz, neste momento, o Partido Progressista, homenageando os aeronautas, o Aerus e todos os Parlamentares que colaboraram com esse procedimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Nilson Leitão, para encaminhar a votação.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, eu quero parabenizar o Governo pela mobilização. Estou impressio-

nado, porque há poucas horas este plenário estava vazio, sem muita motivação, mas, de repente, ficou lotado! Tentaram fazer um breve acordo para se votar esse PLN. Mas, pelo jeito, querem fazer a pauta inteira esta noite.

Quero alertar os nobres Deputados e Senadores de que a Oposição está firme e forte, de pé, com a energia muito sintonizada com a sociedade lá fora, talvez, com uma audiência enorme à *TV Senado* e a *TV Câmara*. Afinal, os brasileiros querem rejeitar o PLN 36. Porque, de fato, é uma vergonha o que estamos vivendo neste Congresso Nacional. Mas votar essa outra matéria que está em pauta não é de fato o motivo das obstruções. Nós queremos que ela seja aprovada; é imprescindível que ela seja aprovada. Mas é bom lembrar, como outros lembraram, que muitos aqui querem ser o principal autor dessa vitória, que poderá ser consagrada daqui a pouco. Essa é uma determinação do STF, apesar de muitos – e todos nós – torcerem para que possa ocorrer essa vitória, para podermos dar um alento a essa camada da sociedade que precisa muito.

Mas é bom também, mais uma vez, reiterar à sociedade brasileira que o que está em jogo depois disso e o que mobilizou os Senadores e Deputados do PT e da base governista não é o que está sendo votado agora. Vocês não foram considerados importantes pela Maioria. Retiro alguns que, de fato, defendem. Mas a Maioria, que estava em seus gabinetes, está aqui, agora, preocupada somente com o PLN 36, está preocupada em encobertar um crime de responsabilidade da Presidente Dilma. Isso, sim, nos deixa entristecido porque deixa o Congresso ainda menor, como é visto pela sociedade lá fora. Este Congresso se apequena quando discute esse PLN 36, que é, de fato, o que alguns estão comprometidos com o Planalto em votar.

Eu gostaria muito que as emendas parlamentares fossem rejeitadas este ano, que as emendas parlamentares, colocadas em xeque – os 748 mil reais –, fossem desta vez, quem sabe, rejeitadas por cada Parlamentar deste Congresso Nacional. Que eles dissessem ao Brasil e à Presidente Dilma: *"Nós não queremos! Nós rejeitamos os seus decretos, as suas portarias, e nós, também, rejeitamos que tratem este Congresso como se fosse um menino de recado!"*

Nós não somos um puxadinho do Planalto! Pelo menos, a Oposição não é; e muitos da base, tenho certeza absoluta, não gostariam de ser. Muitos Líderes estão encaminhando essa votação envergonhados, porque sabem que estão rasgando a Lei de Responsabilidade Fiscal, sabem que estão rasgando a boa política e a boa gestão. Aquilo que se prega no discurso não está sendo feito na prática.

A Presidente Dilma falhou com o Brasil. A Presidente Dilma não conseguiu ordenar as despesas como deveria, não entendeu que este País é um gigante para arrecadar, não teve capacidade de ter equilíbrio nas contas públicas, e quer trazer essa conta para o Congresso Nacional. O Congresso Nacional não pode pôr as suas digitais no crime de responsabilidade de uma Presidente incompetente, irresponsável e que, de fato, tratou as eleições como se fosse apenas o seu programa de poder. Nós não podemos atestar isso! Muito mais do que isso, nós temos que rejeitar o PLN 36.

Eu gostaria muito de aprovar essa matéria que está em pauta o mais rápido possível, mas o PLN 36 é o fantasma que assusta o Brasil e está mobilizando todos os brasileiros. Basta olhar nas mídias sociais. Eu tenho certeza de que os Deputados do PT e da base aliada têm recebido do Brasil inteiro um puxão de orelha. Não acobertem o crime da Presidente Dilma! Não façam isso com o Brasil! Não façam isso com os brasileiros! Nós não podemos aceitar tal descalabro! Nós não podemos aceitar tal irresponsabilidade! E, depois, querem o quê? Que o Tribunal de Contas puxe a orelha dos Prefeitos? A Presidente deveria ser exemplo! Porque é um péssimo exemplo de responsabilidade fiscal e de gestão pública, para o Brasil e para o mundo. Nós não devemos aceitar isso.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, eu peço a palavra como Líder.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós temos aqui uma relação enorme de Senadores e Deputados que vão encaminhar. Eu vou segui-la estritamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Mas, regimentalmente, a Liderança tem precedência, e eu ainda não usei da palavra como Líder. Eu peço a V.Exa. a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. vai falar. V.Exa., depois do Senador Aloysio Nunes Ferreira, é o primeiro Deputado inscrito.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Eu não estou pedindo para falar agora, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. está a cada momento invocando uma precedência que deixa a bancada em segundo plano.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Eu estou apenas usando do Regimento. O Regimento é o único instrumento que a Oposição possui. E V.Exa. conhece isso muito bem. O Regimento dá a precedência. Agora, eu concordo em que o Senador Aloysio Nunes Ferreira fale. E, na sequência, eu insisto, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Estão inscritos o Deputado Domingos Sávio, o Senador Flexa Ribeiro, o Deputado Vanderlei Macris, o Deputado Ricardo Tripoli, o Deputado Ronaldo Caiado... E a relação continua.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para encaminhar a votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 31, de 2014.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as palavras do PSDB do Senado Federal não poderiam ser outras a não ser "a favor", "sim" a esses que tiveram diante de si, durante anos e anos, a palavra "não", quando levantaram as suas reivindicações legítimas.

São palavras de solidariedade aos pensionistas, aos aposentados das empresas aéreas, àqueles que confiaram na gestão da instituição Aerus e que, depois da intervenção, motivada pela administração temerária desse instituto, viram-se privados daquilo que era o seu direito, o direito de ter uma aposentadoria correta, depois de uma vida longa de trabalho meritório pelo nosso País.

O PSDB votará a favor dos pensionistas e aposentados do Aerus, mas votará a favor também, Sr. Presidente, de uma vigilância maior por parte do Ministério da Previdência Social, por parte da agência que controla a previdência privada no nosso País.

Há sinais inquietantes, graves, de que outros fundos de pensão estão sendo objeto de manipulação criminosa por parte de indicados por partidos políticos que integram a sua diretoria e que, associados a escroques, a doleiros, a pessoas que vivem nas sombras, estão lesando esses fundos de pensão em operações temerárias e fraudulentas.

Eu mesmo tive a oportunidade de apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado um requerimento de convite de funcionários que estão segurados pelo fundo de pensão dos Correios. Existe uma organização criminosa, conhecida por um nome de ficção, uma espécie de congregação de amigos, amigos do alheio, que atua nesses fundos de pensão. A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o requerimento, e espero que nós possamos fazer, ainda nesta Legislatura, até o final deste ano, esta audiência pública, Senador Flexa Ribeiro, para que possamos lançar as bases de uma campanha de saneamento, que passa pelo afastamento de pessoas indicadas por partidos políticos para a diretoria desses fundos de pensão.

Infelizmente, meus caros colegas, o rumo que as coisas estão tomando, neste segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, não nos faz acalentar grandes esperanças. O que já vemos sendo delineado no horizonte é a repetição das velhas ideias e das velhas práticas do Governo novo.

A Oposição estará vigilante no Senado Federal e na Câmara dos Deputados para afastar a mão sequiosa desses ladrões que já estão assaltando esses fundos de pensão, para que possamos garantir aos pensionistas e aos aposentados do Aerus uma situação de vida melhor do que aquela em que viveram e vivem.

Sr. Presidente, o PSDB votará a favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para encaminhar o PLN 31, eu inicio dizendo que, desde o primeiro momento, nós nos manifestamos favoráveis. Isso não é nenhuma novidade.

Sr. Presidente, na Comissão Mista de Orçamento, sendo eu o coordenador da nossa bancada, num gesto que obviamente a Oposição guarda para alguns momentos especiais, nós abrimos mão de verificar o quórum. Fomos tolerantes, inclusive, com a absoluta ausência de quórum na reunião em que se analisou esta matéria na CMO. Não só não obstruímos, como também ajudamos na tramitação e na aprovação na CMO. A Senadora Ana Amélia lá estava, dando o seu voto e encaminhando a matéria.

Portanto, estamos muito tranquilos. O Brasil inteiro e mesmo os servidores e os pensionistas desse fundo de pensão que foi vítima da omissão pública – e agora se repara um dano – são testemunhas de que nós do PSDB e a Oposição desta Casa fomos e somos seus aliados. O que estamos fazendo nesta noite e nesta semana? Estamos alertando o Brasil para o que ainda vem aí ou, o que é pior, para o que já está instalado aí. Estamos fazendo um alerta. Eu já disse aos Senadores e aos Deputados da base do Governo que, às vezes, estranham e nos perguntam *"por que vocês querem falar tanto?"* que nós queremos não só obstruir, mas também alertar os brasileiros para o engano a que estão submetidos. Os brasileiros foram ludibriados, essa é a verdade.

Hoje mesmo já se anunciou daqui que o COPOM aumentou os juros em mais meio por cento. Já é de quase 1% o aumento dos juros depois de anunciada a reeleição da Presidente Dilma Rousseff, que disse aos brasileiros, em debate com o Senador Aécio Neves, que ele é que ia aumentar os juros. Ela disse que aumentar os juros era o mesmo que tirar comida da mesa do trabalhador, da boca do trabalhador. É isso, Presidente Dilma? É tirar comida da mesa do trabalhador? A senhora acaba de ser reeleita e manda aumentar os juros?

Não é apenas isso o que me preocupa, não é apenas para isso que temos de alertar os brasileiros. Ainda hoje, mais um dos envolvidos nas denúncias de corrupção na PETROBRAS optou pela delação premiada – a delação premiada é algo sério. É um grande empresário, bem assessorado por advogados. Ao ver que a sua culpa estava evidente e que seria punido, optou pela delação premiada, para dizer o seguinte: *"Eu vou contar*

todo o esquema. Aí diminui a minha pena". A delação premiada implica que, se o que ele contar não ficar provado e não for verdade, não só se mantém a pena, como também é ampliada. Portanto, se alguém diz o que ele diz em delação premiada, é porque tem prova. O que ele disse? Ele disse que o dinheiro da roubalheira na PETROBRAS alimentou o caixa oficial do PT – alimentou o caixa oficial do PT – nos anos de 2009, 2010 e 2011. Portanto, fica evidente que, já na campanha eleitoral de 2010 da Sra. Presidente Dilma, o dinheiro roubado da PETROBRAS – isto foi dito por quem participou do esquema – alimentou a campanha do PT. E isso continuou. Ainda ontem, o ex-Diretor da PETROBRAS confirmou à CPI desta Casa o que disse à Presidente Dilma, na época Ministra da Casa Civil, quando o Sr. Lula da Silva era Presidente da República: *"Tudo isso está acontecendo na PETROBRAS"*. O que fez a Presidente Dilma? Nada. Ele não só disse, mas também documentou, mandou por *e-mail*. Ficou documentado. Ela diz não saber de nada. Lula diz não saber de nada. Mas o dinheiro da roubalheira na PETROBRAS não só financiou a campanha do PT, em 2010, e de parte dos seus aliados – o PT tem aliados sérios, que eu respeito –, como também manteve essa prática criminosa, que está sangrando o Brasil, que sangra o Brasil. Falta dinheiro para o Orçamento, e agora se muda a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, nós estamos aqui para denunciar que, além da incompetência e da corrupção, agora, de maneira planejada, estão destruindo a boa herança que o PT recebeu: o Plano Real e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Srs. Deputados e Srs. Senadores, reflitam sobre isto: nós vamos aprovar o PLN 31, e acredito que vamos aprová-lo por unanimidade. Mas eu faço um apelo à consciência de cada um de V.Exas.: não coloquem as suas digitais nesta decisão de quebrar o Brasil. Ela, mentindo, acusou Fernando Henrique, que organizou o Plano Real e literalmente salvou o Brasil, de ter quebrado o Brasil para ganhar a eleição. Agora se inicia o processo de falência da nossa Nação com a desorganização das finanças públicas, com o desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Conclua, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Eu concluo, Sr. Presidente, de maneira muito serena. Nós da Oposição cumprimos aqui uma missão. Estamos lutando para salvar o País desta perversidade que é a aprovação de um projeto de lei que acaba com o equilíbrio fiscal. Nem falo do superávit.

Vejam o que eles querem, Srs. Congressistas: querem dizer que foram só eles que fizeram superávit. Nós aprovamos aqui o superávit e a desoneração tributária, com a qual concordamos, mas a desoneração não vai voltar. Portanto, não se pode considerar que ela vá virar receita novamente.

É um engodo aprovar este PLN 36! É tentar tapar o Sol com a peneira. A Presidente da República cometeu crime de responsabilidade ao não respeitar a lei do Orçamento, a LDO. Ela não merece esta anistia que V.Exas. querem dar a ela e que condena o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, o nosso Líder, Senador Aloysio Nunes Ferreira, já encaminhou favoravelmente, pelo PSDB. Eu apenas quero reafirmar o trabalho que o PSDB desenvolveu ao longo desse tempo todo para fazer justiça aos ex-funcionários da VARIG, da Cruzeiro do Sul e da Transbrasil.

Eu fiz questão de falar ao lado deles porque o que nós estamos fazendo hoje, aqui, é um gesto de justiça, que foi negado pelo Presidente Lula e pela Presidente Dilma Rousseff durante o seu mandato.

Nós só estamos aprovando aqui o que o Judiciário, o que o Supremo determinou: que o Executivo pague os 240 milhões, de modo que essas pessoas tenham suas pensões recompostas e possam assim ter uma velhice digna.

O PSDB vota "sim", em homenagem a vocês todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris, para encaminhar a votação do PLN 31.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa posição é favorável à proposta aqui trazida pelo PLN 31, Mensagem nº 318. Quem estiver neste momento avaliando o que está acontecendo no plenário do Congresso Nacional através da *TV Câmara* e dos outros instrumentos de informação talvez não esteja entendendo muito bem o porquê deste debate todo em relação ao PLN 31, que trata do Aerus.

Acontece, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e é bom que fique bastante claro, que aqui estão se consolidando dois movimentos importantes no Congresso Nacional. O primeiro é exatamente a Mensagem nº 318, projeto de lei que trata do Aerus e do cumprimento de uma decisão judicial que vem se arrastando há mais de 8 anos, com recursos persistentes do Governo contra a possibilidade de que houvesse um crédito especial para os fundos de pensão, Governo este que agora fica desesperado para aprovar o projeto, porque quer ver não este projeto aprovado, mas o PLN 36, que será votado em seguida.

Nós, da Oposição, estamos num processo de resistência, uma resistência que vai na direção do que pensa a sociedade brasileira hoje. Sem dúvida nenhuma, é preciso mostrar que um Governo incompetente como

este da Presidente Dilma não foi capaz de sustentar um nível de economia orçamentária capaz de garantir o superávit primário.

O que está em jogo aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, são dois movimentos importantes. Um deles é o do Aerus, cujo projeto nós vamos votar favoravelmente – o PSDB tem posição favorável. Quanto ao outro, a Oposição no Congresso Nacional está resistido, e não é de agora.

Nas últimas semanas, temos mostrado claramente que não vamos pactuar, que, mais do que isso, não vamos permitir que seja votado um projeto que, na verdade, elimina a possibilidade de imputação da Presidente Dilma em crime de responsabilidade, e esse crime de responsabilidade já está mais do que caracterizado.

A Presidente Dilma não foi capaz de sustentar um orçamento equilibrado. A Presidente Dilma, apresentada como uma "gerentona" pelo Presidente Lula, mostrou-se incompetente para gerenciar a economia nacional de maneira responsável.

Foi isso o que aconteceu nos últimos anos, Sr. Presidente. Que gerente é essa, que agora precisa mandar para o Congresso Nacional um projeto em que pede conivência num crime que está sendo cometido por ela? Com certeza, esse crime vai levá-la a ter que se defender na Justiça, por irresponsabilidade no gerenciamento do orçamento.

É isso o que está em jogo hoje no Congresso Nacional. A Oposição vai resistir até o limite. Nós sabemos que agora um decreto garantiu recursos para emendas de Parlamentares. Por que isso? Mais de 200 Deputados não foram reeleitos, não serão mais Parlamentares. Será que aproveitaram para colocar no decreto esses 700 mil reais a mais para garantir o voto desses Deputados aqui no Congresso?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Câmara dos Deputados não pode passar por este momento, um momento dramático, que vai manchar a história deste Congresso Nacional, porque será conivente com uma irresponsabilidade praticada pela Presidenta Dilma, que na campanha contra Aécio Neves, nosso candidato, dizia claramente: *"Olha, vão retirar a comida do prato do trabalhador"*. Era isso o que mostravam, como se nós fôssemos aqueles que, se assumisse o candidato Aécio, iriam aumentar juros, iriam favorecer o sistema financeiro. E o que ela está fazendo hoje? Acabamos de ter a informação de que os juros do nosso País aumentaram 0,5%. Isso é um engodo. Na verdade, estelionato eleitoral foi praticado por essa Presidenta, que foi irresponsável para gerenciar o orçamento do País dos últimos anos.

Esta é a verdade, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ) – Peço a palavra para fazer uma reclamação, Sr. Presidente – art. 96 do Regimento da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão do orador.) – É uma reclamação contra V.Exa., Sr. Presidente, amistosa.

Nós vimos o Deputado Mendonça Filho anunciar que foi procurado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, que lhe propôs um acordo. Também vi V.Exa. dizer que não concordaria com acordo algum. Entre nós começou a existir uma certa dúvida. V.Exa. – aí vem a reclamação – está muito gentil com aqueles que querem obstruir. Isso é bom. Já fiz tanta obstrução! V.Exa. também. Mas existem aqueles que querem votar este projeto do Aerus. Há vários mecanismos de obstrução possíveis para aqueles que não querem votar a nova meta fiscal. Tudo bem! Agora, deixar essas pessoas sofrendo, sem saber se afinal de contas este projeto vai mesmo ser votado hoje...! Claro que eu acho que vai, mas esta votação está se arrastando além da conta, e com prorrogações que eu lhe digo que, num ambiente de obstrução, eu não compreendo mesmo como acontecem.

Eu não sei se existe acordo, se não existe acordo, se V.Exa. é a favor, se V.Exa. não é a favor. O que eu quero lhe dizer é que existe aqui uma maioria absoluta. Diz o Deputado Caiado que não existe acordo, diz o Deputado Mendonça que não existe acordo, mas foi proposto um acordo pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados é um dos Líderes do PMDB. Se ele não quer votar hoje, ou se houver alguma razão para não se votar hoje, é bem possível que não se vote hoje mesmo, que essa matéria fique para terça-feira. Nós temos é que acabar com a aflição dos aflitos, e os aflitos são os aposentados, o pessoal do Aerus.

Vamos votar logo esta matéria – há um *kit* obstrução interminável –, até chegar a outra. Vamos liquidar esta. É incompreensível o que está se passando.

Sr. Presidente, eu não vou pedir a V.Exa. que delibere sobre a reclamação porque ela é muito amistosa, para colaborar para os trabalhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu não delibero, mas acolho a reclamação de V.Exa.

E mais uma vez quero dizer, encadeando a intervenção do Deputado Miro, que, se me fosse dado o direito de simplificar este processo de votação, eu já o teria feito há muito tempo.

Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Deputado Ricardo Tripoli. *(Pausa.)*

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Deputado caminha em direção à tribuna, eu quero apenas dizer que não há acordo. A gente vai entrar na madrugada votando. Quem criou o problema do Aerus não fomos nós, não foi a Oposição, não. Quem quebrou o Brasil e produziu este desastre econômico foi a Presidenta Dilma. Não venham colocar isso na conta da Oposição, não. O aumento de juros, hoje de 0,5 ponto percentual, foi da Dilma, com seu Banco Central. Não adianta querer transferir para a Oposição o ônus do desgoverno do Governo do PT.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, a questão do Aerus tem sido exaustivamente discutida aqui neste plenário. É um tema que percorre, eu diria, décadas, uma busca de solução para o drama sofrido por aqueles que foram os precursores da aviação no Brasil. Empresas como a saudosa VARIG e outras que na época tinham o privilégio de ter funcionários à altura daqueles que serviram de forma magnífica o setor aéreo agora vêm ao Congresso Nacional buscar uma reparação que, muitas vezes, a própria Justiça não tem como fazer. Estamos tratando do resgate da autoestima daqueles que, com certeza, poderão, a partir do momento desta votação, obter o resultado pretendido.

Mas o que mais nos preocupa aqui, Sr. Presidente, é que a questão central desta discussão vai mais na linha do grande calote que se pretende dar. Já existem informações de que o COPOM não aumentou os juros em 0,25 ponto, e sim em 0,5, o que, obviamente, fará com que os bancos passem a sorrir e o comércio e a indústria, a ter grande preocupação, porque haverá, obviamente, um achatamento, e com isso os trabalhadores, que boa parte das Sras. e Srs. Deputados aqui defendem, sofrerão um impacto direto, ou seja, serão atingidos violentamente.

Na época das eleições para a Presidência da República, havia dois discursos antagônicos. Um dizia que protegia o trabalhador e que teríamos problemas seríssimos se não houvesse mudanças. Esse era o discurso da candidata Dilma Rousseff, produto fabricado por marqueteiros. O outro, o do nosso candidato Aécio Neves, que, de maneira muito eloquente, disse que nós teríamos dias difíceis se não mudássemos o rumo da nossa economia.

O Governo entendeu que uma mudança de rumo seria demonstrar ao mercado que não vai cumprir a meta. E não só não irá cumprir a meta, como vai atingir o bolso dos trabalhadores brasileiros. Porque nós teremos, obviamente, desemprego, e uma inflação já se apresenta ao Brasil, o que implica a tomada imediata de algumas medidas. Fica muita preocupação.

O nosso Líder de bancada, nobre Deputado Antonio Imbassahy, faz aqui uma declaração extremamente grave, de que o Governo teria recepcionado 20 milhões de dólares vindos de outros países sem a devida internação dos recursos, de forma legal. A suspeita é extremamente grave, Srs. Presidente, nobres Srs. Parlamentares.

O Congresso Nacional precisa, obviamente, debruçar-se sobre essas discussões, que serão fundamentais para a apuração do caso, para que possamos passar o País a limpo e para que não tenhamos mais um discurso de campanha e uma prática diferente depois de assumido o mandato. O que se pretende é recolocar essas questões. Não seria digno um governante poder fazer um discurso, fazer promessas quaisquer, fazer ilações, e depois, a partir do momento em que toma posse, mudar completamente o seu comportamento, como se dissesse: *"Esqueçam tudo o que eu disse, porque daqui para frente as medidas tomadas pelo Governo serão sim impopulares"*, e serão impopulares feitas por um partido que se diz "Partido dos Trabalhadores".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado. Em seguida, vamos iniciar o processo de votação.

Com a palavra V.Exa., para encaminhar a votação.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) **–** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a matéria que estamos discutindo neste momento, o PLN 31, não há na Casa nenhum Parlamentar que vá se posicionar contra ela. Esse argumento do Governo de que, como disse o Líder do Governo, Henrique Fontana, está muito sensibilizado com o Instituto Aerus realmente não reproduz a verdade. As faixas que estão expostas lá fora mostram a insensibilidade do Governo Dilma Rousseff para com todos esses aposentados, que esperaram tanto tempo por este momento.

Quem tem que comemorar são eles. Eles é que têm que comemorar. Eles é que são vitoriosos. Eles é que sofreram durante todos esses anos, e agora conseguiram uma decisão judicial que lhes dá essa prerrogativa. Sem dúvida nenhuma, 1 minuto a mais ou 1 hora a menos não vai fazer com que esse PLN seja aprovado.

Quero deixar claro que nós discutiremos depois deste PLN, que é unanimidade no Plenário, uma matéria que é uma excrescência. Quando os Parlamentares, principalmente os da base do Governo, reagem às nossas afirmações, eu lhes pergunto como têm coragem de vir para o debate e citar, neste plenário do Congresso Nacional, o fato de um Presidente da República ter tido a coragem de assinar um decreto antecipando a lei.

Deputado Miro Teixeira, V.Exa., decano da Casa, advogado constitucionalista, preste atenção no que diz o Decreto nº 8.367: *"A distribuição e a utilização do valor da ampliação a que se referem os arts. 1º e 2º deste Decreto ficam condicionadas à publicação da lei resultante da aprovação do PLN nº 36..."*

E aqui no anexo está aquilo que, sem dúvida nenhuma, é a motivação da votação: R$444.761.526,00 para as emendas dos Parlamentares. Esta é a realidade. Esta é a razão – ou a distribuição de Ministérios ou esse valor – de nós termos aqui uma presença maciça de Parlamentares da base do Governo sensibilizados com esta discussão.

É importante que todos saibam que agora este Governo, sem saída, entrega a área econômica a um banqueiro, que diz: *"Não vou mais fazer repasse do Tesouro para banco oficial"*. Hoje ele edita a Medida Provisória nº 661, Deputado Aleluia, em que repassa 30 bilhões de reais a mais para o BNDES, para atender às campeãs, às grandes financiadoras do PT, que até transformaram o Lulinha no maior latifundiário deste País – o Deputado Ronaldo Caiado é hoje apenas um agricultor familiar, perto dele.

Então, Srs. Parlamentares, R$ 30 bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Conclua, Deputado Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – O que nós temos, Deputado Fontana, é que isto aqui é ilegal, é imoral, é inconstitucional. Nós já ajuizamos perante o Supremo Tribunal Federal, agora aguardamos a decisão do Ministro Celso de Mello. A Constituição diz que decreto regulamenta lei. Decreto não antecipa lei. Este é o debate que eu gostaria de fazer com V.Exa. Prove-me o contrário, Deputado. Isto aqui é, sem dúvida nenhuma, uma maneira de pressionar os Parlamentares. Isto aqui é chantagem política, é chantagem política!

Por isso eu peço a reflexão de V.Exas., que não terão como explicar aos seus eleitores...

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ) – Sr. Presidente, há um registro que me parece indispensável...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – ...o voto favorável ao PLN 31.

Peço a reflexão de todos diante deste fato que nós estamos discutindo: a política do PLN 36. Este é um ponto grave. Fica claro que neste Governo Dilma os miseráveis aumentaram em 340 mil famílias.

Nesse Governo da Dilma, o juro já está em 11,75%, o desemprego batendo à porta, as empresas fechando.

Agora, sim, eu acredito que, com essa medida provisória, Joaquim Levy já deve ter sido demitido, porque, sem dúvida alguma, a Presidente Dilma ainda continua como Ministro da Fazenda.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é fundamental registrar para o Plenário que essa matéria que está sendo votada, o PL 31, embora se pense que vai solucionar o problema, apenas oferecerá um crédito de 240 milhões, que perfaz a necessidade de 9 meses. É indispensável que a LDO que viremos aprovar para 2015 contenha os créditos necessários para perfazer o que é de direito dos trabalhadores da VARIG.

O Instituto Aerus teve um problema muito sério ao longo da sua vida. Em primeiro lugar, um congelamento tarifário, que não foi permitido depois de ser exportado para as tarifas. Isso foi definhando a empresa. Havia uma fonte também, que era de 3% das passagens aéreas, e que por uma caneta se diminuiu de 30 anos para 10 anos, o que afetou muito o cálculo atuarial do fundo. E ainda também faltou muita fiscalização. Mas nada disso é comparável à insensibilidade do Governo de já poder ter resolvido essa questão que aflige mais de 10 mil pessoas que no País viveram a bandeira da VARIG, que era uma espécie de símbolo pátrio.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se V.Exa. quiser simplificar...

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ) – Eu só queria dizer que a VARIG era uma espécie de PETROBRAS do ar. Lamentavelmente, a VARIG se foi. Do jeito que está a PETROBRAS, nós temos muitas dúvidas do que vai acontecer diante da incompetência do Governo nessa questão. Essa é uma matéria relevante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Otavio Leite, como vota o PSDB?

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ) – Agora, nós queremos discutir profundamente o PL 36, que é uma espécie de alquimia contábil de botequim, que praticamente...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ) – Estou acabando, tenho 25 segundos.

O PLN 36 praticamente faz com que estejamos diante de um enterro de luxo da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo crime que o Governo Federal está impondo ao País em relação a essa questão.

Nós votamos "sim", em defesa dos trabalhadores da VARIG.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Vicentinho, como vota o PT?

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, coloque no painel ali, por favor.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com certeza, não vou usar o tempo que me cabe, mas eu queria saudar a Graziella, nossa dirigente, minha companheira.

Nossa querida Graziella foi minha companheira quando eu presidi a CUT e ela presidiu o Sindicato dos Aeronautas. A nossa companheira sabe muito bem que aqui não tem ator nem atriz, a não ser vocês, que acamparam no aeroporto, que acamparam aqui no Congresso, que lutaram a vida inteira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão do orador.) – Agora é a obstrução da base.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – É isso aí, Sr. Presidente, nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Encerrada a discussão, passamos à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Verificação de voto, Sr. Presidente. Verificação. Eu pedi verificação. Sr. Presidente, eu pedi verificação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI nº 31, de 2014 - CN

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R$ 248.265.342,00, para o fim que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R$ 248.265.342,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, relativo à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33101 - Ministério da Previdência Social

ANEXO
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Crédito Especial
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IL	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							248.265.342
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0901 00N2	Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400							248.265.342
28 846	0901 00N2 0001	Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400 - Nacional							248.265.342
			S	3	1	90	0	351	248.265.342
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									248.265.342
TOTAL - GERAL									248.265.342

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sobre a mesa há diversos requerimentos para mudança da Ordem do Dia.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, anteriormente, eu fiz uma pergunta a V.Exa. sobre quantos requerimentos de inversão existiam sobre a mesa, e V.Exa. disse que eram 16.

Eu queria apelar para o art. 160, §1º, do Regimento da Câmara. Como todos os requerimentos pedem a inversão de pauta, V.Exa. pode acatar a minha questão de ordem e votar em bloco os 16 requerimentos de inversão de pauta. *(Palmas.)*

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu quero contraditar, Sr. Presidente, a questão de ordem do Deputado Silvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – O art. 160 do Regimento Interno da Câmara fala dessa possibilidade, mas dispõe, em seu §1º, que:

> *"Quando os requerimentos de preferência excederem a cinco, o Presidente, se entender que isso pode tumultuar a ordem dos trabalhos, verificará, por consulta prévia, se a Câmara admite modificação na Ordem do Dia".*

Eu pergunto: V.Exa. entende que os requerimentos tumultuam o processo legislativo ou é um legítimo instrumento do Poder Legislativo? Eu entendo que é da Minoria, porque aqui ninguém está querendo tumultuar. Estamos querendo exercer o legítimo direito de estabelecer uma hierarquia na votação da Ordem do Dia de hoje. Então, Sr. Presidente, não há por que aplicar essa tese de tumultuar. Aqui ninguém está querendo tumultuar. O que se quer é exercer a preferência, que é um direito da Minoria. Qual é a posição de V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Precisamente, respondendo à questão de ordem que foi levantada pelo Deputado Silvio Costa e reiterada pelo Deputado Mendonça Filho, eu queria dizer que o art. 160 diz exatamente o seguinte:

> *"Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para votação ou discussão de uma proposição sobre as do mesmo grupo."*

Esse é o caso. O §1º diz o seguinte:

> *"Quando os requerimentos de preferência excederem a cinco, o Presidente, se entender que isso pode tumultuar a ordem dos trabalhos' – diríamos que essa palavra tumultuar é uma palavra antiquada – 'verificará, por consulta prévia, se a Câmara admite modificação na Ordem do Dia."*

Portanto, nós vamos consultar a Câmara para saber se ela admite ou não a modificação da Ordem do Dia. A votação será simbólica.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós queremos a votação...

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Vamos votar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Votação simbólica!

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente...

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ) – Mas V.Exa. tem que esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Cabe orientação e cabe verificação.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Presidente Renan, a verdade é a seguinte: V.Exa. está sendo democrático demais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nada de democrático demais!

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – V.Exa. poderia acatar minha questão de ordem.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Isso não tem nada de democrático! É regimental, Deputado Silvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não me acusem de ser democrata demais!

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão do orador.) – Isso não é acusação, Sr. Presidente.

V.Exa. disse que a matéria está em votação, mas é preciso esclarecer o que, a rigor, está em votação. Está em votação que nós vamos admitir que uma matéria terá precedência sobre as demais ou está em votação que nós não vamos admitir isso? Essa é a questão. Os que forem favoráveis vão permitir... Ficam quietos aqueles

que querem votar agora o PLN 36? Falem de modo bem claro! *"Os que querem votar o PLN 36 agora permanecem como se acham."* É isso?

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, eu quero encaminhar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ) – É isso?

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Como eu fiz a questão de ordem, quero encaminhar, Sr. Presidente, a votação.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu também quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se for rejeitada a consulta, nós votaremos o PLN 36 – se for rejeitada a consulta, na forma do art. 160, § 1º, do Regimento Interno. Se for aprovada a consulta, nós votaremos, um a um, os 16 requerimentos.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Não, Sr. Presidente! Presidente Renan, eu fiz a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa. Em seguida, falará o Deputado Miro.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Sem revisão do orador.) – Eu fiz a questão de ordem e eu queria encaminhar.

Para que os meus companheiros do Senado e da Câmara entendam, a minha proposta é a seguinte: são 16 os requerimentos sobre a mesa. Eu estou querendo, através da minha questão de ordem, que os 16 sejam votados de uma vez só, em bloco.

V.Exa. vai consultar o Plenário, então, moral da história: quem concordar com a minha tese de votar tudo em bloco deve permanecer como está. Quem não concordar é que vai levantar a mão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não, é o seguinte.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Então, vamos explicar direitinho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como quer V.Exa., Deputado Silvio Costa. Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão do orador.) – Eu quero fazer um apelo a V.Exa., para não cortar microfones do plenário. Eu sei que isso às vezes acontece por acaso. Mas especialmente em sessões tensas, a palavra evita que aumente ainda mais a tensão. Não é o meu caso, não, porque eu sou sempre muito sereno. Os problemas havidos aqui no plenário da Câmara dos Deputados – se V.Exa. está lembrado da época daqui –, normalmente ocorrem porque se tira o som. Deixe o Deputado falar! É bom. Todo mundo acaba se entendendo. Eu acho que basta V.Exa. orientar claramente, como já pediu o Deputado Silvio Costa, em uma direção. V.Exa. está em outra direção, mas acaba conduzindo ao mesmo final. Basta essa orientação.

É só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria mais uma vez dizer aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que estamos fazendo uma consulta: se modificamos ou não a Ordem do Dia.

Se a consulta for rejeitada, ou seja, se não alterarmos a Ordem do Dia, vamos direto para a apreciação do PLN 36. Se a consulta for aprovada, vamos apreciar, um a um, os 16 requerimentos.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Manoel Junior votou com o partido na última votação.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O PT, Sr. Presidente...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – O Deputado Silvio Costa usou a palavra. Eu tenho o direito de usar a palavra para encaminhar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para orientar na Câmara, com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O PT orienta...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Para falar contra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É para orientar a bancada. É uma consulta.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Na verdade, não é uma orientação de bancada, Presidente.

Antes da orientação de bancada, eu queria invocar o art. 163 do Regimento do Congresso Nacional, que disciplina a hierarquia de votação e deixa muito claro que, pelo critério do Regimento, a questão da antiguidade e a importância devem ser obedecidas na forma da pauta. O *caput* do art. 163 é critério para ordenamento das matérias pautadas na Ordem do Dia.

E eu acho muito estranho, Presidente, que, tendo que se apreciarem matérias como os PLNs 2 e 5, o PLN 31, que já foi apreciado, os PLNs 3, 4 e 6, coloque-se o PLN 36 à frente de outros PLNs bem mais antigos. Então, a lógica legislativa indica, Presidente, que a gente tem que apreciar os PLNs 2, 5, 3, 4, 6 e só depois o PLN 36.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria dizer ao Deputado Mendonça Filho que nós estamos aplicando o art. 160, § 1º. No Regimento Comum só existem 152 artigos. Não existe o art. 163.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – O art. 163 é do Regimento Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O art. 163 do Senado diz o seguinte:

"Art. 163 As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, a juízo do Presidente, segundo..."

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Mas obedecida a antiguidade e importância.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não é o caso. Com todo o respeito, nós estamos aplicando o art. 160, § 1º.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Muito bem, Presidente. Vamos votar!

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Muito bem, Presidente. O PT, na Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Mendonça Filho, se V.Exa. puder orientar a bancada...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu quero encaminhar a matéria. Eu não vejo sentido...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não tem encaminhamento.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Por que não tem? V.Exa. vai determinar o que tem e o que não tem? Quem determina é o Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É só para consulta.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Por favor, eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Não é consulta. O Deputado Silvio Costa defendeu o ponto de vista dele, a partir do art. 160, e eu tenho o direito de defender nosso ponto de vista. Por favor, respeite a posição da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Bom, eu quero expressar aqui, de forma clara e objetiva, aos Senadores e aos Deputados, que não há razão para esse rolo compressor aprovar, a toque de caixa, o PLN 36, que tem como único propósito isentar a Presidente Dilma Rousseff daquilo em que ela está implicada em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal e, ao mesmo tempo, isentar a Presidenta Dilma Rousseff com relação à Lei nº 1.079, de 1950. Infelizmente, eu lamento comunicar ao Brasil que ela cometeu crime de responsabilidade.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Presidente, já passou 1 minuto.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Deputado Silvio, por favor, eu ouvi V.Exa. V.Exa. não é fiscal do tempo, não. Eu tenho direito à palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa., Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu quero dizer ao Plenário que esta matéria precisa ser discutida à exaustão. A gente tem espaço para discuti-la no tempo certo e oportuno. Infelizmente, o quadro econômico brasileiro hoje é cada vez mais grave e difícil. A recessão está aí, o crescimento neste ano de 2014 é zero, e a perspectiva para 2015 também é muito negativa. A inflação já superou o teto da meta. E a Presidente Dilma contrariou todo o seu discurso de campanha. Dizia que não iria aumentar juros; aumentou 3 dias depois e repetiu a dose hoje. Essa é a Presidente da República que não honra a palavra perante o povo brasileiro. Eu quero lamentar demais. E sobre os erros que ela praticou, Presidente, não cabe ao Congresso Nacional passar uma borracha aqui e apagar, não, porque ela tinha consciência, sim, do caminho fiscal que infelizmente o Brasil...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para concluir, Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Peço um pouco de paciência à bancada do Governo, que está muito nervosa hoje. Eu vou distribuir um pouco de Lexotan àqueles mais nervosos.

Digo, com toda tranquilidade, que a gente não pode, de forma alguma, avalizar a irresponsabilidade fiscal. É por isso que eu mantenho a posição, contrariando o ponto de vista que foi expresso pelo Deputado Silvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou chamar os Congressistas pelos partidos para nós organizarmos a apuração da consulta.

Como vota o PMDB, Deputado Leonardo Picciani?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PMDB vota contrariamente à consulta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PMDB vota contrariamente à consulta.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ) – É mais fácil dizer "não", não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PP, Deputado Eduardo da Fonte?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PP/PROS, que é um bloco, vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Carimbão, o Bloco PP/PROS vota "não".

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL) – Para contribuir com o andamento da sessão.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – V.Exa. poderia colocar no painel os partidos e a orientação?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSB?

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – O PSB, Sr. Presidente, entende que esta discussão não está completa. Nós entendemos que é preciso dar oportunidade a todos os Deputados de ter uma compreensão melhor do assunto. Por isso, nós votamos "sim" à consulta.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria orientar logo pelo PSC, já que eu propus. O PSC vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PSC vota "não".

Como vota o PSDB, Deputado Imbassahy?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós vamos orientar favoravelmente. Eu explico rapidamente.

Veja bem o que aconteceu este ano: a Presidente solicitou um orçamento ao Congresso Nacional, o Congresso Nacional aprovou o orçamento pedido pela Presidente Dilma e se comprometeu a alcançar o superávit primário de 116 bilhões; chega ao final do ano, e ela simplesmente estourou 100 bilhões de reais. Um absurdo!

Depois que ela cometeu o crime de não observar a Lei Orçamentária, depois que cometeu o crime orçamentário, deseja agora uma anistia ao calote que ela proporcionou. Por isso, a gente percebe o grande interesse da sociedade brasileira que acompanha com vivo interesse esta sessão de repudiar esta proposta. Esta proposta, ao fim e ao cabo, significa rasgar a Lei de Responsabilidade Fiscal, significa que liberou geral, a gastança com o dinheiro do contribuinte brasileiro, o dinheiro suado do assalariado brasileiro, que no seu dia a dia, no seu orçamento doméstico procura fazer os seus controles.

Então, este exemplo que a Presidente Dilma está oferecendo ao País é péssimo. E, se a governante não cumpriu a Lei Orçamentária, tem que ser penalizada e responsabilizada. Daí este desespero de a Presidente inclusive chegar ao auge de oferecer aos Parlamentares da sua base governista 745 mil reais para votar esta proposta.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) – O PSD orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Solidariedade?

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a orientação do PSB está incorreta. A orientação do PSB é "sim".

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) – O PSD orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Mas V.Exa. já falou isso e nós registramos a orientação do PSD.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente, é preciso registrar no painel a orientação do PSDB. O "sim" não foi registrado. Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A orientação do PSDB é "sim".

Como vota o Solidariedade?

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Solidariedade vota "sim". *(Pausa.)*

Como vota o PDT, Deputado Félix Mendonça?

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS) – Sr. Presidente, o Deputado Giovani Cherini é quem vai votar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PDT vota "não".

Como vota o PTB?

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Márcio Macêdo votou com o PT na última votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PCdoB?

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, contra a protelação, votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PCdoB vota "não".

Como vota o PSC?

(Não identificado) – O PSC já votou. O PSC vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PRB?

O SR. CÉSAR HALUM (PRB-TO. Sem revisão do orador.) – O PRB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PRB vota "não".

Como vota o PR?

O SR. PAULO FREIRE (Bloco/PR-SP. Sem revisão do orador.) – O PR vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS vota "sim" pela nossa óbvia posição de compromisso não com o Governo, mas com a cidadania; de compromisso não com uma norma de ocasião, mas com os princípios da estabilidade monetária e na defesa do povo brasileiro, que, burlada a meta de superávit fiscal, vai pagar caro com o desemprego, a alta de inflação, que é o que o desgoverno da Sra. Dilma está causando ao País.

Por isso, Sr. Presidente, o PPS vota "sim", e vota dando uma satisfação ao povo brasileiro de que a protelação que fazemos aqui tem o objetivo de esclarecer, tem o objetivo de informar, e já produz efeitos. A própria nomeação do Ministro, que é exatamente na contramão daquilo que o Governo fez até agora, é a demonstração de que a nossa pregação dará resultado, Sr. Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Sr. Presidente, para orientar pelo Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Democratas já orientou com o Deputado Mendonça Filho.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Não. Não está orientado no painel não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu peço à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor,...

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – Nós estamos orientando favoravelmente à consulta, Sr. Presidente, embora entenda que seria desnecessário fazer esta consulta agora.

Se V.Exa. seguisse a contradita do Deputado Mendonça Filho à questão de ordem do Deputado Silvio Costa, nós iríamos ganhar até mais tempo para que pudéssemos acelerar este processo. Agora, neste momento, quem está votando "sim" vota em favor de metas fiscais seguras e firmes em favor do Brasil; quem vota "não" está em busca de cargos no Governo do PT.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou proclamar o resultado da consulta.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) – Sr. Presidente, o PSOL não orientou ainda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSOL?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – É o Plenário, não é, Presidente?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – O PSOL inclusive quer dizer o seguinte: que este assunto, que é mais arrocho fiscal, mais superávit primário, é equilíbrio, prestação de contas ao mercado financeiro, aos banqueiros e aos rentistas nacionais e internacionais, não comove o povo. Isto não comove o povo, isto é corte de gasto público.

Por isso, o PSOL vota "não", Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Presidente, quem vota é o Plenário, não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vou proclamar o resultado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Não, Presidente. V.Exa. vai ter que submeter ao Plenário a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu quero proclamar o resultado. Se V.Exa. quiser submeter ao Plenário, V.Exa., na forma do Regimento, pede a verificação da votação.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – O.k. V.Exa. vai fazer uma votação simbólica. Se, porventura, quem for vencedor ou vencido e quiser pedir verificação, solicitará a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – O posicionamento dos Líderes partidários soma 354 votos pela rejeição.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, verificação!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Verificação! Verificação! Verificação de votação!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Na forma do Regimento, defiro o pedido dos Líderes e concedo a verificação solicitada.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Eu peço a mudança da orientação do Democratas para obstrução. Obstrução!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Vamos fazer obstrução!

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ) – A verificação tem que ser conjunta!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência solicita...

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é verificação conjunta, para não haver retirada quando estiver chegando ao quórum.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não há verificação conjunta. Nós temos que fazer a verificação em cada Casa do Congresso Nacional. Vamos começar pela Câmara dos Deputados.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente, o PSDB está em obstrução.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente! Apenas para colaborar com a Mesa, venho esclarecer do que se trata o pedido de verificação conjunta. Eu entendi a adesão de V.Exa., só que o pedido de verificação conjunta feito pela Liderança do PT não trata da verificação nas duas Casas, trata-se de verificação pedida por duas bancadas da Câmara dos Deputados, para que a bancada autora não possa futuramente retirar o pedido.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – O PSB orienta obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero registrar o voto "não", em nome do Governo. Venho pedir, Sr. Presidente, a nossa base que permaneça no plenário. Venho informar a V.Exa. que, durante a votação nominal, eu vou usar a palavra como Líder do Governo numa fala muito cuidadosa, que não vai desestabilizar o nosso Plenário, até para explicar à sociedade brasileira que amanhã nós vamos seguir debatendo muito o mérito desse assunto, depois de enfrentar a obstrução da Oposição e vencer a votação. O voto é "não". Peço a palavra como Líder quando abrir a votação nominal.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – O PSB muda a orientação para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador) – O PSB muda a orientação para obstrução.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Sem revisão do orador.) – O PPS está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PAULO WAGNER (PV-RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Verde orienta "não".

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB está em obstrução.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT-RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, solicito a mudança da orientação do PSB no painel.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT-RJ) – Sr. Presidente, depois do Líder Henrique Fontana, eu queria me inscrever neste período de votação para fazer uma breve comunicação também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Darei a palavra a V.Exa.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero que mude a orientação do PSB no painel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Em nome da Minoria, porque os partidos da Minoria estão obstruindo...

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB está em obstrução.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) – Com licença.

Nós temos ouvido atentamente V.Exa. e os Líderes. Nós recomendamos a obstrução democrática e legítima.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu faço um apelo aos Deputados e às Deputadas para que venham ao plenário. Nós estamos procedendo a uma verificação nominal.

O SR. PASTOR EURICO (PSB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não se alterou no painel a orientação do PSB para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PSB já está em obstrução. O painel é uma redundância.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria convidar os companheiros do PP e do PROS e pedir aos gabinetes e às Lideranças, por gentileza, que façam contato com todos os Deputados do PP e do PROS para que venham ao plenário para votarmos o mais rápido possível, ajudando, assim, a concluir esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu, mais uma vez, faço um apelo aos Deputados e às Deputadas para que venham ao plenário. Nós fizemos uma consulta sobre a inversão da pauta. Essa consulta, pelo voto proporcional dos Líderes, foi rejeitada. Rejeitada significa dizer – nós estamos fazendo uma verificação – que ela não será apreciada no Senado Federal, mas ela precisa ser rejeitada pela votação do Senado também.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE.) – Sr. Presidente...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou dar a palavra a V.Exa.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero mudar a orientação do Solidariedade para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Solidariedade está em obstrução.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço aos Parlamentares do PT que venham urgentemente ao plenário para podermos encerrar essa votação.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS.) – Líder Henrique, Líder Henrique, Líder Henrique. V.Exa. me permite?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS.) – Sim.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Sem revisão do orador.) – Se V.Exa. me permite, com a concessão do Presidente, peço para falar por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para orientar a bancada?

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Sem revisão do orador.) – Na verdade, a bancada já foi orientada, Sr. Presidente.

Eu só queria entrar no debate desse tema. Nós temos ouvido bastante aqui a Oposição falar dessa questão do superávit primário. Na verdade, eu sou lá do Rio Grande do Sul, da região de Caxias do Sul, da serra, que o nosso Líder Henrique Fontana conhece bem. Algumas empresas e alguns empresários pediram a mim que votasse a favor desse projeto porque é importante que chegue o recurso do Estado às Prefeituras para que sejam honrados alguns compromissos.

Esta luta que nós fazemos aqui pela alteração do superávit primário é para que sobrem mais recursos, sim, para obras, para a educação.

(Interrupção do som.)

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS) – Só para concluir: para que nós tenhamos, de fato, um Brasil cada vez mais desenvolvido e gerando emprego.

Portanto, votar "sim" à redução do superávit primário é votar a favor do País. É por isso que estamos aqui, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Deputado Alberto Filho.

O SR. ALBERTO FILHO (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero um esclarecimento. Caso seja rejeitada essa consulta, vão ser retirados todos os requerimentos e nós iremos passar direto à votação do PLN. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Exatamente.

O SR. ALBERTO FILHO (PMDB-MA) – Aproveito a oportunidade para convidar todos os Deputados do PMDB para que compareçam ao plenário, porque nós estamos em processo de votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como sei que nós vamos evidentemente ganhar – o "não" vai ganhar – e sei que há uma série de requerimentos apresentados, eu já quero fazer uma questão de ordem prévia, baseada no § 3º do art. 160 do Regimento, que trata da prejudicialidade. Se for derrotado, todos os requerimentos estarão prejudicados, e iremos direto para o PLN 36.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Essa questão já foi devidamente respondida.

O SR. PASTOR EURICO (PSB-PE) – Questão de ordem prévia, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Líder Henrique Fontana, com a palavra V.Exa.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, quero cumprimentar todos os colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

A minha primeira frase, ao usar este tempo como Líder do nosso Governo na Câmara, é de profundo agradecimento à firmeza, à dedicação e à convicção da nossa base, que está aqui garantindo o quórum e fazendo uma votação extremamente importante para o Brasil, para a economia do nosso País.

Segundo, Sr. Presidente, quero cumprimentar a todos, porque nós estamos aqui há 12 horas e 30 minutos. E estamos aqui, como convém à regra democrática, ouvindo pacientemente. As pessoas, em casa, podem se perguntar: *"Por que o Líder Pimentel, o Líder do PMDB, o Líder Fontana não falam para contrapor o que disse o Líder do PSDB?"* Senador Lindbergh, porque o Regimento nos exige isso! Nós queremos fazer o debate de mérito. Nós temos convicção do nosso voto. Nós temos argumentos para apresentar ao povo brasileiro, mas nós precisamos nos ater à questão regimental.

E aí eu também quero cumprimentar o Presidente Renan Calheiros, que, de fato, conduziu a sessão de ontem e está conduzindo a de hoje de maneira absolutamente impecável, no sentido de garantir o direito à palavra, garantir o respeito ao Regimento, garantir que a Minoria se expresse, mas também que a Maioria, que tem convicção, possa apresentar o seu voto para garantir uma política econômica.

Esse é o debate central. Eu brincava com os meus colegas de bancada: *"O Fontana vai para a tribuna na linha paz e amor"*, porque nós estamos querendo desarmar os palanques. A eleição terminou no dia 26 de outubro. O povo brasileiro tomou uma decisão soberana, legítima.

Nós ouvimos agressões absurdas hoje, aqui, às quais vou responder a partir de amanhã, quando não houver mais o risco de inviabilizarmos por falta de quórum a votação de hoje.

Mas a política econômica que nós estamos defendendo, a política econômica que garante esta votação, sim, de redução do superávit na LDO, é uma escolha de política econômica; é a escolha, Deputado Simão Sessim, de colocar o emprego como centro da nossa política econômica.

Aqueles que hoje são Oposição, quando foram Governo, também alteraram a LDO – por exemplo, em 2001 – e não fizeram todo este drama que fazem hoje, dizendo que nós estaríamos rasgando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu quero ler poucas frases, Sr. Presidente, sobre a situação econômica do Brasil nas questões estruturais que mostram a responsabilidade fiscal do nosso Governo, a responsabilidade social do nosso Governo. E os dados são: o Brasil tem hoje o melhor nível de emprego de toda a sua história, Senador Marcelo Crivella.

O Brasil tinha 37 bilhões de dólares de reserva quando a Oposição de hoje governava o País. Aí, sim, o País tinha quebrado duas vezes, Senadora Marta Suplicy, e foi buscar o recurso emprestado no FMI. Nós, nesses 12 anos, pagamos o empréstimo para o FMI e elevamos as reservas para 377 bilhões de dólares, dez vezes mais do que o Brasil tinha 12 anos atrás.

Nós estamos governando há 12 anos com o apoio da base, de todos esses partidos que governam conosco, e a inflação tem estado dentro da meta durante os 12 anos. Nós estamos conduzindo uma política econômica que garante o maior ganho em termos de poder de compra real dos salários da história recente do País. Portanto, distribuímos renda.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que esta votação de hoje estabiliza essa política econômica. O nosso Governo não mudou de política econômica, o nosso Governo passa para uma nova fase de uma política econômica, sempre atento aos movimentos da economia global.

Concluo, Sr. Presidente, com a tolerância de V.Exa.

Isto os Líderes do PSDB não dizem quando vão à tribuna: que a crise da economia mundial, que ocorre desde 2008, é a mais profunda crise do capitalismo global desde 1929. E nós, nessa crise, temos o apoio dessa base, à qual eu agradeço. E peço que fique no plenário, porque queremos pedir o apoio de todos os senhores para concluir esta votação hoje e garantir essa política econômica.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Quero pedir como Líder também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra aos Deputados Antonio Imbassahy, Claudio Cajado e Vicentinho.

Antes, porém, vou conceder a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, aqui há muita desinformação e muitas inverdades. Se há uma coisa nesses 12 anos de que nós temos orgulho, é o nosso compromisso com o equilíbrio fiscal.

Quando o Presidente Lula assumiu o Palácio do Planalto, a nossa relação da dívida com o PIB era de 60%. Hoje, estamos em 36% do PIB. Se compararmos a nossa relação da dívida com o PIB com a de outros países, a nossa é de 36%, a da Alemanha é de 56%, a da França é de 80% e a do Reino Unido é de 84%.

Neste ano, 16 países do G-20 vão ter déficit primário; nós vamos ter superávit primário. Agora, senhores, nós sempre defendemos políticas anticíclicas: quando o País cresce, superávit maior; quando a economia cresce menos, superávit menor.

O que aconteceu este ano? A conjuntura econômica mudou no Brasil e no mundo. Nós tivemos 2 trimestres com crescimento negativo da nossa economia. Um estudo do IPEA de 2011 diz o seguinte: cada 1% de gasto público do PIB repercute em crescimento de 1,57%. Então, senhores da Oposição, se nós tivéssemos cumprido a meta de superávit cheia de 80 bilhões de reais, nós teríamos recessão, crescimento negativo de 1,5% ou 2%.

Esse debate aqui é o debate da eleição, em que a Presidenta Dilma disse do nosso compromisso com o equilíbrio fiscal, mas que não iríamos fazer equilíbrio fiscal à custa do desemprego e da recessão econômica.

Agora algo me estranha novamente. Falou aqui o Líder Henrique Fontana sobre o estardalhaço. Em 2001, o Governo do PSDB alterou a LDO para mudar a meta de superávit primário. Chegou em 2000, por medida provisória. O Líder do PSDB na Câmara era o Senador Aécio Neves. Eu fui procurar e não vi nenhum discurso contra, naquele momento, a alteração da meta de superávit primário.

Senhores, infelizmente, o problema aqui é outro. O problema não é meta de superávit primário, o problema é político. Há setores da Oposição flertando com o golpismo. Estão se vestindo da roupagem da velha política golpista da UDN. E eu cito fatos: primeiro, o PSDB questionou no TSE a lisura do processo eleitoral. Depois, houve o estímulo a manifestações, algumas pedindo intervenção militar. Quem pede intervenção militar é fascista. Agora, há os primos dos fascistas. São os que estão indo para as ruas pedindo o *impeachment* de uma Presidente que nem tomou posse no segundo mandato.

E aqui, na fala dos Srs. Senadores e Deputados da Oposição, fica claro o que eles querem nesta votação: não é meta de superávit, porque eles sabem que isso paralisaria o País; o que eles querem, na verdade, é dizer que a Presidente cometeu crime de responsabilidade, para continuarem flertando com o golpismo.

Eu encerro minha fala pedindo que observemos a História. Se eu reconheço e admiro a trajetória de um grande homem como Tancredo Neves, é porque Tancredo Neves sempre foi um legalista. Nunca aceitou e sempre se posicionou contra os golpistas. Foi assim com Getúlio Vargas, foi assim com Juscelino Kubitschek e foi assim com João Goulart.

Eu chamo a atenção da Oposição: é preciso que os setores consequentes da Oposição se posicionem, demarquem campo.

Eu encerro, Sr. Presidente, citando o que vimos, ontem, aqui: grupos já conhecidos xingarem uma Senadora da República, dizendo: *"Vai para Cuba!"* Essas são práticas a respeito das quais eu digo aos senhores da Oposição: nós queremos desarmar esse circo. Acabou a eleição! Agora, digo também, com muita contundência, que nós vamos resistir a qualquer discurso fascista e golpista, tanto no Parlamento quanto nas ruas do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS-TO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra de acordo com a ordem de inscrição que temos aqui.

Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS-TO) – S.Exa. me cede a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Ataídes Oliveira, tem V.Exa. a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS-TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi o Senador Lindbergh Farias, que tentou nos convencer. O mais interessante, Senador Lindbergh, é que, por muito menos do que o estupro contábil cometido por este Governo, V.Exa. pediu o *impeachment* de Collor, por causa de um carrinho por nome Elba.

Veja só o tamanho da sua contradição, Senador, na hora em que V.Exa. chama a atenção da Oposição. Eu acho que V.Exa. deveria respeitar um pouco mais a Oposição, apesar de ser minoria, Senador Lindbergh.

Sr. Presidente, o art. 85 da nossa Constituição diz o seguinte:

> *"Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*
>
> .....
>
> *VI – A lei orçamentária".*

E quero dizer mais, Sr. Presidente: o nosso País está passando por uma desmoralização política plena. Este PLN, se aprovado hoje – eu espero que não –, vai causar a esta Nação e ao nosso povo uma instabilidade econômica terrível! Com este aumento, hoje, do Banco Central de 0,5 na taxa SELIC mais a desconfiança que os nossos empresários nacionais já tem estabelecida e mais a insegurança dos empresários internacionais, preocupamme muito.

Resumindo, Sr. Presidente, este PLN 36 vai abrir um precedente tremendo em nosso País. Os nossos governadores e os nossos prefeitos desonestos vão usar desse método espúrio de falsificar números. Como dizia o nosso ex-Presidente Itamar, *"Os números não mentem, mas os homens fazem os números mentirem"*. E aqui está uma prova disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Quero depois a palavra, Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero me dirigir ao Líder do Governo, Deputado Henrique Fontana. Antes, não quero deixar de revelar a minha perplexidade quando o Senador Lindbergh fala em compromisso com a responsabilidade fiscal.

Lembro, Sr. Presidente, que a população não é boba. Tem muita gente nos assistindo pela *TV Câmara*, pela *TV Senado*, em função da importância desta sessão do Congresso.

Lembro o Senador que o PT, partido do Senador Lindbergh, votou contra o Plano Real. O PT, partido do Senador Lindbergh, votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora eu me dirijo ao Líder do Governo, Deputado Henrique Fontana, que muito cuidadosamente usou as palavras, tentando convencer quem está ouvindo e vendo pela televisão, neste momento, que ele não está justificando essa votação, não está trazendo argumentação para aprovar essa lei do calote, da anistia da Presidente Dilma Rousseff, por questões de natureza regimentais. Desculpe-me Deputado Fontana, com todo o respeito, mas quem está vendo e ouvindo V.Exa. neste momento não pode, por mais boa vontade que tenha, entender dessa maneira, que o Governo não se manifesta por uma questão regimental. Até porque, Deputado, seria absolutamente impossível justificar um rombo neste ano eleitoral, promovido pela Presidente Dilma Rousseff, de 100 bilhões de reais. Não tem como justificar!

Quem está nos vendo não vai acreditar que isso é possível de convencimento. V.Exa. também não pode, de maneira nenhuma, justificar que 3 dias após a eleição, a reeleição da Presidente do PT, ela tenha aumentado a taxa de juros. Três dias depois, Sr. Presidente! E hoje aumentou, novamente, mais 0,5%. Como justificar isso perante a população brasileira? É injustificável.

Não pode também, de maneira nenhuma, Líder do Governo, justificar por que a Presidente aumentou o preço da gasolina logo após a eleição. Por que ela aumentou o preço da energia elétrica? Aliás, ela foi à televisão, numa rede de rádio e televisão, dizer que a conta de energia da população brasileira seria reduzida. O que acontece? Após a eleição, 17% no aumento das contas de luz.

Não pode também, Sr. Presidente, justificar por que a Presidente Dilma Rousseff, o Governo do PT, trouxe de volta a inflação, que é um grande mal. A classe média, o assalariado, a população pobre deste País está sofrendo com a inflação. Não tem como justificar!

Querer dizer que aqui não está argumentando por questão regimental, ninguém acredita, com todo respeito, Deputado Henrique Fontana, que a Presidente Dilma Rousseff durante esse período fez com que o Brasil não crescesse. Crescimento zero. Como justificar isso? Impossível! É impossível, por mais tempo que ele possa dispor, e dispõe de tempo. Ele tem tempo suficiente, mas não o usa, porque não pode justificar.

Por fim, Sr. Presidente, quero também dizer que é impossível para o Líder do Governo chegar aqui nesta noite e dizer a quem está nos vendo e ouvindo que a Presidente nomeou um banqueiro para tomar conta da fazenda pública, ela que durante toda a campanha disse que entregar o Ministério da Fazenda a um banqueiro era a mesma coisa que tirar dinheiro, tirar comida da mesa da população. E o que ela faz? Escolhe um banqueiro para tomar conta do dinheiro do contribuinte brasileiro, que já paga um imposto exorbitante e tem péssimos serviços públicos.

Eu encerro, Sr. Presidente, dizendo que, lamentavelmente, não posso assistir ao Líder do Governo chegar aqui e querer convencer quem está nos ouvindo de que não argumenta, de uma maneira clara, essas coisas todas e não justifica esse projeto, sobre a anistia, que a Presidente quer, porque não tem tempo.

Paciência, Deputado Henrique Fontana. Dificilmente as pessoas que estão nos vendo podem acreditar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PTB está em obstrução.

Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho. Em seguida, nós temos outros oradores inscritos: Deputado Claudio Cajado, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Hauly, Deputado Ronaldo Caiado, Deputado Nilson Leitão.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) – Todo mundo declina para que se inicie a votação, Sr. Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Presidente, antes de mais nada, quando eu ouço a Oposição, parece que eles não saíram das eleições, não desceram do palanque, não engolem que o povo brasileiro – mais de 54 milhões de brasileiros – ganhou do Senador derrotado Aécio Neves.

Em segundo lugar, a mudança na LDO não é novidade, caros telespectadores, trabalhadores do Brasil. Esse precedente foi aberto pelo Governo FHC, em 2001. Isso mesmo! Isso foi lembrado hoje, inclusive, pelo jornalista Gerson Camarotti, no seu *blog*. O Governo era do PSDB, que hoje trata o tema como se fosse o fim do mundo. Nesse Governo do PSDB, a Lei nº 9.995, de julho de 2000, foi aprovada já sob a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal e definiu a meta fiscal para o ano de 2001. O valor previsto do resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social era de 2,6% do PIB, o equivalente a 32,3 bilhões de reais.

Posteriormente, a Lei nº 10.210, de 23 de março de 2001, alterou a meta de resultado primário para 28,1 bilhões de reais, o equivalente a 2,25% do PIB. Com isso, a meta do resultado primário para foi reduzida em cerca de 4 bilhões de reais, ou seja, senhores, 0,31% do PIB.

Não bastasse isso, o que já representa a completa desmoralização dos discursos de hoje, o resultado primário para 2001 foi de apenas 21 bilhões de reais, o equivalente a 1,6% do PIB. Ou seja, mesmo com o ajuste promovido pelo Governo na época, não se conseguiu cumprir a meta estabelecida. Essa é a desastrosa gestão tucana, que, vamos recordar, quebrou o Brasil três vezes durante o Governo FHC.

Se o Governo do PSDB não cumpriu a meta, como pode agora acusar a Presidente Dilma de improbidade administrativa por não cumprir o superávit primário previsto para 2014? Vale lembrar que, nos últimos 12 anos, a dívida líquida pública caiu 54,8%, podendo chegar, neste ano, a aproximadamente 33% do PIB.

A revisão do superávit não tem ocorrido no Brasil.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Vamos encerrar a votação, Presidente!

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Vários países estão promovendo a mesma correção, já que instituições e organismos internacionais passaram a revisar para baixo a estimativa de crescimento da economia mundial para este ano de 2014.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Vamos encerrar a votação, Presidente!

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Dos 20 países mais ricos, 15 vão ter déficit. O Brasil está entre os cinco países que vão ter superávit.

A redução do ritmo de crescimento da economia brasileira afetou as receitas orçamentárias, de forma que se fez necessário garantir espaço fiscal para preservar os investimentos prioritários e garantir a manutenção da competitividade da economia por meio de desonerações de tributos – a que os colegas aqui votaram a favor.

E mais: foi graças às políticas anticíclicas do nosso Governo, com os incentivos fiscais e a manutenção do investimento, que se tornou possível minimizar os impactos do cenário externo adverso, preservar o nível de emprego, que hoje está maior do que em todos os tempos, e garantir a retomada do crescimento.

Houve países que optaram pelo receituário neoliberal ortodoxo. Se fosse o PSDB no Governo, assim o faria, e teríamos que enfrentar recessão, desemprego e miséria. Nós não queremos isso para o nosso povo, para o Brasil.

Nós tivemos diminuição das receitas, é verdade, dadas as desonerações que o Congresso aprovou para mais de 50 setores da economia. Mas conseguimos manter os empregos. Isso é um fato digno de se notar.

Até outubro deste ano, somente as desonerações instituídas desde 2010, promovidas pelo Governo, representaram uma diminuição das receitas da ordem de 84,5 bilhões de reais. Esse montante representa quase o dobro da meta que caberia ao Governo Federal atingir, se mantida a regra estabelecida atualmente na LDO/2014, que é de 49 bilhões de reais em caso de utilização da possibilidade de redução do PAC no resultado primário...

(Interrupção do som.)

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Estou pedindo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Pauderney e Deputado Felipe Maia.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu vejo que V.Exa. tem tido toda a atenção, toda a paciência necessária para que nós possamos pelo menos debater esse...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Há um orador na tribuna.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Ainda?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu peço ao Deputado Vicentinho que conclua sua intervenção.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – O tempo foi esgotado, Sr. Presidente.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Eu preciso concluir, Presidente, porque não atingi o tempo a que tenho direito.

Continuo. A opção do Governo de flexibilizar a meta do superávit primário vai garantir o equilíbrio fiscal e manter os empregos gerados nos últimos anos.

Se nosso Governo não tivesse olhado a conjuntura econômica e feito políticas anticíclicas, os efeitos seriam desastrosos. Nós iríamos fechar o ano com um crescimento negativo, como tem acontecido em muitos lugares no mundo, em especial na Europa, onde está se aplicando esse receituário que está levando o desemprego na Espanha e em Portugal a mais de 20%.

Quero aqui, neste momento, terminar dizendo que, efetivamente, o Governo brasileiro continua agindo com a responsabilidade que os senhores não querem. Por isso, emprego, Bolsa Família, desonerações, salário, garantia, respeito, políticas sociais serão assegurados. Eu sei que, quanto melhor o Brasil estiver, muita gente estará infeliz. Se estiverem infelizes porque o Brasil está bem, que continuem infelizes.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu percebo, como havia dito, que V.Exa. está tendo toda a atenção para que nós, pelo menos, possamos debater essa matéria.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Encerre a votação!

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Eu peço que respeitem o orador, Sr. Presidente, e que V.Exa. exija a manutenção da minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Eu quero dizer que nós estamos discutindo um projeto que não diz respeito apenas à atitude do Governo, mas também ao Brasil. Por quê? Nós não podemos esquecer que, quando um Governo se compromete com metas fiscais, garantindo a governabilidade e a seriedade de uma gestão, isso impacta a vida do setor produtivo nacional.

E há empresas, médias e grandes, que tomaram empréstimos internacionais, empréstimos financeiros externos, que podem estar neste momento, aprovado este PLN, comprometendo também uma coisa chamada confiança e credibilidade.

O que nós vamos discutir aqui – e temos que exaurir a discussão – é a credibilidade de compromissos assumidos e ratificados pelo Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, porque, se estivéssemos apenas discutindo decretos e portarias, isso diria respeito apenas a um Poder. Mas, quando o Governo envia a esta Casa uma lei que é ratificada pelas duas Casas congressuais, e agora remete uma alteração fundamental nos princípios da gestão pública, isso impacta também, além do Governo, setores produtivos do País. E nós precisamos deixar claro que essa responsabilidade é exclusiva do Governo Federal, da Presidente Dilma.

Por isso, Sr. Presidente, eu pediria que, ao final, V.Exa. elencasse quais Parlamentares estão inscritos para discutir a matéria, porque é fundamental que V.Exa. assegure a palavra a todos os inscritos antes de proceder à votação, porque queremos deixar claro que alterar a LDO na meta de superávit é um crime de lesa-pátria.

E não existe o argumento da crise, porque nós sabemos que a LDO previu que os recursos para investimento no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC estavam excluídos da meta de superávit. O que o Governo quer agora é, tendo gasto os recursos, absorver não apenas o PAC, que já estava previsto, mas as chamadas desonerações, sem esclarecer para onde foi o dinheiro, em que foi gasto o dinheiro. Daí por que nós só podemos exaurir através da discussão este tema.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria que V.Exa. escutasse todos os oradores, para que, vencida esta votação, no caso do transcurso da sessão, nós pudéssemos estabelecer o critério de procedimento que V.Exa. adotará.

E espero que V.Exa. continue o que está fazendo: V.Exa. está oportunizando a todos os Parlamentares que desejam se expressar a possibilidade de fazê-lo, para que, quando chegarmos à votação, esteja a opinião pública absolutamente clarificada das consequências maléficas da atitude do Governo perante o nosso País – e não digo apenas para o Governo Federal, mas para a economia como um todo.

Não bastaram as metas contidas na LDO de construções de creches e outras tantas que não foram cumpridas e foram alteradas. Agora é mais grave: passamos à alteração de superávit primário. Nós não podemos deixar esta questão sem debate e sem esclarecimento para que, cada um, ao posicionar-se na votação, assuma também a sua corresponsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – Peço a palavra para uma breve consulta, Sr. Presidente!

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – V.Exa. me garantiu a palavra depois do Deputado Claudio Cajado!

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Eu pedi a palavra como Líder há mais de 2 horas e não sou chamado! O Deputado Ronaldo Caiado já falou umas 20 vezes hoje aqui!

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim. Os demais estão inscritos. Não há como não seguir a lista de oradores.

(Tumulto no plenário.)

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, eu estou inscrito para falar faz 1 hora, Sr. Presidente, e V.Exa. não chama o meu nome.

(Não identificado) – Vamos encerrar a votação, Presidente!

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – Não! Não é isso! Sr. Presidente, na semana passada, eu fui à Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Líder tem precedência!

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, eu preciso falar!

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Sr. Presidente, acho que estamos finalmente entrando...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Arnaldo Jardim, com a palavra V.Exa.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Acho que estamos entrando na substância do debate. Eu vou me ater a ele, Sr. Presidente.

O Líder do PT disse há poucos instantes que a Oposição não desceu do palanque. É verdade. A Presidente Dilma desceu do palanque, Sr. Presidente: Hoje S.Exa. age de uma forma muito diferente daquela que falou durante a campanha; hoje fala sobre a situação econômica de uma forma distinta da que apresentou ao País.

Realmente, o PT desceu do palanque, não aqui na Câmara ainda, mas já desceu nas atitudes concretas do Governo, e vai ter que descer aqui também.

Vou ler o seguinte trecho, Sr. Presidente:

> *"De um lado, a meta serve para coordenar as expectativas dos agentes econômicos, oferece uma visão clara e abrangente do estado geral das finanças públicas e de sua trajetória, especialmente da execução do Orçamento; por outro lado, torna a matéria financeira passível de discussão pública."*

Alguns dirão que foi um neoliberal que escreveu isso. Isso, senhores, é texto que V.Exas. estão defendendo aqui, é um trecho do meu amigo Relator Romero Jucá. V.Exas. estão votando nisso. Isso está na sua justificativa.

Diz mais o Relator Romero Jucá, que presta agora um trabalho servindo, como ele justificou, a uma circunstância, mas que eu tenho certeza de que tem convicções. Ele diz o seguinte: *"Hoje estamos aqui tendo que rever se preferíamos estar discutindo a moderação ou a redução, não, mas sim a sua confirmação ou mesmo ampliação"*. É diferente do que V.Exas. acabaram de dizer aqui, que a diminuição do superávit corresponde a uma reorientação econômica.

O relatório diz o contrário, o relatório que V.Exas. irão aprovar daqui a pouco. Por quê? Porque o relatório guarda coerência com o princípio que tem aquilo que é uma questão basilar. Diz o relatório, ainda: *"O resultado primário é essência da política fiscal e constitui um dos pilares da política econômica"*.

Nós acreditamos nisso, e a sociedade brasileira anseia por isso. A sociedade quer estabilidade, quer referências consistentes, porque sabe, como foi dito pelo Sr. Nelson Barbosa, quando anunciado Ministro do Planejamento, que avanços sociais só virão com a estabilidade econômica e não com um "distributivismo" que não tem a solidez daquilo que o marco macroeconômico pode constituir.

V.Exas. estão comprando gato, tentando vender lebre, ou correndo atrás da lebre e não estão encontrando o gato, porque há uma consistente incoerência de um Governo que fez o que fez durante 4 anos, colheu o pior resultado de crescimento da nossa economia e está reorientando a sua política econômica. E os senhores tentam fazer a defesa disso como se fosse a extensão ou o aperfeiçoamento.

Não é, senhores. V.Exas. vão ter que rever o discurso. O Governo reorienta, pela conjuntura econômica que vive, sua primeira orientação. E V.Exas. terão que refletir, descer do palanque e enfrentar a realidade, que é dura, pois colhe hoje o pior resultado de crescimento dos últimos anos, que vê uma inflação fora de controle e assiste ao COPOM hoje recorrer ao tradicional, ortodoxo e velho método de controle por via de juros. É isso que nós estamos debatendo aqui.

O que nós estamos defendendo? A preservação do superávit fiscal, como uma forma de garantir estabilidade econômica, combate à inflação e a preservação dos ganhos dos assalariados...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para concluir.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – ... que V.Exas. estão perigosamente arriscando. E é o que fazem nesta noite.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Hauly. Nós estamos seguindo uma lista de inscrição.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, infelizmente para o Governo e o PT, acabou a eleição, e o marqueteiro não é economista nem comanda a economia do País. Caiu-se na realidade: o Governo petista não tem quadros. O seu quadro maior da economia, Guido Mantega, foi demitido no meio da campanha. E a Presidente Dilma foi buscar um liberal para comandar a economia do País, para dar um pouco de estabilidade na credibilidade perdida.

Há duas grandes conquistas nos últimos 30 anos no Brasil: a democracia e a estabilidade econômica alcançada com o Plano Real. Com o Plano Real veio a necessidade de reforma da economia, reforma tributária e reforma do Estado. Essas reformas foram, durante o período Fernando Henrique, impedidas pelo PT, que votou contra a responsabilidade fiscal e todas as propostas feitas então. Eu sei disso, eu estava aqui. Fui Líder e Vice-Líder do Governo Fernando Henrique.

Hoje, está encalacrada a economia. Temos o menor crescimento do PIB entre os países do BRICS, o menor crescimento do PIB da América Latina e o menor crescimento do PIB no mundo. A inflação está estourando o teto superior. Há déficit na balança comercial; déficit na balança de serviços; déficit na balança de pagamento de 4% do PIB; 24% do PIB; 200 bilhões de déficit na balança de pagamentos; déficit nas contas públicas de 4%; mais 200 bilhões de déficit. Entre a arrecadação nacional de União, Estados e Municípios e a despesa nacional, o Governo central gasta 200 bilhões a mais.

O que se discute aqui é o superávit primário, não é o superávit nominal. Este Governo nunca fez nenhum superávit. O que se discute aqui, Sr. Presidente, é um modelo econômico falido, de um Governo falido, de um Governo que não tem quadros!

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, vamos encerrar a votação!

O SR. ANTONIO BRITO (PTB-BA. Sem revisão do orador.) – O PTB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Peça ao Deputado Hauly para acabar a obstrução, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) – Se o Deputado não respeitar a minha palavra... Os argumentos do seu Líder são insuficientes e muito fracos. O mundo está vendo o Brasil, hoje, com muita preocupação. Nenhum empresário e nenhum fundo de pensão internacional vai investir aqui se não se resgatar no Brasil a credibilidade econômica e a credibilidade ética e moral perdidas por este Governo. Como trataram a maior empresa do País, a PETROBRAS? Imaginem qual investidor acredita no Brasil! Vocês sucatearam o parque industrial, o PAC está empacado, a Caixa Econômica não paga as obras do programa de habitação – não paga há 8 meses! O Governo está falido!

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – E o quórum, Sr. Presidente?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) – A contabilidade criativa veio lá do Rio Grande do Sul, de um Secretário de Tesouro trotskista, que está sendo demitido agora.

O PT não tem quadros, precisou buscar no mercado alguém para ensinar que contabilidade pública não é de direita, não é de esquerda, não é socialista, não é capitalista, não é fascista; é uma conta exata: arrecada e gasta. E este Governo gasta muito e gasta mal. É o pior Governo em 190 anos do Legislativo, plagiando o Presidente Renan. É o pior momento da história ética e moral; a corrupção é endêmica. Este Governo tem que ser...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO BRITO (PTB-BA. Sem revisão do orador.) – O PTB vota "não", Sr. Presidente, na orientação.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR) – Para concluir: somente se a Presidente Dilma, que está nos ouvindo e nos assistindo, romper com essa base fisiológica do seu partido e reconstruir e governar de frente para a Nação, porque hoje está de costas para o seu povo, que nela votou.

Hoje, a necessidade não é dessa gambiarra que está sendo discutida aqui, para dar um superávit primário mentiroso às contas públicas do País. O que o Brasil precisa é de reformas, comando seguro, dinheiro na saúde de milhões de brasileiros que estão morrendo nas filas. As estradas, os portos e os aeroportos, nada funciona, e a culpa é de quem está no Governo há 12 anos.

Vinte e sete milhões de brasileiros nasceram...

(Interrupção do som.)

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, encerre a votação!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Moreira Mendes.

Em seguida, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao contrário de tudo que já se falou hoje aqui, eu quero usar o meu tempo de Líder – e deixo claro a todos que estão falando que vou usar o meu tempo de Líder – para fazer uma denúncia de corrupção, mas não sobre esta que nós estamos sabendo da PETROBRAS, não, mas sobre outra, no meu Estado.

Infelizmente, mais uma vez, Rondônia é palco de um escândalo sem precedentes. Na semana passada, o Governador do Estado, Confúcio Moura, foi preso, conduzido coercitivamente. Foi retirado da sua residência às 6 horas da manhã pela Polícia Federal e preso, passou o dia todo lá. Junto com ele, mais 183 mandatos de prisão foram expedidos, e a Polícia os cumpriu em vários Estados brasileiros. É uma corrupção desenfreada que toma conta do Governo do Estado!

Hoje pela manhã, houve outra operação, desta feita do Ministério Público do Estado de Rondônia – ao qual quero parabenizar –, que botou na cadeia o Deputado Federal, eleito pelo PMDB, que é o chefe da quadrilha do Sr. Confúcio Moura: Lucio Mosquini. Ele também foi o coordenador da campanha da reeleição do Sr. Confúcio Moura. Só na campanha, nos últimos dias, distribuiu 8 milhões de reais, comprando votos. A Justiça sabia disso, o povo sabia disso. Junto com ele, o Prefeito do nosso partido, infelizmente, Alex Testoni, da cidade de Ouro Preto do Oeste.

Quero já comunicar aqui que eu, na condição de Presidente do partido, estou tomando providências no sentido de abrir um procedimento contra Alex Testoni para expulsá-lo do partido, concedendo-lhe todo o direito de defesa, de acordo com o nosso Estatuto.

O empresário Adiel Andrade, braço direito do Sr. Alex Testoni, e o próprio filho do Sr. Alex Testoni, Prefeito de Ouro Preto do Oeste, também foram presos. É um escândalo! Está aqui: todos os jornais de Rondônia publicaram. Mais uma vez, é a nossa Rondônia, infelizmente, falada no Brasil todo, mas pelo mal!

Agora, há um processo instaurado e aberto na Assembleia Legislativa, cujo Presidente é um Deputado do nosso partido, que já determinou a abertura de procedimento com vistas ao *impeachment* do Governador.

Então, o que eu quero aqui nesta noite é fazer esta denúncia, porque Rondônia não pode, não merece passar por mais um escândalo desses. Infelizmente, o Sr. Confúcio Moura, do PMDB, é o chefe de uma quadrilha com desvio de mais de 56 milhões de reais. E de onde? Exatamente da saúde – o ponto mais nevrálgico do Governo. Quem precisa mais? A população não tem médico nem assistência, mas o dinheiro foi desviado.

Por isso, estou aqui nesta noite, Sr. Presidente, fazendo esta denúncia e conclamando o povo de Rondônia a levantar uma bandeira de moralização do Estado, para expurgar essas pessoas que não têm nenhum pingo de respeito com o dinheiro público.

Lamentavelmente, eu, que sou moderado para essas coisas, tenho que usar desta tribuna para fazer essa denúncia. Com relação ao meu partido, eu sei o que fazer. E vamos fazer: expulsar o Prefeito. Eu queria que o PMDB lá do Estado de Rondônia tomasse o mesmo procedimento, agisse da mesma forma, para poder expurgar da vida pública de Rondônia pessoas que não têm nenhum compromisso com o público, com o dinheiro público.

Este era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos proclamar o resultado e encerrar a consulta.

Eu quero combinar com os Deputados que estão inscritos que, no próximo item, se a consulta for rejeitada, asseguraremos a palavra de todos – de todos. Vou observar, Deputado Caiado, Deputado Mendonça Filho, Deputado Nilson Leitão, Deputado Pauderney, a ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração)

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 23:24
Número: 21

54ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
Renan Calheiros - PMDB/AL

Sessão:
SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 03/12/2014
Abertura Painel: 03/12/2014 10:53

Presidiram a Sessão:
Renan Calheiros - 10:53
Romero Jucá - 16:25
Renan Calheiros - 18:15

Proposição:
PLN Nº 36/2013 - CONSULTA AO PLENÁRIO PARA MODIFICAÇÃO DA PAUTA

Início Votação: 03/12/2014 22:26
Fim Votação: 03/12/2014 23:20

Presidiram a Votação:
Renan Calheiros

Resultado da Votação

Sim	9
Não	259
Total da Votação	268
Total Quorum	268
Obstrução	55

Orientação
PT - Não
PMDB - Não
PpPros - Não
PSD - Não
PSDB - Obstrução
PrPtdobPrp - Não
DEM - Obstrução
PSB - Obstrução
Solidaried - Obstrução
PDT - Não
PTB - Não
PCdoB - Não
PSC - Não
PRB - Não
PV - Não
PPS - Obstrução
PSOL - Não
GOV. - Não

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Berinho Bantim	Solidaried		Não
Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp	Não
Edio Lopes	PMDB		Não
Jhonatan de Jesus	PRB		Não
Luciano Castro	PR	PrPtdobPrp	Não
Total Roraima : 5			
AMAPÁ			
Dalva Figueiredo	PT		Não
Evandro Milhomen	PCdoB		Não

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 23:24
Número: 21

	Partido	Bloco	Voto
AMAPÁ			
Luiz Carlos	PSDB		Obstrução
Vinicius Gurgel	PR	PrPtdobPrp	Não
Total Amapá : 4			
PARÁ			
Beto Faro	PT		Não
Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros	Não
Giovanni Queiroz	PDT		Não
José Priante	PMDB		Não
Lira Maia	DEM		Obstrução
Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp	Não
Miriquinho Batista	PT		Não
Zé Geraldo	PT		Não
Zequinha Marinho	PSC		Não
Total Pará : 9			
AMAZONAS			
Dr. Luiz Fernando	PSD		Não
Francisco Praciano	PT		Sim
Sabino Castelo Branco	PTB		Não
Silas Câmara	PSD		Não
Total Amazonas : 4			
RONDONIA			
Amir Lando	PMDB		Não
Anselmo de Jesus	PT		Não
Carlos Magno	PP	PpPros	Não
Marcos Rogério	PDT		Não
Marinha Raupp	PMDB		Não
Moreira Mendes	PSD		Não
Padre Ton	PT		Não
Total Rondonia : 7			
ACRE			
Antônia Lúcia	PSC		Não
Flaviano Melo	PMDB		Não
Henrique Afonso	PV		Não
Perpétua Almeida	PCdoB		Não
Sibá Machado	PT		Não
Taumaturgo Lima	PT		Não
Total Acre : 6			
TOCANTINS			
César Halum	PRB		Não
Júnior Coimbra	PMDB		Não
Lázaro Botelho	PP	PpPros	Não

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 23:24
Número: 21

	Partido	Bloco	Voto
Total Tocantins : 3			
MARANHÃO			
Alberto Filho	PMDB		Não
Cleber Verde	PRB		Não
Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtdobPrp	Não
Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrp	Não
Professor Setimo	PMDB		Não
Sarney Filho	PV		Não
Waldir Maranhão	PP	PpPros	Não
Weverton Rocha	PDT		Não
Total Maranhão : 8			
CEARÁ			
André Figueiredo	PDT		Não
Aníbal Gomes	PMDB		Não
Antonio Balhmann	PROS	PpPros	Não
Ariosto Holanda	PROS	PpPros	Não
Arnon Bezerra	PTB		Não
Chico Lopes	PCdoB		Não
Danilo Forte	PMDB		Não
Domingos Neto	PROS	PpPros	Não
Eudes Xavier	PT		Não
João Ananias	PCdoB		Não
José Airton	PT		Não
José Guimarães	PT		Não
Manoel Salviano	PSD		Não
Mário Feitoza	PMDB		Não
Mauro Benevides	PMDB		Não
Vicente Arruda	PROS	PpPros	Sim
Total Ceará : 16			
PIAUÍ			
Assis Carvalho	PT		Não
Jesus Rodrigues	PT		Não
Júlio Cesar	PSD		Não
Marcelo Castro	PMDB		Não
Osmar Júnior	PCdoB		Não
Paes Landim	PTB		Não
Total Piaui : 6			
RIO GRANDE DO NORTE			
Betinho Rosado	PP	PpPros	Não
Fátima Bezerra	PT		Não
Felipe Maia	DEM		Obstrução
Henrique Eduardo Alves	PMDB		Não

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 23:24
Número: 21

	Partido	Bloco	Voto
RIO GRANDE DO NORTE			
João Maia	PR	PrPtdobPrp	Não
Paulo Wagner	PV		Não
Sandra Rosado	PSB		Obstrução
Total Rio Grande do Norte : 7			
PARAÍBA			
Aguinaldo Ribeiro	PP	PpPros	Não
Damião Feliciano	PDT		Não
Hugo Motta	PMDB		Não
Luiz Couto	PT		Não
Major Fábio	PROS	PpPros	Não
Manoel Junior	PMDB		Não
Ruy Carneiro	PSDB		Obstrução
Total Paraiba : 7			
PERNAMBUCO			
André de Paula	PSD		Não
Bruno Araújo	PSDB		Obstrução
Danilo Cabral	PSB		Obstrução
Eduardo da Fonte	PP	PpPros	Não
Fernando Ferro	PT		Não
João Paulo Lima	PT		Não
Jorge Côrte Real	PTB		Não
José Augusto Maia	PROS	PpPros	Não
José Chaves	PTB		Não
Luciana Santos	PCdoB		Não
Pastor Eurico	PSB		Obstrução
Paulo Rubem Santiago	PDT		Não
Pedro Eugênio	PT		Não
Raul Henry	PMDB		Sim
Silvio Costa	PSC		Não
Vilalba	PP	PpPros	Não
Wolney Queiroz	PDT		Não
Total Pernambuco : 17			
ALAGOAS			
Alexandre Toledo	PSB		Obstrução
Arthur Lira	PP	PpPros	Não
Givaldo Carimbão	PROS	PpPros	Não
Paulão	PT		Não
Renan Filho	PMDB		Não
Rosinha da Adefal	PTdoB	PrPtdobPrp	Não
Total Alagoas : 6			
SERGIPE			
Andre Moura	PSC		Não

Camara dos Deputados Data : 03/12/2014
Secretaria Geral da Mesa Hora : 23:24
Lista de Votantes por UF Número: 21

	Partido	Bloco	Voto
SERGIPE			
Fabio Reis	PMDB		Não
Laercio Oliveira	Solidaried		Obstrução
Márcio Macêdo	PT		Não
Rogério Carvalho	PT		Não
Valadares Filho	PSB		Obstrução
Total Sergipe : 6			
BAHIA			
Afonso Florence	PT		Não
Alice Portugal	PCdoB		Não
Amauri Teixeira	PT		Não
Antonio Brito	PTB		Não
Claudio Cajado	DEM		Obstrução
Daniel Almeida	PCdoB		Não
Edson Pimenta	PSD		Não
Félix Mendonça Júnior	PDT		Não
João Carlos Bacelar	PR	PrPtdobPrp	Não
João Leão	PP	PpPros	Não
José Carlos Araújo	PSD		Não
José Nunes	PSD		Não
José Rocha	PR	PrPtdobPrp	Não
Jutahy Junior	PSDB		Obstrução
Luiz Alberto	PT		Não
Luiz Argôlo	Solidaried		Não
Luiz de Deus	DEM		Obstrução
Márcio Marinho	PRB		Não
Oziel Oliveira	PDT		Não
Paulo Magalhães	PSD		Não
Roberto Britto	PP	PpPros	Não
Sérgio Brito	PSD		Não
Valmir Assunção	PT		Não
Waldenor Pereira	PT		Não
Total Bahia : 24			
MINAS GERAIS			
Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp	Não
Antônio Andrade	PMDB		Não
Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrp	Não
Dimas Fabiano	PP	PpPros	Não
Dr. Grilo	Solidaried		Obstrução
Fábio Ramalho	PV		Não
Gabriel Guimarães	PT		Não
George Hilton	PRB		Não
Jairo Ataíde	DEM		Obstrução

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 23:24
Número: 21

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
Jô Moraes	PCdoB		Não
João Magalhães	PMDB		Não
José Humberto	PSD		Não
Júlio Delgado	PSB		Obstrução
Leonardo Monteiro	PT		Não
Leonardo Quintão	PMDB		Não
Luiz Fernando Faria	PP	PpPros	Não
Marcos Montes	PSD		Obstrução
Margarida Salomão	PT		Não
Nilmário Miranda	PT		Não
Odair Cunha	PT		Não
Padre João	PT		Não
Paulo Abi-Ackel	PSDB		Obstrução
Reginaldo Lopes	PT		Não
Saraiva Felipe	PMDB		Não
Stefano Aguiar	PSB		Obstrução
Subtenente Gonzaga	PDT		Não
Weliton Prado	PT		Não
Zé Silva	Solidaried		Obstrução
Total Minas Gerais : 28			
ESPÍRITO SANTO			
Camilo Cola	PMDB		Não
Carlos Manato	Solidaried		Obstrução
Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros	Não
Iriny Lopes	PT		Não
Lauriete	PSC		Não
Paulo Foletto	PSB		Obstrução
Rose de Freitas	PMDB		Não
Sueli Vidigal	PDT		Não
Total Espírito Santo : 8			
RIO DE JANEIRO			
Alessandro Molon	PT		Não
Alexandre Santos	PMDB		Não
Aureo	Solidaried		Obstrução
Chico Alencar	PSOL		Não
Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrp	Não
Dr. Carlos Alberto	PMN		Obstrução
Dr. Paulo César	PR	PrPtdobPrp	Não
Edson Santos	PT		Não
Eduardo Cunha	PMDB		Não
Felipe Bornier	PSD		Não
Francisco Floriano	PR	PrPtdobPrp	Não

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 23:24
Número: 21

	Partido	Bloco	Voto
RIO DE JANEIRO			
Glauber Braga	PSB		Não
Hugo Leal	PROS	PpPros	Não
Jair Bolsonaro	PP	PpPros	Obstrução
Jandira Feghali	PCdoB		Não
Jorge Bittar	PT		Não
Julio Lopes	PP	PpPros	Obstrução
Leonardo Picciani	PMDB		Não
Luiz Sérgio	PT		Não
Manuel Rosa Neca	PR	PrPtdobPrp	Não
Marcelo Matos	PDT		Não
Miro Teixeira	PROS	PpPros	Não
Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp	Não
Pedro Paulo	PMDB		Não
Rodrigo Maia	DEM		Obstrução
Romário	PSB		Obstrução
Simão Sessim	PP	PpPros	Não
Vitor Paulo	PRB		Não
Washington Reis	PMDB		Não
Zoinho	PR	PrPtdobPrp	Não
Total Rio de Janeiro : 30			
SÃO PAULO			
Abelardo Camarinha	PSB		Obstrução
Aline Corrêa	PP	PpPros	Não
Antonio Bulhões	PRB		Não
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB		Obstrução
Arlindo Chinaglia	PT		Não
Arnaldo Faria de Sá	PTB		Sim
Beto Mansur	PRB		Não
Devanir Ribeiro	PT		Não
Dr. Ubiali	PSB		Obstrução
Duarte Nogueira	PSDB		Obstrução
Edinho Araújo	PMDB		Não
Eleuses Paiva	PSD		Obstrução
Emanuel Fernandes	PSDB		Obstrução
Francisco Chagas	PT		Não
Guilherme Campos	PSD		Não
Gustavo Petta	PCdoB		Não
Helcio Silva	PT		Não
Iara Bernardi	PT		Não
Ivan Valente	PSOL		Não
Janete Rocha Pietá	PT		Não
Jefferson Campos	PSD		Não
José Aníbal	PSDB		Obstrução

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 23:24
Número: 21

	Partido	Bloco	Voto
SÃO PAULO			
José Mentor	PT		Não
Keiko Ota	PSB		Obstrução
Milton Monti	PR	PrPtdobPrp	Não
Nelson Marquezelli	PTB		Não
Newton Lima	PT		Não
Otoniel Lima	PRB		Não
Pastor Marco Feliciano	PSC		Não
Paulo Freire	PR	PrPtdobPrp	Não
Paulo Teixeira	PT		Não
Penna	PV		Obstrução
Renato Simões	PT		Não
Ricardo Izar	PSD		Não
Ricardo Tripoli	PSDB		Obstrução
Roberto de Lucena	PV		Obstrução
Roberto Santiago	PSD		Não
Tiririca	PR	PrPtdobPrp	Não
Vanderlei Macris	PSDB		Obstrução
Vanderlei Siraque	PT		Não
Vaz de Lima	PSDB		Obstrução
Vicente Candido	PT		Não
Vicentinho	PT		Não
William Dib	PSDB		Obstrução
Total São Paulo : 44			
MATO GROSSO			
Carlos Bezerra	PMDB		Não
Eliene Lima	PSD		Não
Júlio Campos	DEM		Obstrução
Nilson Leitão	PSDB		Obstrução
Roberto Dorner	PSD		Não
Ságuas Moraes	PT		Não
Valtenir Pereira	PROS	PpPros	Não
Total Mato Grosso : 7			
DISTRITO FEDERAL			
Erika Kokay	PT		Não
Izalci	PSDB		Obstrução
Luiz Pitiman	PSDB		Obstrução
Magela	PT		Não
Policarpo	PT		Não
Reguffe	PDT		Sim
Ronaldo Fonseca	PROS	PpPros	Não
Total Distrito Federal : 7			
GOIÁS			

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 03/12/2014
Hora : 23:24
Número: 21

	Partido	Bloco	Voto
GOIÁS			
Flávia Morais	PDT		Não
Íris de Araújo	PMDB		Não
Leandro Vilela	PMDB		Não
Pedro Chaves	PMDB		Não
Roberto Balestra	PP	PpPros	Sim
Sandes Júnior	PP	PpPros	Não
Thiago Peixoto	PSD		Não
Vilmar Rocha	PSD		Não
Total Goiás : 8			
MATO GROSSO DO SUL			
Akira Otsubo	PMDB		Não
Biffi	PT		Não
Fábio Trad	PMDB		Não
Geraldo Resende	PMDB		Não
Marçal Filho	PMDB		Sim
Vander Loubet	PT		Não
Total Mato Grosso do Sul : 6			
PARANÁ			
Alex Canziani	PTB		Não
André Zacharow	PMDB		Não
Assis do Couto	PT		Não
Dilceu Sperafico	PP	PpPros	Não
Dr. Rosinha	PT		Não
Eduardo Sciarra	PSD		Não
Hermes Parcianello	PMDB		Não
João Arruda	PMDB		Não
Leopoldo Meyer	PSB		Obstrução
Luiz Carlos Hauly	PSDB		Obstrução
Luiz Nishimori	PR	PrPtdobPrp	Não
Nelson Meurer	PP	PpPros	Não
Nelson Padovani	PSC		Não
Osmar Serraglio	PMDB		Não
Ratinho Junior	PSC		Não
Reinhold Stephanes	PSD		Não
Takayama	PSC		Obstrução
Zeca Dirceu	PT		Não
Total Paraná : 18			
SANTA CATARINA			
Celso Maldaner	PMDB		Não
Décio Lima	PT		Não
Edinho Bez	PMDB		Não
Francisco de Assis	PT		Não

Camara dos Deputados Data : 03/12/2014
Secretaria Geral da Mesa Hora : 23:24
Lista de Votantes por UF Número: 21

	Partido	Bloco	Voto
SANTA CATARINA			
João Rodrigues	PSD		Não
Jorge Boeira	PP	PpPros	Não
Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp	Não
Luci Choinacki	PT		Não
Onofre Santo Agostini	PSD		Não
Rogério Peninha Mendonça	PMDB		Não
Ronaldo Benedet	PMDB		Não
Total Santa Catarina : 11			
RIO GRANDE DO SUL			
Afonso Hamm	PP	PpPros	Sim
Alceu Moreira	PMDB		Não
Assis Melo	PCdoB		Não
Bohn Gass	PT		Não
Giovani Cherini	PDT		Não
Henrique Fontana	PT		Não
Jerônimo Goergen	PP	PpPros	Obstrução
Jose Stédile	PSB		Obstrução
Luis Carlos Heinze	PP	PpPros	Obstrução
Luiz Carlos Busato	PTB		Não
Manuela D'Ávila	PCdoB		Não
Marcon	PT		Não
Maria do Rosário	PT		Não
Onyx Lorenzoni	DEM		Obstrução
Osmar Terra	PMDB		Sim
Paulo Pimenta	PT		Não
Pepe Vargas	PT		Não
Renato Molling	PP	PpPros	Obstrução
Ronaldo Zulke	PT		Não
Vieira da Cunha	PDT		Não
Vilson Covatti	PP	PpPros	Não
Total Rio Grande do Sul : 21			

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos proclamar o resultado: votaram "sim", 9 Srs. Parlamentares; votaram "não", 259 Srs. Parlamentares.

Está rejeitada a consulta na Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

A proposta de modificação, portanto, como consequência, não vai ao Senado. Estão prejudicados todos os requerimentos de modificação da pauta apresentados, e não será mais recebido outro da mesma natureza, nos termos do art. 160, §3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – V.Exa. prejudicou os demais requerimentos, mas existe um que eu considero que não está prejudicado, que é o de retirada de pauta do PLN 36. Eu gostaria que V.Exa. o submetesse à deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Respondendo precisamente ao Deputado Mendonça Filho, é que retirar de pauta indiscutivelmente altera a pauta. Portanto, na regra geral, nós temos que considerar prejudicado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Permita-me, Sr. Presidente. A alteração da pauta é a hierarquia na pauta.

Eu sei que é muito grande a ansiedade da bancada do PT, do Governo, mas temos disposição para varar a madrugada. Podem ficar tranquilos que a nossa disposição é plena.

Retirar de pauta não é modificar a posição na pauta. São coisas completamente diferentes. É banana e caju.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Totalmente diferentes, Senador Renan Calheiros. *(Manifestações do plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos ouvir o Deputado Mendonça Filho. Com a palavra V.Exa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que V.Exa. submetesse à votação do Plenário o requerimento de nossa autoria, que pede a retirada de pauta do PLN 36.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Mais uma vez, eu queria pedir desculpas à Casa e ao Deputado Mendonça Filho. Nós não temos como considerar a questão de ordem de V.Exa., porque, ao retirar qualquer item da pauta, a consequência inevitavelmente é a modificação. Peço desculpas. Eu gostaria muito de atendê-lo.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu discordo de V.Exa. Recorro da decisão de V.Exa., porque sinceramente retirar de pauta não tem o sentido que V.Exa. está dando de modificar a pauta, que é justamente a hierarquia de apreciação das matérias da pauta do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Há matéria sobre a mesa.

Item 4:

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 36, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 36, de 2014-CN, que *"Altera a Lei nº 12.919, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014".*

Ao projeto de lei foram apresentadas 80 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 42, que teve como Relator o Senador Romero Jucá, concluiu pela apresentação de substitutivo e rejeição das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em discussão o projeto e o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, do que trata esse PLN 36? Ele propõe exatamente o não cumprimento do superávit fiscal e, com isso, faz com que a Presidente possa usar todo o investimento do PAC e das desonerações.

Eu quero que todos os Parlamentares, principalmente os do PT, possam me responder como vai ser contabilizado todo o investimento do PAC. Primeiro, quanto à corrupção da PETROBRAS, numa avaliação superficial feita por um banco americano hoje, o prejuízo direto à PETROBRAS varia de 30 a 40 bilhões de reais. O que nós temos agora? O que Paulo Roberto disse ontem? Todas as obras do PAC também estão contaminadas com o mesmo processo da PETROBRAS. Então, nós vamos ver um fato inédito. Nós vamos ver, pela primeira vez na história do mundo, a Presidente da República contabilizar propina, contabilizar sobrepreço. É algo inédito. O PT criou o superávit negativo, e agora o PT criou a contabilização, a escrituração da propina.

Quer dizer, se na PETROBRAS a corrupção varia de 30 a 40 bilhões, imaginem nas obras do PAC? As obras do PAC têm hoje mais ou menos uma estimativa que pode chegar a algo em torno de 105 a 136 bilhões de reais. Em 136 bilhões de reais das obras do PAC, provavelmente, se nós tirarmos como comparativo o Estádio

Mané Garrincha, aqui de Brasília, e o preço dele foi de 1,8 bilhão – 1 bilhão, o preço real; 800 milhões, a propina e o sobrepreço –, então, a partir dessa tese, dos 136 bilhões de reais, que é a soma das desonerações mais as obras do PAC, o Governo, com esse PLN 36, está escriturando, está regularizando, está tornando propina investimento. É algo inédito, que só o PT deu conta de fazer.

Isso não tem como ser contestado, porque, no momento em que a CPI do PAC for instalada e detectar que ali tiveram 40 bilhões de propina e sobrepreço, como é que fica a contabilidade? Como é que pode usar como superávit tudo isso? Então, é importante que deixemos bem claro: o Parlamentar que está votando pelo PLN 36 está exatamente sendo conivente com a corrupção, está dando anuência para que a prática de corrupção seja amanhã superávit e, com isso, dando mau exemplo ao País, onde Prefeitos e Governadores – todos –, a partir de amanhã, vão encaminhar, como o Governador no meu Estado de Goiás, uma lei.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Ronaldo Caiado, com a palavra V.Exa.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO.) – Concluo. A partir de amanhã, todos os Governadores e todos os Prefeitos vão encaminhar um projeto de lei, como em Goiás, o meu Estado, em que o Governo tinha que ter um superávit de 440 milhões. O projeto de lei já foi encaminhado para a Assembleia, e o resultado foi um déficit de 650 milhões. Ora, se a Presidente da República pode, todo Prefeito e todo Governador também vêm na esteira do malfeito.

Nós estamos vendo, sem dúvida alguma, o que o PT produziu neste País. Ele desmoralizou, política e economicamente, o Brasil, e praticou um grande desmonte...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Peço a V.Exa. que conclua, Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – A nossa posição é contrária a este PLN 36.

Eu só gostaria que os Senadores Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh, que se colocam como especialistas em orçamento, me explicassem essa tese, já que eles vão ter direito à fala. Como é que se escritura propina? Como é que se inclui no superávit e se transforma em obra de investimento o fruto da corrupção?

Eu encerro, Sr. Presidente, dizendo que a posição do Democratas é "não". Acreditamos que os Parlamentares sabem muito bem que à cúpula dos partidos foram distribuídos os Ministérios e ao baixo clero, 748 mil reais.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de entrar no mérito desse malfadado e inédito PLN, eu quero fazer duas lembranças e me referir a duas falas. Uma delas foi a do nosso Deputado Vicentinho, que lembrou – o que não é verdade – que Fernando Henrique quebrou o País três vezes.

Eu só quero alertar o Deputado Vicentinho e o PT de que este moço a quem o PT pediu socorro para ser o novo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, participou da equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso para implantar o Plano Real e equilibrar o País.

Então, cuidado! Se ele, que estava lá como um dos estagiários da equipe de Fernando Henrique que quebrou o País, então o PT está pedindo socorro a quem quebrou o País naquela época.

Eu quero trazer outra lembrança para o Senador Lindbergh Farias, que chamou de "fascista" quem é contra o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 36, quem não quer apoiá-lo. Esse moço, que encantou o Brasil, de cara pintada, e com isso teve uma carreira política, pediu o *impeachment* de Collor por causa de um carro modelo Elba e disse que nós não podemos pedir o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Então, Senador Lindbergh, se um Fiat Elba, por intermédio de PC Farias, foi motivo suficiente para V.Exa. pedir o *impeachment*, como cara-pintada, eu quero lhe dizer que há um novo PC Farias na praça. O PC Farias de Dilma é o JV, o João Vaccari, que está fazendo contratos e recebendo 3%, para o PT fazer campanha eleitoral, como está denunciado. Se isso não é motivo para *impeachment*, Senador Lindbergh Farias, compare com o seu passado. V.Exa. está rasgando a sua biografia, a sua história, quando não se lembra desse passado. Um Fiat Elba era um motivo tão pequeno. Hoje, são alguns bilhões da PETROBRAS – quase nada. Ou V.Exa. mudou a sua opinião, ou vive uma amnésia enorme em relação à sua história, à sua biografia.

Quanto ao PLN 36, eu não preciso falar mais nada desta tribuna. A população brasileira já está falando nas redes sociais do absurdo que a Presidente Dilma está praticando. Eu quero apenas perguntar: se não se fizesse

isso, haveria alternativa? É claro que haveria! É o que faria um prefeito, um governador ou um empresário na sua empresa, quando ela quebrasse ou quando gastasse mais do que recebe. Ou seja, faria um choque de gestão.

A Presidente Dilma deveria ter chamado os Líderes da sua base para uma reunião e reconhecer que falhou com o Brasil, que errou na aplicação do dinheiro público, que gastou mais do que devia e que agora tem que fazer um arrocho, tem que reduzir as despesas, o custo da máquina, tem que demitir, fechar Ministérios, enfim, fazer o que um bom gestor faz. Mas não.

Vejo daqui o sorriso no rosto de alguns que veem o encaminhamento deste PLN pela aprovação. Esse sorriso se traduz exatamente em alguns cargos recheados de bons orçamentos que alguns vão assumir, se este PLN for aprovado. Vejo daqui alguns já comemorando a chegada de 2015 e enxergando aquele orçamento polpudo em alguns bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Eu já vejo a alegria de alguns que vão se deliciar em alguns Ministérios com algumas emendas que serão liberadas.

Ora, eu não faria essa comemoração, diante do que o brasileiro está vivendo e vem reprovando. Não são os 51 milhões que votaram em Aécio Neves, mas o Brasil inteiro que está decepcionado com as mentiras que a Presidente Dilma pregou na campanha eleitoral. Mentiu muito. E vocês acharam bonito ela mentir. Quem está votando a favor disso aprovou a mentira, aprovou a mentira e a verdade na mesma vala, o certo e o errado na mesma vala. No que está virando este Brasil? Os senhores estão jogando fora os valores. Tenho certeza de que os senhores teriam vergonha de olhar nos olhos dos seus filhos para contar essa história de forma verdadeira.

O Brasil hoje se envergonha do encaminhamento desta votação. Alguns que estão aí sentados podem dizer: *"Esse moço, esse Deputado está nos ofendendo"*. Não. A votação dos senhores é que está ofendendo o Brasil, é que está ofendendo o brasileiro, para defender um erro, um crime de responsabilidade da Presidente Dilma. Deveriam se envergonhar, sim, mas não dos Deputados que estão contra e, sim, do Brasil e dos brasileiros que se posicionaram contra a mentira e contra a irresponsabilidade fiscal.

Repito para os senhores, encerrando as minhas palavras neste minuto: se fosse um prefeito, se fosse um governador, sairia preso por esse crime de responsabilidade. Seriam de 2 a 6 anos de reclusão, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os senhores estão aqui varando a madrugada para tentar aprovar algo que visa anistiar de um crime uma Presidente irresponsável e incompetente. Ela não merece esse prêmio, diante do que fez com a PETROBRAS. O Brasil vai ver essa história piorar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, desde as 10 horas da manhã eu escuto, Presidente José Sarney, de parte da Oposição, que quem inventou a corrupção foi o Partido dos Trabalhadores. Eu não acho isso justo.

Aliás, eu vou iniciar o meu discurso citando uma passagem de alguns livros de História, meu amigo Deputado Paulo, meu pastor. Quando Pedro Álvares Cabral veio ao Brasil, Senador Sarney e Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, o Rei de Portugal disse assim: *"Cabral, você vai levar cem galinhas-d'angola para entregar aos índios".* Pois Cabral, em vez de entregar as cem galinhas-d'angola, Deputado José Aníbal, entregou só 80.

Então, eu quero deixar claro para a Oposição que não foi o PT que inventou a corrupção.

Quero elogiar o Senador Aécio Neves, que teve o talento de defender, na campanha eleitoral, o legado do PSDB. O Senador Aécio Neves assumiu uma posição corajosa, posição essa que outros não assumiram, a de defender tudo de bom que o PSDB fez pelo País. Por exemplo, eu tenho certeza de que, se eventualmente o Senador Aécio Neves tivesse ganhado a eleição, ia nomear um Ministro da Fazenda com pensamento semelhante ao de *Joaquim Levy. Tenho certeza disso.*

Pois bem, a Presidenta Dilma nomeou Joaquim Levy, e o Brasil inteiro está aplaudindo, mas a Oposição, de forma equivocada, não está aplaudindo. Por que não está aplaudindo? Por que não o fez? Mas o povo não quis que fizesse.

Vocês precisam aprender a conversar com o Brasil. Por exemplo, em relação ao Nordeste, vocês perderam o rumo da prosa, vocês não sabem conversar com o Nordeste. Vocês perderam a eleição no voto e ficam aqui agredindo, falando em impeachment da Presidenta. Isso é apequenar a Oposição do Brasil, que é a sétima economia do mundo. Aliás, na Oposição há muita gente qualificada. Mas, para ser qualificado, é preciso qualificar o debate. E vocês estão desqualificando o debate.

Eu repito, Presidente Sarney: morri de vergonha ontem à noite. O Deputado Mendonça Filho, ex-Governador do meu Estado, ali nas galerias trocando tapas; o Senador Ronaldo Caiado, um Parlamentar qualificado, um homem desse tamanho, pegando os seguranças, pequenos, e dando porrada. Isso não é bom para a democracia brasileira, isso não representa o que o nosso País quer da Oposição. O nosso País precisa, isto sim,

que a Oposição se qualifique, que a Oposição melhore o nível do debate, que a Oposição faça política com responsabilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Silvio Costa, conclua.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Eu ouvi dizer que o Governador Geraldo Alckmin estava preocupado e ligou para integrantes da bancada de São Paulo. Sabem por quê? O Governador Alckmin esteve com a Presidenta Dilma na semana passada, e o Estado de São Paulo, amanhã, vai precisar de recursos federais para resolver o problema da água. Se nós fôssemos compactuar com a Oposição, estaríamos prejudicando o Governador Alckmin. Hoje, se alguém aqui defendeu São Paulo, fomos nós da base aliada da Presidenta Dilma.

Quero me dirigir ao povo de São Paulo: amanhã, você vai ter água porque nós da base aliada do Governo Dilma, diferente do PSDB, vamos aprovar o PLN 36, coisa que o competente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, eu ainda não usei a palavra como Líder, então, peço licença a V.Exa. para somar o meu tempo de Líder ao tempo de discussão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não existe neste projeto de lei sobre o qual vamos deliberar nem o mais leve resquício de interesse público. Nada!

O que quer a Presidenta Dilma? Ela quer apenas se livrar das consequências jurídicas do fato de ter infringido a Lei Orçamentária. É só isso. Não venha com histórias de que se trata de uma opção por uma política macroeconômica antirrecessiva. É conversa. O que ela quer é apenas se livrar da consequência de ter infringido a Lei Orçamentária. E como ela fez? Ela movimentou verbas de um programa para outro, no limite de 20%, por decreto, sem ter satisfeito a exigência da meta fiscal, e, com isso, ela desrespeitou o art. 4º da Lei Orçamentária. É simples.

Não venham os senhores com esse contorcionismo mental, inventar teorias, ressuscitar uma interpretação absolutamente superada do que seja o efeito antirrecessivo do gasto público, o keynesianismo vagabundo de última hora que vocês inventaram para dar um mínimo de dignidade teórica a um simples expediente pelo qual a Presidenta Dilma quer se eximir do cumprimento da lei, e, para isso, quer a complacência do Congresso Nacional.

Não venham os senhores, não venha o Senador Lindbergh Farias me acusar de golpista. V.Exa. sabe que as minhas credenciais de democrata são absolutamente indiscutíveis. Agora, uma característica da democracia é o respeito à lei, e a lei tem que ser igual para todos. Se o cidadão comum, o cidadão que paga imposto, que faz, com o seu imposto, funcionar os Poderes, é obrigado a cumprir a lei, a Presidenta da República, com mais razão ainda, porque a Presidência da República tem um papel pedagógico, um efeito de demonstração.

Como vamos encarar o cidadão que não tem a possibilidade de mudar a seu talante uma lei que ele, por alguma desventura, descumpriu? Como vamos encará-lo, se estamos simplesmente passando um borrão no descumprimento da lei pela Presidenta da República?

Não venham com histórias de política antirrecessiva! O Brasil está em recessão, meus amigos! Quem é que duvida disso? Um crescimento de 0,2% este ano! Que política antirrecessiva foi essa? Eu fico espantado quando vejo um ex-operário, metalúrgico, elogiar uma política econômica que destruiu a indústria brasileira. Ora, não venham com lorotas!

Eu vejo o PMDB muito ativo nesses últimos dias, num certo frenesi, para aprovar esse projeto de lei. Seguramente, já foi feito o acordo. Se não foi feito o acordo, esperanças muito grandes foram levantadas para o PMDB e para os sócios menores deste Governo.

Não quero, Sr. Presidente, demonizar o PMDB, não. O PMDB, que deu a contribuição decisiva para a eleição da Presidenta Dilma, luta para se livrar, para emergir da miserabilidade política a que foi reduzido por sua parceria com o PT. O PMDB ocupa lugares, mas não exerce poder, por mais que o Vice-Presidente Michel Temer seja exímio nos gestos cerimoniais. Esta é a realidade dos fatos. O PMDB está dançando conforme a música. O PMDB, que foi decisivo para a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, hoje é uma peça importante no desmonte da Lei de Responsabilidade Fiscal deste País; está dançando conforme a música, mas é uma música que destoa, uma música em dissonância, em desarmonia com o interesse do povo brasileiro.

As consequências dessa política nefasta, que talvez possa atender a interesses do Governo, dos partidos do Governo em nomear gente para cargos públicos, o que, seguramente, vai atender ao interesse da Presidenta Dilma de se livrar de complicações jurídicas, serão sentidas por cada um dos brasileiros, sob a forma da recessão mais profunda, sob a forma do aumento da taxa de juros, que já começou hoje na reunião do COPOM.

Não nos iludamos! Alguns, entre nós, Parlamentares de partidos de esquerda que falaram – e eu uso a palavra esquerda entre aspas, como fazia Lenin –, têm, talvez, essa fantasia nefelibática de que é possível ignorar a dívida pública, que é possível deixar de pagar os juros da dívida pública. Sabem os Senhores o que acontece com isso! É o mau pagador, e o mau pagador que deixa crescer a dívida é obrigado a pagar juros cada vez mais pesados, cada vez mais escorchantes por aqueles que financiam o seu funcionamento. É isso o que vai acontecer, o que já está acontecendo: os juros do consumidor...

(Manifestações do plenário. Está bom!)

Vão me ouvir, sim! Vão me ouvir, que está somado o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para concluir, Deputado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB-SP) – Vai ouvir! Vai ouvir, sim! *(Palmas.)*

Os juros pagos pelo consumidor já estão em 40%; os juros do cheque especial, em 176%. E essa medida que o Congresso vai aprovar, alegremente, de uma maneira subserviente, vai fazer sabe o quê? Vai fazer com que esses juros cresçam ainda mais para o investidor brasileiro, porque a multinacional tem fontes de financiamento abundantes.

O investidor brasileiro, aquele que precisa recorrer à prestação para comprar o mínimo de bens de consumo, para lhe dar uma existência cômoda, vai ser obrigado a pagar juros mais caros. Aquele que faz o crédito consignado, o funcionário público, vai pagar juros mais caros, e a recessão vai se aprofundar. Essa é a consequência da política anticíclica que os Senhores estão inventando agora. *(Manifestações do plenário. Está bom!)*

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(Manifestações do plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Conclua, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB-SP) – Estão inventando agora sabe por quê? Porque a Ministra do Planejamento, esse gênio chamado Sra. Miriam Belchior, esteve aqui na Câmara dos Deputados em novembro e disse que estava tudo sob controle – controle coisa nenhuma!

E agora, quando a vaca foi para o brejo, eles inventam essa lorota de uma política anticíclica. Não, não terão o apoio da Oposição! V.Exas. pagarão caro por esse voto desastroso para a economia doméstica e para a economia do povo brasileiro, para a economia do nosso Brasil, porque as consequências serão dramáticas desse presente que darão, talvez iludidos com a ideia de liberação de emendas, talvez iludidos com a ideia de que vão viabilizar novos investimentos. Isso é lorota!

(Manifestações do plenário.)

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Já que muitos partidos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB-SP) – O PT não vai me calar, não! Esse projeto nada tem a ver com investimentos futuros. Esse projeto é apenas para legalizar o passado. Nenhum centavo de novo investimento decorrerá da aprovação desse projeto – nenhum centavo! Pelo contrário, os investimentos públicos serão ainda mais escassos, porque uma boa parte daquilo que o Governo poderá poupar será aplicada em juros mais elevados para rolar a dívida pública.

Por isso nós vamos votar "não", um redondo e indignado "não" a esta vergonha! *(Palmas.)*

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Zé Geraldo.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS) – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra aqui pela ordem. Sr. Presidente, pedi primeiro a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós estamos seguindo, pacientemente, uma lista de inscrição.

O SR. SÉRGIO MORAES (PTB-RS. Sem revisão do orador.) – O Deputado Sérgio Moraes votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria que V.Exas. relevassem que,...

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA) – Sr. Presidente, para o bem do Brasil, nós vamos votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – ...de todas as funções da Casa, a pior delas é distribuir a palavra.

Senador Aécio Neves, V.Exa. tem a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB-MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero começar essas minhas palavras, e me manterei no tempo estabelecido por V.Exa., voltando no tempo, mas não voltando muito. Volto ao dia 19 de outubro, há um pouco mais de um mês da data de hoje.

E abro aspas, ilustres Líderes da base do Governo em especial, mas também da Oposição, para a candidata Dilma Rousseff, Presidente da República.

Disse ela, dirigindo-se a mim...

(Manifestações do plenário.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB-MG) – Agradeço mais uma vez a atenção e a boa educação sempre demonstrada pelos Líderes petistas, sobretudo quando o tema não lhes agrada. Mas a história está escrita, eu apenas releio a história.

Disse, no debate da Rede Record, a então candidata Dilma Rousseff: *"O senhor, candidato Aécio, vai elevar a taxa de juros, porque esse é o seu receituário. E o resultado, Senador, vai ser desemprego, vai ser arrocho salarial e altas taxas de juros. A quem serve isso?"*, disse a candidata. *"À população é que não é!"*

Tenho, nesse instante, que concordar com a candidata e Presidente Dilma Rousseff. À população não serve o descontrole das contas públicas. E ela mesma, pouquíssimas semanas antes, num evento na Confederação Nacional da Agricultura, disse: *"A cada um dos brasileiros, teremos condições de cumprir o superávit primário previsto no começo do ano"*. Quem disse isso foi a candidata Dilma Rousseff. Desconhecia ela a realidade fiscal do País, ou mentiu aos brasileiros?

Nós sabemos, Sras. e Srs. Parlamentares – e peço calma aos Parlamentares do PT –, que perdemos a eleição, mas não perdemos a condição de ser Oposição a este Governo, que vem cometendo irresponsabilidades atrás de irresponsabilidades.

Eu me lembro – e me lembro muito bem – Líder do PSDB, de quando, no ano de 2000, presidia esta Casa, Senador Renan Calheiros, um correligionário seu, hoje Vice-Presidente da República Michel Temer. E este mesmo plenário, quando era eu Líder do PSDB, se transformou quase numa praça de guerra, porque o PT, quase que fisicamente, quis impedir a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Faço aqui coro ao que disse o Senador Aloysio, o PMDB foi, talvez, o principal arauto da construção da mais importante modificação na legislação brasileira, que foi a Lei de Responsabilidade Fiscal. E é triste que sirva hoje ao seu desmonte.

Não há, Srs. Parlamentares, brasileiros que nos assistem neste instante, não há fundamento mais importante em qualquer economia, de qualquer país que queira ser sério, do que a credibilidade. E o que nós estamos fazendo aqui hoje, com o apoio da base do Governo, é jogando fora aquilo que ainda resta de credibilidade na nossa economia.

É patético, Sr. Presidente! Vimos que a ausência de argumentos de Líderes do PT trazem aqui brados incompreensíveis, como alguns que de longe ouço, e um discurso patético que acabamos de ouvir de um ex-cara – pintada, que se transforma num Senador chapa-branca, capaz de modificar as suas posições e vir, Senador, a esta tribuna para dizer ao povo que não vá às ruas se manifestar, porque isso não atende aos interesses do seu Governo.

Não! É absolutamente fundamental que nós saibamos aquilo que estamos votando, e aprovar este projeto – não tenham dúvidas – trará como consequência o oposto daquilo que pregam lideranças do PT, porque os investimentos irão embora e os empregos deixarão de ser gerados no Brasil.

Disse aqui o Líder Aloysio: *"É claro, é claro que o ônus recairá sempre sobre aqueles que menos têm"*.

E hoje a base do Governo se dá...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Aécio, se V.Exa. puder...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB-MG) – Vou terminar, vou terminar, Sr. Presidente. A base do Governo se permite, hoje, violentar esta Casa para anistiar a Presidente da República do crime de responsabilidade por ela cometido. *(Palmas.)*

É triste o que aconteceu aqui hoje, mas a Oposição continuará firme, dizendo "não" ao desgoverno, "não" às irresponsabilidades e "não" ao descontrole na economia!

(Manifestações do plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB-MG) – Agradeço a atenção do Plenário.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT-PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Primeiro, queria saudar o Plenário, Sr. Presidente.

Não posso deixar de começar dizendo que alguém precisa dizer aos dois candidatos, meus colegas de Senado, que eles foram derrotados pelo povo brasileiro agora, nessas eleições. *(Palmas.)* E as eleições já terminaram, Sr. Presidente. É hora de descer do palanque. As eleições já terminaram.

Em 2001, Sr. Presidente, Fernando Henrique Cardoso teve que fazer uma medida provisória para alterar o superávit primário naquele ano. Nós estamos falando, para o povo entender, de uma poupança que se faz

para ser uma espécie de garantidora de sustentação para os credores que o País tem. Este País paga as suas contas, honra as suas contas.

Aqui, nós vemos discursos catastróficos desde o começo do ano. Desde o começo do ano, parece que há uma torcida para que o pior aconteça com este Brasil. É por isso que perdem a eleição, Sr. Presidente! O Brasil quer pessoas otimistas, trabalhadoras, que acreditam no País. E é acreditando no Brasil, Sr. Presidente, que estamos aqui hoje votando por ele.

Nós não queremos que este País fique com o dinheiro na poupança e precisando de dinheiro para investimento, de dinheiro para atender não só São Paulo, de dinheiro para atender todas as regiões do Brasil, do dinheiro que vai fazer com que nossa economia possa superar este momento desafiador que estamos vivenciando.

Então, eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, que nós estamos, neste instante, tomando uma decisão responsável. E é por esta razão que votamos "sim".

Votamos "sim" pela aprovação do PLN 36 *(palmas)*, porque votamos com o povo brasileiro. Nós queremos crescimento econômico. Nós queremos desenvolvimento. Nós queremos atendimento daquilo que é prioridade do povo brasileiro, e é assim que defendemos, aqui, o voto "sim" pela aprovação do PLN 36.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Givaldo Carimbão, com a palavra V.Exa.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, companheiros do Congresso Nacional, povo brasileiro, a Oposição tem colocado, legitimamente, todos os obstáculos para não votarmos esta matéria que nós entendemos importante para o País e para sua governabilidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu hoje peguei um carro e saí um pouco da Câmara, quando fui almoçar. E alguém me disse: *"Deputado, o senhores receberam 700 mil reais?"* Mentiras permanentemente ditas podem virar verdades. Esta Casa merece respeito. Eu tenho 30 anos de mandato parlamentar e não me presto a isso, e muitos dos Srs. Congressistas! Se tem pessoas desonradas, esta Casa tem muitos homens e mulheres de bem, que não merecem esse tipo de comportamento que alguns disseram aqui!

O que está acontecendo? A Presidente Dilma descontingencia 440 milhões de reais. Dividido por 513 Deputados e 81 Senadores, isso dará 700 mil reais para que os Deputados possam empenhá-los para os Municípios ou Estados das obras, o que é direito nosso, dos Deputados e Senadores, colocar no Orçamento nacional. Parece que os 700 mil vêm para o meu bolso ou para o bolso de alguém aqui dentro.

Nós temos que repudiar esse tipo de comportamento, que não contribui. É por isso que nós somos achincalhados lá fora. Alguns companheiros não medem o alcance do que está fazendo este Congresso Nacional.

Eu queria, Sr. Presidente, fazer um apelo aos companheiros. Querem debater no campo das ideias? É importante! Alguns acham que não se deve aprovar; outros, que se deve aprovar. Agora, dizer que Deputado está recebendo 700 mil reais, isso não contribui.

O Governo está descontingenciando do que foi contingenciado 440 milhões de reais, destinados às emendas de Deputados e Senadores da Oposição e do Governo, até porque as emendas são impositivas. Elas vão como obras para os Estados e Municípios, se estiveram tecnicamente aprovadas no SICONV. V.Exas. sabem disso!

Eu quero, Sr. Presidente, como Líder do PP e do PROS, como um Deputado que tem compromisso com o País e com a governabilidade do País, dizer que eu tenho agora dois caminhos a seguir: ou eu faço o superávit primário, ou separo algum dinheiro para fazer a poupança ou pagar aquilo que devo aos grandes, ou eu vou ter que pagar... Há mais de 4 meses o Governo não está tendo condições de pagar as obras já medidas no Brasil. Quantas pontes estão em construção? Ou nós continuamos essas grandes obras, ou fazemos o superávit primário. Nós vamos decidir. Eu particularmente, o PP e o PROS temos condição clara de dizer que nós optamos por continuar as obras do Brasil. Fala-se aqui em 440 milhões de reais, e parece que o mundo acabou! Só para o Nordeste, aprovamos, aqui, há 3 meses, 200 milhões de reais de subsídios para o produtor de cana, e 600 milhões para o produtor de álcool. Foi 1 bilhão de reais somente para o açúcar e para aquele que produz álcool. E, quando se fala em 400 milhões de reais para todos os Municípios, parece que o mundo acabou.

Pelo amor de Deus, vamos ter consciência cívica de que nós estamos aqui em nome do povo brasileiro e temos responsabilidade! Eu não posso aceitar, e nenhum companheiro aqui pode aceitar, ficar calado, e de repente a Oposição... Oposição é legítima. Um dia eu fui oposição a Fernando Henrique Cardoso enquanto Deputado nesta Casa, mas nunca diminuí o nível da política para achincalhar o Congresso Nacional.

Nós temos que ter respeito, porque política é coisa séria e para homem de bem. Se há cabra de peia, há em todo lugar. Se há irresponsável, há em todo lugar. Mas vieram para cá pelo voto direto da população brasileira, que merece respeito.

Eu peço e lembro aos companheiros, com o meu sentimento de que o Brasil deve continuar na direção do progresso, que dar algum subsídio, para não deixar desemprego, é nossa função. A consciência de alguém

vai dizer que não deve; a minha consciência – e apelo para a consciência dos senhores – diz que nós devemos aprovar o PLN 36 esta noite.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Izalci. Com a palavra V.Exa. Em seguida falará o Senador Pimentel.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu ouvi aqui alguns falando em chantagem. Eu não usaria a palavra "chantagem"; usaria a palavra "suborno", que é mais adequada.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Para com isso! Para de ser desrespeitoso!

O SR. IZALCI (PSDB-DF) – A Presidenta Dilma já aprendeu lá. Basta ver o que disse Paulo Roberto Costa. Disse ontem na CPMI que estava enojado deste Governo.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Nós é que estamos enojados dele.

O SR. IZALCI (PSDB-DF) – Aqui há a prova do suborno, clara, porque esta é a tática, este é o método do Governo: toma lá, dá cá – só que agora é oficial. Eu quero dizer aqui: quem votar favoravelmente a este projeto é conivente, porque é, sim, crime contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entrei na questão política. Não vou nem entrar na questão técnica. Eu fiz aqui diversas questões de ordem, porque está claro: o Secretário do Tesouro Nacional, por lei, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9º, deveria vir a esta Casa para justificar... A última vez que esse Secretário esteve aqui foi em 2012.

Esta Casa não se dá ao respeito. Eu vou usar o que Paulo Roberto Costa falou. Estou enojado também disto aqui, porque o Congresso Nacional não cumpre a sua obrigação. Basta ver os vetos! Há assessor votando veto. São 38 itens, mais de 200 vetos sendo votados sem serem discutidos, sem serem encaminhados. Essa questão quem vai decidir é o Supremo.

Será que nós não sabemos qual é a nossa obrigação, a nossa responsabilidade? Tudo aqui tem que ser no toma lá, dá cá. Será que este Congresso vai ser o puxadinho do Palácio do Planalto?

É isso o que está acontecendo, sim, e a Presidenta Dilma fez isso de propósito, fez essa medida provisória para humilhar esta Casa, para dizer que esta Casa só vota, e vota quando ela quer; toda a vez é assim.

Foi convocado 11 vezes este Congresso para votar veto, e não houve quórum. Agora, como é para atender ao interesse da Presidente, solta-se um decreto. E aí, o que acontece? Está todo mundo aqui, todo mundo aqui doido para votar, aplaudindo a irresponsabilidade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é um patrimônio da população, da sociedade. Eu recebo aqui a notícia de que houve mais de 1 milhão de acessos ao que nós estamos votando. A população está acompanhando. E esta Casa, se confirmada a votação deste projeto, ficará desmoralizada.

Então, Sr. Presidente, farei mais uma vez um pedido a V.Exa. Ao Relator eu fiz uma contestação orçamentária: como é que V.Exa. define superávit ou déficit sem definir o valor? Os órgãos de controle, seja a Controladoria-Geral da União, seja o Tribunal de Contas, têm que saber qual é o número. Como é que eles vão fiscalizar, se não sabem nem qual é a meta?

O nosso Relator mudou: não é mais superávit, nem déficit, é meta. Pode ser positiva, pode ser negativa, não há como fiscalizar. Então, tecnicamente também está totalmente equivocado esse projeto.

Alguns aqui precisavam ler para saber o que é isso. Leiam a Lei de Responsabilidade Fiscal, leiam a Constituição. É isso o que está faltando, talvez, a alguns dos nossos Parlamentares.

O art. 85 da Constituição é claro, como leu há pouco o Senador. Mas não é só a Constituição, está claro na lei que não se pode, de forma alguma, descumprir a lei orçamentária.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. já encerrou? Conclua.

O SR. IZALCI (PSDB-DF) – Quero até concordar, Sr. Presidente: se a base do Governo quiser falar meia hora, nós não vamos criar nenhum problema, mas eu quero aqui registrar que quem votar favoravelmente está sendo conivente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou favorável à matéria. E, nos termos do § 1º do art. 39 do Regimento Comum, eu requeiro o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria fazer uma proposta, como consequência do encaminhamento do Senador Pimentel, porque nós vamos ter que apreciar o requerimento. Eu havia combinado um procedimento e quero torná-lo público.

Eu vou conceder a palavra ao último orador, que é o Deputado Pauderney Avelino. Em seguida, nós vamos apreciar o requerimento, senão nós temos que fazê-lo agora, na forma do Regimento, e darei a palavra ao Senador José Agripino e ao Deputado Onyx Lorenzoni, no encaminhamento.

Eu acho que este é um procedimento...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – E a mim também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – E a V.Exa. também.

Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino, último orador. Em seguida, nós vamos apreciar o requerimento.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, já passa de 14 horas o tempo há que nós estamos aqui neste plenário em sessão do Congresso Nacional. E nós não poderíamos ouvir certos discursos, como ouvimos hoje do Líder do PT na Câmara dos Deputados e de um Senador do PT. Nós aprovamos uma lei, em 2001, no Governo Fernando Henrique, a Lei nº 2.210, que reduzia a meta de superávit.

Mas há uma diferença incontestável e que precisa ser dita neste plenário. A diferença é que aquela lei de 2001, do Governo Fernando Henrique, foi aprovada no início do ano fiscal, em março de 2001, diferentemente do que está sendo proposto agora, no final do ano fiscal.

Ora, Sr. Presidente, há uma diferença muito grande porque, àquela altura, nenhum decreto foi proposto condicionando a liberação de emendas à aprovação do projeto de lei. Não, Sr. Presidente!

O Presidente Fernando Henrique Cardoso respeitou esta Casa. Nós, enquanto estivemos no Governo, fizemos as reformas necessárias para o País. Nós não podemos compactuar com uma conduta que hoje este Governo está tentando impor ao Congresso Nacional, uma conduta menor, vinculando um decreto de liberação de recursos a um projeto de lei em tramitação. Não podemos aceitar isso. Não podemos, e nenhum Congressista deveria aceitar isso, mesmo porque esse decreto é falacioso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, já passa da meia-noite, estamos aqui há mais de 14 horas! E eu quero dizer que o relatório do Senador Romero Jucá piorou as coisas. Quando S.Exa. a Presidente da República mandou o Projeto de Lei nº 36, não tratava de resultado. Foi o Relator desta matéria, Romero Jucá, que prestou o serviço de que o Governo precisa para fugir de crime de responsabilidade.

E, neste caso, quando transforma o seu relatório, tirando a meta de superávit, que já não seria mais superávit, e transforma em resultado, este sim, Srs. Deputados, Srs. Senadores, será um resultado negativo, porque, a despeito de já termos, em setembro, um déficit de 20 bilhões de reais, o Governo, neste malfadado decreto, está colocando 10 bilhões de reais para despesas discricionárias. Isto é um absurdo! Ou seja, já temos aí mais de 30 bilhões de reais de déficit nas contas primárias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não se trata aqui de subverter a ordem, de subverter o discurso, de inverter o discurso! Nós somos favoráveis, sim, ao ajuste das contas públicas! Somos favoráveis ao emprego! Somos favoráveis a que a iniciativa privada possa fazer os investimentos com...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sobre a mesa há requerimento de encerramento da discussão.

Eu queria exorbitar da linha da paciência e conceder mais 1 minuto para que o Deputado Pauderney Avelino encerre a sua intervenção.

Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Somos favoráveis a que a iniciativa privada faça os investimentos, indo buscar recursos nos bancos estatais e privados, mas não dinheiro subvencionado com a dor do povo brasileiro nem com dinheiro subvencionado pelo Tesouro Nacional, com emissão de títulos da dívida pública, e transferido ao BNDES para as grandes empresas e os grandes conglomerados nacionais. Não, Sr. Presidente. Nós queremos um país mais justo. Nós queremos, sim, recursos para que os pobres também possam ter oportunidade. Queremos investimento. Por isso, somos contra esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sobre a mesa há requerimento de encerramento da discussão, nos termos do § 1º do art. 39 do Regimento Comum.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO
Nº 49, DE 2014-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeremos, nos termos do § 1º, do artigo 39, do Regimento Comum, o **encerramento da discussão do PLN nº 36, de 2014,** que "altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014".

Sala das Sessões, em de de 2014.

Senador **José Pimentel PT/CE**
Líder do Governo no Congresso Nacional

(À publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós combinamos o seguinte procedimento: 1 Deputado e 1 Senador falam a favor, e 1 Deputado e 1 Senador falam contra.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Mantida a orientação dos partidos.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – E abre para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A orientação também é regimental, e nós vamos respeitá-la.

Eu concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador José Agripino.

V.Exa. dispõe de 5 minutos, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM-RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, nós estamos perto de meia-noite e meia. A Casa está cheia, mesmo com Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras exaustos com 12 horas de trabalho. A tensão é visível no semblante de cada um, Senador Aloysio Nunes. E tenho a consciência absoluta do porquê: é porque nós estamos, neste momento, nesta madrugada, votando uma matéria que seguramente vai traduzir a credibilidade do Governo e a credibilidade do Congresso. Independentemente do que nós viermos a votar, seja "sim", seja "não", os articulistas, os comentaristas políticos vão, durante muito tempo, fazer apreciação sobre as razões do voto e as consequências.

Eu digo isso por quê? Eu tenho 4 mandatos de Senador. Deputado José Aníbal, quem prepara, elabora a LDO e a manda para o Congresso é o Poder Executivo. O Poder Executivo mandou uma LDO propondo um superávit primário de 1.9 percentual de superávit. Para quê? Para remunerar a dívida interna que ele, Governo, gerou: uma das maiores dívidas internas do mundo, de mais de 2 trilhões de reais, remunerada a uma das maiores taxas de juros do mundo. Então precisava ser de 1.9 ponto percentual o superávit primário.

De repente, o Governo, através de um PLN – este que estamos votando –, propõe que não seja mais 1.9, e muda até o nome "superávit primário" para "meta".

Qual é a credibilidade perante o investidor interno e externo de um governo que brinca com o Congresso, que brinca de fazer contas? O que nós, classe política, vamos dizer aos investidores que vão investir para gerar emprego e para ativar a economia depois da votação, se nós votarmos a favor dessa presepada? Porque é isso que está em julgamento: é a credibilidade do Poder Executivo, que propõe uma coisa e faz outra, e coloca em xeque a credibilidade do Congresso.

Queiram ou não, a Presidenta da República já cometeu um crime. O crime de responsabilidade fiscal já está cometido, porque ela tem a autorização para remanejar até 20% das verbas orçamentárias dentro da LOA, desde que cumpra o superávit primário que ela propôs. Mas ela não cumpriu. E, se ela não cumpriu, ela cometeu crime de responsabilidade. E quer agora que o Congresso, que está em xeque, a anistie?! Quer, então, que o Congresso elimine a cena do crime?! Ela comete o crime, e o Congresso elimina a cena do crime, passa água na roupa suja?!

Por isso é que estamos todos aqui. Estamos todos aqui para tentar manter a credibilidade do Poder Executivo do Brasil, para manter a credibilidade do Congresso Nacional e para manter este País em pé. Era preciso que nós passássemos aqui dias e dias debatendo, para que a discussão fosse feita por inteiro. Ela não pode parar agora; é preciso que haja discussão à exaustão, porque está em jogo – repito – a credibilidade do Poder Executivo, assim como a credibilidade do Congresso Nacional.

Por esta razão é que o meu partido vai fazer tudo o que puder para evitar a perda da credibilidade do Poder Executivo e a desmoralização do Congresso Nacional; vai votar "não" a este PLN, vai votar a favor da continuação da discussão, a bem da respeitabilidade do Poder Executivo e de cada um das Sras. e Srs. Deputados e Senadores.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP.) – Abra a votação, Presidente. Vamos abrir!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Henrique Fontana, com a palavra V.Exa.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os argumentos e o debate já fizemos à exaustão. Eu quero agradecer a presença da nossa base, a firmeza e a convicção da nossa base, e também a paciência da base. Quero pedir que os nossos partidos fiquem no plenário, porque nós precisamos e vamos concluir esta votação hoje.

Eu voto pelo encerramento da discussão, Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP.) – Vamos votar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós combinamos que falarão um Deputado e um Senador favorável e um Deputado e um Senador contra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Sr. Presidente, sou favorável ao encerramento da discussão.

Obrigado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar, vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Estamos com um problema: pedem-nos a palavra o Deputado Mendonça Filho e o Deputado Onyx Lorenzoni.

Podemos compatibilizar da seguinte forma: nós daremos a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni e faremos a votação. Depois, no encaminhamento, como Líder, daremos a palavra ao Mendonça Filho.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Isso. Abra a votação! Vamos abrir!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, é surreal o que está acontecendo aqui na noite de hoje.

Nós vamos decidir se vamos ser avalistas do desgoverno, da falta de visão e de planejamento. O único motivo para estarmos reunidos aqui – e o Brasil olha com muita atenção esta sessão – é porque o Governo da Presidente Dilma precisa salvar o seu pescoço, porque gastou muito mais do que podia, mais do que determina a LDO, e agora quer produzir mais uma das suas vergonhosas invencionices.

Depois do escárnio chamado de contabilidade criativa, o Governo quer criar o toque de midas petista, transformando despesa em receita.

Por qualquer lado que se olhe essa questão, esse projeto é um atentado à lógica e à ética. Para um Governo que precisa recuperar a credibilidade internacional, o investidor não é tolo. É evidente que ele vai verificar e rapidamente compreender a maquiagem dos números e a falta de seriedade do Governo petista com a economia brasileira, com as regras e com os propósitos firmados por ele mesmo e que se expressam, lamentavelmente, no aparelhamento do setor público brasileiro, onde o mensalão e o petrolão são exemplos da gestão trágica que o PT traz ao Brasil.

Tratar as despesas do PAC, em que está incluída a propina... Paulo Roberto Costa disse ontem, na CPMI da PETROBRAS, com todas as letras: *"O esquema da PETROBRAS se reproduz nas rodovias, nos portos, nos aeroportos e nas hidrelétricas brasileiras".*

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar! Vamos votar! Chega!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS) – Qualquer pai de família gostaria de pegar o dinheiro gasto na reforma da Casa e transformá-lo em salário. No mundo real, isso não é possível; na ficção petista, isso parece ser razoável.

Ninguém está acima da lei. Não se pode remover a lei. A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal existem por duas razões fundamentais: primeira, disciplinar o gasto público; segunda, limitar o poder do Estado, para não destruir a vida das famílias, a vida das pessoas, a vida do cidadão.

O que quer o Governo petista é permitir que o ladrão decida o que é roubo e o que não é roubo. Esse projeto é insegurança jurídica pura; indica, no mau exemplo petista e da Presidente Dilma, que as leis podem ser mudadas, que não há mais regra.

E aqueles que foram punidos – prefeitos, secretários de Estado, governadores – pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram vítimas de uma injustiça? É óbvio que não.

Aqui se estabelece, mais uma vez, o vale-tudo, e o Governo não vê nada de errado. Assim como trazia nas malas e nas cuecas dinheiro para manter a sua base, agora suborna Parlamentar com emenda e chantageia ao condicionar a liberação de verbas.

O que não pode ocorrer, Sr. Presidente, é este Parlamento ser subserviente ao Poder Executivo. Nenhum Deputado que está aqui é obrigado a votar como quer o Governo. Votamos como as nossas consciências indicam, apoiados em escolhas, em princípios e em valores que fazem a sociedade brasileira e que nos trouxeram até esta Casa.

Aprovar este projeto será legitimar a irresponsabilidade e, o que é mais triste, limpar a cena do crime cometido por um Governo incompetente, corrupto e que rouba a esperança presente e futura dos brasileiros.

Nós temos um papel constitucional...

(Interrupção do som.)

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Chega!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS) – Vou concluir. Juramos proteger a Constituição.

O Governo convida os tresloucados Parlamentares que desrespeitam quem está nos assistindo das suas casas a uma vergonhosa encenação. Quem quiser fazer parte do circo governista que o faça, mas os nossos princípios e valores vão estar expressos pela ação dos democratas ao votar "não". *(Apupos.)*

O Brasil não merece o desgoverno que tem, a irresponsabilidade do Governo petista e a roubalheira sem fim. Um dia isso vai acabar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação na Câmara dos Deputados o requerimento de encerramento da discussão.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar! Vamos votar!

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Orientação!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Conforme nós combinamos, vamos ter que observar...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos ter que observar o art. 45 – se não me engano – do Regimento Interno, e os Líderes orientarão as suas bancadas por 1 minuto.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Não é necessário, podem abrir mão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria pedir a todos paciência e ressaltar mais uma vez a presença neste plenário, a esta hora da madrugada, do Senador José Sarney.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Permitem-me? Peço um pouquinho de paciência.

O Senador José Sarney não estava presente na última sessão do Congresso Nacional, e eu fiz questão de, na ausência do Presidente Sarney, contar um diálogo que S.Exa. teve na campanha presidencial com o saudoso Presidente Tancredo Neves.

O Presidente Sarney perguntou ao Presidente Tancredo Neves qual o decálogo de Tancredo da política, e ele respondeu ao Presidente Sarney: *"Na política, Sarney, 90% é paciência; os outros 10% você completa como quiser".*

Eu acho que, se nós chegamos até aqui, nós precisamos ter paciência para concluir este processo de votação. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PT?

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero parabenizar a minha bancada, a nossa bancada, guerreiros e guerreiras que estão aqui até agora.

O PT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PT vota "sim."

Como vota o DEM, Deputado Mendonça Filho?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de orientar a minha bancada, eu gostaria de dizer o seguinte: está claro que podemos pedir verificação e está claro – e eu queria a resposta de V.Exa. – que pode haver verificação distinta, ou Câmara ou Senado, e aí, evidentemente, os partidos de Oposição ou de Governo entenderão o que deve ocorrer com relação ao processo de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sem interromper V.Exa., nós vamos fazer o que nós fizemos até aqui: vamos verificar na Câmara e, em seguida, vamos verificar...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Não, só se houver pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) -Evidentemente, se houver pedido de verificação.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Bem, Sr. Presidente, eu quero aqui orientar a bancada do Democratas na Câmara dos Deputados a votar contra o requerimento para encerrar a discussão. Esta matéria foi discutida, mas não foi suficientemente discutida.

O Brasil acompanha atentamente essa manobra – mais uma manobra – do Governo da Presidente Dilma para rasgar a Lei de Responsabilidade Fiscal, afrontar todos os compromissos de equilíbrio com relação às contas públicas.

Sei que a Presidente Dilma teve que engolir boa parte do seu discurso de campanha quando aumentou os juros, quando subiu o preço da gasolina e da energia, quando promoveu políticas, de certo modo, contrariando toda aquela tese que ela defendeu, infelizmente mentindo, perante o povo brasileiro.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar! É 1 minuto.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu estou falando. Por favor!

E aí, Sr. Presidente, sinceramente…

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Asseguro a palavra a V.Exa. para encerrar a sua intervenção.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Se a bancada governista me deixar falar, fica mais fácil. Eu vou concluir.

Eu quero dizer que, lamentavelmente, esse projeto, o PLN 36, consagra a irresponsabilidade fiscal, a irresponsabilidade de um Governo que levou o Brasil à recessão, à inflação, à estagnação.

E a gente tem que dizer "não" ao PLN 36 e "não" ao requerimento de encerramento da discussão.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – O PSD, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

O PMDB vota "sim".

Como vota o Bloco PP/PROS?

O SR. WALDIR MARANHÃO (Bloco/PP-MA. Sem revisão do orador.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Bloco PP/PROS vota "sim".

Como vota o PSD?

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO. Sem revisão do orador.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PSD vota "sim".

Como vota o PSDB?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a cifra exata é de 745 mil reais, valor que a Presidenta Dilma oferece a cada Parlamentar para anistiá-la. Ou seja, depois de estourar o Orçamento da Nação, de torrar o dinheiro do contribuinte brasileiro durante a campanha, ela agora oferece 444 milhões de reais para que Deputados e Senadores façam a anistia dessa irresponsabilidade fiscal, do crime que ela cometeu ao não cumprir a lei orçamentária brasileira, lei que foi aprovada neste Congresso a pedido dela. Trata-se de uma irresponsabilidade. Os brasileiros assistem indignados a essa proposta da Presidente Dilma.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa posição é "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Bloco PR/PTdoB/PRP?

O SR. LÚCIO VALE (Bloco/PR-PA. Sem revisão do orador.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vota "sim".

Como vota o PSB?

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse requerimento de encerramento de discussão vai contra o princípio do Parlamento, que tem por essência a discussão das leis, dos projetos.

Por isso, Sr. Presidente, nós entendemos que encerrar a discussão agora é tirar a liberdade deste Parlamento, é tirar o direito que tem cada Parlamentar de defender as suas ideias, tanto seja da Situação quanto seja da Oposição.

Nós não podemos admitir que o Parlamento se posicione, apenas porque estão tardando as votações, pelo encerramento da discussão. Não! Isso não é válido. Nós do PSB entendemos que a discussão deve continuar. Isso é fundamental para termos certa clareza do que está acontecendo.

Se houver alguém vendo esta discussão pela televisão, está ficando doido, porque cada um diz uma coisa. E cada um dizendo uma coisa, com toda a propriedade, as pessoas se enganam.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Solidariedade?

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Sem revisão do orador.) – O Solidariedade vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Solidariedade vota "não".

Como vota o PDT?

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a bancada do PDT entende que esta é uma matéria importante para o País. Mas nós ficamos impressionados com o que observamos no discurso da Oposição nos últimos dias.

Entendemos que a Oposição torcia para que o Brasil estivesse hoje numa situação similar à da Grécia, à da Espanha, à da Itália e à de Portugal. É impressionante a habilidade da Oposição em lançar os números à opinião pública; mas ela revela, ao mesmo tempo, uma profunda incompetência para explicar a razão dos números. Por exemplo, a quem se destinou a desoneração tributária? A quem se destinou o crédito subsidiado? Quais foram as medidas que fizeram com que o superávit baixasse? Por quê? Porque País tomou medidas que o impediram de seguir o caminho da Grécia, de Portugal, da Itália e da Espanha.

Por isso é que a bancada do PDT vota "sim", pelo encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PTB?

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PTB vota "sim".

Como vota o PCdoB?

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – Esgotados os argumentos, o PCdoB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PCdoB vota "sim".

Como vota o PSC?

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Sem revisão do orador.) – O PSC vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PSC vota "sim".

Como vota o PRB?

O SR. GEORGE HILTON (PRB-MG. Sem revisão do orador.) – O PRB, com sua bancada guerreira que está aqui presente, vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, porque nós não queremos que aqui se torne a Grécia, queremos equilíbrio fiscal e não o desequilíbrio que lá houve; porque queremos que seja repensada a política de desoneração, porque aqui ela não foi capaz de ativar a economia; porque não

queremos que haja transferência de bancos oficiais, que, através de subsídios, têm forçado a concentração econômica, por conta disso tudo, nós votamos "não", para evitar que a farra fiscal se estabeleça.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSOL, Líder Ivan Valente? *(Pausa.)*

O SR. PAULO WAGNER (PV-RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Verde vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Partido Verde vota "sim".

E o PSOL, como vota?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSOL, nesta discussão toda, ouviu muito e ouviu muita gente pedindo mais arrocho fiscal, mais economia de recursos, e sabemos para quê: para pagar juros para rentista e para banqueiro.

Eu quero dizer que, como Deputado desta Casa, eu votei contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu era do PT, lá atrás. Eu continuo votando contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque quem a determinou pensou no gasto para pagar juros, mas não pensou em uma lei de responsabilidade social. Nós não aprovamos 10% do PIB para a educação pública aqui nesta Casa, porque 3% do PIB foram para transferir recursos para o setor privado. Nós não conseguimos estruturar o Sistema Único de Saúde até hoje neste País, porque faltam recursos.

Aqui se fala sempre em confiabilidade, em confiança e credibilidade, mas não se diz para quem. A confiabilidade, a confiança não é para os pobres, para os excluídos, é para aqueles que vão prometer que querem a estabilidade econômica para garantir a maior concentração de renda do planeta. Aqui se concentra renda, terra, riqueza e poder. Essa linha não pode continuar, porque a Presidente Dilma também continua fazendo superávit primário. Nós somos contra o superávit primário, porque superávit primário é uma categoria econômica mandada pelo Fundo Monetário Internacional.

Por isso, o PSOL vota "sim", Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PMN, Deputado Francisco Tenório? *(Pausa.)*

Nós vamos anunciar o resultado. "sim"...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. concluiu o pedido de orientação?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concluímos. O último pedido que fizemos foi ao PMN.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Mas por que V.Exa. não vai solicitar a orientação da Minoria e do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Porque os partidos que integram a Minoria e a Maioria já se expressaram individualmente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, o Regimento da Casa é muito claro. Não vejo por que esse preconceito, que V.Exa. não tem naturalmente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra a Liderança do Governo.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Concordo com o seu encaminhamento. O voto é "sim", Sr. Presidente. Nossa bancada está representada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra a Liderança da Minoria.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero constatar que, pelo menos neste projeto, V.Exa. acaba de me dar razão quanto à questão de ordem que fiz a V.Exa. sobre o art. 192, § 2º, que é claro ao dizer que os Líderes têm a prerrogativa de orientar as suas bancadas por 1 minuto, antes, é óbvio, da votação. Não se pode orientar depois da votação. Isso é elementar e é rotina da Câmara em todos os procedimentos. E V.Exa. – está registrado nos Anais –, sistematicamente, por duas ou três vezes, negou a este Líder o direito de orientar. Portanto, ficou desrespeitado o Regimento Interno.

Agora, eu cumprimento V.Exa., que está respeitando o Regimento Interno. Isso acaba até de documentar, de maneira clara, que nós tínhamos e temos razão quando dissemos que essa sessão está eivada de vícios, de desrespeito ao Regimento Interno.

Mas a Minoria se manifesta não seguindo a mesma linha dos partidos que compõem a Oposição, porque entendemos que devemos continuar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos anunciar o resultado:

O Requerimento foi aprovado na Câmara dos Deputados com 383 votos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Passamos à votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A votação foi simbólica. Nós passamos à apreciação no Senado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Se ela é simbólica, Sr. Presidente, se V.Exa. insiste em dizer que tem 383 votos, eu lhe peço que indique no painel os votos.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ) – Não é verdade...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A proporcionalidade e o encaminhamento de cada Líder, de acordo com a proporcionalidade...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Não há como registrar na ata e nos Anais desta Casa...

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª JANDIRA FEGHALI (Bloco Apoio Governo/PCdoB-RJ) – Já está declarado o resultado. Chega!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O requerimento foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (Bloco/PR-MG) – Votação simbólica não requer número. Já está certo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É uma redundância. Permitam-me a redundância!

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

A SRª JANDIRA FEGHALI (Bloco Apoio Governo/PCdoB-RJ) – O principal agora, Sr. Presidente. Vamos ao principal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Na forma do Regimento, nós deferimos o pedido de verificação no Senado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Aprovado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência solicita a todas as Sras. Senadoras e Srs. Senadores que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico. *(Pausa.)*

Está iniciada a votação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Votação conjunta no Senado, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – PSDB, em obstrução.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Sr. Presidente, peço votação conjunta no Senado, para evitar a retirada do pedido.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM-RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas manifesta-se em obstrução.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT-PI. Sem revisão do orador.) – O Partido dos Trabalhadores vota "sim," Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Sem revisão do orador.) – O Governo encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – PSDB em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PSDB está em obstrução e o Governo encaminha o voto "sim".

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS-TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PROS está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – PROS, em obstrução.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) – O PCdoB encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PCdoB encaminha o voto "sim". *(Pausa.)*

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT-PI. Sem revisão do orador.) – Orientamos o voto "sim".

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar, Senadores!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB-PB) – Vamos encerrar a votação, Sr. Presidente. Pela celeridade tão desejada, vamos encerrar a votação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Se a Oposição nos ajudasse, já teríamos o quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Estão votando, mas devagar.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB) – Está clara a falta de quórum, Sr. Presidente, está clara. *(Pausa.)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar, Senadores! Acordem! *(Pausa.)*

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS) – Presidente Renan, Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa., Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, eu quero deixar registrado na sessão do Congresso de hoje o que considero um lapso ou um equívoco de V.Exa.

V.Exa., quando anuncia um resultado, e V.Exa. anunciou o resultado da votação na Câmara, V.Exa. oferece ao Plenário números que são o total das bancadas presentes na Câmara Federal. Mas há um problema. Nosso quórum é de 420, e este é o primeiro problema que eu quero deixar consignado.

O segundo aspecto é que aí V.Exa. remove um direito inamovível que cada Parlamentar tem, de discordar da orientação da sua Liderança, porque nós somos, cada um, individualmente, representantes de nossos Estados e da população de nossos Estados e podemos, em muitos casos até devemos, divergir, democraticamente, da orientação da Liderança.

Eu queria apenas fazer a consignação desses dois aspectos, para futuras medidas que possam ser necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu acolho as considerações do Deputado Onyx, mas nós seguimos exatamente essa regra, pacientemente, quando, por exemplo, permitimos a orientação do PROS, contrária, o que significa dizer uma manifestação contrária à manifestação da própria bancada.

Deputado Ronaldo Caiado. *(Pausa.)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar, Senadores e Senadoras!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Para uma Questão de Ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT está feliz, a minha voz está acabando. *(Risos.)*

Sr. Presidente, V.Exa., no decorrer da sessão de hoje, recolheu uma questão de ordem baseada no art. 48, ao qual V.Exa. tem recorrido com frequência. Ele é bem claro:

> *"Art. 48. Presente à sessão, o Congressista somente poderá deixar de votar em assunto de interesse pessoal, devendo comunicar à Mesa seu impedimento, computado seu comparecimento para efeito de quorum."*

Com o decreto da Presidente da República, fica claro e evidente o interesse pessoal dos Deputados e Senadores em votar a matéria. Por quê? Porque, baseada na aprovação do PLN 36, será feita a distribuição das emendas – como tal, os 444 milhões de reais serão distribuídos...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Com isso, eu peço a V. Exa...

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Respeite as nossas convicções. *(Manifestações do plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V. Exa., Deputado, para concluir sua intervenção.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Por favor, devolva o PLN, receba a questão de ordem e se pronuncie sobre ela, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos responder oportunamente à questão de ordem do Deputado Ronaldo Caiado, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL-AP) – Sr. Presidente, para encaminhar, só para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL-AP. Sem revisão do orador.) – O PSOL encaminha o voto "sim" no Senado, Sr. Presidente, e o faz com convicção, e encaminha o voto favorável, posteriormente, à LDO, porque tem convicção de que esta mudança é uma mudança favorável e à esquerda.

Quero lembrar que foi destacado aqui da tribuna, recentemente, o que destruiu a indústria brasileira. O que destruiu a indústria brasileira, em especial neste País, foi uma política recessiva, principalmente nos anos 90, de juros extorsivos e, principalmente, de 45% ao ano de taxa SELIC. Foi essa política extorsiva, praticada principalmente nos anos 90, uma política combinada com câmbio flutuante, uma política que inaugurou um tripé maldito, que nós, do PSOL, queremos que seja abandonado, para o bem do Brasil, um tripé maldito alimentado por superávit primário, metas de inflação e, fundamentalmente, câmbio flutuante. É essa a política econômica que nós não queremos que continue neste País.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP) – Para variar, a linha auxiliar do PT.

(Procede-se à apuração)

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 04/12/2014
Hora : 1:01
Número: 22

54ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
Renan Calheiros - PMDB/AL

Sessão:
SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 03/12/2014
Abertura Painel: 03/12/2014 10:53

Presidiram a Sessão:
Renan Calheiros - 10:53
Romero Jucá - 16:25
Renan Calheiros - 18:15

Proposição:
PLN Nº 36/2014 - REQ. DE ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO

Inicio Votação: 04/12/2014 00:51
Fim Votação: 04/12/2014 01:00

Presidiram a Votação:
Renan Calheiros

Resultado da Votação

Sim	**40**
Total da Votação	**40**

Orientação
PT - Sim
PSDB - Obstrução
DEM - Obstrução
PCdoB - Sim
PROS - Obstrução
PSOL - Sim

Art. 51	**1**
Total Quorum	**41**
Obstrução	**0**

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Angela Portela	PT		Sim
Romero Jucá	PMDB		Sim
Total Roraima : 2			
AMAPÁ			
João Capiberibe	PSB		Sim
José Sarney	PMDB		Sim
Randolfe Rodrigues	PSOL		Sim
Total Amapá : 3			

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 04/12/2014
Hora : 1:01
Número: 22

	Partido	Bloco	Voto
AMAZONAS			
Alfredo Nascimento	PR		Sim
Eduardo Braga	PMDB		Sim
Vanessa Grazziotin	PCdoB		Sim
Total Amazonas : 3			
RONDONIA			
Acir Gurgacz	PDT		Sim
Valdir Raupp	PMDB		Sim
Total Rondonia : 2			
ACRE			
Jorge Viana	PT		Sim
Sérgio Petecão	PSD		Sim
Total Acre : 2			
TOCANTINS			
Vicentinho Alves	Solidaried		Sim
Total Tocantins : 1			
MARANHÃO			
João Alberto Souza	PMDB		Sim
Lobão Filho	PMDB		Sim
Total Maranhão : 2			
CEARÁ			
Eunício Oliveira	PMDB		Sim
Inácio Arruda	PCdoB		Sim
José Pimentel	PT		Sim
Total Ceará : 3			
PIAUÍ			
Ciro Nogueira	PP		Sim
João Vicente Claudino	PTB		Sim
Wellington Dias	PT		Sim
Total Piauí : 3			
RIO GRANDE DO NORTE			
Ivonete Dantas	PMDB		Sim
Total Rio Grande do Norte : 1			
PERNAMBUCO			
Armando Monteiro	PTB		Sim
Humberto Costa	PT		Sim
Total Pernambuco : 2			
ALAGOAS			
Benedito de Lira	PP		Sim
Renan Calheiros	PMDB		Art.51

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF
Senado Federal

Data : 04/12/2014
Hora : 1:01
Número: 22

	Partido	Bloco	Voto
Total Alagoas : 2			
BAHIA			
Lídice da Mata	PSB		Sim
Walter Pinheiro	PT		Sim
Total Bahia : 2			
ESPÍRITO SANTO			
Ana Rita	PT		Sim
Ricardo Ferraço	PMDB		Sim
Total Espírito Santo : 2			
RIO DE JANEIRO			
Lindbergh Farias	PT		Sim
Marcelo Crivella	PRB		Sim
Total Rio de Janeiro : 2			
SÃO PAULO			
Eduardo Suplicy	PT		Sim
Marta Suplicy	PT		Sim
Total São Paulo : 2			
MATO GROSSO			
Blairo Maggi	PR		Sim
Total Mato Grosso : 1			
DISTRITO FEDERAL			
Rodrigo Rollemberg	PSB		Sim
Total Distrito Federal : 1			
MATO GROSSO DO SUL			
Delcídio do Amaral	PT		Sim
Waldemir Moka	PMDB		Sim
Total Mato Grosso do Sul : 2			
PARANÁ			
Gleisi Hoffmann	PT		Sim
Total Paraná : 1			
SANTA CATARINA			
Casildo Maldaner	PMDB		Sim
Total Santa Catarina : 1			
RIO GRANDE DO SUL			
Paulo Paim	PT		Sim
Total Rio Grande do Sul : 1			

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Encerrada a discussão, nós vamos proclamar o resultado: "sim", 40.

(Manifestações do plenário.)

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Abstenção é voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está aprovada a matéria, por unanimidade.

Eu queria apenas lembrar que o Presidente só vota quando precisa desempatar, mas, para efeito do quórum, conta a presença do Presidente. *(Palmas.)*

Está encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Há sobre a mesa requerimentos de destaque das Emendas de nºs 1 a 8, 10, 40, 67 e 79 e ao termo "meta de superávit".

São os seguinte os requerimentos:

REQUERIMENTO
Nº 50, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 00001 ao PLN nº 36 de 2014 - CN.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado Mendonça Filho
Líder do DEMOCRATAS

	NOME	GAB.	ASSINATURA
2	Vitor Penido	324	
3	Professora Dorinha	432	
4	Rodrigo Maia	708	
5	Paulo Teixeira	600	
6	Rodrigo de Castro	701	
7	Felipe Maia	328	
8	Izalci PSDB	284	
9	Davi Alcolumbre	231	
10	Ronaldo Caiado	227	

DESTAQUE À EMENDA Nº 1 DO PLN 36/2014

	11	Bruno Pinheiro	375	
	12	Maurilio	87	
	13	Carlos Zarattini	207	
	14	Nelson Meurer	575	
	15	Lira Maia	516	
	16	Adelaldo Lopes	345	
	17	Paulo Cesar	308	
R	18	Romero Rodrigues	308	
R	19	Vitor Penido	824	
	20	Onyx Lorenzoni	828	
	21	Luiz Pitiman	931	
	22	Ricardo	372	
*	23	José Serra (SF)	09	
*	24	Lasier Martins (SF)	51	
	25	Rubens Bueno	627	
*	26	Alvaro Dias (SF)	05	
	27	Alexandre Leite	541	
	28	Paulo Pereira da Silva	217	
	29	Rogerio Peninha	606	
	30			
	31			
	32	Arnaldo Jardim	376	
	33			
*	34	Aloysio (SF)	02	
	35	Ruben Figueiró	960	

(SF)

DESTAQUE À EMENDA Nº 1 DO PLN 36/2014

	36	Jair Bolsonaro PP	482	
	37	[illegible]	345	
	38	[illegible]	939	
	39	[illegible]	624	
R	40	[illegible]	375	
	41	Otávio [illegible]	225	
	42	Raimundo Gomes de Matos	725	
	43	[illegible]	835	
	44	João [illegible] PSDB	315	
	45			
	46	[illegible]	529	
	47	Wadenkolk Gonçalves	210	
	48	Júlio Delgado PSB	323	
	49	Cláudio Cajado	630	
	50	João Dado	509	
R	51	Abelardo Lupion	515	
	52	Gonzaga Patriota	430	
	53	EFRAIM FILHO	744	
	54	Bruno Araújo	718	
R	55	Rodrigo de Castro	701	
	56	Jaime Ataíde	201	
	57	Eli Corrêa Filho	519	
	58	Rodrigo Garcia	242	
	59	Nilson Pinto	524	
	60	Luiz Carlos	450	

DESTAQUE À EMENDA Nº 1 DO PLN 36/2014

	61	Andreia Zito	636	
	62	Luiz Carlos Hauly	222	
	63	Jorge T. Medeiros	538	
	64	Carlos Melles	243	
R	65	Manuella	577	
*	66	Flávia Ribeiro	(X)	
	67	JOÃO MAGALHÃES	211	
	68	Antonio Imbassahy	810	
	69	OSVALDO REIS	717	
	70			
	71			

(À publicação)

REQUERIMENTO
Nº 52, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

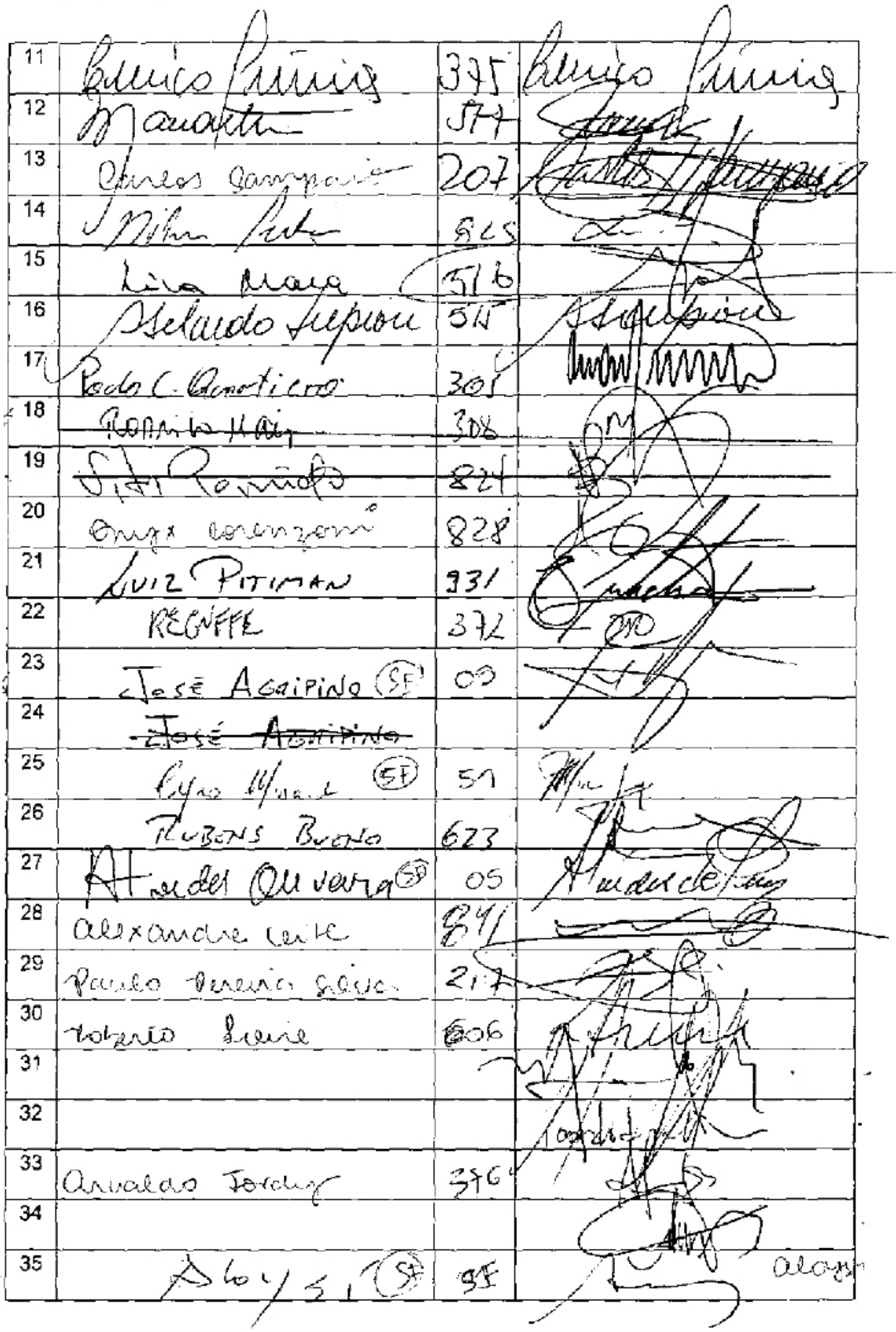
Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 00003 ao PLN nº 36 de 2014 - CN.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado Mendonça Filho
Líder do DEMOCRATAS

	NOME	GAB.	ASSINATURA
2	Vitor Penido	821	
3	Professora Dorinha	432	
4	Rodrigo Maia	308	
5	Paulo Azi	610	
6	Rodrigo de Castro	701	
7	Felipe Maia	528	
8	Izalci	284	
9	Davi Alcolumbre	231	
10	Ronaldo Caiado	227	

DESTAQUE À EMENDA Nº 3 AO PLN 36/2014.



11	Eunício Oliveira	375	Eunício Oliveira
12	Manoela	574	
13	Carlos Gaguinho	207	
14	Silvio Costa	525	
15	Lídice da Mata	516	
16	Adelmo Leão	515	
17	Paulo C. Bernardi	305	
18	Romário	306	
19	Vital do Rêgo	824	
20	Angela Portela	828	
21	LUIZ PITIMAN	931	
22	RECIFFE	372	
23	José Agripino (SF)	09	
24	~~José Agripino~~		
25	Ana Amélia (SF)	51	
26	Rubens Bueno	623	
27	Ataídes Oliveira (SF)	05	
28	Alexandre Leite	841	
29	Paulo Pereira da Silva	217	
30	Roberto Freire	606	
31			
32			
33	Arnaldo Jordy	376	
34			
35	Aloysio (SF)	95	

DESTAQUE À EMENDA Nº 3 AO PLN 36/2014.

36	MARCO FEITOSA	960	
37	Jair Bolsonaro	482	
38	Domingos Sávio	345	
39	Luiz Lee Dias	939	
40	HAMME	624	
41	Eduardo Sciarra	391	
42	Otavio Leite	225	
43	Raimundo Gomes Matos	725	
44	Augusto Coutinho	835	
45	João Campos PSDB	315	
46			
47	Carlos Brandão	529	
48	Wandenkolk Gonçalves	212	
49	Júlio Delgado PSB	323	
50	Cláudio Cajado	630	
51	João Dado	509	
52	Abelardo Lupion	515	
53	Gonzaga Patriota	430	
54	Elmar Filho	744	
55	Bruno Araújo	718	
56	Rodrigo de Castro	701	
57	Jaime Martins	201	
58	Adi Carneiro Filho	513	
59	Rubens Bueno	208	
60	Nelson Pinto	514	

DESTAQUE À EMENDA Nº 3 AO PLN 36/2014.

61	Luiz Carlos	750	
62	Andrea Zito	136	
63	Luiz Carlos Hauly	220	
64	Jorge Tadeu Mudalen	538	
65	Carlos Melles	243	
66	Mandetta	577	
67	Fed. Ribeiro	65	
68	JOÃO MAGALHÃES	211	
69	Antonio Imbassahy	810	
70	OSVALDO REIS		
71			

(À publicação)

Publicado no **DCN.** de 4/12/2014.

REQUERIMENTO
Nº 53, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 00004 ao PLN nº 36 de 2014 - CN.

4 FAVOR

ONYX LORENZONI

Sala das Sessões, em de de 2014.

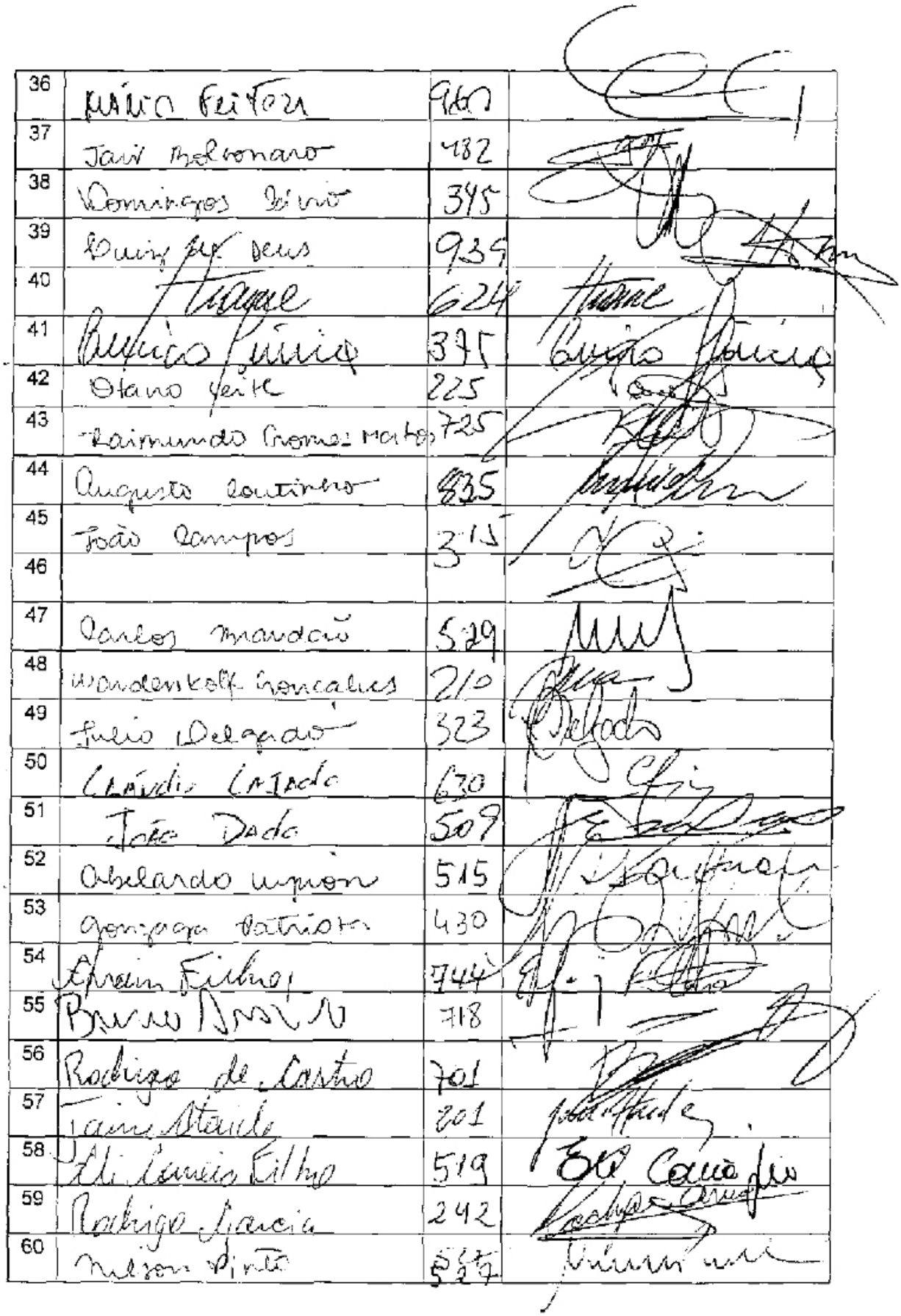
Deputado Mendonça Filho
Líder do DEMOCRATAS

	NOME	GAB.	ASSINATURA
2	Vitor Penido	824	
3	Professora Dorinha	432	
4	Rodrigo Maia	309	
5	Paulo Azeved...	610	
6	Rodrigo de Castro	201	
7	Felipe Maia	528	
8	Izalci	284	
9	Raul Henry	231	
10	Ronaldo Caiado	227	

DESTAQUE À EMENDA Nº 4 AO PLN 36/2014.

11	Bruno Pinheiro	375	Bruno Pinheiro
12	Manuetta	577	
13	Carlos Sampaio	207	
14	Nilton Tatto	825	
15	Lira Maia	516	
16	Arlindo Chinaglia	515	Arlindo Chinaglia
17	Paulo C. Bastos	304	
18	Romário	508	
19	Vitor Penido	824	
20	Onyx Lorenzoni	828	
21	LUIZ PITIMAN	931	
22	RECIFFE	372	
23	José Agripino (SF)	09	
24	Cyro Miranda (SF)	59	
25	Rubens Bueno	623	
26	Aécio Neves (SF)	05	
27	Alexandre Leite	841	
28	Paulo Pereira da Silva	217	
29	Roberto Freire	606	
30			
31			
32	Arnaldo Jordy	376 ~~317~~ 307	
33			
34		SF	
35	Bruno Pinheiro	375	Bruno Pinheiro

PV. RP



36	MÁRIO FEITOZA	960	
37	JAIR BOLSONARO	482	
38	DOMINGOS DUTRA	345	
39	DAVI FERREIRA DIAS	939	
40	[illegible]	624	
41	[illegible]	375	
42	OTAVIO LEITE	225	
43	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	725	
44	AUGUSTO COUTINHO	835	
45	JOÃO CAMPOS	315	
46			
47	CARLOS MANATO	529	
48	WANDENKOLK GONÇALVES	210	
49	JULIO DELGADO	523	
50	CLÁUDIO CAIADO	630	
51	JOÃO DADO	509	
52	ABELARDO LUPION	515	
53	GONZAGA PATRIOTA	430	
54	EFRAIM FILHO	744	
55	BRUNO ARAÚJO	718	
56	RODRIGO DE CASTRO	701	
57	IZALCI LUCAS	201	
58	ELI CORREA FILHO	519	
59	RODRIGO GARCIA	242	
60	NELSON PINTO	527	

61	Duarte Carlos	750	
62	Andreia Zito	636	
63	Duarte Carlos Hauley	223	
64	Jorge Tadeu Mudalen	538	
65	Carlos Melles	243	
66	~~[illegible]~~	604	
67	Onofre Santo Agostini		
68	Flexa Ribeiro	(64)	
69	JOÃO MAGALHÃES	211	
70	Antonio Imbassahy	810	
71	Osvaldo Reis	717	
72			
73			
74			
75			
76			
77			
78			
79			
80			
81			
82			
83			
84			

(À publicação)

REQUERIMENTO
Nº 54, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 00005 ao PLN nº 36 de 2014 - CN.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado Mendonça Filho
Líder do DEMOCRATAS

	NOME	GAB.	ASSINATURA
2	Vitor Penido	824	
3	Rodrigo Maia	308	
4	Professora Dorinha	432	
5	Paulo Henrique Oliveira	610	
6	Rodrigo de Castro	701	
7	Felipe Maia	529	
8	Izalci	184	
9	Dâmina Altoé Pereira	231	
10	Ronaldo Caiado	227	

DESTAQUE À EMENDA Nº 5 AO PLN 36/2014

11	Benício Pinho	375	Benício Pinho
12	[illegible]	57	[illegible]
13	Carlos Sampaio	621	[illegible]
14	[illegible]	825	[illegible]
15	[illegible]	516	[illegible]
16	Abelardo Lupion	515	[illegible]
17	Paulo Quadros	305	[illegible]
18	[illegible]	308	[illegible]
19	[illegible]	824	[illegible]
20	[illegible]	828	[illegible]
21	LUIZ PITIMAN	931	[illegible]
22			
23	REGUFFE	372	[illegible]
24	JOSÉ AGRIPINO (SF)	09	[illegible]
25	CYRO MIRANDA (SF)	51	[illegible]
26	RUBENS BUENO	677	[illegible]
27	[illegible] (S)	05	[illegible]
28	[illegible]		[illegible]
29	Alexandre Leite	841	[illegible]
30	Paulo Pimenta Silva	21	[illegible]
31			[illegible]
32			[illegible]
33	Arnaldo Jordy	376	[illegible]
34			[illegible]
35	[illegible]	SF	[illegible]

DESTAQUE À EMENDA Nº 5 AO PLN 36/2014

36	Maria Feitosa	960	
37	Jair Bolsonaro	182	
38	Romário Faria	345	
39	Deus é Deus	939	
40		624	
41	Bruno Araújo	371	
42	Otavio Leite	225	
43	Raimundo Gomes de Matos	725	
44	Augusto Coutinho	835	
45	João Campos	315	
46			
47	Carlos Manato	529	
48	Wladimir Costa	210	
49	JULIO DELGADO	323	
50	Cláudia Cazarão	630	
51	João Dado	509	
52	Alexandre Leite	516	
53	Jorge Boeira	183	
54	EFRAIM FILHO	944	
55	Bruno Araújo	718	
56	Rodrigo de Castro	701	
57	Jaime Ataíde	201	
58	Eli Corrêa Filho	5[illegible]	
59	Rodrigo Garcia	5[illegible]	
60	Nelson Pinto	527	

DESTAQUE À EMENDA Nº 5 AO PLN 36/2014

61	Nelson Barbosa	750	
62	Arminio Fraga	630	
63	Luiz Carlos Hauly	222	
64	Jorge L. Mandetta	538	
65	Carlos Melles	243	
66	Aécio Neves	59	
67	JOÃO MAGALHÃES	211	
68	Antonio Imbassahy	810	
69	OSMAR REIS		
70			
71			
72			
73			
74			
75			
76			
77			
78			
79			
80			
81			
82			
83			
84			

(À publicação)

REQUERIMENTO
Nº 55, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

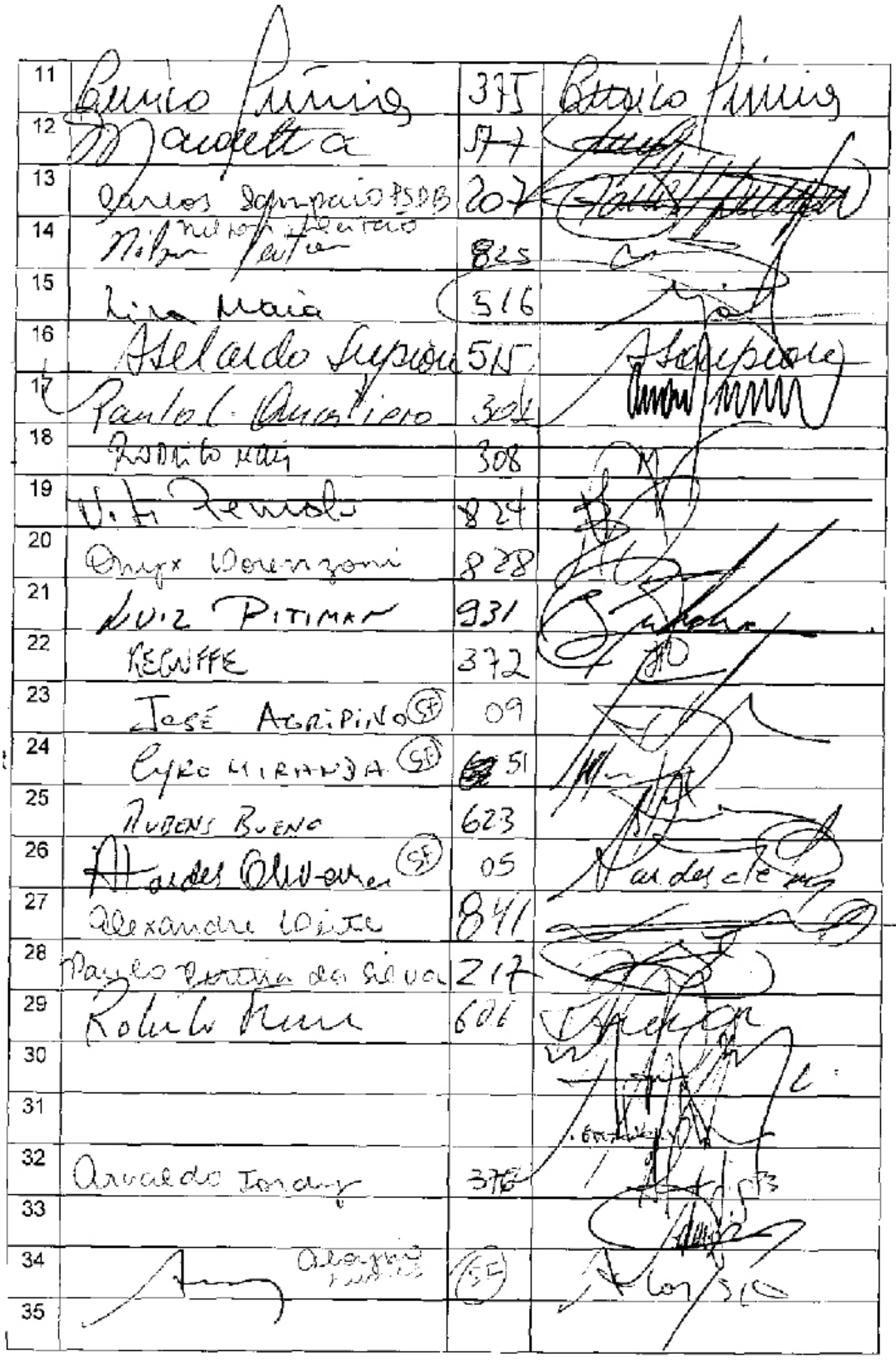
Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 00006 ao PLN nº 36 de 2014 - CN.

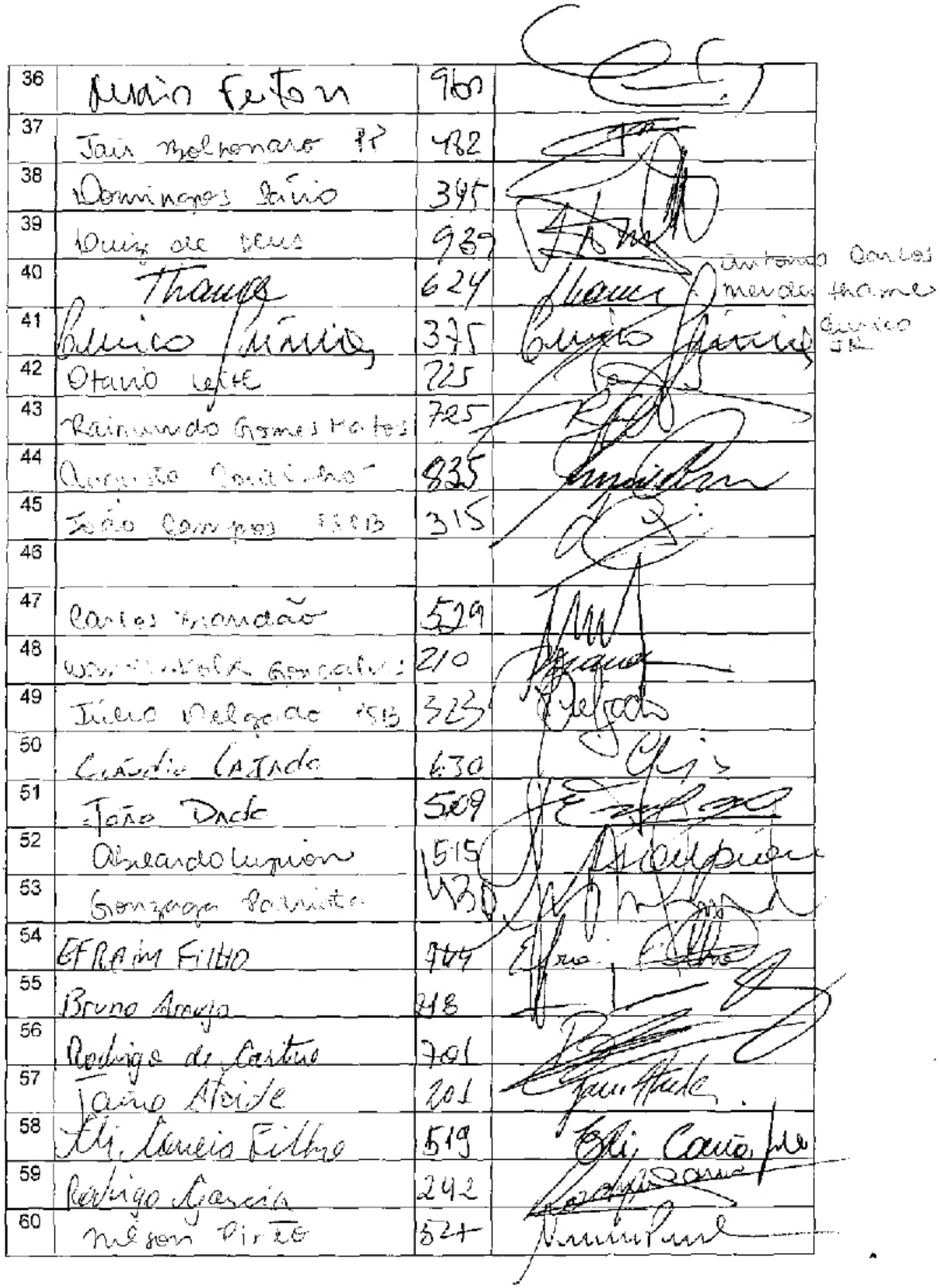
Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado Mendonça Filho
Líder do DEMOCRATAS

	NOME	GAB.	ASSINATURA
2	Vitor Penido	814	
3	Rodrigo Maia	308	
4	Professora Dorinha	432	
5	Pauderney Avelino	610	
6	Rodrigo de Castro	701	
7	Felipe Maia	578	
8	Izalci PSDB	284	
9	Davi Alcolumbre	231	
10	Ronaldo Caiado	227	

DESTAQUE À EMENDA Nº 6 AO PLN 36/2014





36	Nunio Feitosa	960	
37	Jair Bolsonaro PP	462	
38	Domingos Dutra	345	
39	Duarte de Sousa	989	
40	Thame	624	
41	Bruno Araújo	375	
42	Otavio Leite	725	
43	Raimundo Gomes Matos	725	
44	Augusto Coutinho	835	
45	João Campos PSDB	315	
46			
47	Carlos Brandão	529	
48	[illegible]	210	
49	Júlio Delgado PSB	323	
50	Cláudio Cajado	630	
51	João Dado	509	
52	Oseas Lupion	515	
53	Gonzaga Patriota	430	
54	EFRAIM FILHO	944	
55	Bruno Araújo	418	
56	Rodrigo de Castro	701	
57	Jaime Ataide	201	
58	Eli Corrêa Filho	519	
59	Rodrigo Garcia	242	
60	Nelson Pinto	524	

Antonio Carlos Mendes Thame

61	Luiz Carlos	750	
62	Andreia Zito	636	
63	Luiz Carlos Hauly	220	
64	Jorge T. Medeiros	538	
65	Carlos Melles	343	
66	Flávia Ribeiro	DF	
67	JOÃO MAGALHÃES	211	
68	Antonio Imbassahy	810	
69	Osvaldo Reis	717	
70			
71			
72			
73			
74			
75			
76			
77			
78			
79			
80			
81			
82			
83			
84			

(À publicação)

REQUERIMENTO
Nº 56, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 00007 ao PLN nº 36 de 2014 - CN.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado Mendonça Filho
Líder do DEMOCRATAS

	NOME	GAB.	ASSINATURA
2	Vitor Penido	824	
3	Rodrigo Maia	308	
4	Professora Dorinha	432	
5	Paulo Azi	610	
6	Rodrigo de Castro	701	
7	Felipe Maia	529	
8	Jaqueline	284	
9	Luiz Alberto	231	
10	Ronaldo Caiado	227	

DESTAQUE À EMENDA Nº 7 AO PLN 36/2014

11	Bruno Pinto	375	Bruno Pinto
12	Marcetta	577	
13	Carlos Sampaio	207	
14	Pétur Ueda	845	
15	Lira Maia	516	
16	Arnaldo Jardim	515	
17	Paulo C. Quartiero	204	
18	Rodrigo Rollemberg	308	
19	Dr. Ronaldo	824	
20	Onyx Lorenzoni	828	
21	Luiz Pitiman	951	
22	REGUFFE	372	
23	José Agripino (SF)	09	
24	Cyro Miranda (SF)	51	
25	Rubens Bueno	623	
26	Antonio Oliveira (SF)	05	
27	Alexandre Veiga	041	
28	Paulo Pereira da Silva	777	
29	Roberto Freire	606	
30			
31			
32	Arnaldo Jardim	576	
33			
34	Aloysio Nunes SF		
35	Renan Filho	960	

DESTAQUE À EMENDA Nº 7 AO PLN 36/2014

36	Jair Bolsonaro	482	
37	Domingos Sávio	345	
38	Duarte Nogueira	939	
39		624	
40		371	
41	Otavio Leite	725	
42	Raimundo Gomes Matos	765	
43	Augusto Coutinho	825	
44	João Ramos	315	
45			
46	Carlos Manato	529	
47	Vanderlei Macris	210	
48	Julio Delgado	323	
49	Cláudio Cajado	670	
50	João Dado	509	
51	Abelardo Lupion	515	
52	Gonzaga Patriota	430	
53	EFRAIM FILHO	364	
54	BRUNO ARAÚJO	718	
55	Rodrigo de Castro	701	
56		201	
57	Eli Corrêa Filho	539	
58	Rodrigo Garcia	947	
59	Nelson Pinto	527	
60		750	

DESTAQUE À EMENDA Nº 7 AO PLN 36/2014

61	[illegible]	636	
62	Luiz Carlos Hauly	220	
63	Jorge T. Medeiros	588	
64	Danrlei Reis	243	
65	J) Jandetta	574	
66	Flexa Ribeiro (SF)		
67	JOÃO MAGALHÃES	211	
68	Antônio Imbassahy	810	
69	Osvaldo Reis	717	
70			
71			
72			
73			
74			
75			
76			
77			

(À publicação)

Publicado no DCN, de 4/12/2014.

REQUERIMENTO
Nº 57, DE 2014-CN

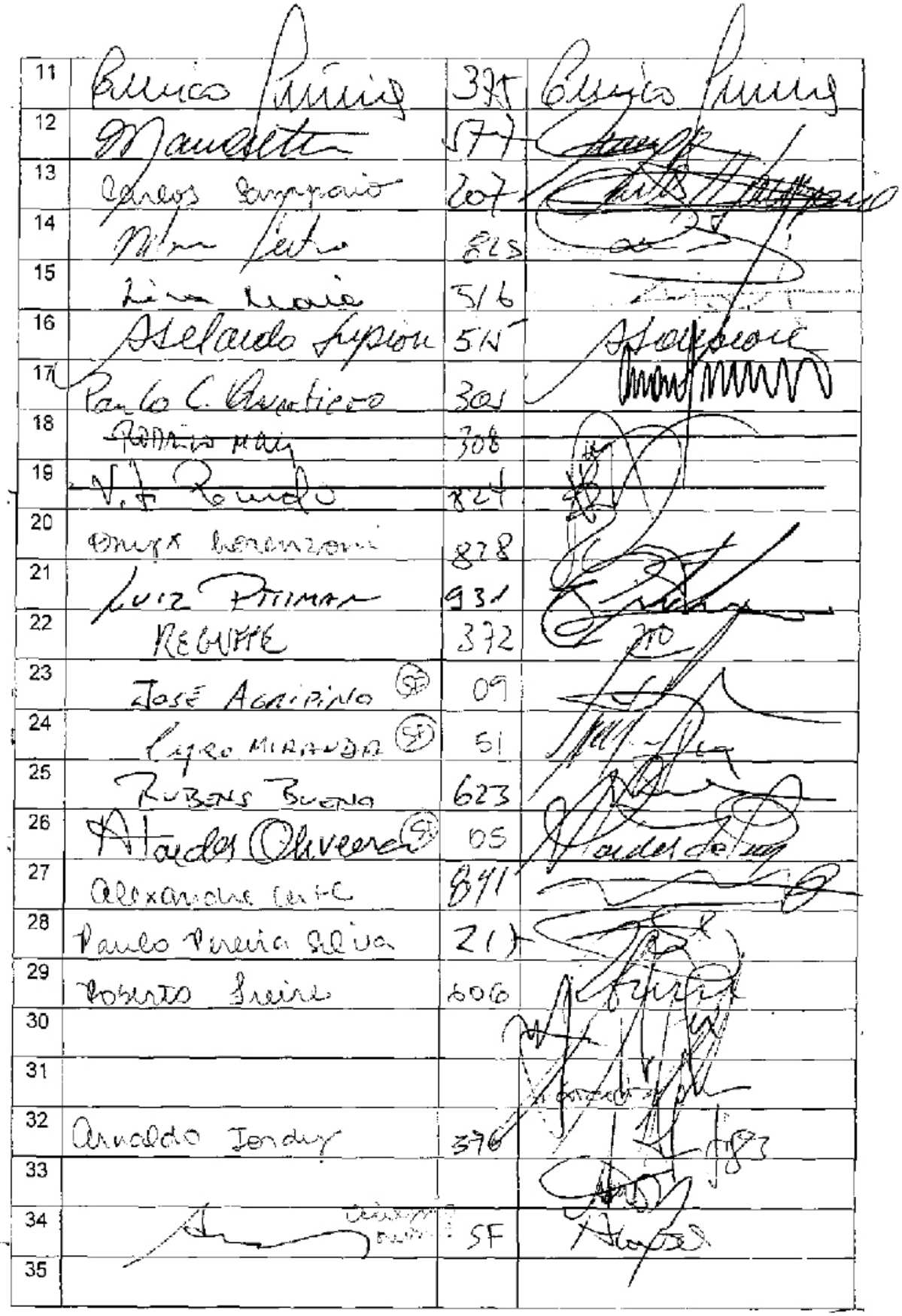
Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, destaque para votação em separado da emenda nº 00008 ao PLN nº 36 de 2014 - CN.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado Mendonça Filho
Líder do DEMOCRATAS

	NOME	GAB.	ASSINATURA
2	Vitor Penido	824	
3	Rodrigo Maia	308	
4	Professora Dorinha	432	
5	Fernando Jordão	60	
6	Rodrigo de Castro	701	
7	Felipe Maia	518	
8	Bacci	284	
9	Davi Alcolumbre	231	
10	Ronaldo Caiado	227	



36	Nilton Feitosa	961	
37	Jair Bolsonaro PP	782	
38	Domingos Sávio	345	
39	Luiz de Deus	939	
40	Thiago	624	
41	Bruno Pinheiro	395	
42	Otavio Leite	725	
43	Raimundo Gomes Matos	725	
44	Augusto Bezerra	835	
45	João Campos PSDB	315	
46			
47	Carlos Manato	529	
48	Wandenkolk Gonçalves	210	
49	Júlio Delgado	323	
50	Cláudio Cajado	630	
51	João Dado	509	
52	Abelardo Lupion	398	
53	Domingos Neto	430	
54	EFRAIM FILHO	744	
55	Bruno Araújo	718	
56	Rodrigo de Castro	701	
57	Jaime Martins	201	
58	Eli Corrêa Filho	509	
59	Rodrigo Garcia	942	
60	Nelson Meurer	514	

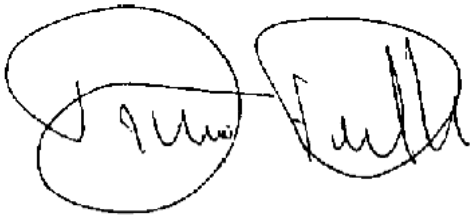
61	Luiz Carlos	750	
62	Andreia Zito	636	
63	Luiz Carlos Hauly	220	
64	Jaqueline Muniz	538	
65	Carlos Melles	243	
66	Manoela	577	
67	Reginaldo	68	
68	JOÃO MAGALHÃES	211	
69	Antonio Imbassahy	810	
70	Osvaldo Reis	717	
71			

(À Publicação)

REQUERIMENTO
Nº 58, DE 2014-CN

Requeiro, nos termos do artigo 132, da Resolução nº 1, de 2006 do Congresso Nacional, **destaque para votação em separado** da **emenda nº 10**, de minha autoria, apresentada ao PLN 36/2014, que altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014.

Sala das Sessões,



SENADOR **FRANCISCO DORNELLES**

Líder do Partido Progressista - PP no Senado Federal

Nome	Assinatura
Sen. Casildo Maldaner	
Sen. Fleury Ribeiro	
Sen Blairo Maggi	
Sen. Pedro Simon	

Nome	Assinatura
Simão Sessim	
Felix Jr	
Lazaro Botelho	
Walter Maranhão	
Paulo Feijó	
Afonso Hamm	
Andre Zacharow	
Dr. Carlos Alberto	PMN-120
Eduardo Cunha	
Jovair	PTB
Dario Folle	
Henrique Fillo	
Lira Maia	
Rogerio Rosso	
Silvio Costa	
Junior Coimbra	
Edio Lopes	
Hermes Parcianello	
Leonardo Quintão	
Pedro Chaves	
José Arruda	
Mauro Lopes	

Nome	Assinatura
	José Linhares
José Humberto	
GERALDO THIEDEN	
Sen. Vicentinho Alves	
	Sen. Jorge Vasconcelos
Ariosto Holanda	926.575
Bruno Araújo	
Leonardo Picciani	
Aguinaldo Ribeiro	
LUIZ PITIMAN	
ARNALDO JORDY	
CLAUDIO CAJADO	
	Aécio Neves

Nome	Assinatura
Bruno P. A. Pinheiro	
Mauro Mt	378
GASTÃO VIEIRA	551
Alberto Filho	617
DR. ADILSON SOARES	926
Dr. Paulo Cesar	904
RUBENS BUENO	623
TARSO EURICO	359
ANDRÉ TAVARES	846
Joaquina Marinho	823
	732
IZALCI	
	275
PAULO ABI-ACKEL	4000
Jorginho Mello	329
Tiririca	

Nome	Assinatura
Sen. Randolfe Rodrigues	
Sen. Agripino	
Sen. Antonio Carlos Valadares	
Sen. João Capiberibe	
Sen. Ivo Cassol	

Nome	Assinatura
Mario Couto	
Rubens Bueno	
Rodrigo Maia	
Marcel Van Hattem	

(À publicação)

Publicado no **DCN**, de 4/12/2014

REQUERIMENTO
Nº 59, DE 2014-CN

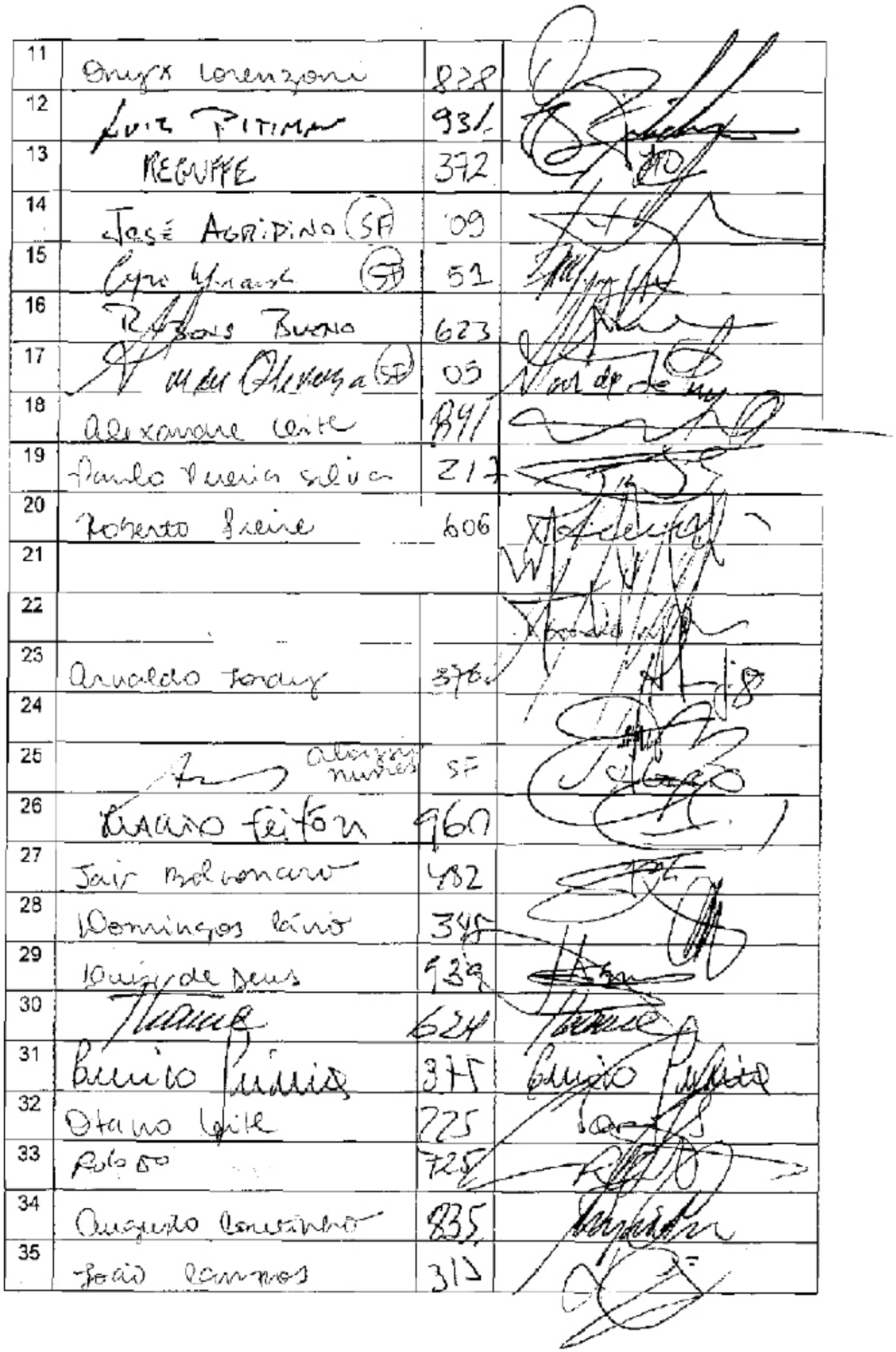
Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque do termo "meta de superávit" constante do art. 1º do Projeto de Lei nº 36 de 2014-CN para substituir o termo "meta de resultado" constante do art. 1º do substitutivo apresentado ao mesmo projeto.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado Mendonça Filho
Líder do DEMOCRATAS

	NOME	GAB.	ASSINATURA
2	PAULO MAIA	528	
3	Professora Dorinha	432	
4	Penderney Oveliro	620	
5	Carlos Sampaio	207	
6		825	
7	Ronaldo Caiado	227	
8	Paulo C. Quartiero	301	
9		308	
10		824	



11	Onyx Lorenzoni	828	
12	Luiz Pitiman	931	
13	Requião	372	
14	José Agripino (SF)	09	
15	Cyro Miranda (SF)	51	
16	Roberto Rocha	623	
17	Ana Amélia (SF)	05	
18	Alexandre Leite	891	
19	Paulo Pereira da Silva	217	
20	Roberto Freire	606	
21			
22			
23	Arnaldo Faria de Sá	378	
24			
25	Aloysio Nunes	SF	
26	Blairo Maggi	960	
27	Jair Bolsonaro	482	
28	Domingos Dutra	345	
29	Luiz de Deus	939	
30		624	
31	Benício Tavares	375	
32	Otávio Leite	725	
33	Pedro	725	
34	Augusto Coutinho	835	
35	João Ribeiro	312	

36	Carlos Brandão	529	
37	Wanderlei Gonçalves	70	
38	Júlio Delgado	373	
39	Cláudia Cunha	630	
40	João Dado	509	
41	Abelardo Lupion	518	
42	Gonzaga Patriota	430	
43	Efraim Filho	946	
44	Bruno Araújo	718	
45	Rodrigo de Castro	701	
46	Jaime Martins	201	
47	Ab. Lúcia Filho	519	
48	Rodrigo Garcia	242	
49	Nelson Pinto	527	
50	Luiz Carlos	752	
51	Andreia Zito	636	
52	Luiz Carlos Heinze	220	
53	Jorge Tadeu Mudalen	538	
54	Carlos Melles	243	
55	Eduardo Sciarra	461	
56	Arnaldo Faria de Sá	117	

57	Elmar Nascimento	DF	
58	JOÃO MAGALHÃES	211	
59	IZALCI	284	
60	Antonio Imbassahy	810	
61	Osvaldo Reis	717	
62			
63			

(À publicação)

Publicado no **DCN**, de 4/12/2014

REQUERIMENTO
Nº 60, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00076, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ANTONIO IMBASSAHY
LIDER DO PSDB

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00076, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
631.	Deputado ALFREDO KAEFER	
632.	Deputada ANDREIA ZITO	
633.	Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
634.	Deputado ANTONIO IMBASSAHY	
635.	Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA	
636.	Deputada BRUNA FURLAN	
637.	Deputado BRUNO ARAÚJO	
638.	Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA	
639.	Deputado CARLOS BRANDÃO	
640.	Deputado CARLOS SAMPAIO	
641.	Deputado CESAR COLNAGO	
642.	Deputado DOMINGOS SÁVIO	
643.	Deputado DUARTE NOGUEIRA	
644.	Deputado EDSON APARECIDO	
645.	Deputado EDUARDO BARBOSA	
646.	Deputado EMANUEL FERNANDES	
647.	Deputado HÉLIO SANTOS	
648.	Deputado IZALCI	
649.	Deputado JOÃO CAMPOS	
650.	Deputado JOSÉ ANÍBAL	
651.	Deputado JUTAHY JUNIOR	
652.	Deputado LUIZ CARLOS	
653.	Deputado LUIZ CARLOS HAULY	
654.	Deputado LUIZ FERNANDO MACHADO	
655.	Deputado LUIZ PITIMAN	
656.	Deputada MARA GABRILLI	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00076, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
657.	Deputado MARCIO BITTAR	
658.	Deputado MARCO TEBALDI	
659.	Deputado MARCUS PESTANA	
660.	Deputado NARCIO RODRIGUES	
661.	Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR	
662.	Deputado NILSON LEITÃO	
663.	Deputado NILSON PINTO	
664.	Deputado OTAVIO LEITE	
665.	Deputado PAULO ABI-ACKEL	
666.	Deputado PINTO ITAMARATY	
667.	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	
668.	Deputado RENALDO AZAMBUJA	
669.	Deputado RICARDO TRIPOLI	
670.	Deputado RODRIGO DE CASTRO	
671.	Deputado RUY CARNEIRO	
672.	Deputado VANDERLEI MACRIS	
673.	Deputado VAZ DE LIMA	
674.	Deputado WANDENKOLK GONÇALVES	
675.	Deputado WILLIAM DIB	
676.	Profª Dorinha Seabra	
677.	Dep. Felipe Maia	
678.	Sen. Ataídes Oliveira	
679.	Dep. Fauderney Avelino	
680.	DEP. LIRA MAIA	
681.	Dep Mendonça Filho	
682.	Dep. Ronaldo Caiado	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00076, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
683.	DEP. CLAUDIO CAJADO	
684.	DEP. RUBENS BUENO	
685.	DEP. SANDRO ALEX	
686.	JOÃO DADO	
687.	DEP. RODRIGO MAIA	
688.	DEP. REGUFFE	
689.	Dep. Arnaldo Jardim	
690.	Dep. major Fábio	
691.		
692.	Dep. Domingos Dutra	
693.	Dep. mandetta	
694.	DEP. DAVI ALCOLUMBRE	
695.	DEP. PAULO FOLETTO	
696.	DEP. DANILO CABRAL	
697.		
698.		
699.		
700.		

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00076, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ALOYSIO NUNES

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00076, de autoria do DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
1.	FLORA RIBEIRO	
2.	JOSÉ AIRTON	
3.	CÍCERO LUCENA	
4.	CYRO MIRANDA	
5.	WILSON MATOS	
6.	WILDE MORAIS	
7.	MARIO COUTO	
8.	GARIBALDI ALVES	
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		

(À Publicação)

Publicado no **DCN**, de 4/12/2014

REQUERIMENTO
Nº 61, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00079, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ANTONIO IMBASSAHY
LÍDER DO PSDB

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00079, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
841.	Deputado ALFREDO KAEFER	
842.	Deputada ANDREIA ZITO	
843.	Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
844.	Deputado ANTONIO IMBASSAHY	
845.	Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA	
846.	Deputada BRUNA FURLAN	
847.	Deputado BRUNO ARAÚJO	
848.	Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA	
849.	Deputado CARLOS BRANDÃO	
850.	Deputado CARLOS SAMPAIO	
851.	Deputado CESAR COLNAGO	
852.	Deputado DOMINGOS SÁVIO	
853.	Deputado DUARTE NOGUEIRA	
854.	Deputado EDSON APARECIDO	
855.	Deputado EDUARDO BARBOSA	
856.	Deputado EMANUEL FERNANDES	
857.	Deputado HÉLIO SANTOS	
858.	Deputado IZALCI	
859.	Deputado JOÃO CAMPOS	
860.	Deputado JOSÉ ANÍBAL	
861.	Deputado JUTAHY JUNIOR	
862.	Deputado LUIZ CARLOS	
863.	Deputado LUIZ CARLOS HAULY	
864.	Deputado LUIZ FERNANDO MACHADO	
865.	Deputado LUIZ PITIMAN	
866.	Deputada MARA GABRILLI	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00079, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
867.	Deputado MARCIO BITTAR	
868.	Deputado MARCO TEBALDI	
869.	Deputado MARCUS PESTANA	
870.	Deputado NARCIO RODRIGUES	
871.	Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR	
872.	Deputado NILSON LEITÃO	
873.	Deputado NILSON PINTO	
874.	Deputado OTAVIO LEITE	
875.	Deputado PAULO ABI-ACKEL	
876.	Deputado PINTO ITAMARATY	
877.	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	
878.	Deputado REINALDO AZAMBUJA	
879.	Deputado RICARDO TRIPOLI	
880.	Deputado RODRIGO DE CASTRO	
881.	Deputado RUY CARNEIRO	
882.	Deputado VANDERLEI MACRIS	
883.	Deputado VAZ DE LIMA	
884.	Deputado WANDENKOLK GONÇALVES	
885.	Deputado WILLIAM DIB	
886.	Dep. Profª Dorinha Seabra	
887.	Dep Felipe Maia	
888.	Sen. Ataídes Oliveira	
889.	Dep. Pauderney Avelino	
890.	Dep Mendonça Filho	
891.	Dep Ronaldo Caiado	
892.	Dep. Lira Maia	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00079, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
893.	Dep. Claudio Cajado	
894.	Dep. Rubens Bueno	
895.	DEP. SANDRO ALEX	
896.		
897.	DEP. RODRIGO MAIA	
898.	RECIFE	
899.	DEP. ARNALDO JARDIM	
900.	DEP. MAJOR FABIO	
901.		
902.	DEP. DOMINGOS DUTRA	
903.		
904.	DEP. DAVI ALCOLUMBRE	
905.	Dep. Paulo Foletto	
906.	Dep. Danilo Cabral	
907.		
908.		
909.		
910.		

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00079, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ALOYSIO NUNES

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00079, de autoria do DOMINGOS SÁVIO, no PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
1.	José Maranhão	
2.	Cícero Lucena	
3.	Cyro Miranda	
4.	Wilson Matos	
5.	Wilson Moraes	
6.	Flexa Ribeiro	
7.	Vanessa Grazziotin	
8.	Roberto Rocha	
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		

(À publicação)

Publicado no **DCN**, de 4/12/2014

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2014-CN

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00078, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ANTONIO IMBASSAHY
LIDER DO PSDB

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00078, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
771.	Deputado ALFREDO KAEFER	
772.	Deputada ANDREIA ZITO	
773.	Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
774.	Deputado ANTONIO IMBASSAHY	
775.	Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA	
776.	Deputada BRUNA FURLAN	
777.	Deputado BRUNO ARAÚJO	
778.	Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA	
779.	Deputado CARLOS BRANDÃO	
780.	Deputado CARLOS SAMPAIO	
781.	Deputado CESAR COLNAGO	
782.	Deputado DOMINGOS SÁVIO	
783.	Deputado DUARTE NOGUEIRA	
784.	Deputado EDSON APARECIDO	
785.	Deputado EDUARDO BARBOSA	
786.	Deputado EMANUEL FERNANDES	
787.	Deputado HÉLIO SANTOS	
788.	Deputado IZALCI	
789.	Deputado JOÃO CAMPOS	
790.	Deputado JOSÉ ANÍBAL	
791.	Deputado JUTAHY JUNIOR	
792.	Deputado LUIZ CARLOS	
793.	Deputado LUIZ CARLOS HAULY	
794.	Deputado LUIZ FERNANDO MACHADO	
795.	Deputado LUIZ PITIMAN	
796.	Deputada MARA GABRILLI	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00078, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
797.	Deputado MARCIO BITTAR	
798.	Deputado MARCO TEBALDI	
799.	Deputado MARCUS PESTANA	
800.	Deputado NARCIO RODRIGUES	
801.	Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR	
802.	Deputado NILSON LEITÃO	
803.	Deputado NILSON PINTO	
804.	Deputado OTAVIO LEITE	
805.	Deputado PAULO ABI-ACKEL	
806.	Deputado PINTO ITAMARATY	
807.	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	
808.	Deputado REINALDO AZAMBUJA	
809.	Deputado RICARDO TRIPOLI	
810.	Deputado RODRIGO DE CASTRO	
811.	Deputado RUY CARNEIRO	
812.	Deputado VANDERLEI MACRIS	
813.	Deputado VAZ DE LIMA	
814.	Deputado WANDENKOLK GONÇALVES	
815.	Deputado WILLIAM DIB	
816.	Dep. Profª Dorinha Seabra	
817.	Dep. Felipe Maia	
818.	Sen. Ataídes Oliveira	
819.	Dep. Raimundo Gomes Aveiro	
820.	Dep. Mendonça Filho	
821.	Dep. Ronaldo Caiado	
822.	Dep. Lúcia Vânia	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00078, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
823.	CLÁUDIO CAIADO	
824.	DEP. RUBENS BUENO	
825.	DEP. SANDRO ALEX	
826.	JOÃO DADO	
827.	DEP. RODRIGO MAIA	
828.	DEP. REGUFFE	
829.	Dep. Arnaldo Jardim	
830.	Dep. Major Fábio	
831.	Átila Lins	
832.	Dep. Domingos Dutra	
833.	Dep. Mandetta	
834.	DEP. DAVI ALCOLUMBRE	
835.	DEP. PAULO FOLETTO	
836.	DEP. DANILO CABRAL	
837.		
838.		
839.		
840.		

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00078, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

ALOYSIO NUNES

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00078, de autoria do DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		

(À publicação)

Publicado no **DCN**, de 4/12/2014

REQUERIMENTO
Nº 63, DE 2014-CN

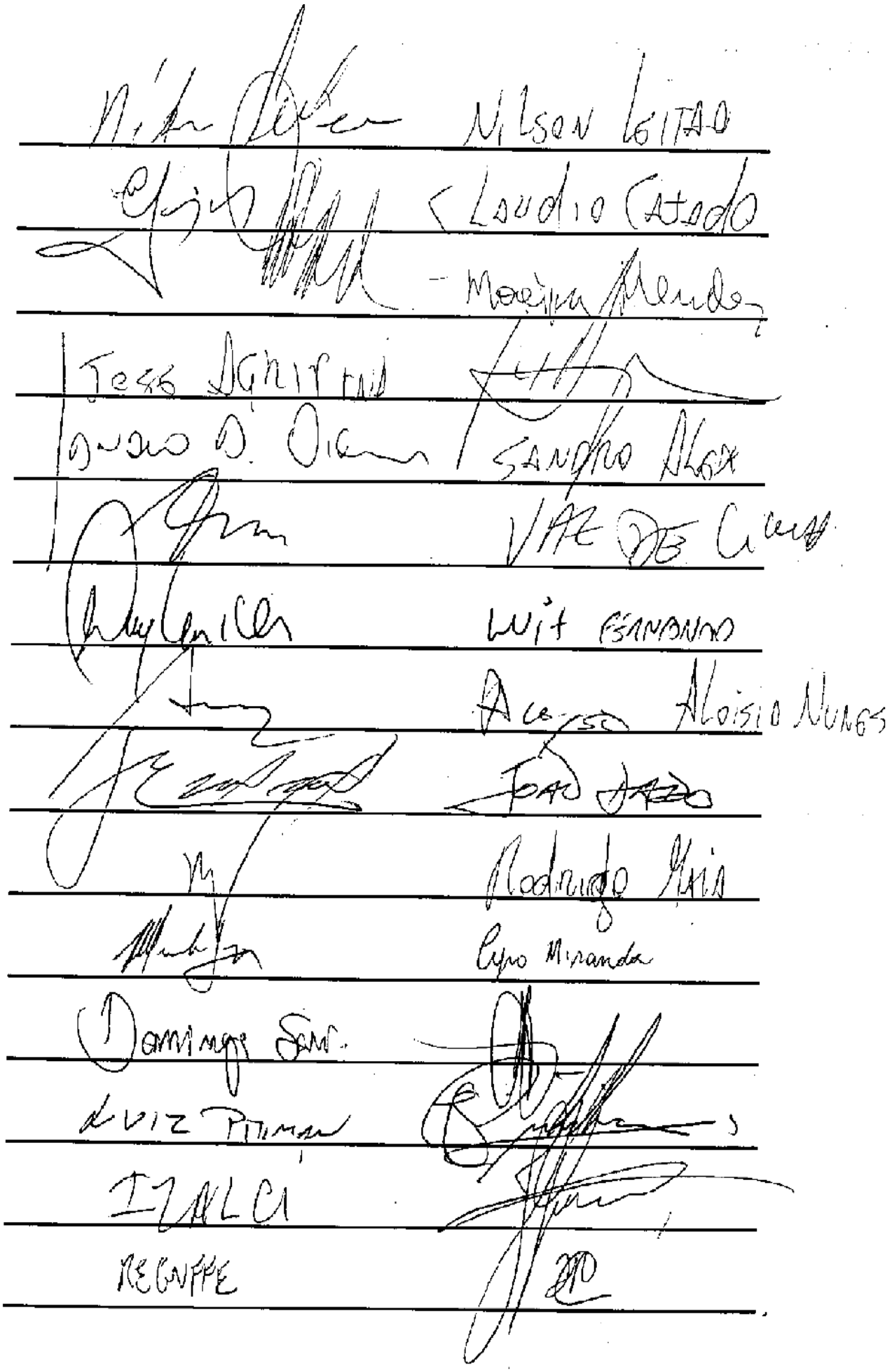
DESTAQUE DE EMENDA

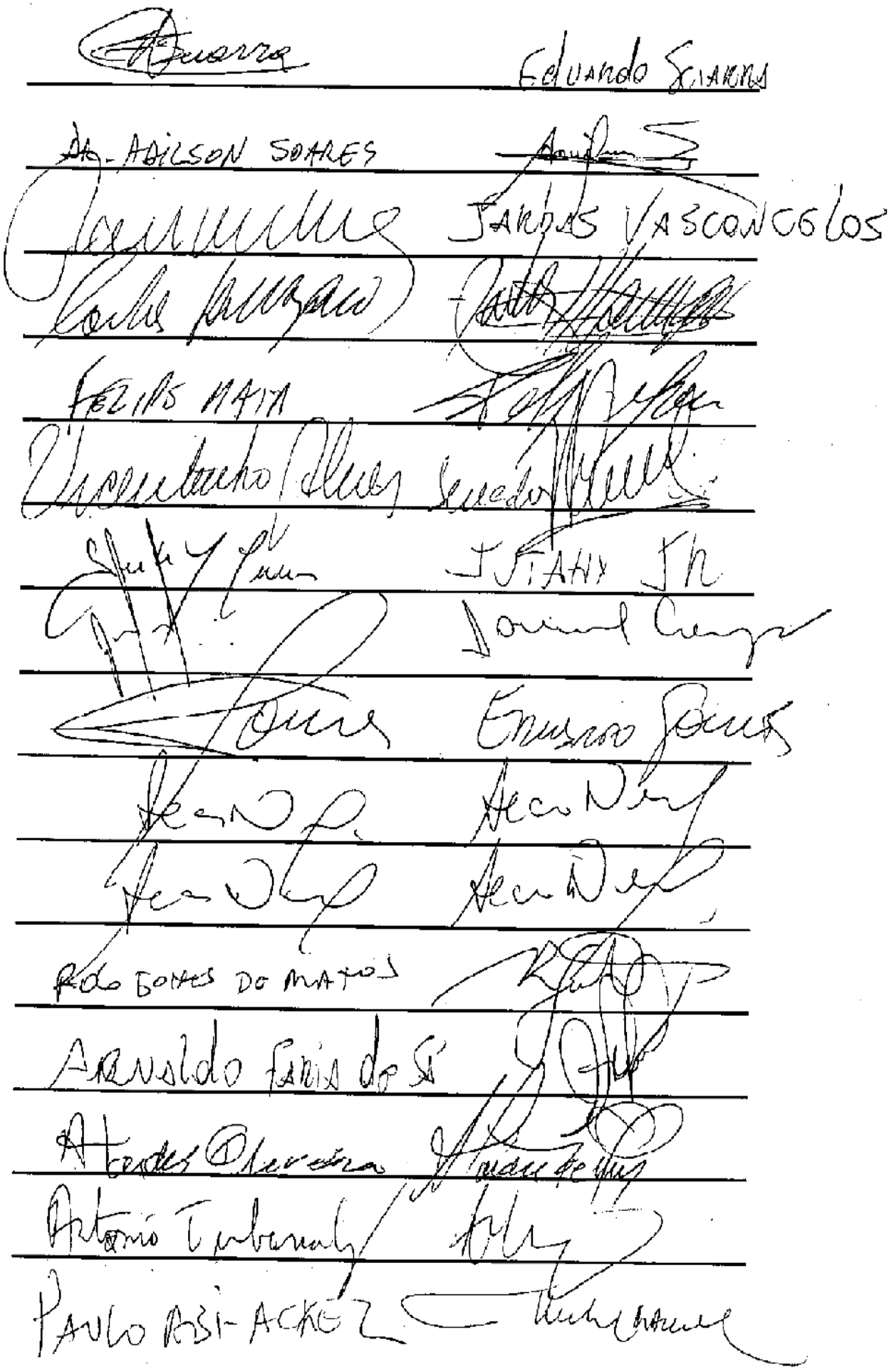
Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

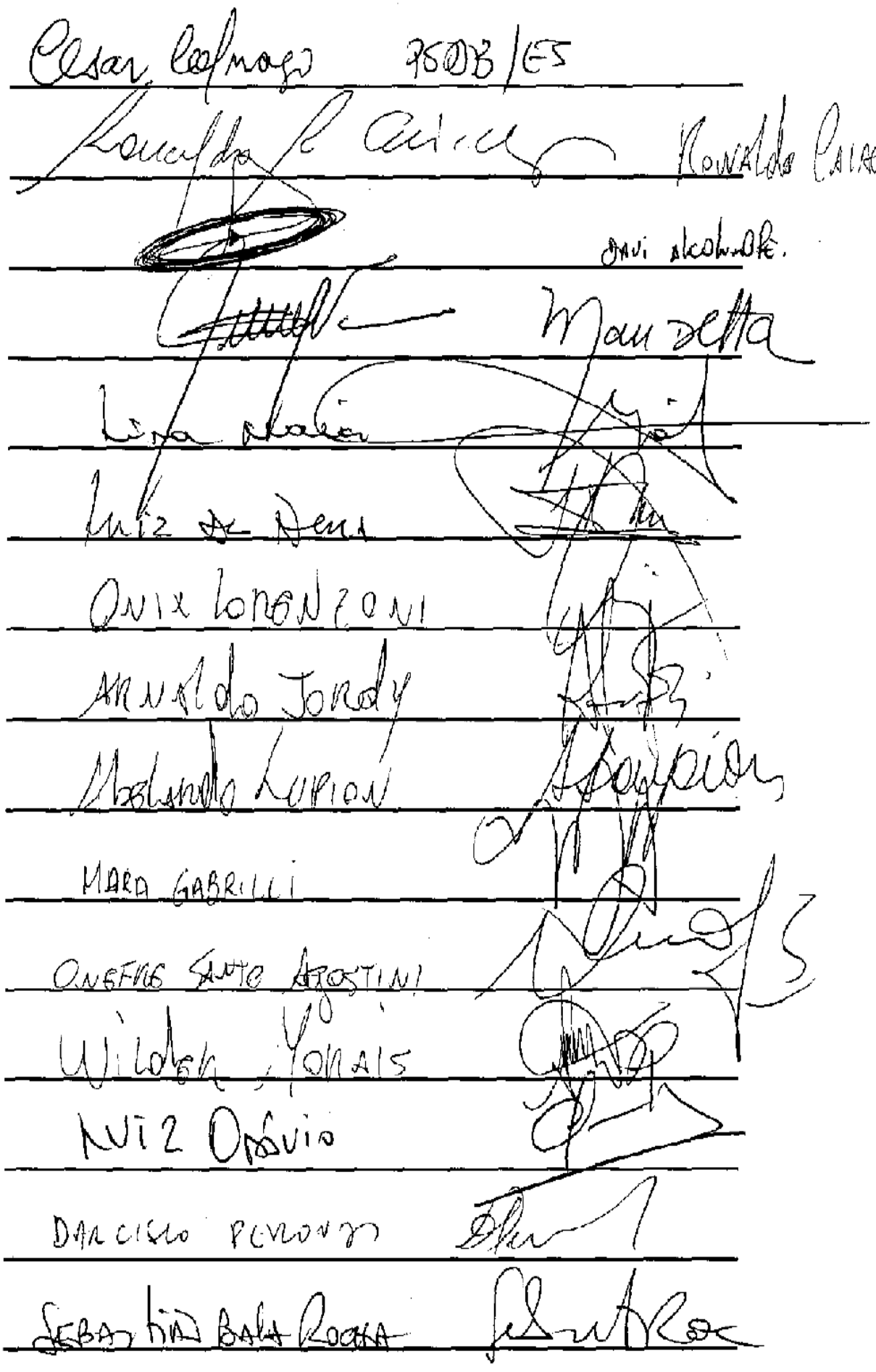
Requeiro a V.Exª, nos termos do Art. 132 da Resolução nº 1/2006 – CN, integrante do Regimento Comum, que a emenda nº 40, apresentada ao PLN 36/2014, de autoria do Deputado Arnaldo Jardim, seja submetida a votos em separado.

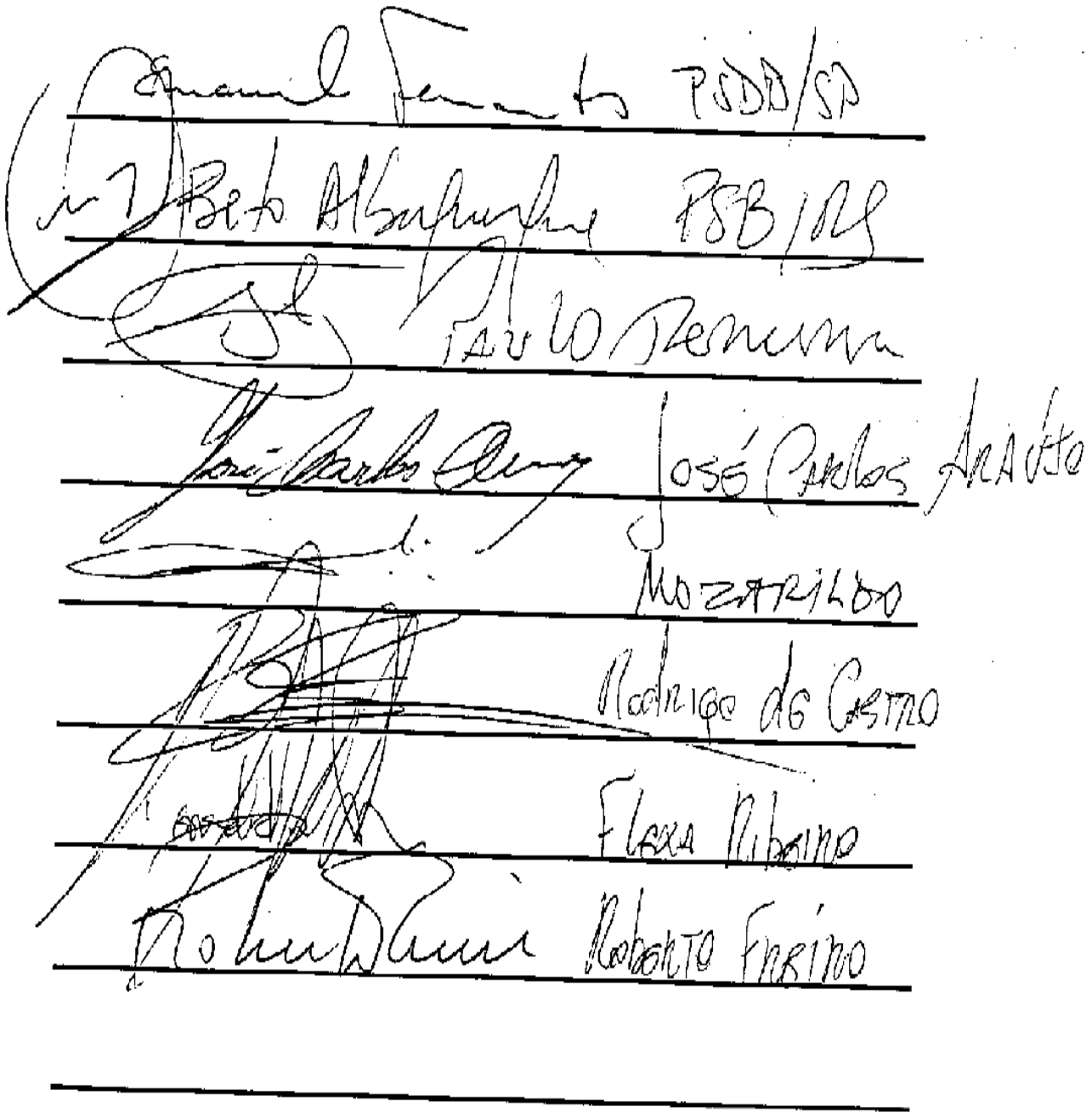
Sala das Sessões, em 25 de novembro de 2015.

Deputado ARNALDO JARDIM
PPS/SP









(À publicação)

Publicado no **DCN**, de 4/12/2014

REQUERIMENTO
Nº 64, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00068, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ANTONIO IMBASSAHY
LÍDER DO PSDB

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00068, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
71.	Deputado ALFREDO KAEFER	
72.	Deputada ANDREIA ZITO	
73.	Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
74.	Deputado ANTONIO IMBASSAHY	
75.	Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA	
76.	Deputada BRUNA FURLAN	
77.	Deputado BRUNO ARAÚJO	
78.	Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA	
79.	Deputado CARLOS BRANDÃO	
80.	Deputado CARLOS SAMPAIO	
81.	Deputado CESAR COLNAGO	
82.	Deputado DOMINGOS SÁVIO	
83.	Deputado DUARTE NOGUEIRA	
84.	Deputado EDSON APARECIDO	
85.	Deputado EDUARDO BARBOSA	
86.	Deputado EMANUEL FERNANDES	
87.	Deputado HÉLIO SANTOS	
88.	Deputado IZALCI	
89.	Deputado JOÃO CAMPOS	
90.	Deputado JOSÉ ANÍBAL	
91.	Deputado JUTAHY JUNIOR	
92.	Deputado LUIZ CARLOS	
93.	Deputado LUIZ CARLOS HAULY	
94.	Deputado LUIZ FERNANDO MACHADO	
95.	Deputado LUIZ PITIMAN	
96.	Deputada MARA GABRILLI	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00068, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
97.	Deputado MARCIO BITTAR	
98.	Deputado MARCO TEBALDI	
99.	Deputado MARCUS PESTANA	
100.	Deputado NARCIO RODRIGUES	
101.	Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR	
102.	Deputado NILSON LEITÃO	
103.	Deputado NILSON PINTO	
104.	Deputado OTAVIO LEITE	
105.	Deputado PAULO ABI-ACKEL	
106.	Deputado PINTO ITAMARATY	
107.	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	
108.	Deputado REINALDO AZAMBUJA	
109.	Deputado RICARDO TRIPOLI	
110.	Deputado RODRIGO DE CASTRO	
111.	Deputado RUY CARNEIRO	
112.	Deputado VANDERLEI MACRIS	
113.	Deputado VAZ DE LIMA	
114.	Deputado WANDENKOLK GONÇALVES	
115.	Deputado WILLIAM DIB	
116.	Dep. Profª Dorinha Seabra	
117.	Dep. Felipe Maia	
118.	Sen. Ataídes Oliveira	
119.	Dep. Pauderney Avelino	
120.	Dep. Mendonça Filho	
121.	Dep. Ronaldo Caiado	
122.	Dep. Luiz Noé	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00068, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
123.	Dep. Claudio Cajado	
124.	DEP. RUBENS BUENO	
125.	DEP. SANDRO ALEX	
126.	JOÃO DADO	
127.	DEP. RODRIGO MAIA	
128.	RECIFE	
129.	DEP. ARNALDO JARDIM	
130.	DEP. MAJOR FABIO	
131.	Enrico Rumins	
132.	Dep. Domingos Dutra	
133.	Dep. Brandetto	
134.	DEP DAVI ALCOLUMBRE	
135.	DEP. PAULO FOLETTO	
136.	DEP. DANILO CABRAL	
137.		
138.		
139.		
140.		

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00068, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ALOYSIO NUNES

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00068, de autoria do DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
1.	LUIZA ERUNÃO	
2.	JOSÉ AIRTON	
3.	CIRO NOGUEIRA	
4.	CYRO MIRANDA	
5.	WILSON MATOS	
6.	WILDER MORAIS	
7.	MÁRIO COUTO	
8.	JORGE VIANA	
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		

(À Publicação)

Publicado no **DCN**, de 4/12/2014

REQUERIMENTO
Nº 65, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00069, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ANTONIO IMBASSAHY
LÍDER DO PSDB

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00069, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
141.	Deputado ALFREDO KAEFER	
142.	Deputada ANDREIA ZITO	
143.	Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
144.	Deputado ANTONIO IMBASSAHY	
145.	Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA	
146.	Deputada BRUNA FURLAN	
147.	Deputado BRUNO ARAÚJO	
148.	Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA	
149.	Deputado CARLOS BRANDÃO	
150.	Deputado CARLOS SAMPAIO	
151.	Deputado CESAR COLNAGO	
152.	Deputado DOMINGOS SÁVIO	
153.	Deputado DUARTE NOGUEIRA	
154.	Deputado EDSON APARECIDO	
155.	Deputado EDUARDO BARBOSA	
156.	Deputado EMANUEL FERNANDES	
157.	Deputado HÉLIO SANTOS	
158.	Deputado IZALCI	
159.	Deputado JOÃO CAMPOS	
160.	Deputado JOSÉ ANÍBAL	
161.	Deputado JUTAHY JUNIOR	
162.	Deputado LUIZ CARLOS	
163.	Deputado LUIZ CARLOS HAULY	
164.	Deputado LUIZ FERNANDO MACHADO	
165.	Deputado LUIZ PITIMAN	
166.	Deputada MARA GABRILLI	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00069, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
167.	Deputado MARCIO BITTAR	
168.	Deputado MARCO TEBALDI	
169.	Deputado MARCUS PESTANA	
170.	Deputado NARCIO RODRIGUES	
171.	Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR	
172.	Deputado NILSON LEITÃO	
173.	Deputado NILSON PINTO	
174.	Deputado OTAVIO LEITE	
175.	Deputado PAULO ABI-ACKEL	
176.	Deputado PINTO ITAMARATY	
177.	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	
178.	Deputado REINALDO AZAMBUJA	
179.	Deputado RICARDO TRIPOLI	
180.	Deputado RODRIGO DE CASTRO	
181.	Deputado RUY CARNEIRO	
182.	Deputado VANDERLEI MACRIS	
183.	Deputado VAZ DE LIMA	
184.	Deputado WANDENKOLK GONÇALVES	
185.	Deputado WILLIAM DIB	
186.	Dep Profª Dorinha Seabra	
187.	Dep Felipe Maia	
188.	Sen. Ataídes Oliveira	
189.	Dep. Pauderney Avelino	
190.	Dep Mendonça Filho	
191.	Dep. Ronaldo Caiado	
192.	DEP. LIRA MAIA	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00069, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
193.	CLÁUDIO CAJADO	
194.	Dep. Rubens Bueno	
195.	SANDRO ALEX	
196.	JOÃO DADO	
197.	DEP. RODRIGO MAIA	
198.	DEP. RESUFFE	
199.	DEP. ARNALDO JARDIM	
200.	DEP. MAJOR FABIO	
201.	Paulo Teixeira	
202.	DEP. DOMINGOS DUTRA	
203.	Dep. Mandetta	
204.	DEP. DAVI ALCOLUMBRE	
205.	DEP. PAULO FOLETTO	
206.	DEP. DANILO CABRAL	
207.		
208.		
209.		
210.		

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00069, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ALCYSIO NUNES

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00069, de autoria do DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
1.	FLEXA RIBEIRO	
2.	JOSÉ AGRIPINO	
3.	CÍCERO LUCENA	
4.	CYRO MIRANDA	
5.	WILSON MATOS	
6.	WILDER MORAIS	
7.	MÁRIO COUTO	
8.	JARBAS VASCONCELOS	
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		

(À publicação)

Publicado no DCN, de 4/12/2014.

REQUERIMENTO
Nº 66, DE 2014-CN

DESTAQUE DE EMENDA

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Requeiro a V.Exª, nos termos do Art. 132 da Resolução nº 1/2006 – CN, integrante do Regimento Comum, que a emenda nº 39, apresentada ao PLN 36/2014, de autoria do Deputado Arnaldo Jardim, seja submetida a votos em separado.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 2015.

Deputado ARNALDO JARDIM
PPS/SP

RUBENS BUENO

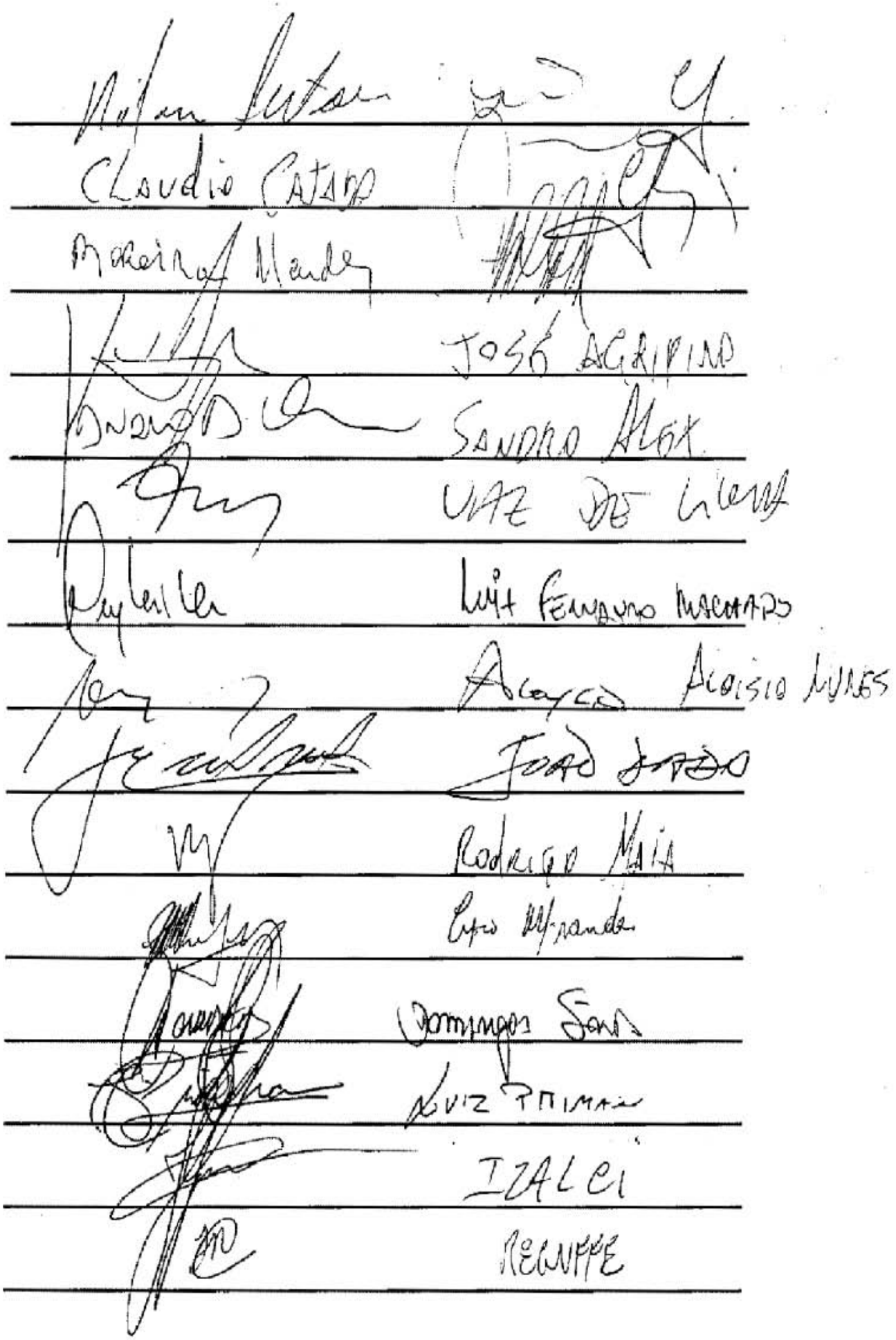
LUDIMAR AVOLINO

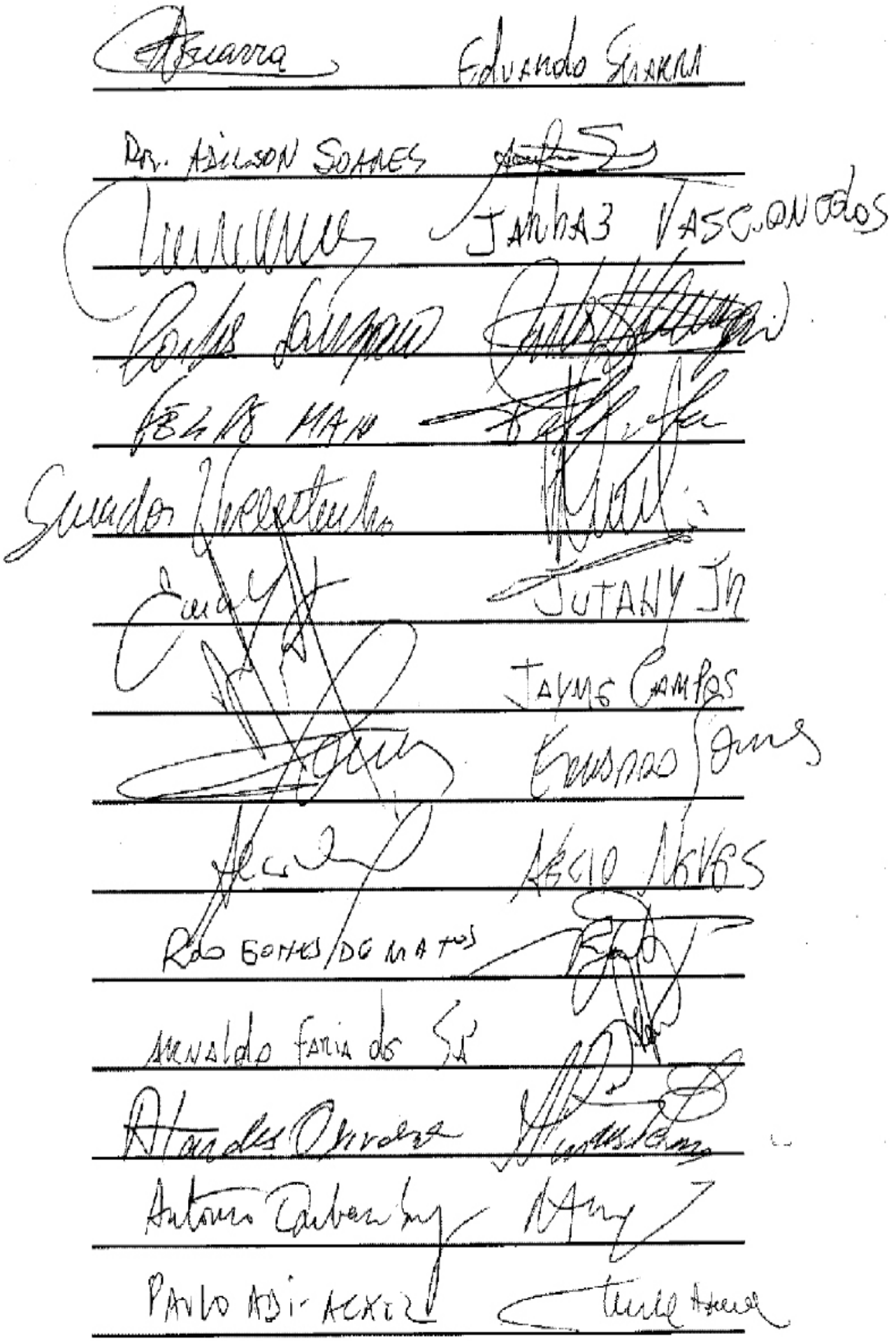
MENDONÇA FILHO

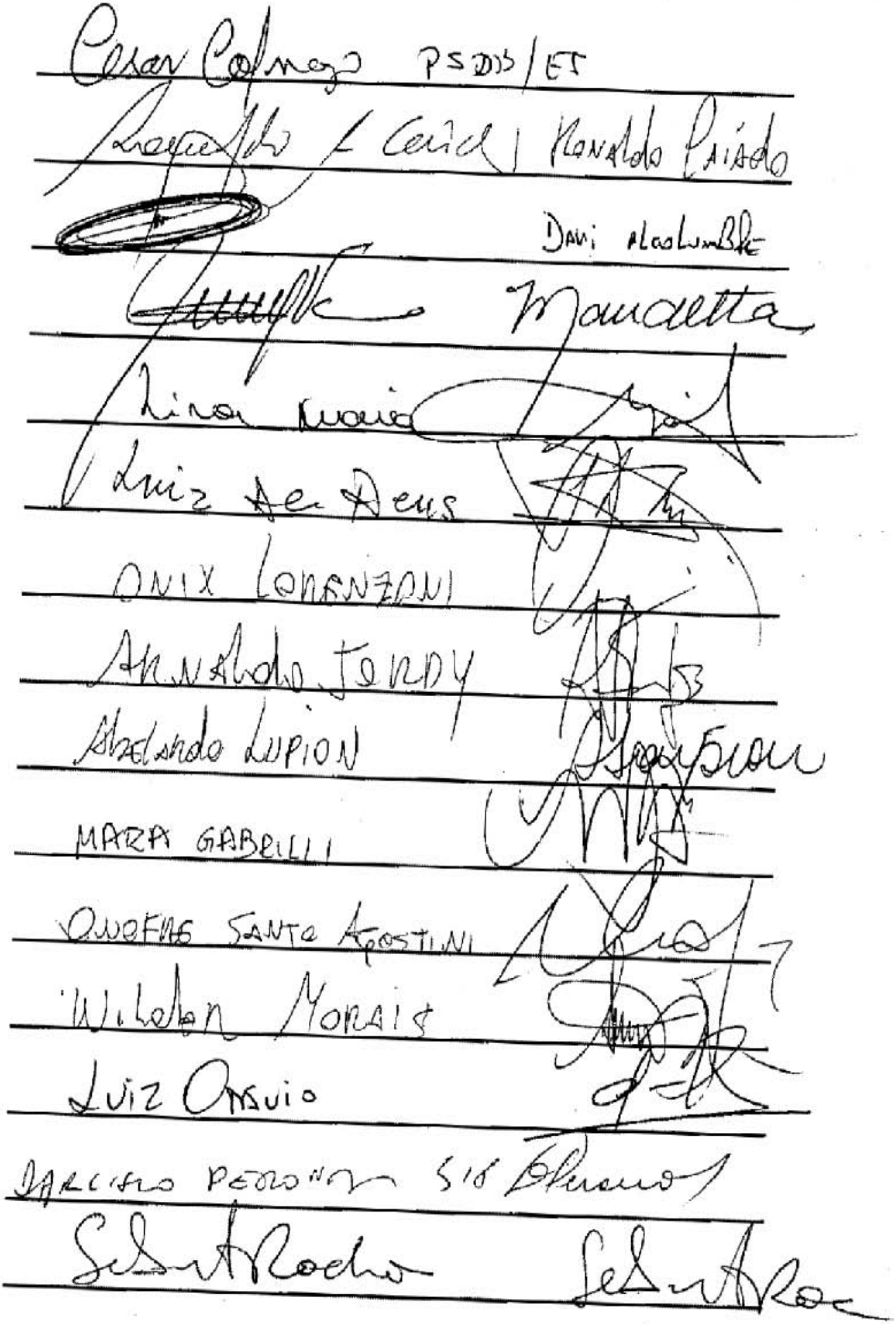
BRUNO ARAÚJO

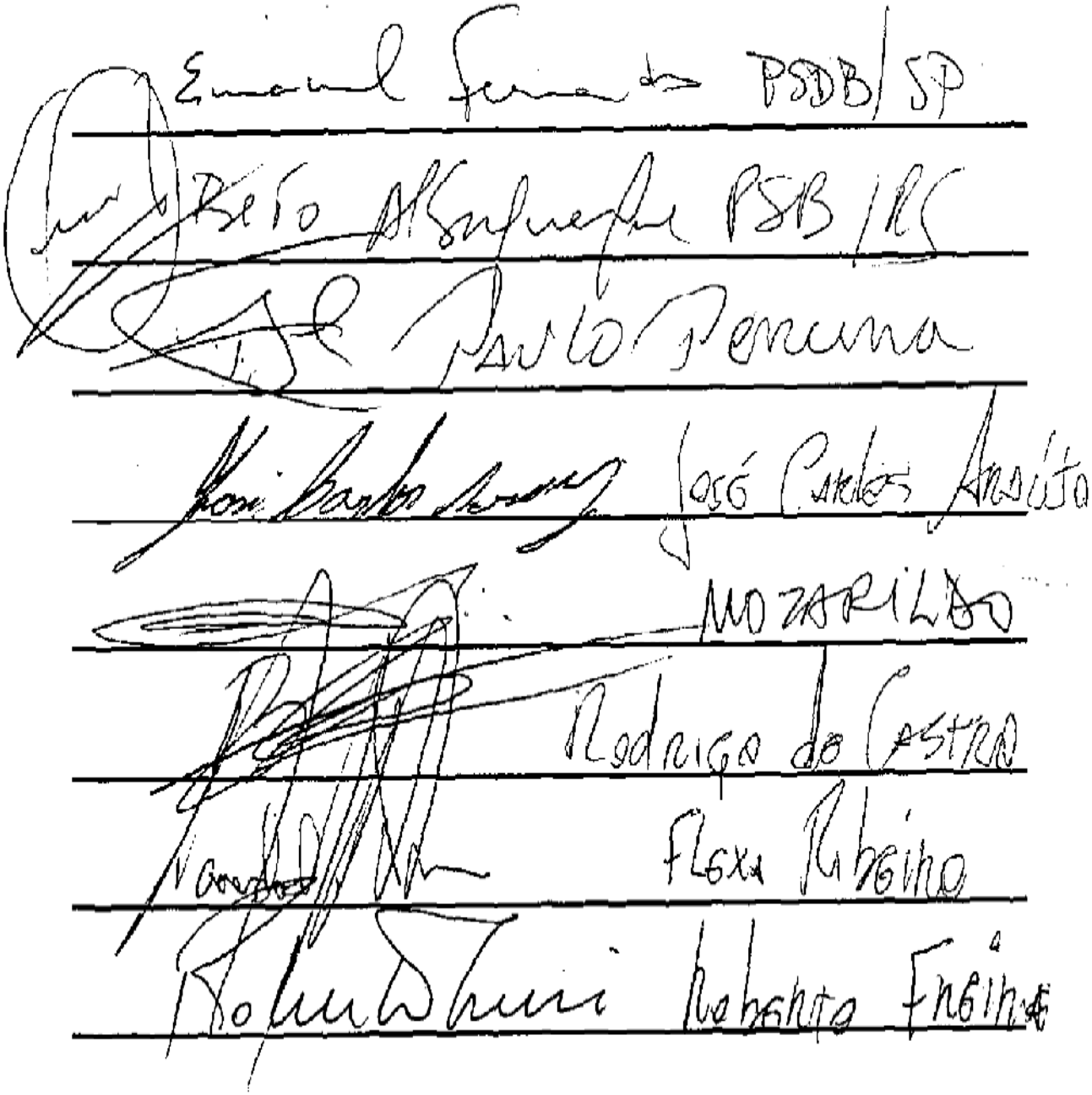
TIRIRICA

THAME 624


Claudio Cajado
Moreira Mendes
José Agripino
Sandro Alex
Luiz Fernando Machado
Alcides Lunes
Rodrigo Maia
Luiz Pinman
Izalci
Requião


Eduardo Braga
Dr. Adilson Soares
Jarbas Vasconcelos
Jutahy Jr
Jayme Campos
Ataídes Oliveira
Antonio Anastasia





(À publicação)

Publicado no **DCN**, de 4/12/2014

REQUERIMENTO Nº 67, DE 2014-CN

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00070, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ANTONIO IMBASSAHY
LIDER DO PSDB

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00070, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
211.	Deputado ALFREDO KAEFER	
212.	Deputada ANDREIA ZITO	
213.	Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
214.	Deputado ANTONIO IMBASSAHY	
215.	Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA	
216.	Deputada BRUNA FURLAN	
217.	Deputado BRUNO ARAÚJO	
218.	Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA	
219.	Deputado CARLOS BRANDÃO	
220.	Deputado CARLOS SAMPAIO	
221.	Deputado CESAR COLNAGO	
222.	Deputado DOMINGOS SÁVIO	
223.	Deputado DUARTE NOGUEIRA	
224.	Deputado EDSON APARECIDO	
225.	Deputado EDUARDO BARBOSA	
226.	Deputado EMANUEL FERNANDES	
227.	Deputado HÉLIO SANTOS	
228.	Deputado IZALCI	
229.	Deputado JOÃO CAMPOS	
230.	Deputado JOSÉ ANÍBAL	
231.	Deputado JUTAHY JUNIOR	
232.	Deputado LUIZ CARLOS	
233.	Deputado LUIZ CARLOS HAULY	
234.	Deputado LUIZ FERNANDO MACHADO	
235.	Deputado LUIZ PITIMAN	
236.	Deputada MARA GABRILLI	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00070, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
237.	Deputado MARCIO BITTAR	
238.	Deputado MARCO TEBALDI	
239.	Deputado MARCUS PESTANA	
240.	Deputado NARCIO RODRIGUES	
241.	Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR	
242.	Deputado NILSON LEITÃO	
243.	Deputado NILSON PINTO	
244.	Deputado OTAVIO LEITE	
245.	Deputado PAULO ABI-ACKEL	
246.	Deputado PINTO ITAMARATY	
247.	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	
248.	Deputado REINALDO AZAMBUJA	
249.	Deputado RICARDO TRIPOLI	
250.	Deputado RODRIGO DE CASTRO	
251.	Deputado RUY CARNEIRO	
252.	Deputado VANDERLEI MACRIS	
253.	Deputado VAZ DE LIMA	
254.	Deputado WANDENKOLK GONÇALVES	
255.	Deputado WILLIAM DIB	
256.	Dep. Profª Dorinha Seabra	
257.	Dep. Filipe Maia	
258.	Sen. Ataídes Oliveira	
259.	Dep. Raimundo Gomes de Matos	
260.	Dep. Mendonça Filho	
261.	Dep. Ronaldo Caiado	
262.	Dep. Lira Maia	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00070, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
263.	DEP. CLÁUDIO CAIADO	
264.	Dep. Rubens Bueno	
265.	DEP SANDRO ALEX	
266.	JOAO DADO	
267.	DEP. RODRIGO MAIA	
268.	DEP. REGUFFE	
269.	DEP. ARNALDO JARDIM	
270.	DEP. MAJOR FABIO	
271.	Bruno Araújo	
272.	Dep. Domingos Outra	
273.	Dep. Mandetta	
274.	DEP. DAV ALCOLUMBRE	
275.	Dep Paulo Foletto	
276.	Dep. Ramiro Cabral	
277.		
278.		
279.		
280.		

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00070, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ALOYSIO NUNES

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00070, de autoria do DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
1.	FLEXA RIBEIRO	
2.	José Agripino	
3.	CÍCERO LUCENA	
4.	CYRO MIRANDA	
5.	WILSON MATOS	
6.	WILDER MORAIS	
7.	MÁRIO COUTO	
8.	TASSO VASCONCELOS	
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		

(À publicação)

Publicado no **DCN**, de 4/12/2014

REQUERIMENTO
Nº 68, DE 2014-CN

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00071, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ANTONIO IMBASSAHY
LÍDER DO PSDB

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00071, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
281.	Deputado ALFREDO KAEFER	
282.	Deputada ANDREIA ZITO	
283.	Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
284.	Deputado ANTONIO IMBASSAHY	
285.	Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA	
286.	Deputada BRUNA FURLAN	
287.	Deputado BRUNO ARAÚJO	
288.	Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA	
289.	Deputado CARLOS BRANDÃO	
290.	Deputado CARLOS SAMPAIO	
291.	Deputado CESAR COLNAGO	
292.	Deputado DOMINGOS SÁVIO	
293.	Deputado DUARTE NOGUEIRA	
294.	Deputado EDSON APARECIDO	
295.	Deputado EDUARDO BARBOSA	
296.	Deputado EMANUEL FERNANDES	
297.	Deputado HÉLIO SANTOS	
298.	Deputado IZALCI	
299.	Deputado JOÃO CAMPOS	
300.	Deputado JOSÉ ANÍBAL	
301.	Deputado JUTAHY JUNIOR	
302.	Deputado LUIZ CARLOS	
303.	Deputado LUIZ CARLOS HAULY	
304.	Deputado LUIZ FERNANDO MACHADO	
305.	Deputado LUIZ PITIMAN	
306.	Deputada MARA GABRILLI	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00071, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
307.	Deputado MARCIO BITTAR	
308.	Deputado MARCO TEBALDI	
309.	Deputado MARCUS PESTANA	
310.	Deputado NARCIO RODRIGUES	
311.	Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR	
312.	Deputado NILSON LEITÃO	
313.	Deputado NILSON PINTO	
314.	Deputado OTAVIO LEITE	
315.	Deputado PAULO ABI-ACKEL	
316.	Deputado PINTO ITAMARATY	
317.	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	
318.	Deputado REINALDO AZAMBUJA	
319.	Deputado RICARDO TRIPOLI	
320.	Deputado RODRIGO DE CASTRO	
321.	Deputado RUY CARNEIRO	
322.	Deputado VANDERLEI MACRIS	
323.	Deputado VAZ DE LIMA	
324.	Deputado WANDENKOLK GONÇALVES	
325.	Deputado WILLIAM DIB	
326.	Dep. Profª Dorinha Seabra	
327.	Dep. Felipe Maia	
328.	Sen. Ataídes Oliveira	
329.	Dep. Fausto Pinato	
330.	Dep. Mendonça Filho	
331.	Dep. Ronaldo Caiado	
332.	Dep. Lira Maia	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00071, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
333.	DEP. CLÁUDIO CAJADO	
334.	Dep. Rubens Bueno	
335.	DEP. SANDRO ALEX	
336.	JOÃO DADO	
337.	DEP. ROBERTO MAIA	
338.	DEP. RECIFE	
339.	DEP. ARNALDO JARDIM	
340.	DEP. MAJOR FABIO	
341.	Eunício Oliveira	Eunício Oliveira
342.	DEP. DOMINGOS DUTRA	
343.	Dep Mandetta	
344.	DEP. DAVI ALCOLUMBRE	
345.	Dep. Paulo Foletto	
346.	Dep. Danilo Cabral	
347.		
348.		
349.		
350.		

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00071, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ALOYSIO NUNES

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00071, de autoria do DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		

(À publicação)

Publicado no **DCN**, de 4/12/2014

REQUERIMENTO
Nº 69, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00072, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ANTONIO IMBASSAHY
LIDER DO PSDB

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00072, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
351.	Deputado ALFREDO KAEFER	
352.	Deputada ANDREIA ZITO	
353.	Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
354.	Deputado ANTONIO IMBASSAHY	
355.	Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA	
356.	Deputada BRUNA FURLAN	
357.	Deputado BRUNO ARAÚJO	
358.	Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA	
359.	Deputado CARLOS BRANDÃO	
360.	Deputado CARLOS SAMPAIO	
361.	Deputado CESAR COLNAGO	
362.	Deputado DOMINGOS SÁVIO	
363.	Deputado DUARTE NOGUEIRA	
364.	Deputado EDSON APARECIDO	
365.	Deputado EDUARDO BARBOSA	
366.	Deputado EMANUEL FERNANDES	
367.	Deputado HÉLIO SANTOS	
368.	Deputado IZALCI	
369.	Deputado JOÃO CAMPOS	
370.	Deputado JOSÉ ANÍBAL	
371.	Deputado JUTAHY JUNIOR	
372.	Deputado LUIZ CARLOS	
373.	Deputado LUIZ CARLOS HAULY	
374.	Deputado LUIZ FERNANDO MACHADO	
375.	Deputado LUIZ PITIMAN	
376.	Deputada MARA GABRILLI	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00072, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
377.	Deputado MARCIO BITTAR	
378.	Deputado MARCO TEBALDI	
379.	Deputado MARCUS PESTANA	
380.	Deputado NARCIO RODRIGUES	
381.	Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR	
382.	Deputado NILSON LEITÃO	
383.	Deputado NILSON PINTO	
384.	Deputado OTAVIO LEITE	
385.	Deputado PAULO ABI-ACKEL	
386.	Deputado PINTO ITAMARATY	
387.	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	
388.	Deputado REINALDO AZAMBUJA	
389.	Deputado RICARDO TRIPOLI	
390.	Deputado RODRIGO DE CASTRO	
391.	Deputado RUY CARNEIRO	
392.	Deputado VANDERLEI MACRIS	
393.	Deputado VAZ DE LIMA	
394.	Deputado WANDENKOLK GONÇALVES	
395.	Deputado WILLIAM DIB	
396.	Dep. Profª Raquel Teixeira	
397.	Dep. Felipe Maia	
398.	Sen. Ataídes Oliveira	
399.	Dep. Pauderney Avelino	
400.	Dep. Mendonça Filho	
401.	Dep. Ronaldo Caiado	
402.	Dep. Rita Maia	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00072, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
403.	DEP. CLÁUDIO CAJADO	
404.	Dep. Rubens Bueno	
405.	DEP. SANDRO ALEX	
406.	JOÃO DADO	
407.	DEP. RODRIGO MAIA	
408.	DEP. ROQUFFE	
409.	Dep. Arnaldo Jardim	
410.	DEP. MAJOR FABIO	
411.	Fábio Ramos	
412.	DEP. DOMINGOS DUTRA	
413.	DEP. MARIETTA	
414.	DEP. DAVI ALCOLUMBRE	
415.	Dep Paulo Foletto	
416.	Dep. Danie Cabral	
417.		
418.		
419.		
420.		

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00072, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ALOYSIO NUNES

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00072, de autoria do DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
1.	PEIXA RIBEIRO	
2.	JOSÉ AIRTON	
3.	CICERO LUCENA	
4.	CYRO MIRANDA	
5.	WILSON MATOS	
6.	WILDER MORAIS	
7.	MARIO COITO	
8.	JOSÉ VALDEVINO	
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		

(À publicação)

Publicado no **DCN**, de 4/12/2014

REQUERIMENTO
Nº 70, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00073, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ANTONIO IMBASSAHY
LÍDER DO PSDB

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00073, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
421.	Deputado ALFREDO KAEFER	
422.	Deputada ANDREIA ZITO	
423.	Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
424.	Deputado ANTONIO IMBASSAHY	
425.	Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA	
426.	Deputada BRUNA FURLAN	
427.	Deputado BRUNO ARAÚJO	
428.	Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA	
429.	Deputado CARLOS BRANDÃO	
430.	Deputado CARLOS SAMPAIO	
431.	Deputado CESAR COLNAGO	
432.	Deputado DOMINGOS SÁVIO	
433.	Deputado DUARTE NOGUEIRA	
434.	Deputado EDSON APARECIDO	
435.	Deputado EDUARDO BARBOSA	
436.	Deputado EMANUEL FERNANDES	
437.	Deputado HÉLIO SANTOS	
438.	Deputado IZALCI	
439.	Deputado JOÃO CAMPOS	
440.	Deputado JOSÉ ANÍBAL	
441.	Deputado JUTAHY JUNIOR	
442.	Deputado LUIZ CARLOS	
443.	Deputado LUIZ CARLOS HAULY	
444.	Deputado LUIZ FERNANDO MACHADO	
445.	Deputado LUIZ PITIMAN	
446.	Deputada MARA GABRILLI	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00073, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
447.	Deputado MARCIO BITTAR	
448.	Deputado MARCO TEBALDI	
449.	Deputado MARCUS PESTANA	
450.	Deputado NARCIO RODRIGUES	
451.	Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR	
452.	Deputado NILSON LEITÃO	
453.	Deputado NILSON PINTO	
454.	Deputado OTAVIO LEITE	
455.	Deputado PAULO ABI-ACKEL	
456.	Deputado PINTO ITAMARATY	
457.	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	
458.	Deputado REINALDO AZAMBUJA	
459.	Deputado RICARDO TRIPOLI	
460.	Deputado RODRIGO DE CASTRO	
461.	Deputado RUY CARNEIRO	
462.	Deputado VANDERLEI MACRIS	
463.	Deputado VAZ DE LIMA	
464.	Deputado WANDENKOLK GONÇALVES	
465.	Deputado WILLIAM DIB	
466.	Dep. Profª Dorinha Seabra	
467.	Dep. Felipe Maia	
468.	Sen. Ataídes Oliveira	
469.	Dep. Pauderney Avelino	
470.	Dep. Mendonça Filho	
471.	Dep. Ronaldo Caiado	
472.	Dep. Luiz Noé	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00073, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
473.	Dep. Claudio Cajado	
474.	DEP. RUBENS BUENO	
475.	DEP. SANDRO ALEX	
476.	JOÃO DADO	
477.	DEP. RODRIGO MAIA	
478.	DEP. REGUFFE	
479.	DEP. ARNALDO JARDIM	
480.	DEP. MAJOR FABIO	
481.		
482.	DEP. ~~[illegible]~~ DOMINGOS SUTRA	
483.	Dep. Mandetta	
484.	DEP. DAVI ALCOLUMBRE	
485.	DEP. PAULO FOLETTO	
486.	DEP. DANILO CABRAL	
487.		
488.		
489.		
490.		

395

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00073, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ALOYSIO NUNES

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00073, de autoria do DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
1.	KLEBER RIBEIRO	
2.	JOSÉ ARAÚJO	
3.	CÍCERO LUCENA	
4.	CYRO MIRANDA	
5.	WILSON MATOS	
6.	WILDER MORAIS	
7.	MÁRIO COUTO	
8.	FÁBIO VASCONCELOS	
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		

(À publicação)

Publicado no **DCN**, de 4/12/2014

REQUERIMENTO
Nº 71, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00074, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ANTONIO IMBASSAHY
LIDER DO PSDB

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00074, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
491.	Deputado ALFREDO KAEFER	
492.	Deputada ANDREIA ZITO	
493.	Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
494.	Deputado ANTONIO IMBASSAHY	
495.	Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA	
496.	Deputada BRUNA FURLAN	
497.	Deputado BRUNO ARAÚJO	
498.	Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA	
499.	Deputado CARLOS BRANDÃO	
500.	Deputado CARLOS SAMPAIO	
501.	Deputado CESAR COLNAGO	
502.	Deputado DOMINGOS SÁVIO	
503.	Deputado DUARTE NOGUEIRA	
504.	Deputado EDSON APARECIDO	
505.	Deputado EDUARDO BARBOSA	
506.	Deputado EMANUEL FERNANDES	
507.	Deputado HÉLIO SANTOS	
508.	Deputado IZALCI	
509.	Deputado JOÃO CAMPOS	
510.	Deputado JOSÉ ANÍBAL	
511.	Deputado JUTAHY JUNIOR	
512.	Deputado LUIZ CARLOS	
513.	Deputado LUIZ CARLOS HAULY	
514.	Deputado LUIZ FERNANDO MACHADO	
515.	Deputado LUIZ PITIMAN	
516.	Deputada MARA GABRILLI	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00074, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
517.	Deputado MARCIO BITTAR	
518.	Deputado MARCO TEBALDI	
519.	Deputado MARCUS PESTANA	
520.	Deputado NARCIO RODRIGUES	
521.	Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR	
522.	Deputado NILSON LEITÃO	
523.	Deputado NILSON PINTO	
524.	Deputado OTAVIO LEITE	
525.	Deputado PAULO ABI-ACKEL	
526.	Deputado PINTO ITAMARATY	
527.	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	
528.	Deputado REINALDO AZAMBUJA	
529.	Deputado RICARDO TRIPOLI	
530.	Deputado RODRIGO DE CASTRO	
531.	Deputado RUY CARNEIRO	
532.	Deputado VANDERLEI MACRIS	
533.	Deputado VAZ DE LIMA	
534.	Deputado WANDENKOLK GONÇALVES	
535.	Deputado WILLIAM DIB	
536.	Dep. Profª Dorinha Seabra	
537.	Dep. Felipe Maia	
538.	Sen. Ataídes Oliveira	
539.	Dep. Pauderney Avelino	
540.	Dep. Mendonça Filho	
541.	Dep. Ronaldo Caiado	
542.	Dep. Luiz Maia	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00074, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
543.	DEP. CLÁUDIO CAJADO	
544.	DEP. RUBENS BUENO	
545.	DEP. SANDRO ALEX	
546.		
547.	DEP ROBERTO MAIA	
548.	DEP. RESUFFE	
549.	DEP. ARNALDO JARDIM	
550.		
551.		
552.		
553.		
554.	DEP. DAVI ALCOLUMBRE	
555.		
556.		
557.		
558.		
559.		
560.		

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00074, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ALOYSIO NUNES

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00074, de autoria do DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		

(À publicação)

Publicado no **DCN**, de 4/12/2014.

REQUERIMENTO
Nº 72, DE 2014-CN

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00075, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ANTONIO IMBASSAHY
LÍDER DO PSDB

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00075, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
561.	Deputado ALFREDO KAEFER	
562.	Deputada ANDREIA ZITO	
563.	Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
564.	Deputado ANTONIO IMBASSAHY	
565.	Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA	
566.	Deputada BRUNA FURLAN	
567.	Deputado BRUNO ARAÚJO	
568.	Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA	
569.	Deputado CARLOS BRANDÃO	
570.	Deputado CARLOS SAMPAIO	
571.	Deputado CESAR COLNAGO	
572.	Deputado DOMINGOS SÁVIO	
573.	Deputado DUARTE NOGUEIRA	
574.	Deputado EDSON APARECIDO	
575.	Deputado EDUARDO BARBOSA	
576.	Deputado EMANUEL FERNANDES	
577.	Deputado HÉLIO SANTOS	
578.	Deputado IZALCI	
579.	Deputado JOÃO CAMPOS	
580.	Deputado JOSÉ ANÍBAL	
581.	Deputado JUTAHY JUNIOR	
582.	Deputado LUIZ CARLOS	
583.	Deputado LUIZ CARLOS HAULY	
584.	Deputado LUIZ FERNANDO MACHADO	
585.	Deputado LUIZ PITIMAN	
586.	Deputada MARA GABRILLI	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00075, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
587.	Deputado MARCIO BITTAR	
588.	Deputado MARCO TEBALDI	
589.	Deputado MARCUS PESTANA	
590.	Deputado NARCIO RODRIGUES	
591.	Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR	
592.	Deputado NILSON LEITÃO	
593.	Deputado NILSON PINTO	
594.	Deputado OTAVIO LEITE	
595.	Deputado PAULO ABI-ACKEL	
596.	Deputado PINTO ITAMARATY	
597.	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	
598.	Deputado REINALDO AZAMBUJA	
599.	Deputado RICARDO TRIPOLI	
600.	Deputado RODRIGO DE CASTRO	
601.	Deputado RUY CARNEIRO	
602.	Deputado VANDERLEI MACRIS	
603.	Deputado VAZ DE LIMA	
604.	Deputado WANDENKOLK GONÇALVES	
605.	Deputado WILLIAM DIB	
606.	Dep Profª Dorinha Seabra	
607.	Dep. Felipe Maia	
608.	Sen. Ataídes Oliveira	
609.	Dep. Fausto Pinato Avelino	
610.	Dep. Mendonça Filho	
611.	Dep. Ronaldo Caiado	
612.	Dep. Lira Maia	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00075, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
613.	DEP. CLAUDIO CAJADO	
614.	DEP. RUBENS BUENO	
615.	DEP. SANDRO ALEX	
616.	JOÃO	
617.	DEP. RODRIGO MAIA	
618.	RENUPPE	
619.	Dep. Arnaldo Jardim	
620.	DEP. MAJOR FABIO	
621.		
622.	DEP. DOMINGOS DUTRA	
623.	DEP. MANDETTA	
624.	DEP. DAVI ALCOLUMBRE	
625.	DEP. PAULO FOLETTO	
626.	DEP. DANILO CABRAL	
627.		
628.		
629.		
630.		

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00075, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

ALOYSIO NUNES

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00075, de autoria do DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
1.	JOSÉ AIRTON	
2.	CÍCERO LUCENA	
3.	[illegible]	
4.	WILSON MATOS	
5.	WELLINGTON DIAS	
6.	FLEURY	
7.	MÁRIO COUTO	
8.	TARSO VASCONCELOS	
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00075, de autoria do DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
27.		
28.		
29.		
30.		
31.		
32.		
33.		
34.		
35.		
36.		
37.		
38.		
39.		
40.		
41.		
42.		
43.		
44.		
45.		
46.		
47.		
48.		
49.		
50.		
51.		

(À publicação)

Publicado no DCN, de 4/12/2014

REQUERIMENTO
Nº 73, DE 2014-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00077, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ANTONIO IMBASSAHY
LIDER DO PSDB

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00077, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
701.	Deputado ALFREDO KAEFER	
702.	Deputada ANDREIA ZITO	
703.	Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
704.	Deputado ANTONIO IMBASSAHY	
705.	Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA	
706.	Deputada BRUNA FURLAN	
707.	Deputado BRUNO ARAÚJO	
708.	Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA	
709.	Deputado CARLOS BRANDÃO	
710.	Deputado CARLOS SAMPAIO	
711.	Deputado CESAR COLNAGO	
712.	Deputado DOMINGOS SÁVIO	
713.	Deputado DUARTE NOGUEIRA	
714.	Deputado EDSON APARECIDO	
715.	Deputado EDUARDO BARBOSA	
716.	Deputado EMANUEL FERNANDES	
717.	Deputado HÉLIO SANTOS	
718.	Deputado IZALCI	
719.	Deputado JOÃO CAMPOS	
720.	Deputado JOSÉ ANÍBAL	
721.	Deputado JUTAHY JUNIOR	
722.	Deputado LUIZ CARLOS	
723.	Deputado LUIZ CARLOS HAULY	
724.	Deputado LUIZ FERNANDO MACHADO	
725.	Deputado LUIZ PITIMAN	
726.	Deputada MARA GABRILLI	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00077, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
727.	Deputado MARCIO BITTAR	
728.	Deputado MARCO TEBALDI	
729.	Deputado MARCUS PESTANA	
730.	Deputado NARCIO RODRIGUES	
731.	Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR	
732.	Deputado NILSON LEITÃO	
733.	Deputado NILSON PINTO	
734.	Deputado OTAVIO LEITE	
735.	Deputado PAULO ABI-ACKEL	
736.	Deputado PINTO ITAMARATY	
737.	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	
738.	Deputado REINALDO AZAMBUJA	
739.	Deputado RICARDO TRIPOLI	
740.	Deputado RODRIGO DE CASTRO	
741.	Deputado RUY CARNEIRO	
742.	Deputado VANDERLEI MACRIS	
743.	Deputado VAZ DE LIMA	
744.	Deputado WANDENKOLK GONÇALVES	
745.	Deputado WILLIAM DIB	
746.	Dep. Profª Dorinha Seabra	
747.	Dep. Felipe Maia	
748.	Sen. Ataídes Oliveira	
749.	Dep. Pauderney Avelino	
750.	Dep. Mendonça Filho	
751.	Dep. Ronaldo Caiado	
752.	Dep. Keira Maia	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00077, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
753.	Dep. Claudio Cajado	
754.	Dep. Rubens Bueno	
755.	DEP. SANDRO ALEX	
756.	JOÃO JAPPO	
757.	DEP. RODRIGO MAIA	
758.	DEP. REGUFFE	
759.	DEP. ARNALDO JARDIM	
760.	DEP. MAJOR FABIO	
761.	Danilo Forte	
762.	DEP. DOMINGOS DUTRA	
763.	Dep. Mandetta	
764.	DEP. DAVI ALCOLUMBRE	
765.	DEP. PAULO FOLETTO	
766.	DEP. DANILO CABRAL	
767.		

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00077, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ALOYSIO NUNES

LÍDER DO PSDB NO SENADO

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00077, de autoria do DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
11.		

(À publicação)

REQUERIMENTO Nº 74, DE 2014-CN

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00067, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ANTONIO IMBASSAHY
LÍDER DO PSDB

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00067, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
1.	Deputado ALFREDO KAEFER	
2.	Deputada ANDREIA ZITO	
3.	Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	
4.	Deputado ANTONIO IMBASSAHY	
5.	Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA	
6.	Deputada BRUNA FURLAN	
7.	Deputado BRUNO ARAÚJO	
8.	Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA	
9.	Deputado CARLOS BRANDÃO	
10.	Deputado CARLOS SAMPAIO	
11.	Deputado CESAR COLNAGO	
12.	Deputado DOMINGOS SÁVIO	
13.	Deputado DUARTE NOGUEIRA	
14.	Deputado EDSON APARECIDO	
15.	Deputado EDUARDO BARBOSA	
16.	Deputado EMANUEL FERNANDES	
17.	Deputado HÉLIO SANTOS	
18.	Deputado IZALCI	
19.	Deputado JOÃO CAMPOS	
20.	Deputado JOSÉ ANÍBAL	
21.	Deputado JUTAHY JUNIOR	
22.	Deputado LUIZ CARLOS	
23.	Deputado LUIZ CARLOS HAULY	
24.	Deputado LUIZ FERNANDO MACHADO	
25.	Deputado LUIZ PITIMAN	
26.	Deputada MARA GABRILLI	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00067, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
27.	Deputado MARCIO BITTAR	
28.	Deputado MARCO TEBALDI	
29.	Deputado MARCUS PESTANA	
30.	Deputado NARCIO RODRIGUES	
31.	Deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR	
32.	Deputado NILSON LEITÃO	
33.	Deputado NILSON PINTO	
34.	Deputado OTAVIO LEITE	
35.	Deputado PAULO ABI-ACKEL	
36.	Deputado PINTO ITAMARATY	
37.	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	
38.	Deputado REINALDO AZAMBUJA	
39.	Deputado RICARDO TRIPOLI	
40.	Deputado RODRIGO DE CASTRO	
41.	Deputado RUY CARNEIRO	
42.	Deputado VANDERLEI MACRIS	
43.	Deputado VAZ DE LIMA	
44.	Deputado WANDENKOLK GONÇALVES	
45.	Deputado WILLIAM DIB	
46.	Dep. Profª Rosinha Seabra	
47.	Dep. Felipe Maia	
48.	Sen. Alcides Oliveira	
49.	Dep. Pauderney Avelino	
50.	Dep. Mendonça Filho	
51.	Dep. Ronaldo Caiado	
52.	DEP. LIRA MAIA	

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00067, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
53.	DEP. CLAUDIO CAJADO	
54.	DEP. RUBENS BUENO	
55.	DEP. SANDRO ALEX	
56.	JOAO DADO	
57.	DEP. HOORGO MAIA	
58.	DEP. RECUFFE	
59.	Dep. Arnaldo Jardim	
60.	DEP. MAJOR FABIO	
61.		
62.	DEP. DOMINGOS DUTRA	
63.	Dep. Mandetta	
64.	DEP. DAVI ALCOLUMBRE	
65.	DEP. PAULO FOLETTO	
66.	DEP. DANILO CABRAL	

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132 da Resolução nº 1/2006-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 00067, de autoria do Deputado DOMINGOS SÁVIO, ao Projeto de Lei nº 36/2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014."

Sala das Sessões, em 18, de novembro de 2014.

ALOYSIO NUNES

Apoiamento ao Requerimento de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 00067, de autoria do DOMINGOS SÁVIO, ao PLN 36/2014-CN.

Nº	Parlamentar	Assinatura
1.	FLEXA RIBEIRO	
2.	JOÃO ALBERTO	
3.	CICERO LUCENA	
4.	CYRO MIRANDA	
5.	WILSON MATOS	
6.	WALTER MORAIS	
7.	MARIO COUTO	
8.	SARNEY FILHO	
9.		
10.		

(À publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Este microfone do DEM só vive desligado, infelizmente.

Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa. que existe sobre a mesa requerimento de adiamento da votação. V.Exa. não fez referência a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É que esse requerimento foi considerado prejudicado em função da alteração da pauta que ele proporciona.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, ele não altera a pauta, ele adia a votação. É um requerimento legítimo, amparado no Regimento da Câmara e no do Congresso Nacional. Não há por que V.Exa. desconsiderar o requerimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente. Há requerimento para votação em globo dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nos termos regimentais, foi apresentado um requerimento para votação em globo dos destaques.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – O PTB apoia. Apoiado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, há um requerimento sobre a mesa que não tem nenhuma razão para estar prejudicado, porque ele não versa sobre adiamento, esse tipo de alteração. É um requerimento de nossa autoria, que está devidamente protocolado, e trata de solicitar, nos termos do art. 44, parágrafo único, do Regimento Comum, que o PLN 36 de 2014 seja votado pelo processo nominal. E temos também outro requerimento, de preferência para votação do projeto em relação ao substitutivo. Ambos os requerimentos estão devidamente, regimentalmente, amparados. Eu peço a V.Exa. que os coloque em discussão, em encaminhamento e em votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. tem absoluta razão. Nós, oportunamente, chegaremos ao exato momento que V.Exa. ressalta e para o qual pede atenção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sobre a mesa requerimento para votação em globo dos requerimentos de destaque.

É o seguinte o requerimento:

CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO
Nº 75, DE 2014-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do artigo 162, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, ouvido o Plenário, **votação em globo dos requerimentos de destaque apresentados ao PLN 36/2014,** que "altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014". (sem exceção)

Sala das Sessões, em , de 2014.

Senador José Pimentel PT/CE
Líder do Governo no Congresso Nacional

PT/AC

(À publicação)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Para falar contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra a um Senador e a um Deputado...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Inscrevo-me para falar contra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – ... para falarem contrariamente, e a um Senador e a um Deputado para falarem favoravelmente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, os nossos destaques...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Deputado Mendonça Filho...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Questão de ordem, Sr. Presidente, baseada no art. 132 da Resolução nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa., para uma questão de ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Os nossos requerimentos têm apoiamento. Os nossos requerimentos têm uma natureza diferente da dos demais, estão respaldados no art. 132 da Resolução nº 1, com o devido apoiamento, portanto eles têm que ser votados separadamente, conforme prevê o Regimento. É isso o que eu peço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Mais uma vez, eu concordo com V.Exa. Nós estamos no encaminhamento. Nós chegaremos à apreciação dessa matéria.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Agradeço, Sr. Presidente. É que eu quero me resguardar, para que a gente... Como V.Exa. disse e eu inclusive percebi na última orientação, nós estamos próximos de concluir, e vamos concluir respeitando o Regimento Interno, para tentar evitar a judicialização de uma matéria que já está causando em todos nós um estresse.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concordo com V.Exa.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana, para encaminhar a votação.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – "Sim" ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, eu estou na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – "Sim" ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, eu estou na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, estou aqui na tribuna. Eu pediria som, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o requerimento que apresenta a bancada do PT, para que se possa votar em globo os destaques, ele na verdade retira do Parlamento a oportunidade de discutir mais profundamente o PLN 36, de autoria do Executivo.

Eu considero extremamente importante que tenhamos a oportunidade de discutir no detalhe esse PLN, porque seu objetivo central é por si só um desastre, uma vez que consagra, como eu já disse, a irresponsabilidade fiscal, consagra a mentira que foi vendida durante a campanha política de um Governo que dizia que trabalhava em cima do equilíbrio das contas públicas e que as contas públicas estavam em equilíbrio. Os fatos desmentiram a Presidente Dilma Rousseff.

Hoje o Brasil se vê em uma situação extremamente delicada: inflação acima do teto da meta, crescimento este ano praticamente zero, juros subindo 3 dias depois da eleição. E no dia de hoje a Presidente, mais uma vez, premia o povo brasileiro, com mais uma elevação na taxa de juros.

Os petistas, que cultivavam a política heterodoxa, que demonizavam, de certo modo, a ortodoxia, tiveram que recorrer a um economista ortodoxo para ajustar a economia brasileira.

E aí, quem não tem credibilidade em termos de política econômica, quem faz o que faz o PT, quem desmancha a economia, esse paga dobrado, tem que recorrer dobrado à ortodoxia, porque ninguém acredita que um Governo que destruiu as bases econômicas do País possa em tão pouco tempo recuperar a credibilidade.

A Presidente Dilma foi enquadrada. Pouca gente lembra, mas foi o ex-Presidente Lula, lá na Granja do Torto, quem a chamou e disse: *"Dilma, ou você arruma a economia ou vai afundar junto com o PT e todo o Governo"*.

O Presidente Lula, diga-se de passagem – é preciso fazer este reconhecimento –, foi pragmático durante seu primeiro Governo: colocou Palocci no Ministério da Fazenda, então Ministro da Fazenda; recorreu a um banqueiro para comandar o Banco Central; praticou a política do superávit como nunca na história deste País; deu sequência, de certo modo, em muitos momentos, aos pilares que foram muito bem fincados pelo

ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e que devolveram à economia brasileira a credibilidade. Depois de um tempo, no seu segundo Governo, ele foi desmanchando. E veio a Dilma, que ela realmente desmanchou o restinho de credibilidade que tínhamos, tanto é verdade que ela passou toda a campanha política acusando os adversários, os oponentes, daquilo que ela mesma programava fazer, passada a eleição.

Temos um Governo mitomaníaco! Temos um Governo da mentira! O Governo mentiu quando falava de juros! O Governo mentiu quando falava de inflação! Mentiu quando falava em preço de gasolina. Mentiu quando falava em preço da energia!

Esta é a verdade! E esta verdade incomoda! Incomoda bastante, porque ela está sendo percebida pelo povo brasileiro. Este é o Governo que está renovado pela eleição, mas ele é um novo Governo velho, que já nasce velho, sem credibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para encerrar.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

A cada dia que passa, o povo brasileiro sente a punhalada nas costas de uma política que representa a traição entre o discurso da campanha e a prática depois da eleição.

Eu peço a V.Exas. que derrotem hoje este PLN 36, que representa retrocesso na política econômica e consagra, infelizmente, a irresponsabilidade fiscal neste País.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Chega, Sr. Presidente! Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima, último orador inscrito para encaminhar a votação.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Senador Flexa encaminhará na próxima.

Tem a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB-PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, nós estamos há muitas horas neste plenário, e não estamos sós. O Brasil acompanha de forma muito atenta tudo o que vem aqui acontecendo e os desdobramentos que teremos a partir do resultado da votação de hoje.

Em respeito ao povo brasileiro, é importante que o telespectador da *TV Câmara* e da *TV Senado* possa compreender minimamente o que está acontecendo neste instante em que o Governo, em que os governistas tentam, com a sua maioria, atropelar o debate, evitar a discussão de um tema fundamental para o futuro do Brasil...

Evitam a discussão do emprego, do desenvolvimento, do rigor no trato da coisa pública, da gestão responsável, de tudo aquilo que foi prometido pela Presidente da República durante a campanha eleitoral.

Após a eleição, a Presidente, eleita, desfaz tudo o que disse, tudo o que asseverou perante o povo brasileiro, num absoluto desrespeito à nossa sociedade. Foi dito por ela na campanha eleitoral inclusive que para ganhar eleição se faz até o diabo. Percebemos hoje que o Governo faz o diabo também após a eleição. *(Risos.)*

O que está sendo votado hoje, na prática, trocando em miúdos, para que fique registrado perante a história do nosso País, é uma anistia à Presidente da República. A Presidente Dilma Rousseff está sendo anistiada pelo Congresso Nacional por um crime que já cometeu, porque há um crime de responsabilidade já praticado.

E, conscientemente, todos aqueles que votarem "sim" terão que saber que estão anistiando a Presidenta da República de um crime já cometido. Qual é esse crime?

Para que o telespectador entenda, este Congresso, por iniciativa do Poder Executivo, da Presidente da República, aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias proposta pelo Governo. Em consequência disso, aprova um Orçamento também proposto pelo Governo. O fato é que a proposta, de iniciativa do próprio Governo, foi descumprida pelo Governo. Aí há um crime de responsabilidade, um crime grave! E esse crime já está cometido!

Ao mudar as regras, ao fazer desaparecer a meta do superávit primário, o que se faz é anistiar a Presidente da República, que gastou bilhões de reais a mais do que estava autorizada pelo Congresso, e o fez para ganhar a eleição, a todo custo. Isto foi o que nós tivemos: um ano eleitoral em que, para ganhar a eleição, a todo preço e a todo custo, o Governo descumpriu suas próprias propostas e lei aprovadas pelo Congresso. Agora, este mesmo Congresso está, insisto, repito, anistiando a Presidente da República por um crime que já está cometido.

Mas este mesmo Governo vai exigir de Governadores e de Prefeitos o cumprimento de suas metas fiscais. Com que moral? Com que autoridade o Governo vai cobrar os planos de ajuste fiscal nos Estados?

Eu fui Governador da Paraíba. Tive a honra de governar o meu Estado por dois mandatos. Tive a honra de ser Prefeito da minha amada Campina Grande por três mandatos. E no exercício desses mandatos nós cumpríamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, sob pena dos rigores da lei. Agora, com que autoridade o Governo Federal, que fala em ajustes...

(Interrupção do som.)

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Chega, Sr. Presidente, vamos votar!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB-PB) – Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima, para concluir a sua intervenção.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB-PB) – Sr. Presidente, vivemos numa Federação, e, nesta Federação, será cobrado de Estados e Municípios, com seus respectivos gestores, e será cobrado pelo próprio Governo Federal, por leis que aprovamos aqui, respeito aos planos de ajuste fiscal.

Que fique claro para a população brasileira que estão sendo usados, mais uma vez, dois pesos e duas medidas: para a União, para o Governo Federal, a complacência, a tolerância; para Estados e Municípios, os rigores da lei.

O que estamos fazendo aqui, portanto – concluo agradecendo a tolerância, Sr. Presidente –, é anistiar a Presidente da República por um crime já cometido.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar, Sr. Presidente! Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Votação do requerimento na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Imbassahy, para uma questão de ordem.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o art. 132 do Regimento Comum fala com muita clareza e nitidez que o parecer da Comissão Mista de Orçamento sobre emenda será conclusivo e final, salvo requerimento, para que a emenda seja submetida a votos, assinado por um décimo dos Congressistas, apresentado à Mesa do Congresso Nacional até o dia anterior ao estabelecido para a discussão da matéria no plenário do Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, estamos arguindo a V.Exa. que não pode ser em bloco a votação, que ela tem que se dar separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Quero dizer que nós concordamos, em parte, com o Deputado Antonio Imbassahy, porque o art. 132 diz que o parecer da CMO sobre emenda será conclusivo e final, salvo requerimento, para que a emenda seja submetida a votos, assinado por um décimo dos Congressistas, apresentado à Mesa do Congresso Nacional até o dia anterior ao estabelecido para a discussão da matéria no plenário do Congresso Nacional. Isso está assegurado, por isso nós estamos discutindo a matéria.

Complementando, há um requerimento, na forma do art. 162, XIV, do Regimento da Câmara dos Deputados, que se aplica: *"Em caso de mais de um requerimento de destaque"* – que é o que estamos fazendo agora com os requerimentos de parecer favorável e, igualmente, de pareceres contrários –, *"poderão os pedidos ser votados em globo, se requerido por Líder e aprovado pelo Plenário"*.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Já há precedente. Vamos votar!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, isso é norma do Regimento da Câmara. A Resolução nº 1, do Congresso, tem primazia. Por que o Congresso regulamentou a matéria no art. 162? O Congresso deixou claro que os destaques em bloco de bancada têm a prerrogativa de ser votados. Não pode o Congresso se subordinar ao artigo da Câmara. Isso só se aplica quando não existe equivalência no Regimento Comum. V.Exa. sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Respeitosamente, eu queria lembrar a V.Exa. e ao Congresso Nacional que nós já deferimos a questão. Estamos discutindo esta matéria porque acolhemos o artigo invocado por V.Exa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Então V.Exa. me assegura que os destaques de bancada que eu apresentei, devidamente respaldados no artigo do Congresso, serão votados em separado? Se V.Exa. me assegurar isso, nós não vamos polemizar. O que não pode é V.Exa. dizer que eu tenho razão e de repente proceder à votação baseado num artigo da Câmara sobre os destaques em separado e me dizer que ficaram prejudicados os meus requerimentos. Isso não vai colar, não há fundamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. tem razão em parte, porque nós estamos discutindo esta matéria porque acolhemos o artigo invocado por V.Exa. e o pedido do Deputado Antonio Imbassahy. Mas nós não temos como deixar de acolher o requerimento de Líder que permite que nós apreciemos em globo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – O destaque individual, baseado no art. 50, pode ser votado em bloco – o individual. A proposta dele é... O destaque é individual. Não há fundamento regimental que tire a prerrogativa do destaque em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não, não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Se V.Exa. tenta tirar a prerrogativa do destaque em bloco, V.Exa. está dizendo que esse artigo que foi aprovado pelo Congresso, que está no Regimento, é inócuo. V.Exa. está dizendo que ele não tem fundamento. O artigo está aí para dizer que a votação é destacada.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – A Mesa está certa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós lhe atendemos em parte, porque esse artigo permite que a matéria venha ao plenário. Nós estamos observando o artigo do Regimento. Mas nós não temos, igualmente...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Não, Sr. Presidente, V.Exa. não está respeitando. Se V.Exa. votar dizendo que vai englobar tudo, V.Exa. terá cassado o direito regimental que foi subscrito por 10% *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não, absolutamente.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós chegamos até aqui. Por favor, vamos concluir. Paciência!

Eu estou deferindo em parte, e não poderia fazer diferente, a questão invocada por V.Exa. Essa matéria chegou ao plenário exatamente porque as assinaturas que V.Exa. coletou exigem, na forma do Regimento, que nós discutamos a matéria aqui no plenário. Mas nós não temos como não por em prática, como não observar o art. 162, inciso XIV, que diz que, em caso de mais de um requerimento de destaque, poderão os pedidos ser votados em globo, se requerido por Líder.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) – Está errado, Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Última argumentação, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – A fundamentação do destaque de bancada... Sr. Presidente, V.Exa. evacuou as galerias porque não nos permitiam falar, e agora Deputados da base do Governo querem impedir a Oposição de se manifestar, com vaias e achincalhe. Eu peço a V.Exa. que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu asseguro a palavra a V.Exa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Obrigado.

Sr. Presidente, eu quero explicar a V.Exa., com muita clareza e com muito respeito, que o nosso destaque de bancada é subscrito por membros do Congresso Nacional, como prevê o Regimento Comum, a Resolução nº 1, do Congresso Nacional. Ele é subscrito por Deputados e Senadores. Não pode V.Exa., baseado no Regimento da Câmara, que só rege a matéria dos Deputados, prejudicar o direito da bancada, que está explícito no art. 162, o direito de que bancada com 10% – daí a exigência, não de 1%, não de 2%, mas de 10% do Congresso...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Domingos Sávio...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Nós o subscrevemos, e eu faço um apelo a V.Exa.: respeite o Regimento Comum e coloque em votação, como ele prevê, de maneira separada, os destaques, sob pena de mais uma vez esta sessão ficar eivada de vícios, ficar prejudicada de forma irreparável e poder até mesmo ser invalidada.

Faço este apelo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou mais uma vez dizer que a questão de ordem já foi respondida. E quero ponderar a V.Exa. que a continuidade desta discussão vai nos levar ao cumprimento da 1 hora que separa as duas verificações. Depois nós vamos dividir igualmente a responsabilidade.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Se o Regimento nos der isso... É para isso que existe o Regimento.

(Manifestações do plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós já atendemos o Regimento.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Ronaldo Caiado, com a palavra V.Exa., para uma questão de ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na questão de ordem apresentada, V.Exa. recorre exatamente ao art. 162, inciso XIV, do Regimento da Câmara dos Deputados, mas V.Exa. deveria ter recorrido ao art. 161, § 2º:

> *"Art. 161 .....*
> *§ 2º Independerá de aprovação do Plenário o requerimento de destaque apresentado por bancada de Partido, observada a seguinte proporcionalidade:*
> *– de 05 até 24 Deputados: um destaque;*
> *– de 25 até 49 Deputados: dois destaques; (...)"*

V.Exa. foi para o requerimento simples, mas V.Exa. tem que aplicar a regra do requerimento de bancada. A regra, Sr. Presidente, é bem definida. Como tal, V.Exa. não pode recorrer ao art. 162, porque não se trata de

um destaque simples, e sim de um destaque de bancada, que dispõe sobre a proporcionalidade do número de Deputados para que haja garantia da votação do destaque separadamente. Ela não pode ser em globo.

V.Exa. recorreu ao art. 162, mas deveria ter recorrido ao art. 161, que trata de destaque de bancada.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS) – O Regimento da Câmara, Sr. Presidente, não suporta a votação em globo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni, para concluir a questão de ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero colaborar.

O Regimento da Câmara não salvaguarda a votação em globo para os requerimentos de destaque de bancada. É isso o que está no Regimento da Câmara.

Quero fazer uma sugestão a V.Exa.: que nós tenhamos sempre próximo alguém que conheça muito bem o Regimento da Câmara. O Dr. Fernando é um craque no Senado, mas a Câmara tem regras diferentes das do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É claro.

Nós estamos, desde a última sessão do Congresso Nacional, permitam-me lembrar, fazendo um exercício, porque estamos avançando no processo legislativo, apreciando vetos e adaptando o Regimento, que não previa esses avanços. Nós estamos, rigorosamente, seguindo o Regimento.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – O problema é essa adaptação, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, se V.Exa. migrou para o Regimento da Câmara, V.Exa. tem que dar a conclusão de acordo com aquilo que prevê o Regimento da Câmara. V.Exa. não pode utilizar a regra da Câmara que diz que o destaque é simples em detrimento do artigo que diz que o destaque é de bancada. Se V.Exa. migrou para o Regimento da Câmara, V.Exa. tem que seguir o art. 161 e não o art. 162.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB) – Não pode haver critério de conveniência, Sr. Presidente. Temos que seguir o critério da Câmara se migrarmos para a Câmara.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – A questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Henrique Fontana, com a palavra V.Exa.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS) – Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS) – Sr. Presidente, os Deputados do PT da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Deputado Henrique Fontana está com a palavra.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero registrar que a leitura que fazemos é que V.Exa. tem atendido a todas as questões regimentais. Percebemos que a Oposição está trabalhando, nesta reta final, com um sem-número de questões de ordem, com o nítido intuito de obstruir a hora que nos separa de uma nova votação nominal.

Então, reafirmando a correção da sua conduta, eu peço, Sr. Presidente, celeridade na conclusão da votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado, para concluir a sua questão de ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, no momento em que V.Exa. migra para o Regimento da Câmara, V.Exa. não tem condição de querer interpretar o destaque de bancada pelo artigo que dispõe exatamente sobre como deve ser tratado o destaque simples. V.Exa. tem que ir ao art. 161 do Regimento da Câmara. Este, sim, prevê a maneira como, de acordo com o número de assinaturas, a bancada terá direito a um, dois, três ou quatro destaques obrigatoriamente apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu quero responder definitivamente à questão de ordem do Deputado Ronaldo Caiado.

O art. 161 do Regimento da Câmara dos Deputados, invocado pelo Deputado Ronaldo Caiado, diz exatamente o seguinte:

> *"Art. 161. Poderá ser concedido, mediante requerimento aprovado pelo Plenário, destaque para: (...)*
> *§ 2º Independerá de aprovação do Plenário o requerimento de destaque apresentado por bancada de Partido, observada a seguinte proporcionalidade: (...)"*

Não está, permitam-me esta interpretação, caracterizado o requerimento de bancada.

No entanto, para que possamos, consensualmente, evoluir na apreciação desta matéria, nós vamos, na forma do § 2º do art. 161 do Regimento Interno da Câmara, conceder, porque não está caracterizada, a votação de quatro destaques.

Eu peço desde já a V.Exa. que indique os quatro destaques preferenciais.

Vamos votar em globo os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP) – Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB-AL) – Em votação os requerimentos, em globo, na Câmara dos Deputados. **(Requerimento nº 75, de 2014-CN)**

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP) – Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB-AL) – As Sras. e os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Orientação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB-AL) – Em votação no Senado Federal. **(Requerimento nº 75, de 2014-CN)**

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB-AL) – Passa-se à votação, em globo, dos requerimentos de destaques, ressalvados os quatro requerimentos que serão indicados pelas Lideranças, na forma como pediu a Mesa ao Deputado Ronaldo Caiado. **(Requerimento nºs 50 a 52; 54 a 57; 59 a 62; 64, e 66 a 74/2014-CN)**

Em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Rejeitado os requerimentos.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Não, não, não!

Orientação, Sr. Presidente! O Plenário não está nem acompanhando esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB-AL) – Nós vamos recolher a orientação dos Líderes.

Como vota o DEM?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. disse que o requerimento foi rejeitado?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB-AL) – O requerimento foi aprovado, e foram rejeitados os destaques, em globo, ressalvados os quatro destaques indicados pelo Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Então, o que está sendo votado é o requerimento de rejeição, em globo, dos destaques individuais. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB-AL) – Estão sendo votados os destaques.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a título de esclarecimento, pergunto se o Deputado Ronaldo Caiado, do Democratas, tem direito a quatro destaques extras.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Individuais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB-AL) – Nós fizemos uma interpretação, porque não há caracterização de emendas de bancada, e deferimos quatro destaques, que serão apreciados individualmente e sequencialmente.

Como vota o PMDB?

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto "não".

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que a indicação no painel está errada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu peço à Secretaria-Geral da Mesa que corrija o painel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRª JANDIRA FEGHALI (Bloco Apoio Governo/PCdoB-RJ) – Sr. Presidente, por favor, peço a palavra para uma questão de ordem, baseada no artigo…

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que está sendo votado é um requerimento para votação, em globo, dos destaques?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nos termos do art. 161, o Democratas só tem direito a dois destaques.

Nos termos do art. 161, peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRª JANDIRA FEGHALI (Bloco Apoio Governo/PCdoB-RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem baseada no art. 162. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRª JANDIRA FEGHALI (Bloco Apoio Governo/PCdoB-RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estou tentando compreender a interpretação de V.Exa. sobre este artigo do Regimento. Ou há a caracterização de que é um destaque de bancada e, portanto, se segue a proporcionalidade – e o DEM não tem número de Deputados para ter quatro destaques, só tem direito a dois…

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O requerimento é do DEM, do PSDB e do PPS. Eles assinam o requerimento e indicam a preferência dos quatro requerimentos.

A SRª JANDIRA FEGHALI (Bloco Apoio Governo/PCdoB-RJ) – Sim, mas não está caracterizado por bancada. Está?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Não está caracterizado porque o requerimento de bancada exigiria a assinatura de todos os Deputados, na Câmara, e de todos os Senadores.

A SRª JANDIRA FEGHALI (Bloco Apoio Governo/PCdoB-RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Mas nós estamos – eu repito – fazendo um esforço para concluir este processo de votação.

A SRª JANDIRA FEGHALI (Bloco Apoio Governo/PCdoB-RJ) – Então, é uma concessão a sua interpretação regimental.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É importante que nós votemos estes quatro requerimentos.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT vota "não" ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Moreira Mendes. *(Pausa.)*

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB-PB. Sem revisão do orador.) – O PMDB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Moreira Mendes, como vota o PSD?

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO. Sem revisão do orador.) – O PSD encaminha o voto "não".

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB-GO. Sem revisão do orador.) – O PTB encaminha o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSDB?

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB entende que nós precisamos seguir o Regimento atentamente para poder discutir todos os destaques.

Com essa sua interpretação, de podermos votar quatros destaques separadamente, não prejudicando os globais, nós encaminhamos o voto "sim", para garantirmos um pouco mais de democracia nesta sessão.

O SR. SANDES JÚNIOR (Bloco/PP-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PP/PROS encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Bloco PP/PROS encaminha o voto "não".

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PR encaminha "não".

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas encaminha o voto "sim" porque não faz sentido, com tantos destaques que nós desejamos votar separadamente, o Governo querer rejeitá-los em globo.

Esta é uma oportunidade de atenuarmos o efeito negativo deste texto, que é um dos piores, do ponto de vista da responsabilidade fiscal, da história do Parlamento brasileiro. Nós não podemos, de forma alguma, avalizar esse ato de irresponsabilidade fiscal praticado pela Presidente Dilma Rousseff.

Portanto, o Democratas vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) – Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC?

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC encaminha o voto "não", para que nós possamos acelerar a votação. Depois vamos discutir o mérito.

O PSC encaminha o voto "não", para acelerarmos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PRB? *(Pausa.)*

A SRª JANDIRA FEGHALI (Bloco Apoio Governo/PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – O PCdoB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PDT?

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma pequena reclamação. Eu, que sou gaúcho, nunca tinha visto um frio igual ao que está fazendo neste plenário. Está muito gelado o plenário. Parece que estamos no Polo Norte.

Faço o pedido para que se diminua um pouco o ar gelado aqui dentro. É importante dizer que todo mundo aqui está com frio.

O PDT vota "não", Sr. Presidente.

O SR. SANDES JÚNIOR (Bloco/PP-GO. Sem revisão do orador.) – O PP vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PDT vota "não".

Como vota o Solidariedade?

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Sem revisão do orador.) – O Solidariedade vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSB? *(Pausa.)*

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PCdoB?

A SRª JANDIRA FEGHALI (Bloco Apoio Governo/PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora) – O PCdoB encaminha o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PCdoB vota "não".

Como vota o PRB?

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto "não".

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP) – O PSB não orientou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós chegaremos lá. Estamos seguindo a ordem.

Como vota o PSB?

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós entendemos, como dissemos anteriormente, que, se votarmos os requerimentos de destaque em globo ou em bloco, como se diz, perderemos a oportunidade de analisá-los. Ora, Sr. Presidente, V.Exa. sabe que o Parlamento tem a obrigação de fazer a análise de todos os destaques. A votação em globo pode parecer uma ação democrática. Por quê? Trazido o destaque ao plenário, ele foi votado, mas, de fato, não é porque se perde a oportunidade de fazer a análise individual.

O PSB entende que nós temos que votar "sim". Por isso, a nossa indicação para os Deputados do PSB é de voto "sim".

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem sobre o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu darei a palavra a V.Exa. para uma questão de ordem. Vamos, antes, colher os votos dos outros Parlamentares.

Como vota o PV?

O SR. PAULO WAGNER (PV-RN. Sem revisão do orador.) – O PV orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PV orienta o voto "não".

Como vota o PPS, Deputado Arnaldo Jardim?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O PPS vai votar "sim", destacando que nós queremos ordenar esses quatro destaques que serão votados posteriormente e preservar um dos destaques apresentados por nós, que é exatamente uma emenda que preserva a questão dos Estados e dos Municípios, para que seja votado. Nós queremos que o nosso destaque seja um dos quatro que serão votados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votar "não" nos faz lembrar que há 13 horas e 43 minutos – mais as 3 horas de ontem – estamos fazendo um debate em que o essencial não apareceu. Nós estamos travando uma batalha naval em águas de superfície, rasas.

Está aqui no insuspeito jornal *O Globo* do dia de ontem: *Pagamento da dívida consome 23% de tudo o que o governo federal gasta*. É a maior fatia do Orçamento. Nós temos cálculos e outra metodologia também respeitável que dizem que metade do Orçamento deste ano, até outubro, ou seja, 910 bilhões de reais, já foi gasta com juros e amortização da dívida pública, que tem a ver, sim, com superávit primário, com enfoque nos grandes credores, no capital financeiro.

Mas até agora isso não foi desenvolvido. A batalha aqui é por algo que o Governo Fernando Henrique Cardoso, em 2001, já praticou, a redução do superávit primário. Parece que o País vai falir. Aliás, se o quadro de falência, de crise absoluta que se delineia aqui é real, então, desde já vamos abrir mão de todas as nossas emendas e até da majoração da remuneração do Supremo Tribunal Federal, do Parlamento, dos Ministérios. Vamos ser coerentes, pelo menos, já que estamos à beira do abismo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota a Liderança da Minoria?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em princípio, defendemos que a votação em bloco dos destaques deveria ser feita separadamente. V.Exa. entendeu que não e nos deu alternativa de quatro destaques, o que já é um ganho.

Por exemplo, um destaque de nossa autoria beneficia todos os Estados da Federação na medida em que procura garantir que os repasses deste ano, que são obrigatórios, sejam cumpridos este ano, para que não aumente a grave dificuldade por que passam Estados e Municípios.

Nós entendemos que o ideal seria que os demais destaques fossem aprovados, porque são contribuições, já que é desastrosa essa proposta de alterar a LDO para mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, a Minoria é a favor da aprovação dos destaques. O nosso voto é "sim", com muita convicção.

Muito obrigado.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa., Deputado Pauderney Avelino, para uma questão de ordem.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, gostaria que V.Exa. nos informasse sobre a sequência da votação. Quando V.Exa. proclamar o resultado da votação em bloco dos destaques, o que virá a seguir? Há destaques. V.Exa. acabou de dizer que quatro destaques serão votados, e depois, o mérito. Qual é a sequência?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Os quatro destaques já foram deferidos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Vamos votar o mérito e, depois, os destaques.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Vamos votar, Sr. Presidente!

O Governo encaminha o voto "não", Sr. Presidente. Falta só a posição do Governo lá no painel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente, peço verificação de quórum na Câmara dos Deputados .

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu defiro o pedido de verificação na Câmara dos Deputados, na forma do Regimento.

O SR. DR. ROSINHA – Verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – O Democratas está em obstrução.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero pedir aos Líderes dos partidos da base, que estão trabalhando, e muito, nestas mais de 14 horas de sessão, que nos ajudem, que liguem para os Parlamentares de sua bancada.

Nós queremos pedir a ajuda de todos para concluirmos esta votação hoje. Agradecemos, profundamente, pela presença a cada Parlamentar da nossa base, que até as 2 horas da manhã está enfrentando uma obstrução absolutamente irracional. Mas vamos enfrentá-la.

Eu peço aos Líderes que liguem, por favor, para cada um dos Parlamentares de sua base, de todas as bancadas da base, para nós garantirmos o quórum o mais rapidamente possível.

Vamos continuar no plenário para concluir esta votação hoje, Sr. Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos mudar o painel.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – O PSDB está em obstrução.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – O Democratas está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou dar a palavra a todos.

Eu peço aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário. Nós estamos procedendo a uma verificação nominal.

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Sem revisão do orador.) – O Solidariedade está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, leve em consideração o fato de que um gaúcho reclamou da temperatura aqui no plenário. Imagine a bancada nordestina! Mande aumentar a temperatura, Sr. Presidente, porque nós estamos com muito frio aqui. O frio vai nos matar aqui!

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade está em obstrução.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a temperatura está muito boa. Deixe assim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Os Srs. Deputados já podem votar.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Sem revisão do orador.) – Quem está com frio pode ir para casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Vicentinho, V.Exa. tem a palavra.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Peço aos nossos Deputados que estão nos gabinetes que venham aqui votar. Nós teremos pelo menos seis deliberações, e algumas podem ser nominais.

Vamos ficar nesta vigília cívica até a vitória final, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade pediu que se mude a orientação para obstrução.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – O PPS está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PPS está em obstrução.

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Sem revisão do orador.) – O Solidariedade em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Solidariedade está em obstrução.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria à Liderança do Bloco que acionasse todos os companheiros Deputados do PROS e do PP.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – A mensagem é esta: *"Deputados da base que estão dormindo, venham votar"*.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Fernando Ferro, tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. é alagoano, mas eu quero parabenizá-lo pelo estilo tibetano. É digna de Dalai Lama a paciência com que tem enfrentado este momento. V.Exa. está exercitando o que falou de Tancredo Neves com muita competência, com a competência de um monge.

Compreendemos o papel da Oposição, mas vamos concluir a votação. Convidamos a bancada do PT para vir a plenário votar e concluir esta votação de extrema importância para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Givaldo Carimbão, tem V.Exa. a palavra.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido a todos os companheiros. Devemos chegar às 8 horas da manhã votando. A nossa expectativa, com os quatro destaques que existem, é de chegar às 6 horas da manhã ou às 8 horas da manhã votando. Seria importante que todos os Deputados se fizessem presentes, porque amanhã vai haver votação. E aí ela é atrasada. Então, seria importante que todos ficassem em plenário. Não há mais o que fazer em gabinete ou em outro lugar. É importante todos estarem aqui.

Na nossa avaliação, vai até as 6 horas da manhã esta votação. É importante todos estarem presentes.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Sem revisão do orador.) – Deputado Givaldo Carimbão, apostando em 6 horas da manhã, V.Exa. está sendo muito otimista!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para orientar a bancada, com a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero orientar os Deputados que não querem votar o PLN 36, esse absurdo, a entrarem em obstrução. Não precisam votar, apenas entrem em obstrução.

Agora, àqueles que têm motivação para votar a orientação é outra.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas mantém a resistência democrática. O papel dos Deputados da Oposição é o de manterem a firmeza, a solidez.

O Deputado Givaldo Carimbão está muito otimista em achar que até as 6 horas da manhã conseguiremos concluir este processo de votação. Aqui está em jogo a fratura da democracia no Brasil. Nós iremos votar uma lei que coloca abaixo a Lei de Responsabilidade Fiscal. E essa violência democrática merece a resistência daqueles que serão os seus pilares.

Então, quem está pensando que esta sessão terminará cedo ou está com frio pode ir para casa, porque aqui ficaremos até o apagar das luzes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria tornar pública uma decisão do Presidente da Câmara dos Deputados.

A sessão anteriormente convocada para amanhã de manhã está suspensa. Refiro-me à sessão da Câmara dos Deputados.

Tem a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nesta sessão, o tempo todo eu tenho ouvido algumas manifestações que geralmente são mais acusações do que manifestações. É importante dizer que, em 2001, no Governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso, eu estava aqui como Deputado Federal, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias foi mudada. Eu estava aqui, Deputado. E nós não fizemos essa balbúrdia toda. Não era necessário fazer, até porque compreendemos, naquele momento, que o Estado brasileiro estava falido, como se comprovou posteriormente. A bancada do Partido dos Trabalhadores fez o debate democrático e contribuiu com aquele momento, com aquela conjuntura.

Dizem que a Presidenta Dilma Rousseff está cometendo um crime. Crime cometeria se por acaso tentasse fazer qualquer alteração sem consultar esta Casa.

A lei é dinâmica, e não estática. E se se entender que é necessário mudá-la, por qualquer injustiça ou por qualquer irregularidade, isto é feito.

Então, a Presidenta Dilma veio a este Congresso porque cabe a ele tomar esta decisão. O crime é cometido caso não se respeite a lei. E ela pede uma mudança na lei, o que cabe ao Congresso. Isso é constitucional.

Também quero informar ao PSDB que hoje o Governador de Goiás, Marconi Perillo, mandou para a Assembleia Legislativa do Estado um pedido de mudança na LDO de 2014. Então, um discurso é feito para nós, mas lá se está fazendo a mesma coisa. Quer dizer, uma moeda, e a cara é diferente.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apesar do cansaço, a esta hora da madrugada, é muito mais produtivo o trabalho na sessão de hoje do que o de ontem ou de antes de ontem.

Neste plenário, nós vimos uma cena que todos aqueles que assistiam à *TV Câmara* não entenderam. Hoje, várias pessoas do Estado do Pará me ligaram para dizer o seguinte: *"Mas que coisa horrível aconteceu!"*

Então, eu queria parabenizar V.Exa. por tomar aquela iniciativa e os seguranças do Congresso Nacional. Se não fosse tomada aquela decisão de garantir uma boa segurança, provavelmente nós não teríamos feito esta importante sessão para votar uma legislação que garante o desenvolvimento deste País.

É normal que a Oposição, que acaba de perder uma eleição, esteja ainda raivosa e fazendo esse tipo de enfrentamento. Com certeza, sairemos vitoriosos daqui, nesta madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Nilson Leitão. Em seguida, o Deputado Pepe Vargas. *(Pausa.)*

Com a palavra V.Exa., Deputado Sandes Júnior.

O SR. SANDES JÚNIOR (Bloco/PP-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só corrigir o Deputado Givaldo Carimbão. Ele entendeu que a votação vai acabar às 6 horas da manhã, mas refizemos o cálculo e concluímos que vamos até às 3 horas e meia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sempre otimista.

Com a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero alertar o Brasil e o Congresso para as irresponsabilidades cometidas com a PETROBRAS.

A Agência Moody's rebaixou o *rating* individual da PETROBRAS, por conta dos escândalos de corrupção. Ou seja, a PETROBRAS não poderá participar de várias modalidades de licitação a partir desse rebaixamento. Essa é apenas uma das consequências que o Brasil recebe por essa irresponsabilidade, por esse caminho equivocado que o Brasil tomou.

Também aproveito para poder contraditar o que foi colocado há pouco.

O SR. HUGO MOTTA (PMDB-PB) – Vamos encerrar a votação, Sr. Presidente.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – O Deputado Rosinha coloca que, em 2001, o Governo Fernando Henrique usou desse atributo que o Governo de Goiás pode usar. O que me impressiona é que tudo que o PT quer fazer é contrário ao Fernando Henrique Cardoso, mas, quando interessa buscar algum exemplo, alguma coisa que o PSDB fez que dará benefício ao PT, quer usar justamente o que o Fernando Henrique fez.

Eu não acredito no que o Deputado Rosinha falou, até porque eu não acredito que ocorreu isso na época, mas eu acredito que o Governo da Presidente Dilma não...

O SR. HUGO MOTTA (PMDB-PB) – Vamos encerrar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Com a palavra V.Exa. para concluir.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Estou gastando um pouquinho de tempo, para o PT ajudar a trazer o pessoal que estava dormindo, viu, Deputado Sibá?

Eu acredito que essa noite vai ficar na história pelo esforço do Partido dos Trabalhadores em querer aprovar aquilo que o Brasil reprova.

Só para finalizar, alguns disseram que o PSDB perdeu as eleições. Perdemos na urna, mas não perdemos a ética nem a moral nem a vergonha na cara.

(Apupos).

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

(Procede-se à apuração)

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 2:23
Número: 23

54 ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Sessão:
SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 03/12/2014
Abertura Painel: 03/12/2014 10:53

Proposição:
PLN Nº 36/2014 - VOTAÇÃO DOS DESTAQUES EM GLOBO

Início Votação: 04/12/2014 01:47
Fim Votação: 04/12/2014 02:00

Presidente da Casa:
Renan Calheiros - PMDB/AL

Presidiram a Sessão:
Renan Calheiros - 10:53
Romero Jucá - 16:25
Renan Calheiros - 18:15

Presidiram a Votação:
Renan Calheiros

Resultado da Votação

Sim	12
Não	255
Total da Votação	267
Total Quorum	267
Obstrução	36

Orientação
PT - Não
PMDB - Não
PpPros - Não
PSD - Não
PSDB - Obstrução
PrPtdobPrp - Não
DEM - Obstrução
PSB - Obstrução
Solidaried - Obstrução
PDT - Não
PTB - Não
PCdoB - Não
PSC - Não
PRB - Não
PV - Não
PPS - Obstrução
PSOL - Não
Minoria - Sim
GOV. - Não

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Berinho Bantim	Solidaried		Não
Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp	Não
Edio Lopes	PMDB		Não
Jhonatan de Jesus	PRB		Não
Luciano Castro	PR	PrPtdobPrp	Não
Total Roraima : 5			
AMAPÁ			
Dalva Figueiredo	PT		Não
Evandro Milhomen	PCdoB		Não

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 2:23
Número: 23

	Partido	Bloco	Voto
AMAPÁ			
Luiz Carlos	PSDB		Obstrução
Vinicius Gurgel	PR	PrPtdobPrp	Não
Total Amapá : 4			
PARÁ			
Beto Faro	PT		Não
Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros	Não
Giovanni Queiroz	PDT		Não
José Priante	PMDB		Não
Lira Maia	DEM		Obstrução
Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp	Não
Miriquinho Batista	PT		Não
Wandenkolk Gonçalves	PSDB		Obstrução
Wladimir Costa	Solidaried		Sim
Zé Geraldo	PT		Não
Total Pará : 10			
AMAZONAS			
Átila Lins	PSD		Não
Francisco Praciano	PT		Não
Sabino Castelo Branco	PTB		Não
Silas Câmara	PSD		Não
Total Amazonas : 4			
RONDONIA			
Anselmo de Jesus	PT		Não
Carlos Magno	PP	PpPros	Não
Marcos Rogério	PDT		Não
Marinha Raupp	PMDB		Não
Moreira Mendes	PSD		Não
Nilton Capixaba	PTB		Não
Padre Ton	PT		Não
Total Rondonia : 7			
ACRE			
Antônia Lúcia	PSC		Não
Flaviano Melo	PMDB		Não
Henrique Afonso	PV		Não
Perpétua Almeida	PCdoB		Não
Sibá Machado	PT		Não
Taumaturgo Lima	PT		Não
Total Acre : 6			
TOCANTINS			
César Halum	PRB		Não
Júnior Coimbra	PMDB		Não

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 2:23
Número: 23

	Partido	Bloco	Voto
TOCANTINS			
Lázaro Botelho	PP	PpPros	Não
Total Tocantins : 3			
MARANHÃO			
Alberto Filho	PMDB		Não
Cleber Verde	PRB		Não
Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtdobPrp	Não
Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrp	Não
Professor Setimo	PMDB		Não
Waldir Maranhão	PP	PpPros	Não
Weverton Rocha	PDT		Não
Total Maranhão : 7			
CEARÁ			
André Figueiredo	PDT		Não
Anibal Gomes	PMDB		Não
Antonio Balhmann	PROS	PpPros	Não
Ariosto Holanda	PROS	PpPros	Não
Arnon Bezerra	PTB		Não
Chico Lopes	PCdoB		Não
Domingos Neto	PROS	PpPros	Não
Eudes Xavier	PT		Não
Genecias Noronha	Solidaried		Sim
João Ananias	PCdoB		Não
José Airton	PT		Não
José Guimarães	PT		Não
Manoel Salviano	PSD		Não
Mário Feitoza	PMDB		Não
Mauro Benevides	PMDB		Não
Raimundo Gomes de Matos	PSDB		Obstrução
Vicente Arruda	PROS	PpPros	Não
Total Ceará : 17			
PIAUÍ			
Assis Carvalho	PT		Não
Hugo Napoleão	PSD		Não
Iracema Portella	PP	PpPros	Não
Jesus Rodrigues	PT		Não
Júlio Cesar	PSD		Não
Marcelo Castro	PMDB		Não
Osmar Júnior	PCdoB		Não
Paes Landim	PTB		Não
Total Piauí : 8			
RIO GRANDE DO NORTE			
Betinho Rosado	PP	PpPros	Não

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 2:23
Número: 23

	Partido	Bloco	Voto
RIO GRANDE DO NORTE			
Fátima Bezerra	PT		Não
Felipe Maia	DEM		Sim
Henrique Eduardo Alves	PMDB		Não
João Maia	PR	PrPtdobPrp	Não
Paulo Wagner	PV		Não
Sandra Rosado	PSB		Obstrução
Total Rio Grande do Norte : 7			
PARAÍBA			
Aguinaldo Ribeiro	PP	PpPros	Não
Benjamin Maranhão	Solidaried		Não
Damião Feliciano	PDT		Não
Hugo Motta	PMDB		Não
Luiz Couto	PT		Não
Major Fábio	PROS	PpPros	Não
Manoel Junior	PMDB		Não
Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrp	Não
Wilson Filho	PTB		Não
Total Paraíba : 9			
PERNAMBUCO			
Anderson Ferreira	PR	PrPtdobPrp	Não
André de Paula	PSD		Não
Eduardo da Fonte	PP	PpPros	Não
Fernando Ferro	PT		Não
João Paulo Lima	PT		Não
Jorge Côrte Real	PTB		Não
José Augusto Maia	PROS	PpPros	Não
José Chaves	PTB		Não
Luciana Santos	PCdoB		Não
Mendonça Filho	DEM		Obstrução
Pastor Eurico	PSB		Obstrução
Paulo Rubem Santiago	PDT		Não
Pedro Eugênio	PT		Não
Raul Henry	PMDB		Obstrução
Silvio Costa	PSC		Não
Vilalba	PP	PpPros	Não
Wolney Queiroz	PDT		Não
Total Pernambuco : 17			
ALAGOAS			
Alexandre Toledo	PSB		Obstrução
Arthur Lira	PP	PpPros	Não
Givaldo Carimbão	PROS	PpPros	Não
Maurício Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrp	Não

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 2:23
Número: 23

	Partido	Bloco	Voto
ALAGOAS			
Paulão	PT		Não
Renan Filho	PMDB		Não
Total Alagoas : 6			
SERGIPE			
Andre Moura	PSC		Não
Fabio Reis	PMDB		Não
Márcio Macêdo	PT		Não
Rogério Carvalho	PT		Não
Total Sergipe : 4			
BAHIA			
Afonso Florence	PT		Não
Alice Portugal	PCdoB		Não
Amauri Teixeira	PT		Não
Antonio Brito	PTB		Não
Daniel Almeida	PCdoB		Não
Edson Pimenta	PSD		Não
Félix Mendonça Júnior	PDT		Não
Jânio Natal	PRP	PrPtdobPrp	Não
João Carlos Bacelar	PR	PrPtdobPrp	Não
João Leão	PP	PpPros	Não
José Carlos Araújo	PSD		Não
José Nunes	PSD		Não
José Rocha	PR	PrPtdobPrp	Não
Jutahy Junior	PSDB		Obstrução
Luiz Alberto	PT		Não
Márcio Marinho	PRB		Não
Oziel Oliveira	PDT		Não
Paulo Magalhães	PSD		Não
Roberto Britto	PP	PpPros	Não
Sérgio Brito	PSD		Não
Valmir Assunção	PT		Não
Waldenor Pereira	PT		Não
Total Bahia : 22			
MINAS GERAIS			
Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp	Não
Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrp	Não
Dimas Fabiano	PP	PpPros	Não
Eros Biondini	PTB		Não
Gabriel Guimarães	PT		Não
George Hilton	PRB		Não
Jairo Ataide	DEM		Obstrução
Jô Moraes	PCdoB		Não

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 2:23
Número: 23

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
João Magalhães	PMDB		Não
José Humberto	PSD		Não
Júlio Delgado	PSB		Obstrução
Leonardo Monteiro	PT		Não
Leonardo Quintão	PMDB		Não
Luiz Fernando Faria	PP	PpPros	Não
Marcos Montes	PSD		Obstrução
Margarida Salomão	PT		Não
Nilmário Miranda	PT		Não
Odair Cunha	PT		Não
Padre João	PT		Não
Reginaldo Lopes	PT		Não
Saraiva Felipe	PMDB		Não
Stefano Aguiar	PSB		Obstrução
Subtenente Gonzaga	PDT		Não
Vitor Penido	DEM		Obstrução
Weliton Prado	PT		Não
Zé Silva	Solidaried		Obstrução
Total Minas Gerais : 26			
ESPÍRITO SANTO			
Carlos Manato	Solidaried		Obstrução
Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros	Não
Iriny Lopes	PT		Não
Lauriete	PSC		Não
Rose de Freitas	PMDB		Não
Sueli Vidigal	PDT		Não
Total Espírito Santo : 6			
RIO DE JANEIRO			
Alessandro Molon	PT		Não
Alexandre Santos	PMDB		Não
Aureo	Solidaried		Obstrução
Chico Alencar	PSOL		Não
Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrp	Não
Dr. Carlos Alberto	PMN		Obstrução
Edson Santos	PT		Não
Eduardo Cunha	PMDB		Não
Felipe Bornier	PSD		Não
Francisco Floriano	PR	PrPtdobPrp	Não
Glauber Braga	PSB		Não
Jair Bolsonaro	PP	PpPros	Obstrução
Jandira Feghali	PCdoB		Não
Jorge Bittar	PT		Não

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 2:23
Número: 23

	Partido	Bloco	Voto
RIO DE JANEIRO			
Julio Lopes	PP	PpPros	Não
Leonardo Picciani	PMDB		Não
Luiz Sérgio	PT		Não
Manuel Rosa Neca	PR	PrPtdobPrp	Não
Marcelo Matos	PDT		Não
Miro Teixeira	PROS	PpPros	Não
Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp	Não
Pedro Paulo	PMDB		Não
Rodrigo Maia	DEM		Obstrução
Romário	PSB		Obstrução
Simão Sessim	PP	PpPros	Não
Vitor Paulo	PRB		Não
Walney Rocha	PTB		Não
Washington Reis	PMDB		Não
Zoinho	PR	PrPtdobPrp	Não
Total Rio de Janeiro : 29			
SÃO PAULO			
Abelardo Camarinha	PSB		Obstrução
Alexandre Leite	DEM		Obstrução
Aline Corrêa	PP	PpPros	Não
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB		Sim
Arlindo Chinaglia	PT		Não
Arnaldo Faria de Sá	PTB		Sim
Devanir Ribeiro	PT		Não
Dr. Ubiali	PSB		Obstrução
Edinho Araújo	PMDB		Não
Eleuses Paiva	PSD		Obstrução
Emanuel Fernandes	PSDB		Obstrução
Francisco Chagas	PT		Não
Guilherme Campos	PSD		Não
Guilherme Mussi	PP	PpPros	Obstrução
Gustavo Petta	PCdoB		Não
Helcio Silva	PT		Não
Iara Bernardi	PT		Não
Ivan Valente	PSOL		Não
Janete Rocha Pietá	PT		Não
Jefferson Campos	PSD		Não
José Mentor	PT		Não
Milton Monti	PR	PrPtdobPrp	Não
Nelson Marquezelli	PTB		Não
Newton Lima	PT		Não
Otoniel Lima	PRB		Não
Pastor Marco Feliciano	PSC		Não

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 2:23
Número: 23

	Partido	Bloco	Voto
SÃO PAULO			
Paulo Freire	PR	PrPtdobPrp	Não
Paulo Teixeira	PT		Não
Renato Simões	PT		Não
Ricardo Izar	PSD		Sim
Ricardo Tripoli	PSDB		Obstrução
Roberto de Lucena	PV		Não
Roberto Santiago	PSD		Não
Tiririca	PR	PrPtdobPrp	Não
Vanderlei Siraque	PT		Não
Vaz de Lima	PSDB		Obstrução
Vicente Candido	PT		Não
Vicentinho	PT		Não
William Dib	PSDB		Obstrução
Total São Paulo : 39			
MATO GROSSO			
Carlos Bezerra	PMDB		Não
Eliene Lima	PSD		Não
Roberto Dorner	PSD		Não
Ságuas Moraes	PT		Não
Valtenir Pereira	PROS	PpPros	Não
Total Mato Grosso : 5			
DISTRITO FEDERAL			
Erika Kokay	PT		Não
Luiz Pitiman	PSDB		Obstrução
Magela	PT		Não
Policarpo	PT		Não
Reguffe	PDT		Sim
Ronaldo Fonseca	PROS	PpPros	Não
Total Distrito Federal : 6			
GOIÁS			
Flávia Morais	PDT		Não
Jovair Arantes	PTB		Não
Leandro Vilela	PMDB		Não
Pedro Chaves	PMDB		Não
Roberto Balestra	PP	PpPros	Sim
Sandes Júnior	PP	PpPros	Não
Thiago Peixoto	PSD		Não
Vilmar Rocha	PSD		Não
Total Goiás : 8			
MATO GROSSO DO SUL			
Akira Otsubo	PMDB		Não
Biffi	PT		Não

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 2:23
Número: 23

	Partido	Bloco	Voto
MATO GROSSO DO SUL			
Fábio Trad	PMDB		Não
Geraldo Resende	PMDB		Não
Marçal Filho	PMDB		Sim
Vander Loubet	PT		Não
Total Mato Grosso do Sul : 6			
PARANÁ			
Alex Canziani	PTB		Não
André Zacharow	PMDB		Não
Assis do Couto	PT		Não
Dilceu Sperafico	PP	PpPros	Não
Dr. Rosinha	PT		Não
Eduardo Sciarra	PSD		Não
Hermes Parcianello	PMDB		Não
Luiz Carlos Hauly	PSDB		Obstrução
Nelson Meurer	PP	PpPros	Não
Nelson Padovani	PSC		Sim
Osmar Serraglio	PMDB		Não
Takayama	PSC		Não
Zeca Dirceu	PT		Não
Total Paraná : 13			
SANTA CATARINA			
Celso Maldaner	PMDB		Não
Décio Lima	PT		Não
Edinho Bez	PMDB		Não
Francisco de Assis	PT		Não
João Rodrigues	PSD		Não
Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp	Não
Luci Choinacki	PT		Não
Onofre Santo Agostini	PSD		Não
Rogério Peninha Mendonça	PMDB		Não
Ronaldo Benedet	PMDB		Não
Total Santa Catarina : 10			
RIO GRANDE DO SUL			
Afonso Hamm	PP	PpPros	Obstrução
Assis Melo	PCdoB		Não
Bohn Gass	PT		Não
Giovani Cherini	PDT		Não
Henrique Fontana	PT		Não
Jerônimo Goergen	PP	PpPros	Sim
Luis Carlos Heinze	PP	PpPros	Obstrução
Luiz Carlos Busato	PTB		Não
Manuela D`Ávila	PCdoB		Não

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 2:23
Número: 23

	Partido	Bloco	Voto
RIO GRANDE DO SUL			
Marcon	PT		Não
Maria do Rosário	PT		Não
Osmar Terra	PMDB		Sim
Paulo Pimenta	PT		Não
Pepe Vargas	PT		Não
Renato Molling	PP	PpPros	Obstrução
Ronaldo Zulke	PT		Não
Sérgio Moraes	PTB		Não
Vieira da Cunha	PDT		Não
Vilson Covatti	PP	PpPros	Não

Total Rio Grande do Sul : 19

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos proclamar o resultado: "sim", 12; "não", 255.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – O voto da Oposição está diminuindo.

A SRª JANDIRA FEGHALI (Bloco Apoio Governo/PCdoB-RJ) – Rejeitados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Estão rejeitados os destaques.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Orientação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Estão rejeitados os destaques. Já concedemos a verificação. Acabamos de proclamar o resultado.

Rejeitados os destaques na Câmara, eles não vão ao Senado.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Vamos para o mérito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sobre a mesa requerimento de preferência do projeto em relação ao substitutivo.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO
Nº 76, DE 2014-CN

Requer preferência para votação do projeto em relação ao substitutivo.

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do § 4º do art. 49 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a preferência para votação do projeto em relação ao seu substitutivo, referentes ao PLN 36/2014.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2014

Dep. Domingos Sávio
Líder da Minoria na CD

(À publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos combinar o mesmo procedimento: um Senador e um Deputado para encaminhar favoravelmente; um Deputado e um Senador para encaminhar contrariamente.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sou contrário, Sr. Presidente, a essa alteração.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Contrário também, para agilizar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para encaminhar favoravelmente, concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado pela paciência. O pessoal do PT está muito impaciente, mas eles vão ter que ficar um pouco mais impacientes, porque a sessão só está no meio. A gente tem muita discussão. Esta é uma matéria complexa, que exige que discutamos item por item, à exaustão.

E eu queria expressar aqui uma diferença básica entre o texto original do Governo, que é muito ruim, é péssimo... Eu diria que o Relator, Senador Romero Jucá, conseguiu piorar. Por que conseguiu piorar? Porque o texto original do Governo fixa algo que é uma ficção: um superávit primário em que se leva em consideração um volume de abatimento da ordem de 106 bilhões de reais relativos a investimentos em obras do PAC, de um lado, e desonerações fiscais, de outro lado.

Ora, todos sabem que, se porventura o Governo promoveu desonerações tributárias, essas desonerações caracterizam recursos que o Governo abriu mão. Eles não entrarão mais no caixa do Governo. Se os recursos não entrarão mais no caixa do Governo, essa receita deixa de existir. Portanto, ela não existe mais.

De outra parte, o investimento realizado em obras do PAC é investimento feito. E aí também não há como se considerar esse investimento como parte da receita. Então, é uma ficção absoluta que o Governo quer levar em consideração, como se porventura isso fosse receita a considerar no balanço entre receita e despesa para cômputo do chamado superávit primário.

E como é que o Senador Romero Jucá conseguiu piorar o texto?

Quero dizer aqui, com todo o respeito ao Senador Romero Jucá, que eu acredito, Presidente Renan, que essa criação não é do Senador Romero Jucá. Essa criação foi da área de maquiagem das contas públicas do Ministério da Fazenda. Aquilo não é mais o Ministério da Fazenda, aquilo é um salão de beleza, está acostumado a fazer maquiagem constantemente. Lá não se corta cabelo; é só maquiagem constantemente.

E qual é a maquiagem nova na proposta do Senador Romero Jucá, Presidente Renan? É a seguinte: ele tirou a palavra superávit e introduziu a palavra resultado. Resultado, negativo ou positivo, qualquer que seja ele, a Presidente Dilma estará perdoada.

Todo mundo sabe que o déficit nominal este ano será muito maior. Estão falando em 140, 150 bilhões de reais. Será o maior rombo da história das contas públicas do Brasil, produzido pela irresponsabilidade de um Governo que não tem compromisso com a estabilidade econômica.

A população que está em casa se pergunta: *"O que eu tenho a ver com isso?".* E eu digo: você tem tudo a ver com isso, porque, quando o Governo não equilibra as contas públicas, o povo paga com mais inflação; quando o Governo não equilibra as contas públicas, o povo paga com mais imposto, e vem aí arrocho com elevação da carga tributária; quando o Governo não equilibra as contas públicas, o povo paga com mais juros no crediário feito numa loja, no financiamento habitacional, no financiamento de um automóvel.

Então, o que a Presidente Dilma está promovendo, e quer o aval do Congresso Nacional para isso, é a irresponsabilidade, que será paga e está sendo paga pelo povo brasileiro, através de mais inflação, de mais imposto, de mais juros.

Enfim, é essa irresponsabilidade que a Oposição está denunciando ao Brasil e mostrando que este Congresso não pode avalizar a proposta. A gente tem que reagir e derrotar a proposta do Governo, votando "não" ao PLN da irresponsabilidade, o PLN 36.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao último orador inscrito para encaminhar, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Apenas um apelo, Sr. Presidente. Eu sou autor de um requerimento idêntico, que naturalmente vai ficar prejudicado. Então, eu queria fazer um apelo a V.Exa. para que me desse a possibilidade de encaminhar, na sequência...

A SRª JANDIRA FEGHALI (Bloco Apoio Governo/PCdoB-RJ) – Chega! Não, não, não! *(Manifestações do plenário.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – O requerimento de minha autoria está sobre a mesa. Eu estou entendendo; a minha expectativa é de que ele seja apreciado, mas, como ele versa sobre a mesma natureza, eu imagino que V.Exa. pudesse me dar a palavra para encaminhar e fazer a defesa.

O SR. FÁBIO FARIA (PSD-RN) – Sr. Presidente, o Deputado Fábio Faria votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência registra a manifestação de V.Exa.

Senador Flexa Ribeiro, com a palavra V.Exa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento nosso neste momento ao requerimento é contrário a qualquer um dos dois projetos. Só que nós temos que escolher o menos pior, porque o Relator, Senador Jucá, conseguiu piorar o que já era ruim. O projeto que veio do Executivo fala em superávit, e o Relator faz um substitutivo colocando resultado. Ou seja, o resultado pode ser positivo ou negativo.

Então, é mais do que a Presidente Dilma pediu de esforço da sua base.

Nós somos contra o PLN 36 por tudo aquilo que aqui já foi dito, porque quem vai pagar o preço é a sociedade. São os brasileiros que terão aumento de juros, como já estão tendo, e vão pagar mais caro a sua prestação, mais caro o crédito consignado, mais caro a prestação do seu automóvel.

Então, Senador Renan Calheiros, é importante que a Nação brasileira tome conhecimento. São 2 horas e 8 minutos da manhã de quinta-feira. Tenho certeza absoluta de que os brasileiros estão assistindo à *TV Senado* e a *TV Câmara* e ouvindo a *Rádio Senado* e a *Rádio Câmara*, e vão marcar, vão registrar, como fazia o PT antigamente, quando colocava *outdoors* nas ruas para mostrar os Parlamentares que tinham votado contra os interesses daqueles petistas de então, que eram Oposição; e hoje, como Situação, eles estão produzindo peças muito mais destrutivas do que as que eles votavam contra lá adiante.

Como eles foram contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, é lógico que eles continuam contra quando propõem votar a favor do PLN 36.

O nosso encaminhamento é pelo projeto original, que é o menos pior do que o substitutivo do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Votação...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, nem sequer esgotou o tempo do Senador Flexa, eu insisto: o requerimento é de minha autoria.

Eu pensei até que fosse outro requerimento, porque não foi feito essa referência. O requerimento é de minha iniciativa e eu queria esclarecer um pequeno detalhe a V.Exa., por que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria só lembrar à Casa que nós ainda vamos apreciar outro requerimento.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Apenas em 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu gostaria muito de atender a V.Exa., mas as pessoas, sinceramente, não compreenderão. E eu assegurarei, na sequência, a palavra a V.Exa. para encaminhar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Votação do requerimento de preferência do projeto em relação ao substitutivo.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) – Para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) – Para orientar, Sr. Presidente.

A SRª JANDIRA FEGHALI (Bloco Apoio Governo/PCdoB-RJ) – Rejeitado, rejeitado.

Sr. Presidente, rejeitado, está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Rodrigo Maia quer orientar a bancada, na forma do requerimento.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós entendemos que o requerimento diminui o dano em relação ao relatório aprovado na Comissão. Por isso, nosso partido entende que essa matéria deveria inclusive estender a discussão.

Infelizmente, o que estamos vendo aqui hoje é um dado da realidade. O PT nunca foi efetivamente a favor da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se nós pegarmos o discurso do Deputado Carlito Merss, na votação do ano de 2000, veremos que S.Exa. diz de forma clara que, entre pagar juros e pagar o remédio, deixa-se de pagar

juros e remédios como se essa equação fosse verdadeira. Esta equação não é verdadeira. O Governo tem que se organizar para pagar o remédio, para pagar juros, para investir.

Lamentavelmente, essa organização das contas públicas não existe por parte do Partido dos Trabalhadores. É um Governo que está desorganizado e perdido. O novo Ministro da Fazenda não consegue assumir o cargo porque, antes de ele assumir o cargo, o Governo precisa aprovar esta excrescência que é o PLN 36. Por isso, nós votamos a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como orienta o PSDB?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB tem o entendimento de que o PLN 36 é extremamente danoso para a Lei de Responsabilidade Fiscal. É possível inclusive que aqueles que apenas agora tomaram conhecimento dessa discussão estranhem que estamos insistindo em um mecanismo legítimo da Oposição de tentar segurar uma votação que nós entendemos ser danosa para o País. A única maneira que temos para segurar é usando todos os mecanismos regimentais.

Por que nós entendemos que deve ser votado, ainda que não concordemos com ele, o original e não o substitutivo? Porque o substitutivo piora ainda mais. E eu digo por que piora mais ainda. O projeto original pelo menos preserva, no seu *caput*, a proposição de que se mantenha um superávit fiscal, o que é fundamental para a economia do Brasil. Evita-se aquela filosofia de gastar de qualquer maneira. Não se pode gastar mais do que se arrecada.

Já o substitutivo fala não em superávit, mas em resultado fiscal. Deixa em dúvida, o resultado pode ser negativo. Superávit é muito claro, tem que ser um resultado positivo. Ou seja, você tem que ter um mínimo de sobra entre o que você arrecadou e o que você gastou.

Nós somos a favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como orienta o PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós vamos continuar com a mesma linha. As divergências que achamos que ficam mais acentuadas entre o projeto original e aquilo que foi produzido pelo Relator, Senador Romero Jucá, são os dois pontos apontados: primeiro, a ausência de uma meta numérica, o que, no nosso entender, caracteriza um alvo, fixa um determinado horizonte; e, segundo, a mudança de conceito, quando ele, aceitando a formulação por resultado, abre a possibilidade inclusive de registrar déficit, que é o que provavelmente ocorrerá.

O Governo já deixou claro, pelas declarações dos novos Ministros, que, longe daquilo que era a meta de 116, agora terá um superávit de 10, e nós sabemos que, provavelmente, nem isso será cumprido, Sr. Presidente.

Por isso, a preferência pelo projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como orienta o PDT?

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – O PDT orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como orienta o PSB?

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós, do PSB, entendemos que tanto o projeto original quanto o substitutivo são ruins para o País.

Não entendemos que qualquer voto, tanto no principal quanto no substitutivo, possa ajudar a resolver os problemas desta Nação, que são de várias ordens. Um deles, talvez o principal, é exatamente a inconstância das regras do jogo. Essa mudança da regra do jogo não interessa ao PSB.

Por isso, nós vamos entrar em obstrução.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – O PT vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PMDB?

O SR. ALBERTO FILHO (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB orienta a sua bancada a votar "não" ao requerimento.

O SR. SANDES JÚNIOR (Bloco/PP-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PP encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota a Minoria?

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o trabalho sujo ficou para o Congresso Nacional. A Presidente toma a decisão com o seu partido, no início do ano, de que não há limite para os gastos públicos no ano eleitoral e, no final do ano, diz: *"Nós combinamos com o Congresso e resolvemos com a Maioria."*

Alguns Srs. Parlamentares, a exemplo do Presidente Henrique Eduardo Alves, do Senador Sarney e do Deputado Inocêncio Oliveira, que também nos deixa nesta Legislatura, votaram, no final da década de 70, a anistia da concórdia, da unidade, a anistia que reencontrou o País e o levou à democratização. Esta é a anistia da discórdia. Esta é a anistia do perdão. Esta é a anistia que prega o perdão à irresponsabilidade. Encaminhamos o voto "sim" contra esta anistia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – O requerimento de preferência foi rejeitado. Como foi rejeitado na Câmara dos Deputados, ele não vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos apreciar o último requerimento, na forma concedida ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Sobre a mesa requerimento de votação nominal.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO
Nº 77, DE 2014-CN

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do Parágrafo único do artigo 44 do Regimento Comum do Congresso Nacional que a votação do PLN 36/2014 seja feita pelo processo nominal.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 2014.

Deputado **Mendonça Filho**

Líder do Democratas

(À publicação)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para encaminhar, tem a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sou contra o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Também sou contra o requerimento, Sr. Presidente. Quero batalhar para votar logo esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos diante de um projeto que parou a Câmara e o Senado, que parou as Comissões desta Casa, não por nossa vontade.

De maneira obstinada, o Governo deixou uma série de outras matérias que são extremamente importantes para o Brasil, inclusive a discussão da LDO do ano que vem, do Orçamento. E, de maneira sistemática, quer mudar a LDO deste ano, que foi aprovada no ano passado, como foi lembrado aqui, para salvar a Presidente Dilma do crime que cometeu de não respeitar o Orçamento e a LDO.

Sr. Presidente, eu creio que o meu tempo não está contado adequadamente. Para encaminhar, eu tenho direito a um tempo maior: 5 minutos. Eu peço que isso seja respeitado.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso entendimento é o de que uma matéria dessa magnitude precisa ser votada nominalmente. Isso é absolutamente legítimo, até porque esta Casa já decidiu o voto aberto para vetos e para uma série de matérias. Agora, vejam bem: nós vamos mudar algo que muda a Lei de Responsabilidade Fiscal e vamos votar simbolicamente? Isso é inaceitável.

Então, o requerimento, que inclusive é de minha autoria e pede a votação de forma nominal, é respeitoso com todos. Eu vi a base do Governo, de maneira entusiástica, dizer que esse é um projeto que vai salvar a economia do Brasil. É exatamente o contrário: é um projeto que vai na contramão de qualquer entendimento de uma economia responsável, que preze pelos valores essenciais de uma nação. Se não há descontrole de gasto público, feliz é a Nação, é o povo.

Se você tem descontrole de gastos públicos – que é onde este projeto vai levar –, quem vai pagar a conta, eu alerto aqui, é o trabalhador, é o cidadão brasileiro. Quando o Governo não tem o menor controle, ele faz o que a Presidente fez hoje, e já fez 2, 3 dias depois de ser eleita: tem que aumentar os juros. Por que tem que aumentar os juros? Porque ele vai gastando tanto que ele tem que ir ao mercado buscar dinheiro, mas o mercado não confia no Governo mais. Não confia, porque é um governo que não mostra sequer capacidade de honrar os seus compromissos. Aí, ele tem que aumentar os juros. Aí, vira uma bola de neve: juros altos, indústria desaquecendo, inflação crescendo... Só os banqueiros que ganham.

Não é por acaso que a Presidente hoje, reeleita, contradiz tudo o que falou. Falou que o Senador Aécio é que ia aumentar juros; que ele é que era o homem que ia aumentar juros e colocar os banqueiros para administrarem a economia. A Presidente, eleita, aumenta juros na semana seguinte. Hoje, determina a sua equipe econômica para aumentar em mais meio por cento – já é quase 1% de aumento em pouco mais de 30 dias. A Presidente determina aumento de combustíveis, de tarifas. Na verdade, ela contradiz tudo o que falou, inclusive na hora de formar a sua equipe econômica.

Agora, o pior é isso que ela está fazendo. O pior de tudo é estabelecer que não vai haver mais Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, não basta fazer rombo na PETROBRAS. Hoje, denunciou-se que o dinheiro da roubalheira foi parar na conta oficial do Partido dos Trabalhadores. Hoje foi provado isso.

Agora, não basta roubar a estrutura pública de uma maneira até oficial, mandando o dinheiro para a conta do partido. Agora, nós vamos também, quando se gastar mais do que arrecada, fazer um projeto de lei com a Maioria no Congresso. Você aprova o projeto de lei, e aquilo que era crime deixa de ser crime.

Então, é importante saber, para quem está nos acompanhando até de madrugada, que sabe que esta sessão começou às 10 horas da manhã, que nós, da Oposição, não arredaremos pé daqui. Isso foi em defesa do povo brasileiro. Às vezes, a base diz: "*O Domingos Sávio está falando várias vezes*". Tem que falar quantas vezes for necessário, e vou falar quantas vezes o Regimento me permitir, para que nós tenhamos tempo, e quem sabe, Sr. Presidente, com isso, alguns dos Srs. Deputados e Senadores da base do Governo percebam que não é prudente votar esta matéria, muito menos votá-la de afogadilho. Agora, se tivermos que votar, se for para votar hoje mesmo, que cada um indique a posição que tem, que cada um diga com clareza: "*Olha, eu quero acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal*", e coloque ali a sua digital.

Então, vamos votar nominalmente, vamos mostrar a cara. Nós já dissemos que somos contra, que vamos votar "não". Agora, nós precisamos que o resto do País saiba, até porque ele votou recentemente nas Sras. e Srs. Deputados e Senadores e querem saber como nós estamos nos posicionando aqui. Aqueles que estão dizendo que é bom devem ter alegria de votar de maneira nominal, devem aprovar o meu requerimento. Por isso, eu acho que agora é a hora da verdade. Aqueles que estão dizendo que o projeto é bom não devem ficar contra o meu requerimento. Aprovem o meu requerimento. Vamos votar de maneira nominal. Vamos deixar o País saber quem está querendo mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Vamos deixar o País saber quem é quem, separar o joio do trigo. Essa é a hora da verdade. A verdade é que chega de enganar o povo brasileiro.

Por isso, nós, do PSDB, queremos uma votação nominal. Nós, da Oposição, todos os partidos, queremos uma votação nominal, clara, objetiva, quando nós vamos dizer "não" ao PLN 36.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por me assegurar o direito à palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para concluir o encaminhamento, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM-RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou procurar ser bastante objetivo e ir direto ao ponto.

Quando voltei hoje ao meu gabinete, por volta de 3 da tarde, encontrei mais de uma dezena de Prefeitos, alguns com os quais eu havia estado ontem e outros que voltaram hoje, querendo informações sobre o andamento da votação do PLN 36 e suas circunstâncias. Eu disse a eles acerca das consequências. Disse também que, em última análise, o que se pretendia era oferecer à Presidenta Dilma anistia para o crime de responsabilidade. A prática da responsabilidade fiscal ficava anistiada.

A Prefeita de Riacho da Cruz disse: "É incrível, Senador! Se nós cometemos o pecado da irresponsabilidade fiscal *de não cumprimos a LRF, acontecem as penalidades 'a', 'b', 'c' e 'd'. Se o Congresso Nacional der anistia a Presidente da República à Lei de Responsabilidade Fiscal, a nós, Prefeitos, vai caber o direito de entrar na Justiça para obter o mesmo direito que o Congresso Nacional está dando à Presidenta Dilma".*

O que o Deputado Domingos Sávio está abordando está perfeito! Os Prefeitos, o Brasil todo quer saber quem está votando e como, para que assuma sua responsabilidade no futuro.

Eu acho que nada mais razoável do que fazer a votação nominal desta matéria, para que o Brasil saiba quem é quem e como é que o Parlamentar de cada partido votou em relação a esta matéria, para responder no futuro.

Por esta razão, o Democratas vota a favor do requerimento, pedindo a votação nominal, para conferir a responsabilidade no voto de uma matéria que reputo da maior importância para a política do Brasil.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP) – Peço a palavra para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Dr. Ubiali para orientar o voto do PSB.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a votação nominal deveria ser a única forma de votação, tanto da Câmara quanto do Senado, porque, ao exercer o direito de votar nominalmente, você identifica para os seus eleitores qual é a sua real posição. Nesse sentido, o PSB, que votou a favor do voto aberto, que luta para que sempre seja demonstrada a posição dos membros do seu partido, que luta para que seja demonstrada a posição de todos aqui na Casa, entende que o voto tem que ser nominal.

Nós não estamos aqui no sentido de obstruir, de atrasar votação. Nós estamos aqui no sentido de defender a legitimidade do reconhecimento do voto de cada Deputado e de cada Senador desta Casa.

Nesse sentido, nós orientamos o voto nominal.

Portanto, "sim" ao requerimento.

O SR. HUGO MOTTA (PMDB-PB. Sem revisão do orador.) – O PMDB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – O PDT vota "não", Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero orientar pelo PSDB e pedir a V.Exa. que acrescente o meu tempo de Líder, que ainda não usei nesta sessão, porque este requerimento de minha autoria é extremamente importante para nós concluirmos esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) **–** Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – O PT vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS, parece até que seria óbvio, propõe "sim". Depois desse período todo, do debate cerrado, o Governo alegou uma total convicção àquilo que defende, e surpreende que não queira que isso se expresse de uma forma clara. Nós também temos a nossa convicção, e achamos que, acima de tudo, e de desejos individuais aqui, há algo a prestar contas à população brasileira.

Por isso, "sim" ao requerimento de votação nominal.

O SR. WASHINGTON REIS (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "não".

A SRª JANDIRA FEGHALI (Bloco Apoio Governo/PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PCdoB vota "não".

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar pelo PSDB, e peço que acrescente o meu tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a nossa orientação é bem clara: nós entendemos que esse requerimento é fundamental. Deveria ser um requerimento consensual, porque o requerimento é que dá a oportunidade de que todos coloquem com clareza o posicionamento sobre uma matéria que vem sendo discutida há mais de 1 mês, uma matéria extremamente importante e que hoje ocupa todos os noticiários do Brasil. O requerimento propõe tão somente a possibilidades de que todos os Deputados e Senadores votem nominalmente, digam ao povo brasileiro se está votando "sim" ou "não".

Muitos de nós viemos aqui e discursamos. Todos já conhecem a minha posição, a posição do meu partido, a posição dos Deputados e Senadores de oposição: somos contra o projeto, e vamos votar "não". Mas muitos outros ainda não se manifestaram. É hora de nós termos clareza, mas é hora também – e por isto pedi a palavra como Líder – de fazermos uma reflexão sobre o que ocorre no Brasil.

O momento é dos mais graves. Não dá para nós votarmos uma matéria como esta. E olhem que até já paira sobre a população – e não sou eu que o digo, é a imprensa nacional inteira – que o decreto feito pela Presidente é uma maneira de coagir ou de dizer à base: *"Olha, eu já estabeleci aqui: votem e terão mais recursos".* Ora, nós não queremos que essa seja a imagem que prevaleça do Congresso, ou, pelo menos, que ela não recaia sobre todos.

Mas há outras reflexões a serem feitas.

Não é possível que nós vamos ficar calados diante de um país que parece desmoronar à nossa frente! Não é possível que o Congresso Nacional, aqui reunido, ignore o que está acontecendo não só na PETROBRAS – porque agora não é só na PETROBRAS, Sr. Presidente. O Sr. Paulo Roberto esteve ontem nesta Casa, no Congresso Nacional, porque foi a uma CPMI, para dizer – e o disse em alto e bom som – que a quadrilha que se instalou na PETROBRAS, roubando bilhões dos brasileiros, está instalada também em todas as empresas públicas do Brasil. Ele falou com a autoridade de alguém que participou praticamente dos 12 anos do Governo do PT, ocupando cargos de destaque durante o Governo Lula e durante o Governo da Presidente Dilma.

E ele não ficou só nisso. Ele disse que o esquema de roubo está instalado no Brasil durante todo esse tempo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Se V.Exa. puder concluir...

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – Não dê mais tempo, não, Sr. Presidente! Olhe o Regimento.

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS) – Todo mundo tem que cumprir o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É que nós já garantimos a palavra a V.Exa. várias vezes, Deputado Domingos.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – Ele já falou mais de 4 horas hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa., Deputado Domingos, para concluir.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS) – Faltou o Deputado dizer que aquele cidadão anunciou que desde 1996 ele operava lá na PETROBRAS. Ele começou em 1996 sua atuação lá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Domingos Sávio, para concluir.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Eu preciso que o meu som seja disponibilizado, preciso que meu direto regimental seja respeitado. O Secretário de V.Exa. é meu testemunho. É meu testemunho como servidor público idôneo que é. Ele é meu testemunho de que eu não usei o tempo de Líder. Portanto, eu ainda não usei os 6 minutos regimentais a que tenho direito.

Não admito que cortem o meu tempo! Não admito que desrespeitem a Câmara! Porque estão desrespeitando a Câmara como um todo.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – V.Exa. já falou como Líder hoje várias vezes.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Chamo a meu socorro o Presidente Henrique Eduardo Alves, que está presente. Meu tempo de Líder não foi usado. Estou no meu tempo de Líder.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – V.Exa. é insuportável!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – O que me atende é meu tempo de Líder, que eu peço a V.Exa., Sr. Presidente, que respeite.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT-RJ) – V.Exa. já falou como Líder várias vezes aqui.

Presidente Renan Calheiros, o Deputado está passando dos limites. Já falou várias vezes, centena de vezes como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu quero pedir a V.Exa. que conclua. Eu vou conceder mais 1 minuto a V.Exa., para concluir.

(Manifestações do plenário.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – V.Exa. é meu testemunho. A que horas V.Exa. me deu a palavra como Líder? Eu usei a palavra para encaminhar, eu usei a palavra, regimentalmente, para fazer a defesa das minhas teses, mas não como Líder.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS) – Falou 5 minutos, já.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Portanto, não me venha a base do Governo, apavorada, subserviente, querer me tirar o direito regimental de falar. Eu quero concluir, e não aceito apenas 1 minuto.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR) – Insuportável!

(Tumulto no plenário.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Vou usar a palavra, como Líder que sou, sob pena de a Casa estar desrespeitando, mais uma vez, o seu Regimento.

Eu quero, portanto, Sr. Presidente, concluir – e vou concluir rapidamente –, dizendo o seguinte: o Brasil não pode se calar diante desses escândalos. O Congresso Nacional é a representação máxima do povo brasileiro. E o que está acontecendo é desastroso. Nós estamos sendo achincalhados já pela imprensa do mundo todo. Portanto, ao votarmos de uma maneira objetiva este requerimento, nós…

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos fazer a votação na Câmara dos Deputados. Já se esgotou o tempo de V.Exa.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos fazer a votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado na Câmara dos Deputados.

A matéria não vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, na Câmara, ressalvados os destaques de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra, para encaminhar, ao Deputado Eleuses Paiva. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – José Pimentel, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós temos uma extensa lista de inscrições.

Com a palavra V.Exa., Deputado Eleuses Paiva.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sras. e Srs. Congressistas, eu não tenho dúvida de que vivemos neste País um momento extremamente importante.

Estamos reunidos nesta Casa para votar, nestes 4 anos de mandato, talvez um dos temas mais importantes, quando se tenta rasgar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A nossa Presidente, em ano eleitoral, fazendo as benesses de uma eleição, leva o País, sim, a essa situação econômica desfavorável e não cumpre a sua responsabilidade. Agora, tenta fazer o Congresso Nacional resolver o seu crime fiscal.

Eu pergunto aos senhores se nós vamos aqui, subservientes, aceitar o papel que ela tenta impor a cada Parlamentar. Eu quero saber, ao voltarmos para as nossas bases, ao encararmos o nosso eleitor, o que nós vamos falar.

Se a nossa Presidente não precisa cumprir a sua meta fiscal, eu entendo claramente que os Srs. Governadores também não terão nenhum motivo para cumpri-la, até porque quem pode mais pode menos. Se a

Presidente não a cumpre, com certeza os Governadores também não a cumprirão. Assim, eu não vejo diferente: se os Governadores não a cumprem, se a Presidente não a cumpre, por que os Prefeitos vão cumprir a meta fiscal? E, se o Governador não a cumpre, se o Prefeito não a cumpre, se a Presidente não a cumpre, o rombo fiscal está declarado. Quem vai pagar essa conta?

Eu entendo claramente, e todos nós sabemos – até didaticamente para quem está nos assistindo até este horário – que quem vai pagar a conta, e já começamos a ver claramente demonstrado pela equipe econômica o aumento de impostos, é a nossa população. São 200 milhões de brasileiros que vão pagar essa conta, se nós votarmos irresponsavelmente nesta Casa.

E mais, Sr. Presidente. O que nos assusta é ver um decreto presidencial sendo colocado, no mínimo, de uma maneira extemporânea, quando condiciona a liberação de emendas. A emenda é justa, sim, para cada Deputado e para cada Senador, mas não é justo colocá-la atrelada ao PLN36.

Eu já vou declarar à minha base, da minha região do Estado de São Paulo, que, com certeza, não levarei as emendas porque não venderei o meu voto. Eu voto "não", por responsabilidade por este País, por entender que esta Nação, 200 milhões de brasileiros, merece o mínimo de respeito de cada Parlamentar desta Casa! Não é possível que essas benesses venham levar a cada um vantagens pessoais!

Eu vejo alguns batendo papo no fundo, alguns Deputados e Senadores despreocupados. *"Deputado Eleuses, o processo eleitoral acabou. Vamos ter eleição só daqui a 4 anos. Neste período, nós esquecemos."* Não esqueçam que ano e meio atrás o povo foi às ruas cobrar de cada um de nós ética, cobrar de cada um de nós moralidade, cobrar de cada um de nós competência no trato com a coisa pública.

Sr. Presidente, quero mais. Vou falar que não é muito diferente do que a que tínhamos com a derrama, na época de Vila Rica, da Inconfidência Mineira, em que a Coroa achacava a população, aumentava impostos. A cada dia aumentava impostos. É essa a história da Inconfidência Mineira. E é essa mesma história que estamos vendo hoje no País: total descontrole nas contas públicas, corrupção no seio da República brasileira!

É neste momento que eu clamo e peço a cada Parlamentar – cada Senador e cada Deputado – a responsabilidade de votar consciente, com amor à nossa Pátria, com ética. Peço à nossa população que, nas ruas, sim, cobrem de cada Parlamentar desta Casa o voto e a consciência política.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta noite, mais grave ainda do que estarmos votando, uma anistia para a Presidente, e *a posteriori*, para um crime fiscal já cometido, é nós ainda estarmos aqui discutindo a essência da irresponsabilidade fiscal, como será conduzido este País nos próximos anos com relação aos gastos públicos, à gastança que está no cerne de todos os problemas econômicos, sociais que enfrentamos nos últimos anos.

No fundo, essa gastança, essa irresponsabilidade, esse desequilíbrio fiscal que está na origem da volta da inflação... Porque é esse desequilíbrio fiscal que está na origem do endividamento público, que está na origem dos juros mais altos, que está na origem da necessidade de se cobrar impostos mais altos. E daí para frente também, indiretamente. Mas está na origem da perda de competitividade dos nossos produtos, está na origem da desindustrialização pela qual passamos, que é a responsável pela perda dos empregos, da renda, da qualidade de vida do povo brasileiro; está na origem, na gênese, no embrião das crises cambiais, das crises sociais, de todas as dificuldades por que passa o nosso povo, a nossa gente.

Para combater esse mal maior foi votada a Lei da Responsabilidade Fiscal no Governo Fernando Henrique Cardoso. O que essa lei previa? Que se gasta o que se arrecada. Uma coisa tão simples! Mas, no fundo, essa lei é um código de procedimento, um código de conduta para os administradores públicos, que passaram a obedecer a certas normas e limites para administrar as finanças públicas, prestando contas de quanto gastam e como gastam os recursos que não são seus, que são da comunidade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal pretendia e pretende combater o mal maior, que está na essência, na gênese de todos os nossos problemas, e ela o faz estabelecendo metas, limites e condições para a gestão das receitas e despesas públicas. Mas também essa lei define punições e correção de desvios. Daí o temor da atual Presidente de ser enquadrada num crime fiscal, estando sujeita a punições previstas nessa lei.

No entanto, essa lei, que define limites para gastos e impõe um teto para as dívidas dos Estados e Municípios, vem sendo sistematicamente burlada pelo lulopetismo no poder. E como vem sendo burlada? Pela criatividade, pela contabilidade criativa. E, desta vez, o que nós estamos assistindo é a mais do que isso; é uma forma mais ampla e explícita de a Presidente, que já gastou no corrente ano mais do que o permitido por lei, buscar, através desse malsinado PLN 36, a autorização deste Congresso para tornar legais os seus gastos excessivos e escapar da incriminação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para tanto, rasgam-se hoje a Constituição e o Regimento do Congresso Nacional, sacramentando-se a irresponsabilidade fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Sr. Presidente, é só para fazer um apelo à Base do Governo: para ninguém falar. Porque, se ninguém da Base do Governo falar, a gente não vai precisar ter nominal. Só isso. Deixa a Oposição falar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) -Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL-AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Quero, rapidamente, dizer aqui por que vamos votar favoravelmente ao mérito desse PLN.

Nós do PSOL, na Câmara e no Senado, apresentamos hoje aqui um projeto de decreto legislativo sustando o art. 4º do Decreto nº 8.367, que fala da chamada transferência de emendas parlamentares. E convidamos os Líderes do PSDB e do DEM – hoje, aqui, o Deputado Ivan Valente e o Deputado Chico Alencar – para subscreverem esse projeto de decreto legislativo. Não tivemos esse apoio aqui, porque, no fim, na verdade, parece-me que também há um compartilhamento desses partidos nessas chamadas emendas parlamentares.

Ora, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós queremos colocar aqui o fundo desse debate, que é a política econômica. O que está de fundo nesse debate é a política econômica que de fato se quer para o Brasil: se é uma política econômica de avanço da indústria brasileira, de avanço do desenvolvimento, ou se é uma política econômica de inibição do consumo, como a que esteve em voga principalmente nos anos 1990 no País – uma política econômica que desindustrializou o País, que o levou ao retrocesso; uma política econômica que foi baseada em alta taxa de juros, de até 45% ao mês; uma política econômica baseada em câmbio valorizado.

O que está em debate nesse PLN é o modelo de desenvolvimento que de fato nós queremos para o Brasil: se é um modelo de desenvolvimento que quer a desindustrialização ou se é um modelo de desenvolvimento que quer se apoiar na indústria de base nacional, que quer se apoiar no comércio.

Querem, na verdade, fazer valer uma máxima no País com alta taxa de juros, câmbio supervalorizado e inibição de consumo. Nós queremos apostar que esta política aqui, esta política econômica que está baseada nesta LDO aqui, que relativiza, sim, o superávit primário, que alterna... Essa política de superávit, essas políticas de inibição de consumo só estão em voga nesse ultraliberalismo no Brasil. Propaga-se o ultraliberalismo no Brasil. Mas, quando há crises no Brasil, se alterna isso com políticas de intervenção do Estado.

Nós queremos apostar nas políticas de intervenção do Estado, nas políticas sociais, nas políticas de aporte do Governo. Nós queremos apostar numa política de inserção soberana do Brasil. É neste País que nós queremos apostar. Nós não queremos apostar em um país que quer ser submisso aos mercados internacionais, em um país que não deu certo, principalmente nos anos 1990, quando foi dependente do Fundo Monetário Internacional, foi dependente do ultraliberalismo. Pois esse país fracassou, esse país ficou de joelhos, esse país não deu certo, esse país foi derrotado por 12 anos nas urnas. Este País não vai voltar atrás! *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Emanuel Fernandes.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Líder do Governo fez uma insinuação curiosa com relação à Oposição. O Líder do Governo diz que não entende essa obstrução irracional.

O pecado mora na cabeça do homem. O Líder do Governo acha que todo mundo raciocina como ele. O problema, Sr. Líder do Governo, é o seguinte: a Presidente Dilma se comprometeu, ano e meio atrás, a emagrecer 15 quilos. Pois bem. Ela não só não emagreceu 15 quilos, como engordou 15 quilos. É isso que está acontecendo hoje.

Se fosse só um problema de o Governo emagrecer ou não, não teria problema nenhum, exceto o mau exemplo para Governadores e o mau exemplo para Prefeitos. Ou o Líder do Governo acha que isso não vai acontecer? É claro que vai!

Se a Presidente não quer emagrecer, isso é um problema dela. O grande problema é que, se ela não emagrecer, o contribuinte, o consumidor é que vai ter que emagrecer. Vamos aos números. É da ordem de 100 bilhões – e o Governo está fingindo que não vai enfrentar.

O Governo não é autônomo; ele é formado pelos impostos das pessoas. Vamos supor, para arredondar a conta, que a gente tenha 50 milhões de famílias. O que o Governo está fazendo aqui é o seguinte: não economizou 2 mil reais por família; e agora as famílias vão ter de pagar, cada uma, de Seridó, de São José dos Cam-

pos, de Quixeramobim, do Rio Grande do Sul, 2 mil reais. Ou esse dinheiro vai cair de graça? É claro que não! Irracional é quem, cara-pálida? Quem não emagreceu quer que os outros emagreçam?!

Quem nós estamos defendendo aqui é o contribuinte. O Governo foi irresponsável e está jogando nas costas dos contribuintes, ou vai jogar nas costas dos consumidores. Por quê? O consumidor vai pagar em inflação. É isto que vocês estão fazendo: vocês estão empurrando com a barriga! Uma economia que teria que ser feita vão jogar ou para o contribuinte ou para o consumidor – e vai haver inflação –, ou para o consumidor futuro. E daí vão aumentar os juros.

Não existe almoço grátis, Líder Fontana; só existe almoço grátis se não houver jantar. Existe almoço grátis quando o jantar custa o dobro, mais a taxa de juros. O que vocês estão fazendo com o Brasil, Deputado Henrique Fontana? Vocês estão estragando uma coisa que nós duramente conquistamos; vocês estão empurrando com a barriga um problema que ele mesmo, o Governo, tinha que solucionar.

Se nós estamos aqui às 2h55min, Deputado Henrique Fontana, não é por irracionalidade, não. E há muitas pessoas nos ouvindo. Nós estamos aqui para defender o consumidor, todos os brasileiros consumidores; nós estamos aqui para defender todos os brasileiros contribuintes. Eles querem que a gente faça isso. O Governo não emagreceu, e quer que eu emagreça, cara-pálida? O Governo é que tinha que ter feito isso. *(Apupos.)*

Por favor! Não aceito apupos de chupa-pobre, que vive do dinheiro dos pobres, que anda de carrão e vem aqui vaiar. Chega! Conheço vocês. Vocês estão ferrando cada família brasileira, que vai ter que pagar 2 mil reais todos os anos porque não fizeram o dever de casa.

Mais do que isso, nós gastamos R$5 bilhões nas eleições, e enganaram a população. Nós fizemos a Lei de Diretrizes Orçamentárias – este Congresso custa R$5 bilhões –, para se chegar aqui e rasgar tudo!? Vocês estão acabando com a LDO! A LDO vai virar Lei de Diretrizes Financeiras...

(Interrupção do som.)

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Presidente, eu só vou responder amanhã a este debate. O art. 14 eu só vou pedir amanhã; hoje, não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nosso voto é de acordo com o parecer do Relator, é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu queria que V.Exa. assegurasse, depois da palavra do Senador Flexa Ribeiro – e eu invoco o testemunho do Secretário da Mesa –, o meu tempo de Líder que não usei nesta sessão, de acordo com o art. 6º do Regimento Comum. Peço a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – ...a sua paciência para me ouvir. Talvez, essa será a última palavra antes da votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, nós vivemos esta noite, já madrugada de quinta-feira, um momento de grande responsabilidade do Congresso Nacional.

Nós vamos, hoje, votar se concordamos em quebrar a Lei de Responsabilidade Fiscal, permitindo que o Governo que aí está, que gastou demais durante o ano de 2014, na campanha eleitoral – saiu concedendo incentivos, saiu concedendo favores, cometeu um estelionato eleitoral, porque, como já foi dito aqui, tudo o que a candidata Dilma disse nos palanques, inclusive se contrapondo ao candidato Aécio Neves, que, segundo ela, aumentaria os juros, os reajustes... Ela disse que isso não seria feito por ela, mas, antes de assumir, já o fez: já subiu os juros em 0,75 pontos percentuais; entregou a Fazenda para o Dr. Levy, que, sabemos nós, é um competente economista.

Ele já foi descredenciado pela própria Presidente Dilma, antes de assumir o Ministério da Fazenda, pois disse que não aceitaria mais encaminhar recursos do Tesouro para os bancos públicos, mas a Presidenta Dilma editou uma medida provisória encaminhando ao BNDES mais 30 bilhões de reais. Para quê? Para que sejam repassados àquelas mesmas empresas que já receberam dezenas de milhões de reais do BNDES.

Ontem, na CPMI da PETROBRAS, o ex-Diretor Paulo Roberto deixou claro para todos os brasileiros que acompanharam o seu depoimento que a prática de propina existente na PETROBRAS ocorria também nas outras obras: nas obras do PAC, nos aeroportos, nas estradas, nas hidrelétricas.

Isso é uma denúncia que o Congresso Nacional tem que considerar e levar avante seu acompanhamento. Houve essa prática? Acredito que sim, porque ele está sob o princípio da delação premiada. Ele não pode faltar com a verdade, senão perde o benefício da delação premiada.

E disse mais: que a Presidenta Dilma, quando Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, pediu a ele, como Diretor da PETROBRAS, que encaminhasse um *e-mail* dizendo quais eram as obras que tinham indício de irregularidade. Agora a Presidenta Dilma diz que não sabia, que não tinha conhecimento do que estava acontecendo na PETROBRAS. Tinha, porque o Sr. Paulo Roberto disse que encaminhou, a pedido da Casa Civil, *e-mail* informando quais eram os projetos que continham irregularidade. Mais do que isso: o Tribunal de Contas da União, lá atrás, em 2009, já indicava e mandava orientação para a Comissão Mista de Orçamento para que não destinasse recursos às obras da Refinaria Abreu e Lima e da COMPERJ.

O Congresso Nacional, atendendo à informação do TCU, retirou os recursos para essas obras. Veio o Presidente Lula...

(Interrupção do som.)

(Manifestações do plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Presidente, eu não concluí. V.Exa. me deu 1 minuto para que eu pudesse concluir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa., para concluir sua intervenção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Agradeço a V.Exa.

Então, o Presidente Lula, pela primeira vez – "nunca dantes neste País" –, vetou o que a Comissão Mista de Orçamento tinha aprovado e o Congresso tinha aprovado. Ou seja, ele era conivente com o que estava ocorrendo nessas obras: desvio de recursos. Já foi dito pelo empresário de uma das construtoras que ele depositou recursos na conta do PT para a campanha presidencial de 2010.

Então, Presidente Renan, é importante que o Congresso Nacional avance nessa CPI; e mais: que faça outras, para que nós possamos desvendar a...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, o último orador que encaminhará a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer é favorável, e eu peço a aprovação.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos colocar em votação o substitutivo. Antes, porém, vamos ouvir o Deputado Mendonça Filho, que orientará a bancada. Em seguida, V.Exa.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT) – Muito bem, Mendonça, por 14 minutos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma retificação e pedir a V.Exa. que me conceda os 5 minutos a que tenho direito como Líder do Democratas da Câmara Federal e como determina o Regimento Comum do Congresso Nacional. Farei isso porque nós chegamos ao momento final da sessão. Eu sei que V.Exa. foi tolerante na sessão de hoje, deu oportunidade para que todos os que falaram usassem da palavra, abordassem o tema, que, por certo, vai merecer, ainda, muita discussão no seio da nossa sociedade.

Na prática, a economia brasileira está numa...

(Interrupção do som.)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Coloque 5 minutos no tempo, para não ficar renovando de minuto em minuto, o que complica a minha fala, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos garantir o tempo a V.Exa. Estamos apenas descontando o tempo por que V.Exa. falou.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Bom, Presidente, eu quero dizer que este é um momento importante porque o projeto que nós estamos votando, na verdade, expressa o fracasso do Governo Dilma Rousseff na área econômica, um fracasso que vai entrar para a história econômica do nosso País.

E o fracasso é tão grande que ela teve que se desmoralizar tão logo venceu, por uma margem muito estreita, a eleição presidencial deste ano. Ela ganhou – pode-se dizer – esta eleição porque usou métodos deploráveis de ataques aos seus adversários: Eduardo Campos, ex-Governador falecido num desastre trágico na campanha; depois a candidata Marina Silva; e a última vítima da campanha feroz da candidata Dilma Rousseff foi o candidato Aécio Neves.

Essa é a realidade, pois a candidata Dilma Rousseff usou de métodos extremamente duros, negativos, gerando o terror diante da sociedade, vendendo ilusões, vendendo teses mentirosas de que a ortodoxia na economia produziria fome, desemprego, juros altos, inflação, todo tipo de desgraça.

E a desgraça que ela cantava na eleição é justamente a desgraça que ela está vivendo hoje. E, mais do que viver, ela está oferecendo ao povo brasileiro, porque o Brasil parou, literalmente. A previsão, no início do ano, do Ministro Guido Mantega era de crescimento de 4% – e ele nunca foi bom em previsões; todo mês havia revisão da previsão do crescimento –, mas nós terminamos o ano de 2014 com um crescimento de praticamente zero, ou melhor, 0,2%, e com inflação acima do teto da meta. E no bolso do povo, Sr. Presidente, essa inflação é ainda mais perversa, porque a inflação no supermercado, na padaria, na mercearia é de 9%, 10% ao ano.

Esta é a realidade do povo: juros subindo, como subiu hoje, desmentindo a candidata Dilma Rousseff.

E eu peço aos prezados Deputados, inúmeros Deputados respeitáveis do PT, que levem uma mensagem, por favor, à Presidente Dilma Rousseff, ela, que convocou tantas vezes as cadeias de rádio e televisão para fazer proselitismo político, para vender ilusões ao povo brasileiro com dinheiro público: por favor, Presidente Dilma, convoque as cadeias de rádio e televisão para pedir desculpas pelas mentiras que disse durante a campanha ao povo brasileiro, porque prometeu uma coisa e fez outra; disse que os candidatos adversários iriam aumentar os juros e promoveu o maior aumento de juros que a economia brasileira viu num curto espaço de tempo. Esta é a verdade.

Eu quero concluir, pedindo só 1 minuto a mais, Sr. Presidente, da sua paciência e da paciência do Plenário.

(Apupos.)

(Manifestações do plenário. Chega!)

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Nós já entendemos bem a fala do Deputado Mendonça Filho. Já a ouvimos diversas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu peço que V.Exa. conclua.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE.) – E eu vou concluir, agradecendo ao Presidente.

Eu sei que a verdade irrita! E irrita bastante. Mas ela mentiu. Mentiu, e eu peço ao Líder Henrique Fontana que leve a mensagem à Presidente: na próxima semana, ela deve convocar cadeia de rádio e televisão e dizer ao povo brasileiro: *"Desculpe-me, meu povo. Eu menti a vocês só para ganhar a eleição".* É isso que eu peço a V.Exa.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Nós vamos debater amanhã, Deputado Mendonça Filho. Hoje não há tempo. Temos que concluir a votação.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP.) – Para orientar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RICARDO IZAR (PSD-SP.) – Há espaço de Líder ainda, Sr. Presidente?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por favor, solicito 3 minutos para minha orientação de Liderança. *(Manifestações do plenário.)* É Liderança! Eu tenho direito ao tempo de Liderança, pois sou Líder da Minoria no Congresso, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria só – já estamos no amanhecer do dia e, com quatro destaques, chegaremos tranquilamente às 8 horas da manhã – de perguntar a V.Exas. como é que a base do Governo e o PT têm coragem de vir a público e dizer que a política econômica da Presidente Dilma está no caminho certo, sendo que ela acaba de demitir o Ministro da Fazenda. Como explicar isso? Se o Ministro Mantega tivesse essa competência toda, a Presidente deveria tê-lo mantido à frente da política econômica do País. Foi demitido!

O PT foi proibido de entrar no Ministério da Fazenda! Proibido! O PT não tem acesso ao Ministério da Fazenda! Buscou um banqueiro! Um banqueiro, que é para dizer-lhes que V.Exas. não deliberam sobre matéria econômica! São incompetentes! Quebraram o País! Assaltaram a PETROBRAS, fundos de pensão, o Banco do

Brasil, a Caixa Econômica Federal! Vocês destruíram a Lei de Responsabilidade Fiscal, inviabilizaram este País do ponto de vista da credibilidade internacional!

Por isso, Sr. Presidente, vamos votar contra o PLN 36/14, pela dignidade da população brasileira e contra esse lulopetismo instalado no País!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Votação.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP) – Para orientar, Sr. Presidente. Aqui, Sr. Presidente, por favor, orientação do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – PSB.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nós ouvimos aqui hoje vários pronunciamentos. Nós ouvimos Senadores destacando a nossa reserva internacional. Destacou-se reserva internacional, mas não se destacou o custo que ela tem para o brasileiro, o custo da sua manutenção, uma vez que o Brasil não tem esse dinheiro sobrando.

Nós viemos aqui dizer que a relação PIB/dívida interna é a mais baixa dos últimos tempos. O valor real da dívida tem aumentado continuadamente. Por isso, Sr. Presidente, neste momento, o PSB só tem um tipo de orientação para dar aos seus Deputados e pede que todos a sigam: a obstrução.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ.) – Sr. Presidente, nós queríamos ouvir, no tempo de Liderança, o Deputado Domingos Sávio.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ.) – Já fez. Já fez.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PT?

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE. Sem revisão do orador.) – Pela manutenção dos empregos, vota "sim". Por uma política econômica correta e adequada para o Brasil, vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PMDB?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Bloco Parlamentar PP/PROS?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – Vota "sim", Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSD?

Este microfone não está funcionando, infelizmente.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO. Sem revisão do orador.) – Vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSDB?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós votamos a favor do Brasil, diferentemente da base governista, que insiste na gastança, na irresponsabilidade fiscal, no retorno da inflação e no prejuízo cada vez mais nocivo para toda a população brasileira.

Esta noite nós queremos a vitória do povo brasileiro. Nós não queremos assistir à derrota consagradora que a Presidente Dilma deseja para o País.

Sr. Presidente, ela torrou – eu repito sempre – mais de 100 bilhões de reais do Orçamento que foi aprovado neste Congresso a pedido dela. Portanto, nós votamos "não", porque queremos a vitória do povo brasileiro, que assiste aqui à nossa resistência.

Em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP?

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) – Vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o DEM?

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas, é claro, vai encaminhar contrário à votação desta matéria. Mas não me surpreende, nesta noite, a posição do Partido dos Trabalhadores, que sempre foi contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora, esta matéria – e me espanta o discurso do Senador Randolfe Rodrigues, que eu admiro – não resolve, do ponto de vista da posição da Esquerda, a questão daqui para frente; apenas limpa a cena do crime cometido pela Dilma no passado, no ano de 2014. Até porque amanhã, Sr. Presidente, com esta matéria aprovada, lembro ao Senador Randolfe Rodrigues que o Ministro Joaquim Levy assume e vem com uma política radicalmente oposta à que defende o Senador, uma política ortodoxo-liberal, muito restritiva, talvez até, infelizmente, com aumento de imposto, o que vai gerar, Sr. Presidente – pode anotar – um crescimento negativo da economia brasileira no próximo ano.

Então, Sr. Presidente, nós do Democratas achamos que é um absurdo esta matéria ser aprovada da forma como está sendo votada. Entendemos que o crime está cometido, e hoje a Maioria vem aqui para limpar a cena do crime e absolver a Presidente Dilma.

(Manifestações do plenário.)

Em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Solidariedade?

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Sem revisão do orador.) – O Solidariedade vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) -Como vota o PDT?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Sem revisão do orador.) – O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que a Oposição conseguiu durante 15 horas falar em nome do povo brasileiro e defender os interesses do sistema financeiro.

Portanto, o nosso voto é "sim", com a convicção de que nós estamos defendendo os interesses reais do povo brasileiro e do povo trabalhador.

Então, o PCdoB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSC?

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – O PTB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PTB vota "sim". Como vota o PSC?

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC contribuiu ao máximo até o presente momento para que nós pudéssemos chegar a este momento da votação. E, logicamente, preservando a posição de um dos nossos Parlamentares, que encaminha de maneira diferente, nós vamos liberar a bancada, Sr. Presidente, mas sabendo que o PSC contribuiu para que nós pudéssemos chegar à votação até este momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PRB?

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB-RR. Sem revisão do orador.) – O PRB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PPS?

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS vai encaminhar o voto "não". Agora são 3 horas da manhã – são 3h19min, Sr. Presidente –, e o Brasil está acompanhando justamente este momento. O Brasil, as redes sociais estão acompanhando esta orientação.

(Manifestações do plenário)

A orientação do PPS justamente é "não", porque, desde o início, nós estávamos certos de cumprir com nossa obrigação e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, o PPS vai orientar o voto "não", que é o voto que amanhã vai aparecer também nas redes sociais e em todas as TVs. Com certeza, é "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSOL?

O SR. PAULO WAGNER (PV-RN) – O PV vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria registrar três números neste momento. Primeiro: do Orçamento estão reservados 910 bilhões para pagar juros, amortizações e rolagem da dívida. Segundo número: só de sonegação fiscal, nós teremos 500 bilhões de reais neste ano, no mínimo. Terceiro número: a dívida ativa da União é de 1 trilhão e 200 bilhões, a serem cobrados de empresários caloteiros, devedores principalmente ao sistema previdenciário. E nós estamos aqui querendo aumentar o superávit primário.

É o que a Oposição de Direita está fazendo. "*Eu quero aumentar o superávit primário; eu quero agradar os banqueiros; eu quero atrair os investidores elevando juros.*" E o pior é que a Dilma faz isso: nomeia o Levy e aumenta os juros.

(Interrupção do som.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) – E hoje nós temos que dizer para o povo brasileiro exatamente o contrário: se nós queremos gastos sociais que atendam à grande maioria do povo brasileiro, nós temos que repensar, fazer uma auditoria da dívida pública brasileira e dar ganhos ao povo brasileiro, e não aos rentistas e aos banqueiros, contrários ao superávit primário.

O PSOL vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PMN? (*Pausa*.)

Como vota o PEN? (*Pausa*.)

Como vota a Minoria?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos uma posição clara desde o início deste debate. Cumprimos a nossa missão aqui, às vezes incompreendidos, às vezes de maneira deliberada. Não por incompreensão, alguns colegas da base do Governo tentaram nos achincalhar, ao dizer que não se justificava todo o esforço que fizemos. Não só justificou, como ajudou a mostrar isto para o Brasil inteiro. Ainda que a maioria dos brasileiros esteja dormindo, nós estamos aqui acordados – e bem acordados! –, representando não apenas algumas dezenas de Parlamentares, que são a resistência, mas mais de 51 milhões de brasileiros que já disseram "não" a este Governo que está aí.

Agora, com certeza, querem dizer "não" a este PLN que acaba com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que destrói a economia brasileira e que vai pesar no bolso do consumidor brasileiro.

Portanto, o voto é "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota a Liderança do Governo?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, como tenho feito em todas as minhas últimas falas, quero agradecer profundamente a responsabilidade e a convicção da nossa base, que está aqui até agora, as 3h30min da manhã, para garantir a continuidade de uma política econômica que levou o Brasil a ter o melhor nível de emprego de toda a sua história.

Quero fazer aqui o elogio que o Ministro Guido Mantega merece. Há 10 anos, ele lidera esta política econômica. Pegou o Brasil numa situação extremamente difícil e entrega o seu serviço concluído. Por problemas pessoais, pediu para se afastar do Ministério e entrega o Brasil com o melhor nível de emprego de sua história.

O Governo vota "sim", com muita convicção, e agradece à sua base, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O substitutivo está aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB) – Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB) – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE) – Peço verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade muda para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Na forma do Regimento, nós deferimos o pedido de verificação.

A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) – O Democratas está em obstrução.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE) – Sr. Presidente, verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está iniciada a votação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) – O Democratas está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Democratas em obstrução.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Sem revisão do orador.) – O Solidariedade também, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB) – Os Deputados que são contrários permaneçam em obstrução. Não votem até atingir o quórum.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE) – Sr. Presidente, abra o painel.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – O PSDB permanece em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Já está iniciada a votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas já podem votar.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – O PPS está em obstrução.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero pedir para a nossa base permanecer em plenário, porque nós temos uma votação de destaques ainda e queremos concluir a votação hoje.

Então, quero pedir a compreensão da nossa base. Eu sei que é duro, mas precisamos de mais um esforço para concluir a votação hoje, Sr. Presidente.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, alguns companheiros estão perguntando se ainda vamos votar hoje os destaques. Gostaria de saber de V.Exa. se esta é a disposição da Presidência: votar o destaque ainda hoje.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) – São quatro destaques. Lembro apenas que o Presidente assegurou a votação de quatro destaques. Isso é o que ficou acordado com os Líderes da Oposição.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no procedimento de votação, o art. 162, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requer que a Mesa apresente ao Plenário o teor dos destaques apresentados, até porque nós estamos votando um substitutivo, ressalvados os destaques. Se a Mesa já dispõe do conteúdo desses destaques, é importante dar conhecimento ao Plenário, para atender ao art. 162, inciso II.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Faremos exatamente o que pede V.Exa.

Com a palavra o Deputado Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero fazer um apelo a esta bancada maravilhosa do Partido dos Trabalhadores para se manter firme. Estamos concluindo a votação deste PLN para resolver, em definitivo, a questão da economia do Brasil, um País que todos dizem que cresceu pouco, mas ainda assim foi a segunda economia do G-20 que mais cresceu. Então está muito bem administrada a economia brasileira, e, com esse PLN, fecharemos muito bem as contas do ano de 2014.

Portanto, peço que a bancada se mantenha firme para concluirmos a votação, com os quatro destaques que ainda faltam.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é impressionante como o Partido dos Trabalhadores comemora um rombo no caixa do Governo, ao invés de comemorar um superávit. Primeiro inventaram um superávit negativo. Eu nunca vi isso em lugar nenhum. Mas comemoram um rombo. Quando se comemora um rombo, como o Deputado Sibá Machado comemora, a impressão que dá é que o Governo realmente brinca com as finanças do Brasil. É uma pena o PT tocar esse assunto com tanta irresponsabilidade.

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Pepe Vargas.

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já foi dito aqui que, no passado, em 2001, votou-se a alteração na LDO para mudar a meta de superávit. Isso já foi dito. Talvez alguém tenha dito, mas eu não escutei, que, naquela ocasião, baixaram a meta do superávit de 2,6% para aproximadamente 2,2% do PIB. Porém, no fim do ano, o Governo Fernando Henrique Cardoso sequer cumpriu essa meta de 2,2%, chegando a 1,6% do PIB. E aí ninguém da Oposição, que naquele tempo era a Situação, disse que era crime de responsabilidade; ninguém disse que estavam arrombando as contas do País.

Isso só revela que a Oposição vem ao Plenário fazer contorcionismo discursivo para justificar uma posição insustentável, que é a de ajustar as contas nacionais à situação da conjuntura econômica internacional, com desaceleração econômica em todos os países. A maioria dos países do G-20 terão déficit primário, enquanto no Brasil teremos um superávit pequeno, mas teremos superávit.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas reiterar a posição da bancada do PDT, que considera extremamente importante para o futuro deste País a discussão da política fiscal, da política monetária, da fixação da taxa de juros, da política cambial, porque nós entendemos que a votação deste projeto remete a uma situação conjuntural.

Àqueles que passaram aqui horas e horas fazendo profecias do caos, quero sugerir, francamente, que leiam a entrevista publicada no jornal *Valor Econômico* de hoje com o Ministro da Indústria, Energia e Turismo da Espanha, para que vejam qual a situação da economia na Espanha, da economia na Itália, da economia na Alemanha e da economia em Portugal.

Somente aqueles que dão as costas para a situação da conjuntura internacional podem tratar a economia brasileira de forma tão pessimista.

Quero reiterar e sugerir que leiam o artigo do Prof. Belluzzo para verificarem os dados colocados na sua entrevista. Nós estamos diante de uma situação em que se deve cobrar de todos nós do Congresso a defesa intransigente de uma profunda revisão da submissão das contas nacionais, que é a prática mais criminosa, a prática de ganhar dinheiro sem produzir, de ganhar dinheiro com o rentismo e a alta taxa de juros.

Por isso, o PDT encaminha "sim" ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu partido encaminhou o voto "sim". Eu conversei com o meu Líder e disse que não poderia, de forma nenhuma, acompanhá-lo. Juro altíssimo, inflação sem controle, indústria parando, desemprego começando, transações correntes e déficit de mais de 100 bilhões de dólares, superávit quase zero. Para rasgar a lei que o Brasil fez nos últimos 20 anos, o que nós estamos fazendo agora, eu não poderia acompanhá-lo. Para o Governo, 2 mais 2 são 5. Tinha que poupar 80 em 100? Não poupou 80; gastou 110.

Eu ouvi oradores aqui dizerem que votar esta modificação significa resolver a economia do País. No meu Estado se diz: que barbaridade! Eu quero prezar pelo equilíbrio fiscal, diminuir a nossa brutal dívida bruta interna, o que não foi feito. Queira Deus que um banqueiro – que foi convocado, embora execrado na campanha pelo PT – resolva isso!

O meu voto é para não rasgarmos a Lei de Responsabilidade Fiscal, meu Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero fazer uma declaração de voto, uma vez que não vou seguir a orientação da bancada do PMDB – eu vou votar contra.

Eu vou votar contra, Sr. Presidente, porque, em toda a minha vida pública, eu vi a economia deste País ser destroçada por uma inflação brutal e vi que ela conseguiu alcançar o mínimo de organização a partir do Plano Real e, principalmente, a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi seguida durante 8 anos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Presidente Lula, que deixou de lado todo o seu discurso de campanha para fazer uma proposta aos brasileiros, a *Carta ao Povo Brasileiro*, na qual assegurou que ia seguir os princípios e o tripé estabelecido para a estabilidade da economia do País. Graças a isso, colheu muitos frutos de prosperidade em todos os rincões deste País.

Sr. Presidente, agora, por voluntarismo, por não seguir os princípios mínimos de respeito às regras da economia de mercado, o Governo brasileiro está levando o País a um grave declínio da economia. Teve que chamar justamente um dos que defendem os princípios do tripé, os princípios de respeito à lei do mercado, para salvar o Governo do PT, salvar o Governo brasileiro.

Eu acho, Sr. Presidente, que nós não podemos, nesta hora, rasgar aquilo que nós acreditávamos ser importante para a economia do País. Trata-se de uma questão de princípio, não de uma questão conjuntural.

Todos os países que adotaram, como um Senador do PSOL disse, a intervenção estatal fracassaram. O povo foi para as ruas pedir o fim do socialismo na União Soviética. O único país socialista que está sobrevivendo é a China, porque adotou todos os princípios do capitalismo e do liberalismo na economia.

Nós temos que aprender com a história, nós temos que aprender com as regras mínimas de convivência da economia, as regras de mercado, aquelas que funcionam, que têm dado resultado.

Sr. Presidente, eu vou votar contra esta proposta, até porque não quero ser confundido, como o Governo desastradamente fez ao confundir aqueles que poderiam votar a favor do Governo, com aqueles que estão trocando por 750 mil reais o seu voto. Eu não aceito isso e vou votar contra, por questão de princípio.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já alcançamos o quórum. Vamos encerrar a votação.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas muda a orientação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

(Procede-se à apuração)

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 3:37
Número: 24

54ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Sessão:
SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 03/12/2014
Abertura Painel: 03/12/2014 10:53

Proposição:
PLN Nº 36/2014 - SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

Início Votação: 04/12/2014 03:24
Fim Votação: 04/12/2014 03:36

Presidente da Casa:
Renan Calheiros - PMDB/AL

Presidiram a Sessão:
Renan Calheiros - 10:53
Romero Jucá - 16:25
Renan Calheiros - 18:15

Presidiram a Votação:
Renan Calheiros

Resultado da Votação

Sim	240
Não	60
Total da Votação	300
Total Quorum	300
Obstrução	9

Orientação
PT - Sim
PMDB - Sim
PpPros - Sim
PSD - Sim
PSDB - Obstrução
PrPtdobPrp - Sim
DEM - Obstrução
PSB - Obstrução
Solidaried - Obstrução
PDT - Sim
PTB - Sim
PCdoB - Sim
PSC - Liberado
PRB - Sim
PV - Sim
PPS - Obstrução
PSOL - Sim
Minoria - Não
GOV. - Sim

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Berinho Bantim	Solidaried		Sim
Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp	Sim
Edio Lopes	PMDB		Sim
Jhonatan de Jesus	PRB		Sim
Luciano Castro	PR	PrPtdobPrp	Sim
Total Roraima : 5			
AMAPÁ			
Dalva Figueiredo	PT		Sim
Evandro Milhomen	PCdoB		Sim

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 3:37
Número: 24

	Partido	Bloco	Voto
AMAPÁ			
Luiz Carlos	PSDB		Obstrução
Vinicius Gurgel	PR	PrPtdobPrp	Sim
Total Amapá : 4			
PARÁ			
Beto Faro	PT		Sim
Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros	Sim
Giovanni Queiroz	PDT		Sim
José Priante	PMDB		Sim
Lira Maia	DEM		Não
Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp	Sim
Miriquinho Batista	PT		Sim
Wandenkolk Gonçalves	PSDB		Não
Wladimir Costa	Solidaried		Sim
Zé Geraldo	PT		Sim
Total Pará : 10			
AMAZONAS			
Átila Lins	PSD		Sim
Francisco Praciano	PT		Sim
Sabino Castelo Branco	PTB		Sim
Silas Câmara	PSD		Sim
Total Amazonas : 4			
RONDONIA			
Anselmo de Jesus	PT		Sim
Carlos Magno	PP	PpPros	Sim
Marcos Rogério	PDT		Sim
Marinha Raupp	PMDB		Sim
Moreira Mendes	PSD		Sim
Nilton Capixaba	PTB		Sim
Padre Ton	PT		Sim
Total Rondonia : 7			
ACRE			
Antônia Lúcia	PSC		Sim
Flaviano Melo	PMDB		Sim
Henrique Afonso	PV		Não
Perpétua Almeida	PCdoB		Sim
Sibá Machado	PT		Sim
Taumaturgo Lima	PT		Sim
Total Acre : 6			
TOCANTINS			
César Halum	PRB		Sim
Júnior Coimbra	PMDB		Sim

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 3:37
Número: 24

	Partido	Bloco	Voto
TOCANTINS			
Lázaro Botelho	PP	PpPros	Sim
Total Tocantins : 3			
MARANHÃO			
Alberto Filho	PMDB		Sim
Cleber Verde	PRB		Sim
Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtdobPrp	Sim
Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrp	Sim
Professor Setimo	PMDB		Sim
Waldir Maranhão	PP	PpPros	Sim
Weverton Rocha	PDT		Sim
Total Maranhão : 7			
CEARÁ			
André Figueiredo	PDT		Sim
Antonio Balhmann	PROS	PpPros	Sim
Ariosto Holanda	PROS	PpPros	Sim
Arnon Bezerra	PTB		Sim
Chico Lopes	PCdoB		Sim
Domingos Neto	PROS	PpPros	Sim
Eudes Xavier	PT		Sim
João Ananias	PCdoB		Sim
José Airton	PT		Sim
José Guimarães	PT		Sim
Manoel Salviano	PSD		Sim
Mário Feitoza	PMDB		Sim
Raimundo Gomes de Matos	PSDB		Não
Vicente Arruda	PROS	PpPros	Sim
Total Ceará : 14			
PIAUÍ			
Assis Carvalho	PT		Sim
Hugo Napoleão	PSD		Sim
Iracema Portella	PP	PpPros	Sim
Jesus Rodrigues	PT		Sim
Júlio Cesar	PSD		Sim
Marcelo Castro	PMDB		Sim
Osmar Júnior	PCdoB		Sim
Paes Landim	PTB		Sim
Total Piauí : 8			
RIO GRANDE DO NORTE			
Betinho Rosado	PP	PpPros	Sim
Fábio Faria	PSD		Sim
Fátima Bezerra	PT		Sim
Felipe Maia	DEM		Não

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 3:37
Número: 24

	Partido	Bloco	Voto
RIO GRANDE DO NORTE			
Henrique Eduardo Alves	PMDB		Sim
João Maia	PR	PrPtdobPrp	Sim
Paulo Wagner	PV		Sim
Total Rio Grande do Norte : 7			
PARAÍBA			
Aguinaldo Ribeiro	PP	PpPros	Sim
Benjamin Maranhão	Solidaried		Sim
Damião Feliciano	PDT		Sim
Efraim Filho	DEM		Não
Hugo Motta	PMDB		Sim
Luiz Couto	PT		Sim
Manoel Junior	PMDB		Sim
Ruy Carneiro	PSDB		Não
Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrp	Sim
Wilson Filho	PTB		Sim
Total Paraíba : 10			
PERNAMBUCO			
Anderson Ferreira	PR	PrPtdobPrp	Sim
André de Paula	PSD		Não
Augusto Coutinho	Solidaried		Não
Bruno Araújo	PSDB		Não
Eduardo da Fonte	PP	PpPros	Sim
Fernando Ferro	PT		Sim
João Paulo Lima	PT		Sim
Jorge Côrte Real	PTB		Sim
José Augusto Maia	PROS	PpPros	Sim
José Chaves	PTB		Sim
Luciana Santos	PCdoB		Sim
Mendonça Filho	DEM		Não
Paulo Rubem Santiago	PDT		Sim
Pedro Eugênio	PT		Sim
Silvio Costa	PSC		Sim
Vilalba	PP	PpPros	Sim
Wolney Queiroz	PDT		Sim
Total Pernambuco : 17			
ALAGOAS			
Alexandre Toledo	PSB		Não
Arthur Lira	PP	PpPros	Sim
Givaldo Carimbão	PROS	PpPros	Sim
Maurício Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrp	Sim
Paulão	PT		Sim
Renan Filho	PMDB		Sim

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 3:37
Número: 24

	Partido	Bloco	Voto
Total Alagoas : 6			
SERGIPE			
Andre Moura	PSC		Sim
Fabio Reis	PMDB		Sim
Laercio Oliveira	Solidaried		Não
Márcio Macêdo	PT		Sim
Mendonça Prado	DEM		Sim
Rogério Carvalho	PT		Sim
Total Sergipe : 6			
BAHIA			
Afonso Florence	PT		Sim
Alice Portugal	PCdoB		Sim
Amauri Teixeira	PT		Sim
Antonio Brito	PTB		Sim
Antonio Imbassahy	PSDB		Não
Daniel Almeida	PCdoB		Sim
Edson Pimenta	PSD		Sim
Félix Mendonça Júnior	PDT		Sim
Jânio Natal	PRP	PrPtdobPrp	Sim
João Carlos Bacelar	PR	PrPtdobPrp	Sim
João Leão	PP	PpPros	Sim
José Carlos Araújo	PSD		Sim
José Nunes	PSD		Sim
José Rocha	PR	PrPtdobPrp	Sim
Jutahy Junior	PSDB		Não
Luiz Alberto	PT		Sim
Márcio Marinho	PRB		Sim
Oziel Oliveira	PDT		Sim
Paulo Magalhães	PSD		Sim
Roberto Britto	PP	PpPros	Sim
Sérgio Brito	PSD		Sim
Valmir Assunção	PT		Sim
Waldenor Pereira	PT		Sim
Total Bahia : 23			
MINAS GERAIS			
Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp	Sim
Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrp	Sim
Diego Andrade	PSD		Sim
Domingos Sávio	PSDB		Não
Dr. Grilo	Solidaried		Obstrução
Eros Biondini	PTB		Não
Fábio Ramalho	PV		Sim
Gabriel Guimarães	PT		Sim

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 3:37
Número: 24

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
George Hilton	PRB		Sim
Jô Moraes	PCdoB		Sim
João Magalhães	PMDB		Sim
Júlio Delgado	PSB		Não
Leonardo Monteiro	PT		Sim
Leonardo Quintão	PMDB		Sim
Luis Tibé	PTdoB	PrPtdobPrp	Não
Luiz Fernando Faria	PP	PpPros	Sim
Marcos Montes	PSD		Não
Margarida Salomão	PT		Sim
Nilmário Miranda	PT		Sim
Odair Cunha	PT		Sim
Padre João	PT		Sim
Paulo Abi-Ackel	PSDB		Não
Reginaldo Lopes	PT		Sim
Saraiva Felipe	PMDB		Sim
Subtenente Gonzaga	PDT		Sim
Weliton Prado	PT		Sim
Zé Silva	Solidaried		Não
Total Minas Gerais : 27			
ESPÍRITO SANTO			
Camilo Cola	PMDB		Sim
Carlos Manato	Solidaried		Obstrução
Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros	Sim
Iriny Lopes	PT		Sim
Rose de Freitas	PMDB		Sim
Sueli Vidigal	PDT		Sim
Total Espírito Santo : 6			
RIO DE JANEIRO			
Alessandro Molon	PT		Sim
Alexandre Santos	PMDB		Sim
Aureo	Solidaried		Não
Chico Alencar	PSOL		Sim
Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrp	Sim
Edson Santos	PT		Sim
Eduardo Cunha	PMDB		Sim
Felipe Bornier	PSD		Sim
Francisco Floriano	PR	PrPtdobPrp	Sim
Glauber Braga	PSB		Sim
Hugo Leal	PROS	PpPros	Sim
Jair Bolsonaro	PP	PpPros	Não
Jandira Feghali	PCdoB		Sim

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 3:37
Número: 24

	Partido	Bloco	Voto
RIO DE JANEIRO			
Jorge Bittar	PT		Sim
Julio Lopes	PP	PpPros	Não
Leonardo Picciani	PMDB		Sim
Luiz Sérgio	PT		Sim
Manuel Rosa Neca	PR	PrPtdobPrp	Sim
Marcelo Matos	PDT		Sim
Miro Teixeira	PROS	PpPros	Não
Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp	Sim
Pedro Paulo	PMDB		Sim
Rodrigo Maia	DEM		Não
Simão Sessim	PP	PpPros	Sim
Vitor Paulo	PRB		Sim
Walney Rocha	PTB		Sim
Washington Reis	PMDB		Sim
Zoinho	PR	PrPtdobPrp	Sim
Total Rio de Janeiro : 28			
SÃO PAULO			
Abelardo Camarinha	PSB		Não
Alexandre Leite	DEM		Não
Aline Corrêa	PP	PpPros	Sim
Antonio Bulhões	PRB		Sim
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB		Obstrução
Arnaldo Faria de Sá	PTB		Não
Arnaldo Jardim	PPS		Não
Devanir Ribeiro	PT		Sim
Dr. Ubiali	PSB		Não
Duarte Nogueira	PSDB		Não
Edinho Araújo	PMDB		Sim
Eleuses Paiva	PSD		Não
Emanuel Fernandes	PSDB		Não
Francisco Chagas	PT		Sim
Guilherme Campos	PSD		Sim
Guilherme Mussi	PP	PpPros	Não
Gustavo Petta	PCdoB		Sim
Helcio Silva	PT		Sim
Iara Bernardi	PT		Sim
Ivan Valente	PSOL		Sim
Janete Rocha Pietá	PT		Sim
Jefferson Campos	PSD		Sim
José Mentor	PT		Sim
Milton Monti	PR	PrPtdobPrp	Sim
Nelson Marquezelli	PTB		Sim
Newton Lima	PT		Sim

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 3:37
Número: 24

	Partido	Bloco	Voto
SÃO PAULO			
Otoniel Lima	PRB		Sim
Pastor Marco Feliciano	PSC		Não
Paulo Freire	PR	PrPtdobPrp	Sim
Paulo Teixeira	PT		Sim
Renato Simões	PT		Sim
Ricardo Izar	PSD		Não
Ricardo Tripoli	PSDB		Obstrução
Roberto de Lucena	PV		Não
Roberto Santiago	PSD		Sim
Tiririca	PR	PrPtdobPrp	Não
Vanderlei Siraque	PT		Sim
Vaz de Lima	PSDB		Não
Vicente Candido	PT		Sim
Vicentinho	PT		Sim
William Dib	PSDB		Não
Total São Paulo : 41			
MATO GROSSO			
Carlos Bezerra	PMDB		Sim
Eliene Lima	PSD		Sim
Nilson Leitão	PSDB		Não
Roberto Dorner	PSD		Sim
Ságuas Moraes	PT		Sim
Valtenir Pereira	PROS	PpPros	Sim
Wellington Fagundes	PR	PrPtdobPrp	Sim
Total Mato Grosso : 7			
DISTRITO FEDERAL			
Erika Kokay	PT		Sim
Izalci	PSDB		Não
Luiz Pitiman	PSDB		Obstrução
Magela	PT		Sim
Policarpo	PT		Sim
Reguffe	PDT		Não
Ronaldo Fonseca	PROS	PpPros	Sim
Total Distrito Federal : 7			
GOIÁS			
Flávia Morais	PDT		Sim
Jovair Arantes	PTB		Sim
Leandro Vilela	PMDB		Sim
Pedro Chaves	PMDB		Sim
Roberto Balestra	PP	PpPros	Não
Ronaldo Caiado	DEM		Não
Sandes Júnior	PP	PpPros	Sim

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 04/12/2014
Hora : 3:37
Número: 24

	Partido	Bloco	Voto
GOIÁS			
Thiago Peixoto	PSD		Não
Vilmar Rocha	PSD		Não
Total Goiás : 9			
MATO GROSSO DO SUL			
Akira Otsubo	PMDB		Sim
Biffi	PT		Sim
Fábio Trad	PMDB		Não
Geraldo Resende	PMDB		Sim
Mandetta	DEM		Não
Marçal Filho	PMDB		Não
Vander Loubet	PT		Sim
Total Mato Grosso do Sul : 7			
PARANÁ			
Abelardo Lupion	DEM		Obstrução
Alex Canziani	PTB		Sim
André Zacharow	PMDB		Sim
Assis do Couto	PT		Sim
Dilceu Sperafico	PP	PpPros	Não
Dr. Rosinha	PT		Sim
Eduardo Sciarra	PSD		Sim
Hermes Parcianello	PMDB		Sim
Luiz Carlos Hauly	PSDB		Não
Nelson Meurer	PP	PpPros	Sim
Osmar Serraglio	PMDB		Sim
Takayama	PSC		Não
Zeca Dirceu	PT		Sim
Total Paraná : 13			
SANTA CATARINA			
Celso Maldaner	PMDB		Sim
Décio Lima	PT		Sim
Edinho Bez	PMDB		Não
Francisco de Assis	PT		Sim
Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp	Sim
Luci Choinacki	PT		Sim
Onofre Santo Agostini	PSD		Sim
Rogério Peninha Mendonça	PMDB		Sim
Ronaldo Benedet	PMDB		Sim
Total Santa Catarina : 9			
RIO GRANDE DO SUL			
Afonso Hamm	PP	PpPros	Não
Alceu Moreira	PMDB		Não
Assis Melo	PCdoB		Sim

Camara dos Deputados Data : 04/12/2014
Secretaria Geral da Mesa Hora : 3:37
Lista de Votantes por UF Número: 24

	Partido	Bloco	Voto
RIO GRANDE DO SUL			
Bohn Gass	PT		Sim
Giovani Cherini	PDT		Sim
Henrique Fontana	PT		Sim
Jerônimo Goergen	PP	PpPros	Obstrução
Luis Carlos Heinze	PP	PpPros	Obstrução
Luiz Carlos Busato	PTB		Sim
Manuela D'Ávila	PCdoB		Sim
Marcon	PT		Sim
Maria do Rosário	PT		Sim
Onyx Lorenzoni	DEM		Não
Paulo Pimenta	PT		Sim
Pepe Vargas	PT		Sim
Renato Molling	PP	PpPros	Não
Ronaldo Zulke	PT		Sim
Vilson Covatti	PP	PpPros	Sim

Total Rio Grande do Sul : 18

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Resultado da votação: "SIM", 240; "não", 60. *(Palmas.)*

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência registra a manifestação de V.Exa.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação no Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB-PB. Sem revisão do orador.) – Para orientar, Sr. Presidente. O PSDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Aprovado.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD-SP. Sem revisão do orador.) – Votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu voto é "não". Não houve tempo para votar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Aprovado no Senado Federal. *(Palmas.)*

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB-PB) – Verificação no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Na forma do Regimento, eu defiro o pedido de verificação no Senado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – A Presidência solicita a todas as Sras. Senadoras e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB-PB. Sem revisão do orador.) – O PSDB está em obstrução, Sr. Presidente.

Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM-RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para orientar. O Democratas está em obstrução.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Sem revisão do orador.) – O PT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM-RN. Sem revisão do orador.) – O Democratas está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Senador José Agripino, o Democratas, e o Senador Cássio Cunha Lima estão em obstrução.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB-PB. Sem revisão do orador.) – O PSDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PSDB está em obstrução.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL-AM. Sem revisão do orador.) – O PSOL encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PSOL encaminha o voto "sim".

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar. Nós estamos procedendo à verificação nominal.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PROS está em obstrução.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – O PMDB vota "sim", Sr. Presidente, no Senado.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por favor, eu gostaria que V.Exa. reforçasse que, após a votação no Senado, nós teremos a votação de quatro destaques, e será só uma votação nominal para acabarmos com isto hoje.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PCdoB encaminha o voto favorável, o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Jutahy Junior.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tinha solicitado a V.Exa. que concedesse o prazo de 2 ou 3 minutos, até que completasse o número, porque vários dos nossos companheiros Deputados do PSDB estavam presentes, queriam votar "não" e não estavam querendo entrar em obstrução, por medo de não caracterizar o voto que representava nossa vontade, que era dizer "não" a este projeto.

Infelizmente, alguns dos nossos companheiros presentes ao plenário não conseguiram registrar o seu voto. Quero citar aqui o Deputado Vanderlei Macris, que participou de toda a sessão e não pôde votar, porque acreditou que poderíamos ter um prazo de 2 ou 3 minutos.

Então, em respeito a todos os companheiros do PSDB que estavam aqui, que votariam "não" e não puderam votar, gostaria de fazer este registro.

Nossa vontade foi concretizada. Nosso objetivo foi fazer o País saber por que não deveríamos aprovar a anistia à Presidenta Dilma Rousseff, que quebrou a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma das mais importantes leis deste País; saber, neste processo, de todas as mentiras que foram ditas na campanha eleitoral, quando disse que nós tínhamos a segurança absoluta de que não haveria aumento de juros, e hoje, novamente, já tivemos aumento de juros; quando disseram que estava sob controle o superávit fiscal, e não estava.

Todas essas questões foram levadas ao público. Nosso papel de oposição foi cumprido.

Quero dizer que V.Exa., como....

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT vota "sim".

O SR. JUTAHY JUNIOR – ... Presidente do Congresso, também cumpriu o seu papel, dando tanto à Minoria, quanto à Maioria a oportunidade de se expressar, votar.

Quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho que teve nesta sessão histórica de mais de 14 horas, 15 horas, conduzida com absoluta competência e seriedade.

Por isso, o PSDB sente-se merecedor da confiança do seu eleitorado. Cinquenta e um milhões de brasileiros votaram no nosso candidato, Aécio Neves, e nós viemos aqui representar esses 51 milhões de brasileiros que querem seriedade, compostura, ética. Nesta votação, nós estamos rompendo a questão jurídica, a questão econômica e a questão ética. O Brasil está vendo...

(Interrupção do som.)

(Não identificado) – O PRB vota "sim", Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT-RJ. Sem revisão do orador.) – O PT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA) – O Brasil está vendo o seguinte: o Governo, quando não cumpre a lei, muda a lei. Isso é antididático e algo extremamente grave para as futuras gerações e para dar exemplo aos cidadãos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAJOR FÁBIO (Bloco/PROS-PB. Sem revisão do orador.) – O Deputado Major Fábio votaria com o partido, se tivesse estado presente à votação anterior.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Lindbergh, com a palavra V.Exa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT-RJ. Sem revisão do orador.) – O PT orienta o voto "sim" e chama os Senadores. Faltam dois Senadores para atingirmos o quórum. Então, chamamos todos os Senadores ao plenário.

O PT vota "sim".

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Presidente, eu só quero...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Dado o fato de que estamos num limite de quórum, eu quero, a tempo, de forma temporal, para que V.Exa. possa analisar com toda a calma, como tem conduzido a nossa sessão, relembrar que a minha visão regimental é de que aquele que solicita a verificação de votação conta para efeito do quórum de votação. Eu só deixo este registro, para a análise de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Na forma do Regimento, quem pediu verificação conta para efeito do quórum, por exemplo, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quem pediu, estando em obstrução... Ele está em obstrução, é claro que não conta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Ele tem o direito de pedir. E não conta quem está em obstrução. Quem está em obstrução não conta. O PSDB está em obstrução.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Presidente...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Como é que você pediu?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Posso citar o artigo, Presidente?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a obstrução é prevista no Regimento como... Atingido o quórum. *(Palmas.)*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT-RJ. Sem revisão do orador.) – O assunto está superado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM-RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM-RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, atingido o quórum, o Democratas vota, peremptoriamente, "não". Para ficar registrado, o nosso voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Senador Rollemberg. *(Pausa.)*

Nós vamos proclamar o resultado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB-PB. Sem revisão do orador.) – O PSDB mantém a obstrução, Sr. Presidente.

(Procede-se à apuração)

54ª LEGISLATURA
QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
Renan Calheiros - PMDB/AL

Sessão:
SESSÃO CONJUNTA Nº 031 - 03/12/2014
Abertura Painel: 03/12/2014 10:53

Presidiram a Sessão:
Renan Calheiros - 10:53
Romero Jucá - 16:25
Renan Calheiros - 18:15

Proposição:
PLN Nº 36/2014 - SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

Início Votação: 04/12/2014 03:38
Fim Votação: 04/12/2014 03:45

Presidiram a Votação:
Renan Calheiros

Resultado da Votação

Sim	39
Não	1
Total da Votação	40
Art. 51	1
Total Quorum	41
Obstrução	0

Orientação
PMDB - Sim
PT - Sim
PSDB - Obstrução
DEM - Não
PROS - Obstrução
PRB - Sim
PSOL - Sim

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Angela Portela	PT		Sim
Romero Jucá	PMDB		Sim
Total Roraima : 2			
AMAPÁ			
José Sarney	PMDB		Sim
Randolfe Rodrigues	PSOL		Sim
Total Amapá : 2			
AMAZONAS			

	Partido	Bloco	Voto
AMAZONAS			
Alfredo Nascimento	PR		Sim
Eduardo Braga	PMDB		Sim
Vanessa Grazziotin	PCdoB		Sim
Total Amazonas : 3			
RONDONIA			
Acir Gurgacz	PDT		Sim
Valdir Raupp	PMDB		Sim
Total Rondonia : 2			
ACRE			
Anibal Diniz	PT		Sim
Jorge Viana	PT		Sim
Sérgio Petecão	PSD		Sim
Total Acre : 3			
TOCANTINS			
Vicentinho Alves	Solidaried		Sim
Total Tocantins : 1			
MARANHÃO			
João Alberto Souza	PMDB		Sim
Lobão Filho	PMDB		Sim
Total Maranhão : 2			
CEARÁ			
Eunício Oliveira	PMDB		Sim
Inácio Arruda	PCdoB		Sim
José Pimentel	PT		Sim
Total Ceará : 3			
PIAUÍ			
Ciro Nogueira	PP		Sim
João Vicente Claudino	PTB		Sim
Wellington Dias	PT		Sim
Total Piauí : 3			
RIO GRANDE DO NORTE			
Ivonete Dantas	PMDB		Sim
Total Rio Grande do Norte : 1			
PERNAMBUCO			
Armando Monteiro	PTB		Sim
Humberto Costa	PT		Sim
Total Pernambuco : 2			
ALAGOAS			
Benedito de Lira	PP		Sim

	Partido	Bloco	Voto
ALAGOAS			
Renan Calheiros	PMDB		Art.51
Total Alagoas : 2			
BAHIA			
Lídice da Mata	PSB		Sim
Walter Pinheiro	PT		Sim
Total Bahia : 2			
ESPÍRITO SANTO			
Ana Rita	PT		Sim
Ricardo Ferraço	PMDB		Sim
Total Espirito Santo : 2			
RIO DE JANEIRO			
Lindbergh Farias	PT		Sim
Marcelo Crivella	PRB		Sim
Total Rio de Janeiro : 2			
SÃO PAULO			
Eduardo Suplicy	PT		Sim
Marta Suplicy	PT		Sim
Total São Paulo : 2			
MATO GROSSO			
Blairo Maggi	PR		Sim
Total Mato Grosso : 1			
DISTRITO FEDERAL			
Rodrigo Rollemberg	PSB		Sim
Total Distrito Federal : 1			
MATO GROSSO DO SUL			
Delcídio do Amaral	PT		Sim
Waldemir Moka	PMDB		Não
Total Mato Grosso do Sul : 2			
PARANÁ			
Gleisi Hoffmann	PT		Sim
Total Paraná : 1			
SANTA CATARINA			
Casildo Maldaner	PMDB		Sim
Total Santa Catarina : 1			
RIO GRANDE DO SUL			
Paulo Paim	PT		Sim
Total Rio Grande do Sul : 1			

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos proclamar o resultado: "sim", 39; "não", 1.

Está aprovado o projeto, ressalvados os destaques. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Passamos à votação dos destaques de bancada.

Votação da Emenda nº 4, objeto de destaque da bancada.

Eu queria esclarecer, para nós concluirmos esse longo processo de votação, que, na forma do art. 192, § 7º, do Regimento da Câmara dos Deputados:

> *"§ 7º No encaminhamento da votação de emenda destacada, somente poderão falar o primeiro signatário, o Autor do requerimento de destaque e o Relator."*

Portanto, no caso da Emenda nº 4, que está em discussão, eu concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho. S.Exa. dispõe de até 5 minutos. Em seguida, falará o último orador, Senador Romero Jucá, porque o autor do requerimento é o Deputado Mendonça Filho.

Como não é permitido falar duas vezes, V.Exa. tem direito à palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE) – Um minuto para cada um, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Mendonça Filho, tem V.Exa. a palavra.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Calma, minha gente! Ainda está cedo. A noite é longa, a madrugada é longa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o destaque que nós passamos a debater neste instante é muito importante. Sabemos que o Governo da Presidenta Dilma e a gestão do Ministro Guido Mantega têm-se caracterizado, eu já disse isso, como um governo que adora uma maquiagem. Fiz até alusão a um salão de beleza com especialidade em maquiagem aqui na Esplanada dos Ministérios.

Pois bem, a proposta do Governo usa a palavra "poderá" no art. 2º, § 3º. O que nós propomos como alternativa à palavra "poderá"? Que o Governo se obrigue a cumprir as metas fixadas, mesmo sendo metas desmoralizadas e que consagram a irresponsabilidade fiscal. Nós pedimos a substituição da palavra "poderá" por "deverá". E nem isso o Governo quer assumir. Pediu ao eminente Relator, Senador Romero Jucá, para criar uma novidade, a palavra "resultado", que tanto faz ser positivo como negativo. É o primeiro caso no mundo, do ponto de vista de economia, em que não se tem meta, tem-se resultado. Qualquer que seja o resultado, a meta vai ser alcançada.

Realmente a criatividade deste Governo para maquiar as contas públicas, para desviar dos compromissos assumidos diante da sociedade é uma coisa, meu caro Deputado Balestra, incrível!

Este Governo se supera. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero dizer ao Ministro Joaquim Levy, já designado, que deve estar acordado acompanhando esta sessão histórica: *"Ministro Joaquim Levy, V.Exa. vai ter muita dificuldade, porque a cultura do Governo é perdulária, é do desperdício! É um Governo inchado".*

A Presidente Dilma não sabe de cor os nomes de seus Ministros – eu tenho certeza disso –, da sua base e dos seus líderes. Eu desafio o Líder Henrique Fontana a dizer os nomes dos 39 Ministros da Presidente Dilma. Não vai conseguir. Nem ela consegue! O que dirá o seu Líder? Essa é a realidade de um Governo desgovernado. É um Governo sem rumo, é um Governo sem direção!

Chamaram o Levy para botar ordem na Casa. E eu digo: *"Coitado do Ministro Levy, vai ter dificuldade para homem nenhum botar defeito".* Vai ter muita dificuldade, porque o sujeito remar contra a maré é muito difícil. Primeiro, fazer o que os seus colegas não acreditam. Os petistas não acreditam em ajuste de contas, não acreditam em equilíbrio econômico financeiro, não acreditam em nada que pressuponha compromisso assumido e compromisso cumprido.

E não deu outra: colheram o que plantaram, meu caro Balestra. Está aí a inflação subindo, o País parando, e já se fala em mais imposto: para a semana, vai haver a CIDE subindo, sendo recriada e aumentando a carga de impostos que o povo não suporta mais.

Uma economia como a nossa, em desenvolvimento, é a economia em que a carga tributária é a mais elevada em países equivalentes no mundo. E não é por outro motivo que o País está parado, não cresce, a infraestrutura é deficiente em qualquer parte do Brasil. A gente tem que acabar com essa...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer é contrário. Encaminho o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Parecer contrário, o voto é "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de orientar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir aos Senadores que permaneçam em plenário.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, como eu sou um dos signatários da emenda, eu queria saber se poderia falar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós já esclarecemos com relação...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Já foi respondida essa questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O primeiro signatário é o Deputado Mendonça Filho; o autor do requerimento também é o Deputado Mendonça Filho.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, eu assinei...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Portanto, o terceiro orador seria o Senador Romero Jucá.

Para orientar a bancada.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Sr. Presidente, então eu tenho direito a 10 minutos. Se eu sou o autor e o autor do requerimento, eu tenho direito a 10 minutos.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Ele tem o direito de falar mais 5 minutos, ou outro signatário.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu sei que a turma do PT gosta de me ouvir falar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Em votação, Sr. Presidente. Não há orientação de bancada, Sr. Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) – Eu darei o prazer de vocês me ouvirem falar por 10 minutos, de madrugada, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu queria dizer ao Deputado Mendonça Filho que, na forma ainda do art. 192, § 5º, do Regimento Interno, *"nenhum Deputado, salvo o Relator, poderá falar mais de uma vez para encaminhar a votação de proposição principal, de substitutivo ou de grupo de emendas"*.

De modo que nós lamentamos de mais e vamos...

(Manifestações do plenário.)

Vamos passar à orientação das bancadas.

Tem a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Eu quero saber só, Sr. Presidente, se, como signatário da emenda, embaixo da assinatura do Deputado Mendonça, eu posso reivindicar o direito de falar também. A pergunta é essa, Sr. Presidente.

Eu quero saber o seguinte: o Deputado Mendonça é o principal signatário. Eu também sou signatário...

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE) – Sr. Presidente, isso já está respondido.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Se ele não pode falar como primeiro autor...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT-RJ) **–** Assunto superado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa. é signatário, mas não é o primeiro signatário, e nenhum Congressista poderá renovar, na mesma sessão, questão de ordem já resolvida pela Presidência.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Peço a palavra para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PT?

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – O PT vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PT vota "não".

Como vota o PMDB?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR. Sem revisão do orador.) – O PMDB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PMDB vota "não".

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Bloco PP/PROS?

O SR. LÁZARO BOTELHO (Bloco/PP-TO. Sem revisão do orador.) – O PP e o PROS votam "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSD?

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD-SP. Sem revisão do orador.) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSDB?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é lamentável que as coisas se deem da forma como estão se dando neste plenário. *(Manifestações do plenário.)*

É incrível! O PT está com uma pressa danada de votar isso aí. O Brasil não gostaria de esperar tanto quanto o PT. Nós gostaríamos, Sr. Presidente, que esta sessão tivesse tido a oportunidade de garantir a manutenção do equilíbrio das contas públicas. Esse foi o fundamento de toda a atividade que teve a Oposição nesta Casa, garantindo até agora, quase 4 horas da madrugada, uma resistência à votação de um descalabro de gestão orçamentária praticado por este Governo nos últimos anos.

Então, a nossa posição é votar "sim" à emenda apresentada, declarando...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Bloco PR/PTdoB/PRP?

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o DEM?

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lembro aqui aos partidos da base, excluindo o PT, que esse discurso de paz e amor do Deputado Henrique Fontana acaba amanhã. Amanhã, começam as notinhas: *"Olha, atrasou a votação, porque o PMDB da Câmara ainda não levou o Ministério A. Ah, atrasou a votação, porque o PSD ainda não acertou o Ministério das Cidades".*

Amanhã, muda tudo. Amanhã, o PT volta a ser o PT contra a própria base. Por isso, eu alerto a todos: é importante que a gente continue essa discussão, esse debate de uma matéria, de um crime cometido. Hoje, infelizmente, nesta Casa estamos limpando a cena do crime.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSB?

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB entende que esse destaque é extremamente importante, porque ele dá uma determinação que não consta no substitutivo e que vai fazer, de certa forma, uma pequena correção naquilo que nós entendemos fundamental para o País.

Por isso, neste momento, o PSB vota "sim" ao destaque da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PTB?

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB-GO. Sem revisão do orador.) – O PTB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PTB vota "não".

Como vota o PCdoB?

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – O PCdoB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PCdoB também vota "não".

Como vota o PSC?

O SR. RATINHO JUNIOR (PSC-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC encaminha o voto "não". E o Deputado Ratinho Junior votou com o seu partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PRB?

O SR. GEORGE HILTON (PRB-MG. Sem revisão do orador.) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PV? *(Pausa.)*

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não registram o voto do PSDB "sim" no painel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Por favor, eu peço para registrar o voto do PSDB.

Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, algumas pessoas podem cultivar a sensação de que aqui se está concluindo algum processo, mas é evidente que nós estamos abrindo um processo. E quem abre o processo não somos nós, e, sim, a sociedade brasileira. Quem abre o processo é a própria Presidente Dilma quando chama, para coordenar a economia, pessoas que pensavam diferentemente e que pensam diferentemente dos atuais comandantes.

Quem abre o processo é o fato da crise que nós temos. Não foi mencionado, por exemplo, nas nossas contas externas, o fato de que, depois de muitos anos de superávit nas contas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – "Não", Presidente. O PSOL vota "não".

O SR. PAULO WAGNER (PV-RN. Sem revisão do orador.) – O PV vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota a Liderança do Governo?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – "Não", Presidente.

Como vota a Liderança da Minoria?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – PSOL, "não", Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nós estamos travando uma luta de resistência, resistência em defesa das nossas convicções, resistência em defesa do nosso País, resistência contra o que consideramos um descalabro para a economia brasileira.

Mais do que isso, Sr. Presidente, nós estamos fazendo aqui um exercício na defesa da democracia com a constatação triste: uma sessão do Congresso brasileiro, que já vai chegar, daqui a pouco, a 24 horas de duração, com as galerias completamente vazias. Quem está nos acompanhando – talvez poucos agora, mas nos acompanharam durante todo o dia – pôde testemunhar esse temor do Governo de que o povo pudesse participar deste momento.

Por isso, Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Encerrado o encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Obrigado a V.Exa., Deputado Domingos Sávio.

Declaro rejeitada a emenda na Câmara dos Deputados. Não vai ao Senado...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, para orientar, pela Minoria.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, V.Exa. ouviu a orientação, mas, ainda que simbolicamente, V.Exa. tem que pôr em votação, por gentileza. V.Exa. precisa... Eu compreendo que é o cansaço, é natural; V.Exa. merece todo o nosso respeito pelo esforço monumental – V.Exa., mais do que nós, porque ficou aí praticamente num plantão de quase 24 horas. Mas obviamente que, após a orientação, tem que se dar a votação, ainda que simbólica. V.Exa. tem absoluta razão.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Garanto a Minoria do Congresso, Sr. Presidente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) – Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, sou o Líder da Minoria do Congresso. Eu, Ronaldo Caiado, sou o Líder da Minoria no Congresso e queria que V.Exa. garantisse a minha fala, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Caiado, quem encaminha a votação é a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, não misture os sinais. V.Exa. não pode cercear o meu direito à Minoria no Congresso.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Presidente, já encaminhou.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) – Já encaminhou, Presidente. *(Manifestações do plenário.)*

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, a vida toda houve isso. Por estar afônico hoje...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT-RJ) – Sr. Presidente, a votação é na Câmara e depois no Senado. O Deputado Caiado não tem razão.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Como o Senado? Encaminhe, então, a Liderança do Senado. Eu sou o Líder no Congresso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT-RJ) – A votação é na Câmara, é o Líder da Minoria da Câmara, depois é o Líder da Minoria do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para encerrar a intervenção, com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Garanta-me a palavra.

Sr. Presidente, eu já assisti a várias votações e jamais vi uma votação ter uma ação tão abrangente quanto esta, sinceramente. O projeto de lei que está sendo votado é como bula de pomada Minancora: resolve tudo, resolve a anistia da Presidenta Dilma, resolve a nomeação de vários Ministros. Nunca vi tanto Ministro na mesa da...

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Acabou!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – As Sras. e Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Rejeitado na Câmara. Não vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Votação da Emenda nº 10, objeto de destaque na Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra a palavra ao primeiro signatário, na forma do Regimento.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Ausente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao autor do requerimento.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles. *(Pausa.)*

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Ausente, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Relator e, em seguida, darei a questão de ordem a V.Exa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O parecer é contrário e o encaminhamento de voto é "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy, para uma questão de ordem.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu entendo que V.Exa. está respaldado no Regimento da Casa, mas V.Exa. é homem de bom senso, de grande discernimento, e tem demonstrado isso, ao longo da sua exitosa vida pública. *(Apupos.)*

A questão de ordem que nós queremos formular, Sr. Presidente, é que na ausência, tanto do autor da emenda como do...

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Não existe... *(Apupos.)*

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy, para concluir a sua questão de ordem.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Ao primeiro signatário, o Senador Francisco Dornelles, é de supor que seja dada uma oportunidade para que nós possamos fazer uma exposição de uma emenda de grande importância para o País.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Sr. Presidente, não era nem para ser votada: a emenda perde objeto quando o autor não está presente.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Eu estou com o tempo que é colocado a minha disposição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Asseguro a palavra a V.Exa. para concluir a questão de ordem.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – E V.Exa. tem assegurado a palavra de todos, de uma maneira democrática.

O SR. SILVIO COSTA (PSC-PE) – Dê mais 5 minutos.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Esta emenda, Sr. Presidente, é de grande importância para o País, até porque ela permite o fortalecimento dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Numa noite que a gente vê o interesse focado do fortalecimento...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Sr. Presidente, isso não é questão de ordem.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa. para concluir a questão de ordem.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – Questão de ordem de 5 minutos.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente. V.Exa. é sempre atencioso e com muito cuidado durante esta sessão. Parabenizo V.Exa. por isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Em votação, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Em votação, Sr. Presidente. O parecer já foi dado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Vamos votar, Sr. Presidente,

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente, estou sendo provocado aqui ...por um Deputado que eu não sei nem quem é; nem o Brasil sabe quem é.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) – Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa. para concluir a questão de ordem.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Pois não. Não sei nem se foi eleito ou reeleito. Parece até que não, Sr. Presidente,

Mas eu volto aqui, Sr. Presidente, à minha questão de ordem. Eu quero dizer a V.Exa. que esta é uma emenda de grande importância, porque procura fazer justiça aos Estados, Municípios e o Distrito Federal.

Veja bem o que ela diz, Sr. Presidente: *"A sistemática do orçamento atualmente priva por inscrever os recursos não transferidos no mesmo ano, em restos a pagar – RAP. Essa sistemática é prejudicial, pois a execução orçamentária se transforma em uma bola de neve"*, porque a União chega ao mês de dezembro e remete para o mês de janeiro do ano subsequente, do exercício subsequente, o pagamento do que é devido aos Estados, Municípios e Distrito Federal.

(Manifestações do plenário.)

Eu estou concluindo. O que nós queremos colocar a V.Exa. é que, na ausência do Senador Francisco Dornelles, não seria cabível que um Deputado ou um Senador pudesse fazer uso da tribuna.

(Manifestações do plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu quero dizer ao Deputado Antonio Imbassahy que nós já respondemos a essa questão de ordem. Mais do que isso, nós aceitamos a ponderação de apreciarmos o destaque em uma interpretação de que o destaque estava assinado pelas bancadas, de modo que nós vamos declarar o resultado na Câmara dos Deputados.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (Bloco/PR-MG) – Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) – Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Votação na Câmara! Como vota o PT?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Eu só quero pedir licença da nossa base para registrar o voto "não" e ter essa ousadia de toda a base, para ganharmos tempo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE) – O PMDB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSDB?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, realmente essa emenda é de grande importância para a vida dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Então, nós queremos mais uma vez reiterar o uso da consciência dos Parlamentares da base do Governo. Que procurem efetivamente fortalecer os seus Estados e Municípios, porque passamos aqui, durante todo esse tempo, praticamente fortalecendo os cofres da União.

E o propósito desta emenda é permitir que os recursos da União não sejam pagos no mês subsequente ao mês de dezembro, no mês de janeiro, no exercício posterior. Então, nós queremos que essa emenda seja considerada...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Democratas?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – O PSOL vota "não", Sr. Presidente. O PSOL é "não".

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Dornelles certamente é um dos maiores especialistas em gestão pública deste País, e a emenda dele, se aprovada, vem para melhorar, como disse o Deputado Imbassahy, a organização das contas públicas no Brasil.

Agora, infelizmente, a Maioria, em vez de discutir os destaques, quer atropelar, porque, na verdade, estamos aqui não para discutir uma matéria, não para discutir superávit primário, gasto público. A Maioria está aqui para encobertar um crime cometido pelo Governo, pela sua Presidente, pelos seus Ministros. Tanto é ver-

dade que o Ministro Joaquim Levy só assume o Governo, o seu cargo, assim que esse crime for organizado, for limpo, senão ele também responderá pelo mesmo crime.

Então, infelizmente, em vez de discutirmos a...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, veja só o que nós estamos votando, e me permito chamar a atenção de todos os Srs. Parlamentares.

A emenda é de iniciativa do Senador Francisco Dornelles e o destaque também. Pelo que sei, é o PP que integra a base de apoio do Governo, mas a Liderança do Governo simplesmente enquadra o partido e determina que o partido vote contrário à emenda que ele próprio destacou ou que foi o autor o Senador Francisco Dornelles. Ou seja, é o enquadramento pura e simplesmente a favor ou contra o Governo, deixando totalmente o mérito da discussão.

Votamos "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota a Minoria?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nós voltamos ao raciocínio da nossa luta aqui como resistência democrática, até para que nos compreendam melhor. Alguns talvez não tenham na vivência democrática a prática que tem V.Exa. Mas eu aproveito este momento, após esta jornada que tivemos, em que, eventualmente, em algum momento, possa ter parecido que da nossa parte tenha havido qualquer exaltação, para dizer que sei que V.Exa., com sua experiência e vivência, bem compreende o papel da Oposição.

O papel da Oposição é fundamental na democracia. Muitas vezes, o papel da Oposição é lutar por alguns segundos. E reside nesses segundos a possibilidade de reverter algum processo. Por isso, Sr. Presidente, nós usamos cada segundo para mostrar que somos resistência.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que nós estamos votando é um destaque para votação em separado de um projeto de lei "Pomada Minancora".

É um projeto de lei que fez com que todos ficassem aqui no plenário até as 4 horas da manhã, para anistiar a Presidente Dilma Rousseff, eleger e indicar Ministros, repassar emendas aos Parlamentares. Enfim, tudo isso acertado, só que não acertaram com os russos, porque a população lá fora está exatamente assistindo a esta cena aqui, triste, deprimente, que depõe contra as prerrogativas desta Casa e a credibilidade dela. Um grande negócio está sendo feito e a sociedade está sendo penalizada.

Sr. Presidente, sabemos que, a partir de hoje, a Presidente da República vai ter que arcar também...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado na Câmara dos Deputados, não vai ao Senado Federal.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Sr. Presidente, questão de ordem, com base no art. 102.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu vou conceder a palavra a V.Exa. para uma questão de ordem.

Votação da Emenda nº 40, objeto de destaque de bancada. O primeiro signatário é o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa. para uma questão de ordem.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o art. 102 do Regimento Interno da Câmara diz o seguinte:

"Art. 102. A proposição de iniciativa de Deputado poderá ser apresentada individual ou coletivamente."

Eu vou insistir: "individual ou coletivamente".

E diz o seu § 1º:

"§ 1º Consideram-se Autores da proposição, para efeitos regimentais, todos os seus signatários" – repito, todos os seus signatários –, "podendo as respectivas assinaturas ser apostas por meio eletrônico de acordo com Ato da Mesa."

Agora vem o § 2º, e para este eu quero pedir a atenção de V.Exa., que tem sido magistral na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – V.Exa., se puder arrematar...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP) – Eu vou arrematar dizendo o seguinte:

"§ 2º As atribuições ou prerrogativas regimentais conferidas ao Autor serão exercidas em Plenário por um só dos signatários da proposição, regulando-se a precedência segundo a ordem em que a subscreveram."

Portanto, Sr. Presidente, eu quero apenas colocar para V.Exa....

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Na forma do art. 133, nós indeferimos a questão de ordem de V.Exa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Sr. Presidente, essa matéria já foi vencida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a proposta enviada pela Presidente da República, que tem o objetivo claro de descaracterizar o descumprimento da meta de superávit fiscal – aprovado por este Congresso Nacional, sancionado pela Presidente –, na medida em que objetivamente o superávit não foi cumprido, busca redefinir aquilo que é a base do cálculo.

Afora a reformulação introduzida pelo nobre Senador Romero Jucá, que troca meta por resultado, ela tem um processo de redefinição: lança, de um lado, os gastos feitos pelo PAC, e lança, de outro lado, as desonerações.

Eu estou olhando para Deputados que são eminentes municipalistas aqui, o Deputado Manoel Junior, que é lutador sempre em defesa dos Municípios, Deputado Geraldo Resende, Deputado Wellington, para mencionar os que estão mais próximos e, como sempre, atentos a isso. V.Exa., ao meu lado e de tantos outros aqui, perfilaram quando o Governo fez a chamada bondade com o chapéu alheio, fez a proclamação da desoneração e acabou penalizando o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios.

E veja o que se fez agora, nobre Deputado Manoel Junior. E agora o que se propõe? No momento em que se computa o global das desonerações, computa também, para zerar e anistiar o Governo Federal, as desonerações que foram feitas pelos Estados e Municípios. Veja só, não bastasse a tungada que foi tirar os recursos dos Estados e Municípios, agora usa esse montante para calcular o seu débito ou para diminuir a sua expectativa de superávit. Portanto, os Municípios e Estados apanharam na ida e estão apanhando na volta.

A nossa emenda é sucinta. Ela diz: "*O Governo precisa considerar aquilo que gastou com desonerações. Precisa fazer com que isso entre no cálculo? Então, faça, mas exclua aquilo que não foi nem um milímetro do seu sacrifício. Exclua aquilo que não significou nenhum esforço da União, aquilo que foi exatamente retirado da cota-parte dos Estados e dos Municípios".* Não é sensato propor isso?

Eu acho que, em momentos como este, mais do que qualquer alinhamento em favor do Governo, vale o sentido de consciência. Os Municípios que têm o sentido de cobrar do Congresso Nacional aquilo que nós fizemos num momento de concessão, quando invadimos, inclusive, recursos, verbas destinadas para os Municípios, terão uma razão em duplicata, maior ainda, para cobrar.

Deputado Vicentinho, V.Exa. é outro municipalista. Eu tenho certeza de que isso bate na sua consciência, porque nós não podemos agora permitir que o Governo compute para a sua isenção fiscal aquilo em que ele não teve participação, que foi o repasse para os Municípios.

Outra coisa que propomos, Sr. Presidente.

(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP) – Estou dentro do meu tempo. É uma prerrogativa que tenho. Não estou entendendo a aflição das campainhas sucessivas aqui!

Outra coisa: quando se computa a questão do PAC, que nós tenhamos aquilo que foi efetivamente gasto pelo PAC, ou seja, aquilo que foi lançado no SIAFI, para que não se enuncie uma coisa e se pratique outra. O Governo declara a intenção de gastar no PAC, mas nós sabemos que a execução orçamentária está baixíssima. Então, que ele se desonere, ou seja, que ele possa usufruir daquilo que efetivamente foi gasto.

Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados, o que nós solicitamos aqui é o mínimo de sensatez para não onerar novamente os Municípios...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a autorização da bancada do Governo, eu registro o voto "não".

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP) – Sr. Presidente, eu quero usar meu tempo como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSB?

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP) – Sr. Presidente, eu quero usar o tempo como Líder.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSDB?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, a nossa posição é votar "sim" por vários motivos.

Nós tentamos, em todos os momentos, procurar um entendimento nesta Casa, no sentido de que chegássemos a uma conclusão na direção de resolvermos o impasse desta noite e assim tivéssemos a oportunidade de, na semana que vem, com mais tempo para debater e discutir esta matéria, chegar a um denominador comum em relação ao texto elaborado pelo Relator da matéria.

Acontece, Sr. Presidente, que nenhum diálogo foi possível. O Governo, de maneira autoritária, mandou o projeto para esta Casa e, de maneira autoritária, quis votar este projeto.

Nós estamos aqui até as 4 horas e meia da manhã porque a resistência que a Oposição fez a este projeto foi saudável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Democratas?

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, depois da bela exposição do Deputado Arnaldo Jardim, que sempre esclarece com competência o mérito das matérias que defende, o Democratas votará o destaque do PPS, reafirmando a nossa posição contrária a este PLN, porque é um absurdo o Congresso estar aqui não para tratar do futuro, mas para limpar o caminho de um crime do passado. Infelizmente é essa a realidade que vivemos hoje. Aliás, não é só aqui, é no Brasil inteiro. Os crimes ocorrem, os homicídios ocorrem e não se chega nunca a uma conclusão. Aqui a mesma coisa, cometeu-se um crime e está se limando a cena do crime. É isso o que faz hoje a maioria do Congresso: limpar a cena do crime cometido pela Presidenta Dilma Rousseff e pelos seus Ministros.

É por esse motivo que o Democratas votou contra o mérito da matéria e votará "sim", a favor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSB?

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP) – Antes, Sr. Presidente, gostaria de usar também o tempo como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para orientar como Líder, V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Um minuto para orientação como Líder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Durante essas horas, já concedemos a palavra a todos os Líderes. Acabei de negá-la ao Deputado Arnaldo Jardim pelo mesmo motivo.

Com a palavra o Deputado Dr. Ubiali para orientar a bancada.

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considerando que não posso usar o tempo como Líder, quero destacar que essa emenda ao projeto de lei de alteração da LDO tem um significado importantíssimo, porque nós sabemos que os Municípios neste momento estão atravessando uma grande dificuldade. A maioria deles está em situações quase falimentares.

Por isso, entendemos que esta presente emenda corrige distorções do texto original. A primeira correção é retirar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal o ônus da desoneração dos tributos. A segunda correção é limitar a redução do superávit primário com os gastos do PAC até 30 de julho de 2014.

Por isso, nós orientamos "sim" para os Deputados do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Solidariedade?

O SR. AUREO (SD-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é muito triste o que estamos assistindo aqui hoje: os Deputados, cansados, aqui lutando pelo povo brasileiro; a população do nosso País não podendo acompanhar o que está acontecendo nesta noite por causa do horário.

O Solidariedade tem responsabilidade com o povo brasileiro e com este País, que hoje está tendo um momento muito triste marcado na história. Hoje, o Solidariedade, que vem lutando pelo povo brasileiro, que vem aqui, na Oposição, lutando e defendendo o povo brasileiro, encaminha a votação "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados – depois o Senado – comemorou, festejou e anunciou uma grande atenção aos Municípios. Nós aumentamos a participação, a alíquota destinada ao FPM. V.Exa. acompanhou isto de perto. O Deputado Henrique Eduardo Alves festejou isto em plenário, em que vários partidos acorreram, mas particularmente o PMDB teve um papel que reconheço importante.

Hoje, quando nós, nesta simples Emenda, negamos esta possibilidade, fazemos com que persista a desoneração feita com o chapéu alheio, penalizando Estados e Municípios. Fazendo com que agora essa própria dotação de Estados e Municípios seja computada para efeitos da revisão do critério do superávit, nós penalizamos os Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota a Liderança da Minoria?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na linha do que o Deputado Arnaldo Jardim acaba de ponderar, sou municipalista, fui Prefeito da minha querida Divinópolis. Eu sei o que é a luta de quem está lá na ponta, em que o cidadão demanda por educação, saúde, infraestrutura. Eu sei o que é o pesadelo de um Prefeito para fechar as contas. Eu sei o que já está passando na vida dos Prefeitos, de todos os partidos, para tentar pagar o 13º salário dos servidores com a menor fatia da arrecadação.

Como é que ficam os Prefeitos? Os Prefeitos não podem rever as suas metas e gastar mais, senão eles são cassados, eles se tornam fichas sujas. Agora, aqui, não! Aqui nós vamos adequar a situação para que a Presidente Dilma, que gastou mais do que arrecadou, simplesmente diga que ela não precisa cumprir as metas de superávit. Pior do que isso: os Municípios estão cada vez com menos recursos.

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Votação, Sr. Presidente.

(Manifestações do plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Votação na Câmara dos Deputados.

O SR. RONALDO CAIADO – Presidente, Liderança!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado na Câmara dos Deputados.

A matéria não vai ao Senado. *(Palmas. Muito bem!)*

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR) – Último destaque, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Emenda nº 69.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Não saia ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu concedo a palavra ao primeiro signatário. Deputado Antonio Imbassahy, com a palavra V.Exa. *(Pausa.)*

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ) – Ainda teremos uma nominal, Presidente. Não é isso? *(Pausa.)*

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Sr. Presidente, V.Exa. não me deu o direito a falar pela Liderança da Minoria no Congresso.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ) – Sr. Presidente, talvez tenhamos ainda uma nominal, dependendo do horário? *(Pausa.)*

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Por favor, Deputado. Eu só quero colocar aqui ao Presidente da Casa…

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ) – Presidente Renan, só uma dúvida aqui!

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. sabe que eu fui atropelado na minha condição de Líder da Minoria no Congresso Nacional. Nós estamos reunidos no Congresso Nacional. Eu tenho a prerrogativa de fazer orientação. A orientação cabe a mim também. E não posso ser cerceado na condição de Líder que sou. Posso estar afônico, mas não estou ausente. A minha prerrogativa, Sr. Presidente, tem que ser mantida. Peço a V.Exa. que, no encaminhamento da matéria, que deve contar o tempo…

Nós sabemos que o Governo Federal quer toda a mordomia, e a penalização é dos Prefeitos. É inaceitável isso.

No IPI, o Governo faz cortesia com o chapéu alheio, repassa toda a verba, dividida pela União, pelos Estados e Municípios, arcando com a responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Para concluir.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO) – Por isso, Sr. Presidente, a nossa votação é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Antonio Imbassahy, com a palavra V.Exa.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir, inicialmente, que me fosse assegurado o tempo de 5 minutos.

(Manifestações do Plenário.)

Por que não? Ali está marcando 3min30seg. Eu tenho o tempo de 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra o Deputado Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Sr. Presidente, eu estou insistindo, porque tenho 5 minutos. Vemos ali que estou começando com 3 minutos e meio. Por isso, peço a V.Exa. que corrija o cronômetro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta proposta de emenda é de grande importância, porque o propósito dela é exatamente evitar a gastança de qualquer Governo, notadamente o Governo Federal.

Verificamos, ao longo de todo esse período, que as despesas, o custeio tem crescido muito acima da inflação. A receita cresce também acima da inflação, mas, como este Governo tem o caráter perdulário, de gastar, de fazer benesse, acaba havendo esse desequilíbrio que verificamos ao longo deste exercício.

Vejo aqui que o Senador Eduardo Braga está prestando atenção nas minhas palavras. Digo a V.Exa., Senador, que é muito bom para uma sociedade, para um país, ter um governo que possa, ao final de cada exercício, apresentar suas contas saneadas, apresentar o orçamento razoavelmente cumprido. Eu não diria nem 100% cumprido, mas que seja 80%, 90% cumprido, até porque foram dadas ao Governo da Presidente Dilma todas as condições para que pudesse realizar e ter um bom desempenho do seu Orçamento.

O que verificamos? Verificamos que, ao longo desse período, no ano das eleições, gastou-se muito mais do que era o previsto, do que era o esperado, do que era o compromisso do Governo da Presidente Dilma, aliás, um compromisso estabelecido na nossa Lei Orçamentária.

Não é razoável, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas que estão neste momento me assistindo pela *TV Câmara* e pela *TV Senado* – eu sei que há muita gente ainda me assistindo –, não é razoável, Senador Alfredo Nascimento, que a esta altura dos acontecimentos o Governo da Presidente, que gastou muito mais do que o que era para esse período... São 4h34min da madrugada. Como este é um assunto de grande relevância – não se iludam, não! –, muita gente está acompanhando o que a Oposição e o Governo estão fazendo aqui. Nós estamos cuidando de apresentar uma emenda que coíbe essa gastança.

Então, é mais do que razoável que isso possa ser apreciado. Neste momento em que se procura dar uma anistia à Presidente Dilma, ao menos esta emenda, Senadores e Deputados... Vejo ali o Senador Romero Jucá com muita atenção. É muito importante, Senador Romero Jucá – V.Exa. se esmera sempre a cada exercício, com a LDO, com as propostas orçamentárias –, que se tenha um orçamento equilibrado. Esta é a proposta desta emenda, que não se permita um gasto superior ao que aconteceu no ano passado.

Vejo até, Sras. e Srs. Deputados, que é o momento adequado. A Presidente Dilma está anunciando um arrocho, um arrocho talvez nunca visto em toda a história da República. Então, essa emenda vai na direção do que está pensando agora o Palácio do Planalto.

Eu quero dizer, Sras. e Srs. Deputados, que estamos aqui – o PSDB, os partidos que fazem oposição – interessadíssimos em prestar contas à sociedade brasileira, em contribuir para que este PLN, que já foi no mérito aprovado, possa ser aperfeiçoado. É fundamental!

São essas propostas que fazem o engrandecimento do Congresso brasileiro – o debate, as conversações, o convencimento. Já percebo que alguns Deputados começam a modificar suas convicções para que possamos, ao menos, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, votar esta emenda. Esta emenda – eu insisto – talvez seja uma das mais importantes que foram apresentadas nesse conjunto que está sendo debatido neste momento.

O Presidente Renan Calheiros está conduzindo esta sessão com maestria, discernimento, dando oportunidade para que as oposições se manifestem, como também para que a maioria exerça seu direito de voto e faça uma votação esmagadora. A nossa expectativa é de que, no momento em que a matéria for colocada em votação, na orientação todos possam compreender que ela é de grande importância para o País.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade que me deu.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O parecer é contrário, e o voto é "não", Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – O Governo indica o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O Deputado Domingos Sávio reivindica a palavra. A informação que tínhamos aqui estava errada, equivocada. Ele é o primeiro subscritor da Emenda nº 69.

Com a palavra V.Exa., Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Renan. É uma oportunidade que tenho de defender esta emenda de minha autoria, com a colaboração de 10% do Congresso Nacional, o que atende plenamente ao preceito regimental para o destaque.

A natureza da emenda é objetiva, clara, vai ao encontro do interesse nacional e ao que defendemos sempre: austeridade e responsabilidade fiscal. E ela diz que as despesas correntes à LDO não podem superar a do ano anterior. Isso é o mínimo que se pode estabelecer no momento em que se verifica que o País sofre, está sangrando pelo descontrole nos gastos públicos. Mas a oportunidade que tenho, e não vou perdê-la, é a de fazer uma reflexão sobre tudo o que vivemos aqui ao longo das últimas semanas.

Primeiro, faço uma reflexão objetiva da convivência com os demais pares. Foi uma convivência às vezes, em alguns momentos, um pouco mais exaltada. Mas não tenho dúvida de que o respeito prevaleceu e haverá de continuar prevalecendo. A discordância, a luta, a disputa é no campo das ideias. As pessoas, os seres humanos devem se respeitar. E assim também me dirijo a V.Exa., Sr. Presidente. Embora discordando por muitas vezes da maneira com que V.Exa. interpretou o Regimento, eu me mantive na minha trincheira de luta.

Faço também uma reflexão sobre o contexto nacional. Nós não estamos aqui apenas, embora estejamos agora votando apenas um destaque... Estamos votando algo que já é muito grave, que é uma mudança na LDO, que quebra, que fere de morte, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós temos que refletir sobre o momento que o nosso País vive, e o momento não é para sorrirmos ou para fazermos aquilo que gostaríamos de fazer ao final de um ano, que é festejar. É óbvio que haveremos de fazer isso com as nossas famílias, com o espírito natalino, com o espírito cristão que norteia o povo brasileiro, mas devemos fazer com a responsabilidade de quem foi eleito para representar o povo brasileiro, e não se pode dormir o sono dos tranquilos vendo o País sangrar por uma desorganização no controle das contas públicas.

E o pior, não é a incompetência ou a má gestão. Nós estamos vendo, o Brasil inteiro está vendo – e não é mais só o Brasil, mas o mundo –, está assistindo a um Brasil mergulhado no pior e maior escândalo de corrupção, como alguém sempre adora dizer, jamais visto na história deste País. Não é assim que vocês gostam de dizer? Pois é isso que vocês precisam ouvir agora: nunca na história deste País se roubou tanto dinheiro do povo brasileiro.

É preciso despertar os homens de bem de maneira suprapartidária. Não é aceitável que tentem banalizar a corrupção; não é aceitável esta velha história de *"Ah, sempre houve!"* Então, vão continuar roubando e destruindo a PETROBRAS, a exemplo do que o Diretor da PETROBRAS disse nesta Casa, no Parlamento brasileiro ontem, na CPMI, sob juramento e dentro de uma delação premiada: *"Não* é só na PETROBRAS, mas em diversas empresas públicas". E aí vão, portanto, o BNDES, os fundos de pensão. As estruturas públicas deste Governo estão podres. Ele se disse enojado. O diretor da PETROBRAS, do Governo Lula e do Governo Dilma, se disse enojado com o grau de corrupção que está sendo patrocinado por este Governo que está aí.

Portanto, durante todo este debate nós cumprimos o nosso papel com o País. Gostando ou não, o PT teve que ouvir da Oposição. Dizem que nós não saímos do palanque, e se isso é estar no palanque, estarei o tempo todo. Foi aqui que mais de 51 milhões de brasileiros nos colocaram para dizer "não", para dizer que não concordamos com a má gestão do dinheiro público, para dizer que não concordamos com esta deslavada corrupção. É o lava-jato da deslavada corrupção, vergonhosa corrupção, que estão tentando agora oficializar. Porque, hoje – hoje! –, um dos empresários detidos disse que depositou o dinheiro do roubo e da propina na conta do PT. Expliquem isso para o povo brasileiro!

Por isso, Sr. Presidente, nós estamos aqui não apenas fazendo um papel de obstruir, estamos denunciando. Cada segundo que tiver, usarei para fazer isto, para dizer, olhando nos olhos de V.Exas.: respondam ao povo brasileiro como nunca na história deste País vocês conseguiram fazer o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O parecer é contrário, Sr. Presidente, vota "não" à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Votação na Câmara dos Deputados.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo, com autorização das bancadas que o apoiam, registra o voto "não" e pede para ficar no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSDB?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSDB vota "sim". Na verdade, nós votamos "sim" pela importância desta proposta. Nós estamos fazendo novamente o encaminhamento nesta nossa tarefa gloriosa de fazer oposição e vitoriosa, também, de resistir, servindo ao Brasil e aos brasileiros, que estão atentos a tudo o que a gente tem feito aqui nesta Casa.

Vejo que a sessão, Sr. Presidente, está transcorrendo num clima de civilidade, equilíbrio. Os debates aqui foram bastante acalorados, mas com muito conteúdo. Por isso, Sr. Presidente, a nossa proposta será sempre no sentido de manter o equilíbrio fiscal.

Nessa direção, nós estamos reafirmando que o PSDB orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Democratas?

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSD-SP) – Pelo tempo, só orientem.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas vai seguir o voto do PSDB, votando primeiro obstrução, já que a votação certamente será nominal.

Aproveito, sendo a minha última participação na votação, para agradecer ao Presidente Renan a condução de trabalhos, apesar das galerias vazias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós é que agradecemos a V.Exa.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) – Todas as vezes que pedi a palavra, V.Exa. a concedeu, deu a mim a oportunidade de participar do debate, como sempre faz o Presidente Henrique Eduardo Alves na Presidência da Câmara dos Deputados. E por isso só tenho a agradecer-lhe. Devo dizer que tivemos quase 24 horas de debate e discussão, e acho que isso é importante para a Câmara, importante para o Congresso Nacional, para que se esclareça cada um dos temas e para que cada um de nós possa colocar o seu ponto de vista.

O Democratas vota "sim", mas primeiro a obstrução, claro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o Solidariedade?

O SR. AUREO (SD-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Solidariedade, por respeito ao povo brasileiro, entra em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSB?

O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que é a nossa última votação, eu quero inicialmente agradecer a paciência que V.Exa. exercitou, e exercitou bem. Infelizmente, eu não pude usar o tempo de Liderança que eu gostaria muito de ter usado. Mas a gente supera isso de uma forma tranquila.

Quero agradecer muito aos Deputados, do PSB, Pastor Eurico, Glauber Braga, que estiveram aqui nessa luta constante e todos os outros Deputados.

Nós, neste momento, vamos orientar a obstrução, porque não temos outra maneira de lutar contra o PLN 36 a não ser pela obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSOL quer esclarecer que, se o Governo tivesse acatado, na Comissão de Orçamento, a emenda do PSOL que pedia o fim do superávit primário, nós não estaríamos aqui até as 5 horas da manhã. O PT devia ter aceitado, e o Governo também.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, toda vez que houver orientação, não ponha o nome do PSOL. O PSOL não está na base do Governo, ele vai votar "não" por convicção, por ser contra o superávit primário.

O PSOL vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros**.** Bloco Maioria/PMDB-AL) – Como vota o PPS?

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS vai orientar o voto "sim", fazendo o registro agora – são quase 5 horas da manhã – de que a bancada do PPS está aqui há mais de 18 horas representando os interesses da população brasileira. Vamos encerrando a votação mantendo a mesma postura de respeito ao povo brasileiro. Dentro de alguns minutos, vamos ver a população brasileira acordar, e ela vai saber o resultado, vai saber o posicionamento de cada um nesta noite, nesta madrugada.

O PPS desde o início mantém sua posição e encerra a votação com a orientação "sim", de acordo com a bancada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – E a Liderança da Minoria?

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, certamente a Presidente da República nesta hora dorme em berço esplêndido, enquanto o Congresso Nacional limpa a sua sujeira. Imaginem, daqui a pouco, quando acordar, o primeiro a quem ela perguntar qual foi o resultado desta votação – se a Maioria entregou o combinado a ela. Dizem que o humor dela não é dos melhores. Espero e desejo boa sorte ao primeiro agente público que tenha que lhe dar a notícia se esta votação se concluiu na noite de hoje.

Eu espero que fique registrado o esforço democrático da Oposição de permitir que esta votação possa avançar para a próxima semana. Em acontecendo, que V.Exa. desde já possa garantir, não torne pena perpétua a não presença do povo nas galerias, e que na semana que vem a população brasileira possa participar do ato último...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) – O voto, Sr. Presidente, é Minoria em obstrução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Verificação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS) – Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Rejeitado.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA) – Verificação de quórum, Sr. Presidente. Verificação.

O SR. VICENTINHO (PT-SP) – Verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Na forma do Regimento, deferimos o pedido de verificação.

A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de iniciarmos a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Com a palavra o Deputado Onyx.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Sr. Presidente, depois eu peço a palavra a V.Exa.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – O PSDB se manterá em obstrução.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós, da Oposição, devemos entrar em obstrução e queremos dizer que o esforço dessas 18 horas vai ter um resultado. O processo que o Governo queria liquidar para instituir a lei de irresponsabilidade fiscal, graças ao esforço gigantesco de um grupo de Parlamentares da Oposição, não vai acontecer. E nós vamos ter que votar isso na próxima terça-feira, continuando o debate e continuando a mobilizar a sociedade brasileira.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um defeito nas máquinas de votação. As máquinas estão quase todas desligadas. Peça que liguem as máquinas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Eu faço um apelo à Secretaria-Geral da Mesa: por favor, preparem as máquinas, como pede o Líder Jovair.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB) – Está nítida a falta de quórum, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – E peço aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que, por favor, venham ao plenário.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – PPS, em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós estamos fazendo a última verificação.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Sem revisão do orador.) – Está nítida a falta de quórum, Presidente. Quero dizer que, durante todo esse tempo, nos dedicamos a ele, para explicar a quem está em casa, a quem vai assistir depois a toda esta votação, que o que aconteceu ficou muito claro, Deputado Ronaldo Caiado.

Neste ano de 2014, ano de eleição, o Governo saiu às ruas para fazer as suas compras, gastou todo o dinheiro que tinha no bolso, não se sentiu satisfeito, usou o cartão de crédito, e, quando chega a fatura, na hora de pagar a conta, a Presidente Dilma dá um exemplo muito claro: quer pagar a parcela mínima e deixa os juros para serem cobrados da sociedade depois. Então, é nesse sentido que essa conta ficará para a sociedade brasileira pagar.

E é muito claro, todo brasileiro humilde sabe: pagar a conta do cartão de crédito no mês seguinte é muito mais caro. E o Governo ou terá de arrecadar mais – para isso, aumenta os impostos – ou então terá de reduzir investimentos na saúde, educação, segurança. Ou seja, quem paga a conta é o brasileiro, é o contribuinte, é o consumidor, porque a Presidente quer pagar a fatura mínima do cartão de crédito e deixar os juros para depois.

Vitória da Oposição!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PPS está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – O PPS está em obstrução.

Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Primeiro, Presidente, eu quero, de maneira muito enfática, agradecer o esforço de toda a nossa base e partilhar com ela este resultado extremamente importante para o País e para a economia brasileira, esta vitória nossa, no plenário, independente, inclusive desta última votação, porque ou chegaremos a 257 votos agora ou chegaremos à próxima sessão que V.Exa. marcar.

Quero partilhar esta vitória com cada um dos Deputados da base, e com os Senadores, que tiveram firmeza para, compreendendo a necessidade do País, compreendendo a política econômica que estamos implementando, garantir os votos que permitem este nível de investimentos do Brasil e este nível, Presidente, também de redução da carga tributária que utilizamos para manter o padrão de emprego no Brasil.

Quero, Presidente, cumprimentar V.Exa. pelo equilíbrio, pela forma como, respeitando o Regimento, nos conduziu desde ontem, em momento extremamente tenso e que, como disse V.Exa., não havia ocorrido, talvez, em 180 anos da história do Parlamento. Estamos aqui, há quase 18 horas, debatendo e ouvindo os argumentos de cada lado.

Então, V.Exa. deu uma demonstração de como se ocupa a direção de uma Casa Legislativa para garantir que a Minoria se expresse e que a Maioria, quando constituída legitimamente, como é o nosso caso, possa também votar.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) – Vamos encerrar a votação, Presidente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Quero cumprimentar o Presidente da Casa da qual eu faço parte, Henrique Eduardo Alves, que também atuou, a sua forma, como Presidente da Casa, contribuindo para que o Parlamento pudesse viver este debate com toda a segurança.

Cumprimento o nosso Relator, Senador Romero Jucá.

Quero pedir licença para cumprimentar todos os servidores públicos da Liderança do Governo e de todas as Lideranças que atuaram muito para que nós pudéssemos chegar a este quórum, ligando, às vezes incomodando o Deputado, o Senador, mas pedindo que viessem aqui.

Quero registrar o meu respeito à Oposição, o meu respeito ao papel da Oposição dentro de um processo de debate como este.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS) – Vamos encerrar, Presidente!

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – É lógico, Presidente, que eu discordo de boa parte dos argumentos da Oposição. Senti-me, inclusive, muitas vezes atacado pelos argumentos da Oposição. Mas esta é a democracia. Muito do tempo que gostaria de ter utilizado não utilizei, porque nós estávamos enfrentando a obstrução. Mas nós vamos continuar debatendo o mérito do tema e os argumentos que a Oposição trouxe nas próximas sessões, tanto da Câmara quanto do Senado e do Congresso.

Eu quero, Presidente, por fim, dizer que, se nós tivermos a felicidade de atingir os 257 votos, muito bem, venceremos a última votação e obstrução...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS) – Vamos encerrar, Presidente. Já parou o fluxo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Com a palavra V.Exa. para concluir a sua intervenção.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Presidente, mas se eventualmente não atingirmos os 257 votos nesta votação, eu registro que, de igual maneira, é uma vitória extraordinária do Governo. É uma vitória conquistada de forma legítima, democrática, que foi buscada voto a voto, no argumento, em reuniões, como exige a democracia, colocando-se a nossa opinião, e com a convicção de todos aqueles que trouxeram o seu voto a este plenário para chegar a ela, à vitória.

E uma brincadeira, num tom de bom humor, com um Líder muito ativo da Oposição, o Líder Caiado: um certo repouso para a voz é importante para que a garganta, que cansou de tanto debater hoje, não passe por um processo de infecção.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – É evidente a falta de quórum. Na forma do art. 29, § 2º, nós vamos encerrar a sessão e convocar outra. *(Palmas.)*

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR) – Com a presença do povo no plenário, nas galerias.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PRIMEIRO SUBSIDIÁRIO DO REGIMENTO COMUM.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assumo a Tribuna desta Casa para fazer um registro. O Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São

Paulo – SINDASP está em festa! Comemora neste dia 3 de dezembro 65 anos, ou seja, mais de 23 mil dias de lutas, vitórias e muito trabalho em prol de uma categoria digna de muitos louvores: o Despachante Aduaneiro!

Em mais de seis décadas de existência o SINDASP obteve muitas conquistas. A maior delas, sem dúvida, o respeito da categoria que representa devido aos esforços contínuos na busca pela melhor informação, apoio jurídico, assistência médico-hospitalar, odontológica e auxílio funeral, além de benefícios sociais de cultura e lazer.

O SINDASP entende que o profissional aduaneiro precisa ter suas atividades reconhecidas, dentro da cadeia de comércio exterior, e para tanto investe na qualificação pessoal e profissional, possibilitando conhecimento sobre tudo aquilo que envolve o seu dia a dia e, mais do que isto, promovendo a conscientização junto a importadores e exportadores quanto à importância do recolhimento de seus honorários.

Com o propósito de garantir a continuidade dessas atividades, o SINDASP lutou para que o Despachante Aduaneiro pudesse ser um Operador Econômico Autorizado – OEA. A partir de 2015, os despachantes Aduaneiros que quiserem se tornar OEA deverão se cadastrar junto à RFB. Isso trará benefícios uma vez que o objetivo do programa é agilizar os processos logísticos.

Essa foi uma briga justa e uma conquista profícua da entidade que, graças ao diálogo junto aos envolvidos na cadeia, garante a participação do Despachante Aduaneiro no cenário nacional e internacional, destacando sua representatividade no cenário econômico brasileiro.

Com toda essa história, Marcos Farneze foi eleito, em novembro do ano passado, presidente do sindicato para um mandato de 4 anos. Liderando uma diretoria de 11 diretores, o novo presidente desempenha uma gestão comprometida com o real valor da sindicalização e da participação ativa dos Despachantes Aduaneiros no meio em que atuam.

A todos aqueles que ajudaram a construir esses 65 anos de história: amigos, colaboradores, diretores e presidentes, nossos sinceros agradecimentos. Que, juntos, continuemos a construir e edificar o profissional Despachante Aduaneiro.

Era o registro que tinha a fazer. Muito obrigado.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Servidores e Servidoras da Casa e dos Gabinetes Parlamentares, Ouvintes da Rádio Câmara,

Telespectadores da TV Câmara, o município de Governador Valadares vive um significativo momento de desenvolvimento que tem atraído investimentos externos que viabilizem o desenvolvimento socioeconômico e cultural de Valadares, com o objetivo maior de geração de emprego e renda. Nos dois últimos meses foram inaugurados dois novos empreendimentos e, nesta quarta-feira (3), é a vez da fábrica do laticínio Bela Vista, que detém a marca Piracanjuba.

A fábrica tem capacidade inicial para processar 300 mil litros de leite por dia, senhor presidente, gerando direta e indiretamente mais de 500 empregos. É a segunda unidade fabril da empresa fora do Estado de Goiás (a primeira fica na cidade de Maravilha, Santa Catarina). A fábrica de Governador Valadares representará, já em 2015, 7% do faturamento total dos Laticínios Bela Vista. Em 2017, esse percentual deve chegar a 10%. Em seu portfólio a Piracanjuba oferta mais de 90 produtos entre eles bebida láctea com cereais, leite para pessoas com intolerância à lactose e queijos em porções individuais.

O investimento na fábrica em Valadares chega a R$ 600 milhões, tendo a prefeitura como parceira nos investimentos em infraestrutura e isenção de impostos que atraíram a empresa para a cidade. O município investiu mais de R$ 500 mil na pavimentação do pátio da fábrica; R$ 1,2 milhão na construção de uma Estação de Tratamento de Água no local, obra que também recebeu recursos federais graças à atuação do nosso mandato, e que irá permitir ao município fornecer 26 metros cúbicos de água por hora; a empresa irá subsidiar o cloro e o sulfato para o tratamento da água.

Nesta perspectiva de crescimento, senhor presidente, quero parabenizar a prefeita Elisa Costa por valorizar iniciativas privadas que se instalam em Valadares. A administração municipal tem investido em políticas públicas que garantam o desenvolvimento das pessoas, ao mesmo tempo em que apoia empresários que queiram investir em nossa região. Com a instalação de mais esta empresa, todos os produtores rurais de Valadares e região poderão ser beneficiados.

Muito obrigado.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB-SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fundado em 1941, o Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO é uma associação científica e cultural de médicos oftalmologistas, considerada a principal entidade representativa desta especialidade no Brasil.

O CBO tem como missão promover a saúde visual e ocular da população e desenvolver ações em defesa do aprimoramento técnico-científico e ético dos médicos oftalmologistas.

O Conselho Brasileiro de Oftalmologia realiza nesta quarta-feira, 3 de dezembro, às 14 horas, no Plenário da Comissão de Educação do Senado Federal, um seminário para debater temas que interessam de perto aos profissionais da área.

Serão três painéis, discutindo a necessidade de atenção oftalmológica primária às populações carentes; a inserção do médico oftalmologista nas unidades de atendimento do Sistema Único de Saúde; e a educação permanente como fator de integração entre o ensino e a prestação dos serviços profissionais.

Quero cumprimentar os organizadores pela oportunidade deste debate, em especial ao meu amigo e contemporâneo Milton Ruiz Alves, formado pela USP, onde fez toda a sua carreira acadêmica, tornando-se uma referência na área da oftalmologia.

Tive a oportunidade de militar ao lado do Milton na União Acadêmica Mahatma Gandhi, entidade estudantil que fundamos, em 1968, na pequena Santa Fé do Sul, na barranca do rio Paraná, no extremo Oeste de São Paulo, para mobilizar a comunidade em torno de atividades culturais, esportivas e para debater os problemas locais e nacionais.

Seguimos cada qual nosso rumo, mas acompanho com interesse a trajetória do Milton Ruiz Alves, autor de inúmeras publicações, entre artigos e livros, editor, pesquisador atento, sempre participativo, e em busca do melhor para a entidade que dirige e para os profissionais de oftalmologia.

Parabéns ao Conselho Brasileiro de Oftalmologia pela realização deste seminário. Desde já coloco-me à disposição para trabalhar ao lado do Conselho em favor de um atendimento melhor e mais próximo ao cidadão, sobretudo aos mais carentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos encerrar a sessão e convocar outra, para concluirmos a votação, para terça-feira, às 12 horas.

Está encerrada a sessão.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão conjunta:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 5, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2014, que Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.
Parecer nº 30/2014-CN, pela apresentação de substitutivo.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R$ 113.800.000,00 (cento e treze milhões e oitocentos mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária Vigente.
Parecer nº 26/2014-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2014, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 41.455.831,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."
Parecer nº 41 de 2014-CN, pela aprovação de substitutivo.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2014, que Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 50.959.686,00 (cinquenta milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais), para os fins que especifica.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R$ 333.250.000,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 7, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 58.537.082,00, para os fins que especifica.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 8, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei do Congresso Nacional nº 8, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R$ 18.557.902,00 para os fins que especifica.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 10, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei do Congresso Nacional nº 10, de 2014, que Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R$ 15.898.000,00 (quinze milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais), para os fins que especifica.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11, de 2014, que Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 20.564.500,00 (vinte milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil e quinhentos reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 12, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 12, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 10.000.000,00, para o fim que especifica.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 14, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei do Congresso Nacional nº 14, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária Vigente.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15, de 2014, que Abre ao Orçamento de Investimento para 2014, em favor das empresas estatais, crédito especial no valor de R$ 418.066.124,00 (quatrocentos e dezoito milhões, sessenta e seis mil e cento e vinte e quatro reais), para os fins que especifica.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 16, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei do Congresso Nacional nº 16, de 2014, que Abre ao Orçamento de Investimento para 2014, em favor das empresas estatais Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA e Companhia Docas do Pará – CDP, crédito suplementar no valor de R$ 23.776.862,00 (vinte e três milhões, setecentos e setenta e seis mil e oitocentos e sessenta e dois reais), e reduz o Orçamento de Investimento de Companhias Docas no valor de R$ 358.442.878,00 (trezentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e oitocentos e setenta e oito reais), para os fins que especifica.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 17, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R$ 14.641.923,00 (catorze milhões, seiscentos e quarenta e um mil, novecentos e vinte e três reais), para os fins que especifica.

ITEM 19
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 18, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 10.706.000,00 (dez milhões e setecentos e seis mil reais), para os fins que especifica.

ITEM 20
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 19, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2014, de autoria do(a) Presidente da República, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, crédito especial no valor de R$ 145.620.436,00 (cento e quarenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil, quatrocentos e trinta e seis reais), para os fins que especifica.

ITEM 21
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 20, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Congresso Nacional nº 20, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 13.847.043,00 (treze milhões, oitocentos e quarenta e sete mil e quarenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

ITEM 22
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 21, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 53.608.595,00 (cinquenta e três milhões, seiscentos e oito mil, quinhentos e noventa e cinco reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

ITEM 23
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 22, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distritos Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 92.852.787,00 (noventa e dois milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

ITEM 24
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 23, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R$ 78.795.954,00 (setenta e oito milhões, setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), para os fins que especifica.

ITEM 25
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 24, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, de diversos órgãos dos Poderes Judiciários e Executivos e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 102.463.137,00 (cento e dois milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, cento e trinta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

ITEM 26
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 25, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 25, de 2014, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor de R$ 10.350.000,00 (dez milhões e trezentos e cinquenta mil reais), para os fins que especifica.

ITEM 27
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 26, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2014, que Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cultura, crédito suplementar no valor de R$ 9.996.000,00 (nove milhões, novecentos e noventa e seis mil reais), para os fins que especifica .

ITEM 28
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27, de 2014, que Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à fome, crédito suplementar no valor de R$ 194.500.439,00 (cento e noventa e quatro milhões, quinhentos mil, quatrocentos e trinta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

ITEM 29
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2014, que Abre ao Orçamento de Investimento para 2014 crédito suplementar no valor de R$ 17.324.265.368,00 (dezessete bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e trezentos e sessenta e oito reais), em favor de diversas empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor de R$ 13.316.680.057,00 (treze bilhões, trezentos e dezesseis milhões, seiscentos e oitenta mil e cinquenta e sete reais), para os fins que especifica.

ITEM 30
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 29, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2014, que Abre ao Orçamento de Investimento para 2014, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor de R$ 583.676.402,00 (quinhentos e oitenta e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, quatrocentos e dois reais), para os fins que especifica.

ITEM 31

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 30, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2014, que Abre os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Sáude, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R$ 15.834.850,00 (quinze milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais), para os fins que especifica.

ITEM 32

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 310.186.453,00 (trezentos e dez milhões, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

ITEM 33

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 33, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R$ 489.256.916,00 (quatrocentos e oitenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e dezesseis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

ITEM 34

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 34, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 34, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito especial no valor de R$ 11.100.000,00 (onze milhões e cem mil reais), para os fins que especifica.

ITEM 35

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 35, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 35, de 2014, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito suplementar no valor R$ 31.134.107,00 (trinta e um milhões, cento e trinta e quatro mil, cento e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

(Levanta-se a sessão às 4 horas e 58 minutos.)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Devanir Ribeiro (PT-SP) (1)
1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB-SP) (1)
Relator do PLDO: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Relator da Receita: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS) (22,21)

Designação: 19/03/2014
Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. João Alberto Souza - PMDB/MA
Romero Jucá - PMDB/RR	2. Vital do Rêgo - PMDB/PB
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO (2)
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE (32)
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda - PSDB/GO	1. Ruben Figueiró - PSDB/MS
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Alfredo Nascimento - PR/AM (26)	1. Gim - PTB/DF
Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR (15)	2. VAGO (15)
SD	
Vicentinho Alves - TO	1. Ataídes Oliveira - PROS/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Beto Faro - PA	1. Assis Carvalho - PI
Devanir Ribeiro - SP	2. Geraldo Simões - BA (17)
Luiz Alberto - BA	3. Cláudio Puty - PA (8)
Paulo Pimenta - RS (22,21)	4. Reginaldo Lopes - MG
Waldenor Pereira - BA	5. Ronaldo Zulke - RS
PMDB	
Alexandre Santos - RJ (33,5,31)	1. Alceu Moreira - RS (5)
Geraldo Resende - MS (5)	2. João Magalhães - MG (10)
Lucio Vieira Lima - BA (10)	3. Hermes Parcianello - PR
Gastão Vieira - MA	4. Júnior Coimbra - TO (29)
Sandro Mabel - GO	5. Professor Setimo - MA (30)
PSDB	
Luiz Fernando Machado - SP	1. Izalci - DF (11)
Nilson Leitão - MT	2. Cesar Colnago - ES (16)
Rodrigo de Castro - MG	3. Alfredo Kaefer - PR (18)
PSD	
Eduardo Sciarra - PR	1. Eliene Lima - MT
Jaime Martins - MG	2. Geraldo Thadeu - MG (28)
Urzeni Rocha - RR (4)	3. Moreira Mendes - RO (4)
PP	
Betinho Rosado - RN	1. Aline Corrêa - SP
João Leão - BA (9)	2. Lázaro Botelho - TO
Vilson Covatti - RS	3. Sandes Júnior - GO
PR	
Luciano Castro - RR	1. João Carlos Bacelar - BA
Milton Monti - SP	2. João Maia - RN
PSB	
VAGO (20)	1. Alexandre Roso - RS
Sandra Rosado - RN	2. Paulo Foletto - ES
DEM	
Felipe Maia - RN	1. Carlos Melles - MG (12)
Professora Dorinha Seabra Rezende - TO	2. VAGO
SD	
Benjamin Maranhão - PB (7,23)	1. Laercio Oliveira - SE (7,25,24,23)
PTB	
Wilson Filho - PB	1. Arnon Bezerra - CE
Bloco PV, PPS	
Penna - PV/SP (13,27)	1. Arnaldo Jardim - PPS/SP
PROS	
Givaldo Carimbão - AL (6)	1. Dr. Jorge Silva - ES (6)

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
Marcos Rogério - RO (19)	1. Félix Mendonça Júnior - BA (19)
PCdoB	
Daniel Almeida - BA	1. João Ananias - CE
PSC	
Silvio Costa - PE	1. Filipe Pereira - RJ (14)
PSOL	
Ivan Valente - SP (3)	1. Jean Wyllys - RJ (3)
PRB	
Cleber Verde - MA	

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.

2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

22. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

23. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.

24. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.

25. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.
26. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dorner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
29. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala"C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (SD-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (PP-BA)
IX - Agricultura e Desenvolvimetno Agrário	Deputado Eduardo Sciarra (PSD-PR)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (PMDB-MA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Senador Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira (PMDB)
PR	Deputado João Maia (PR)
PSD	Deputado Eliene Lima (PSD)
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke (PT)
PSDB	Deputado Cesar Colnago (PSDB)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (SD / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha (PSD)
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães (PMDB)
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)[2,1]

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo (PMDB / PB)
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB / RR)
PSDB	Senador Cyro Miranda (PSDB / GO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel (PMDB)
PSB	Deputado Alexandre Roso (PSB)
PSD	Deputado Roberto Dorner (PSD)
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado (PP)
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto (PT)
PMDB	Deputado Alexandre Santos (PMDB)
PR	Deputado Luciano Castro (PR)
PSD	Deputado Moreira Mendes (PSD)
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ) (38,57,61,15,26)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (38,57,61,15,26)
RELATOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (38,57,61,17,26)

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Jorge Viana - PT/AC (5)	1. Wellington Dias - PT/PI (5)
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM (19,12,5)	2. Lindbergh Farias - PT/RJ (5)
Anibal Diniz - PT/AC (30,5,34,42,66)	3. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE (5)
Cristovam Buarque - PDT/DF (5)	4. VAGO (19,5)
Inácio Arruda - PCdoB/CE (56,29)	5. VAGO (29)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Valdir Raupp - PMDB/RO (2,14,52,44,54)	1. Vital do Rêgo - PMDB/PB (2,44)
Eduardo Braga - PMDB/AM (2,44)	2. Romero Jucá - PMDB/RR (2,44)
Ciro Nogueira - PP/PI (2,11,44)	3. VAGO (2,44)
Sérgio Petecão - PSD/AC (2,20,44)	4. VAGO (21,2,44)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP (3)	1. Jayme Campos - DEM/MT (3,32,53)
Wilder Morais - DEM/GO (33,6,9,62,65,68,67,63)	2. VAGO (6,9,50,51,40,49)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
João Vicente Claudino - PTB/PI (44,35)	1. VAGO (37,36)
Blairo Maggi - PR/MT (58,64)	2. VAGO
PSOL (1)	
Randolfe Rodrigues - AP (4,44)	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Fernando Ferro - PE (7)	1. VAGO (7,45)
Márcio Macêdo - SE (7)	2. Leonardo Monteiro - MG (7)
PMDB	
Valdir Colatto - SC (16,13,7)	1. Colbert Martins - BA (7,48)
André Zacharow - PR (7,23,24)	2. Adrian - RJ
PSD	
Hugo Napoleão - PI (31,29)	1. Felipe Bornier - RJ (60,29)
Thiago Peixoto - GO (60,29)	2. VAGO (29)
PSDB	
Ricardo Tripoli - SP (7,25,46)	1. Antonio Carlos Mendes Thame - SP (7,46)
PP	
Gladson Cameli - AC (7,47)	1. Luis Carlos Heinze - RS (7,47)
DEM	
Rodrigo Maia - RJ (7)	1. VAGO (7,22)
PR	
Gorete Pereira - CE (7,43,59)	1. VAGO (7,27)
PSB	
Alfredo Sirkis - RJ (7,55,41)	1. Janete Capiberibe - AP (7,28,18,41)
PDT	
Giovani Cherini - RS (7)	1. Miro Teixeira - PROS/RJ (7)
Bloco PV, PPS	
Sarney Filho - PV/MA (7)	1. VAGO (39)
PTB (1)	
Jandira Feghali - PCdoB/RJ (7,8)	1. Arnaldo Jardim - PPS/SP (10)

Notas:

*. Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2. Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

3. Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

4. Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

5. Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

6. Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7. Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

8. Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

9. Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

10. Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

11. Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12. Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

13. Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
14. Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
15. Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
16. Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
17. Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
18. Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
19. Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011-GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
20. Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático? PSD.
21. Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
22. Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
23. Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
24. Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
25. Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
26. Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
27. Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.
28. Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
29. Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
30. O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
31. Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
32. Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício n° 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
33. Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
34. Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
35. Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
36. Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
37. Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
38. Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
39. Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV na Câmara dos Deputados.
40. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas ? DEM.
41. Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
42. O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
43. Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
44. Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade ? PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
45. Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
46. Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
47. Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
48. Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
49. O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2012.
50. Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas. Câmara dos Deputados

51. - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
52. Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
53. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas ? DEM.
54. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.
55. Designado o Deputado Alfredo Syrkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.
56. Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
57. Vago (arts. 5º e 6º da Resolução nº 4, de 2008).
58. Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
59. Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.
60. Designados os Deputados Thiago Peixoto, como membro titular, e Felipe Bornier, como membro suplente, conforme o Ofício nº 274 de 2014, da Liderança do PSD.
61. Comissão instalada em 9-4-2014, eleitos Presidente Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente Senador Inácio Arruda e Relator Senador Valdir Raupp, conforme Ofício nº 003/2014-CMMC (lido em 16/4/2014 - SF)
62. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
63. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
64. Designado, como membro titular, o Senador Blairo Maggi, em substituição Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 538, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
65. Designado, como membro titular, o Senador Fleury, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2014, da Liderança do DEM.
66. Designado, como membro titular, o Senador Anibal Diniz, em vaga existente, em 4-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 81, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
67. O Senador Wilder Morais reassume o cargo de Senador, em 17.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014).
68. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais, em vaga existente, em 1º-12-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 23, de 2014, da Liderança do DEM no Senado Federal.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Roberto Requião - PMDB/PR (3)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Wilder Morais - DEM/GO (1,8,10,11,12,9)	1. Jayme Campos - DEM/MT (4,5,6,7,1)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PSOL	
Randolfe Rodrigues - AP (2)	1. VAGO

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

2. Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

3. Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

4. O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2012.

5. Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

6. Vago em virtude de o Senador Oswaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

7. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.
8. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
9. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
10. Designado, como membro titular, o Senador Fleury, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2014, da Liderança do DEM.
11. Senador Wilder Morais reassume o cargo de Senador, em 17.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014).
12. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais, em vaga existente, em 1º-12-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 23, de 2014, da Liderança do DEM no Senado Federal.

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999) (Resolução nº 02, de 2013-CN)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (3,4,6,10)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) (4,10)

Instalação: 19/03/2014

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
Líder da Maioria Deputado Vicentinho (PT/SP)	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1)
Líder da Minoria Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) (9)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Wilder Morais (DEM/GO) (2,7,16,13,14)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) (12)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) (5)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (18,17)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) (15)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Hugo Napoleão (PSD/PI) (11)	**Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) (8)

Notas:

1. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
2. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
3. Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 ? CRE).
4. O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.
5. Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.
6. Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.
7. Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Morais como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
8. Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.
9. Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.
10. Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.
11. Em 7-4-2014, o Deputado Hugo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.
12. Designado o Deputado Nelson Pellegrino, em vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do PT.

13. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
14. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
15. Em 11.11.2014, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é indicado para ocupar a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, conforme o Ofício S/N, de 2014, assinado pelos Líderes do PSDB e DEM.
16. Senador Wilder Morais reassume o cargo de Senador, em 17.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014).
17. Designado o Deputado Ronaldo Caiado, em substituição ao Deputado Luiz Carlos Hauly, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2014, da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados.
18. Designado o Deputado Luiz Carlos Hauly, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 49, de 2014, da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados.

Secretário: Marcos Machado Melo
Telefone(s): 3303-3520

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
VAGO	1. AGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
VAGO	1. AGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. AGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
VAGO	1. AGO

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Kátia Abreu - PMDB/TO (4)	1. Jarbas Vasconcelos - PMDB/PE (4)
Ana Amélia - PP/RS (4)	2. Sérgio Petecão - PSD/AC (4)
Ricardo Ferraço - PMDB/ES (4)	3. VAGO
Paulo Davim - PV/RN (4)	4. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Ana Rita - PT/ES (3)	1. Cristovam Buarque - PDT/DF (3)
Angela Portela - PT/RR (3)	2. João Capiberibe - PSB/AP (3)
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM (3)	3. Eduardo Suplicy - PT/SP (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Eduardo Amorim - PSC/SE (5,7,6)	1. Gim - PTB/DF (5)
Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR (5)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. Lúcia Vânia - PSDB/GO (2)
VAGO	2. VAGO
PROS (1)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

3. Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

4. Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

5. Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

7. O Senador Eduardo Amorim reassume o exercício do mandato parlamentar, em 24.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014).

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 15, de 2012

Finalidade: Elaborar em sessenta dias os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o DF, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (2) (PV, PSD, PMDB, PP)	
Vital do Rêgo - PMDB/PB (5)	1. Francisco Dornelles - PP/RJ (5)
Eunício Oliveira - PMDB/CE (5)	2. Garibaldi Alves - PSB/DF (5)
VAGO (5,14)	3. VAGO (12,5)
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Rodrigo Rollemberg - PSB/DF (3)	1. Pedro Taques - PDT/MT (7)
Cristovam Buarque - PDT/DF (3)	2. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE (7)
Paulo Paim - PT/RS (3,7)	3. Eduardo Suplicy - PT/SP (7)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda - PSDB/GO (3)	1. VAGO (6,10)
Wilder Morais - DEM/GO (6,3,15,16,18)	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Alfredo Nascimento - PR/AM (4)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (4,17,19)
Gim - PTB/DF (4)	2. João Vicente Claudino - PTB/PI (4)
PSD (1)	
Sérgio Petecão - AC (3)	1. VAGO (9,3,8,13)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PMDB	
Leandro Vilela - GO (11)	1. Geraldo Resende - MS (11)
Luiz Pitiman - PSDB/DF (11)	2. Sandro Mabel - GO (11)
PSDB	
VAGO	1. VAGO
PP	
Roberto Britto - BA (11)	1. Toninho Pinheiro - MG (11)
DEM	
Augusto Coutinho - SD/PE (11)	1. João Bittar - MG (11)
PR	
VAGO	1. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
VAGO	1. VAGO
Bloco PV, PPS	
Augusto Carvalho - SD/DF (11)	1. VAGO
PTB (1)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Conforme Ofícios nos 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
3. Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, a Comissão Especial Mista destinada a elaborar em sessenta dias os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional à matéria tratada na Emenda Constitucional nº 69, de 2012; nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
4. Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim Argello, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
5. Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
6. Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
7. Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
8. Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
9. Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
10. Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
11. Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.
12. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
13. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013
14. Vago em razão da renúncia do Senador Clésio Andrade ao cargo de Senador da República, em 15-7-2014 (Sessão do Senado Federal).

15. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
16. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
18. Senador Wilder Morais reassume o cargo de Senador, em 17.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014)).
19. O Senador Eduardo Amorim reassume o exercício do mandato parlamentar, em 24.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014).

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): (61) 3303-3490
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATN Nº 1, DE 2013 - REFORMA DO REGIMENTO COMUM

Ato Conjunto nº 1, DE 2013, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Finalidade: elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Instalação: 12/03/2013
Prazo final prorrogado: 22/12/2014

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)	Senador Lobão Filho (PMDB/MA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
Deputado Mendonça Filho (DEM/PE)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Júlio Delgado (PSB/MG)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Senadora Ana Amélia (PP/RS)

Notas:
*. Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
**. Prazo final prorrogado para 11/07/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
***. Prazo final prorrogado para 09/09/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
****. Prazo final prorrogado para 23/12/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.
*****. Prazo final prorrogado para 22/12/2014, nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Secretário: ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO
Fax: 33031176
E-mail: antilossio@senado.gov.br

ATN Nº 2, de 2013 - CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF.

Ato Conjunto nº 2, de 2013, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Finalidade: Consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) (1)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Instalação: 02/04/2013
Prazo final prorrogado: 22/12/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Romero Jucá - PMDB/RR	1. Kátia Abreu - PMDB/TO (3,4)
Vital do Rêgo - PMDB/PB	2. Waldemir Moka - PMDB/MS (3)
Walter Pinheiro - PT/BA (8)	3. Ruben Figueiró - PSDB/MS (7)
Pedro Taques - PDT/MT	4. Wellington Dias - PT/PI (11)
Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP	5. Cristovam Buarque - PDT/DF (11)
VAGO (13)	6. VAGO
Ana Amélia - PP/RS (3)	7. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Cândido Vaccarezza - PT/SP	1. Reinaldo Azambuja - PSDB/MS (5)
Edinho Araújo - PMDB/SP	2. Moreira Mendes - PSD/RO (6)
Eduardo Barbosa - PSDB/MG (2)	3. Esperidião Amin - PP/SC (8)
Sergio Zveiter - PSD/RJ	4. Júlio Delgado - PSB/MG (9)
Arnaldo Jardim - PPS/SP	5. Abelardo Lupion - DEM/PR (9,12)
Miro Teixeira - PROS/RJ	6. Antonio Brito - PTB/BA (9)
João Maia - PR/RN (5)	7. Benedita da Silva - PT/RJ (9,10)

Notas:

*. Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

**. Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

***. Prazo final recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

1. Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto, de 2103.

2. Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

3. Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

4. Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Partido da Social Democrático? PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 ? GSKAAB.

5. Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

6. Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 03-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

7. Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

8. Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

9. Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014 (DSF 12-03-2014)

10. Nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 30 de abril de 2014 (DSF 1º-5-2014), fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões.

11. Nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 30 de abril de 2014 (DSF 17-6-2014), ficam designados os Senadores Wellington Dias e Cristovan Buarque, como membros suplentes, em vagas existentes.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Abelardo Lupion, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 291, de 2014, da Liderança do DEM.

13. Vago em razão da reassunção da titular, Senadora Marta Suplicy, em 13-11-2014.

Secretário: Antonio Oscar Guimarães Lossio
Telefone(s): 61 33033511 **Fax:** 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

CPMI Petrobras

Requerimento nº 2, de 2014-CN

Finalidade: Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Gim (PTB-DF)
RELATOR: Deputado Marco Maia (PT-RS)

Designação: 27/05/2014
Instalação: 28/05/2014
Prazo final: 23/11/2014
Prazo final prorrogado: 22/12/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
João Alberto Souza - PMDB/MA	1. Ivonete Dantas - PMDB/RN (27)
Valdir Raupp - PMDB/RO	2. VAGO
Vital do Rêgo - PMDB/PB	3. VAGO
Sérgio Petecão - PSD/AC	4. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	5. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
José Pimentel - PT/CE	1. Jorge Viana - PT/AC
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	2. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Humberto Costa - PT/PE	3. Ana Rita - PT/ES
Acir Gurgacz - PDT/RO	4. Paulo Paim - PT/RS
Anibal Diniz - PT/AC	5. Wellington Dias - PT/PI
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Aureliano - PSDB/MG (16,12)	1. Ruben Figueiró - PSDB/MS
Mário Couto - PSDB/PA	2. Flexa Ribeiro - PSDB/PA
Jayme Campos - DEM/MT	3. José Agripino - DEM/RN
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
VAGO (25)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (9,29)

TITULARES	SUPLENTES
Gim - PTB/DF	2. Blairo Maggi - PR/MT (11)
PROS	
Ataídes Oliveira - TO	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Marco Maia - RS	1. Afonso Florence - BA
Sibá Machado - AC	2. Iriny Lopes - ES
PMDB	
Sandro Mabel - GO (4)	1. João Magalhães - MG
Lucio Vieira Lima - BA	2. Eduardo Cunha - RJ (4)
PSD	
André de Paula - S/PARTIDO/PE (28)	1. Jaime Martins - MG
José Carlos Araújo - BA	2. Moreira Mendes - RO
PSDB	
Carlos Sampaio - SP (31,22,26,5,7,14,15,24)	1. Izalci - DF
PP	
Aguinaldo Ribeiro - PB	1. José Otávio Germano - RS
DEM	
Rodrigo Maia - RJ (21,33,3,2,13,20,30)	1. Onyx Lorenzoni - RS (17,10,3,23,8,13,6)
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos - MG	1. João Carlos Bacelar - BA (1)
PSB	
Júlio Delgado - MG	1. Alexandre Roso - RS
SD	
Fernando Francischini - PR	1. Augusto Coutinho - PE (19)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno - PPS/PR (32,34)	1. Eurico Júnior - PV/RJ
PTB	
Arnaldo Faria de Sá - SP	1. Antonio Brito - BA
PROS	
Ronaldo Fonseca - DF (18)	1. Hugo Leal - RJ
PDT	
Enio Bacci - RS	1. Marcos Rogério - RO

Notas:

1. Em 3-6-2014 (Sessão do Senado Federal), designado o Deputado João Carlos Bacelar, como membro suplente, em substituição ao Deputado Aelton Freitas, nos termos dos Ofício nº 214/2014 do PR.

2. Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 11-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 222, de 2014, da Liderança do DEM.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição Onyx Lorenzoni, e, como membro suplente, Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 18-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 225, de 2014, da Liderança do DEM.

4. Designado, como membro titular, o Deputado Sandro Mabel, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, e, como membro suplente, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Sandro Mabel, em 18-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 667, de 2014, da Liderança do PMDB.

5. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 24-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 685, de 2014, da Liderança do PSDB.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 25-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 227, de 2014, da Liderança do DEM

7. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 716, de 2014, da Liderança do PSDB.

8. Designado, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 228, de 2014, da Liderança do DEM.
9. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
10. Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 30-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 245, de 2014, da Liderança do DEM.
11. Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição ao Senador Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 544, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
12. O Senador Alvaro Dias licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 5-8-2014, conforme os Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 5-8-2014.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, e, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do DEM.
14. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 12-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 804, de 2014, da Liderança do PSDB.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antônio Imbassahy, em 19-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 808, de 2014, da Liderança do PSDB.
16. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Aureliano, em substituição Alvaro Dias, em 9-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 66, de 2014, da Liderança do PSDB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 9-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 263, de 2014, da Liderança do DEM.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Ronaldo Fonseca, em substituição ao Deputado Márcio Junqueira, em 16-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 120, de 2014, da Liderança do PROS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Augusto Coutinho, em substituição ao Deputado Simplicio Araújo, em 14-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 321, de 2014, da Liderança do SD.
20. Designado, como membro titular, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 22-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 281, de 2014, da Liderança do DEM.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 28-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 282, de 2014, da Liderança do DEM.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 28-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 874, de 2014, da Liderança do PSDB.
23. Designado, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 16-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 264, de 2014, da Liderança do DEM.
24. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 5-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 905, de 2014, da Liderança do PSDB.
25. Vago em virtude de o Senador Antonio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato, devido ao retorno da titular, Senadora Marta Suplicy, em 13-11-2014.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 17-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 924, de 2014, da Liderança do PSDB.
27. Designada, como membro suplente, a Senadora Ivonete Dantas, em vaga existente, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 107, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.
28. Designado, como membro titular, o Deputado André de Paula, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 527, de 2014, da Liderança do PSD.
29. O Senador Eduardo Amorim reassume o exercício do mandato parlamentar, em 24.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014).
30. Designado, como membro titular, o Deputado Ronaldo Caiado, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 25-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 296, de 2014, da Liderança do DEM.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 25-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 952, de 2014, da Liderança do PSDB.
32. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jordy, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, em 27-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 195, de 2014, da Liderança do PPS.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 2-12-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 297, de 2014, da Liderança do DEM.
34. Designado, como membro titular, o Deputado Rubens Bueno, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 8-12-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 200, de 2014, das Lideranças do PPS e PV.

Secretário: ROGÉRIO FALEIRO MACHADO
Telefone(s): 61 33033490 **Fax:** 6133031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO
Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)	**Presidente** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP)	**1º Vice-Presidente** Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Fábio Faria (PSD/RN)	**2º Vice-Presidente** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)	**1º Secretário** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
2º Secretário Deputado Simão Sessim (PP/RJ)	**2º Secretário** Senadora Angela Portela (PT/RR)
3º Secretário Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	**3º Secretário** Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
4º Secretário Deputado Biffi (PT/MS)	**4º Secretário** Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
Líder da Maioria Deputado Vicentinho (PT/SP)	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Wilder Morais (DEM/GO) (1)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Vicente Candido (PT/SP)	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)

Atualização: 18/08/2014

Notas:

1. O Senador Wilder Morais licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Newton Lima (PT-SP) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (1)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Renato Molling (PP-RS) (1)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
André Zacharow - PR	1. Lelo Coimbra - ES
Íris de Araújo - GO	2. Osmar Serraglio - PR
Marçal Filho - MS	3. Ronaldo Benedet - SC
Raul Henry - PE	4. Valdir Colatto - SC
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame - SP	1. VAGO (2)
VAGO (11)	2. Carlos Sampaio - SP (7)
VAGO (9,4,8)	3. VAGO
PSD	
Geraldo Thadeu - MG	1. Átila Lins - AM
Hugo Napoleão - PI	2. Dr. Luiz Fernando - AM
Raul Lima - PP/RR	3. Eleuses Paiva - SP
PP	
Dilceu Sperafico - PR	1. Luis Carlos Heinze - RS
Renato Molling - RS	2. Renato Andrade - MG
PSB	
Jose Stédile - RS	1. Beto Albuquerque - RS
Paulo Foletto - ES (12)	2. Leopoldo Meyer - PR
PR	
Wellington Fagundes - MT	1. Henrique Oliveira - SD/AM
DEM	
Júlio Campos - MT	1. VAGO
PDT	
Vieira da Cunha - RS	1. Sebastião Bala Rocha - SD/AP
PTB	
Paes Landim - PI	1. Jorge Côrte Real - PE
Bloco PV, PPS	
Roberto Freire - PPS/SP	1. Antônio Roberto - PV/MG
PSC	

TITULARES	SUPLENTES
Nelson Padovani - PR	1. Takayama - PR
PCdoB	
João Ananias - CE	1. Chico Lopes - CE
PRB	
George Hilton - MG	1. Vitor Paulo - RJ
PTdoB	
Luis Tibé - MG	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria	
Pedro Simon - PMDB/RS	1. Casildo Maldaner - PMDB/SC
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Valdir Raupp - PMDB/RO
Ana Amélia - PP/RS	3. Gim - PTB/DF (5)
Bloco de Apoio ao Governo	
Eduardo Suplicy - PT/SP	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (3)
Paulo Paim - PT/RS	2. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE (3)	3. Humberto Costa - PT/PE
Bloco Parlamentar da Minoria	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB
Fleury (15,16)	2. Jayme Campos - DEM/MT
Bloco Parlamentar União e Força	
Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR (10)	1. Fernando Collor - PTB/AL
Luiz Henrique - PMDB/SC (6)	2. Eduardo Amorim - PSC/SE

Atualização: 21/08/2014

Notas:

1. Eleitos na reunião realizada em 21.03.2013.
2. Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
3. Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
4. Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado o seu desligamento, conforme Of.nº 759/2013-PSDB.
5. O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
6. O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09. 2013, nos termos dos Ofícios. nºs 167/2013-BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
7. O Dep. Carlos Sampaio foi designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira ? PSDB,em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of.nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
8. O Dep. Luiz Carlos Hauly foi designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro titular do Partido da Social Democracia Brasileira ? PSDB.
9. Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu afastamento, conforme Of.Gab. nº 018, de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
10. Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª aposta no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
11. Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.
12. Em 03.04.2014, o Deputado Paulo Foletto foi designado para ocupar a vaga de membro titular do PSB, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Vago em virtude de a Deputada Iara Bernardi ter sido indicada para a vaga do Partido dos Trabalhadores como membro titular, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.
14. A Deputada Iara Bernardi foi designada para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, que deixou o exercício do mandato, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.
15. O Senador Wilder Morais licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
16. Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 32, de 21.08.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Wilder Morais, nos termos do Of.nº 016/14-GLDEM, de 05.08.2014, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

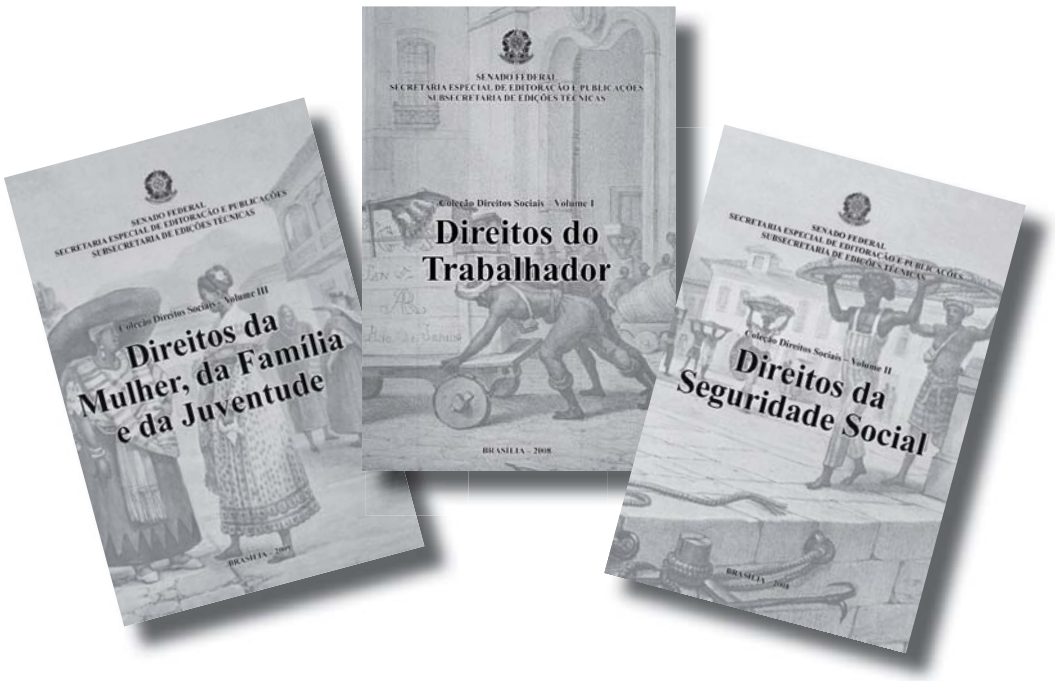
CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
scop@senado.leg.br

SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 520 páginas

(O.S. 15545/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL